

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**VERANEIO, TURISMO DE SOL E PRAIA E
IMOBILIÁRIO-TURÍSTICO:
A FORMAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA ENTRE
O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL
NORTE DA BAHIA**

Discente: Priscila Pereira Santos
Orientador: Professor Doutor José Wellington Carvalho Vilar

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019

PRISCILA PEREIRA SANTOS

**VERANEIO, TURISMO DE SOL E PRAIA E
IMOBILIÁRIO-TURÍSTICO:
A FORMAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA ENTRE
O LITORAL SUL DE SERGIPE E O LITORAL
NORTE DA BAHIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento.

Orientador:

Professor Doutor José Wellington Carvalho Vilar

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237v Santos, Priscila Pereira
Veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico: a formação da região turística entre o litoral Sul de Sergipe e o litoral Norte da Bahia / Priscila Pereira Santos; orientador José Wellington Carvalho Vilar. – São Cristóvão, SE, 2019.
391 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia. 2. Territorialidade humana. 3. Casas de veraneio. 4. Turismo e Estado. 5. Mercado imobiliário. 6. Costa – Sergipe – Bahia. I. Vilar, José Wellington Carvalho, orient. II. Título.

CDU 911.37:338.483.11(210.5)(813.7+813.8)




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

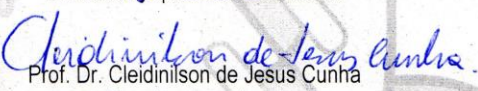


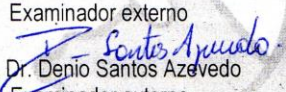
Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado
em Geografia de **Priscila Pereira Santos**.

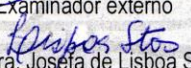
Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, realizou-se no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGE0, bloco de Didática II, 1º andar, da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Priscila Pereira Santos**, intitulada: "Veraneio, Turismo de Sol e Praia e Imobiliário: A Formação da Região Turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia". A Banca Examinadora foi presidida pelo Professor Doutor José Wellington Carvalho Vilar, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Cleidilson de Jesus Cunha; Denio Santos Azevedo, Josefa de Lisboa Santos e Sonia de Souza Mendonça Menezes arguiram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor José Wellington Carvalho Vilar, na condição de orientador teceu comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEP, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

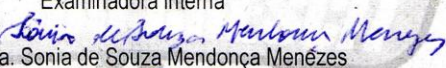
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 26 de Julho de 2019.



Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Orientador e presidente da banca


Prof. Dr. Cleidilson de Jesus Cunha
Examinador externo


Prof. Dr. Denio Santos Azevedo
Examinador externo


Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Examinadora interna


Profa. Dra. Sonia de Souza Mendonça Menezes
Examinadora interna


Priscila Pereira Santos
-Doutoranda-

À
Minha doce e amada Ju!

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese me proporcionou conhecimento muito além dos livros. Esta aprendizagem aconteceu com a contribuição de diferentes pessoas. Hoje eu sou o que sou, porque permitir-me ouvir, refletir, refazer, enfim, todos os dias foram dias de re-des-construção. No Outro que me desconheci e me reconheci, sem sombra de dúvidas, há uma manifestação divina. Aliás, com certeza, eu não chegaria até aqui se não fosse a fé que tenho em Deus. Por todo o Amor, primeiramente, meus sinceros agradecimentos à Deus.

À minha Mãe, sou grata por sempre conseguir despertar em mim a chama da esperança. Minha Mãe é uma guerreira sem igual e me ensinou a lutar pelos meus objetivos. Sou grata também ao meu Pai por despertar em mim o amor pelo conhecimento. Agradeço ainda à toda minha Família pelo apoio emocional nos momentos mais difíceis que vivi até aqui, em especial a minha Tia Everilda e ao meu Tio Elenilton.

À minha amada Juliana, toda gratidão e todo amor. Com Juliana aprendo diariamente. Juliana me ensinou a levantar, quando eu, por várias vezes, perdi a batalha. Com Juliana aprendi que o melhor da vida não está nas coisas e sim nos momentos que transformamos em amor.

Ao orientador, professor e amigo, Dr. José Wellington Carvalho Vilar, minha eterna gratidão e respeito pela nossa história. Com você aprendi muito, como profissional e como pessoa. Você foi o professor que mais tive afinidade ainda na sala de aula da graduação. E olha só nós dois, vivemos tantos momentos juntos, no PIBIC, no TCC, no Mestrado, no Doutorado e na vida. Meu carinho por você ultrapassa os muros da Universidade.

À amiga Alessandra por todas as palavras de amor e incentivo. Alessandra tem um olhar tão confortante, que sempre fez-me acreditar em mim mesma. À você, minha sincera gratidão. Com amor e por amor sempre!

Aos Aaaaaados pelas risadas sem igual. Well, Val, Ron, Gutto e Ju, nossos encontros são sempre maravilhosos.

Ao querido amigo France, muito grata pela sua amizade. O seu acolhimento foi tão maravilhoso que se transformou em uma bela amizade. Tenho você comigo sempre e às vezes me pego rindo, imaginando as respostas que você daria se estivesse comigo naquele momento.

Ao querido amigo Pedro Paulo, que felicidade saber que estamos juntos mesmo distantes. À você meu amigo do café, das conversas que nunca se acabavam (até hoje penso nos nossos diálogos), do companheirismo, do aconchego, sou muito grata! O tempo passa e quando nos encontramos, parece que foi ontem que tomávamos café e discutíamos sobre a vida.

À querida Giva, obrigada pelas nossas risadas recatadas (só que não!). Como é bom saber que somos amigas! Gratidão por essa oportunidade!

Aos colegas de graduação do curso de Geografia da UFS, Adriano, Manoel, Edmar, Dhully, Marçal, Lucas e todos os outros, que nos identificamos na busca pelo conhecimento, agradeço pela aprendizagem.

Ao grupo da Especialização, Manu, Dayse, Heyse e Romário, muito obrigada pela torcida. As noites de sextas-feiras e dos sábados com vocês foram maravilhosos.

À energizada Verônica, muito muito muito grata. Conhecer você é uma honra, saber que somos amigas é mais maravilhoso ainda.

À Eunice Leão, fico muito grata pela sua hospitalidade e pela confiança em mim depositada.

À minha querida psicóloga Andressa Reis. A terapia durante a tese foi fundamental e ter uma psicóloga com tanta dedicação pela profissão fez toda a diferença. Pode ter certeza que lembrei das suas orientações a cada segundo do desenvolvimento desta tese. Grata!

As colegas Kawanny, Marília e Viviane pelo acolhimento e convívio durante o tempo que vivemos juntas.

À querida Thirzá pelo carinho e incentivo na luta pelos meus objetivos. À doce Joyce pela lealdade de sempre.

À Universidade Federal de Sergipe, especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por todo apoio e incentivo.

Aos professores do PPGEU/UFS, meus sinceros agradecimentos pela seriedade do trabalho desenvolvido por cada um na sala de aula.

Aos professores Sônia Menezes, Josefa de Lisboa Santos, Denio Azevedo, Cledinilson Cunha, Ana Rocha Santos e Maria Geralda de Almeida por terem aceitado o convite para fazer parte da banca.

À professora Rosana Batista, muito obrigada pelas contribuições na qualificação.

À Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) pelo apoio financeiro.

Ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, toda minha gratidão pelos incentivos à educação pública de qualidade acessível.

À todos que direta ou indiretamente estiveram presentes nos meus caminhos e contribuíram com a minha formação pessoal e profissional.

O mar, de língua sonora, sabe o presente e o passado.
(Cecília Meireles. Poema Modinha. In: Vaga Música, 1942).

O vento é o mesmo:
mas sua resposta é diferente, em cada folha.
(Cecília Meireles. Poema O Vento. In: Mar Absoluto e outros poemas, 1945).

RESUMO

A fluidez territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia conecta Aracaju (SE) e Salvador (BA) e aponta para a formação de uma nova lógica urbano-regional reticular, dinamizada pelos seguintes elementos regionalizadores: veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico. Nesta interligação territorial, essa tríade regionalizadora destaca-se nos municípios de Estância, Sul de Sergipe, especificamente na Praia do Saco, e Mata de São João, Litoral Norte da Bahia, com relevo na Praia do Forte. Neste contexto, defende-se a tese que a partir da articulação rodoviária litorânea entre Aracaju (SE) e Salvador (BA), a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre os municípios de Estância, Litoral Sul de Sergipe, e Mata de São João, Litoral Norte da Bahia, tendem a configurar em territórios-zona, entre estes litorais, e território-rede, entre a Praia do Saco (SE) e a Praia do Forte (BA), uma região turística sob a égide do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário. Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia sob a perspectiva da formação de uma região turística. Esta proposta de análise ancora-se no método pós-estruturalista. O pós-estruturalismo defende o movimento da diversidade do pensamento, as múltiplas possibilidades de analisar as realidades que são colocadas ao pesquisador. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A vivência e a re-interpretação das realidades dos sujeitos analisados fundamentaram-se na observação simples, sistemática e participante. As anotações de campo, os registros fotográficos, as entrevistas semi-estruturadas, por pautas e focalizadas foram os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo. Os agentes e os sujeitos entrevistados foram interpretados por meio da Análise do Discurso (AD). A estrutura histórico-genética da expansão e extensificação territorial da segunda residência entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe conecta esses litorais ao mesmo tempo em que articula as particularidades da Praia do Forte e da Praia do Saco. Ambas destacam-se pela densidade territorial da segunda residência. Assim, os contextos urbano-regionais são alargados pelas particularidades estruturais da segunda residência, ou, em outras palavras, pelas continuidades históricas. Mas ao conectar-se em territórios-rede pelas suas particularidades, a Praia do Forte e a Praia do Saco desconectam-se diante das singularidades, ou, melhor, pelas discontinuidades das diferentes temporalidades e territorialidades na articulação escalar global-regional-local, é a diversidade territorial (re)(des)construindo as estruturas do jogo de poder da globalização. Nesse contexto, observa-se a formação da região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia como produto-produtora de processos de diferenciação espacial, como produto-produtora de dinâmicas globalizantes e de fragmentação socioespacial na articulação entre o Estado e o Mercado, concomitantemente a região turística também é construída através da ação de diferentes sujeitos sociais.

Palavras-chave: Região turística; veraneio; turismo; imobiliário-turístico.

ABSTRACT

The territorial fluidity between the Southern Coast of Sergipe and the North Coast of Bahia connects Aracaju (SE) and Salvador (BA) and points to the formation of a new reticular urban-regional logic, dynamized by the following regionalizing elements: summer, tourism sun and beach and the real estate-tourist. In this territorial interconnection, this regionalizing triad stands out in the municipalities of Estância, Sul de Sergipe, specifically in Praia do Saco, and Mata de São João, North Coast of Bahia, with relief in Praia do Forte. In this context, it is defended the thesis that from the coastal road articulation between Aracaju (SE) and Salvador (BA), the territorial dynamics of summer, sun and beach tourism and real-estate tourism between the municipalities of Estância, Litoral Sul of Sergipe and Mata de São João, in the North Coast of Bahia, tend to set up, between these coastlines, and territory-network, between Saco Beach (SE) and Praia do Forte (BA), a region tourism under the aegis of the State and the Tourism and Real Estate Market. In this way, the general objective of this research was to analyze the territorial dynamics of summer, sun and beach tourism and tourism-real estate between the Southern Coast of Sergipe and the Northern Coast of Bahia under the perspective of the formation of a tourist region. This proposal of analysis is anchored in the post-structuralist method. Post-structuralism defends the movement of the diversity of thought, the multiple possibilities of analyzing the realities that are put to the researcher. The methodological procedures used were: bibliographic, documentary and field research. The experience and the re-interpretation of the realities of the analyzed subjects were based on simple, systematic and participant observation. Field annotations, photographic records, semi-structured interviews, guidelines and focus were the methodological tools used in field research. The agents and subjects interviewed were interpreted through Discourse Analysis (AD). The historical-genetic structure of the expansion and territorial extensification of the second residence between the North Coast of Bahia and the South Coast of Sergipe connects these coasts while articulating the particularities of Praia do Forte and Saco Beach. Both are characterized by the territorial density of the second residence. Thus, the urban-regional contexts are broadened by the structural peculiarities of the second residence, or, in other words, by the historical continuities. But when connecting in network territories due to their peculiarities, Praia do Forte and Praia do Saco disconnect in the face of the singularities, or rather the discontinuities of the different temporalities and territorialities in the global-regional-local scalar articulation, it is the territorial diversity (re) (de) building the structures of the power game of globalization. In this context, the formation of the tourist region between the Southern Coast of Sergipe and the Northern Coast of Bahia as product-producer of processes of spatial differentiation, as product-producer of globalizing dynamics and of socio-spatial fragmentation in the articulation between the State and the Market, concomitantly the tourist region is also built through the action of different social subjects.

Keywords: Tourist region; summer; tourism; real-estate.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

Figura 1.1: A “velha” e a “nova” forma-conteúdo da segunda residência no litoral	35
Figura 1.2: Paradigma da Nova Era do Turismo.....	40

CAPÍTULO 2

Figura 2. 1: As principais regiões turísticas do mundo	57
Figura 2. 2: Modelo de viagem recreativa e excursionista de Campbell	68
Figura 2. 3: Modelo de desenvolvimento turístico de Miossec (1976).....	69
Figura 2. 4: Modelo do Ciclo de Vida da Área Turística.....	71
Figura 2.5: Croquis da localização das alamedas e ruas da Praia do Forte – Mata de São João	92

CAPÍTULO 3

Figura 3.1: Projeto Linha Verde (BA): zoneamento	119
Figura 3.2: 65 destinos indutores de turismo no Brasil.....	132

CAPÍTULO 4

Figura 4.1: Geografia do Turismo do PRODETUR Bahia, 1992	145
Figura 4.2: Mancha Urbana Contínua – Lauro de Freitas; Núcleo Urbanizado Expandido Interligado: Arembepe (Camaçari).....	155
Figura 4.3: Núcleo Urbano Expandido: Praia do Forte e Imbassaí (Mata de São João); Porto Sauípe e Subaúma (Entre Rios) e Sítio do Conde (Conde)	156
Figura 4.4: Núcleos Urbanos Tradicionais Modificados: Baixio (Esplanada); Barra do Itariri (Conde); Mangue Seco (Jandaíra)	157
Figura 4.5: Núcleos Urbanos Tradicionais Preservados: Santo Antônio (Mata de São João); Poças e Siribinha (Conde)	158
Figura 4.6: Polos Turísticos de Sergipe - 2014.....	177

CAPÍTULO 5

Figura 5.1: Modelo modificado e ampliado de Lundgren para a expansão urbana e para residências secundárias na região de Salvador	194
---	-----

Figura 5.2: Praia do Forte na década de 1970/1980	206
Figura 5.3: <i>Marketing</i> territorial do Condomínio Piscinas Naturais na Praia do Forte	222
Figura 5.4: Territorialização dos subcondomínios do Condomínio Piscinas Naturais	223
Figura 5.5: Acesso Privativo às praias	224
Figura 5. 6: Acesso Público às praias.....	225
Figura 5.7: A expansão da segunda residência no litoral sergipano	233
Figura 5.8: Segunda residência na Praia das Dunas.....	243
Figura 5.9: Segunda residência na Praia do Saco.....	244
Figura 5.10: Logotipo da Associação das Populações Tradicionais da Praia do Saco (APTS)	251
Figura 5.11: Complementação das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)	252
Figura 5.12: <i>Marketing</i> territorial de protótipos de imobiliários-turísticos nas margens da SE- 100 em Estância.....	256
Figura 5.13: Restaurantes e Bar de comida baiana nas margens da SE-100 em Estância	258

CAPÍTULO 6

Figura 6.1: Avenida do Farol, Rua da Aurora, Alameda do Sol e Alameda da Lua – Praia do Forte.....	261
Figura 6.2: Mosaico urbano da Praia do Forte	266
Figura 6.3: Placas indicativas de equipamentos e serviços urbano-turísticos – Praia do Forte	267
Figura 6.4: Vila dos Pescadores – Alameda do Sol - Praia do Forte	270
Figura 6.5: Casa de Farinha na Alameda do Sol – Praia do Forte.....	272
Figura 6.6: Publicidade campanha do IPHAN de valorização das baianas do acarajé	274
Figura 6.7: Ambulantes - Praia do Forte	275
Figura 6.8: “Bici-táxi” e “tuc-tuc’s” na Praia do Forte	276
Figura 6.9: Manifestação cultural dos Caretas no Carnaval - Praia do Forte.....	278
Figura 6.10: Folheto informativo sobre os Caretas – Praia do Forte	279
Figura 6.11: Praia do Portinho – Praia do Forte.....	281
Figura 6.12: Igreja São Francisco de Assis – Praia do Forte	282
Figura 6.13: Projeto TAMAR – Praia do Forte.....	284
Figura 6.14: Parque Municipal Klaus Peters - Praia do Forte.....	286
Figura 6.15: Espaço Baleia Jubarte - Praia do Forte	287
Figura 6.16: Centro de Artesanato da Praia do Forte	288

Figura 6.17: Praias da Zona 2 – Praia do Forte	290
Figura 6.18: <i>Marketing</i> territorial das Piscinas Naturais - Praia do Forte.....	291
Figura 6.19: “Praia do Iberostar” - Praia do Forte	292
Figura 6.20: Estruturas “subterrâneas” que abrigam mesas, cadeiras e guarda-sóis – Praia do Forte.....	293
Figura 6. 21: Praias do Portinho de Baixo e da Barrinha - Praia do Forte.....	295
Figura 6.22: Planta cronológica – Casa da Torre Garcia D’Ávila	297
Figura 6.23: Centro de visitante e ruínas do Castelo Garcia D’Ávila – Praia do Forte	298
Figura 6. 24: Reserva Sapiiranga	300
Figura 6.25: Padrão urbanístico das residências de moradores locais – Praia do Forte.....	319
Figura 6.26: Matéria jornalística sobre conflitos territoriais por vaga de estacionamento – Praia do Forte.....	326
Figura 6.27: Estacionamento privado na entrada da Praia do Forte.....	327
Figura 6.28: Folheto informativo das normas para estacionamento na Praia do Forte	327
Figura 6.29: Estacionamento público privatizado por correntes na Alameda das Estrelas – Praia do Forte.....	329
Figura 6.30: Recortes jornalísticos com relatos de assaltos e tráfico de drogas na Praia do Forte	330
Figura 6.31: Imagens da Ponta do Saco - Estância	335
Figura 6.32: (a) (b) Marketing da Buggy Tur; (c)(d)(e)(f)(g) Paradas do passeio de buggy	340
Figura 6.33: Ponto das Embarcações - Praia do Saco (SE), Ilha da Sogra e Mangue Seco (BA)	344
Figura 6.34: Iguarias de Sergipe comercializadas na Praia do Saco, Estância	346
Figura 6.35: Concentração de bares e restaurantes da Praia do Saco - Estância.....	347
Figura 6.36: Processo de erosão marinha e obras de contenção na Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, Praia do Saco - Estância	351
Figura 6.37: Zona 3: segunda residência na Praia do Saco, Estância	353
Figura 6.38: Zona 4: Praia das Dunas, Estância.....	355
Figura 6.39: Master Plan Praia do Saco - Estância	357
Figura 6.40: Master Plan Praia do Saco: pórtico de entrada da segunda lagoa.....	358
Figura 6.41: Master Plan Praia do Saco: segunda lagoa e Museu do Mangue	359
Figura 6. 42: Master Plan Praia do Saco: espaço para shows	359

LISTA DE MAPAS

CAPÍTULO 3

Mapa 3.1: Polos Turísticos do Nordeste estruturado no PRODETUR/NE II	128
---	-----

CAPÍTULO 4

Mapa 4.1: Polo Turístico Salvador e Entorno	148
Mapa 4.2: Praias do Litoral Norte da Bahia	150
Mapa 4.3: Praias do Litoral Sul de Sergipe	170
Mapa 4.4: Polo Costa dos Coqueirais.....	175

CAPÍTULO 5

Mapa 5.1: Distritos e localidade costeiras do Município de Mata de São João	202
Mapa 5.2: Base territorial do Master Plan em Praia do Forte – Área de estudo	210
Mapa 5.3: Praia do Forte – Condomínios de Segunda Residência, 2018.....	212
Mapa 5.4: Praia do Forte – acesso à praia	226
Mapa 5.5: Imobiliários-turísticos na Praia do Forte	228
Mapa 5.6: Condomínios de segunda residência tradicional e imobiliários-turísticos na Praia do Forte.....	230
Mapa 5.7: Praia do Saco e Praia das Dunas – Área de estudo	242
Mapa 5.8: Condomínios de segunda residência nas margens da SE-100 em Estância, Litoral Sul de Sergipe	257

CAPÍTULO 6

Mapa 6.1: Núcleo Central da Vila de Pescadores – Praia do Forte.....	260
Mapa 6.2: Atrativos Turísticos na Praia do Forte - Zona 1	269
Mapa 6.3: Atrativos turísticos na Praia do Forte – Zona 2.....	289
Mapa 6.4: Atrativos turísticos na Praia do Forte – Zona 3.....	294
Mapa 6.5: <i>Resorts</i> na Praia do Forte	308
Mapa 6.6: Principais localidades do Distrito de Açú da Torre – Mata de São João	320
Mapa 6.7: Espaço dos estacionamentos públicos e privados – Praia do Forte.....	328

Mapa 6.8: Zona 1 – Ponta do Saco, Estância	334
Mapa 6.9: Zona 2 – Núcleo central da Praia do Saco - Estância.....	338
Mapa 6.10: Zona 3 - Praia do Saco, Estância.....	352
Mapa 6.11: Zona 4 - Praia das Dunas, Estância	354

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 3

Tabela 3. 1: Recursos do financiamento PRODETUR/NE II	129
Tabela 3. 2: Projetos executados no âmbito do PRODETUR/NE II – por estado	129
Tabela 3. 3: Crescimento da segunda residência no Nordeste do Brasil.....	134

CAPÍTULO 4

Tabela 4.1: Investimentos PRODETUR/NE I e II na Zona Turística Costa dos Coqueiros .	152
Tabela 4.2: Ações do PRODETUR/NE I em Sergipe	173
Tabela 4.3: Investimentos públicos complementares ao PRODETUR/NE I entre 2008-2012	180
Tabela 4.4: Componente Infraestrutura e serviços básicos - Ações do PRODETUR Nacional	182
Tabela 4.5: Componente Fortalecimento Institucional - Ações do PRODETUR NACIONAL	184
Tabela 4.6: Componente Estratégia de comercialização - Ações do PRODETUR NACIONAL	185
Tabela 4.7: Componente Estratégia do Produto Turístico - Ações do PRODETUR NACIONAL	186
Tabela 4.8: Componente Gestão Ambiental - Ações do PRODETUR NACIONAL	188

CAPÍTULO 5

Tabela 5.1: Salvador e Litoral Norte da Bahia: densidade demográfica entre 1991, 2000 e 2010	195
Tabela 5.2: Distância em relação à capital, população urbana, população rural e segunda residência no Litoral Norte da Bahia em 1991	197

Tabela 5.3: População urbana, população rural e segunda residência no Litoral Norte da Bahia em 2000	198
Tabela 5.4: População urbana, população rural e segunda residência no Litoral Norte da Bahia em 2010	200
Tabela 5.5: Crescimento da Segunda Residência no Litoral Norte da Bahia entre 1991 e 2010	201
Tabela 5.6: População urbana, população rural e segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 1991.....	235
Tabela 5.7: População urbana, população rural e segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 2000.....	236
Tabela 5.8: População urbana, população rural e segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 2010.....	237
Tabela 5.9: Segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 1991, 2000 e 2010	238

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO 1

Quadro 1.1: “Turismo Fordista” versus “Turismo Pós-Fordista”	41
---	----

CAPÍTULO 4

Quadro 4.1: Ordenamento territorial turístico da Bahia	144
Quadro 4.2: Polos Turísticos regionalizados no PRODETUR/NE II na Bahia	146

CAPÍTULO 5

Quadro 5.1: Histórico judicial dos principais acontecimentos do conflito ambiental na Praia do Saco/Praia das Dunas.....	250
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 VERANEIO, TURISMO DE SOL E PRAIA E IMOBILIÁRIO-TURÍSTICO: AS BASES DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO LITORAL	25
1.1 A Invenção da praia	25
1.2 Entre o fordismo e o pós-fordismo: a organização da sociedade dos serviços turísticos..	35
1.3 Globalização e fragmentação territorial	43
2 REGIÃO TURÍSTICA E OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	54
2.1 Turismo e região: a formação da região turística litorânea	54
2.2 A busca geográfica da região turística	59
2.3 A caminhante, o caminhar e os sinuosos passos da pesquisa.....	81
2.3.1 O movimento do pensar a região turística sob a perspectiva pós-estruturalista.....	82
2.3.2 A totalidade e a multiplicidade do itinerário metodológico	84
3 A REGIÃO NORDESTE E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL ENTRE O LITORAL NORTE DA BAHIA E O LITORAL SUL DE SERGIPE	100
3.1 Nordeste, “Nordestes”: da seca ao paraíso tropical turístico	100
3.2 O planejamento territorial de turistificação do litoral nordestino	114
4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA E NO LITORAL SUL DE SERGIPE.....	136
4.1 A geografia do turismo na Bahia: a Zona Turística Costa dos Coqueiros no Polo Salvador e Entorno	136
4.2 O Turismo no litoral sergipano e o Polo Costa dos Coqueirais	161

5 A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO CONTEXTO URBANO-REGIONAL	189
5.1 A trajetória territorial da segunda residência no Litoral Norte da Bahia	190
5.2 Praia do Forte: a teia territorial em diferentes escalas	202
5.3 A “onda” ecológica, o planejamento territorial da segunda residência em condomínios de luxo e a implantação do imobiliário-turístico no século XXI	208
5.4 A segunda residência no Litoral Sul de Sergipe	231
5.5 Praia do Saco e Praia das Dunas: territórios exclusivos da segunda residência?.....	239
6 A DINÂMICA TERRITORIAL DO TURISMO NA PRAIA DO FORTE E NA PRAIA DO SACO	259
6.1 A invenção do paraíso: o mosaico urbano da Praia do Forte	259
6.2 Atrativos turísticos da Praia do Forte: marcos simbólicos e materiais de distinção territorial	267
6.3 Investimentos globais em meios de hospedagem na Praia do Forte	304
6.4 A Praia do Forte: encontros e desencontros no lugar	315
6.5 A territorialização turística na Praia do Saco e na Praia das Dunas.....	333
6.6 Master Plan: a proposta de urbanização turística na Praia do Saco	356
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	363
REFERÊNCIAS.....	370

INTRODUÇÃO

Praia, sol, areia e mar são signos que, em linhas gerais, simbolizam, para a sociedade ocidental contemporânea, o prazer do lazer, especificamente, do turismo de sol e praia. Mas as praias começam a ser ocupadas para práticas socioculturais elitistas dos europeus somente a partir da segunda metade do século XVIII. A prática, inicialmente realizada no inverno, é o banho de cura nas águas termais dos Spa's e nos *resorts* e posteriormente, na água do mar, o que se denomina de Talassoterapia (CORBIN, 1989). Com o tempo, a praia medicalizada se tornou o espaço do prazer. No século XIX, o romantismo influencia o olhar à paisagem e o litoral torna-se espaço contemplativo, vai-se à praia para conversar, caminhar, enfim, admirar a natureza. A burguesia tende a imitar esta prática aristocrata. Neste movimento em direção às bordas do mar, o espaço litorâneo é transformado pela implantação de diversas materialidades, com destaque para a segunda residência, os *resorts* e os hotéis, protótipos do que se vivenciam hoje.

No século XX, dois eventos importantes marcam a relação da sociedade ocidental com o espaço litorâneo, a saber: a frequência da praia no verão e as férias dos trabalhadores. Os norteamericanos disseminaram os benefícios à saúde da exposição ao sol. As praias começam a ser frequentadas no verão e além das propriedades terapêuticas, a exposição ao sol tornou-se símbolo de distinção sociocultural, de poder, o poder de viajar, o poder do bronzeado. Concebe-se neste período, o veraneio e o turismo de sol e praia. Casas de veraneio, as segundas residências, passam a ocupar o litoral. Outro acontecimento que merece destaque é o advento das férias trabalhistas remuneradas e coletivas. Os proletários da classe média direcionam-se em massa às praias frequentadas pela burguesia e a aristocracia, visto que eram praias que tinham infraestrutura para receber o quantitativo de pessoas que saíam de férias ao mesmo tempo, configura-se então o turismo de massas. Mas, como nos chama a atenção Cruz (2003), turismo de massas não é o turismo das massas, grande parte da população mundial ainda continua na linha da pobreza que impede ou dificulta a inclusão neste circuito de viagens triviais, de fim de semana ou de férias. A cultura de viagens também é seletiva, principalmente em países periféricos.

A presença dos proletários nas praias diminuía, para não dizer acabava, com o *status* do lugar da viagem, do turismo. Assim, a elite começa a buscar o exótico, a simplicidade de praias “escondidas” e sem a presença das outras classes. Expande-se a prática do veraneio e do turismo de sol e praia, redesenha-se o mapa do turismo no mundo e aponta-se a formação de

regiões e lugares turísticos. Ao mesmo tempo, o turismo de sol e praia é organizado como atividade econômica. Os serviços turísticos começam a ser incorporados no terceiro setor da economia e ainda na primeira metade do século XX entra em desenvolvimento a sociedade dos serviços turísticos. Mas, é a partir da década de 1970 com a crise do fordismo que o turismo apresenta-se como atividade econômica estrutural, “salvadora” da economia de alguns países, em especial o Brasil, no Nordeste brasileiro, nos espaços litorâneos do estado da Bahia e de Sergipe, que aqui nos interessa mais de perto. No século XXI, a crise de 2008 faz o mercado reinventar-se e neste processo, põe-se em relevo novamente o turismo, desta vez, articulado ao veraneio, inventa-se o imobiliário-turístico.

Turismo e veraneio juntos retroalimentam o mercado imobiliário e o mercado turístico. As casas de praia passaram a fazer parte de *resorts* ou de hotéis. É possível obter na casa de praia as ofertas dos serviços do *resort* ou do hotel, o que se denomina mercadologicamente de *condoresort* ou *condohotel* e na literatura de geografia do turismo, estuda-se como imobiliário-turístico (ASSIS, 2003; ALEDO TUR, 2008; CRUZ, 2009; DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010). Os estudiosos do turismo segmentam o processo vivenciado no imobiliário-turístico como turismo imobiliário ou turismo de segunda residência. Contudo, diante das inconsistências do termo, adota-se aqui o termo imobiliário-turístico para analisar tanto a materialidade como o processo de metamorfose do veraneio tradicional e da clássica casa de praia.

Veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico apresentam-se como práticas socioculturais e vetores econômicos de ocupação do espaço. Ao expandir-se da Europa para outras partes do mundo, o veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico territorializam outros lugares, encontram outras culturas, hibridizam-se com outras práticas, formam diferentes configurações territoriais. E em tempos de globalização, a expansão territorial do turismo e do imobiliário-turístico torna-se mais densa e a busca do exótico parece ter uma motivação jamais vivenciada antes. A “missão” da globalização é “turistar” o mundo, afirma Buades (2014). E esta missão é endossada pelo Mercado sob a égide do Estado.

No Nordeste brasileiro, especificamente no Litoral Norte da Bahia, a conclusão da Estrada do Coco (BA-099), em 1975, até a Praia do Forte, e a implantação da Linha Verde, continuidade da BA-099, em 1993, até a divisa com Sergipe, impulsiona a ocupação deste espaço por equipamentos de turismo e complexos residenciais turísticos (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009). Mas, antes deste intenso uso do território pelo turismo, a geógrafa sergipana Vera França, no final da década 1980, ao estudar a cocoicultura, já questionava: é a “estrada do coco” ou a “estrada do turismo/especulação”? (FRANÇA, 1988).

A estrada outrora implantada para o escoamento do coco parece ser hoje a estrada do veraneio, do turismo e do imobiliário-turístico, onde o “velho” e o “novo” se hibridizam.

Os investimentos públicos em infraestrutura básica e turística, destacadamente o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia (PRODETUR - BA), implantado desde a década de 1990, atraem investidores estrangeiros, de diferentes países, em especial Espanha e Portugal, para o Litoral Norte da Bahia. Segundo Araújo e Vargas (2013), cerca de 90% dos investimentos no Litoral Norte da Bahia advém do capital internacional ou em associação com o nacional. E a maior parte dos empreendimentos, como *resorts*, hotéis, pousadas, *condoresorts* e *condohotéis*, concentram-se no município de Mata de São João, especificamente nas localidades costeiras de Vila de Sauípe, Imbassaí e Praia do Forte (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009).

Nas primeiras décadas do século XXI, o Litoral Norte da Bahia passou a ser conectado com o Litoral Sul de Sergipe. A rodovia SE-100 integrou-se à rodovia BA-099 no Litoral Norte da Bahia. Entre estes espaços litorâneos, o veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário turístico dão o tom à nova lógica urbano-regional de ocupação territorial. A Praia do Saco, no município de Estância, Litoral Sul de Sergipe, e a Praia do Forte em Mata de São João, Litoral Norte da Bahia, destacam-se devido à densidade territorial das segundas residências. Estes dois municípios, embora não sejam contíguos, apresentam relação direta no que diz respeito à territorialização da urbanização turística. Há uma desconexão territorial e uma articulação urbano-regional. A fluidez territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia já desperta o interesse de investidores estrangeiros na Praia do Saco. Tanto assim que, desde 2013, planeja-se arquitetar na Praia do Saco, uma “mini Praia do Forte”.

Ademais, é válido ressaltar que Estância e Mata de São João são municípios que abrigam ambientes costeiros, como por exemplo, tabuleiros, dunas, cordões litorâneos, praias, manguezais, matas de restinga, estuários, entre outros. Diante destes ambientes de elevada fragilidade e vulnerabilidade ambiental, a implantação da BA-009 e da rodovia SE-100 foi acompanhada da criação, na década de 1990, de Unidades de Conservação (UC's) do tipo Áreas de Proteção Ambiental (APA's) que englobam as faixas costeiras dos municípios do Litoral Norte da Bahia e do Litoral Sul de Sergipe, nas quais estão inseridos os municípios de Mata de São João e Estância. Na Bahia, em 1992, foi criada APA Litoral Norte e em Sergipe, em 1993, foi decretada a APA Litoral Sul.

O município de Estância e de Mata de São João apresentam particularidades nas diferentes intensidades do estágio de desenvolvimento do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico. Enquanto a Praia do Saco pode ser analisada como um momento

embrionário de urbanização turística, a Praia do Forte se mostra ao mundo como um destino internacionalmente consolidado. A Praia do Saco e a Praia do Forte apresentam singularidades e particularidades de natureza política, social, econômica e ambiental, que as distinguem das demais praias que fazem parte do caminho entre elas. Há “buracos” na (des)conexão territorial entre Estância e Mata de São João porque alguns povoados são excluídos dos investimentos públicos e privados da dinâmica territorial turística. Neste território-zona, há uma seletividade do capital e a possível formação de uma “região turística com buracos”¹ entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia, ou seja, em territórios-rede.

O movimento entre o particular e o singular através das redes geográficas desenhadas pelo veraneio, pelo turismo de sol e praia e pelo imobiliário-turístico tendem a arquitetar o ‘território-rede’ entre Estância e Mata de São João. Deste modo, é válido mencionar que “a rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera quanto aprisiona. É porque ela é um ‘instrumento’, por excelência, do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 204). A (des)conexão de Estância e de Mata de São pode estabelecer o que professor Milton Santos (2012) denomina de a ‘Guerra dos Lugares’ através da competição para obterem os recursos dos investidores nacionais e internacionais do mercado imobiliário e turístico. Santos (2012) ilumina esta questão ao analisar que os lugares para tornarem-se cada vez mais globais, comercializam/negociam os recursos materiais e imateriais que dispõem, entre outras vantagens, como um ímã para atrair o capital nacional e internacional.

As vantagens competitivas no litoral sergipano são, principalmente, a qualidade ambiental e os preços das glebas de terras disponíveis para construção. Em contrapartida, o Litoral Norte baiano é analisado e criticado em virtude do incremento de problemas ambientais e de conflitos territoriais nos destinos litorâneos com maior densidade na urbanização turística, a saber: Vila de Sauípe, Imbassaí e Praia do Forte (LIMONAD, 2007a, 2007b, 2008, 2011). Limonad (2008) alerta sobre os problemas sociais e ambientais ao reformular o convite clássico de Dorival Caymmi: “*Você já foi à Bahia, néga?! Não! Então vá!... antes que acabe*”. Assim, após a construção da ponte que integra a BA-099, a chamada Estrada do Coco, Litoral Norte da Bahia, a SE-100, Rodovia Ayrton Senna, Litoral Sul de Sergipe, e as diversas ações do Estado em infraestrutura básica e turística, investidores nacionais e internacionais do mercado imobiliário e turístico já começam a se perguntar: e o que é que Sergipe tem a oferecer? O espaço litorâneo de Sergipe começa a ser “re-descoberto”.

¹ Allen, Massey e Cochrane (1998), citados por Haesbaert (2014a), defendem no artigo “Rethinking the Region”, a ideia de “Região com buracos”.

Neste contexto, estrutura-se o seguinte problema de pesquisa: a articulação territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia forma uma região turística? A tese defendida é que a partir da articulação rodoviária litorânea entre Aracaju (SE) e Salvador (BA), a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre os municípios de Estância, Litoral Sul de Sergipe, e Mata de São João, Litoral Norte da Bahia, tendem a configurar em territórios-zona, entre estes litorais, e território-rede, entre a Praia do Saco (SE) e a Praia do Forte (BA), uma região turística sob a égide do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário.

A inexistência de análises urbano-regionais sobre as implicações socioespaciais da fluidez territorial entre Aracaju (SE) e Salvador (BA) motivou o desenvolvimento da pesquisa proposta. Desse modo, além da contribuição pelo ineditismo da proposta, pretendeu-se colaborar também com o desvelar das dinâmicas territoriais comandadas pelo veraneio, pelo turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico após a articulação costeira entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia e refletir sobre as novas formas de reorganização e reconfiguração territorial destes litorais movimentadas pelas redes geográficas de circulação e comunicação, pela urbanização dispersa, pela segregação socioespacial e pelos problemas ambientais e conflitos territoriais.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia sob a perspectiva da formação de uma região turística. Especificamente objetivou-se: (i) entender a ocupação territorial do Litoral de Estância, e do Litoral de Mata de São João; (ii) compreender a atuação do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário na formação de uma região turística; (iii) analisar os elementos regionalizadores entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia; e, (iv) discutir a relação de cooperação e resistência das comunidades litorâneas diante do novo arranjo urbano-regional entre o Litoral Sul sergipano e o Litoral Norte baiano.

Diante desses objetivos, a pesquisa está estruturada em seis capítulos além desta introdução e das considerações finais. No Capítulo 1, intitulado “*Veraneio, turismo e imobiliário-turístico: as bases da configuração territorial do litoral*”, discute-se inicialmente a transição da praia medicalizada para a praia do “prazer” como forma de apropriação simbólico-cultural do espaço litorâneo. A partir da discussão da estrutura simbólica-cultural, analisa-se a estrutura político-econômica que entre o fordismo e o pós-fordismo tornou os serviços turísticos uma atividade econômica estrutural após o advento das férias remuneradas e do movimento da massa de trabalhadores para o litoral. E em tempos de conexão mundial, a

territorialização das atividades turísticas é comandada pela globalização e pela fragmentação territorial que articuladas dão o tom à região turística.

No Capítulo 2, “*Região Turística e os Caminhos da Pesquisa*”, analisa-se a região como conceito e categoria no pensamento geográfico e as possibilidades de pensar a região turística sob a perspectiva da região natural, da região geográfica, do método regional, da região neopositivista, da região do capital e da região cultural. Reflete-se ainda sobre a região turística em tempos de globalização e os conceitos geográficos de território, rede e lugar. Trata-se da região turística como escala geográfica, como conceito e como instrumento metodológico, a regionalização. Entre a realidade vivenciada entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia e os fundamentos teórico-metodológicos analisados no capítulo, os caminhos da pesquisa são desenhados.

No Capítulo 3, “*A região Nordeste e a formação socioespacial entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe*”, discute-se a imagem social, ideológica, da região Nordeste. A imagem da fome, da seca e da miséria associada à região Nordeste muda com o tempo e hoje, a ideia do paraíso, da região destino de férias parece eclipsar a ideia do atraso outrora propagada. Neste sentido, investimentos públicos, com destaque para o PRODETUR, e privados começam a ser realizados no Nordeste, em especial para o “corredor” costeiro turístico entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia.

“*A territorialização do turismo no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe*” intitula o Capítulo 4. Nesse capítulo, objetivou-se entender a ocupação territorial turística especificamente nos municípios de Mata de São João e, em Estância. Neste capítulo, a indissociável relação entre o Estado e o Mercado e o processo de ocupação territorial do Nordeste e Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia são discutidos com ênfase para as praias estudadas.

No Capítulo 5, “*A segunda residência no contexto urbano-regional*”, sob a perspectiva mundo-região-lugar, analisa-se a “velha” e a “nova” forma-conteúdo da segunda residência no contexto urbano-regional, tanto nas particularidades dos municípios do Litoral Norte da Bahia e do Litoral Sul de Sergipe quanto nas singularidades da Praia do Forte (BA) e da Praia do Saco (SE).

No sexto e último Capítulo, “*A Dinâmica Territorial do Turismo na Praia do Forte e na Praia do Saco*”, as singularidades das localidades são analisadas sob a perspectiva do turismo de sol e praia em sua totalidade desde o planejamento turístico e os marcos simbólicos e materiais de diferenciação socioespacial, até as relações socioespaciais de cooperação e resistências das comunidades litorâneas.

1 VERANEIO, TURISMO DE SOL E PRAIA E IMOBILIÁRIO-TURÍSTICO: AS BASES DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO LITORAL

O veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico são práticas socioculturais contemporâneas que se territorializam no litoral e configuram geograficamente as bordas do mar. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é entender a configuração territorial do litoral sob a perspectiva do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico. Inicialmente, discute-se a invenção da praia para o veraneio e o turismo de sol e praia. A praia começa a ser ocupada no século XVIII pelos europeus para práticas de saúde e posteriormente, descobre-se o prazer à beira-mar. No século XX, os trabalhadores “vão à praia”, devido ao advento das férias remuneradas. Neste diapasão, o turismo começa a ser organizado como atividade econômica.

O modo de produção fordista e pós-fordista são analisados para fundamentar teoricamente a compreensão da imbricação da apropriação simbólico-cultural da praia e da organização dos serviços turísticos como atividade econômica estrutural. A crise entre o fordismo e o pós-fordismo é um convite à expansão geográfica do capitalismo. Por sua vez, os hotéis, os *resorts* e os imobiliários-turísticos expandem-se territorialmente pelo mundo através das cadeias hoteleiras e turísticas. A globalização dá o tom a turistificação do mundo. Em contrapartida, a fragmentação territorial direciona a globalização com vista às desigualdades e diversidades territoriais.

Em síntese, este capítulo caminha pelos aspectos simbólicos-culturais no processo da “*Invenção da praia*”; pelos aspectos políticos-econômicos do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico ao refletir “*Entre o fordismo e o pós-fordismo: a organização dos serviços turísticos*”; e analisa o contexto da expansão geográfica do turismo e do imobiliário-turístico em tempos de “*Globalização e fragmentação territorial*”.

1.1 A Invenção da praia

A vida só existe em movimento. Os seres humanos movimentam-se do primeiro ao último suspiro. Há movimentos que são intrínsecos ao existir, como por exemplo, movimentar-se para alimentação, para abrigo, para proteção. Mesmo hoje sob o domínio do sedentarismo, somos “obrigados” a nos movimentar. O movimento é vital ao corpo e a mente. E a inventividade humana cria mais movimentos, com destaque para o movimento ao hedonismo,

ao lazer, enfim, ao turismo. Pensar em sair da rotina parece já causar prazer. O que fazer no final de semana e/ou nas férias? Planeja-se a viagem, o encontro com os amigos, a praia, o churrasco, o banho de sol na pérgola da piscina, as brincadeiras no *resort*, a possibilidade de conhecer novas culturas e fazer novas amizades. Estes planos, comuns à classe média da sociedade capitalista ocidental, relacionam-se às férias remuneradas e em linhas gerais, aos destinos praianos.

As férias são concebidas como o tempo de “não-trabalho” utilizado para o lazer, o descanso, o desenvolvimento de atividades de prazer. Entre o trabalho e o lazer, questiona-se: trabalha-se para ter férias ou têm-se férias para trabalhar? “Trabalhamos, sobretudo para poder sair de férias, e temos a necessidade de férias para poder retomar o trabalho” (KRIPPENDORF, 2000, p. 16). Esta dialética do lazer conduz a reflexão sobre a difusão do turismo de sol e praia para uma parcela da classe operária.

No século XX e XXI, uma das atividades de lazer de maior envergadura foi e continua a ser, o turismo de sol e praia. O deslocamento do espaço de moradia e/ou trabalho para um espaço produzido para o prazer da classe média operária, (re)desenha a geografia do turismo no litoral e traz à tona a formação de uma sociedade de serviços turísticos. Grosso modo, para a sociedade ocidental capitalista contemporânea, o mar, a praia e o sol têm significados talassoterapêuticos e hedonísticos.

Mas ironicamente, a significação do ambiente praial para a saúde, e posteriormente, para o prazer, é inventada, particularmente, pelos ingleses na segunda metade do século XVIII diante da depressão – *spleen*² – da aristocracia. “Espera-se do mar que acalme as ansiedades da elite, que restabeleça a harmonia do corpo e da alma, que estanque a perda da *energia vital*. Espera-se dele que corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto” (CORBIN, 1989, p. 74, grifo do autor). O romantismo idealista contrapondo-se ao racionalismo característico do iluminismo no século XVIII impulsiona a aproximação da sociedade com a natureza. Inventa-se assim, o uso da água do mar, da areia, do ar e do sol para a cura de doenças psíquicas e físicas. É válido esclarecer que compreende-se a invenção sob a perspectiva de Hobsbawm e Ranger (2012). Assim, interpreta-se a invenção como a invenção da tradição, “um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pelo imposição da repetição” (HOBBSAWM; RANGER, 2012, p. 11).

Inicialmente, os banhos de cura acontecem nos balneários próximo no continente, denominados de *Spa* ou *Resort*. E posteriormente, na água do mar, conhecido por

² Desarmonia entre o corpo e a mente (CORBIN, 1989).

Talassoterapia. Segundo Cruz (2000, p. 89), com base no *Shorter Oxford English Dictionary*, *resort* é um termo de língua inglesa que significa “estação de veraneio” ou “lugar para o qual as pessoas vão a fim de passar férias, restaurar a saúde etc”³.

Desde o século XVIII, os ricos rendeiros ingleses estavam à procura de *health places* no Continente. O número destes *resorts* ou estação e sua frequência aumentaram muito no século XIX, porque se multiplicaram os *invalid*: eram qualificadas assim as pessoas de alta renda que tinham certo tipo de doenças: doenças de languidez, de definhamento, doenças do peito, pessoas de constituição doentia...o século XIX foi marcado pelo *spleen* romântico, mas também pela volta das grandes epidemias de outrora, como a cólera (BOYER, 2003, p. 50, grifo do autor).

Os médicos higienistas da época prescreviam banhos de imersão e a ingestão da água do mar, além de contato com a areia e o ar da praia (CORBIN, 1989; URRY, 2001). Frequentava-se a praia no inverno, acreditava-se que a água do mar no verão poderia fazer mal à saúde. “Tinha-se como muito perigoso banhar-se no verão, quando, segundo se acreditava, os nocivos ‘eflúvios salinos’ liberavam no mar sinistros, invisíveis e muito prejudiciais para a saúde dos banhistas”⁴ (TURNER; ASH, 1991, p. 88, [Tradução Livre]). A frequência à praia impulsiona a sociabilidade entre as pessoas e o desenvolvimento de outras práticas, como por exemplo, a natação, as caminhadas, a contemplação da praia, entre outras, usa-se a praia para o hedonismo. Sobre os usos da praia no século XVIII, Corbin (1989, p. 91) salienta que nesta época, “não se vai aí para se expor aos raios do sol que congestiona, resseca e faz arder a pele, suscitando sempre o desprazer. Não se fica deitado na areia; anda-se, senta-se de vez em quando. A praia é lugar de deambulação, de conversação”. Em outras palavras, o movimento era lento, as práticas marítimas eram retraídas.

O prazer à beira-mar materializava-se na construção de casas invernais, ou seja, a aristocracia construía uma segunda residência para ter o prazer de habitar na praia, processo conhecido como vilegiatura marítima. Já no século XX, após a Primeira Guerra Mundial, os alemães descobrem as propriedades terapêuticas do sol e os médicos higienistas começam a incentivar a frequência no verão. “Durante a guerra, os alemães haviam descoberto que os banhos de sol constituíam um tratamento muito indicado para determinadas deficiências e enfermidades das crianças. Tomar banhos de sol passou a ser parte de um estilo de vida

³ Cruz, 2000, nota de rodapé.

⁴ Se tenía por muy pernicioso bañarse en verano, cuando, según se creía, las nocivas “salinas efluvia” pendían sobre el mar siniestras, invisibles y muy perjudiciales para la salud de los bañistas (TURNER; ASH, 1991, p. 88).

saudável, propenso ao contato direto com ar livre”⁵ (TURNER; ASH, 1991, p. 115, [Tradução Livre]). Assim, o verão e o bronzeado entram na moda. A segunda residência começa a ser frequentada no verão. Assim, a vilegiatura marítima no verão ilumina uma nova prática socioespacial: o veraneio.

A segunda residência e os processos socioespaciais nela vivenciados estruturam formas-conteúdos que se apresentam, sob a perspectiva geográfica, como elementos regionalizadores do litoral. Inicialmente, faz-se necessário mencionar que há diferentes termos para nomear a segunda residência no espaço praial. Popularmente, denomina-se como casa de praia, casa de veraneio e/ou casa de temporada. Nas pesquisas sobre essa temática, além de segunda residência, outros termos são usados, como por exemplo, residência secundária, Domicílio de Uso Ocasional (DUO) para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), residência turística, habitação de lazer ou ainda, alojamento turístico (SEABRA, 1979; IBGE, 1991; TULIK; 2001; CRUZ, 1999; SANTOS, 2015). Desse modo, cabe questionar: como definir uma segunda residência?

Antes de responder essa questão, deve-se analisar o primeiro processo socioespacial vivenciado em uma segunda residência, a saber: a vilegiatura marítima. Turner e Ash (1991) ressalta que, embora o imaginário ocidental sobre as benesses à beira-mar tenham despertado, de modo geral, no século XVIII, os romanos e os gregos foram exceções na relação com o mar e a praia. Esses povos desenvolveram diversas práticas marítimas, dentre elas, a recreação. Ainda na Antiguidade Clássica, os homens cultos de Roma praticavam o *otium cum dignitate* (ócio com dignidade) nas praias marítimas e a estada se dava na *villa* de recreio, ou seja, em uma casa próximo à praia. O ócio com dignidade em uma *villa* de recreio estrutura a prática socioespacial da vilegiatura marítima (TURNER; ASH, 1991). No século XVIII, com a “corrida” às praias medicalizadas, a vilegiatura marítima é retomada pela aristocracia europeia. No século XX, com a frequência das praias no verão, nasce o veraneio *stricto sensu*, ou seja, a vilegiatura marítima no verão. Seja como for, vilegiatura marítima e/ou veraneio, o elemento central dessas práticas socioespaciais é a segunda residência no espaço praial.

Neste contexto, pesquisadores brasileiros e estrangeiros buscam definir a segunda residência. A geógrafa brasileira Odette Seabra (1979) ao analisar a espacialização da segunda residência no litoral de Santos (SP) define-a como uma “habitação cujo uso é eventual, a qual portanto, não se constitui em suporte da vida cotidiana” (SEABRA, 1979, p. 01). O historiador

⁵ “Durante la guerra, los alemanes habían descubierto que los baño de sol constituían un tratamiento muy indicado para determinadas deficiencias y enfermedades de los niños. Tomar baños de sol pasó a ser parte de un estilo de vida sano, propenso al contacto directo con el aire libre” (TURNER; ASH, 1991, p. 115).

francês Marc Boyer (1972) salienta a dificuldade em definir a residência secundária e analisa como uma “residência de lazer que o proprietário – residente habitualmente na cidade – utiliza por toda ou parte das suas férias e dos finais de semana”⁶ (BOYER, 1972, p. 124, [Tradução Livre]). Sob a perspectiva do veraneio, o geógrafo espanhol López Colás (2003, p. 28, [Tradução Livre]) define a segunda residência como uma “residência destinada ao ócio, localizada em um espaço recreacional e ocupada unicamente uma parte do ano”⁷.

No Brasil, desde 1970, o IBGE propõe definições operacionais para a segunda residência. Mas somente em 1991, a definição operacional se consolida na estatística oficial. Assim, o IBGE denomina a segunda residência de **Domicílio de Uso Ocasional (DUO)** e defini-o como “**domicílio particular** que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, **os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim**” (IBGE, 1991, p. 13, grifo nosso). Neste compasso, Tulik (2001, p. 10) define operacionalmente a segunda residência como “**um alojamento turístico**, particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílio permanente em outro lugar”. Diante dessas definições, veraneio e turismo parecem se tornar sinônimos, mas veraneio não é turismo e vice-versa, mesmo que tenham a segunda residência como elemento comum em ambos.

Santos (2015) salienta que as relações socioespaciais no veraneio e no turismo configuram territorialidades diferentes que permitem distinguir o veranista do turista. Pereira (2010) ao refletir sobre vilegiatura marítima destaca que “**não é a vilegiatura que corresponde a um tipo de turismo**, ao contrário, este último nasce e está em volto numa atmosfera regida pela diversificação da vilegiatura. [...] No século XIX, **as estâncias de vilegiatura e os vilegiaturistas abriram caminho para as primeiras viagens turísticas**” (PEREIRA, 2010, p. 03, grifo nosso). O turismo é uma atividade aristocrática estruturada na Inglaterra no final do século XVII e no século XVIII com o intuito de incrementar a educação dos jovens aristocratas (BOYER, 2003). Estes jovens praticavam o *The Tour*, comumente denominado de *Grand Tour*, ou seja, uma volta em alguns países da Europa ocidental.

O *Grand Tour* no século XVII baseava-se “em observações e registro neutro de galerias, museus, artefatos altamente culturais” (URRY, 2001, p. 19), também conhecido como “*Grand Tour* Clássico”. No século XVIII, o romantismo idealista, em contraponto ao racionalismo iluminista, reflete a subjetividade do ser humano como parte da natureza, este

⁶ “Au sens courant, la résidence secondaire est une résidence de loisir que le propriétaire – résidant habituellement en ville - utilise pour tout ou partie de ses vacances et pour des week-ends” (BOYER, 1972, p. 124).

⁷ “vivienda destinada al ocio, localizada en un espacio recreacional y ocupada únicamente una parte del año” (LOPÉZ COLÁS, 2003, p. 28).

pensar induz a contemplação da natureza. O *Grand Tour* muda o destino da viagem, da contemplação da produção humana para a contemplação da natureza *stricto sensu*, mais especificamente das praias, o “*Grand Tour* romântico”, nas palavras de Urry (2001).

As práticas à beira-mar, especificamente a talassoterapia e vilegiatura marítima, demandaram a implantação de infraestrutura onde foram desenvolvidas. O que induziu o uso destes espaços também pela burguesia. Assim, o século XIX é marcado pela mudança na relação de superioridade da aristocracia diante da difusão do turismo para a burguesia. O turismo neste contexto se apresenta no século XIX como emulação da vilegiatura marítima praticada pela aristocracia.

No início do século XIX, a distinção inglesa difunde-se entre a aristocracia europeia e é imitada pela burguesia. “Imitação capilar, pois cada estrato copiava os comportamentos e as escolhas da categoria imediatamente superior. Durante os dois séculos de turismo elitista, o fato de ser turista, de passar uma temporada em certa estação da moda, conferia um status” (BOYER, 2003, p. 32). As melhorias nos meios de transporte e comunicação, a invenção do automóvel, a criação da necessidade de retorno à natureza, a instalação de hotéis, pousadas, albergues e alojamentos, entre outros acontecimentos, induzem e conduzem a burguesia às praias. A mídia tem um papel de *marketing* fundamental na difusão do turismo para a burguesia diante dos elogios aos lugares de veraneio frequentados pela aristocracia (BOYER, 2003).

A existência do turismo está condicionada ao seguinte tripé mercadológico: transporte, hospedagem e restauração. Os meios de transporte, as hospedagens e os restaurantes não foram criados para os turistas ou para facilitar o turismo, chama a atenção Boyer (2003). Ou seja, longe da linearidade, a história é simultânea. Por isso, não se deve confundir a história dos meios de transporte, hospedagem e de restaurantes com a história do turismo. Há uma simbiose histórica que dá o tom a gênese da formação da sociedade dos serviços turísticos. O século XVIII marca a organização de ambientes para alimentação, os restaurantes e a invenção do hotel. Turner e Ash (1991) ressaltam que o turismo resulta das ondas de tecnologia que transformaram a geografia social do mundo.

Primeiro foi a **ferrovia**, que abriu continentes inteiros para o transporte de alimentos e materiais; graças a ferrovia as grandes cidades industriais foram possíveis desde o século XIX. Chegaram depois os **barcos a vapor**, que fizeram às vezes de tendões ao permitir que impérios crescessem organicamente e se estendessem por todo o planeta, que tomassem o quanto desejaram de suas novas colônias. O **automóvel** iniciou a descentralização das nações ao proporcionar nova energia às cidades mediante o desenvolvimento de amplos subúrbios. Por último, o **avião**, ao existir intimamente vinculado a uma crescente opulência, tem dado lugar ao nascimento de toda uma nova

tribo: a dos turistas em massa, isto é, os bárbaros de nossa Idade do Ócio (TURNER; ASH, 1991, p. 9-10, grifo nosso, [Tradução Livre])⁸.

Estes “meios de viagem”, para usar a expressão de Boyer (2003), possibilitaram o germinar da organização de viagens turísticas. O inglês Thomas Cook apresenta-se como o precursor do turismo como atividade econômica, ainda no século XIX. Thomas Cook operacionalizou viagens turísticas com a negociação de descontos no transporte e na hospedagem. A compra de bilhetes de trem em grande quantidade e com antecedência possibilitou a diminuição no valor, de igual modo negociou com a hotelaria. Assim, inventou o *voucher*, um cupom de crédito nos serviços de transporte e hospedagem. “Armados com os cupons de trem e de hotel que emitia na agência Cook, o turista podia exigir preços uniformes e uns critérios mínimos de serviços e alojamento”⁹ (TURNER; ASH, 1991, p. 85, [Tradução Livre]). Thomas Cook inventou o lucro da organização de viagens turísticas. Ademais, Cook criou uma empresa de serviços turísticos, o que hoje denominamos de agências de viagens e turismo ou operadoras turísticas.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o turismo difunde-se no mundo do trabalho, da burguesia a uma parte dos operários. A Revolução Industrial do século XIX veio acompanhada da máxima utilização da mão-de-obra dos trabalhadores. Houve a diminuição dos dias de folga. “Por volta de 1840, restavam apenas dois dias – *Christmas e Good Friday* (Sexta-feira Santa) – nas minas e na maioria das indústrias; nenhuma diferença para as mulheres e para as crianças; os Bancos fechavam apenas quatro dias por ano” (BOYER, 2003, p. 91). Os trabalhadores reagiram com reivindicações. Reivindicavam folgas, férias remuneradas e a divisão do dia em três oito: oito horas de trabalho, oito horas de sono e de cuidados pessoais e oito horas para o lazer (BOYER, 2003).

As revoltas dos trabalhadores desde o final do século XIX se refletem no século XX, entre 1920 e 1940, na redução das horas e da semana de trabalho e no direito as férias remuneradas. Em 1922, a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) legaliza às férias pagas, a Itália decretou férias remuneradas em 1927 com a Carta do Trabalho e em

⁸ Primero fue el ferrocarril, que abrió continentes enteros al transporte de alimentos y materiales; gracias al ferrocarril fueron posibles las grandes ciudades industriales del siglo XIX. Llegaron después los barcos de vapor, que hicieron las veces de tendones al permitir que los imperios crecieran orgánicamente y se extendiesen por todo el planeta, que tomasen cuanto desearan de sus nuevas colonias. El automóvil inició la descentralización de las naciones al proporcionar savia nueva a las ciudades mediante el desarrollo de amplios suburbios. Por último, el avión, al existir íntimamente vinculado a una creciente opulencia, ha dado lugar al nacimiento de toda una nueva tribu: la de los turistas en masa, es decir, los bárbaros de nuestra Edad del Ocio (TURNER; ASH, 1991, p. 9-10).

⁹ “Armado con los cupones de ferrocarril y de hotel que emitía la agencia Cook, el turista podía exigir precios uniformes y unos criterios mínimos de servicio y alojamiento” (TURNER; ASH, 1991, p. 85).

1931, a República Espanhola torna lei o pagamento das férias. A França, os países da Europa Central, a Escandinávia, Portugal, Brasil, Chile e Venezuela constitucionalizam as férias pagas entre 1935 e 1939 (BOYER, 2003). “Os Estados Unidos foram o único grande país em atraso: nenhuma lei, mas convenções coletivas que em 1939, beneficiaram um quarto dos trabalhadores. O salto operou-se durante a guerra; em 1944, 85% dos assalariados americanos tinham férias remuneradas, através de convenções” (BOYER, 2003, p. 105). As férias remuneradas tornam-se um Direito, inscrita na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, em 1948. A Segunda Guerra Mundial teve um papel decisivo na compreensão da relação entre trabalho e lazer. Segundo Urry (2001, p. 47, grifo nosso),

por ocasião da Segunda Guerra Mundial, houve uma aceitação geral da visão de acordo com o qual **sair de férias era bom e constituía a base da renovação pessoal**. As férias quase havia se tornado marca de cidadania, um direito ao prazer. Em torno desse direito desenvolveu-se na Grã-Bretanha uma ampla infraestrutura que proporcionava serviços especializados, sobretudo nos balneários. Todo mundo se tornara autorizado a gozar dos prazeres do ‘olhar do turista’ à beira-mar.

O direito as férias remuneradas foi adquirido, mas o período para ter férias não era uma escolha dos trabalhadores. A maior parte das empresas da Inglaterra, da França e da Itália passa a decretar férias coletivas em Agosto. Em virtude disto, uma massa de trabalhadores migrava para as praias. As emulações das práticas marítimas e do turismo elitista articulada ao tempo livre remunerado dão o tom ao turismo de massa. Urry (2001) menciona que o turismo de massa desenvolveu uma “hierarquia” espacial dos balneários e de certos lugares, que passaram a “ser vistos como corporificações do turismo de massa, a serem desprezados e ridicularizados. Grandes diferenças de ‘tom social’ se estabeleceram em lugares que, de resto, eram semelhantes” (URRY, 2001, p. 34). Acredita-se que o termo mais adequado seria discriminação espacial, pois “alguns destes lugares – os balneários da classe trabalhadora – desenvolveram-se rapidamente como símbolos do ‘turismo de massa’, lugares de inferioridade que representavam tudo aquilo que os grupos sociais dominantes consideravam de mau gosto, comum e vulgar” (URRY, 2001, p. 34). Os contornos da geografia do turismo tornam-se mais densos, o que aponta para regiões turísticas estratificadas entre a elite e os trabalhadores.

Pereira (2010) destaca que na segunda metade do século XX, “os turistas e a invenção dos lugares turísticos promoveram a expansão (tanto em termos quantitativos como abrangência espacial) dos espaços disponíveis a vilegiatura. As atividades não se anulam” (PEREIRA, 2010, p. 03). Assim, a vilegiatura marítima, especificamente o veraneio, e o turismo

de sol e praia, desenvolvem-se concomitantemente no espaço praial e são práticas em expansão geográfica. Como se sabe, o veraneio e o turismo de sol e praia pode ter em comum o uso da segunda residência, mas questiona-se: o que diferencia essas práticas socioespaciais?

Santos (2015) com base em ampla pesquisa bibliográfica e densa pesquisa de campo, aponta um conjunto de características que distingue no século XXI, o veranista do turista de sol e praia, o que elucida a questão anteriormente colocada. Segundo Santos (2015), a primeira característica está relacionada ao significado do veranear. Frequentar uma segunda residência para o veranista significa uma herança cultural. É o momento de reunião com a família, ao mesmo tempo em que corresponde, como no século XIX, a *status* e a diferenciação socioespacial. Outra característica, é a forma da casa de praia ou casa de veraneio. A segunda residência apresenta-se em casas/lotes, ou apartamentos, emuralhadas ou não. A terceira característica de distinção, entre veranista e turista de sol e praia na segunda residência, está no vínculo psicossocial criado com o lugar. Desse modo, Santos (2015) considera veranista tanto o proprietário da segunda residência quanto o usuário que aluga a casa de veraneio por um período superior a seis meses, visto que se tornam “fiéis” ao lugar de lazer, desenham um território de veraneio e formam uma identidade territorial. A última característica analisada por Santos (2015) são os laços de sociabilidade. De acordo com a autora, os veranistas conhecem seus vizinhos e criam laços de sociabilidade com outros veranistas e os moradores permanentes. Em síntese, o veranista faz da segunda residência uma habitação de lazer. Corrobora-se com Pereira (2010), o veranista ou vilegiaturista vivencia a estada.

Os turistas de sol e praia usam a segunda residência como meio de hospedagem extrahoteleiro, visto que alugam a segunda residência pela relação custo/benefício. Em linhas gerais, o valor do aluguel é menor que de uma Unidade Habitacional (UH) na rede hoteleira. Os turistas de sol e praia, diferente dos veranistas, ressalta Santos (2015), alugam a segunda residência por um final de semana ou feriado prolongado e a experiência com o lugar é efêmera. E principalmente, o objetivo da viagem é vivenciar os atrativos paisagísticos e culturais. Enquanto que para o veranista, o vivenciar a estada na casa de praia é em si, uma atração. Assim, os laços de sociabilidade do turista de sol e praia com outros turistas, com os veranistas e a comunidade receptora são superficiais. Desse modo, a segunda residência é um alojamento turístico.

Em resumo, até o século XX, havia na segunda residência, basicamente, duas práticas socioespaciais: o veraneio e o turismo de sol e praia. No veraneio, a segunda residência corresponde a uma habitação de lazer. No turismo de sol e praia, a segunda residência funciona como um alojamento turístico. Esses são os conteúdos da segunda residência. No que diz

respeito à forma, a segunda residência apresenta-se em casas ou loteamento residenciais, ou ainda apartamentos, em condomínios fechados ou *per se*. No século XXI, a segunda residência é reinventada na articulação do veraneio com o turismo de sol e praia. Uma “nova” forma-conteúdo é criada e associa-se a “velha” forma-conteúdo desenvolvida na segunda residência no século XX na configuração territorial do litoral na geografia do presente.

Essa “nova” forma-conteúdo da segunda residência, Ferreira e Silva (2010) e Silva (2010b) denominam de imobiliário-turístico, diante da união do mercado imobiliário com o mercado turístico. No século XXI, alguns investidores internacionais, preparando-se para uma possível crise imobiliária nos EUA, em virtude das hipotecas *subprimes*, intensificam a aplicação de recursos na construção de *resorts* na Europa e na América Latina e inventam um produto imobiliário de alta liquidez, com retorno rápido, facilmente comercializável: o imobiliário-turístico. A casa ou apartamento de segunda residência foram integrados no espaço do *resort* ou do hotel e atualmente são comercializados como *condoresort* ou *condohotel*, ou seja, o condomínio do *resort* ou o condomínio do hotel. Mais do que um condomínio fechado de alto luxo, o imobiliário-turístico apresenta-se como a posse de uma parcela do *resort* ou do hotel e dos serviços e produtos oferecidos (FERREIRA; SILVA, 2010; SILVA, 2010b).

A forma do imobiliário-turístico estrutura-se no *condoresort* e no *condohotel* e o conteúdo, configura o turismo imobiliário, turismo de segunda residência ou turismo residencial. Mazón e Aledo (2005, p. 18-19) definem o turismo residencial como uma “atividade econômica que se dedica à urbanização, construção e venda de imóveis turísticos-residenciais que compõem o setor extrahoteleiro [...] e que respondem a novas formas de mobilidade e residencialidade das sociedades avançadas”.

Seja como for, casa de praia ou imobiliário-turístico, a centralidade da questão geográfica está no fenômeno territorial que é a segunda residência no litoral. Enquanto casa de praia ou casa de veraneio, a “velha” forma-conteúdo da segunda residência tem aspectos simbólicos-culturais densos estruturados na vilegiatura marítima, no veraneio, e no turismo de sol e praia configurados, sobretudo, no século XIX e XX. O imobiliário-turístico, essa “nova” forma-conteúdo da segunda residência, fundamenta-se, principalmente, nos aspectos políticos-econômicos do mercado imobiliário e do mercado turístico (Figura 1.1).

Desse modo, o subcapítulo a seguir analisa a estruturação do turismo de sol e praia como atividade econômica no período de acumulação fordista e o contexto da reinvenção da segunda residência no pós-fordismo. Em outros termos, entre o fordismo e o pós-fordismo buscou-se compreender a organização da sociedade dos serviços turísticos.

Figura 1.1: A “velha” e a “nova” forma-conteúdo da segunda residência no litoral

1.2 Entre o fordismo e o pós-fordismo: a organização da sociedade dos serviços turísticos

A seletividade espacial impulsionada pela interpretação semiótica do destino turístico conduz a análise do turismo sob a perspectiva simbólico-cultural e político-econômica. O turismo elitista, leia-se aristocrata e burguês, apresenta-se como um processo sociocultural que por produzir o espaço para e pelo turismo induz, tendo em vista as infraestruturas, o uso pelas massas de trabalhadores e repele os veranistas e turistas da elite para outros lugares. Ao mesmo tempo, o turismo começa a configurar-se como uma atividade econômica, uma forma de consumo, o consumo do espaço geográfico, “no qual as atribuições de *status* são feitas na base de *onde* uma pessoa ficou e depende, em parte, *de como são as outras pessoas* que também vão para o lugar que se escolheu” (URRY, 2001, p. 43, grifo do autor). Neste contexto, o turismo começa a seguir a lógica do mercado de produção em massa, que se ancora no modo de produção vigente da época: o fordismo.

O turismo como atividade econômica desponta no fordismo. No século XX, o modelo industrial fordista dominava o regime de acumulação, e a atividade turística foi adaptada ao fordismo. Concebe-se assim, o “turismo de massa” ou “turismo fordista” com as seguintes características dominantes: “pacotes rígidos, em que era oferecido um produto turístico a grupos de consumidores indiferenciados; economias de escalas, onde se priorizava a quantidade em detrimento da qualidade; os turistas eram inexperientes e pouco exigentes em

relação ao produto turístico” (FONSECA, 2005, p. 47). O turismo fordista após a Segunda Guerra Mundial “se caracteriza pela enorme concentração dos fluxos turísticos em estações e zonas geoturísticas litorâneas”¹⁰ (VERA REBOLLO *et al.*, 1997, p. 18, [Tradução Livre]). O turismo da massa de trabalhadores que adquirem férias remuneradas direciona-se ao litoral, configura-se assim, o turismo de sol e praia.

O turismo fordista faz parte da macroestrutura político-econômica do fordismo, ou seja, um modelo de desenvolvimento que pode ser compreendido como um “conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábito de consumo e configurações de poder político-econômico” que distribuído de modo desigual e combinado forma diferentes arranjos territoriais (HARVEY, 1993, p. 119). O que diferencia o fordismo de qualquer outra sistematização econômica de acumulação é a produção em massa. O estadunidense Henry Ford destaca-se no início do século XX por sistematizar um novo tipo de sociedade: a do consumo de massa de produtos padronizados. Ford com base nos princípios da “organização científica do trabalho” cunhado por Frederick Taylor no final do século XIX, conhecido como taylorismo, constrói um método de trabalho alicerçado na automação (PINTO, 2010). Segundo Antunes (2005), os elementos básicos que constituem o fordismo são: produção em massa; homogeneização dos produtos; trabalho parcelado; fragmentação das funções; separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; concentração e verticalização de unidades fabris; constituição do *operário-massa* ou trabalhador coletivo fabril.

O Estado tem um papel primordial na estruturação do fordismo ao planejar e gerir políticas fiscais e monetárias com o intuito de controlar os ciclos econômicos e manter o pleno emprego, em conformidade com a Teoria Keynesiana. O Estado direcionava estas políticas para os setores de transporte e equipamentos públicos. Estas áreas de investimento público alicerçaram o incremento da produção e do consumo de massa e dinamizaram a economia na perspectiva da “garantia” do pleno emprego (HARVEY, 1993). “Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção” (HARVEY, 1993, p. 129). A intervenção do Estado no fordismo é comumente denominada de Estado de Bem-Estar Social, ou nas palavras de Benko (1996), Estado-providência, Estado-empresário. O que Harvey (1993) analisa como sendo ‘fordismo-keynesianismo’.

¹⁰ “se caracterizó por la enorme concentración de los flujos turísticos en estaciones y zonas geoturísticas litorales” (VERA REBOLLO *et al.*, 1997, p. 18).

Em outras palavras, a produção em massa precisou de demanda de consumo em igual sentido. Desse modo, Sene (2007) esclarece que o Estado intervém na “humanização” do capitalismo ao criar um compromisso social fundamentado no aumento salarial constante e nas melhorias da qualidade de vida. Este assistencialismo do Estado, ao mesmo tempo em que visava o crescimento do consumo, se propôs a afastar o “fantasma” do comunismo e anular uma possível revolução socioeconômica. O que para o Estado representou maiores receitas para os “capitalistas, a situação acenava com maiores lucros, já que os ganhos salariais eram compensados pelo crescente aumento de produtividade e garantia a ampliação dos mercados” (SENE, 2014, p. 72). A relação de dependência entre o Estado e o modo de produção é evidente neste período.

Hiernaux-Nicolas (1994) analisa que, certamente, o pacto social com base na redistribuição do excedente material e uso diferenciado do espaço-tempo, tenha sido a maior capacidade do modelo fordista. Para Hiernaux-Nicolas (1994, p. 90), o turismo de massa exemplifica bem o conteúdo do pacto social fordista, pois “demonstra como o fordismo soube conceder tempo (férias) e espaço (praias, montanhas e outros espaços inicialmente ‘improdutivos’) aos atores passivos, em troca de sua aceitação da lógica global do funcionamento do sistema sócio-temporal-espacial do mesmo fordismo”. Seria a relação “férias-turismo” um instrumento apaziguador das possíveis revoltas sociais e do “fantasma” do comunismo?

O indissociável par dialético, Estado e Mercado, como analisa Santos (2008c), ascendeu o fordismo-keynesianismo. O capitalismo sob os moldes fordistas expandiu-se internacionalmente. As indústrias com base nas tecnologias desenvolvidas no período “Entre Guerras” foram implantadas em diferentes regiões do mundo, principalmente na Europa e Japão, além dos Estados Unidos (HARVEY, 1993). As molas propulsoras do crescimento econômico mundial foram “os carros, a construção de navios e de equipamento de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção” (HARVEY, 1993, p. 125). Outras atividades começam a ser desenvolvidas com mais ênfase diante do novo internacionalismo proposto pelo fordismo, são elas: bancos, seguros, hotéis, aeroportos e turismo (HARVEY, 1993).

O fordismo articulado ao Estado de Bem-Estar Social expande-se desigualmente pelos países capitalistas. Os Estados Unidos destacam-se enquanto poder hegemônico após o Acordo de Bretton Woods, em 1944. Este acordo tornou o dólar à moeda mundial e fez da política fiscal e monetária norte-americana a diretriz para o desenvolvimento econômico mundial (HARVEY, 1993). Entretanto, a viabilidade fiscal e monetária do Estado keynesiano

para manter o fordismo começa a enfrentar dificuldades diante dos descontentamentos dos trabalhadores e das transformações econômicas e políticas intensificadas na década de 1970.

Apesar do grande crescimento econômico, da baixa taxa de desemprego, do crescimento dos salários e do consumo, foi um período marcado por manifestações de descontentamento, pela busca de autoafirmação de amplos setores da sociedade dos países desenvolvidos, principalmente ao longo da década de 1960, como atestam as rebeliões de 1968 em vários países, a luta por direitos civis dos negros norte-americanos e as mobilizações financeiras feministas em diversos lugares (SENE, 2014, p. 74).

Ademais, o Estado-providência começou a dar sinais de enfraquecimento da sua capacidade de ofertar assistência médica, habitacional e educacional na escala demandada (HARVEY, 1993). O Estado dependia da aceleração da produção, mas a maioria dos países centrais estava cautelosa com os investimentos na produção industrial, em virtude, principalmente, do aumento do preço do petróleo, da competição dos novos países industrializados – fordismo periférico –, das imposições dos Estados Unidos na valorização do dólar e do crescimento das atividades relacionadas aos serviços, como o comércio, as finanças e o lazer (PINTO, 2010; SENE, 2014).

O modelo de produção e consumo é reinventado. Esta reestruturação produtiva pode ser resumida, nas palavras de Benko (1996), como a “luta contra a rigidez” que transita nos extremos da “regulação keynesiana da economia liberal” e da “regulação liberal da economia keynesiana”. A acumulação flexível, ou o pós-fordismo, representa o “confronto direto com a rigidez do fordismo” (HARVEY, 1993, p. 140). O fordismo mescla-se a exemplos concretos de acumulação flexível. Vale mencionar as experiências da “Terceira Itália”, do Vale do Silício, nos EUA e o Toyotismo, no Japão (PINTO, 2010).

Com o tempo a economia de escala é substituída pela economia de escopo. Em outros termos, a rigidez da produção em série é convertida na flexibilidade da produção diversificada e personalizada, adaptada ao consumidor. Segundo Klink (2001), a flexibilidade do modelo fordista depende, principalmente, da tecnologia e do espaço geográfico. “No sentido tecnológico, o sistema de produção não seria mais baseado em economia de escala, mas na busca de nichos de mercados específicos, ao passo que a satisfação do consumidor seria aspirada através da diferenciação dos produtos” (KLINK, 2001, p. 25). Além disso, a relação com o trabalhador torna-se mais flexível, basicamente, com os altos índices de admissões e demissões, a crescente dualidade entre trabalhador qualificado e não qualificado, e as subcontratações. Sob a perspectiva do espaço geográfico, a flexibilidade está no “consenso

informal entre os *regulacionistas* de que produção flexível é mais fácil de se implementar em aglomerados espaciais” (KLINK, 2001, p. 25, grifo do autor). Assim, o espaço de produção reorganiza-se na perspectiva global.

Neste contexto, “o sistema produtivo se fratura, dando origem a um mosaico de territórios diferenciados” (BENKO, 1996, p. 30). O capitalismo é reconfigurado nos pressupostos da flexibilidade. Verifica-se uma emergente revolução tecnológica. A automação, a robótica, a microeletrônica, as telecomunicações, os avanços nos transportes terrestres, aquáticos e aéreos conduzem a aceleração na produção, na circulação e no consumo (HARVEY, 1993; SENE, 2014). Santos (2008a, p. 28) reflete que a “aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas também acrescentou novos itens à história”. E se hoje temos a sensação que o presente foge é porque vivenciamos acelerações concomitantes, analisa Santos (2008a).

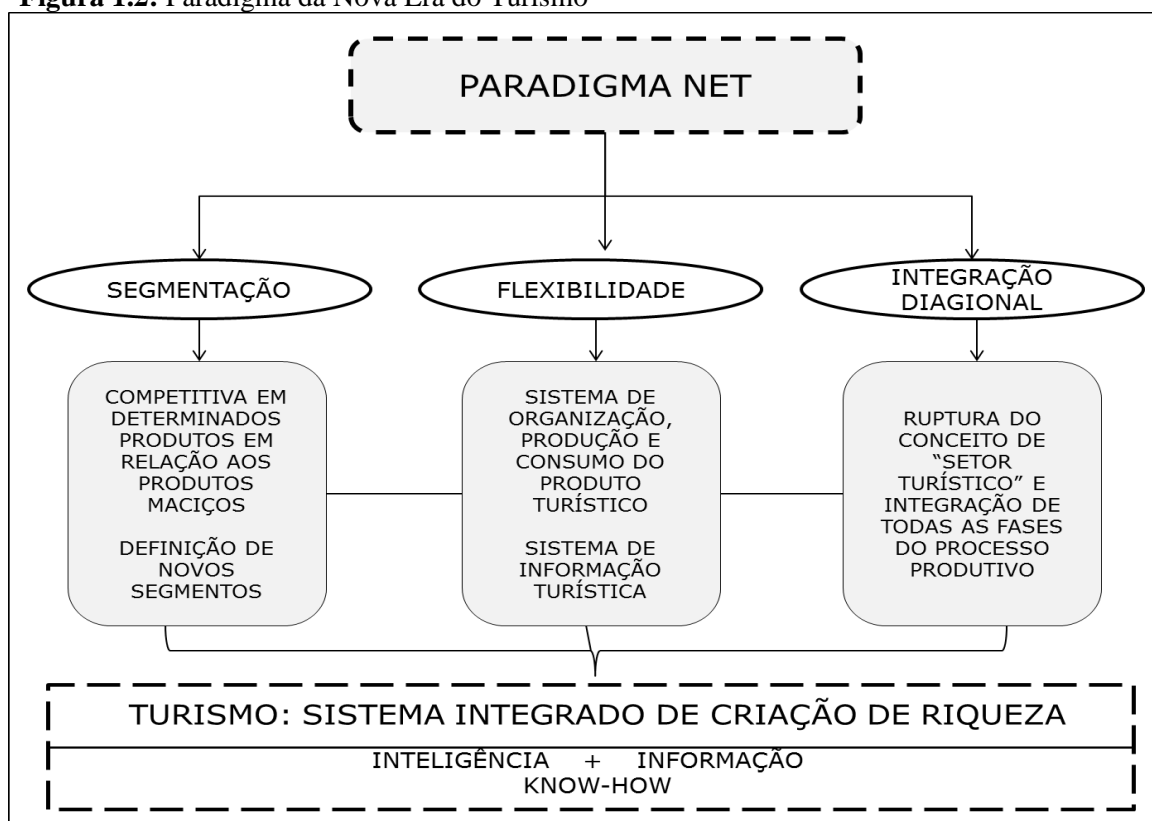
Castells (1999) analisa as transformações do regime de acumulação flexível fundamentando-se em três assertivas. Inicialmente, e em linhas gerais, a produtividade e o crescimento econômico dependem da geração do conhecimento, por meio do processamento da informação; a segunda afirmativa trata do incremento da oferta de emprego no setor de serviços, ou seja, transita-se da produção de bens para a prestação de serviços. “Quanto mais avançada à economia, mais seu mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços” (CASTELLS, 1999, p. 266). Por fim, Castells (1999) afirma que a nova economia eleva a importância das profissões administrativas. Profissões estas com conteúdo de informação e conhecimento.

A sociedade pós-fordista imbrica informação e serviços, ambos retroalimentam-se na configuração da ‘sociedade de serviços’. O setor dos “serviços” tem “força” diante da sua flexibilidade. Assim, o turismo passa a ser compreendido como uma relevante atividade econômica da reestruturação produtiva. Neste sentido, ressaltam Vera Rebollo *et al.* (1997, p. 20, [Tradução Livre]), que “a atividade turística já não é marginal ou paralela, mas geral e estrutural”¹². O “turismo flexível ou pós-fordista”, ao atender a perspectiva da flexibilidade, apresenta as características deste modo de produção, a demanda é supersegmentada, ou seja, os desejos dos turistas são identificados e segmentos turísticos de toda sorte são criados, dentre outros destacam-se: o turismo de sol e praia, o turismo de aventura, o turismo rural e o turismo cultural.

¹² La actividad turística ya no es marginal o paralela, sino general y estructural (VERA REBOLLO *et al.*, 1997, p. 20).

A organização, a produção e a distribuição do produto turístico tornaram-se flexível assim como o sistema de reserva, de compra e pagamento. As novas tecnologias possibilitam a flexibilidade e a integração de todas as fases que compõem o turismo. Além disto, as questões ambientais também fazem parte da preocupação deste “turismo pós-fordista”. É neste contexto, que Fayos-Sola (1994) entende a formação de um novo paradigma do turismo, o que ele denomina de Nova Era do Turismo (NET) (Figura 1.2).

Figura 1.2: Paradigma da Nova Era do Turismo



Fonte: Fonseca (2005)

Organização: Fonseca (2005)

Elaboração: Priscila Pereira Santos (2017)

Fonseca (2005), em seus estudos sobre turismo e competitividade, compara o turismo fordista e o turismo pós-fordista. No turismo fordista, a demanda tem como motivação central o sol e a praia, que move grande quantidade de pessoas, no denominado turismo de massa. O mercado era indiferente ao gosto do turista e não havia diversificação mercadológica para a prática do turismo em outros espaços além do litorâneo. Em linhas gerais, as tecnologias não se integravam, os trabalhadores do turismo se apresentavam como mais um custo de produção e o meio ambiente se mostrava irrelevante. O preço era o elemento central de

competição e o Estado atuava na regulação do turismo, atividade econômica marginalizada diante das outras.

No turismo pós-fordista é diferente, o mercado preocupa-se com a diversificação. As motivações do potencial turista são consideradas elemento fundamental na segmentação do mercado. Neste momento, a tecnologia sofisticada-se, torna-se *high tech*, e integra-se ao turismo. Os trabalhadores antes entendidos como recurso e custo de produção, neste momento são analisados junto com as condições ambientais como a chave da qualidade da atividade turística. A inovação passa a ser o parâmetro da competitividade entre os destinos turísticos (FONSECA, 2005). O quadro a seguir sintetiza o pensamento de Fonseca (2005). As análises comparativas da referida autora estão pautadas nos seguintes pilares: demanda, *inputs*, gestão e entorno macroeconômico (Quadro 1.1).

Quadro 1.1: “Turismo Fordista” versus “Turismo Pós-Fordista”

TURISMO FORDISTA	TURISMO PÓS-FORDISTA
DEMANDA	
<ul style="list-style-type: none"> - Sol - Turismo de massas - Ausência de critérios próprios - Mercado indiferenciado 	<ul style="list-style-type: none"> - Motivações complexas - Individualismo - Altas exigências - Segmentação complexa
INPUTS	
<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias isoladas - Tecnologias que permitem reduzir custos - Recursos humanos – custo de produção - Condições ambientais – irrelevantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias integradas - <i>High tech – high touch</i> - Recursos humanos – chave da qualidade - Condições ambientais – chave para a qualidade
GESTÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - Competição baseada no preço - Economias de escala - Venda do que se produz - Maximização da capacidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Competição através da inovação - Economia de escala e de escopo - Produtos desenhados conforme as exigências dos consumidores - Gestão da capacidade
ENTORNO MACROECONÔMICO	
<ul style="list-style-type: none"> - Regulação - Crescimento Econômico - Externalidades incontrolladas 	<ul style="list-style-type: none"> - Desregulação - Reestruturação - Internalização das externalidades

Fonte: Fonseca (2005) com base em Fayos-Solá (1996)

Organização: Fonseca (2005)

Elaboração: Priscila Pereira Santos (2017)

O modo de produção flexível ou pós-fordista alavancado pelo capital financeiro entra em crise no século XXI. É válido mencionar que a crise do sistema capitalista é estrutural, ou seja, endêmica ao processo capitalista, nas palavras de Harvey (2005). A expansão territorial e as invenções ou reinvenções mercadológicas fazem parte dos paliativos para escapar da crise e reestruturar a economia. “O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e

necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*” (HARVEY, 2005, p. 62). Esta crise financeira no início do século XXI traz à tona a expansão geográfica e a reinvenção do veraneio e do turismo através da “nova” forma-conteúdo da segunda residência, a saber: o imobiliário-turístico.

A crise financeira, grosso modo, foi uma crise do sistema imobiliário, pois os bancos americanos, “confiantes de que o mercado imobiliário continuaria em alta, ajudados pela falta de regulamentação no mercado financeiro, investiram mais do que deviam em hipotecas de alto risco, os chamados *subprimes*”¹³ (ÉPOCA NEGÓCIOS). Mas os preços dos imóveis caíram e as instituições financeiras ficaram impossibilitadas do pagamento das dívidas. A crise iniciada nos EUA atingiu outros países.

A “irreal” crescente valorização dos imóveis desencadeou o “estouro” da bolha imobiliária, que “partiu do contexto local norte-americano, passando pela Europa Ocidental, Ásia e América Latina – notadamente nas metrópoles, ‘dissolvendo’ volumes bilionários de ativos e lançando para os demais setores da economia real fagulhas do incêndio financeiro” (SILVA, 2010a, p. 171). No entanto, antes da bolha imobiliária alcançar o ápice, destaca Silva (2010a), o mercado imobiliário articula-se ao mercado turístico e cria um novo produto com alta liquidez, o imobiliário-turístico. A materialização do veraneio, a segunda residência, coaduna-se agora com os serviços turísticos em um espaço produzido para o turismo. Assim, torna-se possível ter uma casa de praia, um imobiliário condominial, dentro de um *resort*, conhecido como *condoresort*, ou no espaço onde se encontra instalado um hotel, comercializado como *condohotel*. Os serviços turísticos oferecidos aos hóspedes do *resort* ou do hotel são também ofertados aos frequentadores do imobiliário com um preço diferenciado, menor, tendo em vista as taxas já existentes no valor do condomínio. É válido mencionar que hoje “os *resorts* são empreendimentos hoteleiros que oferecem ao hóspede tudo o que ele, em geral, busca em um destino turístico: hospedagem, serviços de restauração e de lazer, segurança e belas paisagens” (CRUZ, 2000, p. 89).

O imobiliário usado com a finalidade turística, o imobiliário-turístico, concebe um novo segmento: o turismo imobiliário ou o turismo de segunda residência. O imobiliário-turístico representa a articulação financeira, operacional e produtiva do mercado imobiliário com o mercado do turismo (SILVA, 2010b). Assim, enquanto este novo segmento causa dúvidas e inquietações acadêmicas entre os estudiosos, o mercado do imobiliário-turístico expande-se.

¹³ <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html>

O veraneio, o turismo de sol e praia e, neste século, o imobiliário-turístico (re)desenham a geografia do litoral na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e na América Latina. Nas palavras de Buades (2014), exporta-se o paraíso, vivencia-se a colonização turística do planeta nas periferias, as “periferias do prazer”, para usar a feliz expressão de Turner e Ash (1991). Em outros termos, a urbanização produzida para o turismo regionaliza o litoral e regiões turísticas são formadas.

Como anteriormente destacou-se, a elite parece ter entrado em uma busca sem fim pelo exótico, já que o exótico passa a ser menos exótico com as facilidades de acesso que possibilita a frequência da classe média. A questão que se coloca é: em tempo de globalização, o exótico continua a existir? Especula-se sobre a homogeneização do espaço (OLIVEIRA, 1981). Ao mesmo tempo, defende-se a tese da fragmentação territorial, da diversidade territorial (SANTOS, 2001; HAESBAERT, 1999, 2014a). Neste contexto, a globalização e a fragmentação territorial apresentam-se como estímulos para a compreensão da regionalização turística do litoral. Faz-se imprescindível esclarecer que se faz uso da adjetivação da região e da regionalização como “turística” como maneira de sintetizar a tríade analítica: veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico, ou seja, as diferentes formas de urbanização litorânea com finalidade para o hedonismo.

1.3 Globalização e fragmentação territorial

O turismo e o imobiliário-turístico constituem-se um dos setores da economia de serviços de maior relevo na globalização. “A economia de serviços, em especial a turística e imobiliária, é uma das grandes beneficiárias da globalização. Muito mais que o volume de investimento direto no exterior, o feito crucial é que é um setor facilmente usável para a especulação, via fundos financeiros”¹⁴ (BUADES, 2014, p. 73, [Tradução Livre]). A hotelaria tradicional, o clássico *resort* e o novo imobiliário-turístico apresentam sinergia com os serviços de transporte aéreo, as finanças, as telecomunicações e as imobiliárias. Em virtude disto, a hotelaria, o *resort* e o imobiliário-turístico funcionam como vetores de ocupação territorial de novos destinos, um “ímã para a globalização”, afirma Buades (2014).

E de que trata a propalada globalização? Para Ianni (1997, p. 7), “a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo

¹⁴ La economía de servicios, en especial la turística e inmobiliaria, es una de las grandes beneficiarias de la globalización. Mucho más que el volumen de inversión directa en el exterior, el hecho crucial es que es un sector fácilmente usable para la especulación, vía fondos financieros (BUADES, 2014, p. 73).

civilizatório de alcance mundial”. A globalização, ressalta Andrade (2001), é a fase do sistema capitalista que suplantou o imperialismo. A reestruturação produtiva do final do século XX culminou na crescente unificação das economias mundiais. A relação espaço-tempo modifica-se sob a perspectiva da Revolução técnico-científica, para usar a expressão de Ortega Valcárcel (2000), e produz um “meio técnico-científico-informacional” na teoria frutífera de Santos (2012), ou um “ciberespaço”, na interpretação de Haesbaert (2013). Para Santos (2012), o meio técnico-científico-informacional é a “cara geográfica da globalização” e pauta-se nas “relações ditas em tempo real por meio de infovias, interligando instantaneamente os diferentes espaços do planeta e revolucionando as relações espaço-tempo” (HAESBAERT, 2013, p. 36). Haesbaert (2013), ao analisar o espaço-tempo da globalização, entende que essa relação pode ser compreendida sob o prisma do “desencaixe” espaço-temporal de Giddens (1991) e da “compressão tempo-espaço” da qual Harvey (1993; 2005) faz referência.

Giddens (1991) refere-se ao “desencaixe” do espaço-tempo, espaço e tempo, para analisar o “deslocamento” do local para o global. A análise de Giddens (1991), sob a ótica da teoria de Santos (2012), nos permite entender que a ordem técnica do local (equipamentos, infraestruturas a acessibilidade), organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas), entre outras particularidades e singularidades, conectam o local ao global.

Para Harvey (1993, 2005), fundamentado em Marx, o global se estreita, se encolhe, se comprime, aproximando-se da escala local. “A redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução dos custos de comunicação e transporte” (HARVEY, 2005, p. 48). Quanto mais veloz for a comunicação e o transporte, mais oportunidades do global inserir-se no local. Como se vê, a globalização retroalimenta dois movimentos escalares concomitantes que transitam do global ao local e vice-versa e dá o tom a dinâmica da escala regional (HAESBAERT, 2013).

Mas, alerta Santos (2001), a ideia de espaço-tempo contraído apresenta-se como um dos mitos da globalização, imposta ideologicamente, em virtude da velocidade. “Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia do tempo” (SANTOS, 2001, p. 41). Em outras palavras, Santos (2012) analisa as temporalidades do poder hegemônico, Estado e Mercado, em relação aos sujeitos hegemonzados e interpreta a velocidade sob o viés dos tempos rápidos e dos tempos lentos, respectivamente. Sob o prisma dos investimentos turísticos, o espaço-tempo

contraído impulsiona a expansão das redes hoteleiras nacionais e internacionais, que recebem o apoio do Estado.

Nos albores do século XXI, temos a consciência de viver um novo momento histórico. Segundo Bauman (1999, p. 8), “todos nós estamos, a contragosto, por designo ou à revelia em movimento”. “Um mundo confuso e confusamente percebido” envolve a sociedade ocidental capitalista, “de um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade”, ressalta Santos (2001, p. 17). Novos e velhos tempos empiricizados pelas técnicas são imbricados no espaço geográfico e formam uma nova, desigual e complexa geografia do mundo.

...**desapareceram as fronteiras entre os três mundos**, modificam-se os significados das nações de países centrais e periféricos, do norte e sul, industrializados e agrários, modernos e arcaicos, ocidentais e orientais. Literalmente, **embaralha-se o mapa do mundo**, umas vezes parecendo reestruturar-se sob o signo do neoliberalismo, outras parecendo desfazer-se no caos, mas também renunciando outros horizontes. **Tudo se move. A história entra em movimento**, em escala monumental, pondo em causa cartografias geopolíticas, blocos e alianças, polarizações ideológicas e interpretações científicas (IANNI, 1997, p. 8, grifo nosso).

Entre o global-local-global, a hotelaria, os *resorts* e o imobiliário-turístico geografizam-se pelo mundo. “A indústria turística vive um processo de concentração muito acelerado para formar potentes empresas transnacionais e tende a formar parte de alianças e conglomerados com bancos, fundos não bancários e construtoras”¹⁵ (BUADES, 2014, p. 73, [Tradução Livre]). Assim, redesenha-se o mapa do turismo a partir da expansão da hotelaria, dos *resorts* e do imobiliário-turístico.

Em tempo de globalização, o presente é fluído. Os investimentos na hotelaria, “este negócio camaleônico”, para usar a expressão de Buades (2014), crescem em exponencial. E embora sejam colocados nos moldes economicistas, os hotéis, os *resorts* e o imobiliário-turístico resultam primordialmente de processos territoriais que desenham regiões e lugares. A implantação desta configuração turística e até mesmo da tradicional casa de praia, repercute em conflitos territoriais e problemas ambientais no lugar, na maior parte das vezes, escudado pela propaganda geração de emprego e renda. Neste contexto de territorialização das transnacionais, Giddens (1991, p. 27) entende que os lugares estão cada vez mais fantasmagórico, “isto é, os

¹⁵ “La industria turística vive un proceso de concentración muy acelerado para formar potentes ETN [Empresas Transnacionales] y tiende a formar parte de alianzas y conglomerados con bancos, fondos no bancarios, constructoras (BUADES, 2014, p. 73).

locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles; a ‘forma visível’ do local oculta às relações distanciadas que determinam sua natureza”. Há uma relação tempo e espaço esvaziadas, afirma Giddens (1991).

Vive-se, ainda no olhar de Giddens (1991), à época do tempo vazio e do espaço vazio. Mas, para Santos (2008a), este é o momento da História que o tempo cheio e o espaço cheio empiricizam-se na noção concreta de espaço-mundo e tempo-mundo. “Por *tempo* vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por *espaço* vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por *mundo* entendemos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares” (SANTOS, 2008a, p. 38, grifo do autor). O tempo, o espaço e o mundo modificam-se constantemente, mas diante das inovações, o lugar tem “força”, “resiste”, hibridiza na globalização sua identidade, é o “tempo cheio” e o “espaço cheio”. Assim, a geografia redescobre-se, afirma Ianni (1997).

O capitalismo amplia-se em extensão e profundidade, ou nas palavras de Santos (2001), horizontal e verticalmente. “É inerente à lógica do capital, bem sabemos, expandir-se tanto em profundidade, reordenando espaços já incorporados, quanto em extensão, incorporando constantemente novos territórios” (HAESBAERT, 2013, p. 13). E é neste compasso que a sociedade do consumo parece incrementar-se em exponencial. Nestes moldes, a globalização parece ter alcançado a plenitude. Robertson (1999) afirma que a globalização inicia-se desde o período de formação e afirmação do capitalismo. Robertson (1999) também elabora um modelo das fases mínimas da globalização, composto por cinco momentos: fase I, a fase embrionária; fase II, a fase incipiente; fase III, a fase da decolagem; fase IV, a fase da luta-pela-hegemonia e fase V, a fase da incerteza. Estas fases propostas por Robertson (1999) são analisadas por Andrade (2001) em dois macros períodos: o imperialismo e o colonialismo. Seja como for, a história não é linear nem “pacífica”, há avanços e recuos impulsionados pela resistência.

A coerência entre eventos marcantes possibilita a divisão da história do capitalismo em períodos, que são modificados sob a égide de um sistema de técnicas, salienta Santos (2001). Segundo o referido autor, os períodos são sucedidos ou antecidos por crises, “momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida” (SANTOS, 2001, p. 33). Contudo, o momento atual, para Santos (2001), é um período e uma crise. “Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se” (SANTOS, 2001, p. 34). Em outros termos, como período tem-se a globalização e como crise, a fragmentação territorial. É neste momento de crise, que

os países hegemônicos vislumbram o conjunto da hotelaria como investimento de alta liquidez, visto que a busca pelo exótico, pela diversidade, continua enraizada. E esta “descoberta” do novo pode ser realizada dentro dos padrões de conforto e luxo que as redes hoteleiras oferecem. O lugar pode até ser “novidade”, mas o padrão torna-se globalmente conhecido.

Na perspectiva da articulação entre o global-local-global, Ferrara (1994) advoga pela distinção da *globalização do imaginário* e o *imaginário global*. Compreende-se imaginário como a “prática social pela qual os significados passam a acumular imagens e significar mais” (FERRARA, 1994, p. 45). Assim, a *globalização do imaginário* aponta para a homogeneização do espaço geográfico “que crê que todos os lugares são territórios do mundo; a esta altura a *globalização do imaginário* é outro imaginário, outra utopia” (FERRARA, 1994, p. 48, grifo da autora). Entretanto, o *imaginário global* tem uma lógica particular, “a rede global precisa submeter-se a um tempo e espaço onde, por vezes, ressurge o território e o espaço fragmentado”, é a “força” do lugar, a ascensão da diversidade territorial.

Para Santos (2001), a arquitetura da globalização do século XXI pode ser explicada pelos seguintes fatores: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a existência de um motor único na história e a cognoscibilidade do planeta. No momento histórico atual, as técnicas envolvem o planeta como um todo e é a partir da “unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o global de uma mais-valia mundial” (SANTOS, 2001, p. 27). Diante da unicidade técnica, o local conecta-se ao global e vice-versa. Seja onde for, pode-se ter conhecimento instantâneo do acontecer do outro, os momentos convergem ou, em outros termos, este momento da história permite a unicidade do tempo. A unicidade da técnica e do tempo conduz Santos (2001) à discussão do que ele denomina de *motor único*.

Se em outrora, mais especificamente durante o colonialismo ou na fase II de Robertson (1999), na decolagem, cada país apresentava um motor com propulsão diferente na configuração do capitalismo, hoje, destaca Santos (2001), há um *motor único*, que representa a mais-valia globalizada. Entre os motores e o *motor único*, verifica-se a necessidade de diferenciar internacionalização e globalização. Sob o viés econômico, Ortiz (2000) menciona que a internacionalização está para o aspecto quantitativo enquanto que a globalização refere-se às mudanças qualitativas. A internacionalização pode ser compreendida como a expansão geográfica da atividade econômica além das fronteiras nacionais. Mas quando se faz referência a integração funcional de atividades econômicas dispersas, ou seja, ao *motor único*, discute-se globalização. A produção, a circulação e o consumo de bens e serviços, destaca Ortiz (2000), organiza-se com base em uma estratégia mundial, com um olhar direcionado ao mercado

mundial, “uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação” (SANTOS, 2001, p. 30). Esta estratégia mundial redesenha a geopolítica sob os pressupostos da cognoscibilidade do planeta.

Em nenhum outro período da história da humanidade foi possível conhecer o planeta extensiva e profundamente como no momento atual. A cognoscibilidade do planeta possibilita usos funcionais do espaço geográfico pelo Estado e pelo mercado. Os investidores do turismo e do imobiliário-turístico com certeza aproveitam-se disto, pois o capitalismo se reproduz em espaços selecionados. Esta seletividade espacial torna desigual a distribuição dos sistemas técnicos, científicos e informacionais. “Do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aportes da ciência, da tecnologia e da informação), haveria áreas de densidade (zonas ‘luminosas’), áreas praticamente vazias (zonas ‘opacas’) e uma infinidade de situações intermediárias” (SANTOS, 2008a, p. 48). Assim, luzes, sombras e penumbras configuram a nova des-ordem mundial.

É imprescindível mencionar que o princípio da seletividade espacial que orienta a produção capitalista do espaço geográfico faz-se a partir da indissociável relação dos sistemas técnicos, ou a base material, com a política. “As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares do seu uso. É isso que fez a história” (SANTOS, 2001, p. 21). Por sua vez, Haesbaert (2013) defende que a distinção entre o “regional”, o centro e a periferia complexifica-se e com isto fortalece o debate da geograficidade da globalização. Se no colonialismo a diferença entre os centros e as periferias estava no tipo de produção, centros industrializados e periferias exportadoras de produtos primários, no capitalismo imperialista formado na ascendente globalização, a distinção regional fundamenta-se nos níveis tecnológicos de produção, e neste sentido, espaços que concentram capital financeiro e força de trabalho qualificada são distinguidos dos espaços “dependentes” e com trabalhadores com pouca qualificação.

A combinação dos sistemas técnicos e das ações políticas transforma a competitividade e a fluidez nas palavras-chave da globalização. “Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas” (SANTOS, 2001, p. 57). A ciência, a tecnologia e a informação são alimentadas com voracidade para que as empresas e os territórios mantenham-se em melhor posição. Em outros termos, formem territórios competitivos. O discurso hegemônico da “salvação” do território periférico com a implantação de empresas de grande porte pode vir a

despertar a “Guerra dos lugares”, para usar a expressão consagrada por Santos (2012) no seu livro clássico *A Natureza do Espaço*.

Santos (2001) ainda alerta que a competição é diferente de competitividade. A concorrência entre países articulados em zonas, ou seja, várias economias, vários motores, configuravam a competição. Diversas unidades territoriais especializadas na mesma escala comparavam as vantagens para entrarem em concorrência, havia **vantagens comparativas**. “Estas vantagens podiam medir-se em termos de ‘desenvolvimento’, ou seja, segundo o grau de integração de cada espaço na lógica espaço-temporal dominante e unificada” (HIERNAUX NICOLAS, 1994, p. 95). Atualmente, a unificação das economias mundiais e a mais-valia universal tornam-se possíveis pela conexão dos territórios descontínuos, os territórios-rede. Esta fluidez territorial retroalimenta a competitividade. A multiplicidade de lógicas espaço-temporais sobrepostas produz o espaço geográfico e oferecem à concorrência **vantagens competitivas**. Neste diapasão, Santos (2001) na sua leitura sobre **uma outra globalização** reflete que a competitividade destrói a compaixão e cria um novo *ethos* nas relações sociais.

Marx e Engels (1999 [1848]) em suas análises sobre as imposições do capitalismo, ainda na primeira metade do século XIX, vão além da internacionalização, dos territórios-zona, e parecer ter uma clarividência sobre a globalização em territórios-rede. E enxergando pelas lentes do processo histórico e do tempo espiralizado, analisam:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, **desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações**. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum (MARX; ENGELS, 1999[1848], p. 43, grifo nosso).

A expansão geográfica do capitalismo, analisada por Marx e Engels (1999 [1848]), torna-se possível diante da articulação do Estado com o Mercado. O Estado que no fordismo tem o papel assistencialista, o Estado do Bem-Estar Social, no momento da atual globalização torna-se “flexível” ou mínimo, enfim, é o Estado do neoliberalismo. O discurso mercadológico

pós-fordista tem como base a retórica do Estado mínimo, “mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses”, tendo em vista que “a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social” (SANTOS, 2001, p. 66). Ou seja, o Estado mínimo torna-se falacioso quando “nos deparamos com o papel do Estado no estímulo à instalação dessas empresas em determinados locais em função de isenções fiscais e outros benefícios indiretos, incluindo a própria garantia de infraestrutura e de qualificação da força de trabalho” (HAESBAERT, 2013, p. 24). Ao que parece o Estado torna-se mínimo e máximo ao mesmo tempo, mínimo ao social e máximo à economia dominante. Em outros termos, sob a égide do Estado o espaço geográfico tem uso diferenciado, desigual e seletivo, compreendido como (des)ordem territorial.

A instalação de grandes empresas demanda fluidez territorial. O Estado é convocado a investir e (re)organizar a geografia dos lugares selecionados para investimentos. “A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e as comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro, suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico” (SANTOS, 2008a, p. 31). Haesbaert (2013) corrobora com Santos (2008a) e analisa a indissociabilidade do par dialético Estado-Mercado como uma aliança, Estado nacional-empresa global. O “poder global”, se existe, só existe diante da articulação de “entidades que se organizam geograficamente muito mais por meio de lógicas reticulares do que zonais ou em área, corporações transnacionais à frente, mas que em hipótese alguma podem prescindir desse ordenamento territorial mais zonal capitaneado pelo Estado” (HAESBAERT, 2013, p. 29).

Hoje, reflete Santos (2001), a fluidez apresenta-se basicamente de três modos, a saber: fluidez virtual, fluidez potencial e fluidez efetiva. A fluidez virtual configura-se no funcionamento dos sistemas da informação. A fluidez potencial faz parte da *globalização do imaginário* e do mito da globalização, ou da ideologia, de que a fluidez é um bem comum, que todos vivenciam um tempo-mundo, a **globalização como fábula**, nas palavras eloquentes de Santos (2001). A fluidez potencial pode tornar-se efetiva quando utilizada pelos que detêm a velocidade, as empresas e as instituições hegemônicas.

Neste contexto, Santos (2001) defende a tese que os territórios e os lugares são esquizofrênicos, a racionalidade dominante instala-se ao mesmo tempo em que emergem contra-racionalidades ou “irracionalidades”. Em outros termos, as verticalidades são particularizadas e singularizadas nas horizontalidades. Verticalidades e horizontalidades podem

ser interpretadas como a dialética entre o tempo do relógio universal, a Lei do Mundo, e o tempo do cotidiano com vários relógios funcionando simultaneamente, a Lei do lugar. Deste modo, a verticalidade apresenta-se em rede e a horizontalidade em zona, contiguamente. A verticalidade parece conduzir à fragmentação territorial, tendo em vista a diversidade de combinações espaciais, horizontais.

A resposta do lugar às investidas da globalização é a fragmentação territorial. “Creio que é tempo de entender que a globalização se realiza através da diferenciação” (ORTIZ, 2000, p. 12). A fragmentação territorial na perspectiva da etimologia da palavra ‘fragmento’, significa ‘parte do todo’, a fração do espaço geográfico, que na visão Aristotélica, embora seja parte também é todo, é totalidade em constante movimento de totalização, e por isso, a soma das partes não faz o todo. E por ser todo, mesmo sendo parte, o fragmento do território apresenta diante das externalidades, ou verticalidades, o que Mendéz (2012) denomina de ‘resiliência territorial’: “a distinta capacidade para recuperar-se a um choque externo, adaptar-se ao novo contexto e recuperar uma trajetória positiva”¹⁶ (MENDÉZ, 2012, p. 39, [Tradução Livre]).

A globalização e a fragmentação territorial são embasadas em dois movimentos concomitantes: “o aviltamento das desigualdades pelo capitalismo global altamente seletivo e o reafirmar das diferenças por movimentos sociais baseados no resgate ou reconstrução de identidades” (HAESBAERT, 1999, p. 24). Embora todas as dimensões do espaço geográfico estejam envolvidas na dialética relação homogeneização e heterogeneização, a economia, a política e a cultura, sobressaem-se. Haesbaert (1999) ressalta que o global e o local se imbricam, ou se hibridizam e neste sentido,

a luta entre uma face homogeneizadora e uma face heterogeneizadora demonstra que processos globais ‘implantam-se’ no local, adaptando-se a ele, ao mesmo tempo em que o local pode globalizar-se na medida em que expande pelo mundo determinadas características locais. No primeiro caso ocorre uma dinâmica no sentido global-local, mas sem que o local seja um simples reflexo do global, pois ele impõe condições para a realização da globalização. No segundo caso, o local produz a diversidade no âmbito global, complexificando as características que marcam a globalização (HAESBAERT, 1999, p. 25).

Globalização e fragmentação, global e local, não se contrapõem, são faces da mesma moeda. Santos (2008a) ressalta que a dimensão fragmentada do espaço geográfico é a tribo, a união de homens por suas semelhanças, e o lugar, a união dos homens pela cooperação da diferença. “A grande revolta se dá através do espaço, do lugar, ali onde a tribo descobre que

¹⁶“a la distinta capacidad para reponerse de un *shock* externo, adaptarse al nuevo contexto y recuperar una trayectoria positiva” (MENDÉZ, 2012, p. 39).

não é isolada nem pode estar só. O mundo da globalização doentia é contrariado pelo lugar” (SANTOS, 2008a, p. 33). Neste sentido, Haesbaert (2013) propõe compreender a fragmentação territorial em sentido amplo, sob o prisma da “inclusão” ou “integração”, e em sentido estrito, como “excludente” ou “desintegradora”.

Em sentido lato, “inclusivo” e integrador”, a fragmentação faz parte da globalização, tendo em vista que a fluidez territorial possibilita a flexibilização dos circuitos produtivos. E nas palavras de Haesbaert (2013), fragmenta-se para melhor globalizar ou divide-se para melhor acumular. Os avanços tecnológicos e informacionais articulados ao modo de regulação vigente no pós-fordismo criam uma lógica de competitividade que se dinamizam, em linhas gerais, nas subcontratações e terceirizações, nos trabalhos temporários, nos contratos precários e na seletividade espacial para o processo de produção. Assim, as relações centro-periferia são reorganizadas. “A produção de componentes que incorpora graus de tecnologia muito avançados fica restrita a alguns núcleos seletos (tecnopolos ou ‘vales’, ‘montanhas’ e ‘ilhas’ do Silício), especialmente nos principais centros do capitalismo mundial” (HAESBAERT, 2013, p. 41). Haesbaert (2013) ressalta igualmente que a geografia desta fragmentação inclusiva ou integradora, age em zona e em rede. Na lógica zonal observam-se agrupamentos regionais e territoriais em diferentes escalas, blocos econômicos. Sob a perspectiva reticular destacam-se os fluxos de produção, circulação e consumo.

Haesbaert (2013) denomina fragmentação “excludente” ou “desintegradora”, a interpretação estrita da “fragmentação” ou em outros termos, a espacialização perversa da globalização. **A globalização como perversidade**, aos olhos de Santos (2001). Segundo Haesbaert (2013, p. 43), a fragmentação “excludente” pode ser analisada sob duas perspectivas. A primeira perspectiva trata da contraface excludente dos processos globalizadores “cujo modelo financeiro e tecnológico (especulativo e poupador de mão de obra) gera desemprego estrutural e relega praticamente ao abandono extensas áreas da periferia do planeta (que, enquanto tradicional ‘exército de reserva’, é [ou era] funcional ao próprio sistema)”. A outra perspectiva refere-se especialmente à resistência ideológica e cultural à globalização hegemônica. Santos (2001) acredita que a globalização não é irreversível. A mesma materialidade usada para a perversidade, à exclusão, pode ser utilizada para construir um mundo mais humano. **Uma outra globalização é possível!**

Em síntese, a globalização traz à tona as particularidades das verticalidades. O mundo parece formar-se de um verdadeiro mosaico de territórios-rede interligados pelas diferenças. O olhar geográfico sobre a globalização e a fragmentação territorial conduz a reflexão à luz dos conceitos e das categorias geográficas. Diante desta “nova-velha” realidade

mundial “argumenta-se, hoje, e com grande insistência, que a antiga noção de *região* não pode resistir às configurações atuais da economia” (SANTOS, 2008b, p. 87). Deste modo, a região hoje é um conceito e uma categoria desafiadora, pois demanda a análise da globalização e da fragmentação territorial e pode abranger todos os conceitos paradigmáticos.

2 REGIÃO TURÍSTICA E OS CAMINHOS DA PESQUISA

A ideia de veranejar e de “turistar” na praia expande-se pela Europa e pelo mundo. Há uma estreita conexão entre o espaço emissor e o destino turístico. Esta conexão faz-se em escala regional sob o prisma da formação de uma região turística. Geograficamente vários são os elementos do veraneio, do turismo e do imobiliário-turístico que podem apresentar-se como regionalizadores, ou melhor, como forma-conteúdo de *unicidade* ou de síntese na configuração de uma região turística. Deste modo, neste capítulo analisou-se a expansão territorial turística no intuito de desenvolver uma reflexão sobre “*turismo e região: a formação de uma região turística litorânea*” na perspectiva escalar e em seguida, realizou-se “*a busca geográfica da região turística*” sob a égide do pensamento geográfico sobre região e da compreensão dos conceitos associados e contidos na região, a saber: território, rede e lugar. Num terceiro momento, dedica-se à discussão metodológica desta pesquisa.

2.1 Turismo e região: a formação da região turística litorânea

A segunda residência, os *resorts*, os hotéis e o imobiliário-turístico urbanizam o litoral, preenchem-no de materialidades geográficas. Estas materialidades ao serem projetadas no espaço desenhavam uma região que aqui se denomina de região turística. Mas, antes do veraneio e do turismo, deve-se recordar que os balneários marítimos já desenhavam a geografia do litoral com a produção de infraestruturas nas proximidades do mar. No século XVIII, os balneários marítimos foram criados em toda a Europa, com destaque para as praias ao longo do Canal da Mancha na Inglaterra, do mar do Norte na França e do mar Báltico na Alemanha (CORBIN, 1989; URRY, 2001). As praias próximas aos centros urbanos industriais são ocupadas, principalmente, devido à relação entre o tempo-distância e os meios de transporte. Há uma relação direta e regional entre o espaço emissor e o espaço do balneário. Na Inglaterra, em linhas gerais, os balneários localizavam-se em Scarborough, Brighton, Buxton, Harrogate, Tunbridge (URRY, 2001). Na França, destacam-se a comuna de Aix-les-Bains, Deauville e Trouville como destinos de balneário. E na Alemanha, os banhos de cura do século XVIII especializam-se nas cidades de Baden-Baden, Wiesbaden, Karlsbad e Marienbad (TURNER; ASH, 1991).

Na segunda metade do século XVIII, a praia medicalizada foi eclipsada pelo prazer de ir à praia, pela moda, pela distinção sociocultural. Transita-se entre a busca pela saúde e a

busca pelo prazer. Nas palavras de Turner e Ash (1991), busca-se a simplicidade contrastante com os centros industriais. Esta busca acontecia com o retorno ao ambiente rural, característico do Romantismo. “O romantismo implicava que os moradores das novas cidades industriais emergentes se beneficiariam enormemente com o fato de passarem breves períodos longe delas, contemplando a natureza” (URRY, 2001, p. 39). Boyer (2003, p. 54, grifo do autor) analisa este êxodo da cidade como uma revolução ideológica, pois “a *Cidade*, durante séculos fora considerada – ontologicamente – como o berço de toda a *Civilização*, o local da *Urbanidade*, da *Política*, ao passo que a segunda metade do século 18 inverteu os valores: a Cidade tornou-se a *Babilônia* moderna que pervertia, poluía, levava à perdição”. Contraditoriamente, o campo que repelia no século XVII, agora é atraente no século XVIII. Os “cercamentos” de terra no século XVII induziram, para não dizer obrigaram, os camponeses a migrarem para a cidade, em outros termos, iniciava-se o êxodo rural. No século XVIII, a industrialização e a urbanização, “cercaram” de fuligem a vida dos cidadãos que retornaram ao litoral no espaço rural para curar-se.

Da medicalização ao hedonismo, as praias foram transformando-se com mais densidade a partir do século XIX. Brighton, no Litoral Sul da Inglaterra, apresenta-se como o primeiro lugar de balneário que adequou sua arquitetura para o “prazer”, afirma Urry (2001). “Brighton foi o primeiro balneário em que a praia foi estruturada como um lugar destinado ao prazer, à mistura social, à inversão do *status*, ao carnaval, é um motivo pelo qual, nas primeiras décadas do século XX, o local passou a gozar da reputação de excessos sexuais” (URRY, 2001, p. 52). Enquanto Brighton desenvolvia o turismo de sol e praia, com forte inspiração na fórmula dos quatro “eses”, a saber: *sun, sea, sand and sex*¹⁷, Birchington mostra-se como a praia da segunda residência, ou dos bangalôs, outra denominação para estas habitações à beira-mar. “Os primeiros bangalôs tinham uma aparência ‘rural’ e ofereciam contrastes atraentes com as edificações urbanas e era possível construir túneis que ligavam cada bangalô com a praia. Houve, no século XIX, uma ampla ‘bangalomania’ à beira-mar” (URRY, 2001, p. 53). Na França, desenvolve-se a certa distância dos centros metropolitanos, uma zona de prazer denominada de Riviera Francesa, polarizada em torno de Nice, Cannes e Monte Carlo. É válido lembrar que a frequência às praias neste período realizava-se no inverno. Outro destaque é a costa italiana, em especial, a comuna de San Remo por ser o reduto dos ingleses e dos franceses (TURNER; ASH, 1991). Os veranistas e turistas que procedem dos centros industriais urbanos levam consigo seus hábitos, seus costumes, enfim, suas urbanidades, que se misturam no

¹⁷ “Sol, mar, areia e sexo” [Tradução Livre].

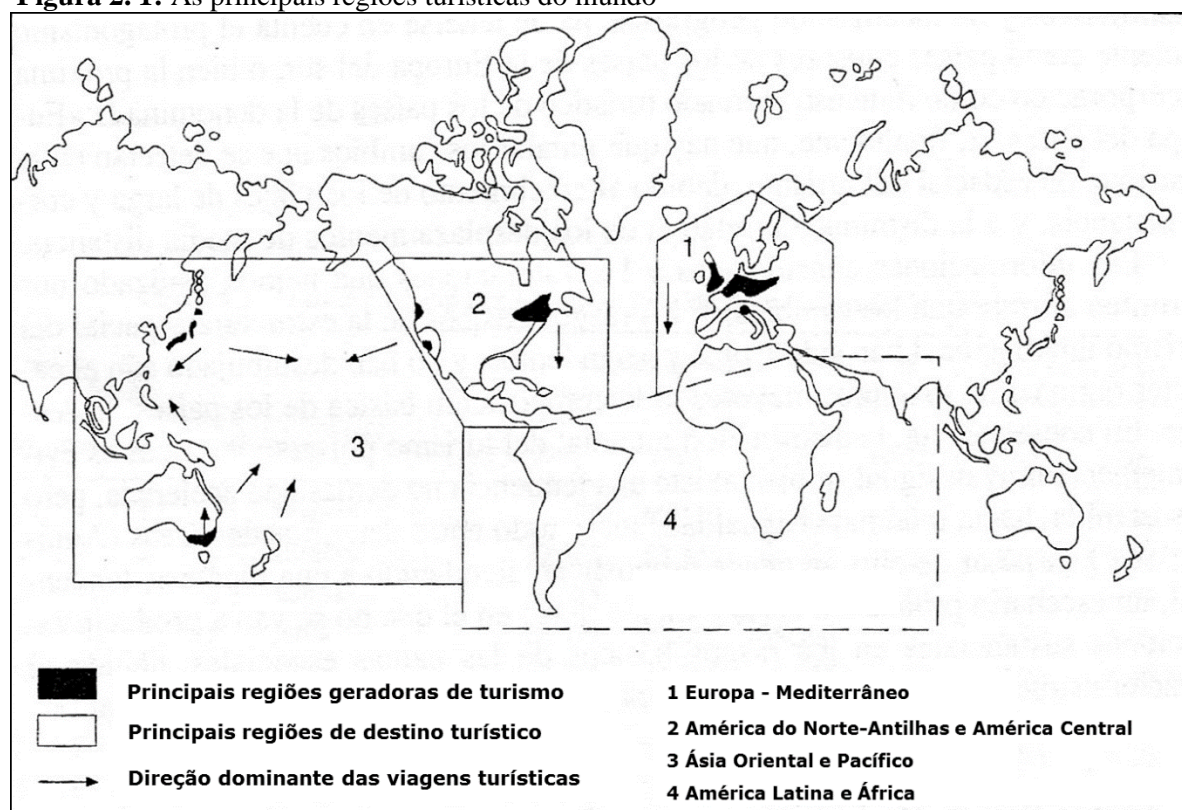
ambiente rural e territorializam as paisagens litorâneas através do imaterial e das materialidades arquitetônicas.

Após a primeira Guerra Mundial os turistas norteamericanos visitam a Europa com outro olhar, o olhar que busca o exótico, a simplicidade. Antes do século XX, os norteamericanos ainda experienciavam a ideia do *Grand Tour* nos países europeus, “preocupados por absorver, ao menos em parte, a cultura do velho mundo”¹⁸ (TURNER; ASH, 1991, p. 103, [Tradução Livre]). Os norteamericanos chegaram “atrasados” na ideia de frequência das praias, mas tiveram uma contribuição decisiva ao influenciar o uso do espaço praial no verão, a heliofobia aos poucos desapareceu. Os veranistas e os turistas norteamericanos iam, sobretudo, a Riviera Francesa, visto que na Inglaterra “dos anos vinte existia um considerável ressentimento dos norteamericanos, por terem estes [os ingleses] à sensação de estar em pleno processo de compra da herança cultural do país ‘mais por puro poder aquisitivo que por bom gosto’”¹⁹ (TURNER; ASH, 1991, p. 105-106, [Tradução Livre]). A combinação praia-sol-mar impulsionou os EUA à formação de lugares de veraneio e turismo também fora da Europa, especialmente, na Flórida, na Califórnia, em Cuba e no México.

O veraneio e o turismo começam a ser desenhado no mapa mundial. Os fluxos de pessoas indo e vindo intensificam-se e a pergunta natural neste momento é: onde você passou as férias? Neste início do século XX, a classe média trabalhadora adquiriu o direito às férias remuneradas, mas coletivas. A facilidade de acesso às “praias da elite” direcionou a massa de trabalhadores para estes espaços costeiros. Esta “invasão” impulsionou a “fuga” da elite e a “descobertas” de novas praias, após a segunda Guerra Mundial, afinal, misturar-se com os trabalhadores deixaria a elite sem distinção social, sem *status* diante da “massa”. A expansão territorial dos destinos de veraneio e turismo ganhou “força” com a criação do voo *charter* e do voo comercial. Segundo Vera Rebollo *et al.* (1997), no mapa do fluxo turístico internacional observam-se basicamente quatro regiões turísticas, a saber: Europa-Mediterrâneo; América do Norte-Antilhas e América Central; Ásia Oriental e Pacífico e América Latina e África. Mas a relação espaço-movimento do fluxo de veranistas e turistas está centrada em escala regional (Figura 2.1).

¹⁸ “preocupados por absorber al menos en parte la cultura del viejo mundo” (TURNER; ASH, 1991, p. 103).

¹⁹ En la Inglaterra de los años veinte existía un considerable resentimiento hacia los norteamericanos, por tener éstos la sensación de estar en pleno proceso de compra de la herencia cultural de país <<más por puro poder adquisitivo que por buen gusto>> (TURNER; ASH, 1991, p. 105-106).

Figura 2. 1: As principais regiões turísticas do mundo

Fonte: Vera Rebollo *et al.* (1997, p. 77) com adaptações de Priscila Pereira (2017)

Sob a perspectiva crítica de Turner e Ash (1991), o deslocamento dos veranistas e dos turistas é realizado entre os países hegemônicos e os países “dominados”, e neste contexto, “periferias do prazer” são formadas. Neste sentido, a “periferia” do norte da Europa expande-se, grosso modo, ao Mediterrâneo, especificamente a Nice, Cannes e Monte Carlo, na França; Palma de Mallorca, Torremolinos e Benidorm, na Espanha, também para Itália e Grécia.

Os norte-americanos ampliam a “periferia do prazer” aos centros do Caribe, como Nassau, San Juan, Montego Bay, Porto Príncipe, ao México, em Acapulco, Tijuana e Mexicali e nas Ilhas do Havaí. Outro grupo que merece destaque é o dos veranistas e turistas japoneses. Diante do seu relativo isolamento geográfico, o Japão criou no Extremo Oriente sua “periferia do prazer”. Esta região tem a oeste o Havaí e ao sul as Ilhas Filipinas, além de Taiwan, Hong Kong, Bali (na Indonésia) e Bangkok (na Tailândia). Na América Latina, a visita das praias uruguaias por brasileiros e argentinos merece destaque. Outro grupo latino de relevância é o dos veranistas e turistas venezuelanos na Colômbia (TURNER; ASH, 1991).

No início do XXI, a relação entre o mercado imobiliário e o mercado turístico estreita-se na configuração territorial do imobiliário-turístico, é a reinvenção do veraneio. Assim, o imobiliário-turístico apresenta-se neste século como o elemento regionalizador desses mercados em decorrência de um conjunto de fatores:

em primeiro lugar, os eventos ocorridos entre 2001 e 2004, com o impacto do terrorismo na economia americana e mundial e o tsunami na Tailândia, que reorientou os investimentos do turismo internacional para fora da Ásia. **É justamente nesse período que a remessa de dinheiro estrangeiro é intensificada para o Nordeste, principalmente advinda da Europa, pois o euro, valorizado em relação ao real, tornava extremamente atraente investimentos no Brasil como um todo. Em segundo lugar**, o mercado imobiliário internacional continuava seu boom de investimentos e crescimento nos preços dos imóveis, fato que alimentava ainda mais a abertura de capital das empresas de construção civil indicando ao pequeno investidor uma nova linha de investimento de alta liquidez; **em terceiro**, a saturação (e especulação) nas áreas tradicionais de turismo imobiliário europeu, como também **na costa mediterrânea e no Golfo do México, exigia a abertura de novas frentes de valorização de capital** (SILVA, 2010b, p. 174, grifo nosso).

Desse modo, a saturação do mercado europeu, a crise imobiliária em 2008 e a necessidade de expansão geográfica das redes hoteleiras internacionais formam um conjunto de fatores que impulsionou a “exportação de paraísos” para o Nordeste brasileiro, com destaque o Litoral Norte da Bahia, especificamente na Praia do Forte. Silva (2010b) ressalta ainda que as principais motivações para o investimento no Nordeste são: “a) preço e revalorizações previstas dos investimentos, num entorno privilegiado e com clima excepcional; b) globalização do mercado imobiliário e do turismo com voos diretos para o Nordeste; c) internet, que permite acesso rápido às informações; d) novas linhas regulares, com baixo custo” (SILVA, 2010b, p. 184). Neste sentido, Mello e Silva e Carvalho (2010) analisam o Litoral Norte da Bahia e conclui: “vende-se uma região turística”.

Como se vê, o veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico são processos eminentemente geográficos que regionalizam e territorializam-se no lugar em diferentes escalas e com implicações espaciais e repercussões na organização territorial dos destinos turísticos. Até aqui a ideia de região turística esteve condensada à escala. Contudo, a região turística ultrapassa a noção escalar, por ser, primordialmente, conceito e categoria geográfica. Assim, para compreender a região turística faz-se imprescindível analisar a região no pensamento geográfico. E então, conceituar região turística e os demais conceitos articulados, a saber: território, rede e lugar.

2.2 A busca geográfica da região turística

O termo região é comumente usado no dia-a-dia. A ciência também faz uso da noção, do conceito e da categoria região. Deste modo, há o uso da região na matemática, na biologia, na ecologia, na geologia, na história, na geografia, entre outras áreas do conhecimento. Gomes (2011) afirma que no senso comum a noção de região está associada ao princípio de localização e ao princípio de extensão, ou seja, faz-se referência aos limites e a distribuição geográfica de certo fenômeno. Popularmente faz-se também alusão à região para indicar determinada unidade administrativa. Nas diferentes áreas do conhecimento científico a noção de região está relacionada “à localização de um certo domínio, ou seja, domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações” (GOMES, 2011, p. 54). Assim, a noção de região corresponde à etimologia da palavra, que deriva do latim²⁰ *regio, regionis* “direção, linha reta; caminho direto, frequentado”, de *regere* “dirigir, guiar, conduzir, reger, governar”. Sob a dimensão política, Bezzi (2004) afirma que a ideia de região relaciona-se a mecanismos de dominação, desdobramento da atuação hegemônica, de posse, de conquista, de poder. Assim, pensar a região turística sob a perspectiva da ideia política de região e da urbanização turística induz a reflexão para a “dominação”, para o “poder”, dos processos e das materialidades “turísticas-geográficas”.

Na Geografia, a noção de região apresenta maior complexidade quando comparada com outras ciências. A sistematização da Geografia como ciência, entre o final do século XIX e o início do século XX, tornou a noção de região, um conceito. A região enquanto conceito se apresenta como o *objeto de estudo*. Neste período, o *objetivo* de estudar a região foi identificar “as unidades geográficas, *sintetizar* as características da mesma, e explicá-las na relação de interação das condicionantes naturais com os grupos humanos habitantes nela”²¹ (ORTEGA VALCÁRCEL, 2000, p. 464, grifo do autor, [Tradução Livre]). Em outras palavras, a superfície terrestre tem fragmentos, recortes diferenciados que apresentam características distintas, que em conjunto com outras partes formam o espaço de vida do homem. A região representa a parte de um todo, que “impõe que se compreenda o que em cada momento, segundo cada cultura ou civilização, era entendido como mundo”, chama a atenção Lencione (2009, p. 23). Ou seja,

²⁰ HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2416.

²¹ “...unidades geográficas, *sintetizar* los caracteres de la misma, y explicarlas en relación con la interacción de las condiciones naturales con los grupos humanos habitantes en ella” (ORTEGA VALCÁRCEL, 2000, p. 464).

cada momento histórico produzirá diferentes paradigmas e assim, os conceitos de região são modificados.

Na história do pensamento geográfico, a região é um conceito em constante movimento, “vive”, “morre” e “ressuscita”. Os paradigmas científicos que estruturaram ao longo do tempo, a noção, o conceito e a categoria região são apresentados aqui em sequência cronológica, mas isto não significa dizer que a História seja linear, que os paradigmas analisados sejam pensamentos únicos no período ou até mesmo que um paradigma supere outro, como analisa Lencione (2009). Opta-se pela cronologia para que a compreensão dos elementos regionalizadores da região turística tornem-se claros e coerentes com os momentos históricos e com a história do pensamento geográfico.

A região foi inicialmente adjetivada como natural, nas ideias clássicas de Ratzel, e de geográfica, nos estudos igualmente clássicos de Vidal de La Blache, com um viés positivista. Entre a região natural e a região geográfica, na interação entre a geográfica sistemática e a geografia regional, Hartshorne (1978 [1966]) apresenta o método regional como modo de consolidação da geografia como ciência. O positivismo lógico, ou neopositivismo, critica o método regional de Hartshorne e apresenta a região sob a perspectiva matemática, estatística, modelar, tem-se a região formal ou homogênea, a região polarizada, a região funcional e a região programa. Por sua vez, o paradigma marxista critica a região neopositivista e reformula os critérios da delimitação regional com base na divisão social do trabalho e na teoria de desenvolvimento desigual e combinado. A leitura da região também é realizada na geografia cultural. A partir do ator social estrutura-se o conceito de região com base na consciência regional, no sentimento de pertencimento e na mentalidade regional, ou seja, a apropriação simbólica-cultural de certo fragmento do espaço.

E no século XXI, o que significa região para a ciência geográfica? O século XXI desafia, para não dizer obriga, o geógrafo a redefinir o conteúdo da palavra região. Para tanto, faz-se necessário compreender a espacialização da história e os conceitos e critérios de delimitação e operacionalização da região ao longo do pensamento geográfico. No sentido de substanciar a compreensão da região no século XXI, algumas considerações são aqui retomadas com base nas ideias de alguns geógrafos que de uma forma ou de outra se dedicaram à epistemologia da geografia.

Segundo Claval (2011, p. 156-157), a geografia no século XIX é “em grande medida uma ciência alemã. Isso se deve à influência de Humboldt (1769-1859) e de Ritter (1777-1859), e à seriedade da reflexão metodológica. Ratzel também inscreve-se nesta tradição”. O geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904) elaborou teorias que influenciaram na

constituição do Estado Nacional Alemão e na dominação de territórios fora da Europa. Ratzel elabora a “Teoria do Espaço Vital”, reflete sobre a “Antropogeografia” e sustenta a ideia do determinismo ambiental na formação da “Região Natural” (CLAVAL, 2011). Corrêa (2007) salienta que o determinismo ambiental foi o primeiro paradigma da geografia do final do século XIX. “Seus defensores afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresciam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas climáticas mais propícias” (CORRÊA, 2007, p. 09). Ratzel, ancorado no evolucionismo darwinista, da seleção natural das espécies, e no naturalismo lamarckiano, da adaptação das espécies ao ambiente, introduz o determinismo ambiental na noção de região (CORRÊA, 2007).

Ratzel acreditava que o homem é produto do meio. Neste sentido, a *região natural* é analisada como “uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela **uniformidade da combinação** ou integração em áreas dos elementos da **natureza**” (CORRÊA, 2007, p. 23, grifo nosso). O critério utilizado na diferenciação das partes é a natureza, ou melhor, a combinação uniforme dos elementos naturais. “A perspectiva determinista significou que aspectos sociais passaram a ser subordinados aos naturais; consequentemente, naturalizando-se a compreensão da sociedade. A ideia de seleção natural transposta para a sociedade conduziu a implicações políticas seríssimas” (LENCIONE, 2009, p. 84), pois legitimava o domínio e a opressão de territórios pela Alemanha no contexto da formação do Estado-Nação. Ratzel salientava que “um dos princípios mais importantes para a construção de um Estado é a indivisibilidade de um povo e de seu respectivo território” (BEZZI, 2004, p. 52). A Biologia é incorporada a explicação de Ratzel ao defender que “seleção natural, competitividade, luta, áreas de domínio etc. eram utilizados para construir a estratégia de expansão e domínio que, segundo ele, seriam determinações do Estado” (BEZZI, 2004, p. 53). Assim, o meio ambiente determinava os naturalmente “fortes”, competitivos e dominadores. E isto explica, grosso modo, o domínio territorial da Alsácia-Lorena pela Alemanha e a ideia da Alemanha como uma raça superior, com maior capacidade física e evoluída tecnicamente.

Neste final do século XIX, o capitalismo concorrencial ou comercial passa para a fase monopolista e imperialista do capitalismo industrial. O discurso do determinismo ambiental de Ratzel naturaliza a dominação de outros países e povos pela Alemanha. Corrêa (2007) entende que o determinismo ambiental trata-se na realidade de uma “ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem. Justificam, assim, o sucesso, o poder,

o desenvolvimento, a expansão e o domínio” (CORRÊA, 2007, p. 10). Deste modo, o imperialismo, um acontecimento histórico, econômico e social, é transformado em natural.

É válido mencionar que a ideia de região natural é proposta pelos geólogos ainda no século XVIII (CLAVAL, 2011). Os geólogos observam que “as formas de ocupação do solo e da economia rural são geralmente as mesmas onde o substrato geológico é idêntico; inventam assim a noção de *região natural*” (CLAVAL, 2011, p. 166). Na geografia Alemã, as ideias de Ratzel fundamentam o discurso de formação do Estado-Nação e de expansão territorial. A delimitação da região natural na Alemanha é um instrumento político. Na França, o geógrafo Vidal de La Blache destaca-se nas suas reflexões sobre a região. Inicialmente, propõe a valorização das unidades fisiográficas como base para a regionalização, em que o elemento determinante da uniformidade espacial varia de uma região para outra (HAESBAERT, 2014a). Diante do exposto, uma indagação fica presente: é possível pensar a região turística sob a perspectiva da região natural? Acredita-se que sim. Afinal, no século XIX, os “naturalmente” “fortes” e competitivos países hegemônicos (Inglaterra, a Alemanha e França) expandiram seus “territórios de prazer” para o litoral. A região litorânea apresenta-se como uma região turística por ter uma combinação e integração de elementos naturais “determinantes” para a construção da segunda residência e para o turismo. O elemento determinante de uniformidade espacial é a singularidade do litoral, a vilegiatura marítima e o turismo condicionados à natureza. Contudo, uma questão continua no “ar”: seria somente o natural determinante às atividades humanas?

Vidal de La Blache, inicialmente, inspirou-se nos geólogos para analisar a região natural, mas corroborar com as ideias de Ratzel seria admitir a supremacia alemã. Neste contexto, Vidal de La Blache modifica o foco da discussão na relação entre o homem e a natureza na diferenciação dos fragmentos da superfície terrestre. Claval (2011) destaca que a interpretação de Vidal de La Blache nas relações dos grupos humanos com o seu ambiente começa a sustentar-se na análise dos gêneros de vida, pois se a natureza propõe, os homens dispõem de técnicas que possibilitam as mudanças no meio. Assim, menciona Corrêa (2007), o homem é visto como o agente geográfico. Gomes (2011) esclarece que o historiador francês Lucien Febvre, em 1922, ao analisar a obra de Vidal de La Blache, cria a expressão “possibilismo” como uma reação francesa ao determinismo geográfico alemão. “A interpretação possibilista da ideia de gênero de vida insiste no papel da iniciativa humana na transformação das paisagens, no seu ordenamento e na sua valorização” (CLAVAL, 2011, p. 162). Neste sentido, a região é criada pela intervenção das técnicas inventadas pelo homem, o agente geográfico, logo, a região é geográfica. “A **região geográfica** abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e

natureza” (CORRÊA, 2007, p. 28, grifo nosso). A ideia de harmonia entre o homem e a natureza marca o conceito de região geográfica.

Na perspectiva da **região geográfica**, o critério central de diferenciação do espaço é o resultado da evolução histórica, que se fundamenta no **historicismo** positivista neokantiano (CORRÊA, 1997). “Ao mesmo tempo que a natureza era vista como sendo composta de vários elementos físicos, também surgiu a ideia de que ela possuía [...] também uma constituição histórica. Essa perspectiva inspirada no romantismo e na valorização do caráter histórico é denominada de historicismo” (LENCIONE, 2009, p. 86). Neste momento e com o olhar no litoral, cabe recordar que o romantismo e o historicismo impulsionaram a valorização das paisagens litorâneas. Até a primeira metade do século XVIII, o mar era visto como algo repulsivo porque se acreditava nos monstros marinhos, no finisterra. O ambiente praial era concebido como espaço de punição divina. Esta percepção começa a mudar a partir da visão romântica que compreende a natureza como divina em sua totalidade (CORBIN, 1989). O litoral ocidental utilizado para a cura e o hedonismo nas práticas marítimas da vilegiatura marítima, do veraneio e do turismo dão o tom da particularidade e da singularidade do litoral. A combinação do litoral e das práticas socioculturais marítimas diferenciam o espaço geográfico ao longo da costa. Neste contexto, a região turística pode ser analisada também sob a perspectiva da região geográfica.

A sinergia entre a natureza e a cultura impulsiona La Blache a fundamentar a região geográfica. Ao geógrafo caberia reconhecer, descrever, tornar claros seus limites e explicar a combinação de fenômenos naturais e culturais que configuraria a singularidade, individualidade e personalidade da região. “A região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural. A região é agora entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural” (CORRÊA, 1997, p. 185). Região e paisagem sob a perspectiva do possibilismo apresentam-se como sinônimos. Deve-se mencionar ainda que para La Blache, “o crescimento da circulação desenvolve a divisão regional do trabalho, tornando as regiões dependentes umas das outras” (LENCIONE, 2009, p. 105). La Blache, analisa Lencione (2009), tinha como objetivo a construção de uma unidade da Geografia a partir da relação entre homem-meio, para isto elaborava sínteses regionais, conhecidas como monografias regionais. Além do francês Vidal de La Blache, geógrafos da Alemanha e dos Estados Unidos também reagiram ao determinismo ambiental e embasaram seus estudos regionais no possibilismo. Destacam-se dentre os geógrafos, Otto Schlüter, na Alemanha, e Carl Sauer, nos Estados Unidos (CORRÊA, 2007).

O determinismo ambiental e o possibilismo são às bases ontológicas e epistemológicas da ciência geográfica, mas que discutem pouco sobre método. O dilema se a natureza condiciona as atividades humanas ou se à sociedade cabe “reinventar” a natureza ilumina o geógrafo norteamericano Richard Hartshorne a propor caminhos para “encontrar” esta unidade geográfica. Hartshorne (1978 [1966]) elabora o que ele mesmo denomina de método regional. Antes de analisar a proposta metodológica do referido estudioso, faz-imprescindível mencionar a fonte de inspiração de Hartshorne, o geógrafo alemão Alfred Hettner, que reflete sobre a relação epistemológica entre a análise do todo e das partes, e vice-versa, e o conceito de região.

Hettner põe a geografia no plano de encontro do nomotetismo e do ideografismo, centrando a referência unitária no conceito de região. **A região** é a categoria universal da geografia, o conceito portador da capacidade de oferecer uma visão de unidade de espaço (Hettner diz corológica) à pluralidade dos aspectos físicos e humanos, e de assim forjar a síntese de mundo, que é a identidade metodológica e científica da geografia. Chega-se à síntese regional por intermédio da interação entre a geografia sistemática, parte da geografia encarregada de realizar a análise dos fenômenos no seu plano tópico, e a geografia regional, a verdadeira geografia, e que se serve da primeira, ao tempo que impõe-lhe a necessária **unidade sintética** (MOREIRA, 2000, p. 142, grifo nosso).

É válido mencionar que a ciência nomotética é regida por leis gerais, fenômenos da natureza, e a ciência idiográfica estuda os fenômenos individualizados, particulares (MOREIRA, 2000; GOMES, 2011). O método regional elaborado por Hartshorne (1978 [1966]) configura uma região a partir do estabelecimento de um “complexo-de-elementos”, no qual se observa “a integração elementar de dois ou mais elementos dissimilares, em estreita dependência uns dos outros”, mas esta associação de elementos “é diferente da soma de elementos apenas ligeiramente inter-relacionados em suas variações na área” (HARTSHORNE, 1978 [1966], p. 131). “A região, para Hartshorne, não passa de uma área mostrando a sua *unicidade*, resultado de uma integração de natureza única de fenômenos heterogêneos” (CORRÊA, 2007, p. 16). A escolha dos elementos e a integração destes no sentido da unicidade são sistematizadas pelo pesquisador. A região apresenta-se como um produto mental, uma unidade de síntese oriunda da integração dos fenômenos naturais e sociais nem sempre contíguos. “Para Hartshorne, não há fenômenos particulares à Geografia, assim como também não há objeto de estudo que lhe seja específico. Afirma que as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação” (LENCIONE, 2009, p. 126). Assim, embora Hartshorne (1978 [1966]) instrumentalize o método regional, mostra-se vago na especificação

de critérios para a delimitação da região. O que gera críticas que fragilizam sua proposta regional.

A multidimensionalidade e a complexidade que tangenciam as práticas socioculturais no litoral induzem o pensar à região turística com o olhar do método regional de Hartshorne (1978 [1966]). O veraneio e o turismo são práticas socioculturais que se transformam também em atividade econômica e assim, tornam-se uma questão geopolítica, geoeconômica, tecnológica, social, cultural, ambiental, territorial, enfim, regional. Em síntese, fenômenos diferentes integram-se para dar *unicidade*, para usar a expressão de Hartshorne (1978[1966]), a região. Estes fenômenos apresentam coesão territorial, principalmente, através das materialidades do veraneio e do turismo de massa. Em outros termos, a urbanização turística mostra-se como o elemento regionalizador que une os elementos dissimilares e configura uma região turística que pode ser em territórios contínuos e descontínuos ao mesmo tempo.

Contudo, a questão geográfica continua: o que define a região? Meio ambiente, homem ou a interação dos fenômenos naturais e sociais? A imprecisão teórico-metodológica da região positivista recebe críticas e chega a ser considerado um conceito “morto”, aponta o geógrafo espanhol Ortega Valcárcel (2000). Os neopositivistas fazem críticas epistemológicas à região positivista. Os geógrafos positivistas são “conscientes de que o trabalho regional se resolve como uma amálgama ou justaposição de estudos gerais e que a síntese geográfica se reduz a uma simples receita narrativa”²², salienta Ortega Valcárcel (2000, p. 475, [Tradução Livre]). Outra crítica refere-se à ideia de analisar os fenômenos como únicos. A este caráter “excepcionalista”, analisa Gomes (2011, p. 62), “o argumento fundamental é de que em um mundo sem teorias, sem modelos, todos os fatos são únicos”. Ademais, após a Segunda Guerra Mundial as regiões são destruídas e reconstruídas sob a égide de uma nova divisão social e territorial do trabalho, o que envolve a “introdução e difusão de novas culturas, industrialização, urbanização e outras relações espaciais” (CORRÊA, 2007, p. 17). A geografia fundamentada no neopositivismo, ou positivismo lógico, denominada de *nova* geografia, surge na década de 1950 e “ao contrário do paradigma possibilista e da geografia hartshorniana, a *nova* [geografia] procura leis ou regularidades empíricas sob a forma de padrões espaciais” (CORRÊA, 2007, p. 18). As generalidades mensuráveis tornam-se parâmetros para delimitar e entender a região na geografia teórica-quantitativista. Corrêa (2007) defende que a *nova* geografia tem o papel ideológico de justificar a expansão capitalista e fazer crer que o subdesenvolvimento deve ser

²² “conscientes de que el trabajo regional se resuelve como una amalgama o yuxtaposición de estudios generales y que la síntesis geográfica se reduce a una simple receta narrativa” (ORTEGA VALCÁRCCEL, 2000, p. 475).

visto como uma etapa necessária para o desenvolvimento, que deve acontecer a curto e médio prazo.

Outro ponto digno de nota é a posição **anti-historicista** do positivismo lógico. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que toda ideia de processo, de gênese e de origem não é relevante na análise e, em segundo, que **os marcos sociais**, nos quais se desenvolvem os fenômenos, são **desconsiderados**. Além disso, essa perspectiva crê na **neutralidade da ciência e considera pseudoproblemas as questões metafísicas** (LENCIONE, 2009, p. 133, grifo nosso).

A *nova* geografia entende a região como um meio de analisar a realidade não mais como um produto da realidade. “A variabilidade das divisões possíveis é quase infinita, pois são quase infinitas as possibilidades dos critérios que trazem novas explicações, tudo depende da demonstração final a que se quer chegar” (GOMES, 2011, p. 63). Os propósitos do pesquisador orientam a escolha das variáveis. Deste modo, a região é uma produção intelectual com comprovação quantitativa e a formulação de leis gerais. Segundo Ortega Valcárcel (2000, p. 477, [Tradução Livre]), “as novas propostas regionais se vinculam com a aparição da dimensão regional no marco da análise econômica (...) a economia posterior a Segunda Guerra Mundial se caracteriza pelo crescente interesse pelas diferenças no desenvolvimento econômico”²³. As teorias econômicas são convocadas para fundamentar a região neopositivista. Destacam-se, neste contexto, a Teoria de Localização das atividades econômicas de Heinrich von Thünen, a Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller e a Teoria dos Polos de Desenvolvimento e Polos de Crescimento de François Perroux (ORTEGA VALCÁRCCEL, 2000).

A região no neopositivismo é compreendida como região homogênea, funcional, polarizada, programa, entre outras. A região homogênea “é aquela cuja identidade sempre se relacionará com características físicas, econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras, em uma determinada área” (BEZZI, 2004, p. 136) e esta uniformidade deve ser contígua e estatisticamente comprovada. Na região funcional, múltiplas variáveis são analisadas e ao atingir um denominador comum de funcionalidade delimita-se a região, que internamente é diferenciada. “As regiões funcionais, apesar da inadequação do termo, são definidas de acordo com o movimento de pessoas, mercadorias, informações e decisões e ideias sobre a superfície da Terra. Identificam-se, assim, regiões de tráfego rodoviário, fluxos telefônicos ou matérias-

²³ “las nuevas propuestas regionales se vinculan con la aparición de la dimensión regional en el marco del análisis económico (...) la economía posterior a la segunda guerra mundial se caracteriza por el creciente interés por las diferencias en el desarrollo económico” (ORTEGA VALCÁRCCEL, 2000, p. 477).

primas” (CORRÊA, 2007, p. 35). O papel das cidades como espaço de organização de diversas atividades nela mesma e com outros centros urbanos menores forma um sistema espacial funcional de atração que caracteriza o que ficou conhecido como “regiões polarizadas”. Outra classificação de região é a região programa. Ortega Valcárcel (2000, p. 479, [Tradução Livre]) salienta que a região programa “é o espaço delimitado para o desenvolvimento de determinadas ações de planejamento, cujos limites dependeram em exclusividade dos objetivos estabelecidos, um espaço regional próprio da ação político-territorial”²⁴. Nas palavras Corrêa (2007), é a região de ação e controle do Estado.

A região neopositivista é “uma classe de área, fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrários que possuem justificativa no julgamento de sua relevância para uma certa explicação” (GOMES, 2011, p. 63). É digno de registro que neste período, entre 1950 e 1970, além de classificar e mensurar, os geógrafos representam a região estudada através de esquemas e/ou modelos, o que Ortega Valcárcel (2000) denomina de região sistêmica. “O enfoque sistêmico incorporado à geografia regional estimulou esta interpretação estrutural, mas lhe incorpora uma dimensão dinâmica”²⁵ (ORTEGA VALCÁRCCEL, 2000, p. 483, [Tradução Livre]). A região sistêmica apresenta-se como um sistema de fluxos materiais e imateriais, ou seja, um sistema territorial dinâmico. Ortega Valcárcel (2000) analisa que a articulação entre a teoria geral dos sistemas e a geografia regional permite conceber outra relação, que é a vinculação da geografia econômica analítica e a geografia regional renovada.

À época alguns modelos e esquemas foram elaborados por geógrafos para explicar o fenômeno do veraneio e do turismo, com destaque para o modelo de viagem recreativa e excursionista de Campbell (1967), o modelo de desenvolvimento turístico de Miossec (1976) e o modelo de Ciclo de Vida da Área Turística de Butler (1980). Pearce (2003) apresenta os modelos e os esquemas anteriormente citados e instiga a análise no viés da região funcional, da região polarizada, da região programa e da região sistêmica para a atividade turística.

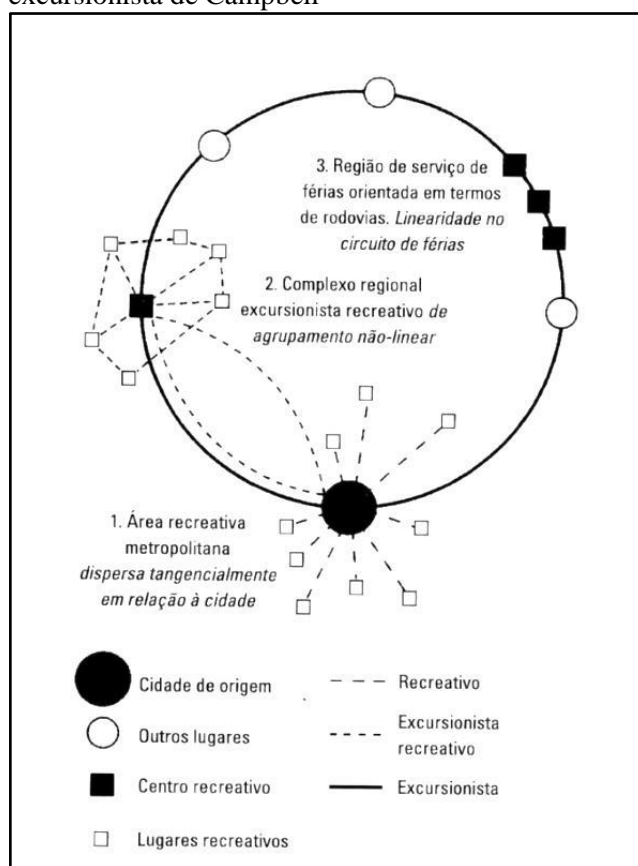
O modelo de viagem recreativa e excursionista de Campbell (*apud* PEARCE, 2003) representa a coerência funcional entre a cidade e o que Campbell denomina de “centros recreativos” e “lugares recreativos”. A conexão territorial entre a “cidade de origem” e os “centros recreativos” formam três padrões de deslocamento, a saber: Padrão 1-Área recreativa

²⁴ “es el espacio acotado para el desarrollo de determinadas acciones planificadoras, cuyos límites dependerán en exclusividad de los objetivos establecidos, un espacio regional propio de la acción político-territorial” (ORTEGA VALCÁRCCEL, 2000, p. 479).

²⁵ “el enfoque sistêmico estimuló esta interpretación estructural, pero le incorpora una dimensión dinámica” (ORTEGA VALCÁRCCEL, 2000, p. 483).

metropolitana dispersa tangencialmente em relação à cidade; Padrão 2-Complexo regional excursionista recreativo de agrupamento não-linear; e Padrão 3-Região de serviço de férias orientada em termos de rodovias. Ademais, os turistas são segmentados também em três grupos, são eles: recreativo; excursionista recreativo e excursionistas (PEARCE, 2003). Certamente, estes grupos foram divididos conforme a relação de tempo-distância de deslocamento (Figura 2.2).

Figura 2.2: Modelo de viagem recreativa e excursionista de Campbell



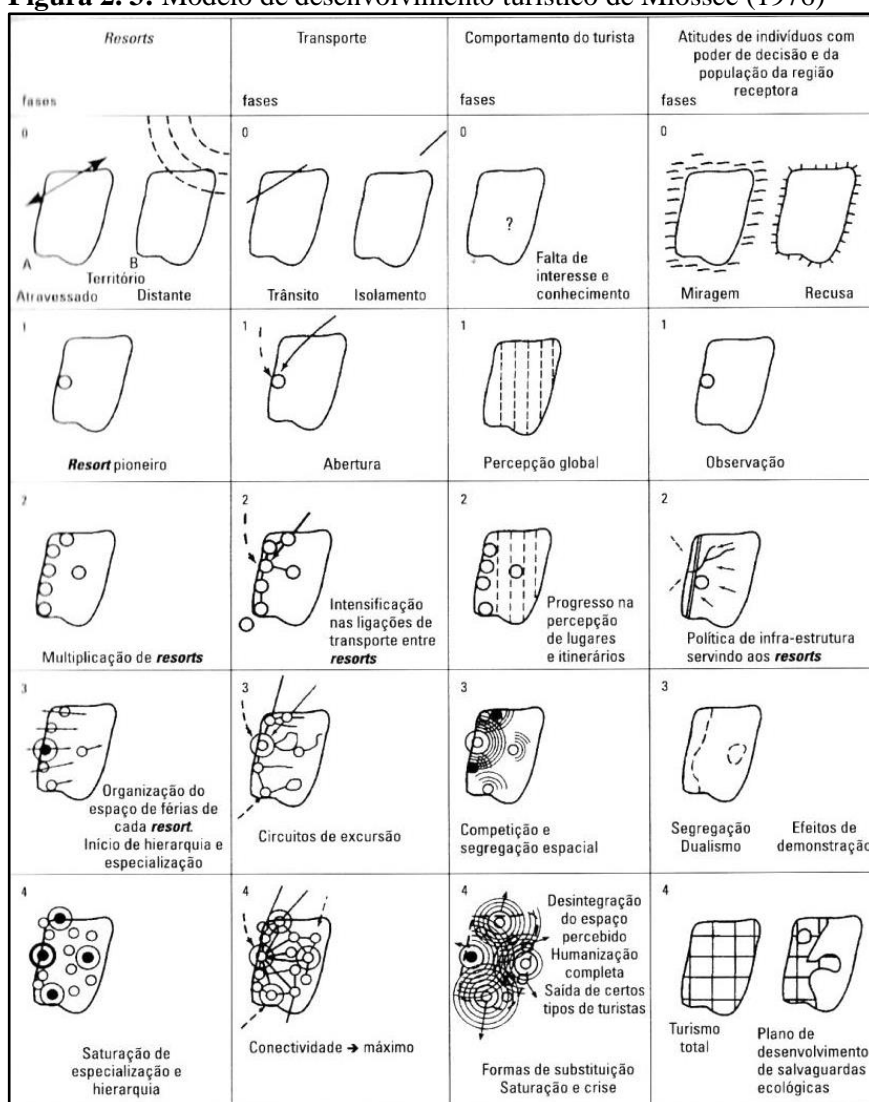
Fonte: Pearce (2003)

No primeiro padrão, o grupo “recreativo” desloca-se para “lugares recreativos” nos espaços próximos ao polo, a cidade de origem. O movimento a espaços afastados da “Área recreativa metropolitana” é realizado por “excursionistas recreativos” que tem estadia no “centro recreativo”, mas frequentam “lugares recreativos” no entorno do centro. Pearce (2003, p. 31) esclarece que “para o grupo ‘recreativo’, a atividade recreativa em si é o elemento principal da viagem, enquanto que para o ‘excursionista’ é o percurso como tal que constitui a principal atividade da viagem, efetuando diversas paradas durante passeios circulares para fora da cidade”. Mas no terceiro e último padrão, o “centro recreativo” é o atrativo turístico principal e quem frequenta são os “excursionistas”. Há uma estreita relação entre o destino turístico do

terceiro padrão e a rodovia. O turismo, neste contexto, apresenta-se como um dos processos de coesão e integração territorial.

Outro modelo neopositivista que merece destaque é o de “Desenvolvimento Turístico” de Miossec, publicado em 1976 (*apud* PEARCE, 2003). No referido modelo, Miossec (1976) analisa a formação, a evolução e a estrutura de uma região turística a partir da instalação de *resorts*. Para tanto, a relação tempo e espaço são consideradas com base nas seguintes variáveis: *resorts*, transporte, comportamento do turista e atitudes de indivíduos com poder de decisão e da população da região receptora (Figura 2.3).

Figura 2. 3: Modelo de desenvolvimento turístico de Miossec (1976)



Fonte: Pearce (2003)

Como se vê, o modelo de “Desenvolvimento Turístico” de Miossec (1976) apresenta-se em cinco fases. Na fase inicial (0) há dois territórios, respectivamente, A e B. No território A, denominado de “Território Atravessado”, existem resorts próximos, é um território

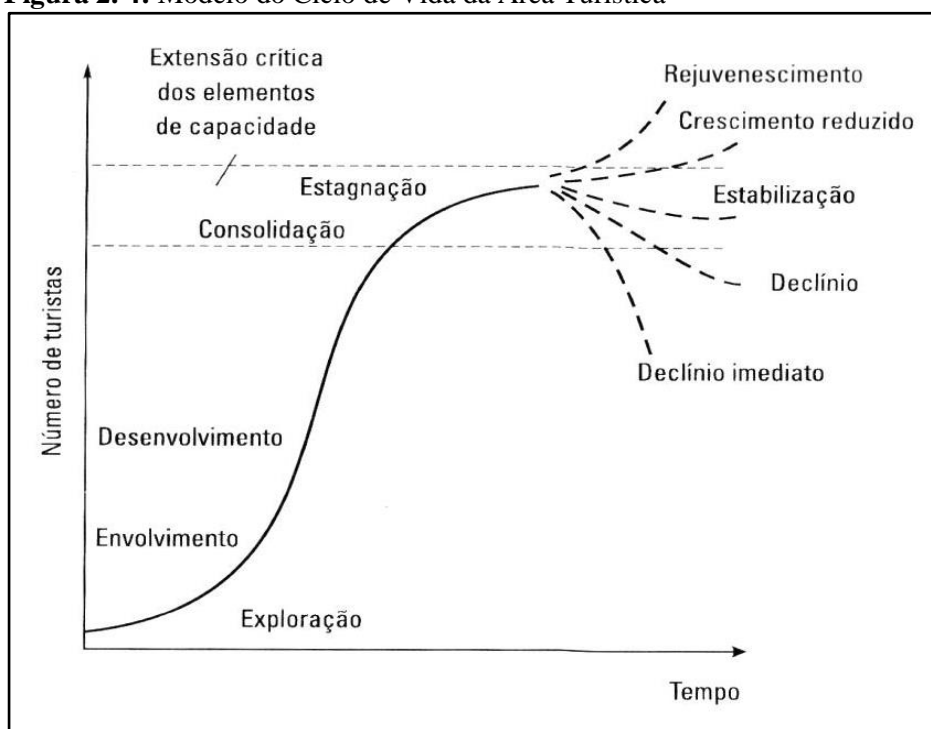
de trânsito de turistas em que o Estado e o Mercado vislumbram possibilidades. O interesse dos turistas neste território ainda é incipiente. Ainda na fase inicial (0), o Território B, “Território Distante”, apresenta difícil fluidez de transportes e a população da região receptora expressa, conforme o modelo, “recusa” ao turismo. Entre o território A e o território B, o transporte mostra-se como elemento preponderante para a turistificação do Território A. Neste sentido, a fase 1 é elaborada sob a perspectiva do “Território A”.

A abertura do “Território A” contribui para a instalação do primeiro *resort*. Nesta primeira fase, o turista interpreta o “Território A” em sua totalidade, faz-se referência ao município ou a cidade ou a praia “X”. O Estado, o mercado e a população tendem a observar as repercussões territoriais deste *resort*. Com o tempo, já na fase 2, há um incremento na quantidade de *resort* e de ligações de transportes entre *resorts*. Em outros termos, o “Território dos *Resorts*” tornam-se espacialmente fluído, principalmente, diante das políticas públicas de infraestrutura.

Na terceira fase, o turista percebe o espaço a partir dos *resorts*, faz-se referência ao *resort* “X” ou ao *resort* “Y”. Verifica-se uma hierarquia e uma especialização na organização territorial. A fluidez territorial permite a criação de “circuitos de excursão”, começa a existir uma interação com o espaço externo ao *resort*. O aumento da participação de diferentes classes sociais traz à tona a competição e a segregação espacial da classe alta. Para atender a esta classe, verifica-se a implantação de um *resort* afastado do “cinturão” de *resorts*.

A quarta e última fase é marcada pela saturação espacial. O espaço apresenta-se completamente conectado e alguns tipos de turistas começam a ir à busca de outros espaços de férias. Esta saturação faz o Estado criar unidades de conservação. O território dominado pelo turismo é fragmento e torna-se, de um lado, “o Território do *resort*” e do outro lado, o “Território protegido”. Acredita-se que os “Territórios atravessados” aos *resorts* representados podem atrair turistas e o ciclo reinicia-se.

Sob o prisma do ciclo, Butler elabora, em 1980, o modelo do “Ciclo de Vida da Área Turística” ou “*Tourist Area Life Cycle*” (TALC) (*apud* PEARCE, 2003). A comunidade local, os turistas e o desenvolvimento do destino turístico são as variáveis analisadas. Estas variáveis são representadas em relação ao número de turistas e do tempo, nos seguintes estágios: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio, estabilização e rejuvenescimento (Figura 2.4).

Figura 2. 4: Modelo do Ciclo de Vida da Área Turística

Fonte: Pearce (2003)

Os modelos e os esquemas apresentados sob a ótica da região neopositivista começam a receber críticas pela deficiência, para não dizer ausência, na análise das relações socioespaciais, embora expliquem os critérios ou variáveis, e encontrem regularidades e demonstrem comprovações. “Não era mais a Geografia Regional que unificava a Geografia Humana e Geografia Física, agora eram as leis espaciais, os modelos e os sistemas. Os questionamentos teóricos da Geografia passaram, muitas vezes, a se situarem no nível dos modelos” (LENCIONE, 2009, p. 140). Enquanto a região neopositivista apresenta o padrão, as tensões sociais nos países capitalistas são incrementadas pela crise no fordismo, pelo aumento no desemprego, pela insuficiência e deficiência na habitação, na educação e na saúde. O Estado de Bem-Estar social também está em crise. Por sua vez, os movimentos sociais reivindicam melhorias.

Nem o paradigma positivista nem o paradigma neopositivista tinham aportes teóricos-metodológicos suficientes para uma interpretação da dinâmica conflituosa da realidade. “A reflexão sobre o progresso técnico e científico e a preocupação com o desenvolvimento econômico e social conduziram uma série de críticas à grande riqueza da sociedade em contraste com a pobreza das massas populares” (LENCIONE, 2009, p. 149). As ciências são convocadas a analisar a realidade vigente, questionar dogmas, trilhar novos caminhos. “A Geografia teve que se inserir nesse movimento, uma vez que estava sendo

acusada de acrítica, ideológica e conservadora” (BEZZI, 2004, p. 178). Deste modo, alguns geógrafos, ancorados no método materialista-histórico dialético, nas ideias de Marx e na “Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado”, fundamentam um novo modo de pensar a geografia, concebe-se o paradigma da geografia crítica ou radical que

questionou o fato da Geografia se preocupar em perguntar como os processos sociais se dão, afirmando que, além dos esforços em desvendar o ‘como’ e o ‘porque’ dos processos, deveria, também, investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados à produção do espaço. Tal perspectiva conduziu ao **questionamento da neutralidade da localização (...) se um dada localização é considerada melhor, ela é para um determinado ponto de vista – o capital, por exemplo -, mas não, necessariamente, do ponto de vista social ou ambiental** (LENCIONE, 2009, p. 161, grifo nosso).

No compasso da leitura do movimento e dos processos, a Geografia crítica “decreta a morte” da região neopositivista. “Urbanização, industrialização e centralização tornam-se as questões de relevo da Geografia na segunda metade do século XX. Impuseram-se novas referências na análise regional: fluxos, rede urbana, área de influência de uma cidade e polarização” (LENCIONE, 2009, p. 141). Para os geógrafos críticos ou marxistas a região é “uma resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (CORRÊA, 1997, p. 187). Os critérios da regionalização propostos pelos geógrafos críticos são: divisão social do trabalho, processo de acumulação capitalista, trabalho, processos políticos e ideológicos. A região a ser estudada é a região do capital, para usar a expressão de Nóbrega (2015). Contudo, pensadores marxistas, como por exemplo, Oliveira (1981), advogam pelo “fim da região”, tendo em vista a perspectiva globalizante e homogeneizante do capital. Santos (2012) reage a ideia do “fim da região”.

Quanto a nós, ao contrário, pensamos que: em **primeiro lugar**, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em **segundo lugar**, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. **As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região**, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome (SANTOS, 2012, p. 165, grifo nosso).

A “região do capital” é definida e delimitada a partir da divisão social do trabalho com a leitura da sociedade, do sujeito coletivo. A região na Geografia crítica foi concebida

como uma totalidade histórica contrastante com a totalidade lógica do positivismo e da totalidade harmônica do neopositivismo. Com esta visão, a análise do mundo pautava-se na noção de diferença, afirma Lencione (2009). Sobre as críticas à região no neopositivismo e à região na Geografia radical, Gomes (2011, p. 65) retruca que “embora recusando o funcionalismo como critério para a divisão do espaço, esta nova corrente radical aceita que a região seja um processo de classificação do espaço segundo diferentes variáveis”. Ao que parece a “vida”, a “morte” ou a “ressureição” da região no pensamento geográfico é um “problema” de conteúdo, de escolha das variáveis para a regionalização.

Neste contexto, outra questão pululante invade a reflexão sobre a região turística, a saber: seria a região turística a “região do capital”? Durante o fordismo, o espaço litorâneo é estrategicamente usado para a acumulação do capital diante das práticas socioculturais já existentes. Assim, o veraneio e o turismo mostram-se como lazer para alguns e o trabalho de uns tantos. A territorialização do veraneio e do turismo contribuem na configuração da formação socioespacial dos destinos litorâneos e desenha uma nova divisão social e territorial do trabalho. Estes processos podem vir a reforçar as desigualdades socioespaciais e a incrementar a injustiça ambiental. Ademais, a busca pelo exótico, o primado do veraneio e do turismo, parece se coadunar com a noção de diferença cunhada pela Geografia crítica. Seria o *marketing* turístico de sol, praia, tranquilidade e paraíso um instrumento ideológico de direcionamento ao consumo dos serviços turísticos? Seja como for, os elementos regionalizadores da região do “capital” parecem também fazer parte da região turística.

A década de 1980 marca a ruptura paradigmática do pensamento da retidão positivista e neopositivista. Além da Geografia crítica, no mesmo período a região passa a ser refletida a luz da fenomenologia, retoma-se a Geografia cultural. “A Geografia de inspiração fenomenológica apresentou (...) a discussão das representações que os homens fazem do mundo. Isso porque, ao mesmo tempo que o espaço é vivido e percebido de maneira diferente pelos indivíduos” coloca-se em questão às representações que o indivíduo faz do espaço (LENCIONE, 2009, p. 152). Assim, “a **região** é concebida como um **espaço vital**, o espaço da **experiência cotidiana**, o espaço da **experiência histórica**, um espaço com história, um âmbito de **identidade do grupo humano** que a habita”²⁶ (ORTEGA VALCÁRCEL, 2000, p. 487, grifo nosso, [Tradução Livre]). A região “se converte em um espaço subjetivo, que pertence ao campo do psicológico, inseparável das imagens que cada indivíduo elabora e compartilha de

²⁶ “La región es concebida como un espacio vital, el espacio de la experiencia cotidiana, el espacio de la experiencia histórica, un espacio con historia, un ámbito de identidad del grupo humano que la habita” (ORTEGA VALCÁRCEL, 2000, p. 487).

seu próprio entorno”²⁷ (ORTEGA VALCÁRCEL, 2000, p. 487, [Tradução Livre]). A relação do indivíduo com a sociedade que pertence e vice-versa é fundamentado na leitura da região a partir da consciência regional, do sentimento de pertencimento, da mentalidade regional, enfim, da identidade (GOMES, 2011).

Sob o prisma do paradigma fenomenológico, as inquietações sobre a região turística tornam-se mais densas. As representações litorâneas para o veranista, o turista e os moradores do destino turístico trazem à tona uma nova região cultural? Afinal, antes de ser uma atividade econômica, o veraneio e o turismo são práticas socioculturais. E antes de ser recurso territorial ou paisagem para contemplação, o espaço litorâneo representa espaço de abrigo e trabalho das pessoas que moram no lugar desenvolvido para o veraneio e o turismo. A comunidade litorânea tem identidade com o litoral. Certamente, os elementos da região cultural englobam as representações espaciais que compõem a região turística. Como se vê, a compreensão dos elementos regionalizadores que integram e diferenciam o espaço litorâneo na configuração da região turística mostra-se como uma verdadeira encruzilhada geográfica.

Em síntese, as abordagens paradigmáticas buscaram, em primeiro lugar, responder a seguinte questão: “qual é o principal agente responsável pela produção da diversidade geográfica?” (HAESBAERT, 1999, p. 21). A Natureza? O homem? A integração dos fenômenos? Os padrões espaciais? A divisão social do trabalho? A identidade regional? Embora haja advogados de defesa e acusação para cada elemento regionalizador, Haesbaert (1999, p. 20) em seus estudos conclui que duas características prevalecem em todos os paradigmas: “o estudo integrador ou ‘de síntese’ e o estudo das especificidades, da ‘diferenciação de áreas’ ou ainda, para utilizar um termo menos carregado de um legado empirista, da diversidade territorial” (HAESBAERT, 1999, p. 20). A compreensão da diversidade territorial, ressalta Haesbaert (1999), necessita do reconhecimento da relação particular-geral e singular-universal. “A questão principal será sempre a de perceber quais são os **agentes** e os **processos** que devem ser **priorizados** para entender **as razões da diferenciação espacial** e, somente a partir daí, qual a **escala** em que ela se manifesta com maior clareza (ou coerência)” (HAESBAERT, 1999, p. 33, grifo nosso). Em outros termos, a compreensão e a seleção dos agentes e dos processos dará o tom à diversidade territorial.

Outra questão contemporânea que vale a pena colocar é: em tempos de globalização, como definir a região? As críticas paradigmáticas e a falta de consenso parecem ter esmaecido a região como conceito e/ou categoria analítica. Mas, no século XXI, a

²⁷“se convierte en un espacio subjetivo, que pertenece al campo de lo psicológico inseparable de las imágenes que cada individuo elabora y comparte de su propio entorno” (ORTEGA VALCÁRCEL, 2000, p. 487).

globalização ascende às singularidades e as diferenças e trazem à tona a região. A leitura da região e de região turística em tempos de globalização torna-se um desafio. “Apesar da propalada globalização homogeneizadora o que vemos concomitante, é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença em todos os cantos do planeta” (HAESBAERT, 1999, p. 16). A pergunta de Castro (1994, s/p.) parece adequada ao século XXI: “Quem tem medo da região?”.

Segundo Haesbaert (1999, p. 22), “cabe a uma Geografia Regional renovada recuperar o sentido dos recortes espaciais tanto a partir de sua inserção desigual em movimentos mais globalizado quanto a partir da re-criação de singularidades que lhes dão um caráter próprio”. Neste século, globalização e fragmentação ou diversidade territorial apresentam-se como fundamentos teóricos-metodológicos imprescindíveis na leitura da região. Evoca-se assim, a categoria filosófica particularidade. Na mediação entre o “universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal)” está à ideia de particularidade (CORRÊA, 1997, p. 192). Na geografia, a particularidade é espacializada na região.

Há um jogo de “des-igualdade” econômica e política e da “diferença” simbólico-cultural e ambiental, para usar a ideia de Haesbaert (1999), que no espaço geográfico traduz-se na região. Acredita-se que a proposta de região, como conceito, e regionalização, como instrumento metodológico (HAESBAERT, 1999) apresenta-se adequada à complexa realidade atual do espaço geográfico. Haesbaert (2014a, p. 110) propõe entender a região como artefato, “o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato)”, ou seja, articulam ao mesmo tempo a dimensão ideal-simbólica e a material-funcional. Assim, a região como *arte-fato* mostra-se ao pesquisador no **fato**, na realidade, e **na arte**, da análise, do estudo, da *expertise* empírica e teórico-metodológica.

A proposta de Haesbaert (2014a, p. 110, grifo nosso) está pautada em três questões fundamentais: “**a região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial; a região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação; e a região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais em suas lógicas espaciais, zonal e reticular**”. Economia, política e cultura são destacadas na articulação das dimensões que configuram a região. Em outros termos, “a região é um espaço-momento articulado, em processo mais ou menos intenso de transformação, envolvendo múltiplas dimensões e escalas, ou seja, possui ênfases dimensionais e escalares distintas conforme os sujeitos sociais e contexto histórico, social e político em que se dê essa articulação”

(HAESBAERT, 2014a, p. 196). Aqui se entende a região turística sob a perspectiva do espaço-momento que articula veraneio, turismo e o imobiliário-turístico.

No século XXI, um novo processo dá o tom à região turística litorânea, a saber: o turismo imobiliário, inventado na articulação do veraneio e do turismo e materializado no imobiliário-turístico. Assim, compreendem-se como materialidades geográficas para a configuração da região turística: a tradicional casa de praia, os hotéis, os *resorts* e o imobiliário-turístico. O veraneio, o turismo e o turismo imobiliário são processos alavancados pelo mercado turístico e imobiliário sob a égide do Estado. Neste caso, o Mercado e o Estado apresentam-se como os agentes territoriais no litoral. Sob a perspectiva escalar, observa-se que o Mercado e o Estado tendem a agir simultaneamente em âmbito internacional, nacional, regional e local em território-rede, descontínuos, e em territórios-zona, contínuos. Mas, a força centrífuga e centrípeta do veraneio, do turismo e do imobiliário-turístico repercute com maior intensidade em escala regional, ou em outros termos, na meso-escala.

Diante da complexidade da conceituação de região e da compreensão dos fenômenos do veraneio, do turismo e do imobiliário-turístico, as questões continuam: qual o conceito de região turística? E em tempos de globalização, o conceito de região turística modifica-se? Como regionalizar sob a perspectiva do veraneio, do turismo e imobiliário-turístico? Na literatura sobre turismo e geografia do turismo, pouco aparece à ideia de região turística, mais rara ainda é a sua conceituação. Segundo Vera Rebollo *et al.* (1997, p. 59-60, [Tradução Livre]), “o tema da conceitualização e tipologia das regiões turística não tem sido um dos aspectos mais estudados pelos geógrafos. A complexidade do fenômeno turístico, e, em particular, sua vinculação com o meio geográfico amplia a diversidade de regiões e espaços turísticos”²⁸. Em virtude desta complexidade, “uma das denominações mais recorrentes sobre áreas turísticas com características mais ou menos homogêneas e, sobretudo, com uma imagem que as identifica é a que a faz referência as ‘zonas geoturísticas’, que normalmente tem escala interestadual”²⁹. Mesmo diante desta complexidade, Vera Rebollo *et al.* (1997) tenta discutir a definição de região turística.

²⁸ El tema de la conceptualización y tipología de las regiones turísticas no ha sido uno de los aspectos más estudiados por los geógrafos. La complejidad del fenómeno turístico, y, en particular, su vinculación con el medio geográfico abren una gran diversidad de ‘regiones’ o ‘espacios’ turísticos (VERA REBOLLO *et al.*, 1997, p. 59-60).

²⁹ una de las denominaciones más corrientes sobre áreas turísticas con características más o menos homogéneas y, sobre todo, con una imagen que las identifica, es la que hace referencia a las ‘zonas geoturísticas’, que normalmente tienen escala interestatal (VERA REBOLLO *et al.*, 1997, p. 59-60).

Para Lozato-Giotart (1987), a noção de *região turística*, na medida em que é possível defini-la com precisão, responde a uma área com certa densidade de frequência turística e com uma imagem que a caracteriza. Frequentemente é confundida ou identificada como um conjunto natural cujo interior fica englobada. Por exemplo, constitui uma região turística o conjunto de grandes núcleos ou focos de importante frequência turística do litoral, localizados em diversos municípios, limítrofes e pertencentes a um mesmo conjunto geográfico (VERA REBOLLO *et al.*, 1997, p. 59, grifo do autor, [Tradução Livre])³⁰.

Nesta noção de região turística apresentada por Vera Rebollo *et al.* (1997), os elementos de regionalização são a frequência turística e a imagem dos destinos turísticos, e a escala considerada regional configura-se entre territórios-zona, contínuos. O Ministério do Turismo (MTur) no Brasil desde o início do século XXI tem como proposta de planejamento turístico a formação de regiões turísticas através do “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”. A proposta deste Programa é “o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo” (BRASIL/MTur, 2007, p. 19). Diante deste objetivo, o conceito de região turística, afirma o Mtur (2007), foi adotado como referência espacial.

O Ministério do Turismo no “Programa de Regionalização” conceitua de modo diferente a região turística. A **região turística** “é o espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território” (BRASIL/MTur, 2007, p. 28). Ou ainda, **região turística** “é a base para o planejamento e ordenamento da oferta turística existente e que rotas, roteiros e destinos podem constituir um produto turístico, que deve ser promovido e comercializado” (BRASIL/MTur, 2007, p. 29). Na primeira conceituação, a região turística define um território. Na segunda conceituação, territórios, analisados como destinos, formam a região turística. Região é território? Ou territórios formam a região? Esta confusão epistemológica induz a predileção ao uso do conceito de território. Na verdade, isto vem acontecendo, porque o conceito de região, direta ou indiretamente, menciona Haesbaert (2014a), vem sendo substituído pelo conceito de território.

³⁰ Para Lozato-Giotart (1987), la noción de *región turística*, en la medida en que es posible definirla con precisión, responde a un área con cierta densidad de frecuentación turística y con una imagen que la caracteriza. A menudo se confunde o identifica con un conjunto natural en cuyo interior queda englobada. Por ejemplo, constituye una región turística el conjunto de grandes núcleos o focos de importante frecuentación turística del litoral, localizados en diversos municipios, limítrofes y pertenecientes a un mismo conjunto geográfico (VERA REBOLLO *et al.*, 1997, p. 59, grifo do autor).

Haesbaert (1988) defende em dissertação de sua autoria, intitulada “*Latifúndio e identidade regional*”, que a região pode ser conceituada como “um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, **articulado em função de interesses específicos**, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (HAESBAERT, 1988, p. 25 *apud* HAESBAERT, 1999, p. 29, grifo nosso). Ancora-se aqui no pensamento de Haesbaert (1999) para refletir sobre a conceituação de região turística.

A região turística litorânea apresenta-se como a coesão dinâmica de parcelas do espaço litorâneo em rede e em zonas alavancadas pelo veraneio, turismo e imobiliário-turístico, que integrados configuram uma identidade simbólico-cultural e possuem representatividade política e econômica nos espaços articulados. Ao considerar esta nossa conceituação, os elementos que ‘homogeneizam’ o espaço litorâneo, a princípio são: o veraneio, o turismo e o imobiliário-turístico. Estes elementos regionalizadores são instrumentos metodológicos que colocam em relevo as seguintes características da regionalização: a “diferenciação espacial”; diferenciação quantitativa, ou, “diferença de grau”; e qualitativa, ou, “diferença de natureza”, na imbricação do global e do local; a coesão e a integração entre as múltiplas dimensões do espaço ao considerar as implicações geográficas dos processos; a des-continuidade regional na reflexão da região turística a partir dos territórios-rede e dos territórios-zona e a “meso-escala” entre o global e o local (HAESBAERT, 1999).

O veraneio, o turismo e o imobiliário-turístico vertebram a unidade geográfica da região turística e esta ideia de homogeneidade faz-se diante de uma coesão dinâmica, que nas palavras de Santos (1999) significa uma “coerência funcional” na qual Haesbaert (1999) acrescenta o simbólico. Santos (1999, p. 16) reflete que “acostumamo-nos a uma ideia de região como um subespaço longamente elaborado. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a sua coerência funcional. É isso que a distingue das entidades congêneres, vizinhas ou não”. Os recortes regionais, alerta Haesbaert (1999), sempre podem ser identificados. Em virtude disto, Haesbaert (1999) ressalta a importância de regionalizar na integração das múltiplas dimensões.

O caráter contínuo da região, em tempo de globalização, apresenta-se dissolvido. “Hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes ‘pontual’ da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas” (HAESBAERT, 1999, p. 31). Como ressaltamos anteriormente, a região configura-se em territórios-rede e a estabilidade regional é dominada pela instabilidade, tendo em vista o caráter volátil e seletivo

do capital. Mas, chama mais uma vez à atenção Haesbaert (1999), os enraizamentos conservadores não podem ser olvidados, a “força” do lugar apresenta-se como resistência ao global. Sobre a escala de análise, Haesbaert (1999, p. 32) salienta que “não há mais uma escala regional por excelência”, além da escala subnacional, definida nos Estados-nações, as escalas intermediárias ou meso-escalas tendem a manifestar-se entre a escala global e local na interpretação dos fenômenos.

Deste modo, o veraneio, o turismo e o imobiliário-turístico são processos regionalizadores que imbricam **a economia**, que sob a égide do Mercado e do Estado, territorializam-se na forma de segundas residências, de hotéis, de *resorts*, *condoresorts* e condohotéis de capital nacional e internacional; **a política, a cultura, o ambiente, a sociedade, a identidade, a história**, enfim, das múltiplas dimensões espaciais. Como se vê, a **região turística** em tempo de globalização forma-se a partir da imbricação do **território**, carregado de características econômicas e políticas, **da rede**, que conecta os fluxos de pessoas, de informações, de investimentos e **do lugar**, espaço do simbólico, do cultural, dos signos e dos significados. Acredita-se que **território, rede e lugar** são **conceitos associativos**, estes fazem parte, estão integrados, ao conceito de região, sob a perspectiva de Haesbaert (1999), e, por sua vez, de região turística. Diante disto, faz-se imprescindível discutir, ainda que brevemente, o que se entende por território, rede e lugar.

O território, segundo Souza (2011, p. 78, grifo do autor), “é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder*”. O poder, de acordo com Arendt (2004, p. 27), “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder Jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido”. Deste modo, cada grupo social exerce o poder sobre o espaço geográfico por meio da territorialidade. Mas, salienta Haesbaert (2012a, p. 79), “não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas”. Neste sentido, Santos (1994) destaca que em tempos de globalização, os territórios podem ser contíguos, território-zona, e em rede, território-rede.

As redes, para Santos (1999, p. 13), “são portadoras de informações, na forma de produtos, mercadorias, ideias, dinheiro, recados afetivos. Sua função fundamental é assegurar ligações, nos seus mais diversos aspectos”. Contudo, a rede global depende da densidade e do conteúdo técnico e informacional do local para conectar-se ao global e vice-versa. Nesta perspectiva reticular, Santos (2012) advoga por dois recortes espaciais, a saber: as verticalidades e as horizontalidades. “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e

disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra-finalidade, localmente gerada” (SANTOS, 2012, p. 193). As horizontalidades estão no lugar, o lugar de cooperação e/ou de resistência do que é imposto pelas verticalidades.

Carlos (2007, p. 16) define lugar como o “produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade”. A ideia de lugar está ancorada, menciona Carlos (2007), na tríade habitante - identidade – lugar que constitui a dimensão simbólica e cultural do espaço geográfico. Entre o mundo e o indivíduo está o lugar, destaca Santos (2012). “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2012, p. 213). E este mundo, global e competitivo, vivencia entre os lugares, o que Santos (2012) denomina de “Guerra dos Lugares”. “Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã” (SANTOS, 2012, p. 213).

Nesta “Guerra dos Lugares”, a imagem e os recursos do lugar apresenta-se como uma “força centrífuga” ao processo de turistificação do espaço. E neste sentido, o veraneio, o turismo e o imobiliário-turístico mostram-se como uma “força centrípeta” de investimento do mercado. Estes três processos regionalizadores estimulam a diversidade territorial com a valorização e/ou re-criação da diferença, ou melhor, a busca pelo exótico, e revela-se uma das atividades mais dinâmicas da economia contemporânea. Em tempo de globalização, o veraneio, o turismo e o imobiliário-turístico expandem-se em uma velocidade jamais vivenciada antes, e *pari passu* estão às implicações territoriais e os problemas ambientais dos destinos turísticos.

2.3 A caminhante, o caminhar e os sinuosos passos da pesquisa

Como foi visto, a análise da região turística envolve a compreensão do pensamento geográfico sobre o conceito de região e dos elementos regionalizadores. Ademais, faz-se imprescindível analisar as dimensões sociais e culturais sob a perspectiva da invenção da praia para o veraneio e o turismo de sol e praia, e a articulação desses processos também da invenção mercadológica do imobiliário-turístico; as dimensões políticas e econômicas na reflexão sobre os serviços turísticos no fordismo e no pós-fordismo; e a geografização destas dimensões na leitura da globalização e da fragmentação territorial no contexto da expansão territorial do tripé regionalizador analisado. Mas entre terras baianas e sergipanas, o problema de pesquisa que se coloca é: a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia forma uma região turística? Para responder cientificamente a este problema de pesquisa, expõem-se aqui as posturas filosóficas da pesquisadora e os “caminhos” seguidos.

A análise da realidade sob a ótica científica necessita de algo além do conhecimento de métodos e técnicas de pesquisa. A leitura científica exige o conhecimento de si próprio, do modo de pensar e ver o mundo. Como se origina o conhecimento a partir do olhar desta pesquisadora, ou seja, do sujeito cognoscente? Em processo de re-conhecimento enquanto sujeito cognoscente faz-se a leitura da realidade com base no intelectualismo. Hessen (1999) esclarece que o intelectualismo (*intelligere*, ler dentro) deriva da experiência, da realidade, e apresenta-se como a mediação entre o racionalismo e o empirismo.

No intelectualismo, “além das representações intuitivas sensíveis, existem também conceitos. Como conteúdos não-intuitivos da consciência, os conceitos são essencialmente distintos das representações sensíveis, embora mantenham com elas uma relação genética” (HESSEN, 1999, p. 60). A esta compreensão do modo de pensar da pesquisadora deve-se acrescentar que ao intelectualismo desenvolvido articula-se o posicionamento crítico. Em outras palavras, produz-se conhecimento a partir do olhar sobre a materialidade, seguido das representações da imaterialidade, que se imbricam às produções científicas na reconstrução do conhecimento.

Esta breve exposição da origem do conhecimento a partir do sujeito cognoscente desta pesquisa conduz a apresentação da metodologia. Deste modo, reflete-se inicialmente sobre a proposta pós-estruturalista de análise da região turística e em seguida, os procedimentos metodológicos são apresentados.

2.3.1 O movimento do pensar a região turística sob a perspectiva pós-estruturalista

O entrelaçar da formação da região turística no pensamento geográfico conduz a reflexão para o mundo das possibilidades. A região turística pode ser analisada como uma região natural, e/ou uma região geográfica, e/ou uma região do capital, e/ou uma região cultural. Como analisar a região turística? Metodologicamente, esta questão centra-se na visão de mundo do pesquisador. Cada sujeito cognoscente, sujeito do conhecimento, apresenta uma “visão social de mundo”, ou em outros termos, uma visão ideológica em relação ao objeto estudado. “Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas” (LOWY, 2002, p. 14). Na visão de mundo desta pesquisadora, todos os elementos regionalizadores analisados no pensamento geográfico fazem parte da região turística no século XXI.

A realidade geográfica do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico mostra-se complexa, intensa, e estruturada no entrelaçar de relações e contradições sociais, simbólicas, culturais, políticas, econômicas e ambientais. Neste sentido e sob a perspectiva da formalização científica, pauta-se a inclinação metodológica da região turística no *movimento de pensar*, ou melhor, no método, pós-estruturalista.

Massey (2008) ressalta que o pós-estruturalismo dinamizou e desarticulou as estruturas do estruturalismo. Assim, “ironicamente, à temporalização abriu-se à espacialidade [...]. Impregnou essas estruturas de temporalidade e abalou-se para revelar a existência de outras vozes” (MASSEY, 2008, p. 72). Em outros termos, o espaço geográfico no método pós-estruturalista apresenta sistemas abertos, em justaposição, um “arranjo-casual-em-relação-com-o-outro”, nas palavras de Massey (2008). O tempo é a um só tempo, o tempo das sucessões ou sincrônico, e o tempo das coexistências, diacrônico. Desse modo, os sistemas e os tempos abertos articulam relações espaço-temporais, contínuas e descontínuas, em que o todo está nas partes, mas a soma das partes não é a soma do todo, tendo em vista o movimento constante de totalização da totalidade.

Peters (2000) salienta que o pós-estruturalismo apresenta-se como uma complexa trama de muitas e diferentes maneiras de pensar, evidencia-se um pluralismo metodológico. O pluralismo metodológico está longe de ser uma “patologia” de método para a ciência geográfica. Os “mixs” de métodos sem conhecimento filosófico e científico são “patologias”, como esclarece Oliveira Filho (1995), ao analisar o ecletismo, o reducionismo e o dualismo.

Neste contexto, faz-se imprescindível analisar a diferença entre ecletismo e pluralismo metodológico. Oliveira Filho (1995, p. 263) define o ecletismo metodológico como o “uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados”.

Além destas dificuldades estruturais, **o ecletismo impede que o autor adote claramente uma postura teórico-metodológica**, a partir da qual possa incorporar outras contribuições conceituais, tipológicas, classificatórias ou teóricas em sentido forte, tendo grande dificuldade em apreender diferenças entre posições adotadas por autores e escolas com respeito às estratégias gerais de investigação (OLIVEIRA FILHO, 1995, p. 264, grifo nosso).

Neste sentido, esta “esterilidade intelectual”, para usar a expressão de Oliveira Filho (1995), do ecletismo metodológico não deve ser confundida ou associada com o pluralismo metodológico. Quando esta “confusão” ou associação acontece “muitas vezes é indicativo da presença de um interlocutor dogmático tentando desqualificar o suposto adversário, desviando-se do diálogo intelectual” (OLIVEIRA FILHO, 1995, p. 264). O pluralismo metodológico é normativo, assim como exige o “fazer” ciência.

O veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico são analisados aqui com base das interdependências de estruturas simbólico-culturais e político-econômicas compreendidas por meio da visão da história crítica, das diferenças territoriais e da possibilidade de “des-continuidade” das estruturas a partir da ação do sujeito histórico e cultural, conflitos territoriais são inerentes nesta reflexão. Sobre o sujeito de pesquisa, Peters (2000, p. 30) esclarece que os pós-estruturalistas entendem o sujeito pela sua “complexidade histórica e cultural – um sujeito ‘descentrado’ e dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente constituído e posicionado na intersecção entre as forças libidinais e as práticas socioculturais”. É válido esclarecer que as “forças libidinais” que menciona Peters (2000) tem influência de Freud sobre as expressões instintivas do indivíduo.

Assim, o sujeito aqui analisado está subordinado a estruturas históricas, culturais, econômicas, políticas, ambientais do objeto de estudo e vivencia estas estruturas com base em um sistema linguístico ideologizado nos discursos. Este sujeito diante destas dependências distancia-se do “centro” da análise e posiciona-se entre as estruturas, as materialidades, os sistemas linguísticos, as intersubjetividades e as subjetividades. Deste modo, em vez de discutir autoconsciência interpreta-se a constituição discursiva e a localização histórica e cultural do sujeito. Sob este prisma, os sujeitos tiveram os sentidos dos seus textos “re-interpretados” com base na Análise do Discurso (AD). Para tanto, acredita-se que a materialização da linguagem

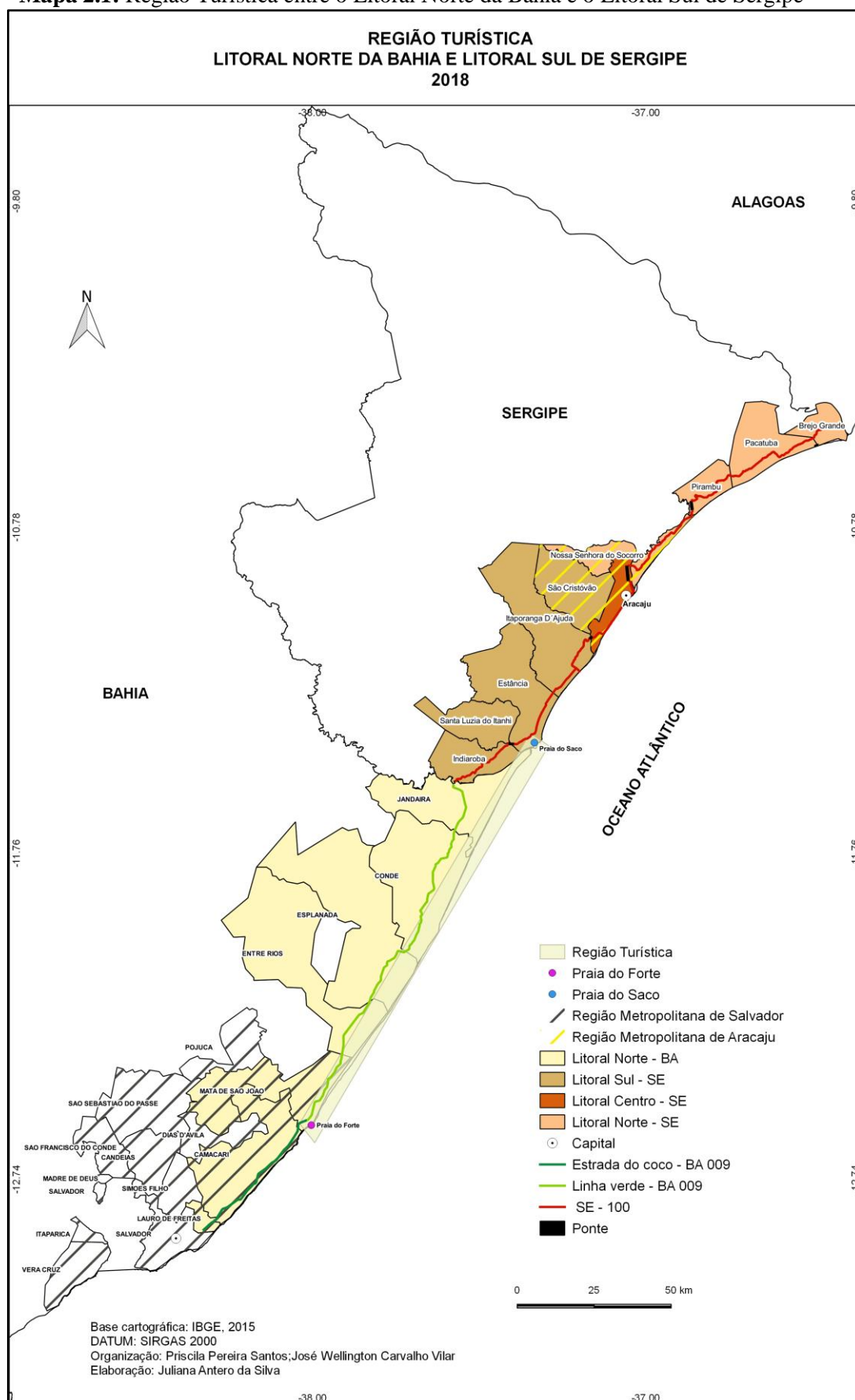
constitui-se da relação histórica com o sistema de ideias, valores e crenças, ou melhor, o sistema ideológico. Em outros termos, analisou-se os textos a partir do contexto histórico e ideológico.

A presente pesquisa tem suas análises pautadas na visão histórico-estrutural e crítico-participativa. O processo histórico é compreendido na perspectiva diacrônica, do tempo das sucessões, e sincrônica, do tempo das coexistências (SANTOS, 2012). Diacrônica e sincronicamente, o veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico apresentam duas macro estruturas, a saber: a estrutura simbólico-cultural e a estrutura político-econômica. Na estrutura simbólico-cultural, destacam-se os seguintes signos: praia, sol, saúde, prazer, bronzado, *status*, descanso, diversão, exótico e busca da simplicidade. Em contrapartida, a estrutura político-econômica é representada pelo direito as férias remuneradas, pelas melhorias nos meios de transporte, pela organização dos serviços turísticos, pelo modo de acumulação fordista e pós-fordista, pelo Estado, pela globalização e pela fragmentação territorial. Estas estruturas são interdependentes na configuração territorial do litoral sobre a perspectiva do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico. Embora estas estruturas criem generalidades, o que Santos (2012) entende como a Lei do Mundo, as verticalidades, o processo histórico, a geografia e os sujeitos formam a particularidade e a singularidade, ou seja, a Lei do Lugar, as horizontalidades. Assim, a estrutura simbólico-cultural e a estrutura político-econômica, formam na articulação do território e do lugar, a região turística.

2.3.2 A totalidade e a multiplicidade do itinerário metodológico

Para iniciar, faz-se necessário delimitar o espaço-tempo a ser estudado. O **recorte espacial** da pesquisa “diz respeito aos limites do espaço a ser estudado e onde se localiza o tema selecionado. Há, assim, uma nítida relação com a escala cartográfica e conceitual. O recorte espacial significa a aderência a uma dada problemática, não se tratando de uma escolha arbitrária” (CORRÊA, 2003, p. 12). O **recorte espacial** desta pesquisa situa-se entre o Litoral Sul de Sergipe especificamente, na Praia do Saco, no município de Estância e o Litoral Norte da Bahia, na Praia do Forte, no município de Mata de São João (Mapa 2.1). Para entender a formação da região turística sob a perspectiva espaço-temporal a análise tornou-se mais densa na segunda metade do século XX com a territorialização da segunda residência no **recorte espacial** em questão. Deste modo, o **recorte temporal** contextualizou o objeto de estudo em sua totalidade.

Mapa 2.1: Região Turística entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

A análise sobre a região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia tem o **método pós-estruturalista** como a **base lógica da pesquisa** e o **método comparativo** como o **meio técnico do estudo**. As similitudes e diferenças das estruturas político-econômica e simbólico-culturais do tripé analítico regionalizar - veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico - são analisadas no desenvolvimento dos capítulos para a comprovação ou refutação da tese da formação de uma região turística. Neste sentido, o estudo em questão tem como **finalidade da pesquisa, a pesquisa aplicada**. Com base no conhecimento sobre o objeto de estudo no pensamento geográfico e dos elementos regionalizadores, aplicou-se na análise da realidade entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia, a **definição de região turística**, elaborada especificamente para esta pesquisa.

Nesse contexto, esta tese tem como **nível de pesquisa, a pesquisa explicativa**. “São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2008, p. 28). Assim, a tese desenvolvida delineou-se na **Pesquisa Bibliográfica**, na **Pesquisa Documental** e na **Pesquisa de Campo**.

✓ Pesquisa Bibliográfica

A **pesquisa bibliográfica** foi desenvolvida durante todo o processo de elaboração deste estudo. As bibliografias analisadas fundamentam teórico-metodologicamente a pesquisa e se constituem de livros, artigos de periódicos, monografias, dissertações e teses.

Corbin (1989), Turner e Ash (1991), Urry (2001) e Boyer (2003) formam a “espinha dorsal” da análise sobre a apropriação simbólico-cultural do litoral para o veraneio e o turismo de sol e praia. Pelos escritos desses pesquisadores, compreende-se a territorialização da segunda residência da Europa Ocidental para o mundo, formando o que Turner e Ash (1991) denominam de “Periferia do Prazer”. Sob o prisma, político-econômico da organização do turismo como uma atividade econômica estrutural, entre o fordismo e o pós-fordismo, às leituras anteriormente citadas, acrescentou-se a análise sobre os estudos do geógrafo Vera Rebollo *et al.* (1997), Hiernaux-Nicolas (1994), Harvey (2005), Fonseca (2005) e Buades (2014).

As formas-conteúdos da segunda residência foram analisadas no primeiro capítulo. Buscou-se iluminar o tripé analítico desta pesquisa através dos estudos de Boyer (1972), Seabra (1979), Cruz (1999), Tulik (2001), López Colás (2003), Pereira (2010), Ferreira e Silva (2010), Silva (2010b) e Santos (2015). Assim, ao discutir a “velha” forma-conteúdo da segunda

residência e a segunda residência no século XXI, fez-se imprescindível analisar a relação entre globalização e fragmentação territorial e ocupação territorial turística, sob o olhar de Buades (2014), a “exportação do paraíso”.

As análises sobre globalização e fragmentação territorial foram estruturadas com base na leitura dos seguintes estudiosos: Buades (2014); Santos (1996, 2001, 2008a, 2008b, 2008c, 2012); Haesbaert (1999; 2013); Harvey (1993, 2005), Ferrara (1994); Ortiz (2000); Bauman (1999); Ianni (1997) e Robertson (1999).

No segundo capítulo, para realizar a busca geográfica da região turística realizou-se a análise das pesquisas de Gomes (2011), Bezzi (2004), Ortega Valcárcel (2000), Lencione (2009) Hartshorne (1978 [1966]), Claval (2011), Corrêa (1997, 2007), Haesbaert (1999; 2014a), Moreira (2000), Oliveira (1981), Castro (1994), Santos (1999; 2012), Souza (2011), Pearce (2003), Vera Rebollo *et al.* (1997) e Carlos (2007). Deve-se mencionar ainda a análise do conceito de região turística do Ministério do Turismo (MTur, 2007).

Para entender a relação espaço-temporal mundo-região-lugar na ocupação territorial do litoral nordestino estudou-se no desenvolvimento do terceiro capítulo os seguintes autores: Moraes (2007); Dantas (2010); Freyre (2004); Diniz *et al.* (2007); Camargo (2007); Andrade (1988); Oliveira (1981); Albuquerque Júnior (2001); Cohn (1976); Castro (1992); Pereira (2012); Lisboa (2007); Araújo (1997); Mello e Silva; Silva; Carvalho (2008); Cruz (1999, 2000); Azevedo (2014) e Fonseca (2005).

No quarto capítulo, para compreender o ordenamento turístico no Litoral Norte da Bahia foram analisados os estudos de Mello e Silva; Silva; Carvalho (2008, 2009), Santos (2006), Mattedi, (2008), Mello e Silva (1996), Spínola (2000), Pinho (1998), Azevedo (2014), Mendonça (2002), Gomes Sobrinho (2002, 2011) e Cruz (1999, 2000). Ainda no quarto capítulo, os pesquisadores estudados para entender a territorialização do turismo no Litoral Sul de Sergipe foram: Diniz (1981), Fonseca, Vilar e Santos (2010a, 2010b), França (1999, 1988), Wanderley (1998), Machado (1989), Machado (1990), Azevedo (2014), Santos (2015), Sarah França (2005), Vilar (2010), e Silva (2012).

A Pesquisa Bibliográfica que fundamenta a discussão do Capítulo 5, tem como base, principalmente, as pesquisas de Mello e Silva; Silva; Carvalho (2008; 2009), Gomes Sobrinho (2002; 2011), Santos (2006), Rodrigues (2011), Brandão (2013), Spósito (2013), Spósito e Góes (2013), Monte-Mór (1994; 2006), Limonad (2007a, 2007b, 2007c e 2008), Tinoco (2014), Mattedi (2008), Haesbaert (1999, 2014a), Yázigi (2003), Caldeira (1997), Diniz (2009), Diniz (1963), França (1999, 1988), Sarah França (2005; 2016), Santos (2017), Vilar (2010), Wanderley (1998) e Fonseca, Vilar e Santos (2010a, 2010b).

No sexto e último capítulo, a compreensão da dinâmica territorial do turismo no recorte espacial pesquisado foi analisada com base nas investigações de Santos (2006), Yázigi (2003), Santos (2004), Haesbaert (1999), Baudrillard (1991), Debord (1997), Brandão (2013), Silva (2017), Gomes Sobrinho (2002; 2011), Magalhães (2015), Faria (2013) e Limonad (2007a, 2007b).

✓ **Pesquisa Documental**

A **pesquisa documental** fez-se fundamental na análise do processo de formação da região turística ao longo do tempo. Trata-se como documental por serem materiais de natureza diversa. A pesquisa documental está classificada de acordo com as seguintes fontes de documentação: registros estatísticos, institucionais escritos e de comunicação de massa (GIL, 2008).

○ *Registros Estatísticos*

Os registros estatísticos foram analisados, interpretados e sistematizados no terceiro e quinto capítulo. Fez-se uso da *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico* e do *Censo Demográfico* nos anos 1991, 2000 e 2010. Esses documentos são divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, o quantitativo de segunda residência nos estados é divulgado. É válido destacar que o IBGE denomina oficialmente a segunda residência de Domicílio de Uso Ocasional (DUO). Do *Censo Demográfico*, os dados da população rural e da população urbana foram coletados para o desenvolvimento do capítulo cinco.

○ *Registros Institucionais Escritos*

A territorialização do turismo no litoral do Nordeste como um todo e no Litoral Sul de Sergipe e Litoral Norte da Bahia, em particular, foi analisada, principalmente, através dos documentos disponibilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no *site* desta Instituição sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e o PRODETUR NACIONAL. Deste modo, os documentos institucionais analisados foram: (i) Relatório Final de Projeto. Project Completion Report – PCR. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Primeira Fase. Empréstimo 841/OC-BR (2005);

(ii) Relatório Final de Projeto. Project Completion Report – PCR. Memorando do Banco. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Prodetur/NE I. Contrato de Empréstimo N° 841/OC-BR. Projeto BR-0204 (2006); (iii) Apoyo al Programa Nacional de Desarrollo del Turismo (PRODETUR Nacional) (BR-L1195). Propuesta de Préstamo (2009a); (iii) Programa de Cesión de Profesionales. Especialista en Turismo. (BR-X1015) (2009b); e, (iv) Relatório de Término de Projeto. Project Completion Report – PCR. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II) (2012).

Para entender a inserção global-regional no litoral nordestino e no recorte espacial estudado analisou-se também documentos do Ministério do Turismo (MTur), são eles: (i) Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: introdução à Regionalização do Turismo (2007); (ii) Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes (2013); (iii) Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão (2008); e, (iv) Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros. Programas de Desenvolvimento do Turismo, Ministério do Turismo (2014). Ademais, deve-se mencionar a análise do estudo realizado pelo Ministério do Turismo (MTur) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a aquisição de segunda residência no Brasil por turistas estrangeiros. O estudo intitula-se *Mercado de turistas estrangeiros de segunda residência no Brasil* e foi publicado em 2008.

No Capítulo 4, os principais documentos analisados foram: (i) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Costa dos Coqueiros (PDITS, 2015); (ii) PDITS Salvador e Entorno (2003?); (iii) Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Polo Costa dos Coqueirais (2013); (iv) Projeto de Gerenciamento Costeiro (GERCO) da APA Litoral Norte da Bahia (2005); (v) Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009); (vi) Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil em Sergipe (2009) e, (vii) PRODETUR Nacional – Sergipe: Plano de Aquisições (PA) referente ao período 2017-2018. Além destes, foram utilizados também documentos institucionais digitais, a saber: (i) Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe (2010) e (ii) Atlas Digital do Litoral Sergipano (2015).

No Capítulo 5, o desvelar da realidade dos conflitos territoriais na Praia do Saco fez-se, principalmente, através da Ação Civil Pública (ACP) N° 0800002-72.2014.4.05.8502, da Decisão Judicial da referida ACP e dos Agravos de Instrumento relativos à Decisão Judicial em primeira instância.

A pesquisa sobre os investimentos em meios de hospedagem no Litoral Norte da Bahia analisada no Capítulo 6 foi baseada no Relatório do quantitativo de Meios de Hospedagem, Unidades Habitacionais e Leitos na Costa dos Coqueiros em 2004, 2006, 2011,

2013 e 2017. Outro documento importante no desenvolvimento do Capítulo 6 foi o levantamento dos investimentos privados inaugurados na Costa dos Coqueiros entre 1991 e 2006, investimentos privados inaugurados entre 2007 e 2015 e os investimentos privados previstos entre 2015 e 2020. Estes dois últimos documentos foram acessados no *site* da Secretaria de Turismo (SETUR) da Bahia e os demais documentos foram adquiridos através de contato eletrônico com o Superintendente SUINVEST - Superintendência de Investimentos em Zonas Turísticas.

Deve-se mencionar ainda o uso de decretos e leis diversas no desenvolvimento dos capítulos deste estudo.

○ *Registros de Comunicação de Massa*

A análise dos noticiários nos veículos de comunicação de massa foi importante para ratificar as informações dos moradores permanentes da Praia do Forte (BA) sobre os problemas territoriais vivenciados na localidade. Deste modo, fez-se uso da versão eletrônica de jornais de grande circulação na Bahia, são eles: Correio da Bahia e A Tarde. Além destes, folhetos publicitários dos condomínios de segunda residência na Praia do Forte e nas margens da SE-100 Litoral Sul também foram usados como registros de comunicação de massa.

A coleta de dados nas fontes mencionadas foram sistematizadas na redação nas discussões dos capítulos, em tabelas, quadros e mapas.

✓ **Pesquisa de Campo**

A Pesquisa de Campo, assim como a Pesquisa Bibliográfica, fez-se presente na construção de todos os capítulos. Do primeiro ao último capítulo, as diferentes técnicas de coleta de dados fundamentaram as análises. Neste sentido, **as técnicas de coleta de dados** foram: **observação:** participante, simples e sistemática; **registro fotográfico;** e **entrevista:** por pauta, por telefone, semi-estruturada e focalizada.

O encontro com a empiria, com a realidade da dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico foi iniciado ainda em 2015. Experimentou-se entre junho de 2015 e março de 2018, o “espírito geográfico”, o espírito da “aventura”, o prólogo da primeira etapa da geografia, no olhar de Corrêa (2003). Entre 2015 e 2018 foram realizadas as Pesquisas de Campo nos seguintes períodos: junho/2015; dezembro/2015;

fevereiro/2016; maio/2016; dezembro/2016; dezembro/2017; fevereiro/2018 e março/2018. Em cada Pesquisa de Campo foram utilizadas diferentes técnicas de coleta de dados.

- *Observação Participante*

O desejo de “re-descobrir” a Praia do Forte sob a perspectiva da região turística motivou a **observação participante**. Ou seja, “na participação real do conhecimento da vida na comunidade (...) o observador assume, até certo ponto, o papel de um membro do grupo (...) a observação pode assumir duas formas distintas: (a) natural (...) e (b) artificial” (GIL, 2008, p. 103). Ao fazer parte da comunidade que se analisa a observação participante assume a forma natural. Mas nesta pesquisa, a **observação participante é artificial**. A observadora assumiu o **papel de turista** ao frequentar o Costa do Sauípe *Resort* em junho de 2015, o IberoStar *Resort* em maio de 2016 e em três hotéis localizados na Praia do Forte, em dezembro/2016, dezembro/2017 e fevereiro/2018. Os registros das observações foram realizados em um cadernos de notas no final do dia.

- *Observação Simples*

As observações simples foram realizadas na Praia do Saco em dezembro de 2015, maio e dezembro de 2016, e fevereiro e março de 2018. Entende-se por **observação simples** “aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator” (GIL, 2008, p. 101). Merece destaque também o desenvolvimento da pesquisa de mestrado na Praia do Saco durante o período de 2013 e 2014.

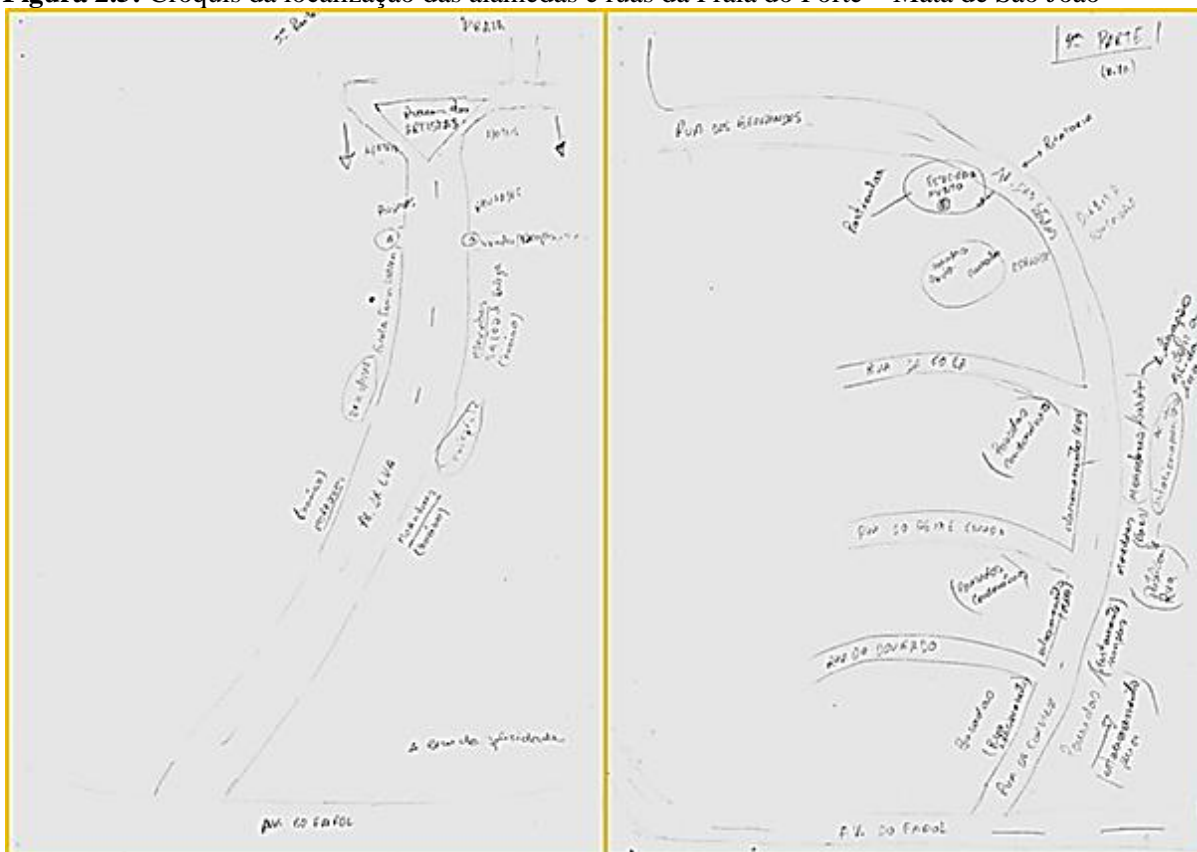
- *Observação Sistemática*

Em dezembro de 2017, observação sistemática e marcação de pontos no GPS foram realizadas na Praia do Forte. Para a realização das observações sistemáticas foi elaborado um plano de observação com os seguintes temas:

- (i) **Infraestrutura:** bancos, delegacia, escola, unidade de saúde, posto de informações turísticas, centro de artesanato, lojas, acesso à praia, estacionamentos, espacialização das ruas, entre outras.
- (ii) **Equipamentos turísticos:** bares e restaurantes, pousadas, hotéis, condomínios de segunda residência, agência de viagens, entre outros.
- (iii) **Atrativos turísticos:** praias, Projeto Tamar, Parque Klaus Peters, Instituto Baleia Jubarte, Castelo Garcia D'Ávila, Reserva Sapiranga, Lagoa TimeAntube, Manifestações culturais, entre outros.
- (iv) **Moradores da Praia do Forte:** localização.

Assim, ao mesmo tempo em que eram realizadas as observações no Plano, registravam-se também as coordenadas no GPS e fotografava-se. É válido mencionar que pontos foram registrados em Coordenadas Planas UTM Zone 24S no GPS modelo Garmin. Além destas técnicas de coletas de dados, percebeu-se a necessidade da elaboração de croquis das alamedas e ruas da Praia do Forte para posterior mapeamento da localidade (Figura 2.5).

Figura 2.5: Croquis da localização das alamedas e ruas da Praia do Forte – Mata de São João



Fonte: Trabalhos de Campo, dezembro/2017

○ *Registros Fotográficos*

Para Corrêa (2003, p. 09), “as fotos, que constituem elementos muito importantes em um trabalho geográfico, às vezes comunicando mais facilmente uma ideia que um longo texto”. A tese constitui-se também em uma pesquisa geo-fotográfica com registros do cotidiano, dos momentos festivos, dos problemas ambientais, dos atrativos turísticos, enfim, as fotografias tornam estáticos os movimentos do viver na Praia do Saco e na Praia do Forte.

○ *Entrevistas: alguns esclarecimentos*

✓ *Sobre os indivíduos entrevistados*

Vale esclarecer que os indivíduos a serem entrevistados estão presentes em dois contextos, a saber: **sujeitos** e **agentes**. Deste modo, **os moradores locais, os veranistas e os turistas** são tratados como sujeitos, o “ser” atuante e pensante, conforme Turato (2003), mas subordinado às estruturas simbólico-culturais e político-econômicas que englobam os processos de veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico. Todavia, este “ser”, este sujeito, pode modificar e diferenciar através da ação as estruturas da realidade vivenciada. Assim, o sujeito nessa pesquisa tem uma “posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente” (MELO, 2009, p. 16). Os sujeitos de pesquisa foram escolhidos deliberadamente, ou seja, no contexto do uso do ambiente praial. Os **representantes do Estado** foram analisados como **agentes**, tendo em vista o jogo de intencionalidades e de poder que tem ao articular-se em ações públicas e privadas para formar uma região turística em territórios-zona e territórios-rede.

✓ *Amostragem*

Aos sujeitos entrevistados que foram aplicadas **entrevistas semi-estruturadas**, a **amostragem por saturação** constituiu-se satisfatória para o desenvolvimento desta tese. “O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na

coleta de dados” (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 17). Deste modo, na Praia do Forte foram entrevistados **17 moradores locais** e **17 usuários da praia**, em amostragem aleatória simples. Assim, dentre estes sujeitos que estavam na praia não foram definidos as diferenças teórico-metodológicas entre veranistas, turistas de sol e praia ou turistas de segunda residência.

Na Praia do Saco, **8 usuários da praia** foram entrevistados. Merece destaque que na localidade em questão, os conflitos ambientais impulsionaram o esvaziamento da praia. Os passeios de buggys foram impossibilitados pela proibição judicial de transitar com veículos pelas dunas, em virtude disto, o fluxo de turistas decresceu. Neste sentido, aos moradores locais e aos veranistas as entrevistas foram focalizadas.

Todos os moradores locais e usuários da praia foram identificados por números arábicos e como sujeitos do sexo masculino. Essa forma de exposição dos entrevistados foi escolhida para preservar alguns sujeitos, principalmente os moradores.

Aos agentes foram aplicadas **entrevistas por pautas** e a **amostragem por bola-de-neve** foi a técnica usada com os envolvidos na territorialização do turismo entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia. Entende-se a **amostragem por bola-de-neve** como uma “não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados” (VINUTO, 2014, p. 203). Para tanto, em um primeiro momento, a análise documental foi realizada e informantes-chave, tecnicamente denominados de “sementes”, foram localizados. Em seguida, uma das pessoas indicadas pelas “sementes” foi contatada e a partir daí, outras pessoas com o perfil desejado foram também contatadas construindo um quadro de amostragem que forma uma base elucidativa ao objetivo desta análise. As “sementes” foram mantidas no anonimato.

✓ *Leitura do discurso*

Os discurso dos entrevistados foram lidos e interpretados com base na Análise do Discurso (AD). Melo (2009, p. 3, grifo nosso) salienta que “o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: **relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas**”. Sob a perspectiva do método pós-estruturalista, parte-se do pressuposto que o significante (imagem) apresenta-se superior ao significado

(conceito) (AGUILAR; GONÇALVES, 2017). Assim, pressupõe-se que a imagem da praia, do paraíso, das casas de praia, do turismo e de outros significantes relacionados mostra-se superior aos desdobramentos territoriais, ou seja, os significados, no olhar dos moradores locais e dos usuários da praia. Aos agentes, a imagem do montante dos investimentos mostram-se superior aos problemas territoriais.

○ *Entrevista por pauta*

A entrevista por pautas foi realizada com a gestão da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PRODETUR Nacional em Sergipe e com representante da gestão municipal de Estância. A entrevista na Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PRODETUR NACIONAL em Sergipe foi um dos desafios da pesquisa. Em 2018, após quatro tentativas, uma entrevista foi marcada na segunda semana de maio de 2018. A proposta da entrevista era entender o desenvolvimento do PRODETUR em Sergipe como um todo, desde o PRODETUR NE I até o momento atual do PRODETUR NACIONAL, tendo como base a ampla pesquisa bibliográfica e documental anteriormente realizada. As pautas para a entrevista eram as seguintes: (i) O Turismo em/para Sergipe; (ii) PRODETUR/NE I para o turismo de Sergipe; (iii) Limites e desafios do PRODETUR NE/I; (iv) PRODETUR/NE I e o crescimento dos condomínios fechados; (v) PRODETUR NACIONAL (início e previsão de término. Componentes e ações. Municípios e investimentos. PRODETUR/PRT. Planejamento para o Litoral Sul de Sergipe. O que muda no turismo em Sergipe com a conexão territorial com a Bahia? Vantagens/desvantagens de Sergipe em relação ao Litoral Norte da Bahia); (vi) Importância da Praia do Saco para o turismo de Sergipe; (vii) PRODETUR e Praia do Saco; e, (viii) Avanços, limites e desafios do PRODETUR NACIONAL no desenvolvimento do turismo em Sergipe.

A entrevista foi iniciada com a pauta planejada e desviada para os componentes e ações da estruturação do PRODETUR Nacional de modo geral, com referência ao estado Sergipe apenas para colocar em relevo o valor do contrato entre o estado e o BID, US\$ 100 milhões, a renovação até julho de 2019 e, em explícita competitividade com a Bahia, mencionar que Sergipe tem valor de contrato maior que a Bahia. Sobre o Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco, a gestora entrevistada disse que em virtude dos conflitos ambientais, não havia como destinar recursos do PRODETUR Sergipe.

É válido mencionar que o discurso competitivo de competência da gestão da UCP PRODETUR Nacional em Sergipe por ter contrato em maior valor que à Bahia é relativo. Como

discutido no Capítulo 4, na Bahia há dois projetos do PRODETUR Nacional, são eles: PRODETUR Bahia e PRODETUR Salvador. O PRODETUR Bahia concentra investimentos de US\$ 85 milhões especificamente para a Zona Turística Baía de Todos os Santos para desenvolvimento náutico e cultural dessa zona que faz parte do Polo Costa dos Salvador e Entorno. E o PRODETUR Salvador tem contrato de US\$ 105 milhões para o desenvolvimento turístico da capital baiana. Em Sergipe, os US\$ 100 milhões do empréstimo refere-se a todo o estado.

Na semana seguinte marcada pela gestão da UCP PRODETUR Sergipe, após cerca de 1 hora de espera, a gestora a ser entrevistada disse não poder atender naquele momento, mesmo estando em sua sala, em virtude de problemas odontológicos. Uma das colaboradoras da UCP registrou os meus contatos para enviar uma nova data para entrevista e para relacionar os documentos solicitados sobre a matriz de investimento. Contudo, o contato nunca foi realizado. Ao aparente desconforto da gestão da UCP PRODETUR Sergipe em fornecer informações, outros agentes foram procurados, com destaque para a representante do BID no Brasil.

Antes da entrevista com representante do BID, obteve-se acesso ao Plano de Aquisições (PA) referente ao período 2017-2018, atualizado em novembro de 2017 por um agente que será mantido no anonimato. Sem sombra de dúvidas, o relatório final do PRODETUR Nacional será divulgado ao público e ter-se-á a visão do todo sobre os contratos do PRODETUR Sergipe. Por enquanto, as informações foram fornecidas como se fossem sigilosas. Ao meu ver, um jogo de poder, desnecessário e inocente, que desperta para uma questão: o que há para esconder?

Em Março de 2019, novo contato foi realizado para obter informações sobre os valores totais dos contratos, mas novamente a Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PRODETUR NACIONAL em Sergipe por indisposição odontológica não pode esclarecer as informações. Contudo, obteve-se a informação, de outro agente institucional, que o empréstimo do BID foi diminuído e, o valor atual do empréstimo, até fevereiro/2019, é pouco mais US\$ 43 milhões. Devido às dificuldades em obter informações esclarecedoras, registre-se, informações públicas, aguarda-se o relatório fornecido ao BID, possivelmente em 2020, para entender os motivos no corte do empréstimo. No que diz respeito aos contratos em execução cabe questionar: estes, terão investimentos de outras fontes? E os contratos previstos, deixarão de ser executados ou também terão outras fontes investimento?

A entrevista por pauta realizada com um dos gestores municipais de Estância na gestão 2013-2016 foi utilizada para entender e analisar a dinâmica territorial do turismo na Praia

do Saco. As pautas discutidas durante o diálogo foram os seguintes: (i) turismo imobiliário; (ii) ações para captar imobiliário-turístico; (iii) secretaria de cultura e turismo, imobiliário-turístico e comunidade local; (iv) benefícios e prejuízos do imobiliário-turístico.

○ *Entrevista por telefone*

Embora os autores estudados analisem o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) em suas diferentes etapas, tinham alguns porquês ainda confusamente percebidos. Algumas perguntas estavam sem respostas nas leituras realizadas, como por exemplo: quando começou e terminou o PRODETUR NE I? E o PRODETUR/NE II, qual a data de início dos contratos e a data de término? Como foi espacialmente estruturado o PRODETUR/NE I? Quando e por que foram criados polos turísticos? Qual a fundamentação teórico-metodológica da regionalização do PRODETUR? Quais os resultados oficiais obtidos? Para responder essas questões, buscas foram feitas no site do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do endereço eletrônico: <<https://www.iadb.org/en>>. Contudo, o *site* mostrava-se pouco operacional aos sem familiaridade, o que dificultou as buscas.

Para entender a estruturação do PRODETUR/NE por meio da visão do BID, entrevista por pauta foi realizada com representante do Banco no Brasil. A **entrevista por pauta** só foi possível porquê outro agente apontou e disponibilizou o contato do representante no BID que poderia responder a essas questões. No dia 25 de julho de 2018, a **entrevista foi realizada pelo telefone**. É válido esclarecer que o escritório do BID no Brasil situa-se na capital de São Paulo.

A representante do BID, as pautas foram as seguintes: (i) PRODETUR NE I e II (início e término dos contratos, espacialização); (ii) o BID e a estratégia de competitividade entre Sergipe e Bahia; (iii) o Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco (SE). Segundo a entrevistada, em uma busca por palavras-chave nos arquivos do Banco, a Praia do Saco em Sergipe nunca foi mencionada. O entrevistado disse não ter informações sobre o referido Projeto.

Durante a entrevista, o diálogo foi registrado manualmente. O entrevistado disse não saber nenhuma das questões geo-históricas, nem as administrativas sobre os períodos dos contratos nem as espaciais, sobre a regionalização do Nordeste. Mas orientou como encontrar respostas documentais no *site* do BID. Desse modo, a Pesquisa Documental foi realizada com base em suas orientações.

○ *Entrevista semi-estruturada*

Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com Turistas/Veranistas e moradores locais na Praia do Forte e turistas/veranistas na Praia do Saco. Basicamente, a estrutura das entrevistas com os turistas/veranistas e a comunidades local nas localidades estudadas foram divididas em duas estruturas, a saber: **continuidades**, ou melhor, o tempo da sucessão, a formação das estruturas e as **descontinuidades** geo-históricas, ou seja, o tempo das coexistências e da reconstrução ou destruição das estruturas nas práticas litorâneas.

Na Praia do Forte e na Praia do Saco, aos turistas/veranistas com base **nas continuidades** as perguntas foram elaboradas sob o prisma do significado da praia, a motivação para o deslocamento, o período de frequência e a infraestrutura local. Sob a perspectiva das **descontinuidades**, questionou-se sobre as singularidades, a cultura local, os pontos positivos e os problemas da localidade, características da população local, relação entre o entrevistado e a praia e vice-versa, visão sobre a Praia do Forte/Praia do Saco no futuro.

Aos moradores permanentes da Praia do Forte, para analisar as **continuidades** lhes foi questionado sobre o tempo de permanência na localidade, a ocupação dos pais, o trabalho no turismo e os problemas socioambientais. No que se refere às **descontinuidades**, as perguntas de modo geral fizeram referência ao viver em lugar turístico. Assim, a comunidade local foi questionada sobre o significado da praia, o sentimento pelo turista, a concepção sobre turismo, desejo de imitar o turista, as manifestações culturais, a identidade local, a visão de futuro sobre a Praia do Forte.

○ *Entrevista focalizada*

Para o desenvolvimento da análise da segunda residência na Praia do Saco entrevistas focalizadas foram realizadas com moradores permanentes e veranista. A entrevista focalizada é livre, mas direcionada a um tema específico. “O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada. [...] é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica” (GIL, 2008, p. 112).

A tensão territorial vivenciada na Praia do Saco em virtude da Decisão Judicial que determinou a vedação à novas construções e paralisação das que estão em curso, a liberação do acesso à praia e retirada de veículos automotores, o levantamento de dados sobre as áreas de

propriedade da União e as áreas de preservação permanente, a regularização das construções, no que for possível; a retirada de construções irregulares, com acompanhamento dos órgãos ambientais; e, a colocação de placas para sinalização das restrições ao direito de construir, interferiram na disposição dos moradores e veranistas em conceder entrevistas.

Durante os trabalhos de campo em fevereiro/2018, as primeiras tentativas de entrevistas com os moradores foram frustradas. Papel, caneta, prancheta e a identificação como estudante da UFS assustaram os moradores. Embora no ano de 2013, esses moradores já houvesse sido entrevistados, em virtude da pesquisa de mestrado. A disposição em somente ouvir, sem nenhum instrumento de coleta de dados, criou laço inicial de confiança com dois moradores permanentes e um proprietário de casa de praia. Somente após essa conversa inicial, as entrevistas foram cedidas e poucas anotações foram realizadas.

3 A REGIÃO NORDESTE E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL ENTRE O LITORAL NORTE DA BAHIA E O LITORAL SUL DE SERGIPE

No Brasil como um todo, e no Nordeste em particular, vetores externos e internos de ocupação/apropriação territorial provocaram e provocam transformações no espaço litorâneo. Ao longo do tempo, os sistemas de objetos e os sistemas de ações, as representações, os signos e os significados, as permanências e as rupturas (re)desenham a geografia do litoral nordestino. O acúmulo desigual de tempos e as estruturas de poder que compõem as (i)materialidades no espaço litorâneo nos conduz a apreender a refuncionalização desse espaço e a sua relação com o tempo, a sociedade e o mundo.

Sob a égide das dinâmicas de globalização e fragmentação territorial, alavancadas por diferentes sujeitos sociais, as estruturas espaciais e os sistemas de valores que territorializam o veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico são produtos e produzem processos de diferenciação espacial no litoral. Essa tríade da urbanização turística estrutura-se no litoral do Nordeste em uma totalidade de formas-conteúdos (re)(des)construídas, em constante movimento entre o passado e o presente.

Desse modo, na análise da formação de uma região turística em territórios-rede e territórios-zona entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe faz-se imprescindível a compreensão da funcionalização e da objetivação da totalidade dos recursos existentes no litoral nordestino. É necessário esclarecer o que se entende por recursos: “coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores” (SANTOS, 2012, p. 132). O valor do litoral como recurso político, econômico, simbólico, cultural, enfim, territorializador, modifica-se através do tempo. Em outros termos, o “velho” e o “novo” convivem no espaço litorâneo atual.

3.1 Nordeste, “Nordestes”: da seca ao paraíso tropical turístico

Santos (2008c, p. 253) chama atenção que “o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história”. Assim, “a cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros” (SANTOS, 2012, p. 133). Neste sentido, buscou-se na análise da formação socioespacial apreender a totalidade em que estão contextualizadas as temporalidades da territorialização do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico em diferentes parcelas do espaço litorâneo do Nordeste brasileiro.

Segundo Milton Santos (1977, p. 84), a definição da especificidade da formação socioespacial permite “a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações”. O modo de produção, o momento histórico e a sociedade apresentam formações socioespaciais específicas ao longo do tempo que impõem valores diferentes para o litoral nordestino. A sucessão e a sobreposição de formas-conteúdos - representações de poder - nos conduz ao desvelar da valorização turística da zona costeira no presente.

Entre o tempo da sucessão e o tempo das coexistências e sob a perspectiva do enfoque mundo-região-lugar, reflete-se aqui acerca da divisão territorial do trabalho no litoral do Nordeste nos três períodos metodológicos propostos por Milton Santos (2012), a saber: o meio “natural”, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Em cada momento desses, sucede-se a divisão territorial do trabalho, ao mesmo tempo em que se sobrepõem as formas-conteúdos da divisão territorial do trabalho anterior. Ou seja, “cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores”, as rugosidades (SANTOS, 2012, p. 135). Entre territórios, territorialidades e temporalidades, o fio condutor dessa análise é a qualificação geográfica do litoral nas formações socioespaciais da região Nordeste. Em outras palavras, buscou-se evidenciar as estruturas materiais de poder e o sistema de valores internos e externos do litoral nordestino no tempo-mundo e no tempo da região.

Os séculos XVI, XVII e XVIII marcam no Nordeste o meio “natural”, momento em que “os assentamentos humanos fundavam-se [...] nas ofertas da natureza e as localizações econômicas resultavam da combinação entre as necessidades de cada produto e as condições naturais preexistentes” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 30). Nesse período, que também pode ser entendido como Pré-técnico, conforme Santos (2012), os instrumentos artificiais de dominação da natureza eram escassos. Antes da colonização, os indígenas que ocupavam o litoral nordestino faziam uso dos recursos do meio “natural” para sobrevivência e deixaram marcas (i)materiais territorializadoras nessas terras. A racionalidade externa do colonizador orientava-se pelo capital mercantil. A ocupação territorial no período colonial apropriou-se dos recursos do espaço litorâneo para explorar riquezas naturais e expandir a produção comercial agrícola para a metrópole, principalmente com a produção de cana-de-açúcar.

Para os indígenas, o mar referenciava a organização territorial da vida e da sobrevivência. Os territórios indígenas com a chegada do europeu colonizador foram sobrepostos a nova organização do espaço litorâneo na qual o mar, entre o século XVI e o início

do século XIX, representava a via natural de transporte, e conexão com o mundo. Neste período, as conexões territoriais de circulação e comunicação, ou seja, as redes geográficas, materializavam-se nos portos e o mar foi a via de interação mundo-região-lugar. Como nos recorda Raffestin (1993), as redes geográficas revelam a imagem do poder.

O padrão de ocupação territorial colonial era pontual e concentrado no espaço litorâneo a partir dos portos. Estes funcionavam como polos que conectavam a hinterlândia com as rotas oceânicas (MORAES, 2007). Para Dantas (2010), nesse período, as cidades caracterizavam-se como litorâneas-interioranas, visto que localizavam-se no litoral, mas estavam voltadas para o interior e davam às costas ao mar. “Esse padrão recorrente de conformação territorial é denominado de *bacia de drenagem*, pois reproduz um desenho na estruturação da rede de circulação no qual todos os caminhos demandam um eixo principal, e este finaliza seu percurso num porto marítimo (geralmente situado numa baía ou num estuário)” (MORAES, 2007, p. 32, grifo nosso). Os fundos dos vales eram ocupados por uma questão estratégica, uma geopolítica de defesa. Assim, os primeiros núcleos urbanos foram localizados em acrópole, em terrenos elevados, estratégicos, próximos aos estuários. Cidades-fortalezas foram territorialmente configuradas. O espaço litorâneo foi territorializado e organizado para atender a uma lógica mercantil e militar em conformidade com o sistema mundo então vigente.

A produção canavieira foi a atividade produtiva de maior envergadura no processo de ocupação territorial. A cana-de-açúcar projetou o Nordeste do Brasil para o mundo. Nesse Nordeste da “cana-de-açúcar”, ou melhor, nos territórios canavieiros, a água nobre era a água do rio. Freyre (2004, p. 59), ao refletir sobre a cana e a água na obra *Nordeste*, indaga ao mesmo tempo em que responde: “que elemento da natureza regional agiu mais poderosamente no sentido de regularização da vida econômica e social dos colonos do Nordeste que esses rios pequenos do extremo Nordeste e da Bahia?” O *status* social estava na casa à beira rio. Ser *chic*, por emulação à cultura francesa, era ter fotografias dentro de botes ou canoas no rio (FREYRE, 2004). As territorialidades que se formavam no Nordeste tinham, nesse período, uma estreita relação com as águas fluviais.

As praias marítimas, atualmente tão valorizadas e valoradas, “não eram senão imundície. Faz pouco mais de um século que nelas só se faz atirar o lixo e o excremento das casas; se enterrar negro pagão; se deixar bicho morto; se abandonar esteira de bexiguento ou lençol de doente da peste” afirma Freyre em 1937 (FREYRE, 2004, p. 72). Havia um “esvaziamento” de interesses político-econômicos e simbólicos-culturais no espaço praial.

Esse “esvaziamento” territorial do poder hegemônico no espaço costeiro nordestino foi “preenchido” por territorialidades marginalizadas e atividades artesanais e agricultáveis

pouco significativas no processo de acúmulo do sistema capitalista vigente, como por exemplo, a pesca e a cultura do coco-da-baía. Santos (2015) menciona a ocupação da zona costeira por descendentes de escravos, escravos fugidos, entre outras pessoas de classe considerada “inferior”, com destaque para as territorialidades indígenas marginalizadas no processo de colonização. Essas territorialidades ancoravam-se na sensação de segurança no espaço costeiro, tendo em vista que esse espaço era evitado pelo poder hegemônico. A costa nordestina nesse período, tornou-se “in-visível”.

A “in-visibilidade” da costa brasileira foi reforçada pela institucionalização do “esvaziamento” territorial desse espaço por uma Ordem Régia, no início do século XVIII. Os terrenos de marinha foram entendidos, nessa Ordem, como área de domínio público, propriedade da Coroa e vedado para fins privados. Esse “fechamento” territorial institucionalizado, ou nas palavras de Santos (2015), essa interdição espacial, pautava-se na defesa da terra e nos serviços da coroa (DINIZ, 2008; SANTOS, 2015).

Mas, enquanto no Brasil, o espaço costeiro nesse período era um “território do vazio”, para usar a expressão de Corbin (1989), “vazio” dos interesses do poder dominante, o mesmo não pode ser dito na Europa Ocidental. Na segunda metade do século XVIII, como analisado no capítulo anterior, a prática da talassoterapia, banhos de cura nas águas geladas, territorializa as praias para a medicalização, as praias tornam-se “territórios de cura”. Já no século XIX, as práticas hedonistas à beira-mar transformaram as praias medicalizadas em praias também para o prazer. É válido destacar a territorialização do hedonismo à beira-mar nos sistemas de valores e na estrutura de poder representados pela forma-conteúdo da segunda residência, tendo a casa de ócio como forma, e a prática da vilegiatura marítima como conteúdo desse processo. Assim, a segunda residência é signo, significante e significado da apropriação simbólica-cultural do espaço litorâneo.

No Brasil, um novo olhar, no imaginário coletivo da aristocracia, sobre a praia começa a surgir no início do século XIX, com o estabelecimento da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro. A aristocracia portuguesa buscava em suas atividades recreativas os banhos de mar curativos e a hospedagem em segundas residências na Serra (CAMARGO, 2007). Assim, difunde-se mudanças expressivas sobre o valor profilático, curativo e hedônico do contato com a praia. Contudo, a difusão das práticas marítimas no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, apresenta “filtros” espaço-temporais, é a “força” do lugar, como analisa Santos (2012) ou à maritimidade interna, como nos coloca em reflexão Dantas (2010). Os usos e as práticas à beira-mar propagadas pelos europeus - a maritimidade externa - encontra divergências nas

intencionalidades das territorialidades que desenham no litoral o território de sobrevivência - à maritimidade interna - a qual analisa Dantas (2010).

É válido recordar que a frequência à praia no início do século XIX, ainda não estava relacionada com a exposição ao sol, que dará a ideia de veraneio, visto que as propriedades terapêuticas do astro-rei viriam a ser descobertas pelos alemães no período entre guerras. Em outras palavras, o início da segunda residência no litoral brasileiro é representado pelo processo de vilegiatura marítima, mas não necessariamente articulado ao verão.

O estabelecimento da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro provocou também outras mudanças, além desse olhar simbólico-cultural sobre o valor da praia. O início do século XIX é marcado por reestruturações políticas e econômicas na região Nordeste. A transferência da sede do Império Português no Brasil para o Rio de Janeiro traz à tona o controle do território nacional pela elite do “Sul”, o que representa “um processo de desapropriação e de transferência de recursos do Nordeste, que faria decair a região, em benefício daquela que se desenvolvera posteriormente e que ganhara importância com a mineração e, em seguida, com a cultura do café” (ANDRADE, 1988, p. 32). A produção do café, segundo Oliveira (1981), era uma determinação externa, do capital internacional, ou seja, das relações com os países imperialistas.

Nesse contexto, o “Sul” obtinha maior vantagem comparativa na divisão territorial do trabalho em relação ao Nordeste. Assim, o “Nordeste ‘açucareiro’ era deslocado pela competição inter-imperialista, que centrava sua disputa agora na apropriação e controle da produção do açúcar no Caribe” (OLIVEIRA, 1981, p. 35). Em detrimento a esse “Nordeste da cana-de-açúcar”, emergia um “outro” Nordeste, um “Nordeste” do interesse da economia mundo: o Nordeste “algodoeiro-pecuário”. O Nordeste semi-árido eclipsado pelo Nordeste litorâneo apresenta a partir desse momento a qualificação geográfica dos seus recursos.

Nessa primeira metade do século XIX, grosso modo, tem-se a formação da região do café, no Sul, e dois “nordestes”, no Nordeste: o Nordeste da “cana-de-açúcar” no litoral e a emergência do Nordeste “algodoeiro-pecuário”, entre o agreste e o sertão. A partir da segunda metade do século XIX, o meio técnico inicia-se e hibridiza-se ao meio “natural” com a mecanização da produção, com destaque para a cana-de-açúcar, “mediante a instalação de usinas açucareiras e, mais tarde, da navegação a vapor e das estradas de ferro. Às técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas no território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 35). Sob a perspectiva da economia regional e da economia mundo, as melhorias técnicas nos meios de transporte e de comunicação demandaram no Brasil mudanças estruturais na logística de exportação dos produtos primários.

Segundo Moraes (2007, p. 35), “no decorrer do século XIX, as localizações definidas pela estrutura colonial perenizam-se [...]. A instalação da malha ferroviária a partir de meados do século passado, com cada linha férrea demandando um porto” impulsionou a implantação de uma nova lógica de ocupação territorial. A ampliação da capacidade de carga das navegações demandavam portos localizados na costa. Nas palavras de Santos e Silveira (2001, p. 33), “as primeiras linhas regulares de navegação entre o Brasil e o Velho Mundo, a partir de 1850, convidam à construção de cais no porto”. Assim, o par de conexão territorial Nordeste-Mundo, ferrovia-porto, provoca a transição da ocupação dos fundos vales para a ocupação territorial da zona costeira, das cidades-fortaleza para as cidades-porto.

A vida urbana se processa no espaço litorâneo e sublitorâneo do Brasil como um todo, e do Nordeste em especial. Os portos, as ferrovias, as estradas de rodagem e as usinas de eletricidade, constituíram, segundo Santos e Silveira (2001), as estruturas iniciais dos sistemas de engenharia no Brasil. Contudo, ainda não havia integração regional. A implantação desses sistemas de engenharia reestruturam os territórios de produção e consumo no Nordeste. As tessituras, as nodosidades e as redes do sistema territorial anterior começam a ser rompidas e novas formas-conteúdos são construídas na zona costeira. Faz-se necessário esclarecer que a Ordem Régia do início do século XIX foi modificada em 1831, autorizando particulares a fazer uso do espaço costeiro, em outros termos, o aforamento dos terrenos de marinha (DINIZ, 2008). Essa “abertura” territorial certamente impulsionou a ocupação da praia para o ócio e o lazer no início do século XX, com destaque para a construção de segunda residência e de hotéis.

A industrialização no Nordeste começa a ter contornos mais densos a partir de 1870 com a ampliação das ferrovias, o “fim” legal da escravidão e a implantação de indústrias de maior porte (ANDRADE, 1988). Os impulsos industrializantes no Nordeste consubstanciaram-se na conversão dos engenhos em usinas e na indústria têxtil. Mas o açúcar nordestino apresentou dificuldade de competir com o mercado externo, diante da acirrada concorrência com a Europa, com o açúcar de beterraba, e as colônias inglesas e holandesas, com o açúcar de cana. No mesmo compasso, a produção têxtil “teve problemas de colocação da sua produção no mercado inglês face à concorrência americana e dos países colonizados pela Inglaterra” (ANDRADE, 1988, p. 34). Enquanto a produção industrial do Nordeste tinha limitações para inserir-se na divisão territorial do trabalho, a exportação de algodão destacava-se na relação do Nordeste com o Mundo.

Sob a perspectiva política e econômica, a ascensão do algodão no cenário internacional significou que “tanto o controle político da Nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do ‘velho Nordeste’, quanto o controle interno do ‘velho’ e do ‘novo’

Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo algodoeiro-pecuário” (OLIVEIRA, 1981, p. 35). Sob o prisma simbólico, cultural, representativo, ou melhor, entre signos e significados, as estruturas imagéticas do Nordeste de paisagens litorâneas, estuarinas e fluviais, começam a ser rompidas pela imagem territorial do sertão, da seca, das cactáceas, do sol rachando a terra, diante do predomínio político-econômico da produção algodoeira. Em síntese multidimensional, entre o Nordeste litorâneo da cana-de-açúcar, o “velho” Nordeste, e o Nordeste semi-árido algodoeiro-pecuário, o “novo” Nordeste, há estruturas de poder, tanto simbólico-cultural quanto político-econômico, em disputa territorial interna e externa.

Neste contexto, o poder político e econômico do “velho” e do “novo” Nordeste é eclipsado pelo controle territorial nacional na então região Sul. Albuquerque Júnior (2001) analisa a reação política dos produtores de cana-de-açúcar e algodão do Nordeste a partir do uso da imagem territorial da seca como uma estrutura de poder. A repercussão midiática nacional da imagem territorial da seca entre 1877-1879 impulsionou a entrada de significativo volume de recursos para atenuar os problemas sociais “e fez com que as bancadas ‘nortistas’ no Parlamento descobrissem a **poderosa arma** que tinham nas mãos, para **reclamar tratamento igual** ao dado ao ‘Sul’. A seca torna-se a partir daí o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 70, grifo nosso). O Governo Central começa a agir para resolver essa “questão” regional transformada em nacional, principalmente em virtude da criação do Estado nacional.

Os signos, os significantes e os significados do Nordeste, ou seja, as representações simbólicas e culturais do Nordeste, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, foram intensamente marcadas pelos discursos relacionados ao “atraso” do Nordeste semi-árido. O clima tropical, a miscigenação racial e as questões hídricas do sertão, em tempos de determinismo ambiental, reforçam a ideia do Nordeste como uma região “atrasada”. Entre o “Nordeste da cana-de-açúcar” e o “Nordeste algodoeiro”, entre o litoral e o sertão, entre o “velho” e o “novo” Nordeste e sob a perspectiva da unidade regional, cabe o questionamento de Andrade (1988): o que é Nordeste? “O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante deste área” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 68). Albuquerque Júnior (2001) advoga que o Nordeste é uma invenção do presente, uma reação a dissolução da região pela nação.

Albuquerque Júnior (2001) reflete ainda que em torno do recorte institucional do “polígono das secas”, os produtores de cana-de-açúcar e de algodão desenharam “novas

fronteiras que servissem de trincheira para a defesa da dominação ameaçada. Descobrem-se iguais no calor da batalha. Juntam-se para fechar os limites de seu espaço contra a ameaça das forças invasoras que vem do exterior. Descobrem-se ‘região’ contra a ‘nação’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 67). Música, literatura, poesia, peças literárias, artes plásticas, entre outras produções intelectuais, constroem os elementos regionalizadores do Nordeste, da identidade regional. Diante da diversidade territorial, a invenção da unidade fazia-se necessária nesse momento.

A necessidade de reterritorialização leva a um exaustivo levantamento da natureza, bem como da história econômica e social da área, ao lado de todo um esforço de elaboração de uma memória social, cultural e artística que pudesse servir de base para sua instituição como região. Se o problema era fundar uma imagem e um texto original para o Nordeste e se o sublinhar oferecia uma multiplicidade e uma riqueza em contrastes, **o importante era construir uma dada forma de ver e de dizer, era ordenar uma visibilidade e uma dizibilidade que tornassem códigos fixos de leitura, era ordenar um feixe de olhares que demarcassem contornos, tonalidade e sombreados estáticos.** Toda a pesquisa, em torno da ideia de Nordeste, inicialmente será realizada no sentido de localizar estes elementos garantidores da identidade, da semelhança, da homogeneidade do espaço e da fixação deste olhar e deste falar ‘nordestino’ e sobre o Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 67, grifo nosso).

Gilberto Freyre e os “romancistas de trinta”, para usar a expressão de Albuquerque Júnior (2001), reagem a essa imagem inferiorizada, subordinada, do Nordeste, e constroem uma imagem positiva do Nordeste fazendo uso da memória individual e coletiva. Dois processos “homogeneizantes” trazem à tona a procura por uma identidade regional: “a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade; e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 77). Ainda segundo Albuquerque Júnior (2001), Freyre defendia que a miscigenação racial e a tropicalidade ao mesmo tempo em que davam conteúdo particular a identidade nacional, regionalizava o Nordeste, singularizava a cultura regional e nacional e mostrava-se como resistência a visão que a cultura europeia era superior.

Nas teses de miscigenação racial e tropicalidade defendidas por Freyre, o Nordeste apresentava-se como o “berço” político-cultural do Brasil e que em nada tinha de inferior em relação ao Sul. Há um conflito entre a ideia de região Nordeste, na manutenção e conservação da “tradição”, em processo de “invenção” e “unificação”, e a modernização, o progresso e a indústria, enfim, o rompimento com o “atraso”, demandado pelas estruturas político-

econômicas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). Seja como for, o Nordeste litorâneo foi ofuscado pela imagem do Nordeste da seca como recurso ideológico, tendo em vista a manutenção do poder político e econômico (COHN, 1976; OLIVEIRA, 1981; CASTRO, 1992).

A imagem da seca foi usada nos discursos políticos para a obtenção de recursos e de poder. “A oligarquia do Nordeste soube tirar proveito do discurso de caráter determinista para se inserir em modelo de constituição de um Estado nacional [...] significa simplesmente uma luta por recursos capazes de fundamentar o poder simbólico de afirmação e identidade da elite” (DANTAS, 2010, p. 64). Em síntese, Albuquerque Júnior (2001) conclui que o Nordeste foi gestado nos contornos cartográficos das práticas de combate à seca, ao messianismo e o cangaço, e aos arranjos políticos das elites para a manutenção de privilégios.

Mas, se por um lado, a imagem política-cultural estava voltada para o agreste e o sertão, na “invenção” do Nordeste, por outro, os núcleos urbanos e as estruturas político-econômicas situavam-se no litoral. Entre o começo do século XX e a década de 1940, as cidades nordestinas e brasileiras, de modo desigual, vivenciaram o que Santos e Silveira (2001) denominam de circulação mecanizada ao se referirem a criação da rede geográfica de fluxos internos, em virtude das melhorias nas infraestruturas de transporte e comunicação intra e interregional. Esse meio técnico apresentava um “tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 37). Entre os tempos lentos e os tempos rápidos, o processo de industrialização e urbanização crescem.

O tempo lento do meio técnico é marcado pelas primeiras mudanças no imaginário coletivo da elite nordestina sobre o uso do espaço litorâneo. Sem sombra de dúvidas, as práticas marítimas modernas europeias e o veraneio principiado ainda nas primeiras décadas do século XX no Sudeste, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, influenciaram a mudança paradigmática dessa elite aristocrática e burguesa em relação as benesses à beira-mar. Deve-se mencionar os filtros espaço-temporais entre a maritimidade externa e à maritimidade interna, conforme alerta Dantas (2010), na formação das particularidades das práticas marítimas territorializadas no litoral do Nordeste em relação ao Sudeste e à Europa.

Pereira (2012, p. 7), ao analisar os componentes genéticos do processo de urbanização litorânea do Nordeste, afirma que “a bibliografia regional registra 1920 como a década inicial do processo de urbanização da orla em função do lazer. A partir deste momento, além das casas de campo nos arrabaldes interioranas, as ‘casas de praia’ denotam a expansão urbana das capitais litorâneas”. O veraneio passa a “preencher” de poder simbólico-cultural, político e econômico o espaço outrora “esvaziado” do poder dominante, mas em contraponto,

já “preenchido” pela parcela marginalizada, segregada, da população que vivia nesses espaços intersticiais entre o núcleo urbano das cidades e o mar.

Ao produzir valor simbólico-cultural para as praias, a elite passa a iniciar o controle sobre essa parcela do espaço e a formar os territórios da segunda residência. A territorialidade dos veranistas estabelece no espaço praias relações de poder e identidade que passam a convergir e divergir das territorialidades já vividas na construção dos territórios de trabalho e de sobrevivência, enfim, de vida.

Enquanto as práticas hedônicas difundem-se no litoral nordestino, no Brasil ascende, entre as décadas de 1930 e 1950, “uma nova proposta de desenvolvimento nacional, com base no fortalecimento da industrialização sustentada pelo Estado getulista” (LISBOA, 2007, p. 64). O Sudeste, sob o comando de São Paulo, de região do café passa a ser região da indústria. Esta conversão redefine a divisão regional do trabalho no Brasil (OLIVEIRA, 1981). No processo de transferência na mudança dos padrões de acumulação, do setor agroexportador para o setor industrial, o Estado intervém em condições político institucionais, no fomento da estruturação rodoviária, na viabilização do capital comercial e da indústria automobilística e na queda das barreiras alfandegárias entre os estados (LISBOA, 2007). Assim, “a expansão das rodovias, além de levar à incorporação de novas terras minimizando os aumentos de preços dos produtos agrícolas nos centros urbanos, foi importante para integrar o Nordeste nessa *divisão nacional do trabalho*, como região exportadora de produtos agrícolas, possibilitando um maior intercâmbio inter-regional” (LISBOA, 2007, p. 116, grifo do autor). Reorganiza-se o território brasileiro para o desenvolvimento pelas vias da industrialização.

Dantas (2010), ao articular o discurso regionalista com o desenvolvimento nacional pelas vias da industrialização, sintetiza algumas ações no processo de produção capitalista do espaço regional nordestino, a saber:

as vias férreas, **as vias estatais, as vias federais (BR's)**, bem como as vias secundárias; o estabelecimento e/ou criação de organismos públicos federais no Nordeste, e sobretudo nas capitais, e de instituições públicas como universidades, bancos, a criação de organismos de planejamento regional e de financiamento como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)** e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); a política de industrialização dos anos 1960 (DANTAS, 2010, p. 64, grifo nosso).

Incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e no setor de base impulsionaram a dinamização industrial do Nordeste. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 48), “uma nova divisão territorial do trabalho esboça-se no Brasil a partir da necessidade de

transformar minérios, de produzir derivados do petróleo e, a um só tempo, de substituir esse recurso em alguns setores da circulação”. Esse “Nordeste Industrial” estrutura-se na territorialização do polo petroquímico em Camaçari, na Bahia; do complexo minero-metalúrgico, no Maranhão; do polo de fertilizantes, em Sergipe; do complexo da Salgema, em Alagoas, entre outros (ARAÚJO, 1997). É o período do chamado “milagre brasileiro”, entre a década de 1960 e 1970.

Moraes (2007) destaca que o domínio econômico urbano-industrial modifica o padrão de ocupação da costa brasileira. “Grosso modo, pode-se dizer que os setores altamente ligados ao transporte marítimo, seja pela importação de insumo ou pela exportação da produção, vão localizar suas plantas industriais prioritariamente na zona costeira” (MORAES, 2007, p. 37). A industrialização no Nordeste traz à tona novamente a emergência do “Nordeste litorâneo”. Neste sentido, Dantas (2010, p. 66) salienta que a SUDENE “no intuito de superar os problemas da região com a industrialização, mediante a instalação de fábricas nas capitais, privilegiando cidades como Salvador, Recife e Fortaleza” reforça as desigualdades regionais.

O discurso político do “Nordeste da seca” orienta as estruturas políticas e econômicas do poder hegemônico para o “Nordeste litorâneo”. A atividade industrial impulsiona a aceleração da urbanização litorânea tanto para a primeira como para a segunda residência. A modernização e ampliação da malha rodoviária, o automóvel, a difusão do valor social do hedonismo à beira-mar, o advento das férias remuneradas – tornada lei em 1943 - e a configuração social da classe média estimulam o crescimento da segunda residência no litoral nordestino. Neste período, Moraes (2007) chama a atenção para a configuração de um novo estrato social: “as camadas médias urbanas”.

Esse momento desenha um novo sistema espaço-temporal no Nordeste, é a difusão do meio técnico-científico-informacional. Santos e Silveira (2001) analisam que neste período, as redes de transporte são ampliadas, principalmente com os aeroportos e as rodovias, as redes de comunicação são modernizadas e assim, as condições de fluidez do território são criadas, “uma fluidez potencial, representada pela presença de infra-estruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 49). Ainda conforme os autores, o meio técnico-científico-informacional é marcado por uma “produção industrial extrovertida, um maior endividamento, maior penetração de firmas estrangeiras [...] ampliação das facilidades de circulação dentro do país e para os canais de exportação. [...] agrava-se a tendência à concentração da economia, assim como à concentração geográfica” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 50). Neste contexto, novas formas, novos conteúdos, novos sistemas de

valores são hibridizados no espaço litorâneo, com destaque para o fenômeno da produção do espaço para a segunda residência e do turismo de sol e praia no Nordeste.

O meio técnico-científico-informacional com a globalização acelera e torna densa as redes das relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre cidades, e impulsiona no Brasil, em especial no Nordeste, o fenômeno da metropolização a partir da década de 1970. “As regiões metropolitanas podem ser definidas como extensas áreas urbanas, comandadas normalmente por uma grande cidade, que apresentam forte diversidade e interdependência funcional e altas densidades demográficas e econômicas” (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2008, p. 190). As metrópoles integram as particularidades dos espaços de moradia, de trabalho e de lazer, ao mesmo tempo em que em uma perspectiva inter-escalar articulam a região e o lugar à lógica global.

A difusão das casas de praia à beira-mar no Nordeste e o crescimento do turismo de sol e praia, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, traz à tona a organização da atividade turística como uma alternativa para o desenvolvimento regional, tal como já acontecia em países periféricos, denominada por Turner e Ash (1991) de “periferias do prazer”, a exemplo do México. Um passo importante na territorialização do turismo no Nordeste como atividade produtiva foi a promulgação do Decreto-Lei n. 55, de 1966. Este Decreto-Lei institucionaliza o turismo e reconhece-o como uma atividade econômica “capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais que caracterizam a nação. Isto é demonstrado pelo sistema de incentivos financeiros e fiscais criados em razão dessa atividade, que privilegiam, as regiões Norte e Nordeste” (CRUZ, 2000, p. 48).

O Decreto-Lei n. 55, de 1966, definiu a Política Nacional de Turismo e criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATur). No Art. 1º, o Decreto esclarece que compreende-se “como política nacional de turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à **indústria do turismo** [...]” (BRASIL, 1966, grifo nosso). Pressupõe-se que a leitura do turismo como indústria visou potencializar economicamente esse setor como atividade produtiva e incrementar nessa as vantagens comparativas da indústria, como por exemplo, os incentivos fiscais e financeiros (CRUZ, 2000). Assim, o Poder Público, o governo federal, atuaria “através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões turísticas do País as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento desse empreendimento” (BRASIL, 1966, Art. 3º).

Para assegurar os financiamentos e os incentivos fiscais foram criados o Fundo Geral do Turismo (Fungetur), através do Decreto-Lei n. 1.191/71, e especificamente para o

Nordeste, o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), por meio do Decreto-Lei n. 1.376/74. Em âmbito nacional, “até meados da década de 1990, a política nacional de turismo, reduz-se na prática, à ampliação de melhoria de infraestrutura hoteleira” (CRUZ, 2000, p. 53). No Nordeste, as políticas públicas de turismo, ou melhor, a produção do espaço litorâneo para o turismo, apresenta acentuado dinamismo territorial no final dos anos 1980, embora já haja desde o final da década de 1970 planejamento turístico em alguns estados, como por exemplo, na Bahia.

No processo inicial de planejamento do turismo no Nordeste, as políticas públicas em escala regional reestruturam-se nos anos de 1988 com a falência do Estado do “Bem-estar” e do modelo centralizador e ditatorial instituído no Brasil (DANTAS, 2010). Institui-se o Estado mínimo do modo de acumulação pós-fordista, ou do capital flexível, sob a égide do planejamento territorial descentralizado, ou seja, em virtude das potencialidades produtivas de determinadas porções do espaço geográfico. Lisboa (2007, p. 131) analisa que no Brasil durante os anos 1980, o declínio do nacional-desenvolvimentismo “foi a crise da dívida que levou o Estado ao esgotamento financeiro minando sua capacidade de planejamento”, o que foi decisivo para a estagnação econômica e a dificuldade de investimento. Essa crise financeira entre a década de 1980 e 1990 ficou conhecida como as “décadas perdidas”.

A estruturação do Estado neoliberal impõe mudanças paradigmáticas, dentre elas estão: “a reforma e descentralização do Estado; um destaque para o papel destinado ao território como ator do desenvolvimento e, não somente, como espaço ou suporte passivo do desenvolvimento de atividades; e a emergência do desenvolvimento local” (LISBOA, 2007, p. 136). Esse modelo “democrático”, enfatiza Dantas (2010, p. 67, grifo nosso), permite “de um lado, a **transferência de recursos controlados pelo governo central para os estados e municípios** e, de outro lado, a **possibilidade de captação direta de recursos financeiros no estrangeiro**”, o que tende a ampliar as relações local-global na captação de investimentos do setor hoteleiro, com destaque para os *resorts*.

Sob a ótica do turismo, o Nordeste insere-se nessa nova lógica local-global com a mudança imagética territorial de “Nordeste da seca” para o “Nordeste como paraíso tropical” para o turismo. Cruz (1999, p. 5) analisa que “a ‘natureza hostil’ do sertão nordestino contrapõe-se, em se tratando de turismo, à ‘natureza paradisíaca’ do litoral regional. Se de um lado essa natureza é problema, de outro configura-se como solução”. Sob o prisma das melhorias tecnológicas e da emergência da sociedade dos serviços, especificamente com a valorização do turismo como atividade produtiva, Dantas (2010, p. 55) reflete sobre a mudança representativa da figura do sol na criação da imagem positiva do semi-árido para a agricultura industrial e na

construção da imagem turística no Nordeste: “anteriormente considerado como adversário, o astro rei torna-se importante aliado ao garantir taxa de umidade ideal, assegurar a constância da fotossíntese favorável à agricultura industrial, possibilitar a geração de energia alternativa, proporcionar brilho ideal para a lente das câmeras e representar uma reserva infinita para o turismo permanente”. Re(des)constrói-se a imagem do Nordeste.

Azevedo (2014) analisa que articulada às questões ambientais, o patrimônio e a identidade regional também são usados na promoção do turismo. “A expectativa da indústria do turismo no Nordeste era nos mais diferentes meios de comunicação. Aos poucos a imagem da seca, fome e migração davam lugar a **diversidade cultural, patrimônio histórico e artístico** do Brasil colônia, **praias e sensualidade**” (AZEVEDO, 2014, p. 162, grifo nosso). Praias, sol, mulatas sensuais e erotizadas, e carnaval são elementos de construção da imagem territorial do Brasil no exterior, buscou-se divulgar o ‘exótico’, o espacial e socialmente diferente (AZEVEDO, 2014). Se há uma tendência “homogeneizante” na globalização, à diversidade territorial alavancada pelo turismo mostra-se como vantagem competitiva na busca pela diferença.

Sob a perspectiva da divisão territorial do trabalho, a territorialização da atividade turística no litoral nordestino começa a ter “força” com o planejamento estatal do turismo direcionado para o desenvolvimento regional. A costa nordestina passa a ser refuncionalizada para atender as verticalidades, uma racionalidade externa de desenvolvimento, em outros termos, desperta o interesse de investidores estrangeiros, com vista a atenuar as desigualdades econômicas regionais internas. Neste contexto, é válido enfatizar que o serviço turístico apresenta-se nos registros do Produto Interno Bruto (PIB) como uma atividade econômica com possibilidade de exportação “invisível” (MTur/FGV, 2008), ou seja, “existem compradores estrangeiros potenciais” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 51). Mas, dialeticamente, o turismo só pode ser realizado no lugar, porque esta é “a única entre as atividades econômicas modernas que consome, elementarmente, ‘espaço’” (CRUZ, 1999, p. 2). Em síntese, o produto turístico apresenta fixidez espacial.

Entre a década de 1980 e 1990, duas iniciativas do poder público destacam-se na reestruturação territorial do litoral nordestino, são elas: a Política de Megaprojetos Turísticos e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). Cruz (1999) salienta que na história das políticas públicas de turismo, nenhuma outra região do Brasil efetuou ações tão estruturantes ao desenvolvimento do turismo como no Nordeste brasileiro. Assim, “a nova organização socioespacial imposta pelo turismo não tem apenas uma conotação de ‘novidade’. Ela implica mudanças, transformações, adaptações, novas relações, novos

sentido na vida de quem vive nesses lugares” (CRUZ, 1999, p. 6). O turismo passa a coexistir entre os “Nordestes” arquitetados no litoral ao longo da história.

O “Nordeste litorâneo da cana-de-açúcar”, o “Nordeste semi-árido algodoeiro-pecuarista” do meio “natural” e do meio técnico, e o “Nordeste urbano-industrial” do meio técnico e do meio técnico-científico-informacional desenharam no litoral relações políticas, econômicas, simbólicas e culturais, em outros termos, territórios, territorialidades e temporalidades que fazem parte da configuração territorial preexistente ao “Nordeste paradisíaco do turismo”. Nessa coexistência territorial, convergências e divergências territoriais se manifestam, particularizando e singularizando a turistificação do litoral.

3.2 O planejamento territorial de turistificação do litoral nordestino

O turismo de sol e praia engendra-se nas políticas públicas direcionadas à região Nordeste como um vetor de desenvolvimento, atividade produtiva capaz de atenuar os “desequilíbrios regionais”. Como paradigma, a “tese dos desequilíbrios regionais” tem uma carga ideológica que não pode passar despercebida. Desse modo, corrobora-se com Oliveira (1981, p. 25, grifo do autor) ao analisar que o enfoque dos “desequilíbrios regionais” no planejamento do Nordeste “é sobretudo uma abordagem que se centra sobre os *resultados* dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais”. Neste sentido, a divisão territorial do trabalho traz à tona as diferenças, as desigualdades e o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, como analisa Smith (1984). Cruz (1999) ao refletir sobre o processo histórico das políticas territoriais do turismo no Nordeste ressalta que este fundamenta-se em duas bases insustentáveis: a primeira, é a “tese dos desequilíbrios regionais”, e a segunda, é a defesa do turismo como atividade “salvadora” desses ditos “desequilíbrios”.

No Nordeste, entre o final da década de 1970 e o início de 1980, quando a Geografia Regional Tradicional ainda se mantinha marcante, as questões naturais outrora usada para justificar política e economicamente o atraso e a pobreza, passa a ser potencializada na geração de divisas e riquezas, enfim, do “progresso” através do turismo. As potencialidades naturais da região Nordeste “que correspondem as expectativas de parte significativa dos fluxos turísticos contemporâneos, associados ao binômio sol-mar, são tomados como estratégias do discurso e da ação política” (CRUZ, 1999, p. 5). A natureza continuou a ser o cerne de delineamento das ações para o crescimento econômico e o desenvolvimento regional, mas dessa vez com os sistemas de valores, signos e significados, opostos ao desenho político-econômico-cultural da

unidade da Região. Neste sentido, o espaço costeiro e litorâneo nordestino começa a ser apropriado e transformado para e pelo turismo.

Para analisar a turistificação do litoral nordestino tanto em escala regional – entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe –, quanto em escala local – na Praia do Forte e na Praia do Saco – optou-se por fundamentar-se nos pressupostos teóricos propostos por Knafo (1996). Para o referido autor, há três fontes de turistificação dos lugares e dos espaços, são elas: (i) os turistas; (ii) o mercado e (iii) os planejadores e promotores territoriais, leia-se as políticas públicas e as iniciativas privadas.

Sobre a primeira fonte de criação dos lugares turísticos, Knafo (1996) analisa que os turistas estão na origem do turismo, na descoberta espontânea do que posteriormente podem tornar-se destinos turísticos. Assim, é válido recordar que antes de ser atividade produtiva, o turismo é uma prática socioespacial (CRUZ, 2000; 1999; FONSECA, 2005). Ao mercado turístico, a segunda fonte de turistificação, cabe a elaboração e distribuição do produto turístico, o que Knafo (1996) menciona como operadores turísticos. As iniciativas públicas e privadas em escala local, regional e nacional são compreendidas por Knafo (1996) como a terceira fonte de turistificação. Aqui a reflexão está centrada nas estratégias de ordenamento territorial turístico do litoral nordestino sob o prisma do Estado.

Assim, coloca-se em relevo os agentes públicos. “Esses agentes do (re)ordenamento de territórios para uso do turismo são, no caso do litoral nordestino, os **poderes públicos estaduais**, respaldados pelos poderes públicos federal e municipais. Essas transformações estão sendo empreendidas via **Políticas de Megaprojetos Turísticos e PRODETUR-NE**” (CRUZ, 1999, p. 31, grifo nosso). No decorrer dos demais capítulos, reflete-se sobre a articulação entre a terceira fonte de turistificação e as duas primeiras fontes de produção do espaço turístico.

Cruz (1999), no estudo das políticas territoriais de turismo no Nordeste, em sua tese de doutoramento, analisa a Política de Megaprojetos Turísticos instituída entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 80 e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste³¹ (PRODETUR-NE) iniciado na década de 1990. Para a autora, essas duas iniciativas públicas direcionadas ao turismo complementam-se, pois “a primeira objetiva ampliar a infraestrutura hoteleira regional; a segunda, melhorar aspectos da infraestrutura básica e de acesso e aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade” (CRUZ, 2000, p. 77). Em síntese, essas duas políticas públicas dizem respeito a criação de infraestrutura turística (meios

³¹ Atualmente, a sigla do PRODETUR significa Programa de Desenvolvimento do Turismo.

de hospedagem; ambientes de restauração; entre outros) e urbana (rodovias, aeroportos, saneamento básico, energia elétrica, serviços de telefonia, entre outros) no litoral do Nordeste.

Segundo Cruz (2000), o “Modelo Cancún” de desenvolvimento do turismo influenciou diretamente no desenho da Política de Megaprojetos Turísticos no Nordeste brasileiro. O “Modelo Cancún” apresenta-se como uma forma de planejamento urbano-turístico de espaços costeiros pouco ou nada urbanizados. Em outros termos, planejou-se a concentração territorial de equipamentos turísticos, essencialmente de megaprojetos hoteleiros, na faixa litorânea de cinco estados do Nordeste, são eles: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Dito dessa forma, surge uma questão basilar: por que se inspirar no “Modelo Cancún”?

No final dos anos de 1960, o Projeto de Desenvolvimento Turístico de Cancún foi configurado no município de Benito Juárez, no estado de Quintana Roo, no México. O Programa de Infraestrutura Turística, do Governo Federal, fornecia as diretrizes para a elaboração desse Projeto. O Projeto de Desenvolvimento Turístico de Cancún teve como propósito concentrar investimentos públicos em infraestrutura em zonas selecionadas, no sentido de estimular e assegurar investimentos privados e, dessa articulação público-privado, Estado-Mercado, incrementar o número e o volume de gastos dos turistas estrangeiros (JAUREGUI ACUÑA; GARZA, 1989).

O Projeto de Desenvolvimento Turístico de Cancún originou-se a partir da criação do Fundo de Promoção de Infraestrutura Turística (INFRATUR), posteriormente denominada FONATUR, pelo Banco do México. A proposta da criação de um polo turístico recebeu o apoio financeiro e estrutural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (JAUREGUI ACUÑA; GARZA, 1989). “Os objetivos oficiais do projeto eram quatro principalmente: a criação de empregos; o impulso ao desenvolvimento regional; a melhoria e diversificação dos centros turísticos para manter e incrementar a corrente turística do exterior; e a captação de divisas”³² (HIERNAUX NICOLAS, 1989, p. 112, [Tradução Livre]). Ao que parece, os objetivos do Projeto de Desenvolvimento Turístico de Cancún apresenta similitudes com as necessidades da Região Nordeste à época. Por essa breve apresentação, correlaciona-se o referido Projeto à Política de Megaprojetos Turísticos e o PRODETUR/NE.

Cruz (2000), com base em Blaco (1992), explica que se entende por megaprojeto turístico, a implantação de um empreendimento planejado em um centro turístico existente. Isso

³² Los objetivos oficiales del proyecto eran cuatro principalmente: - la creación de empleos; - el impulso al desarrollo regional; la mejoría y la diversificación de los centros turísticos para mantener e incrementar la corriente turística del exterior; la captación de divisas (HIERNAUX NICOLAS, 1989, p. 112).

significa que o poder público oferece à iniciativa privada terrenos de elevada qualidade geográfica para que o investidor construa a infraestrutura e superestrutura do megaprojeto turístico em consonância com a imagem e a identidade territorial do centro turístico.

Ainda segundo Cruz (2000), os megaprojetos podem ser os responsáveis pela criação dos centros turísticos. “Os megaprojetos turísticos abarcados são, todos eles, tentativas de transformação das localidades nas quais estão se instalando em centros turísticos expressivos” (CRUZ, 2000, p. 79). É válido esclarecer que, sob a perspectiva de planejamento turístico, Boullón (2002, p. 84) compreende por centro turístico o “conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística”. Assim, os megaprojetos turísticos hoteleiros funcionam como uma “força motriz” de atração de outros equipamentos turísticos e “elementos-chave” na configuração territorial da turistificação do espaço.

No espaço litorâneo nordestino, os Megaprojetos Turísticos foram territorializados em duas escalas de abrangência, a saber: abrangência restrita localizados nas capitais, a escala local, e a abrangência territorial expandida projetada em trechos da costa com conexão entre vários municípios, a escala regional. Em Natal (RN) e João Pessoa (PB), a abrangência dos dois projetos desenvolvidos nessas capitais foi restrita. Em Natal, planejou-se o **Projeto Parque das Dunas** – Via Costeira entre as praias de Ponta Negra e Areia Preta, Litoral Sul da capital. Em João Pessoa, desenhou-se o **Projeto Cabo Branco**, inicialmente denominado de Costa do Sol, entre a praia de Penha e o Rio Cuiá, no Litoral Sul da capital. Os estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia expandiram o planejamento na conexão inter-regional e inter-municipal. Os governos de Pernambuco e Alagoas articularam-se na formação do **Projeto Costa Dourada**, entre os municípios de Cabo, litoral pernambucano, e Paripueira, Litoral Norte de Alagoas. Na Bahia, configurou-se o **Projeto Linha Verde**, localizado no Litoral Norte, entre a Praia do Forte, município de Mata de São João, e Mangue Seco, município de Jandaíra, limite territorial de Sergipe (CRUZ, 2000, 1999).

Os projetos Costa Dourada e Linha Verde chamam a atenção pela escala de atuação e pela extensão territorial de planejamento, juntos somam 262 km de costa, com 120 km e 142 km, respectivamente. Na relação entre urbanização e turismo, Cruz (1999, p. 33) analisa que o Centro Turístico de Guadalupe (PE) e o *megaresort* Costa do Sauípe (BA) “são exemplos de urbanização turística planejada, centrada na implantação de infraestrutura hoteleira, sem equivalente no território brasileiro”. No processo de defesa da formação de uma região turística concreta entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe, interessa-nos mais de perto compreender a implantação do **Projeto Linha Verde**.

Planejou-se a ocupação territorial turística do Litoral Norte da Bahia com a instalação do complexo hoteleiro Costa do Sauípe (BA) e a implantação do Centro Turístico Integrado Forte-Sauípe, entre a Praia do Forte, Imbassaí e Sauípe, localidades do município de Mata de São João. É digno de registro que a localidade atualmente denominada de Imbassaí era anteriormente conhecida como “Velho Nambu”, como menciona Cruz (2000). O **Projeto Linha Verde** tem como eixo estruturante a rodovia Linha Verde, BA-099, inaugurada em 1993.

A rodovia Linha Verde conecta à Praia do Forte ao povoado Mangue Seco, divisa territorial com Sergipe, o que totaliza 142 km de rodovia. Embora, desde a década de 1980, já tivesse sido instalado na Praia do Forte um *resort* internacional, o Litoral Norte da Bahia apresentava uma dinâmica turística de menor intensidade quando comparada com a Baía de Todos-os-Santos e o Litoral Sul do estado. As ausências de infraestrutura turística e urbana mostravam-se como obstáculos para o desenvolvimento do turismo (CRUZ, 1999; 2000). Para atender a essas demandas, a Política de Megaprojetos Turísticos impulsionou a urbanização turística, e o PRODETUR/NE implementou infraestrutura básica nos Centros Turísticos Integrados. Atualmente, os Centros Turísticos Integrados Praia do Forte-Sauípe, conforme planejado, concentram investimentos privados estrangeiros e nacionais, notadamente *resorts*, hotéis, pousadas, condohotéis, *condoresorts* e condomínios de segunda residência.

Os Megaprojetos Turísticos são territorialmente concentrados, o poder público estadual idealiza, negocia e financia os empreendimentos, prioriza-se a expansão da rede hoteleira, e tem-se como discurso-chave, além da geração de emprego e renda, a preservação e a conservação ambiental (CRUZ, 2000) (Figura 3.1). É válido mencionar que na década de 1980, o paradigma do desenvolvimento sustentável emerge no Brasil como força de Lei na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Nº 6.938/1981.

Se nos Megaprojetos Turísticos, a apropriação do espaço fez-se na urbanização pelo turismo, ou nas palavras de Cruz (1999, p. 6) “cria-se todo o sistema de objetos (infraestrutura) necessário ao acontecer turístico”; no PRODETUR/NE, urbaniza-se para o turismo, “cria-se, apenas, a infraestrutura suporte para o acontecer turístico; urbaniza-se, prevendo-se (e desejando-se) o uso turístico futuro” (Ibidem). Diferente da Política de Megaprojetos Turísticos, o PRODETUR/NE foi instituído por diploma legal através da Portaria Conjunta 1 de novembro de 1991 engendrada na articulação entre a SUDENE e a EMBRATUR (CRUZ, 2000). Os estados integrantes PRODETUR/NE são todos que fazem parte da jurisdição da SUDENE, estados que configuram o “Polígono das Secas”, em outras palavras, os nove estados do Nordeste, o norte de Minas Gerais e o Espírito Santo.

O PRODETUR/NE é um Programa de Estado financiado e estruturado por investimento estrangeiro direto (IED) do BID, uma agência multilateral de financiamentos para a América Latina administrada pelos Estados Unidos (EUA). As resistências e as possíveis revoltas diante da perversidade do sistema capitalista no Nordeste, outrora colocadas em pauta pelos trabalhadores nordestinos, parecem ter sido apaziguadas pela ideia imposta por uma racionalidade externa, dominante, globalizante, vertical, do turismo como “salvação” socioeconômica da região, diante da diversidade territorial, das horizontalidades.

O PRODETUR na Região Nordeste, ressalvadas as particularidades e conforme os relatórios do BNB direcionados ao BID, apresentou duas fases: o **PRODETUR/NE I** entre 1994-2004 (BNB, 2005) e o **PRODETUR/NE II** no período de 2002 a 2012 (BID, 2012). Ambos, PRODETUR/NE I e II, foram financiados pelo BID tendo como executor e mutuário³³ o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e os governos estaduais como os responsáveis pelo pagamento da dívida (sub-mutuário). Na execução do PRODETUR/NE II, ainda no primeiro decênio do século XXI, verificou-se que “os recursos do Prodetur NE II se mostraram insuficientes [...] Com a finalidade de atender a essa demanda, em 2008 foi assinado o Memorando de Entendimento visando à preparação e aprovação de uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) denominada **Prodetur Nacional**” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014, s/p.). Sob o prisma do BID, a diferença fundamental é que os financiamentos do PRODETUR NACIONAL são diretamente negociados com o estado e/ou município. Assim, o BNB deixa de ser o órgão mutuário e o Ministério do Turismo (MTur) passa a ser o responsável técnico da execução do Programa (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014).

³³ Mutuário – Quem recebe a coisa consumível, por empréstimo, tendo aquele que toma a coisa emprestada de restituir de acordo com o combinado anteriormente, quer seja verbalmente ou por contrato, no qual estipula-se quantidade e data do respectivo ressarcimento à pessoa que fez o empréstimo (SANTOS, 2001, p. 164).

O PRODETUR/NE I teve como objetivo “reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional através de investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística” (BNB, 2005, p. 5). Especificamente, os objetivos do Programa foram: (i) atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão; (ii) gerar oportunidades de emprego; (iii) melhorar os níveis de renda; (iv) aumentar as receitas públicas; (v) beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados; (vi) aumentar a capacidade dos Estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos (BNB, 2005).

O PRODETUR/NE I foi estrategicamente regionalizado em áreas prioritárias de ação. Assim, os municípios foram selecionados e agrupados em Prioridade I, Prioridade II e Prioridade III. No decorrer da elaboração das estratégias turísticas dos estados, a hierarquia dos municípios integrantes das áreas prioritárias foram sendo modificadas (CRUZ, 1999). As ações do Programa nas áreas selecionadas foram segmentadas em componentes, são eles: (i) **Desenvolvimento Institucional**; (ii) **Obras Múltiplas de infraestrutura básica e serviços públicos**: saneamento, proteção e recuperação ambiental, transportes (obras viárias urbanas e rodoviárias) e recuperação de patrimônio histórico; (iii) **Melhoramento de aeroportos** e (iv) **Elaboração de estudos e projetos**. Os estados como sub-mutuários financiaram 50% das reformas dos aeroportos e o BID, o 50% restante. Nos demais componentes, o acordo dos financiamentos foi diferente, 40% foi contrapartida local e 60% investimento do BID.

A proposta inicial de investimento do PRODETUR/NE I foi de US\$ 670 milhões. O Relatório Final do Projeto/Project Completion Report (PCR) do Contrato de Empréstimo Nº 841/OC-BR, elaborado pelo BNB, no ano de 2005, aponta a seguinte distribuição espacial dos financiamentos do BID: Bahia - 34,35%; Ceará – 22,65%; Sergipe – 8,11%, Alagoas – 6,93%, Pernambuco – 6,71%, Maranhão – 6,54%, Rio Grande do Norte – 6,11%, Paraíba – 5,24% e Piauí – 3,37% (BNB, 2005). Os investimentos por componentes foram aplicados de modo desigual entre os estados. A prioridade na territorialização dos recursos do PRODETUR/NE I por estado/por componente foi distribuída do seguinte modo: Bahia – Melhoramento de aeroportos; Sergipe, Paraíba e Piauí – Saneamento; Alagoas - Recuperação e proteção ambiental; Pernambuco e Maranhão - Recuperação do patrimônio histórico; Rio Grande do Norte – Desenvolvimento Institucional; Ceará - Elaboração de estudos e projetos.

Ao analisar os efeitos do PRODETUR/NE I, o BID (2006) elenca os seguintes desdobramentos territoriais:

i) aumento do fluxo turístico nacional e internacional para a Região; ii) aumento das receitas provenientes do turismo; iii) aumento do PIB per capita da Região; iv) aumento do número de estabelecimentos turísticos (alojamento e alimentação); v) aumento do número de empregos nas atividades turísticas; vi) aumento da arrecadação tributária nos municípios beneficiados; vii) aumento do investimento privado na região (BID, 2006, p. 3).

Para complementar, completar e consolidar o PRODETUR/NE I foi dada continuidade ao Programa com o PRODETUR/NE II em contrato assinado em 2002 entre o BNB e o BID com a proposta inicial de investimento na ordem de US\$ 400 milhões (BID, 2006). O objetivo central do Programa nessa segunda fase foi “melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos Estados que dele são participantes” (BID, 2012, p. 2). Especificamente, o PRODETUR/NE II visou:

(i) Promover o aumento das receitas provenientes da atividade turística; (ii) Melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios; (iii) Assegurar o desenvolvimento turístico auto-sustentável e responsável nas áreas a serem beneficiadas pelo Programa; (iv) Melhorar a qualidade de vida das populações fixas dos municípios a serem beneficiados, por meio de incremento dos postos de trabalho e renda, aumento da acessibilidade da população aos serviços urbanos e melhoria da gestão municipal sobre o uso e ocupação do solo, o meio ambiente e o crescimento da atividade turística; (v) Conferir sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do PRODETUR/NE, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas (BNB, s/d., s/p.)³⁴.

Os componentes de ação do PRODETUR/NE II foram: **Componente 1.** Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo; **Componente 2.** Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento Turístico; e, **Componente 3.** Promoção de Investimentos do Setor Privado (BID, 2012). Durante as negociações do PRODETUR/NE II, os problemas ambientais ocasionados durante a execução de alguns dos projetos do PRODETUR/NE I, principalmente nas obras de rodovias, foram destacados. Neste contexto, o BID estabeleceu mecanismos e procedimentos mitigadores dos problemas observados. São eles:

(i) **A definição das áreas a serem beneficiadas pelas ações do Programa, com base no conceito de Pólos Turísticos** (*espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares*). (ii) A realização, nos pólos turísticos selecionados, de **planejamento participativo, integrado e com**

³⁴ http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne2/gerados/objetivos.asp

base no conceito de desenvolvimento sustentável do turismo. Para tanto, os pólos devem ter **Conselhos de Turismo** e devem contar com **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)** devidamente validados nos respectivos Conselhos. (iii) Além dos Conselhos de Turismo, foram criados outros mecanismos de participação social, tais como a realização de **Seminários Regionais e fóruns de acompanhamento do Programa.** (iv) **Foco em ações visando benefício da população local – desenvolvimento humano e social.** (v) A **obrigatoriedade** de existência, ou implementação/atualização de **Planos Diretores Municipais** nos municípios que vierem a receber obras de infra-estrutura. (vi) A **obrigatoriedade de existência de Conselhos de Meio Ambiente (CONDEMA)** ativos nos municípios que vierem a receber obras de infra-estrutura. (vii) A **obrigatoriedade de realização de ações de recuperação de passivos ambientais** associados a projetos do PRODETUR/NE I, anteriormente à execução de obras de infraestrutura. (viii) A elaboração de Manuais de Procedimentos associados ao Regulamento Operacional do PRODETUR/NE II, de modo a melhor apresentar os critérios de elegibilidade e apresentação de projetos dos diferentes componentes do Programa. (ix) **Diversos projetos voltados ao fortalecimento da gestão municipal.** (x) **Reforço da necessidade de ações de gerenciamento de resíduos sólidos** nos diversos pólos do Programa (BID, 2006, p. 37, grifo nosso).

Na análise dos direcionamentos para a elaboração e a execução do PRODETUR/NE II evidenciam-se três blocos temáticos: a regionalização turística do Nordeste em Polos; a governança territorial dos destinos turísticos em escala regional e local; e o planejamento geo-ambiental. Como se vê, uma nova geografia do turismo foi (im)(pro)posta pelo BID para a execução do PRODETUR/NE II. Ademais, deve-se mencionar a necessidade do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para a estruturação do PRODETUR/NE II como uma metodologia de planejamento regional ou, nas palavras de Andrade (1970), a metodologia do “*aménagement du territoire*”³⁵ proposta por Phillippe Lamour. Em outros termos, a regionalização turística do litoral nordestino direcionada pelo BID no início do século XXI, teve como paradigma a Geografia Neopositivista da década de 1960.

Segundo o BID (2012, p. 2), a regionalização do Nordeste em Polos Turísticos foi adotada “para garantir que os investimentos futuros fossem mais sustentáveis e responsáveis”.

Entendem-se como **polos turísticos os grupos de municípios contíguos com atrativos turísticos similares ou complementares**, que têm a determinação comum de desenvolver a capacidade local necessária para uma gestão turística sustentável. **Os polos turísticos permitem aos municípios captar**, através do Programa, **benefícios turísticos, ambientais e sociais** (estadias mais prolongadas na região, gestão ambiental e uma utilização mais eficiente de recursos alocados à infraestrutura pública e ‘comercialização’ pública) **que poderiam se perder se atuassem em forma individual** (BID, 2012, p. 3, grifo nosso).

³⁵ Ordenamento do território [Tradução Livre].

A compreensão do BID sobre Polo Turístico apresenta similitudes teóricas, como aponta Cruz (1999, 2000), com a Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento, construída pelo economista francês François Perroux na década de 1960. A análise do livro ‘*A economia do século XX*’ de François Perroux permite-nos afirmar que a metodologia de regionalização turística adotada pelo BID tem seus pressupostos teóricos fundamentados no economista francês. Debruçou-se na análise da Teoria dos Polos de Crescimento e Polos de Desenvolvimento, por um lado, para entender a região turística abstrata condicionada pelo BID – objeto de discurso e de planejamento - e por outro lado, para consolidar a fundamentação teórico-metodológica da formação de uma região turística concreta - objeto da prática, das identidades regionais, das territorialidades, região vivida, nas palavras de Raffestin (1993) - nos territórios-zona entre Litoral Norte da Bahia e Litoral Sul de Sergipe, e nos territórios-rede movidos pelo dinamismo turístico da Praia do Forte (BA) e da Praia do Saco (SE).

Perroux (1967 [1966]) elaborou a teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento com base na análise do espaço econômico industrial. Assim, iniciamos a reflexão sob a perspectiva industrial para compreender a lógica da teoria de François Perroux e em seguida, articula-se essa teoria com o turismo a partir da proposta analítica do economista italiano Alberto Sessa (1983). Para Perroux (1967 [1966], p. 271), “o polo de crescimento é a unidade motriz dum meio determinado. Esta unidade é simples ou complexa”. Perroux (1967 [1966], p. 164, grifo nosso) acredita que “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; **propaga-se**, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Esse ponto ou polo de crescimento materializa-se na indústria-motriz, ou indústria-chave. Acredita-se que a ideia central teorizada nos polos de crescimento é a propagação do crescimento econômico, possível somente através da abertura de caminhos, conexões territoriais.

A indústria-motriz ao mesmo tempo que cresce induz o crescimento de outra ou várias indústrias, que o autor entende como indústria movida e assim, “induz na totalidade dum conjunto, um crescimento de **volume de produção global** muito maior do que o crescimento do seu próprio volume de produção” (PERROUX, 1967 [1966], p. 172). Ademais, deve-se ressaltar como uma das características do polo de crescimento a concentração territorial da indústria-motriz. Desse modo, entende-se que o polo de crescimento é o centro da dinâmica econômica de determinada região que conecta a outros sub-polos, para usar a expressão de Perroux (1967 [1966]), e impulsiona o crescimento econômico ao aumentar a produção global da região.

Diferente do polo de crescimento, “o polo de desenvolvimento é uma **unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades [...]** que exercem **efeitos de expansão** [por intermédio de preços, fluxos, informações] sobre outras unidades que com ela estão em relação” (PERROUX, 1967 [1966], p. 192, grifo nosso). A unidade motriz gera efeitos de aglomeração e de junção. Os “*efeitos de aglomeração: reúne atividades complementares* que dão lugar a conjunturas cumulativas de ganhos e custos localizadas” (PERROUX, 1967 [1966], p. 193, grifo nosso). A articulação dos meios de transporte e de comunicação provoca entre “as unidades aglomeradas *efeitos de junção: aumenta cumulativamente a oferta e a procura, alarga o campo de possibilidades dos produtores locais*. Os efeitos de aglomeração e de junção provocam o aparecimento de novas atividades” (PERROUX, 1967 [1966], p. 193, grifo nosso). Ainda segundo Perroux (1967 [1966]), nos países subdesenvolvidos, a unidade motriz estrutura-se a partir das decisões de grupos econômicos e financeiros.

No desenvolvimento turístico do Nordeste, através do PRODETUR/NE II, o BID apresenta-se como o grupo econômico e financeiro de ordenamento territorial da unidade motriz através da criação dos Polos Turísticos que podem ser analisados como Polos de Desenvolvimento. Como se vê, ao entender os “**polos turísticos como os grupos de municípios contíguos com atrativos turísticos similares ou complementares**” (BID, 2012, p. 3, grifo nosso), o BID faz referência aos *efeitos de aglomeração* dos Polos de Desenvolvimento. A fluidez territorial efetiva entre os municípios geraria os *efeitos de junção*, assim, o BID justifica a criação dos Polos Turísticos ao analisar que “**os polos turísticos permitem aos municípios captar, através do Programa, benefícios turísticos, ambientais e sociais, que poderiam se perder se atuassem em forma individual**” (BID, 2012, p. 3, grifo nosso). Para a atividade turística, “o polo turístico é formado por um ‘conjunto’ de unidades motrizes, representadas pelas empresas hoteleiras, que por sua ação, apresentam efeitos indubitáveis sobre todas as outras empresas de caráter colateral, comercial, de divertimento e esportivas” (SESSA, 1983, p. 42). À análise de Sessa (1983) acrescentamos como unidades motrizes, a segunda residência e a nova forma-conteúdo dessas casas de praia, os imobiliários-turísticos, comercialmente conhecidos como *condoresorts* e *condohotéis*.

É válido ainda considerar que Perroux (1967 [1966], p. 196), ao analisar os países subdesenvolvidos, reflete que o “desenvolvimento é pleno na medida em que, pela reciprocidade dos serviços, prepara a reciprocidade das consciências”. Assim, “*o desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social duma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global*”

(PERROUX, 1967 [1966], p. 179, grifo nosso, grifo do autor). O desenvolvimento pensado por Perroux (1967 [1966]) vai além do volume da produção global, porque o desenvolvimento é a mudança social e intelectual de uma população que possibilita a transformação da estrutura socioeconômica. E o crescimento, resume-se à propagação da produção global, a renda.

Faz-se imprescindível mencionar que a regionalização turística em polos de desenvolvimento turístico, fundamentada na teoria de Perroux, já havia sido anteriormente proposta no Brasil. Cruz (2000) evidencia no Plano Nacional de Turismo (Plantur), elaborado em 1969, a proposta de formação de “Zonas Turísticas Prioritárias”. Sob o prisma dos polos de crescimento de Perroux, a zona turística pode ser lida como zona de desenvolvimento, formada a partir da conexão territorial de vários polos de crescimento que por apresentarem dinamismo interno e externo influenciam e são influenciados pelas demais atividades econômicas regionais (ANDRADE, 1970). O Plantur estruturado em 1969 não se efetivou. Em 1992, um novo Plantur foi idealizado, e dessa vez previa-se a execução de sete programas, a saber:

(i) Programa Polos Turísticos (destaca-se o subprograma para ampliação e melhoria da oferta dos meio de hospedagem, com ênfase ao ‘hotel âncora’ e ao tipo *resort* de padrão internacional); (ii) Programa Turismo Internacional (potencializar o turismo de massa, englobando a população de baixa renda); (iii) Programa Mercosul; (iv) Programa Ecoturismo; (v) Programa Marketing Internacional; (vi) Programa Qualidade e Produtividade do Setor Turístico; (vii) Programa de Formação de Recursos Humanos para o Turismo (ARAÚJO, 2012, p. 151, grifo nosso).

O Plantur do ano de 1992 também não foi efetivado, visto que a Política Nacional de Turismo definida em 1966 ainda não havia sido implementada (CRUZ, 2000). É válido recordar que o PRODETUR/NE foi instituído no ano de 1991 e suas atividades foram iniciadas em 1994. E “somente em 1996 é que a Política Nacional de Turismo foi, de fato, instituída, embasada pela Lei Nº 8.181/91 e pelo Decreto Nº 448/92, já durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso” (ARAÚJO, 2012, p. 152). De 1992 até o final do século XX, pelas pesquisas documentais e bibliográficas realizadas, nenhum Plano Nacional de Turismo foi divulgado. No ano de 2003, após a criação do Ministério do Turismo, estrutura-se o *Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007*.

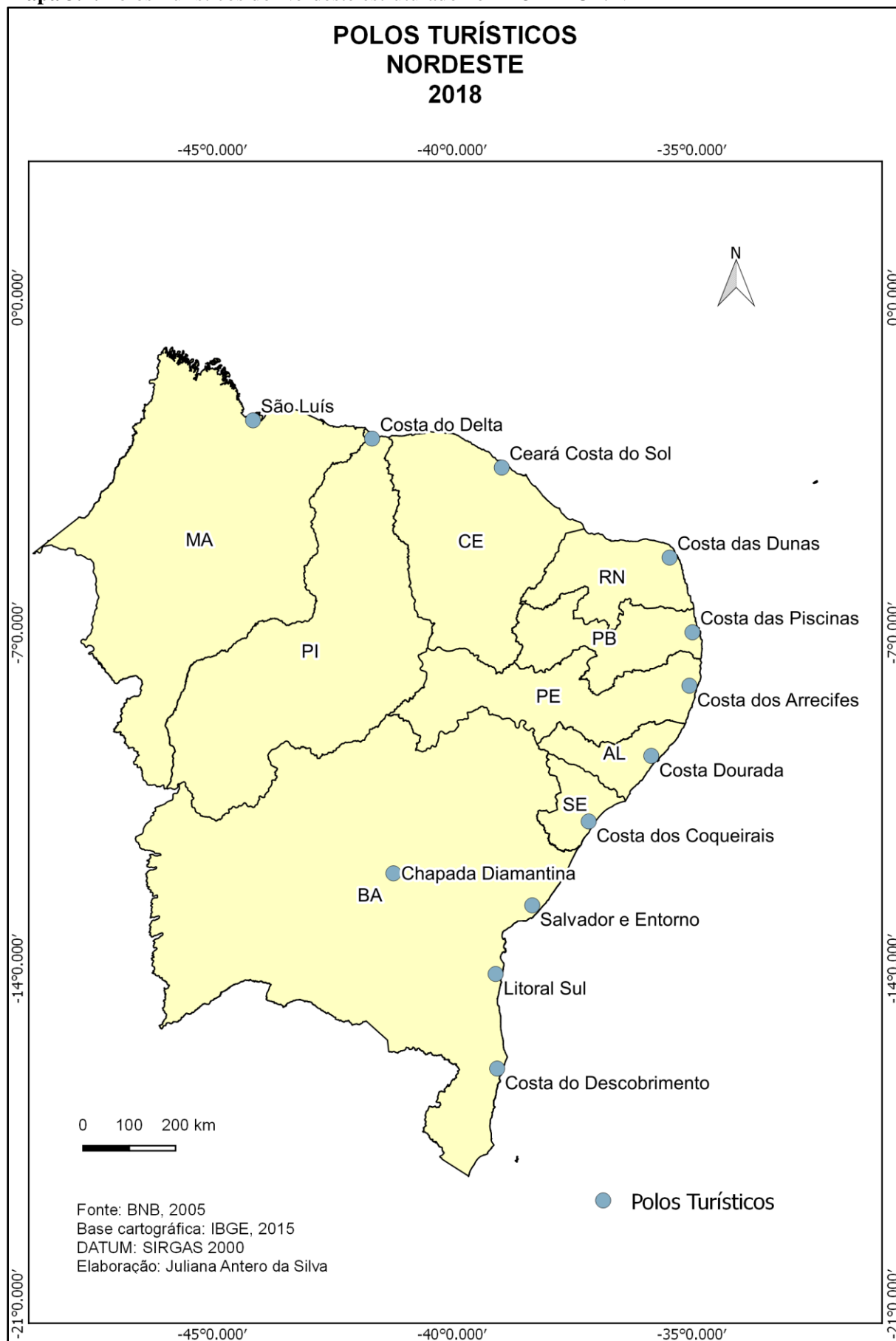
Em 2004, no âmbito do Plano Nacional de Turismo (PNT – 2003/2007), é lançado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil. O referido Programa apresentou-se como a transição da escala local de planejamento turístico, proposto pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo, lançado em 1994, para a escala regional, denominado pelas Diretrizes do PRT de abrangência territorial. “A transição para o Programa

de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil permitiu a superação dos impasses advindos da ação local e o entendimento do desenvolvimento sustentável do turismo, a partir do conjunto de municípios que constituem e ampliam a cadeia produtiva do setor” (BRASIL, MTur, 2013, p. 17). Observa-se assim uma nova proposta de regionalização para os destinos turísticos brasileiros. Contudo, nesse período, a regionalização em polos turísticos conforme as diretrizes do BID foi o que prevaleceu.

Nesse contexto, os polos turísticos configurados foram: na Bahia – Polo Salvador e Entorno, Polo Litoral Sul, Polo Costa do Descobrimento e Polo Chapada Diamantina (único polo não litorâneo); em Sergipe - Polo Costa dos Coqueirais; em Alagoas - Polo Costa Dourada; em Pernambuco - Polo Costa dos Arrecifes; na Paraíba - Polo Costa das Piscinas; no Rio Grande do Norte - Polo Costa das Dunas; no Ceará - Polo Ceará Costa do Sol; no Piauí - Polo Costa do Delta; e no Maranhão - Polo São Luís (BNB, 2005) (Mapa 3.1).

Embora, o BID por meio do PRODETUR/NE II tivesse a intenção de investir na região de planejamento da SUDENE – os nove estados do Nordeste, o Norte de Minas Gerais e o estado do Espírito Santo –, as questões burocráticas relacionadas aos sub-empréstimos (BNB-Estados) tornaram-se um obstáculo para as contratações (BID, 2012). Desse modo, os polos turísticos de investimento do BID no PRODETUR/NE II foram: Polo Costa do Descobrimento, Polo Litoral Sul, Polo Salvador e Entorno e o Polo da Chapada Diamantina, no estado da **Bahia**; Polo do Vale do Jequitinhonha, em **Minas Gerais**; Polo Costa das Dunas, no **Rio Grande do Norte**; Polo Costa dos Arrecifes, em **Pernambuco**; Polo Costa do Sol, no **Ceará**; e Polo Costa do Delta, no **Piauí** (BID, 2012). Sobre a participação de Sergipe no PRODETUR/NE II, o BID esclarece que: “considerando que o Estado de Sergipe não cumpriu as condições prévias necessárias para participar do Prodetur/NE II, os projetos do polo Costa dos Coqueirais que constavam na amostra inicial de projetos foram retirados da amostra de análise, assim como da avaliação do Programa” (BID, 2012, p. 3). Além de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Maranhão não participaram do PRODETUR/NE II.

Mapa 3.1: Polos Turísticos do Nordeste estruturado no PRODETUR/NE II



Do total de U\$350.973 milhões aplicados nos cinco estados do Nordeste no PRODETUR/NE II, 32,06% foram destinados a Pernambuco, 25,03% ao Ceará, 24,45% a Bahia, 10,68% ao Rio Grande do Norte e 7,78% ao Piauí, como por ser observado em números na tabela 3.1 abaixo.

Tabela 3. 1: Recursos do financiamento PRODETUR/NE II

SUB-MUTUÁRIO	Contratado (Milhares US\$)		Aplicado (Milhares US\$)		Total aplicado (Milhares US\$)	% Investido
	BID	Local	BID	Local*		
ESTADOS DO NORDESTE						
Bahia	39.000	56.196	38.947	46.878	85.825	24,45
Ceará	60.000	46.584	60.239	27.604	87.843	25,03
Pernambuco	75.000	85.567	75.072	37.461	112.533	32,06
Piauí	15.000	22.373	14.786	12.517	27.303	7,78
Rio Grande do Norte	21.300	20.772	21.383	16.086	37.469	10,68
	210.300	231.492	210.427	140.546	350.973	85,41%
DEMAIS SUB-MUTUÁRIOS						
Minas Gerais	27.500	18.568	26.889	13.292	87.843	-
BNB consultorias	2.200	750	1.852	14.246	16.098	-
União (Contrapartida Direta)	-	-	-	3.662	3.662	-
TOTAL	240.000	250.810	239.168	171.746	410.914	-

Fonte: BID, 2012, p. 10

* Contrapartida Local inclui juros e comissão de crédito
Posição Março/2012

No tocante à quantidade de projetos desenvolvidos pelos estados nordestinos durante o PRODETUR/NE II, os dados percentuais são diferentes. Dos 136 projetos executados, 29% foi desenvolvido na Bahia, 20% em Pernambuco, 20% no Rio Grande do Norte, 17% no Ceará e 10% no Piauí (Tabela 3.2).

Tabela 3. 2: Projetos executados no âmbito do PRODETUR/NE II – por estado

ESTADOS	QUANTIDADE DE PROJETOS	%
Bahia	40	29%
Pernambuco	27	20%
Rio Grande do Norte	27	20%
Ceará	23	17%
Piauí	13	10%
Minas Gerais	6	4%
Total	136	100%

Fonte: BID, 2012, p. 43

Elaboração: Priscila Pereira, 2018

Dos projetos desenvolvidos por componente, para o BID (2012), os principais desdobramentos territoriais foram: **componente 1:** elaboração de Planos Diretores para 47 municípios; **componente 2:** 66% da população dos municípios dos polos com rede de abastecimento de água; ao término do Programa 32% da população dos municípios dos polos estava sendo atendida por rede de esgoto; recuperação de 333 hectares (ha) por passivos ambientais; 427 km de estradas construídas; **componente 3:** 83,74% dos matriculados na capacitação profissional e empresarial tiveram certificados de profissionais de turismo emitidos (BID, 2012). Como se vê, a territorialização do turismo por meio do PRODETUR/NE II mostra-se conduzida pelos sistemas de engenharia, pela normatização do espaço litorâneo do Nordeste e da compreensão do conhecimento como recurso, em outras palavras, como vantagem competitiva no processo de competição territorial.

Antes da finalização do PRODETUR/NE II, o Governo Federal solicitou ao BID empréstimo para o PRODETUR NACIONAL. O Brasil “solicitou o apoio do Banco para financiar o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL), cujo **objetivo é gerar condições que facilitem a consecução das metas do Plano Nacional de Turismo**”³⁶ (BID, 2009a, p. 1, [Tradução Livre], grifo nosso). Especificamente, os objetivos do PRODETUR NACIONAL são: “(i) contribuir com a capacidade competitiva dos destinos turísticos brasileiros; e, (ii) consolidar a política turística nacional, através de uma gestão descentralizada e em cooperação”³⁷ (BID, 2009a, p. 1, [Tradução Livre]). O Plano referenciado é o Plano Nacional de Turismo (PNT 2007/2010) – Uma viagem de inclusão.

A proposta de empréstimo do BID analisa que, embora o Brasil seja considerado o segundo colocado em nível mundial em termos de recursos naturais, o desenvolvimento do turismo não corresponde a seu grau de potencialidade turística (BID, 2009a). Essa limitação pode ser explicada por dois fatores, ressalta o BID (2009a), são eles: (i) dificuldade para lograr uma estruturação competitiva dos destinos turísticos; (ii) debilidade da gestão turística pública. Contudo, o Governo brasileiro, menciona ainda o BID (2009a), tem buscado superar esses desafios através das Diretrizes do Plano Nacional de Turismo (2007-2010) “entre cujos delineamentos estratégicos se encontra a consolidação de um modelo público de gestão turística descentralizado, participativo e articulado em todos os níveis territoriais. O Plano Nacional vem

³⁶ “Brasil ha solicitado el apoyo del Banco para financiar el Programa Nacional de Desarrollo del Turismo (PRODETUR NACIONAL), cuyo objetivo es generar las condiciones que faciliten la consecución de las metas del Plan Nacional de Turismo” (BID, 2009a, p. 1).

³⁷ “Los objetivos específicos del PRODETUR son: (i) contribuir a la capacidad de competir de los destinos turísticos brasileños; y (ii) consolidar la política turística nacional, a través de una gestión descentralizada y en cooperación” (BID, 2009a, p. 1).

a consolidar o Programa de Regionalização do Turismo (Roteiros do Brasil), lançado em 2004”³⁸ (BID, 2009b, p. 3 [Tradução Livre]). Sob a perspectiva do Programa de Regionalização do Turismo, uma das principais metas a serem alcançadas pelo PNT (2007/2010), destaca o Ministério do Turismo (MTur, 2008), é a estruturação e a qualificação de 65 destinos indutores com padrão de qualidade internacional.

No desenho do PRODETUR NACIONAL, a regionalização turística exigida pelo BID na estruturação do PRODETUR/NE II é justaposta a regionalização turística elaborada pelo Ministério do Turismo (MTur) nos 65 destinos indutores engendrados na execução do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Segundo o Ministério do Turismo (2008, p. 18, grifo nosso):

Os destinos indutores de desenvolvimento turístico regional deverão ser aqueles que possuem infra-estrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos.

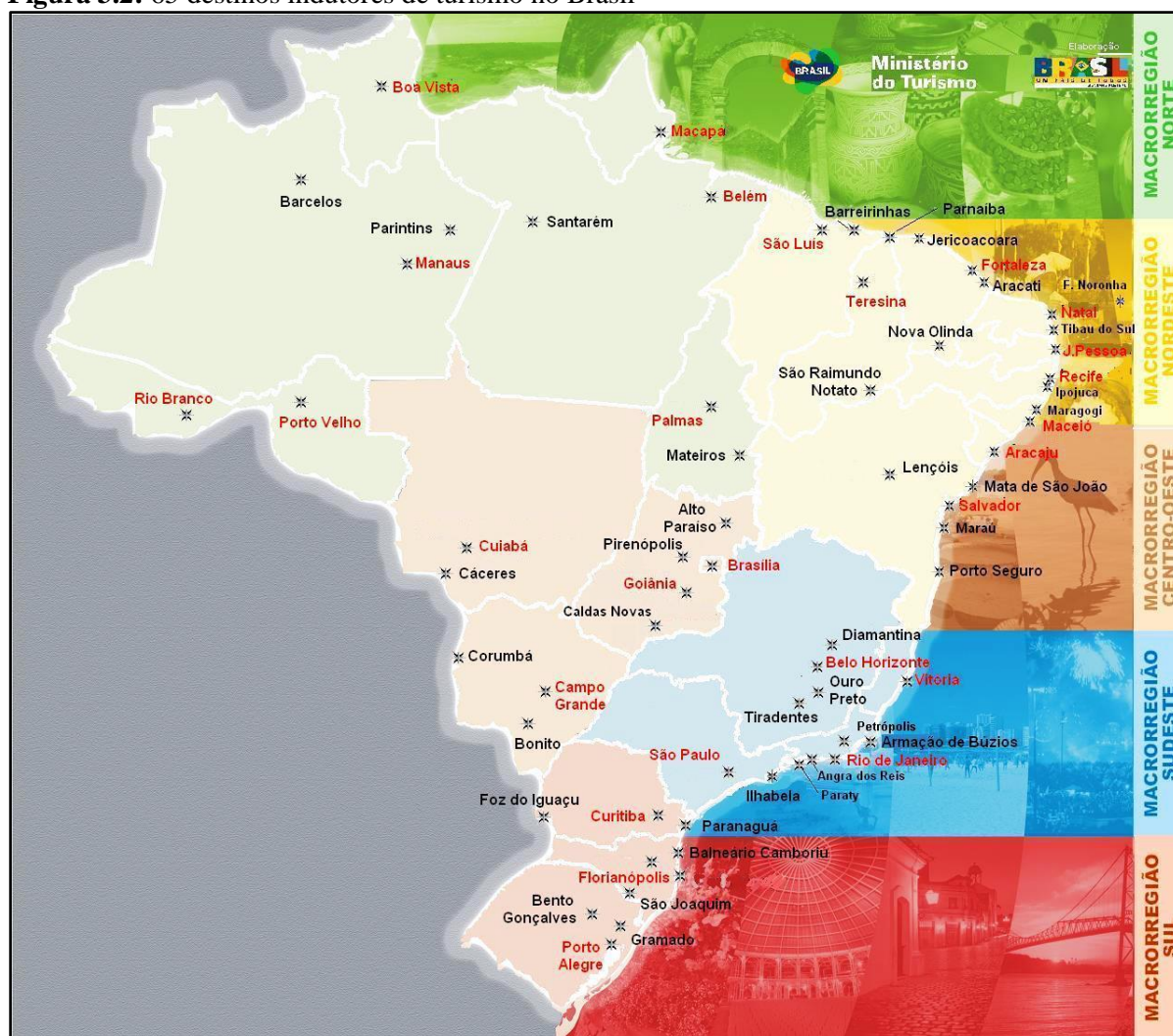
No Nordeste, concentram-se 35% dos destinos indutores, 23 ao total, e a maior parte é composta por municípios litorâneos. Os destinos indutores são: Bahia - Marau, Lençóis, Porto Seguro, Salvador e Mata de São João; Sergipe – Aracaju; Alagoas - Maceió e Maragogi; Pernambuco – Fernando de Noronha, Ipojuca e Recife; Paraíba – João Pessoa; Rio Grande do Norte – Natal e Tibau do Sul; Ceará – Aracati, Fortaleza, Jijoca de Jericoacoara e Nova Olinda; Piauí – Parnaíba, São Raimundo Nonato e Teresina; e Maranhão – Barreirinhas e São Luís (Figura 3.2).

Os destinos indutores tornaram-se prioridades para o Ministério do Turismo e passaram a ter a “responsabilidade de **propagar o desenvolvimento** nos roteiros dos quais fazem parte e, conseqüentemente, nas regiões turísticas que perpassam” (MTur, 2008, p. 18, grifo nosso). Sobre os demais destinos turísticos das regiões formadas a partir dos destinos indutores, o Ministério do Turismo orienta que esses “deverão continuar o processo de organização regional, considerando as Diretrizes e Módulos Operacionais do Programa de

³⁸ “[...] entre cuyos lineamientos estratégicos se encuentra la consolidación de un modelo público de gestión turística descentralizado, participativo y articulado en todos los niveles territoriales. El Plan Nacional viene a consolidar el Programa de Regionalización del Turismo (Roteiros do Brasil), lanzado en 2004 [...]” (BID, 2009b, p. 3).

Regionalização do Turismo, de modo a estarem fortalecidos para absorver os impactos do desenvolvimento da atividade em seus territórios” (MTur, 2008, p. 18).

Figura 3.2: 65 destinos indutores de turismo no Brasil



Fonte: <http://www.bionucleo.com.br/blog-ler/investimentos-nos-65-destinos-indutores-/162/>

Assim, a regionalização deve ser pensada de forma flexível, para usar as palavras do MTur (2007): “passar a olhar o território não apenas por suas características históricas, ambientais e culturais locais, mas passar a ver esses aspectos em inter-relações complexas e interdependentes com outros locais, em redes de cooperação e de esforço coordenado” (MTur, 2007, p. 25). Desse modo, região turística para o Ministério do Turismo é “o espaço geográfico que apresenta **características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas**” (Mtur, 2007, p. 28, grifo nosso). Embora já se tenha discutido o conceito de região turística no capítulo anterior, é válido mencionar que a diferença teórico-metodológica entre a regionalização do BID e do Ministério do Turismo está nas conexões

territoriais e na interpretação da teoria elaborada por Perroux. Enquanto o BID pensa na conexão territorial em zona, o Mtur propõe a região turística em rede. Mas em ambos, observa-se os aspectos teóricos e metodológicos da proposta de Polos de Crescimento e Polo de Desenvolvimento de Perroux (1967 [1966]). Assim, sob a perspectiva do pensamento de Perroux (1967 [1966]), analisa-se que os destinos indutores apresentam-se como polos de crescimento que ao articularem com outros destinos turísticos “propagam” esse crescimento e podem vir juntos a se transformarem em Polos de Desenvolvimento Turístico, em outras palavras, em uma região turística.

É nessa conjuntura espacial que o PRODETUR NACIONAL é arquitetado. Os estados, o Distrito Federal, os municípios com mais de 1 milhão de habitantes e as entidades de direito públicas vinculadas aos estados e/ou municípios tornaram-se elegíveis ao financiamento do PRODETUR NACIONAL. A proposta inicial, e que continua em vigor, é o financiamento de US\$ 1 bilhão. A operacionalização dos investimentos está sob a responsabilidade do Ministério do Turismo. Assim, a orientação técnica das propostas estaduais e municipais são acompanhadas pelo MTur em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento, estes últimos organismos multilaterais que atuam como fontes de financiamento internacional (MTur, 2016³⁹). A maior parte dos contratos entre Estado/municípios e o BID foi assinado em 2010 e as atividades de execução do Programa continuam até o presente momento.

Os componentes financiáveis são: estratégia de produto turístico; estratégia de comercialização; fortalecimento institucional; infraestrutura e serviços básicos e gestão ambiental. Os valores dos contratos de empréstimos nos estados nordestinos foram: Ceará – US\$ 250 milhões; Pernambuco – US\$ 125 milhões; Sergipe – US\$ 100 milhões; Bahia – US\$ 85 milhões; Rio Grande do Norte – US\$ 75 milhões; Piauí – US\$ 50 milhões; Maranhão – US\$ 40 milhões e Paraíba – US\$ 38 milhões (BID, 2010).

Como se percebe, o PRODETUR criou uma nova dinâmica de diferenciação do espaço litorâneo do Nordeste. Há uma nova seletividade espacial e socioeconômica na divisão territorial do trabalho a partir dos lugares escolhidos para a territorialização do turismo. E neste (des)compasso, cresce o quantitativo da casa de veraneio tradicional nos estados nordestinos (Tabela 3.3).

³⁹ <http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html>

Tabela 3. 3: Crescimento da segunda residência no Nordeste do Brasil

NORDESTE	2ª Residência 1991	2ª Residência 2000	Cresc. % 2ª Residência 1991-2000	2ª Residência 2010	Cresc. % 2ª Residência 2000-2010	Cresc. % 2ª Residência 1991-2010
Bahia	126.576	193.062	52,5	333.793	72,8	163,7
Sergipe	19.369	31.034	60,2	46.942	51,2	142,4
Alagoas	17.221	26.599	54,5	44.014	65,4	155,6
Pernambuco	58.870	85.291	44,9	143.567	68,3	143,9
Paraíba	24.541	38.583	57,2	71.409	85,0	191,0
Rio Grande do Norte	19.576	33.321	70,2	66.448	99,4	239,4
Ceará	39.462	64.620	63,8	113.146	75,0	186,7
Piauí	21.868	38.136	74,4	72.394	89,8	231,0
Maranhão	18.578	41.552	123,7	74.550	79,4	301,3
Total	345.661	552.198	59,8	966.263	74,9	179,5

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, IBGE, 1991, 2000, 2010

Elaboração: Priscila Pereira Santos

No período de vinte anos, entre 1991 e 2010, o maior crescimento absoluto de segunda residência na região Nordeste foi na Bahia, pouco mais 207 mil casas de praia. Nos demais estados, o incremento em número absolutos de segunda residência foi menor que 100 mil unidades no mesmo intervalo de tempo. Em termos relativos, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí, destacam com o aumento em mais de 230% no quantitativo de casas de veraneio também no mesmo período. Os investimentos do PRODETUR impulsionaram o crescimento também de uma nova forma-conteúdo da segunda residência, o imobiliário-turístico.

O estudo *Mercado de Turistas Estrangeiros de Segunda Residência no Brasil*, elaborado em pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a EMBRATUR e o MTur, analisou que no Nordeste o incremento de voos, as melhorias na infraestrutura aeroportuária, e os investimentos públicos, contribuíram significativamente para o aumento de turistas estrangeiros, e neste sentido “abrem uma janela para o desenvolvimento da economia mundial. Nessa realidade, nota-se o surgimento de um novo segmento que combina mercado imobiliário e turismo, conhecido como Turismo de Segunda Residência” (BRASIL, MTur/FGV, 2008, p. 5). Ainda segundo o estudo, a Região Nordeste é a mais procurada pelos turistas estrangeiros.

As sucessivas quedas de taxas de juros, a facilidade de mão-de-obra, a disponibilidade de moeda estrangeira (euro e dólar) para negociação e confiança na economia brasileira são fatores que, para os especialistas do setor, contribuem para a boa aceitação dos imóveis pelos estrangeiros e, conseqüentemente, para a possibilidade de operação acima do mercado nacional. Segundo informações dos entrevistados, o preço médio do metro

quadrado dos imóveis vendidos a estrangeiros, em segunda residência, é de R\$ 3.583,39. Os valores ponderados distribuem-se equilibradamente no território nacional com pequena queda na região Sul. **Apesar de a região Nordeste ser mais procurada pelos turistas**, é, no Sudeste, onde se encontram os valores mais altos (BRASIL, MTur/FGV, 2008, p. 26, grifo nosso).

No período entre 2005 e 2007, o valor médio do metro quadrado no Nordeste é de R\$ 3.572,00, e é na Bahia o preço mais alto do metro quadrado, R\$ 4.205,00. No Sudeste, o valor do metro quadrado é de R\$ 4.306,00 e no Sul, R\$ 2.704,00 (BRASIL, MTur/FGV, 2008). “Em comparação ao mercado internacional, o Brasil apresenta preços, em geral, inferiores aos praticados na Europa e EUA, dando ao investidor boa margem financeira” (BRASIL, MTur/FGV, 2008, p. 3). Neste contexto, no ano de 2002, é organizada a Associação para o Desenvolvimento do Imobiliário e Turístico do Nordeste (ADIT), que se transforma em ADIT Brasil, no ano de 2006. A ADIT Brasil “é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo o desenvolvimento dos mercados imobiliário, turístico e urbanístico dentro das melhores práticas nacionais e internacionais”⁴⁰. Como se vê, desde o início do século XXI, o Nordeste começa a preparar-se para receber investimentos estrangeiros diretos na implantação do imobiliário-turístico.

Nesse processo de produção capitalista do litoral nordestino, há duas regiões turística abstratas: uma em territórios-zonas, criada pelo BID para o planejamento territorial turístico do PRODETUR/NE, e outra, em processo de consolidação, formada pelo Ministério do Turismo (MTur), em território-rede a partir dos destinos indutores. E partir dessas duas regiões turísticas abstratas, forma-se entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe uma região turística concreta, uma região vivida em territórios-zona e em territórios-rede ao mesmo tempo, e que tem como elementos regionalizadores, ou ‘unidades-motrizes’, para usar as palavras de Perroux (1967 [1966]), o veraneio, o turismo e imobiliário-turístico.

⁴⁰ <http://adit.com.br/quem-somos/>

4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA E NO LITORAL SUL DE SERGIPE

O presente capítulo analisa a territorialização do turismo na divisão territorial do trabalho no Litoral Norte da Bahia, especificamente na Zona Turística Costa dos Coqueiros, situada no Polo Salvador e Entorno, e, em Sergipe, no Litoral Sul, que integra a região Polo Costa dos Coqueirais. Desse modo, as particularidades dos investimentos públicos são abordadas. Ou melhor, as verticalidades, o mundo no lugar são apreendidas, na perspectiva de analisar, no capítulo seguinte, as singularidades geo-históricas, o lugar no mundo, da “descoberta” da Praia do Forte e da Praia do Saco pelos veranistas, a “invenção” mercadológica dessas praias para o turismo de sol e praia e a implantação do imobiliário-turístico nessas duas localidades litorâneas.

4.1 A geografia do turismo na Bahia: a Zona Turística Costa dos Coqueiros no Polo Salvador e Entorno

No final dos anos 1990, a Banda Mel canta: “*na Bahia, iá, iá, tudo é motivo de alegria, iá, iá, é carnaval, é festa todo o dia, iá, iá [...]*”⁴¹. A canção traz à tona a territorialização do prazer, da alegria, da hospitalidade, enfim, a formação da imagem territorial do estado diante da emergência da turistificação da Bahia. Se o carnaval e a festa tornaram-se a especialização da Bahia, como retrata a canção, essa especialização “por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção. Isso vem talvez nos mostrar o lado mais ativo da mencionada divisão territorial do trabalho” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 135). Mas antes de ser o “território do turismo”, ou a “terra do prazer”, o espaço geográfico carregava consigo outras especializações do trabalho. Assim, a produção do espaço para o turismo hibridiza-se nas rugosidades, ou melhor, nas heranças (i)materiais das anteriores divisões territoriais do trabalho e nos conduz a compreensão da turistificação do litoral baiano, em especial, do Litoral Norte.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS, 2015) do Litoral Norte da Bahia aponta três períodos geoeconômicos da produção capitalista do espaço litorâneo da Bahia, que empiricizados a partir das técnicas, como propõe Santos (2012),

⁴¹ Música ‘Festa na Bahia’. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/banda-mel/100943/> >

desenham os três meios geográficos da geografia do presente. O meio “natural” espacializa-se do período colonial até 1950 e a economia tinha como base as atividades agropecuárias. Como ressalta Santos, M. (2012, p. 235), no meio “natural” “[...] o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo”.

O meio técnico no Litoral Norte baiano pode ser periodizado entre 1950 e 1990. Nesse período, tem-se o domínio das atividades industriais. A descoberta do petróleo de produção comercial no Brasil acontece no ano de 1941, em Candeias, no Recôncavo Baiano, e impulsiona a implantação da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe, em 1950, no município de São Francisco do Conde e a criação da estatal “Petróleo Brasileiro S/A” (PETROBRAS) em 1953 (MELLO E SILVA, SILVA; CARVALHO, 2008). Além do Recôncavo, descobre-se petróleo também em Pojuca, Itanagra, Mata de São João, Cardeal da Silva e Entre Rios, municípios localizados no espaço litorâneo ao norte de Salvador. “A indústria de petróleo na Bahia, durante quase três décadas, respondeu por quase que a totalidade da produção nacional de petróleo” (BAHIA, 2015, p. 36). A emergência do espaço mecanizado engendrado pela industrialização nos idos de 1950 estimula a urbanização no Litoral Norte.

Entre 1960 e 1980, Santos (2006) ressalta que uma nova fase de industrialização e urbanização inicia-se no Recôncavo e no Litoral Norte. A implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), no município de Simões Filho, em 1967, do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978, e do Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN), nos anos 1980, marcam o crescimento econômico desigual e pontual. O DFLN foi implantado para a produção de celulose e carvão vegetal como alternativa econômica da crise petrolífera na década de 1970 (MATTEDI, 2001). As fábricas de celulose não foram implantadas, mas o reflorestamento aconteceu com a plantação de espécimes exóticas como o eucalipto e o *pinus*. “Esse processo gerou um incremento na concentração fundiária que por sua vez agravou o problema da desocupação das populações rurais, que venderam, ou simplesmente perderam suas pequenas propriedades, sendo parcialmente absorvidas pelo trabalho sazonal de plantio” (MATTEDI, 2001, p. 2 *apud* ECOPLAN, 1997, p. 116). *Pari passu* com a industrialização está a urbanização para a primeira, a segunda residência e o turismo.

A implantação das indústrias no Litoral Norte forma no entorno de Salvador, especificamente em Lauro de Freitas e Camaçari, um adensamento urbano-regional com intenso dinamismo político-administrativo e de integração territorial dos serviços que justifica em 1973 a criação da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Neste contexto, a Lei

Complementar nº 14, de 1973, estabelece que a Região Metropolitana de Salvador seja constituída pelos municípios de Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz (BRASIL, 1973).

Segundo Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009), a década de 1970 marca a “descoberta” do Litoral Norte para o veraneio e o turismo de sol e praia. A construção da Estrada do Coco (BA-099), em 1975, rompe com o relativo isolamento territorial rodoviário do Litoral Norte. A Estrada do Coco é o primeiro trecho da BA-099 e conecta Salvador à Praia do Forte, no município de Mata de São João. A estrada atrai outros sistemas de engenharia, como por exemplo, a energia elétrica, a telefonia e a água encanada. A implantação de condomínios fechados de segunda residência “multiplicam-se ao longo do Litoral Norte [...]. Além de Arembepe e Guarajuba, merecem destaque as localidades: Buraquinho, Busca Vida, Jauá, Barra do Jacuípe, Genipabu, Itacimirim, Praia do Forte e Imbassaí, essa última a mais distante de Salvador” (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009, p. 7). Lauro de Freitas, Camaçari, e a Praia do Forte e Imbassaí, em Mata de São João, transformaram-se em destino de veraneio dos moradores de Salvador e regiões próximas, e o espaço litorâneo começa a ser produzido para o turismo de sol e praia com a instalação de infraestrutura urbana e turística.

Nos anos 1970, o Estado da Bahia começa a institucionalizar o planejamento do turismo, “seguido da implantação de infraestrutura de transporte, saneamento, comunicação, parques hoteleiros e o início da promoção turística da Bahia em nível internacional. Desde então, o turismo vem sendo identificado como prioritário para o desenvolvimento do Estado” (BAHIA, 2015, p. 36). Para Mello e Silva (1996), o turismo na Bahia apresenta quatro fases.

A primeira fase, entre 1951-1962, denominada por Mello e Silva (1996) de “Implantação do turismo na Bahia”, marca o reconhecimento do turismo como atividade econômica importante. Cria-se na Prefeitura de Salvador, o setor de Divulgação e Turismo na Diretoria de Arquivo, Divulgação e Estatística, posteriormente, em 1953, denominada de Diretoria Municipal de Turismo. Nessa primeira fase, “o Governo do Estado da Bahia, construiu o Hotel da Bahia, no Campo Grande, já fora do núcleo histórico, inaugurado em 1952” (MELLO E SILVA, 1996, p. 131). Alguns anos depois, o turismo começa a fazer parte do planejamento territorial do estado ao ser incluído no Plano de Desenvolvimento no período entre 1959-1962. “O transporte aéreo, na década de 1950, começa a assumir uma crescente importância [...] Salvador aparece como um centro periférico em formação do turismo brasileiro que, por sua vez, também aguardava uma clara posição de periferia emergente no turismo mundial” (MELLO E SILVA, 1996, p. 131). Ao que parece, a década de 1950 marca o princípio

da formação da Bahia como uma “periferia do prazer”, para usar a expressão de Turner e Ash (1991).

A segunda fase do turismo na Bahia, denominada de “expansão do turismo baiano no cenário nacional – 1963-1972” por Mello e Silva (1996), tem como mola propulsora a integração territorial entre a Bahia e o Sudeste com o asfaltamento completo da rodovia Rio-Bahia (BR-116), em 1963. A Bahia passa a ser conhecida no restante do país como um destino de turismo. Observa-se o incremento das excursões rodoviárias e dos voos destinados a Salvador. Nesse período, como anteriormente mencionado, o Governo Federal institui o Decreto-Lei Nº 55/66 que estabelece a Política Nacional de Turismo, cria o CNTur e a EMBRATUR. Nesse compasso, a Prefeitura de Salvador estrutura o Departamento de Turismo em 1966 e o governo do estado cria, em 1968, a Bahiatursa – Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A., com o objetivo de instalar uma rede hoteleira (MELLO E SILVA, 1996).

Bahia: Terra da Felicidade. Esse slogan que marca a terceira fase, entre 1971-1990, vem como parte integrante da construção da imagem turística do estado. Dantas (2010, p. 52) esclarece que, “a construção da imagem turística das cidades litorâneas nordestinas, principalmente das capitais, insere-se na mesma racionalidade das outras cidades litorâneas dos países em via de desenvolvimento, ou seja, conforme modelo internacional de desenvolvimento do turismo”. A mesma lógica analisada por Dantas (2010) para a imagem turística de Fortaleza, em que a Espanha representa modelo de desenvolvimento do turismo, pode ser empregada para entender que, na Bahia, o *marketing* turístico interno voltava-se para convencer os baianos da vocação turística do estado e externamente, convenciam-se, convence-se, que a Bahia é a “terra da felicidade”, e a “felicidade” vem acompanhada da ideia de modernização, de progresso, de paraíso tropical. Atualmente, o governo baiano tem o seguinte slogan: *Bahia: Terra Mãe do Brasil!* A mensagem certamente indica o domínio territorial do destino turístico Bahia, em detrimento aos demais destinos do Brasil!

Nessa terceira fase, analisada por Mello e Silva (1996), enfatizada por Spínola (2000) e aqui articulada para a compreensão do crescimento do veraneio e do turismo no Litoral Norte, hotéis de grande porte começam a ser construídos em áreas selecionadas para o desenvolvimento do turismo, com destaque para o Litoral Sul da Bahia e a Costa do Descobrimento. O Conselho Estadual de Turismo é criado, a Bahiatursa passa a denominar-se Empresa de Turismo da Bahia S/A., e a imagem territorial do estado começa a ter mais força no mercado nacional.

Spínola (2000) analisa que o primeiro grande “boom” no turismo da Bahia ocorreu na década de 1970, como desdobramento do *marketing* territorial da Bahia nos destinos

emissores do Sul e Sudeste e da “**exportação’ dos valores culturais da terra**, especialmente através do binômio **música/carnaval**, que ainda hoje são responsáveis pela atração de boa parte do fluxo de turistas que procura o Estado. Salvador se firmou como a capital do Nordeste” (SPÍNOLA, 2000, p. 39, grifo nosso). Cria-se e comercializa-se uma “Ideia de Bahia”, como analisa Pinho (1998), a partir da identidade territorial do baianos, a denominada “baianidade”.

Azevedo (2014) reflete que o exotismo e a autenticidade da Bahia tornam-se para a balança comercial do PIB baiano e brasileiro produto de exportação organizados como produtos turísticos. Mas, alerta o autor, essa homogeneidade da “Ideia de Bahia” estruturada pelo consumo “desses bens culturais, da gastronomia afro-brasileira, da capoeira e dos eventos culturais como o carnaval de Salvador” (AZEVEDO, 2014, p. 120), pode por vezes ser distante da realidade vivenciada, tendo em vista a diversidade territorial, a heterogeneidade, as particularidades, as singularidades, enfim, as múltiplas possibilidades simbólico-culturais das cidades baianas.

Para essa produção espacial dos “territórios da alegria”, ainda na terceira fase analisada por Mello e Silva (1996), o Aeroporto de Salvador, inaugurado na década de 1950, é ampliado e reformado para receber voos internacionais. Em 1979, o Centro de Convenções da Bahia é “inaugurado como o maior equipamento desta natureza no Norte/Nordeste do Brasil, e com o objetivo de diminuir os efeitos da sazonalidade sobre o movimento de turistas na baixa estação” (SPÍNOLA, 2000, p. 39). No ano de 1984, o Aeroporto de Salvador é “reinaugurado com uma nova e ampla Estação de Passageiros. Cresce o número de voos internacionais” (MELLO E SILVA, 1996, p. 132). Contudo, a crise econômica do início da década de 1980 fica mais acentuada e o fluxo de turista na Bahia diminui. Ao mesmo tempo em que outros destinos turísticos no Nordeste, notadamente Fortaleza (CE), Maceió (AL) e Natal (RN), apresentavam-se como destinos concorrentes a Salvador e os demais municípios baianos (MELLO E SILVA, 1996; SPÍNOLA, 2000).

Nesse contexto, com intuito de atrair investidores estrangeiros, o Governo da Bahia por meio da Secretaria da Indústria e do Comércio, publica na década de 1980, em inglês, um livreto com as múltiplas possibilidades de investimentos na Bahia. Produz-se e reproduz-se a imagem da Bahia para o mundo. O livreto intitulado “*Bahia: socio-economic profile*”⁴² “é dedicado a empresários e investidores que gostariam de se familiarizar mais com este estado brasileiro e, acima de tudo, com aqueles que possam estar interessados em iniciar ou

⁴² Bahia: perfil socioeconômico [Tradução Livre]

desenvolver negócios e empreendimentos”⁴³ (BAHIA, 1982, p. 1, [Tradução Livre]). O discurso de captação de investimento no turismo valoriza o crescimento do fluxo do turístico em números: “as receitas do turismo foram estimadas em **US\$ 200 milhões para 1981**, com o **número de visitantes chegando a um milhão**. No auge do turismo, **durante os meses de verão** (janeiro a março), a **Bahia recebe mais de 350 mil turistas**”⁴⁴ (BAHIA, 1982, p. 74, grifo nosso, [Tradução Livre]). Para os investimentos em turismo, “o guia de investimentos”, analisa que Salvador e alguns pontos do selecionados apresentam infraestrutura instaladas, com destaque para as praias, o Recôncavo, a Chapada Diamantina, o São Francisco, no Cacau Sul (Litoral Sul) e do Descobrimento, especificamente em Porto Seguro. Diante dessa seletividade espacial do capital, o “guia” apresenta as oportunidades de investimentos e o Governo da Bahia coloca-se à disposição para disponibilizar os incentivos.

Oportunidades amplas estão disponíveis nas áreas de recepção de grupos de turistas e recepção de suporte, hotéis e pousadas não luxuosas, agências de turismo e informações, restaurantes, bares especializados, hotelaria e muito mais, **recebendo incentivos apropriados da EMBRATUR e Fiset em nível federal e da BAHIATURSA, EMTUR e DESENBANCO em nível estadual** (BAHIA, 1982, p. 74, grifo nosso, [Tradução Livre])⁴⁵.

Certamente, os desdobramentos territoriais da apresentação do perfil socioeconômico da Bahia no cenário internacional manifestam-se na quarta e última fase do turismo na Bahia, proposta por Mello e Silva (1996). O turismo nessa fase apresenta-se como estratégia de desenvolvimento do estado a partir de 1991 até o presente momento. Essa quarta fase marca também o terceiro período do meio geográfico na geo-história econômica da Bahia: o meio técnico-científico-informacional. “Nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e na verdade, a energia principal do seu funcionamento é também a informação” (SANTOS, 2012, p. 238). Esse período que é a “cara geográfica da globalização”, nas palavras de Santos (2012), tem na

⁴³ It is dedicated to entrepreneurs and investors who would like to become more familiar with this Brazilian state and above all to those who might be interested in either initiating or developing business and enterprises here, always welcome, inasmuch as they contribute to the progress and development of the region (BAHIA, 1982, p. 1).

⁴⁴ Revenues from tourism were estimated at US\$ 200 MILLION for 1981, with the number of visitors reaching one million. At the height of tourism, during the summer months (January to March), Bahia receives more than 350 thousand tourists (BAHIA, 1982, p. 74).

⁴⁵ Ample opportunities are available in the areas of tourist group reception and reception support, hotels and non-luxury inns, tourist and information agencies, restaurants, specialized bars, hotel school and more, receiving appropriate incentives from EMBRATUR and Fiset on the federal level and from BAHIATURSA, EMTUR and DESENBANCO on the state level (BAHIA, 1982, p. 74).

emergência do setor de serviços, notadamente na terceirização das atividades industriais, e no crescimento da demanda do turismo, atividades econômicas estratégicas na reestruturação produtiva diante da crise econômica da década de 1980.

O Estado da Bahia busca, por meio dos incentivos financeiros e fiscais, captar investimentos privados, principalmente, para os setores voltados para a produção de bens finais, a integração de cadeias produtivas e a desconcentração espacial da atividade econômica (BAHIA, 2015). Nesse contexto, o turismo começa a ser planejado na Bahia como atividade econômica estrutural e não marginal ou secundária como em outrora. O “Estado decidiu priorizar a ação governamental voltadas para a recuperação e dinamização do turismo em Salvador e no Recôncavo, bem como seus desdobramentos no Litoral Norte, apoiando também o turismo no Extremo Sul” (MELLO E SILVA, 1996, p. 133). No que diz respeito ao Litoral Norte da Bahia, a ação estratégica de destaque no planejamento territorial proposto à época, foi a implementação da rodovia BA-099, conectando Salvador a Aracaju.

Spínola (2000) considera que a partir de 1991, o segundo *boom* do turismo na Bahia se manifesta. Salvador “passou a ocupar o terceiro lugar entre as destinações brasileiras mais visitadas, atrás apenas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que continuavam, em função da polarização econômica que exercem em relação às demais capitais do País, concentrando o maior número de eventos e de voos internacionais” (SPÍNOLA, 2000, p. 40). Ademais, ainda segundo a autora, os roteiros dos cruzeiros marítimos começaram a incluir Salvador, Ilhéus e Porto Seguro como destinos turísticos. Neste contexto, arquiteta-se na Bahia uma nova geografia do turismo.

O planejamento territorial turístico da Bahia estruturou no ano de 1991, o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, o PRODETUR-BA. Concomitantemente, o Governo Federal criava o PRODETUR Nordeste (PRODETUR-NE). De acordo com Mendonça (2002), a inventariação dos atrativos turísticos da Bahia foi o movimento inicial no planejamento, “buscava-se então fazer um mapeamento das melhores localizações para a implantação de Centros Turísticos Integrados (CTI), concebidos para funcionar como indutores do desenvolvimento do turismo para toda uma região circunvizinha” (MENDONÇA, 2002, p. 172). Assim, o PRODETUR-BA criou cinco regiões turísticas: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos, Litoral Sul, Litoral Extremo Sul e Chapada Diamantina. A partir dessas regiões turísticas foram definidas setes Zonas Turísticas, quatro Centros Turísticos, doze Complexos Turísticos e dois Circuitos Ecoturísticos com oito Zonas de Interesse Turístico (ZIT) na Chapada Diamantina (SPÍNOLA, 2000). Segundo Santos (2006), as Zonas Turísticas foram estruturadas tendo como base de planejamento destinos âncoras. Assim tem-se na relação Zona

Turística/destino âncora: Costa dos Coqueiros – Praia do Forte; Baía de Todos os Santos – Salvador; Costa do Dendê – Morro de São Paulo; Costa do Cacau – Ilhéus; Costa do Descobrimento – Porto Seguro; Costa das Baleias – Prado; e, Chapada Diamantina – Lençóis (Quadro 4.1; Figura 4.1).

A regionalização turística do PRODETUR-BA fundamentou-se basicamente dois elementos regionalizadores: “(i) concentração de atrativos e equipamentos; (ii) compartilhamento de características homogêneas que definam uma imagem valorável do ponto de vista mercadológico” (SPÍNOLA, 2000, p. 43). A citada autora analisa o complexo de elementos que forma cada zona turística da Bahia, destaca-se aqui a Zona Turística Costa dos Coqueiros:

os municípios englobados nesta região são todos litorâneos e apresentam **características físicas, sociais, econômicas e culturais bastante similares**. É uma área, até há bem pouco tempo, isolada da ação antrópica mais intensiva, pela sua deficiente ligação terrestre com o resto do Estado. Em 1993, foi construída uma rodovia, denominada Linha Verde, que une Salvador à última praia do litoral norte e ao Estado de Sergipe, **formando um corredor turístico ainda pouco explorado. São praias virgens, onde predominam as dunas e porções de mata atlântica. Os coqueiros são abundantes em toda a extensão costeira, sendo a produção de coco a atividade econômica mais tradicional do local**, através das plantações das grandes fazendas ali instaladas. **A imagem das praias** repletas de **dunas e coqueiros** ainda bastante **conservados** marca a promoção desta região turística, cuja zona polarizadora foi batizada como Costa dos Coqueiros (SPÍNOLA, 2000, p. 43, grifo nosso).

A análise de Spínola (2000) nos permite entender que a regionalização turística da Bahia se fundamentou no método regional discutido por Hartshorne no final da década de 1960. Várias dimensões, ou nas palavras de Hartshorne, um complexo-de-elementos, são articuladas como unidades integradas para a formação da região turística no Litoral Norte. A BA-099 como via estruturante de um corredor turístico entre Bahia e Sergipe é interpretada como vantagem competitiva dos municípios dessa Zona Turística por ser pouco explorado. Os coqueiros que nomeiam a região turística do Litoral Norte estão além do valor cênico da paisagem. Inicialmente, os coqueiros são compreendidos pelo valor social e econômico que a cocoicultura tem na vida dos moradores da localidade. Por conseguinte, as praias, as dunas e os coqueiros são destacados em virtude da sua conservação.

Quadro 4.1: Ordenamento territorial turístico da Bahia

Regiões Turísticas	Zonas Turísticas	Municípios Turísticos	Centros Turísticos/Circuitos Ecoturísticos	Complexos Turísticos/Zonas de Interesse Turístico
Litoral Norte	Costa dos Coqueiros <u>Destino</u> <u>âncora:</u> Praia do Forte	Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra até os limites com o Estado de Sergipe	Forte-Sauípe	Praia do Forte, Velho Nambu* e Sauípe *Compreende-se, pela localização de Velho Nambu na tese de doutoramento de Cruz (1999), que atualmente essa localidade denomina-se Imbassaí.
Baía de Todos os Santos	Baía de Todos os Santos <u>Destino</u> <u>âncora:</u> Salvador	Salvador, Vera Cruz, Itaparica, Jaguaripe, Salinas da Margarida, Saubara, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Maragogipe	• A zona turística Baía de Todos os Santos não teve centro turístico previsto.	Ponta de Meringote e Ponta de N.Sra de Guadalupe
Litoral do Baixo Sul	Costa do Dendê <u>Destino</u> <u>âncora:</u> Morro de São Paulo	Valença, Taperoá, Cairú, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Marau	• A zona turística Costa do Dendê não teve centro turístico previsto.	Ponta do Curral, Garapua e Campinhos
Litoral do Baixo Sul	Costa do Cacau <u>Destino</u> <u>âncora:</u> Ilhéus	Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras	Itacaré-Ilhéus	Itacarezinho
Litoral Extremo Sul	Costa do Descobrimento <u>Destino</u> <u>âncora:</u> Porto Seguro	Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Belmonte	Porto Seguro-Caraíva	Caraíva e Coroa Vermelha
Litoral Extremo Sul	Costa das Baleias <u>Destino</u> <u>âncora:</u> Prado	Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri, até o Estado do Espírito Santo	Ponta das Baleias – Abrolhos	Ponta das Baleias
Chapada Diamantina	Chapada Diamantina <u>Destino</u> <u>âncora:</u> Lençóis	Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Itaetê, Seabra, Rio de Contas, Érico Cardoso, Piatã e Abaíra	Circuito Ecoturístico do Diamante	Morro do Pai Inácio, Lençóis, Parque Temático da Lapa Doce, Parque Temático de Igatu
			Circuito Ecoturístico do Ouro	Monte Tromba, Rio de Contas, Mato Grosso, Rio Brumado.

Fonte: Spínola, 2000, p. 42

Figura 4.1: Geografia do Turismo do PRODETUR Bahia, 1992



Fonte: Mendonça, 2002, p. 173

A regionalização turística foi fundamental no processo de descentralização da atividade turística na Bahia. Nesse contexto, Santos (2006) elenca os objetivos do PRODETUR-BA:

ampliar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas turísticas do estado, estimular a iniciativa privada para o desenvolvimento dos equipamentos e serviços turísticos, viabilizar a melhoria dos serviços públicos de apoio à atividade turística, qualificar a mão-de-obra utilizadas no turismo e fomentar a atividade turística nacional e internacional (SANTOS, 2006, p. 89).

Com a incorporação do PRODETUR-BA ao PRODETUR/NE, a partir de 1994, além dos recursos do Tesouro do Estado da Bahia, o Programa passou a receber também os recursos do Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Banco do Nordeste (BNB) (MENDONÇA, 2002). Ademais, ainda segundo Santos (2006), o PRODETUR-BA obteve recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

No PRODETUR/NE II, as zonas turísticas da Bahia foram economicamente agrupadas em Polos Turísticos, sob a perspectiva da lógica de crescimento e desenvolvimento de Perroux (1967 [1966]). A Zona Turística Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos integrou-se no Polo Salvador e Entorno. A Costa do Dendê e a Costa do Cacau passou a fazer parte do Polo Litoral Sul. A Zona Turística Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias configuram o Polo Descobrimento e a Zona Turística Chapada Diamantina tem o Polo com o mesmo nome agrupando os Circuitos Ecoturísticos do Diamante e do Ouro (Quadro 4.2).

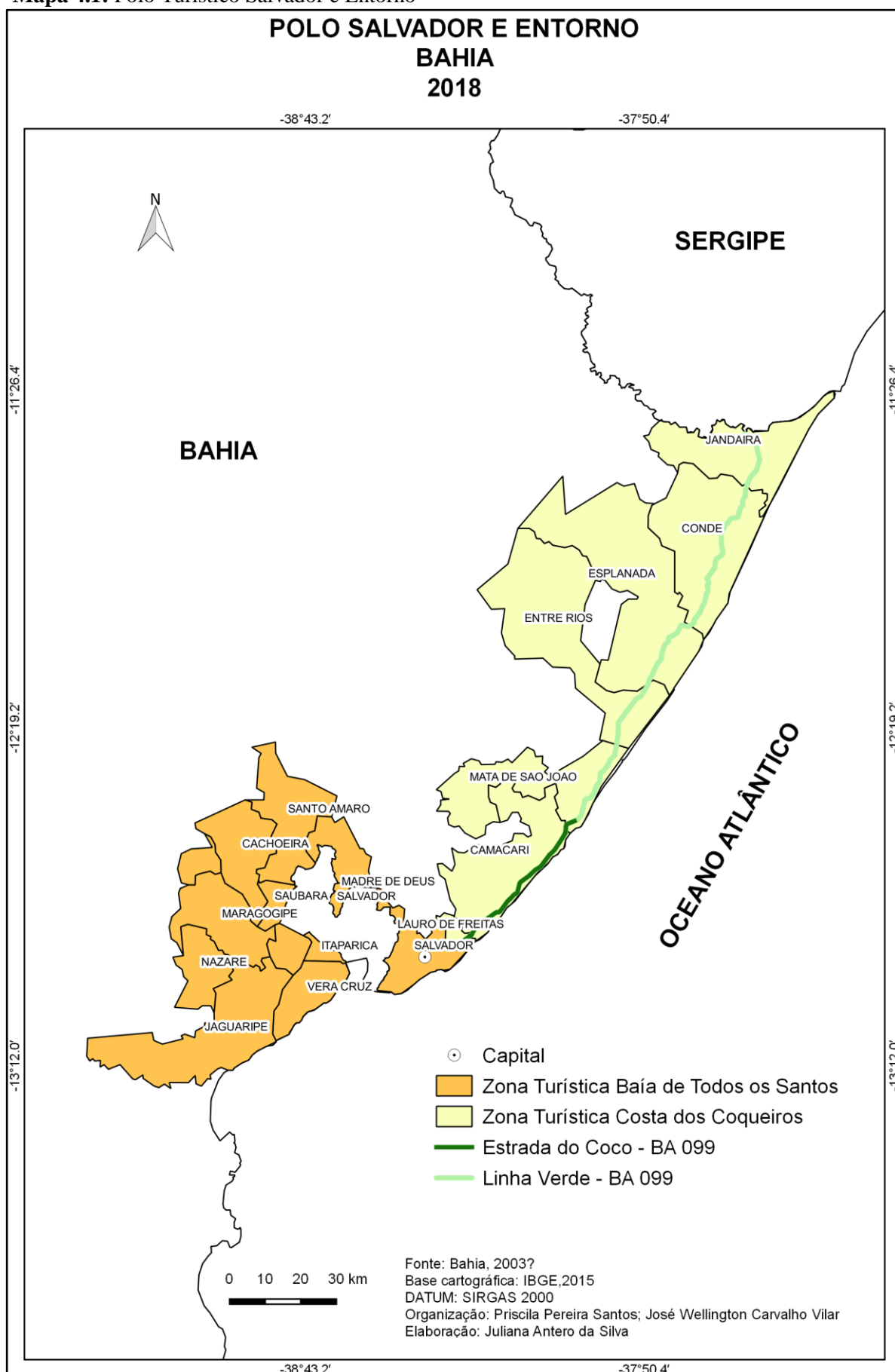
Quadro 4.2: Polos Turísticos regionalizados no PRODETUR/NE II na Bahia

POLOS TURÍSTICOS	ZONAS TURÍSTICAS
Litoral Sul	Costa do Dendê e Costa do Cacau
Descobrimento	Costa do Descobrimento e Costa das Baleias
Chapada Diamantina	Circuito do Diamante e Circuito do Ouro
Salvador e Entorno	Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos

Fonte: Santos, T. (2006, p. 93)

Nessa análise, interessa-nos mais de perto o Polo Salvador e Entorno, especificamente a Zona Turística Costa dos Coqueiros (Mapa 4.1). Espacializada em cerca de 200 km de costa, a Zona Turística Costa dos Coqueiros tem as dinâmicas socioespaciais, fundiárias e ambientais modificadas entre os anos 1970 e 1980 com a implantação da Estrada

do Coco (BA-099), a industrialização, a conexão territorial da Região Metropolitana de Salvador e o planejamento privado para investimentos em projetos turísticos e imobiliários. Nesse período, as praias de Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João com ocupação rarefeita até então, visto que as sedes municipais interioranas, rompem com esse modelo de organização territorial e nesse contexto, os primeiros condomínios de segunda residência e equipamentos de lazer começam a ser construídos próximos às praias, paralelos à BA-099 (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009, MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2008).

Mapa 4.1: Polo Turístico Salvador e Entorno


A Praia do Forte destaca-se, entre a década de 1970 e 1980, pela elaboração de um planejamento turístico privado, pela instalação de complexo hoteleiro vinculado à rede internacional e pelo *marketing* territorial articulado à preservação e conservação ambiental com apelo para ao turismo ecológico. Em outras palavras, a Praia do Forte foi a localidade do Litoral Norte que primeiro vivenciou, à luz da globalização, a fragmentação territorial, a segregação socioespacial e os demais desdobramentos territoriais desenhados pela atividade turística na articulação reticular e zonal entre as verticalidades e as horizontalidades.

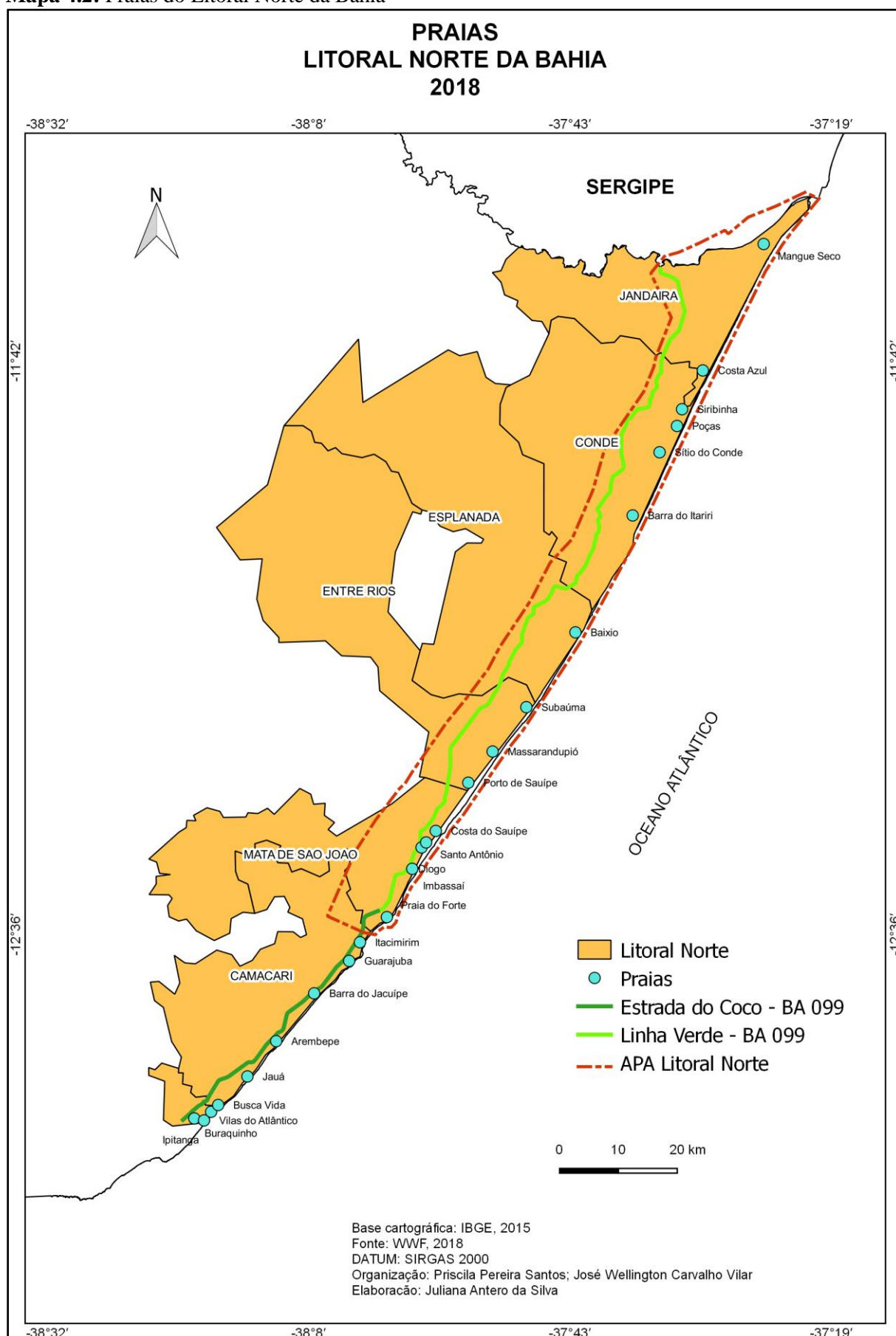
Ademais, nesse mesmo período, a Praia do Forte, Imbassaí e a Vila Sauípe começam a integrar a Política de Megaprojetos Turísticos do Governo Estadual. É nesse momento em que o Estado, ancorado na legitimação social, pautado na *forma* da Lei, ideologiza o turismo como gerador de emprego e renda, e cria possibilidades (i)materiais para a reprodução capitalista do espaço litorâneo, manifestando-se assim, o *conteúdo* estrutural do Estado teorizado por Claus Offe (1984, grifo do autor), ao analisar o conceito de Estado Capitalista.

Nos anos 1990, é inaugurada a “Linha Verde”, segundo trecho da rodovia BA-099. Essa segunda etapa estende-se da Praia do Forte até Mangue Seco, município de Jandaíra. O Governo Estadual da época divulgou a rodovia como a primeira estrada ecológica do Brasil (GOMES SOBRINHO, 2011). Certamente, esse *marketing* verde deve-se ao cumprimento dos requisitos de proteção ambiental vigentes à época na construção da rodovia. Uma das medidas mitigadoras cumpridas foi a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte no ano de 1992 (CRUZ, 1999).

O Decreto Estadual Nº 1046/1992, ao considerar a Linha Verde um eixo indutor de desenvolvimento socioeconômico do Litoral Norte da Bahia e ressaltar a importância do patrimônio natural dessa área, entende que a APA adequa-se à dinâmica socioeconômica regional, tendo em vista que possibilita “ocupação e utilização ordenada do solo, favorecendo o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas, tais como o turismo, lazer, habitação, pesca, reflorestamento, fruticultura e outras, segundo as exigências do desenvolvimento sustentado” (BAHIA, 1992, s/p.). Ademais, o Decreto salienta a estreita relação entre o desenvolvimento turístico no Litoral Norte da Bahia e a política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

É válido mencionar que o Litoral Norte da Bahia é formado por diversos ecossistemas, como por exemplo, manguezais, restingas, áreas embrejadas, lagoas, dunas e cordões dunares, e praias, dentre as quais destacam-se as do Mapa 4.2.

Mapa 4.2: Praias do Litoral Norte da Bahia



É válido mencionar que além da APA Litoral Norte, outras APA's foram criadas no anos 1990 na Zona Turística Costa dos Coqueiros, a saber: no ano de 1991, APA Mangue Seco, em Jandaíra, e APA Lagoas de Guarajuba, em Camaçari; e, em 1999, a APA Ipitanga-Joanes, entre Camaçari, Lauro de Freitas e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador. No ano de 2001, foi criada a APA do Rio Capivara, em Camaçari (BAHIA, 2003?).

Concomitante à implantação da Linha Verde e à criação da APA Litoral Norte estava o planejamento turístico do estado da Bahia e o início dos investimentos do PRODETUR-BA em articulação com o PRODETUR/NE I. Os incentivos fiscais e financeiros do Governo Federal, os investimentos em infraestrutura urbana pelo PRODETUR, a localização do Aeroporto Internacional de Salvador no limite territorial com o Litoral Norte e a disponibilidade de terras nas bordas do mar transformaram a Zona Turística Costa dos Coqueiros no paraíso dos investimentos turísticos e imobiliários do capital nacional e internacional.

A Costa dos Coqueiros destaca-se das demais zonas e polos turísticos da Bahia, principalmente, pela sua fluidez territorial, ou melhor, pela conexão geográfica do global-regional-local no processo de compressão espaço-temporal. O Aeroporto Internacional de Salvador localiza-se a menos de 1 km de distância entre capital baiana e Lauro de Freitas, e a cerca de 200 km do município de Jandaíra, divisa com o estado de Sergipe. A rodovia BA-099 conecta por via litorânea Salvador com o Litoral Norte da Bahia e o litoral de Sergipe como um todo, em especial com a capital Aracaju.

No tocante ao PRODETUR NE I, investiu-se pouco mais de US\$ 215 milhões de dólares nos Polos Turísticos da Bahia. Desse total, US\$ 5.527.606,38 (cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e seis dólares e trinta e oito centavos) foram investimentos na Zona Turística Costa dos Coqueiros, o que corresponde a cerca de 2,57% do montante total (BID, 2005). Dos municípios da Costa dos Coqueiros, como previsto pela Política de Megaprojetos Turístico, somente o Centro Turístico Integrado (CTI) Forte-Sauípe obteve investimentos do PRODETUR NE I.

Os valores aplicados na Praia do Forte foram destinados à implantação do sistema de esgotamento sanitário. Na Vila Sauípe, os investimentos foram direcionados para a implantação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário do *megaresort* Costa do Sauípe, planejado em parceria com o Governo do Estado, o fundo de pensão PREVI e o Grupo Odebrecht (CRUZ, 1999). No capítulo cinco, a seguir, aborda-se a estruturação do CTI Forte-Sauípe.

No PRODETUR NE II, os investimentos continuaram concentrados no CTI Forte-Sauípe, desta vez em Imbassaí. Os investimentos foram aplicados na elaboração do projeto de Urbanização e Drenagem Pluvial, na execução das Obras de Urbanização e Drenagem Pluvial e na implantação do Sistema de Abastecimento de Água (Tabela 4.1). Os sistemas de engenharia implantados no CTI Forte-Sauípe transformaram os espaços opacos do Litoral Norte em espaços luminosos. Em outros termos, as infraestruturas implantadas pelo Estado impulsionaram o acúmulo de densidades técnicas e informacionais no Litoral Norte, o que, sem sombra de dúvidas, tornou o espaço luminoso, atraente, para o capital.

Tabela 4.1: Investimentos PRODETUR/NE I e II na Zona Turística Costa dos Coqueiros

AÇÃO		VALOR INVESTIDO US\$ 1.000 (em milhões)	ANO DE CONCLUSÃO
PRODETUR/NE I	Sistema de Esgotamento Sanitário de Praia do Forte	1.054.702,94	Junho/2001
	Sistema de Esgotamento Sanitário de Costa do Sauípe	1.454.124,00	Dezembro/2000
	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Costa do Sauípe	3.018.779,44	Dezembro/2000
TOTAL PRODETUR NE I NO COSTA DOS COQUEIROS: <u>US\$ 5.527.606</u>			
PRODETUR/NE II	Elaboração do projeto de Urbanização e Drenagem Pluvial de Imbassaí	64.597	Abril/2008
	Execução das Obras de Urbanização e Drenagem Pluvial de Imbassaí	3.079.808	Maio/2011
	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Imbassaí	405.762	Dezembro/2004
	Capacitação Empresarial da Costa dos Coqueiros	134.924	Dezembro/2011
	Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS Salvador e Entorno, Litoral Sul e Descobrimento	383.354	Abril/2004
	Pesquisa Diagnóstica e Elaboração dos Projetos de Capacitação: Salvador e Entorno e Litoral Sul	97.143	Abril/2007
TOTAL PRODETUR NE II NO COSTA DOS COQUEIROS: <u>US\$ 4.165.588</u>			
TOTAL PRODETUR NE I + PRODETUR NE II = <u>US\$ 9.693.194</u>			

Fonte: BAHIA, PDITS, 2015/BNB, 2005

Merece destaque que há em desenvolvimento dois projetos do PRODETUR Nacional, a saber: PRODETUR-BA e o PRODETUR Salvador. O PRODETUR Bahia concentra os investimentos de cerca US\$ 85 milhões de dólares na Zona Turística Baía de Todos os Santos com o objetivo geral de “desenvolver os segmentos náutico e cultural na zona turística Baía de Todos-os-Santos, desenhando uma nova economia para a região” (CÂMARA DE TURISMO – BAÍA DE TODOS OS SANTOS, 2018⁴⁶, s/p.). O contrato do PRODETUR Salvador foi firmado em 2017 em US\$ 105 milhões, com a perspectiva de melhorar a infraestrutura da cidade, elaborar o Plano de Marketing Turístico de Salvador, entre outras ações. Embora a Zona Turística Costa dos Coqueiros não faça parte das ações do PRODETUR Nacional, certamente, recebe influência indireta dos projetos PRODETUR Nacional - Bahia e do PRODETUR Nacional - Salvador.

Os investimentos privados nacionais e estrangeiros na Bahia concentram-se prioritariamente na Costa dos Coqueiros, enfatiza Mello e Silva, Silva e Carvalho (2008). Empreendimentos turísticos e imobiliários-turísticos de capital nacional e internacional instalam-se com maior densidade no planejado CTI Forte-Sauípe. Na década de 1980, tem-se na Praia do Forte, a implantação do Hotel Robson Crusóe Clube associado à empresa *Steigenberg* - grupo de hotelaria da Alemanha. Posteriormente, em 1987, passou a ser denominado de Praia do Forte Ecoresort, com o fim da parceria com a rede alemã. Atualmente, chama-se Tivoli Ecoresort Praia do Forte, de propriedade e gestão do grupo português Espírito Santo (SANTOS, 2006; GOMES SOBRINHO, 2011).

No ano 2000, inaugura-se o Complexo Hoteleiro Costa do Sauípe, na Vila Sauípe. Cruz (1999) afirma que o Governo à época do planejamento dos megaprojetos turísticos denominava esse complexo de *megaresort*. O início do século XXI marca também a duplicação da Estrada Coco e a privatização da BA-099 de Lauro de Freitas até Jandaíra. A Concessionária Litoral Norte (CLN), formada à época pelas construtoras OAS e Odebrecht, firmaram contrato com o Governo do estado para a concessão de 35 anos na administração da BA-099. Atualmente, a CLN é do Grupo INVEPAR – formado pelos fundos de pensão: PREVI, FUNCEF, PETROS e pela Construtora OAS, e a Construtora Odebrecht (CLN, 2018⁴⁷). Nesse contexto, Gomes Sobrinho (2011) analisa que a duplicação contribuiu para o crescimento dos fluxos migratórios, comerciais e de turistas no Litoral Norte. Ademais, o incremento de primeira e segunda residência na Região Metropolitana de Salvador configura-se principalmente nos condomínios e loteamentos diversos, principalmente em Lauro de Freitas e Camaçari.

⁴⁶ Disponível em: < https://www.camarabts.org/?page_id=17 >. Acessado em 01 de agosto de 2018.

⁴⁷ <http://clnorte.com.br/show.aspx?idCanal=l3yeeFfgsWE//27nqJqwFg==>

Mello e Silva, Silva e Carvalho (2008) enfatizam as análises do Professor Milton Santos feitas em 1959, quando se refere ao entorno de Salvador como um *deserto* humano, e do Professor Pierre Monbeig, quando em 1965, afirmou que a influência de Salvador era sentida até o rio Joanes limite entre Lauro de Freitas e Camaçari. Os autores refletem que:

Se o Professor Milton Santos e Pierre Monbeig fossem vivos hoje, certamente ficariam espantados com as transformações recentes ocorridas no Litoral Norte da Bahia. Em nossos dias, **há um *continuum* axial urbano** entre Salvador e Itacimirim, evidentemente com densidades diferenciadas, as mais altas localizando-se mais perto de Salvador. Entretanto, a forte expansão da ocupação humana continua após Itacimirim, agora de forma pontual, mas com tendência a uma futura integração linear (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2008, p. 193, grifo nosso).

Essa urbanização dispersa a que fazem referência os autores, é exemplificada por eles em analogia aos espaços luminosos e espaços opacos do seguinte modo: “quem viaja pela Estrada do Coco, pela Linha Verde e por avião até Aracaju, inclusive à noite quando é possível ver a extensão da mancha iluminada de forma contínua, até aproximadamente a metade da viagem, e pontos iluminados isolados, mas próximos entre si, na segunda metade da viagem” (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2008, p. 193). Os pontos iluminados, certamente, espacializam o CTI Forte-Sauípe.

Diante do intenso processo de urbanização e metropolização turística em Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João, em um só tempo RMS e Litoral Norte da Bahia, e entre espaços luminosos e espaços opacos, é possível observar diferenciadas dinâmicas territoriais no contexto urbano-regional. O Projeto de Gerenciamento Costeiro (GERCO, 2005) da APA Litoral Norte da Bahia propõe cinco padrões urbano-turísticos para compreender a Zona Turística Costa dos Coqueiros são eles: (i) mancha urbana contínua; (ii) núcleos urbanizados expandidos interligados; (iii) núcleos urbanizados expandidos; (iv) núcleos urbanizados tradicionais modificados; e, (v) núcleo urbanizado tradicional preservado.

A *mancha urbana contínua* “corresponde ao limite extremo do processo de urbanização, onde os núcleos expandidos interligados foram completamente ocupados, formando um tecido urbano contínuo sobreposto aos ecossistemas naturais, dificultando o seu reconhecimento” (BAHIA, 2005, p. 20). Conforme as análises do GERCO (BAHIA, 2005), somente o município de Lauro de Freitas apresenta esse padrão de urbanização. As praias de Ipitanga, Vilas do Atlântico e Buraquinho são as que recebem o maior fluxo de turistas e veranistas. Em Camaçari, município vizinho de Lauro de Freitas, verificou-se a *interligação dos núcleos urbanos expandidos*, principalmente na localidade de Areembepe. Isso acontece

com a conexão territorial entre lotes de condomínios fechados de primeira e segunda residência. Nos 42 km de praias, além de Arembepe, destacam-se as praias de Busca Vida, Jauá, Barra do Jacuípe, Guarajuba e Itacimirim (Figura 4.2).

Figura 4.2: Mancha Urbana Contínua – Lauro de Freitas; Núcleo Urbanizado Expandido Interligado: Arembepe (Camaçari)



Fonte: Bahia (2005) com adaptação por Priscila Pereira Santos

A articulação de bens e serviços entre os municípios limítrofes litorâneos e a metrópole tende a refuncionalizar o espaço praial para segunda residência, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico. Começa-se a produzir um tipo de urbanização que configura a metropolização turística ao movimentar dois interesses contrários, como reflete Reis (2006, p. 131): “de um lado o interesse pelo acesso a todos os recursos da vida metropolitana; de outro, a busca de um contato com a natureza, que seria como uma negação das características metropolitanas”. Como anteriormente analisado, Lauro de Freitas e Camaçari, antes da implantação da Estrada do Coco, viviam em relativo isolamento territorial, tendo em vista as dificuldades de acesso. A segunda residência em suas diferentes formas começou então a fazer parte de um espaço considerado rural, mas atualmente, densamente urbanizado por condomínios fechados, em linhas gerais, planejados para atender à necessidade do contato com a natureza.

Nas localidades de Praia do Forte e Imbassaí, em Mata de São João, Porto do Sauípe e Subaúma, em Entre Rios, e Sítio do Conde, no município de Conde, *núcleos urbanos expandidos* são registrados, ou seja, “o núcleo urbano tradicional encontra-se bastante desconfigurado, e onde as demandas do mercado imobiliário expandiram os limites urbanos através de loteamentos em áreas vizinhas a este núcleo” (BAHIA, 2005, p. 21) (Figura 4.3). A Praia do Forte apresenta como particularidade na expansão do núcleo urbano, o planejamento

territorial turístico da iniciativa privada em parceria com o poder público, o denominado *Master Plan*.

Figura 4.3: Núcleo Urbano Expandido: Praia do Forte e Imbassaí (Mata de São João); Porto Sauípe e Subaúma (Entre Rios) e Sítio do Conde (Conde)



Fonte: Bahia (2005) com adaptação por Priscila Pereira Santos

Santos (2006), ao estudar o planejamento territorial turístico da Praia do Forte, destacou que o plano urbano denominado *Master Plan* teve como principal objetivo o ordenamento territorial da Praia do Forte para a “implantação de hotéis, resorts, pousadas, grandes condomínios, residências e demais equipamentos turísticos. Neste sentido, Praia do Forte desencadeou seu processo de urbanização turística a partir da interferência do grande

capital imobiliário” (SANTOS, 2006, p. 120). Nesse contexto, divergências/convergências territoriais entre os moradores locais e a (im)posição dos agentes de planejamento e promotores territoriais do turismo produzem o espaço litorâneo recente da Praia do Forte.

A urbanização é menos intensa a partir de Entre Rios e os padrões urbano-turístico começam a transitar entre *núcleo urbano tradicional modificado* e *núcleo urbano tradicional preservado*. As localidades praianas de Baixio, no município de Esplanada, Barra do Itariri, em Conde, e Costa Azul e Mangue Seco, em Jandaíra, apresentam modificações no núcleo urbano tradicional devido à mudança na demanda turística nos seus limites internos, conclui o estudo do GERCO (BAHIA, 2005) (Figura 4.4). Isso se manifesta com a compra e/ou aluguel da casa dos moradores permanentes por veranistas ou a instalação de empreendimento hoteleiros de pequeno porte.

Figura 4.4: Núcleos Urbanos Tradicionais Modificados: Baixio (Esplanada); Barra do Itariri (Conde); Mangue Seco (Jandaíra)



Fonte: Bahia (2005) com adaptação por Priscila Pereira Santos

No que diz respeito ao *núcleo urbano preservado*, “constituindo-se localidades onde o seu desenho e arquitetura originais se mantiveram preservados ou minimamente modificados” (BAHIA, 2005, p. 41), estão Diogo e Santo Antônio, em Mata de São João; Massarandupió, em Entre Rios e, Poças e Siribinha, no Conde (Figura 4.5).

Figura 4.5: Núcleos Urbanos Tradicionais Preservados: Santo Antônio (Mata de São João); Poças e Siribinha (Conde)



Fonte: Bahia (2005) com adaptação por Priscila Pereira Santos

Como se vê, há um corredor turístico costeiro de Lauro de Freitas a Jandaíra em diferentes estágios de ocupação territorial. Em Mata de São João, a dinâmica da produção do espaço para o veraneio, o turismo e o imobiliário-turístico densifica-se ainda mais a partir de 2006. Na Praia do Forte, no ano de 2006, a rede espanhola IBEROSTAR Hotels & Resorts coloca em funcionamento a 1ª etapa do seu mega empreendimento: o IBEROSTAR Bahia, categoria Premium. Dois anos mais tarde, em 2008, é aberto o IBEROSTAR Praia do Forte, categoria Premium Gold. Para completar o planejamento dos três complexos turísticos do projetado Centro Turístico Forte-Sauípe, a rede hoteleira espanhola Palladium Hotel Group passa a funcionar em Imbassaí, no ano de 2011, com o Grand Palladium Imbassaí Resort & Spa. Esses empreendimentos dão o tom à territorialização do capital internacional no município de Mata de São João, especificamente na Praia do Forte, em Imbassaí e na Vila Sauípe.

Sobre a chegada dos *condoresorts* em Mata de São João, no Centro Turístico Forte-Sauípe, Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009, p. 7) ressaltam que “o fato absolutamente novo sobre as residências secundárias é a entrada maciça de empreendimentos estrangeiros e de compradores estrangeiros (e de outros estados brasileiros) e um novo formato de grandes

complexos turísticos integrando *resorts* e condomínios de residências secundárias”, os imobiliários-turísticos tanto em condomínios de casas quanto de apartamentos dentro dos *resorts*. É digno de registro que a partir de 2005, por meio da Lei Municipal Nº 229, de 20 de Julho de 2005, os limites da área urbana do litoral de Mata de São João foram modificados e passaram a coincidir com o Distrito Turístico e Ecológico da Orla do município. Em outros termos, do Distrito da Praia do Forte até a Vila do Sauípe, onde se localiza o Costa do Sauípe, tem-se área urbana que paga a Prefeitura o Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

No ano de 2006, o Complexo Costa do Sauípe inicia a “Era” dos imobiliários-turísticos em Mata de São João com a inauguração do Condomínio de Casas de Sauípe Grande Laguna. Em seguida, no mesmo ano, é lançado no Grand Palladium Imbassaí Resort & Spa o condomínio Reserva Imbassaí do grupo português Reta Atlântico S.A.. No ano de 2010, o Condomínio Quintas Private Residence é inaugurado no Complexo Costa do Sauípe. Seguindo essa “onda” imobiliária-turística, a partir de 2010 vários condomínios de casas e apartamentos são construídos na Praia do Forte pelo IBEROSTATE Golf, Villas & Condos, representantes da divisão imobiliária do Grupo Iberostar, como por exemplo, os imobiliários-turísticos em forma de apartamentos, a saber: Ilhas do Mediterrâneo, Mediterrâneo e suas respectivas etapas, Mediterrâneo I e II, Condomínio Formentera, Reserva do Mar; e os *condoresorts* de casas: Ilha Ibiza, Ilha Menorca e Ilha Mallorca. Como se vê, os imobiliários-turísticos no trecho Praia do Forte-Sauípe são, em sua maior parte, investimentos estrangeiros, e, atualmente, a globalização dita o ritmo da segunda residência e do turismo em Mata de São João.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS, 2015) da Costa dos Coqueiros, os destinos turísticos que mais atraem os fluxos de visitantes nacionais e internacionais são a Praia do Forte, Imbassaí, Costa do Sauípe e Guarajuba. Os três primeiros destinos localizam-se no município de Mata de São João e o último, em Camaçari. Esses municípios podem ser compreendidos como espaços que comandam a dinâmica turística no Litoral Norte da Bahia em detrimento a espaços que obedecem a essa “força” de comando, como teorizam Santos e Silveira (2001).

No ano de 2008, a Lei Complementar Nº 30 ampliou a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Os municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João passaram a integrar a RMS. Segundo Mello e Silva, Silva e Carvalho (2008, p. 198), “a incorporação de Mata de São João à Região Metropolitana de Salvador certamente deve-se ao papel do turismo no seu litoral”. Em síntese, o adensamento urbano-regional na Zona Turística Costa dos Coqueiros, se territorializa em dois trechos. O primeiro trecho, entre Lauro de Freitas, Camaçari

e Mata de São João, com intensa dinâmica turística e concentração quantitativa e qualitativa de primeiras e de segunda residências, de hotéis, *resorts* e imobiliários-turístico, enfim, da urbanização turística direcionada para atender a demanda do turismo nacional e internacional. E o segundo trecho, de Entre Rios até Jandaíra, com padrões urbano-turístico de menor densidade técnica-científica-informacional, correspondentes aos espaços opacos ou intermediários aos quais se refere Milton Santos (2012), caracterizados por empreendimentos de pequeno porte direcionado ao turismo regional e local.

Nesse contexto, o Litoral Norte da Bahia apresenta uma combinação de elementos que o torna particular no contexto da globalização. Essa diferenciação espacial impulsionada pelo dinamismo turístico da Costa dos Coqueiros vem acompanhada do crescimento populacional urbano no espaço litorâneo e por conseguinte, da urbanização turística e do incremento expressivo da densidade demográfica em Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João. E simultaneamente, tem-se o turismo como gerador de emprego, renda, problemas ambientais e conflitos territoriais. A relação entre os sujeitos sociais e os agentes de produção do espaço litorâneo na Costa dos Coqueiros é discutida no último capítulo desse estudo.

O polo turístico de Salvador conecta-se pelo corredor turístico formado pelos municípios da Zona Turística Costa dos Coqueiros com o Polo Costa dos Coqueirais, centrado na capital sergipana.

4.2 O Turismo no litoral sergipano e o Polo Costa dos Coqueirais

O acúmulo desigual de tempos na Zona Turística Costa dos Coqueiros conecta-se com os meios geográficos do Polo Costa dos Coqueirais pela integração rodoviária litorânea entre a Rodovia BA-099 e a Rodovia SE-100. O Litoral Norte da Bahia articula-se aos municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhi, Estância, Itaporanga D´Ajuda e São Cristóvão, no Litoral Sul de Sergipe e, por conseguinte, à capital sergipana. Sob o olhar da produção capitalista do espaço, essa compressão espaço-temporal entre Bahia e Sergipe desenha a expansão geográfica do turismo no litoral desses estados. Mas esse “encontro” estrutural é marcado pelo desencontro geo-histórico do espaço litorâneo desses estados. Há um complexo mosaico territorial no Litoral Sul de Sergipe que particulariza e singulariza os meios geográficos vivenciados nas terras de Sergipe D’el Rey.

Antes de considerar o Polo Costa dos Coqueirais, é necessário analisar a formação socioespacial da geografia litorânea de Sergipe em razão da predominância das suas atividades produtivas em consonância com os meios geográficos estudados por Milton Santos (2012), nos seguintes períodos: meio “natural” – até 1970, atividade agropecuária; meio técnico - 1970-1990, industrialização/urbanização/veraneio; meio técnico-científico-informacional – de 1990 até o presente momento, que tem como vetores de ocupação territorial, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico. Essas dinâmicas produtivas apresentam sistemas de objetos e sistema de ações que se hibridizam no espaço litorâneo de Sergipe e configuram a totalidade em constante movimento de totalização.

É válido fazer uma digressão histórica para entender a diferenciação estratégica no processo de ocupação territorial litorânea de Sergipe. Diniz (1981, p. 77) ao analisar a expansão geográfica do Brasil Colonial, entre os séculos XVI e XVII, afirma: “Sergipe foi ocupado pelos currais”. As terras sergipanas subsidiaram o ciclo açucareiro do Nordeste com a criação de gado e a lavoura. Em outras palavras, a ocupação territorial foi voltada para o interior e não para o espaço litorâneo. Somente na segunda metade do século XVII, o cultivo da cana-de-açúcar é iniciado em Sergipe. Contudo, é no século seguinte que a cultura canavieira ganha destaque no estado. No século XVIII, além da cana-de-açúcar, a produção de algodão no agreste e a pecuária no sertão evidenciam a diferenciação espacial de Sergipe. Assim, entre o litoral, o agreste e o sertão, os eixos viários assumiram um papel fundamental para a viabilidade econômica desenhada pela divisão territorial do trabalho nessas três unidades regionais, como analisam Fonseca, Vilar e Santos (2010a).

Até a primeira metade do século XIX, a capital de Sergipe era São Cristóvão, cidade situada no fundo do estuário do Rio Vaza-Barris, que apresentava dificuldade de navegação em virtude das suas barras. “Sergipe, com cinco grandes rios e quatro barras razoáveis, não possuía portos importantes. Eram portos ainda do tempo em que preponderava a cidade-fortaleza, muito rio acima” (FRANÇA, 1988, p. 15). O aumento no calado dos navios tornou-se outro obstáculo para as comunicações marítimas entre Sergipe e o mundo. Esses e outros motivos justificaram a mudança de São Cristóvão para a “praia do Aracaju”, em 1855.

A exportação da cana-de-açúcar passou a demandar portos e embarcadores, ressaltam Fonseca, Vilar e Santos (2010a). A necessidade de conexão local-regional-mundial, ou seja, de elos geográficos de comunicação, fizeram Aracaju e outros municípios litorâneos de Sergipe estruturar vias estuarinas de conexão dos “fundos dos vales fluviais com a foz e com o mundo. Toda uma armadura territorial foi disposta para dar consistência à atividade agroexportadora de Sergipe e nela o litoral e os espaços sub-litorâneos sempre exerceram um papel decisivo, embora com atores e produtos econômicos variados ao longo do tempo” (FONSECA; VILAR; SANTOS, 2010a, p. 48). Como se vê, diferentemente de outros estados nordestinos, em Sergipe o espaço litorâneo *strito sensu* começa ser ocupado com maior intensidade no século XIX.

Nesse contexto, Wanderley (1998, p. 173) analisa a valorização de Estância para a economia sergipana: “como detentora de vias de acesso marítimo/fluvial mais praticáveis, ganhando importância no cenário estadual, uma vez que toda a produção do centro-sul da Província passava por seus portos”. Estância, banhada pelo Oceano Atlântico e o Rio Piauí, mostra-se nesse momento em situação geográfica privilegiada em relação à capital de Sergipe (WANDERLEY, 1998). Contudo, o século XIX é marcado também pelo domínio dos transportes ferroviários. Como no restante do país, nesse período, a ocupação territorial articulava-se entre o litoral e a hinterlândia, devido ao par porto-ferrovia.

Uma nova lógica de estruturação territorial começa a ser arquitetada no litoral sergipano, principalmente, na segunda metade do século XX, e com a expansão rodoviária, inicia-se o meio técnico no litoral sergipano. A industrialização, a urbanização e o crescimento de segunda residência para o veraneio destacam-se como os vetores de ocupação territorial nesse período (FONSECA; VILAR; SANTOS, 2010b). O petróleo foi descoberto em Sergipe na década de 1960. Nos anos 1970, a Petróleo Brasileiro S/A. (PETROBRAS) é estruturada em Aracaju com a instalação do Terminal Marítimo de Carmópolis (TECARMO) no bairro Atalaia, atualmente denominado de Terminal Aquaviário de Aracaju.

Machado (1989) defende que para viabilizar a estruturação da PETROBRAS em Aracaju, o governo do estado participou ativamente da implantação de infraestrutura necessárias à execução dos projetos e também o atendimento assistencialista aos operários. Azevedo (2014) destaca os seguintes desdobramentos imediatos da instalação da PETROBRAS em Sergipe: investimentos em estradas, ampliação da linha férrea, demanda de meios de hospedagem para acomodar os profissionais envolvidos na implantação da PETROBRAS, incremento de voos para Aracaju e ampliação do setor de serviços. Para Machado (1990), o desenvolvimento do setor secundário na economia sergipana impulsionou o crescimento urbano de Aracaju, da indústria, do comércio e dos serviços, além de estimular a especulação imobiliária na zona costeira.

A PETROBRAS reforçou o movimento de valorização das praias marítimas, iniciado na década de 1940. Além da PETROBRAS, outros eventos impulsionaram a valorização simbólico-cultural das bordas do mar e estimularam o crescimento da segunda residência no espaço litorâneo de Aracaju, a saber: a construção do Palácio de Veraneio do Governador e as melhorias na estruturas viárias, nos idos dos anos de 1940; e, a operacionalização do Aeroporto Santa Maria, em 1958 (SANTOS, 2015). No tocante ao desenvolvimento do turismo na capital sergipana, Azevedo (2014) menciona que desde o final da década de 1950, a imprensa local e algumas instituições públicas já apontavam a necessidade de Aracaju subsidiar a construção de um hotel arquitetado com finalidade turística, e da institucionalização do turismo com a criação de um setor responsável pelo *marketing* turístico da capital, principalmente para os passageiros que desembarcavam ou estavam em trânsito no Aeroporto Santa Maria.

Pari passu à instalação da PETROBRAS verifica-se a institucionalização do turismo em Sergipe entre 1960 e 1970. O Decreto 55/66 parece ter despertado o poder público para a então compreendida “indústria turística”. No ano de 1966, foi lançado um projeto de criação da Secretaria de Turismo de Sergipe, só concretizado em 2003, trinta e sete anos depois. Sem órgão estadual de turismo, o poder público municipal de Aracaju criou em 1967 o Departamento de Turismo (AZEVEDO, 2014). A responsabilidade do referido Departamento era organizar e executar as principais festas da cidade, como o carnaval, “os festejos religiosos, as festas juninas e natalinas, o encontro de evangélicos e a Noite dos Combones, reunião de umbandistas sergipanos. Ficava ainda responsável pela promoção turística do destino Aracaju e demais cidades sergipanas e pelo desenvolvimento dessa ‘indústria’ aqui em Sergipe” (AZEVEDO, 2014, p. 142). Contudo, ressalta Azevedo (2014), o Departamento de Turismo passou a funcionar efetivamente na década de 1970.

No final dos anos 1960, outra proposta de institucionalização do turismo foi lançada, a saber: a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). Mas somente em 1971 foi institucionalizada através da Lei Nº 1.721, de 09 de dezembro de 1971. A EMSETUR foi vinculada ao Conselho de Desenvolvimento de Sergipe (CONDESE), pontua Azevedo (2014). Ainda segundo o autor, a EMSETUR foi instalada oficialmente somente em 1972. Ainda nos idos da década de 1960, lança-se também o *slogan* da capital sergipana: “‘Aracaju – Jardim do Novo Nordeste’, já que havia a intenção do departamento municipal de turismo em reformar as praças, arborizar locais públicos como o Parque Teófilo Dantas” (AZEVEDO, 2014, p. 146).

A EMSETUR, em consonância com a EMBRATUR, funcionou como fonte de financiamento e auxílio para a iniciativa privada interessada em investir no turismo. A EMSETUR estruturou o Programa de Empreendimentos Turísticos e subsidiou e divulgou que até 1975 já havia investido aproximadamente oitenta milhões de Cruzeiros na construção de hotéis, com destaque para os hotéis na praia de Atalaia, a saber: Hotel Beira Mar e Hotel Atalaia. Ademais, é válido mencionar a inauguração do Camping Clube de Sergipe também na praia de Atalaia, no ano de 1974 (AZEVEDO, 2014). “Diferentemente do que ocorreu em diversas cidades brasileiras, em Sergipe a iniciativa privada que solicitava a construção desses meios de hospedagem era representada por atores sociais que residiam em Sergipe ou em outros estados brasileiros. Não houve a chegada de grupos transnacionais” (AZEVEDO, 2014, p. 182). Os estímulos aos investimentos estrangeiros só se iniciam na década de 1990, alavancados, principalmente, pela chegada do PRODETUR.

É digno de registro que a CONDESE, órgão que se vinculava à EMSETUR, era responsável por capturar investidores e facilitar os investimentos em Sergipe em todas as áreas, inclusive turismo. Os parceiros da CONDESE eram o Banco do Estado de Sergipe (BANESE), a SUDENE, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Federação da Indústria do Estado de Sergipe (FIES) (AZEVEDO, 2014). Além destes, Machado (1989) recorda que a SUDENE, o Banco do Nordeste e o FUNGETUR foram imprescindíveis na criação de condições básicas para a organização da atividade turística em Sergipe.

Entre os anos 1970 e 1980, analisa Machado (1989), o turismo é colocado na pautas das gestões administrativa como atividade capaz de gerar divisas, emprego e renda, como já começava a acontecer em alguns estados do Nordeste, notadamente, na Bahia. Segundo Machado (1989), o objetivo do planejamento turístico inicial era fazer de Sergipe

um mercado opcional na competição que se instalou em diversos pontos da região nordestina. Com efeito, o estado de Sergipe (localizado entre dois dos

principais centros nordestino – Bahia e Pernambuco), percebendo o ‘boom’ deslanchando em Alagoas, seu vizinho concorrente, tratou de partir ofensivamente para **a preparação de suas condições como opção turística**, a fim de alcançar fatias no disputado espaço regional (MACHADO, 1989, p. 137, grifo nosso).

Segundo Machado (1989), o Estado começa a planejar então a construção de dez novos hotéis, dois dos quais citamos anteriormente, para fins de lazer e turismo com categoria 3 estrelas. Ainda conforme o autor, divulga-se os atrativos turísticos sergipanos articulado ao discurso de Sergipe como um “destino da moda” com a zona da orla marítima de Aracaju como o “cartão postal” da cidade. O planejamento turístico é definido a partir de Aracaju, ressalta Machado (1989).

Nesse contexto, a infraestrutura viária litorânea de Aracaju começa a ser melhorada. A Rodovia dos Náufragos (SE-050) é asfaltada na década de 1980 e a Rodovia José Sarney (SE-100) começa a ser construída na década de 1990. França (1999) analisa que se projetou a SE-100 para conectar o litoral sergipano, “facilitando as comunicações entre as comunidades aí localizadas e a capital, além de intensificar a valorização da terra nas áreas litorâneas, a exemplo do que aconteceu em outros estados nordestinos como Bahia, Ceará e Alagoas” (FRANÇA, 1999, p. 200). As melhorias de acesso às praias sergipanas aumentou a especulação imobiliária, notadamente o incremento de casas de veraneio.

Como já acontecia em outras capitais nordestinas, a valorização e valoração das bordas do mar para o veraneio provoca uma mudança na lógica de ocupação territorial da zona costeira. A produção do espaço litorâneo para o turismo e o lazer começa a ser desenhada a partir da relação com os eixos viários rodovia-aeroporto. E, se antes, as construções eram situadas perpendiculares à linha de costa, atualmente, todos querem ficar próximo ao mar, as formas-conteúdos da segunda residência – casas, condomínios, sítios, chácaras, entre outras - são assim construídas paralelas à praia (DANTAS, 2010).

A SE-100 foi inicialmente implantada no setor sul do litoral, especificamente entre Aracaju e foz do rio Piauí-Real. Contudo, entre os trechos Aracaju-Itaporanga D’Ajuda e Estância-Indiaroba passava-se por balsas, *ferry boat*, entre outras embarcações, no estuário do rio Vaza Barris e rio Piauí-Real, respectivamente. Antes da SE-100, as praias do Abaís e do Saco, em Estância, já vinham sendo valorizadas, pois no final dos anos 1970 a estrada Estância-Abaís foi construída. Assim, a BR-101 conectava-se à SE-476 e facilitava o acesso às praias estancianas (FRANÇA, 1999). França (1988) reflete que a implantação de estradas no espaço litorâneo, teve como finalidade inicial o escoamento da produção de coco-da-baía. Porém, ainda segundo a referida autora, as melhorias viárias contribuíram para reduzir os coqueirais.

Ressalta-se que a integração territorial rodoviária litorânea em todo o Litoral Sul foi finalizada com a implantação das pontes no primeiro decênio do século XXI.

A rodovia do coco, destinada a facilitar o escoamento da produção que está sendo construída em todo o Nordeste, na verdade, está contribuindo e intensificará a redução da produção. Tal fato já pode ser constatado no **litoral Norte da Bahia** e Sul de Alagoas, **onde os loteamentos invadiram a faixa litorânea**, reduzindo sensivelmente a atividade agrícola. É a ‘estrada do coco’ ou a ‘estrada do turismo/especulação’? (FRANÇA, 1988, p. 110, grifo nosso).

A especulação imobiliária aumenta com maior intensidade na Zona Rural de Aracaju e nos municípios do Litoral Sul. França (1988) entende que na década de 1980, os municípios no entorno de Aracaju diminuem suas áreas agrícolas e deixa evidente a expansão urbana, com a valorização dos seus terrenos e da zona rural dos municípios vizinhos, que transformam-se em áreas urbanas. Nos anos 1980, a Lei Nº 873, de 01 outubro de 1982, transforma a zona rural de Aracaju em Zona de Expansão Urbana (ZEU). Nesse contexto, França (1988) considera a existência de dois tipos de produtores de coco-da-baía: o agricultor real, que vive desse cultivo; e o pseudo-produtor, que mantinha a terra como reserva de valor ou que usava a propriedade como segunda residência.

Ainda segundo França (1988), a terra como mercadoria tem valor tão elevado, que a produção de qualquer cultivo chega a ser antieconômica. “A renda auferida com o loteamento é igual ou superior àquela obtida durante vinte e cinco anos de produção. Só que o homem perde a área de cultivo para sempre. Dá-se uma troca de usos. A terra deixa de ser rural e passa a ser urbana” (FRANÇA, 1988, p. 21). Por sua vez, Sarah França (2005) ao analisar a segregação socioespacial na Zona de Expansão Urbana de Aracaju, faz a seguinte reflexão: “os moradores da localidade, compostos por pescadores e pequenos agricultores, à medida que tomam conhecimento sobre a valorização imobiliária da área, vendem suas terras ao agente incorporador” (FRANÇA, 2005, p. 210). Para Machado (1989), a derrubada dos coqueiros e a substituição do uso do solo acontece em virtude de obras públicas expressivas ou da implantação de empreendimentos privados, incentivados ou viabilizados pelo Estado. Seja como for, a produção do espaço urbano de Aracaju e dos municípios vizinhos para segunda residência faz-se sob a égide do Estado.

O Estado conduz os “tentáculos” da urbanização, como reflete Machado (1989), e nesse contexto, a segunda residência, seja na forma de sítios, chácaras ou lotes nos condomínios fechados,

[...] tem no Litoral Sul e nos setores mais meridionais da zona de expansão intraurbana da capital sergipana um espaço dinâmico e de ocupação cada vez mais acentuada. Essa ocupação rápida e desordenada tende a intensificar a produção de residências e equipamentos urbanos e turísticos nos espaços associados as praias da zona de expansão de Aracaju e nas principais praias do Litoral Sul: **Caueira, Abaís e Saco** (VILAR, 2010, p. 66, grifo nosso).

A costa sergipana começa a repetir os padrões de urbanização que simbolicamente representam a “modernização” das principais cidades litorâneas do Brasil. “Nos tentáculos desse movimento de expansão, as estruturas precedentes vão sendo abruptamente desmanteladas por interesses geralmente externos às comunidades. Não são somente as populações, notadamente as locais, atingidas com as mudanças que se processam na paisagem” (MACHADO, 1989, p. 93). As verticalidades começam a se impor sobre as horizontalidades. Segundo Milton Santos (2012, p. 287), “os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício”. O que não significa dizer que os sujeitos são passivos ao comando das verticalidades, há um jogo de poder entre os sujeitos e os agentes que envolve cooperação e resistência, como analisaremos no capítulo cinco desse estudo.

Machado (1989) confirma as hipóteses de França (1988) ao enfaticamente afirmar que a SE-100 faz parte de um plano de expansão urbana para o desenvolvimento turístico de Sergipe. “Seu verdadeiro objetivo, não há dúvida, é o de viabilizar empreendimentos imobiliários implantados ou a serem produzidos, em locais que já vem sofrendo a ‘esterilização agrária’” (MACHADO, 1989, p. 142). A planejada “estrada do coco” no litoral sergipano parece ser mesmo a “estrada do turismo e da especulação imobiliária”, como já havia mencionado França (1988). A “estrada do turismo e da especulação imobiliária” conecta-se com a Bahia, como previsto e anunciado desde a década de 1980:

Consta das intenções previstas e anunciadas para com esta rodovia, uma integração a mais entre Sergipe e a Bahia, que se fará a partir da ‘estrada do coco’, uma rodovia que se origina nas imediações da capital baiana, **avançando pelo litoral norte daquele estado até alcançar o litoral sul-sergipano**. Partindo de Aracaju – com cerca de 20 km já implantados até a foz do Vaza Barris – esta rodovia deverá encurtar em cerca de 100 km as distâncias entre a capital sergipana e a capital baiana. **Em seu trajeto, ‘vilas ou comunidades de pescadores’ estarão sujeitas a serem substituídas ou incorporadas por extensos loteamentos ou condomínios, clubes de lazer e projetos de empreendimentos turísticos** (MACHADO, 1989, p. 142, grifo nosso).

A clarividência de França (1988; 1999), Machado (1989), Vilar (2010), entre outros pesquisadores do litoral sergipano, materializam-se, principalmente, após a implantação do PRODETUR/NE na década de 1990. Mas antes da territorialização do PRODETUR/NE, é válido salientar que o Estado iniciou em 1989 o ordenamento territorial do litoral sergipano, através do Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO) orientado pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), Lei Nº 7.661/1988.

[...] o **GERCO é um instrumento técnico**, construído em parceria com a SEMA [Secretaria de Meio Ambiente], ADEMA [Administração Estadual do Meio Ambiente] e Prefeituras Municipais, que **consiste no planejamento e no ordenamento espacial da zona costeira e no licenciamento das atividades produtivas e da ocupação residencial e turística**, numa área de elevada fragilidade natural e biológica (VILAR; ARAÚJO, 2010, p. 23, grifo nosso).

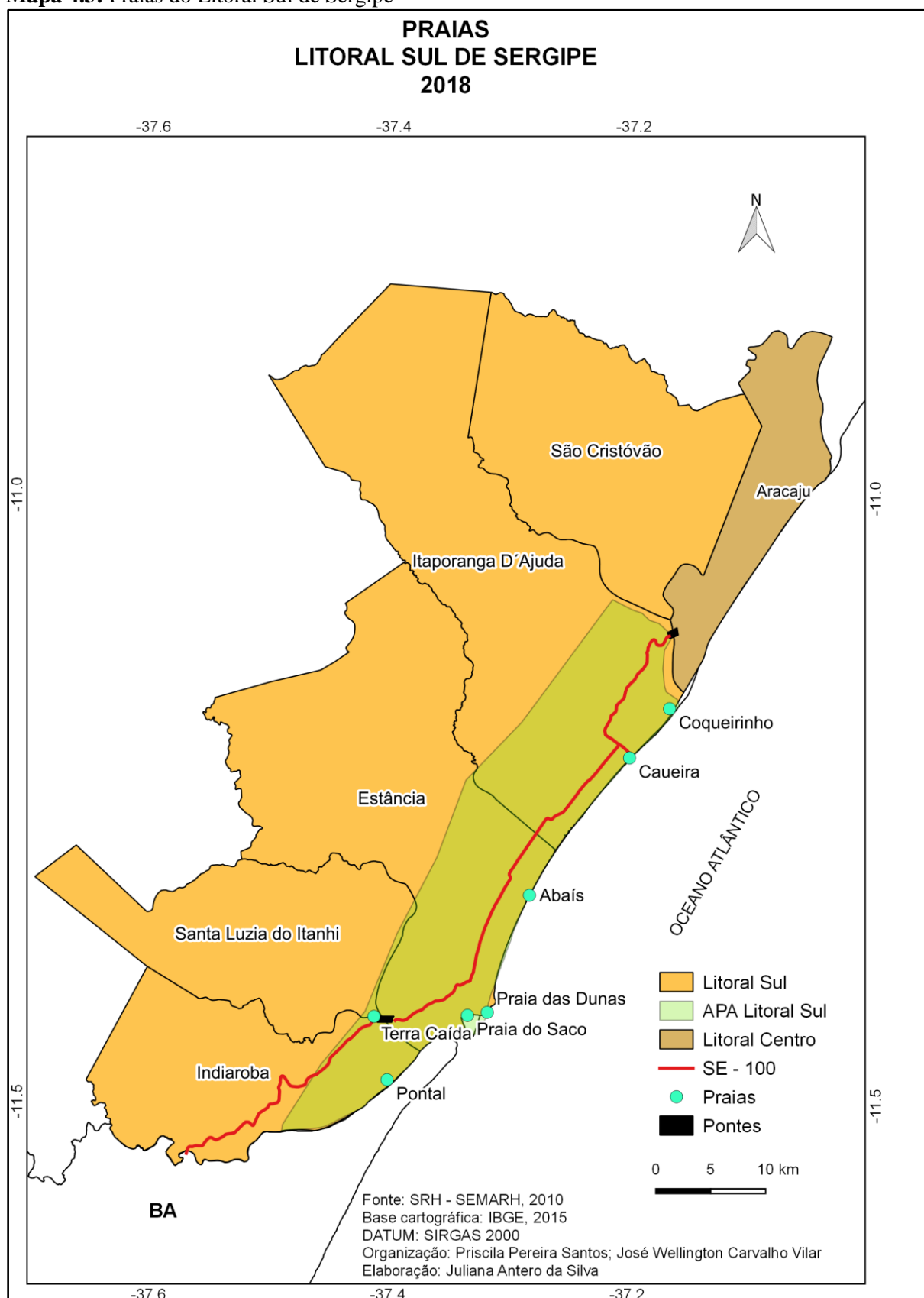
Com base nas perspectivas do planejamento ambiental, o litoral de Sergipe foi setorizado em: **Litoral Norte, Litoral Centro e Litoral Sul**. Ao total, dezessete municípios integram o **Litoral Norte**, são eles: Barra dos Coqueiros, Pirambu, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Rosário do Catete, General Maynard, Carmópolis, Japaratuba, Pacatuba, Japoatã, Neópolis, Santana do São Francisco, Ilha das Flores e Brejo Grande. Fonseca, Vilar e Santos (2010a) destacam que uma das principais características do Litoral Norte é a presença de áreas naturais preservadas a partir do município de Pirambu até o limite com o estado de Alagoas. Certamente, essa característica encontra-se ancorada na Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral Reserva Biológica (REBIO) Santa Isabel.

No Litoral Norte, a implantação da ponte sobre o Rio Sergipe no ano de 2006 impulsionou um “boom” imobiliário no município da Barra dos Coqueiros tanto para a primeira quanto para a segunda residência, especialmente dos imobiliários-turísticos. Para Fonseca, Vilar e Santos (2010b, p. 83), a referida ponte está “longe de ser apenas uma construção destinada a ligar margens opostas duma superfície líquida, se constituiu em elemento complexo, carregado de outros significados, de conflitos e de metamorfoses territoriais nas margens do rio Sergipe”. Os condomínios fechados para moradia permanente ou temporária adensam as margens da SE-100 no mesmo compasso que crescem os conflitos territoriais. Ademais, deve-se mencionar também a presença do Porto Inácio Barbosa, na Barra dos Coqueiros, e áreas industriais da PETROBRAS, nos municípios do Litoral Norte.

Aracaju compõe sozinha o **Litoral Centro**. Fonseca, Vilar e Santos (2010a, p. 51) analisam que a pressão imobiliária é a característica mais marcante do Litoral Centro. Dentre os setores do litoral sergipano, “Aracaju é o que apresenta a zona de pós-praia mais ocupada, reflexo da valorização dos terrenos à beira-mar que são vendidos com um apelo de marketing ecológico e de fuga do stress da área urbana densamente ocupada”. Nesse contexto, França (1999) ressalta que a industrialização, a urbanização e “os diversos processos a que foi submetida conduziram à formação de um espaço fragmentado, com uma diversidade de usos e de condições socioeconômicas que demonstram a complexidade desse espaço de construção metropolitana” (FRANÇA, 1999, p. 202). Assim, a implantação de equipamentos urbanos e as complexas funções urbanas de Aracaju passam a se integrar com os municípios vizinhos – Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro - na formação de uma unidade espacial denominada de Região Metropolitana de Aracaju (RMA), criada pela Lei Complementar Estadual Nº 25, de 29 de dezembro de 1995.

Nesse contexto, merece destaque a proposta de Vilar *et al.* (2016) para uma nova regionalização do litoral sergipano. Segundo Vilar *et al.* (2016, p. 306), “se até os anos noventa Aracaju correspondia praticamente à única força urbanizadora do litoral, hoje é a região metropolitana, com suas múltiplas funções, que ocupa protagonismo nesse papel regionalizador e estruturador do espaço”. Nesse sentido, os municípios limítrofes a Aracaju – Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros - passariam junto com a capital a compor o Litoral Metropolitano. Assim, são integrantes do Litoral Norte, na proposta de Vilar *et al.* (2016), os municípios de Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, e do Litoral Sul, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba.

Na época da setorização e ainda hoje, São Cristóvão, além de fazer parte da RMA, integra junto com Itaporanga D’Ajuda, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhi, o **Litoral Sul** de Sergipe. Segundo Fonseca, Vilar e Santos (2010a, p. 52), “o litoral sul apresenta uma elevada fragilidade ambiental, acentuada pela presença de lagoas encaixadas entre os cordões litorâneos. Os atrativos naturais do litoral sul são ampliados pela presença de uma elevada densidade da rede hidrográfica e pela diversidade geomorfológica” que articuladas às facilidades de acesso atraem veranistas e turistas. As praias mais frequentadas no Litoral Sul são: da Caueira, em Itaporanga D’Ajuda, e a Praia do Abaís, das Dunas e a Praia do Saco, todas no município de Estância (Mapa 4.3).

Mapa 4.3: Praias do Litoral Sul de Sergipe


Em concomitância à implantação da SE-100 no Litoral Sul, institucionalizou-se através do Decreto Nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul, nesse caso, qualquer semelhança com a implantação da Linha Verde e a APA Litoral Norte da Bahia não é mera coincidência. As considerações do Decreto de criação da APA Litoral Sul são idênticas da APA Litoral Norte da Bahia, inclusive ao considerar que “a instituição de uma Área de Proteção Ambiental **constitui a ação mais apropriada** para proteção do litoral sul do Estado” e que “o desenvolvimento da área do litoral sul do Estado tem estreita relação com a política de desenvolvimento da região da Grande Aracaju” (SERGIPE, 1993, s/p., grifo nosso). A APA parece ter sido a Unidade de Conservação mais compatível às necessidades de usos e, por vezes, abusos, do espaço litorâneo.

Ainda na década de 1990 e antes da chegada do PRODETUR/NE, o *marketing* turístico de Sergipe, concentrado em Aracaju, publicizava a capital sergipana, mas, segundo França (1999, p. 199, grifo da autora), necessitava de “ações de planejamento capazes de viabilizar o aumento dos fluxos com maior permanência na cidade e de forma regular. Em Salvador, a propaganda mostra Aracaju como *o melhor fim-de-semana do baiano*, o que tem atraído um grande número de turistas nos fins-de-semana, nos feriados prolongados e férias”. No ano de 1992, Aracaju começou a transformar-se em espaço de eventos para os festejos baianos. Nas palavras de França (1999, p. 199, grifo da autora), “Aracaju passa a integrar o circuito da *indústria baiana de entretenimento e lazer* com a criação de um prévia carnavalesca, o Pré-Caju. [...] Nesse período, a rede hoteleira já é insuficiente para abrigar o volume de turistas que chega à cidade, sendo utilizados os motéis, além de casas e apartamentos” alugados como alojamento turístico temporário.

França (1999) menciona também a construção da Orla de Atalaia como um dos mais significativos projetos do Governo do Estado nos anos 1990.

[...] o projeto duplicou a Avenida Santos Dumont e criou sobre a areia da praia conjuntos de **quadras de esporte, pista de patinação e de skate, ciclovias, pista de aerodelismo, praça de eventos, parques infantis, quadras poliesportivas, quiosques, baterias de sanitários públicos, calçadões, postos salva-vidas, vários conjuntos de bares e restaurantes** além de iluminação do mar para banho noturno e jogos na areia. De fato, o projeto é grandiosos e agradou à população local e visitantes [...] (FRANÇA, 1999, p. 196, grifo nosso).

A Praça dos Arcos foi o primeiro espaço construído da Orla de Atalaia (PEREIRA, 2018). Os arcos da Orla de Atalaia tornaram-se um símbolo para a capital sergipana. Segundo Pereira (2018, p. 277), “os Arcos seriam um marco para o desenvolvimento da cidade, os quais

simbolizariam a Orla, e esta, por sua vez, seria, simbolicamente, o marco do desenvolvimento de Aracaju”. A construção da Orla de Atalaia teve quatro fases, que juntas se transformaram no principal produto turístico de Aracaju. Além dos espaços de lazer e entretenimento, a Orla concentra bares, restaurantes, hotéis, pousadas, entre outros equipamentos e serviços. Pereira (2018, p. 279, grifo da autora) analisa as características *sui generis* da Orla de Atalaia e reflete: “ao tempo em que é fisicamente estruturada pelo urbano é simbolicamente comercializada pelo ambiente praiano que a adorna. Resultando, assim, na *Orla Marketing*: iconográfica à cidade de Aracaju e com potencial de comercialização da praia, que é suprimida naturalmente e evidenciada simbolicamente”. É a apropriação simbólica-cultural do espaço litorâneo usada para a produção capitalista do espaço, é o espaço-mercadoria.

É nesse contexto, que a estruturação do PRODETUR/NE inicia-se e marca a hibridização do meio técnico ao meio-técnico-científico no litoral sergipano. Na fase I, como anteriormente mencionado, os municípios foram agrupados hierarquicamente por prioridades. Em Sergipe, o quadro inicial de Prioridades do PRODETUR/NE, no ano de 1992, organizou-se da seguinte maneira: **Prioridade I:** Aracaju, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhi; **Prioridade II:** Salgado, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Laranjeiras, Itabaiana; **Prioridade III:** Indiaroba, Santo Amaro das Brotas, Ilha das Flores, Brejo Grande, Campo do Brito, Poço Redondo, Lagarto, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora da Glória e Macambira (CRUZ, 2000). O primeiro contrato foi firmado no ano de 1997 e as ações do PRODETUR/NE I seguiram em Sergipe até o primeiro decênio do século XXI, como afirma um dos representantes BID em entrevista para esta pesquisa.

Ao longo do tempo, os municípios de implantação das ações do PRODETUR/NE I foram modificados. Pouco mais de US\$ 48 milhões de dólares, sem contabilizar os custos financeiros, foram investidos em Sergipe, majoritariamente nos municípios litorâneos (BNB, 2005). Os componentes das ações foram: Desenvolvimento Institucional; Saneamento; Transportes; Patrimônio Histórico; Aeroportos e Elaboração de Estudos e Projetos. A maior parte dos investimentos foi direcionada para ações implantação do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário em Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, municípios da Região Metropolitana. Como é possível verificar na Tabela 4.2, 47,38% dos investimentos foram destinados a obras de saneamento básico, cerca de 27% dos recursos foram direcionados aos transportes e pouco mais de 16% financiaram reformas no Aeroporto Santa Maria (Tabela 4.2).

Tabela 4.2: Ações do PRODETUR/NE I em Sergipe

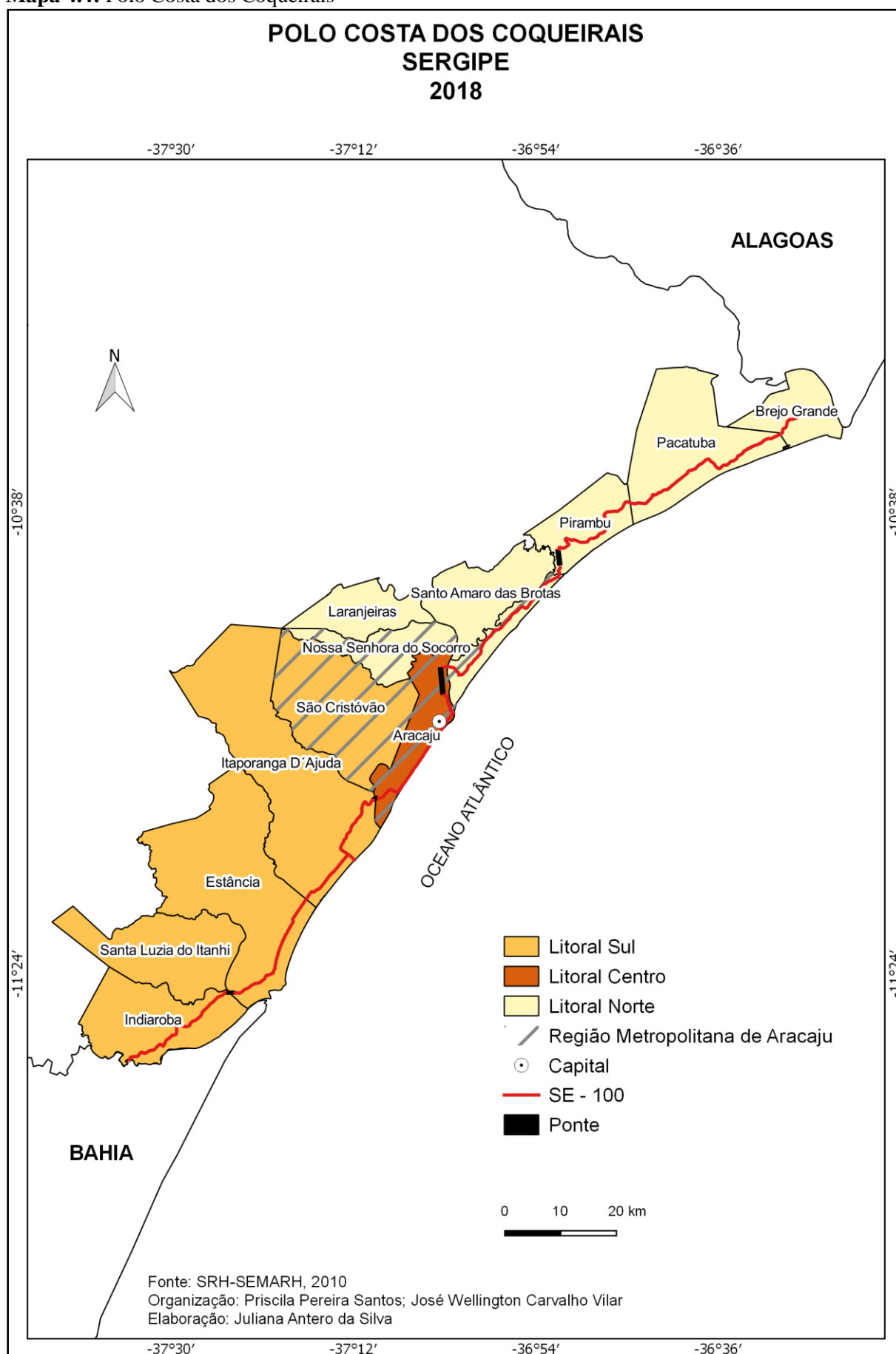
AÇÃO		COMPONENTE/ ESFERA INSTITUCIONAL	VALOR INVESTIDO US\$/ em milhões	% INVESTIDO
PRODETUR/ NE I	ADEMA (Administração do Meio Ambiente) Fortalecimento Institucional	Desenvolvimento Institucional/Estado	327.115,17	0,67
	Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Atalaia Velha	Saneamento/Aracaju	9.544.538,58	19,66
	Sistema Ibura II (adutora de água)	Saneamento/Aracaju e Nossa Senhora do Socorro	3.634.998,11	7,49
	Sistema de Abastecimento de Água Atalaia Velha (Mosqueiro)	Saneamento/Aracaju	9.555.205,80	19,68
	Sistema de Abastecimento de Água Atalaia Nova	Saneamento/Barra dos Coqueiros	265.308,47	0,55
	Rodovia SE 100: Porto Nangola, Terra Caíra, Entrocamento SE- 318/Divisa BA-SE	Transportes rodovias/Santa Luzia do Itanhi, Indiaroba	10.138.257,44	20,88
	Rodovia SE 214: trecho BR 101 Caueira	Transportes rodovias/ Itaporanga D'Ajuda	1.747.877, 68	3,60
	Orla da Caueira	Transportes vias urbanas/ Itaporanga D'Ajuda	468.927,86	0,97
	Orla de Gararu	Transportes vias urbanas/Gararu	581.038,61	1,20
	Orla de Neópolis	Transportes vias urbanas/Neópolis (Litoral Norte)	394.773,58	0,81
	Mercado Municipal de Aracaju	Patrimônio Histórico/ Aracaju	2.174.754,76	4,48
	Recuperação da antiga Fábrica de São Cristóvão	Patrimônio Histórico/ São Cristóvão	663.809,02	1,37
	Aeroporto Santa Maria	Aeroporto/Aracaju	8.088.832,22	16,66
	Projeto Auxiliar: Estudos-SE	Elaboração de estudos e projetos/ Sergipe	974.614,69	2,01
TOTAL PRODETUR NE I:			48.560.051,99	100%

Fonte: BNB, 2005

Embora Sergipe tenha iniciado o planejamento para participar do PRODETUR/NE II, “problemas de ordem fiscal e o não cumprimento de condições estipuladas no Regulamento Operacional afastaram o estado” da segunda fase do Programa (RIBEIRO; ANDRADE; PEREIRA, 2013). Tem-se como desdobramentos dos procedimentos iniciais do planejamento do PRODETUR/NE II: no ano 2000, o despertar para a regionalização turística do estado e a criação do Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais; e, no ano de 2001, a elaboração inicial do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Costa dos Coqueirais. No princípio, a regionalização turística do estado apresentou-se como uma exigência do BID e nos anos posteriores, passou a fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) contido no Plano Nacional de Turismo (PNT) (SILVA, 2012).

Nos anos 2000, criou-se o Polo Costa dos Coqueirais com dezessete municípios. Além dos municípios litorâneos, o Polo também era composto por municípios às margens do Rio São Francisco (PDITS, 2013). No ano de 2005, ainda nas tentativas de negociação com o BID, o Polo Costa dos Coqueirais foi novamente desenhado, dessa vez, com treze municípios, que prevalece até o momento. Acredita-se que o Polo Costa dos Coqueirais na época foi regionalizado com base na setorização do litoral, tendo em vista que o GERCO/SE foi para aquele momento a base ativa de planejamento. De Norte a Sul, os municípios que compõem o Polo Costa dos Coqueirais são: **Litoral Norte** – Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro; **Litoral Centro** – Aracaju e **Litoral Sul** – São Cristóvão, Itaporanga D´Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba (Mapa 4.4).

Mapa 4.4: Polo Costa dos Coqueirais



No ano de 2003, criou-se a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), por meio da Lei Estadual Nº 4.826/2003, e a Unidade Executora Estadual (UEE) do PRODETUR, pela Lei Estadual Nº 4.912/2003 vinculada à época a Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Desde 2010, a UEE passou a denominar-se Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PRODETUR e vincula-se atualmente a SETUR (SILVA, 2012).

É válido mencionar que, em 2009, a SETUR foi extinta, e em 2011, foi recriada. É digno de registro também a extinção em 2004 da EMSETUR, criada em 1972, e a reativação do órgão em 2008. Nessa instabilidade institucional, o Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais, criado em 2000, para atender uma exigência do BID para o PRODETUR/NE II, é desarticulado no ano de 2006 (SILVA, 2012). A institucionalização e a governança territorial do turismo em Sergipe, historicamente, vive em uma “corda bamba”, entre criações, extinções e recriações das secretarias vinculadas à atividade turística. Percebe-se assim, a secundarização e a fragilização do turismo como atividade produtiva geradora de divisas, emprego e renda em Sergipe.

Contudo, não se deve olvidar nem negligenciar a existência do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Sergipe 2009-2014 e a regionalização turística de Sergipe em consonância com o PRT, ambos construídos em participação com a sociedade civil. Ademais, esses instrumentos de planejamento e gestão do turismo fundamentaram a elaboração da proposta do PRODETUR Nacional. As regiões turísticas desenhadas em Sergipe foram: Polo Costa dos Coqueirais, Polo Velho Chico, Polo dos Tabuleiros, Polos Serras Sergipanas e Polo Sertão das Águas. As particularidades da regionalização turística de Sergipe motiva a análise (Figura 4.6).

No ano de 2016, o Ministério do Turismo (MTur) elaborou uma nova regionalização turística de Sergipe. E são essas novas regiões turísticas que conduzem os investimentos. Desde a regionalização de 2014, os 75 municípios do estado de Sergipe foram estruturados em Polos Turísticos. Com a regionalização em 2016, somente 37 municípios fazem parte dos Polos Turísticos sergipanos. Somente o Polo Costa dos Coqueirais mantém os 13 municípios inicialmente desenhados⁴⁸.

⁴⁸ Ver em <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6461-sergipe-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>>

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Sergipe 2009-2014 até hoje apresenta-se como o principal instrumento de planejamento territorial do turismo no Estado. Nesse plano, territórios de identidade, polos ou regiões turísticas são compreendidos como o mesmo produto metodológico de planejamento. Assim, territórios de identidade, polos ou regiões turísticas são territorializados/polarizados/regionalizados a partir de uma série de elementos capazes de torná-los unidade, diante da diversidade territorial. Essas unidades integradas formam um só destino turístico, o destino Sergipe.

Sergipe como ‘destino’ [...] incorpora seus múltiplos territórios de identidade, polos ou regiões turísticas com suas diferenças e proximidades. **Os elementos simbólicos materiais e imateriais** – atrativos naturais e construídos, históricos ou contemporâneos; paisagens; tradições; gastronomia; música; ecossistemas – **afirmam e marcam estas diferenças e potencializam variedades de produtos e serviços turísticos capazes de promover o sentimento de unidade a partir das particularidades**, construindo-se cadeias produtivas portadoras de identidade (SERGIPE, 2009, p. 18, grifo nosso).

A formação dos polos turísticos – termos adotado no decorrer do documento - em Sergipe foi regionalizada a partir de um complexo-de-elementos, para usar o termo de Hartshorne (1978 [1966]), e não a partir de um polo como teoriza Perroux (1967 [1966]). Inevitavelmente, compara-se ao planejamento turístico da Bahia, onde as teorias parecem ter sido aplicadas a partir de estudos elaborados. As zonas turísticas na Bahia tem um desenho geográfico teoricamente compatível com o método regional de Hartshorne (1978 [1966]) e com destino âncoras, leia-se, polos de crescimento. Essas zonas turísticas integradas foram o que Perroux (1967 [1966]) teorizou como um Polo de Desenvolvimento. E em Sergipe: qual o destino âncora (polo de crescimento) do Polo Costa dos Coqueirais? Por indução, é a capital sergipana. E o do Polo Velho Chico? Também por indução, é o município de Canindé do São Francisco. Esses dois Polos recebem atualmente investimento do PRODETUR Nacional, isso significa que seguem as exigências do BID, ou em outros termos, a teoria de Perroux (1967 [1966]), embora o Plano Estratégico não indique o destino polo. Mas a questão fica mais complexa quando se questiona sobre um Polo Turístico que não recebe investimento do BID. Qual o destino âncora do Polo Sertão das Águas? O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe, fundamenta-se na ideia de polarização, porém, não traz essa resposta. A racionalidade externa domina o planejamento territorial turístico de Sergipe e a racionalidade interna parece ainda não ter despertado que no meio técnico-científico-

informacional, o conhecimento exerce o papel de recurso para o sistema capitalista, como brilhantemente nos ensina o Professor Milton Santos (2012).

No planejamento turístico de Sergipe, o único Programa que se mantém em continuidade desde os anos 1990 é o PRODETUR. No ano de 2008, a Carta Consulta⁴⁹ de Sergipe foi aprovada pelo BID para o financiamento do PRODETUR NACIONAL. No ano de 2010 o contrato foi assinado, mas somente em 2013 as ações do PRODETUR NACIONAL foram iniciadas. Entre 2008 e 2012, embora não houvesse ações do PRODETUR/NE II, o Polo Costa dos Coqueirais recebeu investimentos de diferentes fontes de financiamento como forma de complementar o PRODETUR/NE I (SILVA, 2012), com destaque para os investimentos do Ministério do Turismo (MTur) na construção de pontes no Litoral Sul. Para a implantação da ponte entre Aracaju e Itaporanga D´Ajuda, inaugurada em 2010, foram investidos R\$ 90 milhões de reais. Na conexão territorial rodoviária entre Estância e Indiaroba, finalizada em 2013, foram destinados R\$ 115 milhões de reais. Além desses valores, foram investidos também, R\$ 22 milhões de reais na construção da ponte sobre o Rio Fundo no município de Estância, ligando assim a rodovia SE – 476 à Rodovia SE – 100, principal conexão, à Praia do Abaís e à Praia do Saco (Tabela 4.3).

⁴⁹ Carta-Consulta é um Pleito de Financiamento ou doação referente a um projeto que contará com recursos externos e deve conter os seus respectivos componentes, produtos e custos previstos, bem como o objetivo e outras informações necessárias à avaliação do Pleito (Disponível em: <<http://www.sigs.planejamento.gov.br/sigs/>>)

Tabela 4.3: Investimentos públicos complementares ao PRODETUR/NE I entre 2008-2012

Setor do Polo	Roteiro turístico	Ação	Fonte do Recurso R\$/milhões
Litoral Norte	Roteiro Foz do Rio São Francisco	Implantação da estrada parque interligando aos municípios de Pirambu a Brejo Grande	Emendas de bancada OGU 13.500.000,00
Centro	City Tour Aracaju	Reforma do Palácio Olímpio Campos para instalação de Museu	OGU Casa Civil.SE 12.000.000,00
		Reforma de prédio histórico e construção do Museu da Gente Sergipana	BANESE 22.000.000,00
		Construção da Orla Atalaia Nova no município da Barra dos Coqueiros	OGU/MTur 4.611.000,00
		Reforma do Complexo Cultural Gonzagão no município de Aracaju	Fundo Nacional da Cultura 405.000,36
		Adequação e modernização do complexo do Batistão em Aracaju	OGU/Min. Esporte SEINFRA.SE 10.861.000,11
		Revitalização do Parque Antônio Carlos Valadares (Parque dos Cajueiros)	OGU 7.500.000,00
		Construção do novo centro de convenções de Sergipe	Emendas OGU 13.500.000,00
		Reforma do Cine Vitória no Centro Histórico de Aracaju	OGU/Minc 272.000,57
	Cidades Históricas	Implantação do projeto de revitalização do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Laranjeiras	OGU/Minc 6.911.000,00
		Execução das obras e serviços previstos no Projeto de Revitalização do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão/SE	OGU/Minc 8.893.000,17
		Implantação de via estruturante que liga os municípios de Aracaju e São Cristóvão	OGU/Min. Cidades 3.954.000,60
Litoral Sul	Roteiro Litoral Sul	Construção da ponte sobre o Rio Piauí ligando os municípios de Estância (Porto Cavalo) e Indiaroba (Terra Caída)	OGU/MTur SEINFRA.SE 115.000.000,00
		Construção da Ponte sobre o Rio Vaza Barris ligando os municípios de Aracaju e Itaporanga D'Ajuda	OGU/MTur SEINFRA.SE 90.000.000,00
		Construção da ponte sobre o Rio Fundo no município de Estância ligando a rodovia SE – 476 a Rodovia SE – 100.	OGU/MTur SEINFRA.SE 22.000.000,00
Todos	Todos	Capacitação e certificação de profissionais, equipamentos, serviços e produtos para o desenvolvimento do turismo	Emendas OGU 2012 300.000,00
		Promoção do turismo no mercado nacional	Emendas OGU 700.000,00
		Qualificação e certificação profissionais, equipamentos, serviços e produtos	Emendas OGU 200.000,00
TOTAL			332.607.001,81

Fonte: Silva (2012) com modificações por Priscila Pereira Santos, 2018

Observa-se pela Tabela 4.3 que a maior parte dos investimentos foi concentrada no Litoral Sul. Parece evidente que a seletividade espacial de concentração territorial dos investimentos no Litoral Sul de Sergipe fez-se sob o prisma da dispersão do crescimento do

fluxo turístico em virtude da conexão regional com o Litoral Norte da Bahia, como já havia sido anunciado na década de 1980. No mesmo compasso estão os investimentos do PRODETUR Nacional.

Os investimentos do PRODETUR NACIONAL foram direcionados para o Polo Velho Chico e o Polo Costa dos Coqueirais. Embora tenha havido obstáculos na Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) no fornecimento de informações sobre os valores totais dos contratos no PRODETUR NACIONAL, obteve-se acesso ao Plano de Aquisições (PA) referente ao período 2017-2018, atualizado em novembro de 2017. Assim, conforme o PA 2017/2018, dos US\$ 100 milhões do contrato firmado entre o BID e o estado de Sergipe, no período entre 2017 e 2018, planejou-se a liberação de US\$ 46.101, 65 para execução dos contratos já existentes. Desse total, 64,38% foram direcionados ao componente Infraestrutura e Serviços Básicos, 26,9% para Fortalecimentos Institucional, 5,75% para Estratégia de Comercialização; 2,58% para Estratégia do Produto Turístico; e, 0,39% destinou-se para Gestão Ambiental.

Pelo documento analisado, PA 2017/2018, as ações iniciaram em 2013 e, conforme, informações de um representante do BID em entrevista, seriam finalizadas em dezembro de 2018. Mas a responsável pela Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) PRODETUR Nacional em Sergipe, também em entrevista, informou que será feita uma solicitação para renovação do contrato para julho de 2019.

O componente Infraestrutura e Serviços Básicos não está diretamente vinculado aos produtos turísticos, contudo são necessários para fomentar a frequência ao destino “e dentro dele (infra-estrutura de acesso e transporte), e satisfazer às necessidades básicas do turista durante sua estada, em termos de água, saneamento, energia, telecomunicações, saúde e segurança” (BID, 2008, p. 10). Das quatorze ações relacionadas à Infraestrutura e Serviços básicos, pouco mais de 70% concentram-se entre Aracaju e Litoral Sul de Sergipe. Sem sombra de dúvidas, Aracaju concentra uma parte dos investimentos por ser considerada um destino indutor para o MTur e, o Litoral Sul, por fazer parte da estratégia de dispersão do crescimento do fluxo turístico devido à conexão territorial com o Litoral Norte da Bahia.

Em novembro de 2017, previa-se para o Litoral Sul de Sergipe as seguintes ações: construção de atracadouro da Ilha Mem de Sá e do povoado Caibrós, em Itaporanga D’Ajuda; construção da orla do povoado Pontal, em Indiaroba; construção da orla do povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhi; recuperação de atracadouro e revitalização da orlinha de São Cristóvão. Antes desse período, já estava em execução, a construção do sistema de esgotamento sanitário do povoado Crasto em Santa Luiza do Itanhi (Tabela 4.4).

Tabela 4.4: Componente Infraestrutura e serviços básicos - Ações do PRODETUR Nacional

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	VALOR INVESTIDO US\$ 1.000 (em mil)	ESPAÇO DE ATUAÇÃO	STATUS	
PRODETUR NACIONAL 2013-2018	Revitalização do Complexo Turístico SE - Reforma do Centro de Turismo de Aracaju	461,66	Aracaju	Contrato em Execução
	Execução dos projetos de adequação turística das praias do litoral sul – Aracaju	4.000,00	Praias do Litoral Sul - Aracaju	Previsto
	Construção de orla e atracadouro e implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – Prainha de Canindé do São Francisco (trecho 3)	1.844,22	Canindé do São Francisco - Polo Velho Chico	Contrato em Execução
	Construção de atracadouro da Ilha Mem de Sá e do povoado Caibrós em Itaporanga D' Ajuda	723,42	Itaporanga D' Ajuda	Previsto
	Reforma da orla Pôr do Sol em Aracaju	525,00	Aracaju	Previsto
	Construção da orla do povoado Pontal em Indiaroba	600,00	Indiaroba	Previsto
	Construção da orla do povoado Crasto em Santa Luzia do Itanhi	700,00	Santa Luzia do Itanhi	Previsto
	Construção da orla do povoado Curralinho em Poço Redondo	218,02	Poço Redondo - Polo Velho Chico	Previsto
	Recuperação de atracadouro e revitalização da orlinha de São Cristóvão	300,00	São Cristóvão	Previsto
	Execução atracadouros	50,00	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Previsto
	Serviços técnicos especializados de elaboração dos projetos de engenharia nas etapas de serviços e estudos preliminares, projetos básicos, projetos executivos e serviços complementares, para novo terminal do aeroporto de Aracaju/SE	888,13	Aracaju	Contrato terminado
	Obra de desmonte do Morro de Piçarreira, no bairro de Santa Maria, para ampliação da pista de pouso do aeroporto de Aracaju/SE	6.340,74	Aracaju	Contrato terminado
	Outras obras de adequação e melhoria de infraestrutura de acesso a atrativos turísticos	11.171,13	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Previsto
	Construção do sistema de esgotamento sanitário do povoado Crasto em Santa Luiza do Itanhi	1.858,81	Santa Luzia do Itanhi	Contrato em Execução
TOTAL: US\$ 29.681,13				

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) PRODETUR NACIONAL, novembro/2017

Ao que parece, as estratégias trabalhadas foram delineadas a partir das vias fluviais com a construção de orlas e atracadouros. Os municípios limítrofes com o Litoral Norte da Bahia começam a ser preparados para atrair o fluxo turístico. Porém, o que se observa é que a fórmula dos 4's (sun, sea, sand and sex⁵⁰) dos modelos turísticos de sol e praia, como analisam

⁵⁰ Sol, mar, areia e sexo.

Turner e Ash (1991), ainda tem força no Brasil. Nesse sentido, o que se verificou em trabalhos de campo entre dezembro de 2017 a março de 2018, é que a busca pelas praias marítimas conduz inicialmente os turistas baianos para a Praia do Saco, no município de Estância.

Cabe destacar que o investimento de maior repercussão diretamente voltado para a Praia do Saco no que diz respeito a infraestrutura urbana está sendo realizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a saber: implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), selecionado para fazer parte do PAC em dezembro de 2010 (BRASIL, 2018). Contudo, deve-se trazer à baila que a Prefeitura de Estância contratou uma empresa de arquitetura para elaborar o *Master Plan*, planejamento urbano-turístico da Praia do Saco. Como anteriormente citado, o *Master Plan* foi também desenvolvido na Praia do Forte (BA) e um dos representantes do poder público municipal à época, em entrevista, afirmou que o objetivo era transformar a Praia do Saco em uma “mini” Praia do Forte. Pretendia-se que esse planejamento fosse inserido como ação do PRODETUR NACIONAL, o que não ocorreu até o momento.

Outro componente do PRODETUR NACIONAL em Sergipe que apresenta percentual expressivo de investimento é o Fortalecimento Institucional. Segundo o BID (2008, p. 09), esse componente visa “fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado, e do apoio à gestão turística estadual e municipal (reestruturação de processos internos, equipamento, desenvolvimento de software, capacitação e assistência técnica)”. Assim como no componente Infraestrutura e Serviços Básicos, a maior parte das ações está direcionada para o Polo Costa dos Coqueirais, em especial no Litoral Sul. Como é possível observar na Tabela 4.5, nenhuma ação foi destinada diretamente para os municípios do Litoral Norte do estado.

Tabela 4.5: Componente Fortalecimento Institucional - Ações do PRODETUR NACIONAL

FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL				
AÇÃO		VALOR INVESTIDO US\$ 1.000 (em mil)	ESPAÇO DE ATUAÇÃO	STATUS
PRODETUR NACIONAL 2013-2018	Estudos de pesquisa do mercado e estratégia de circuitos histórico-culturais e ecoturísticos	468,00	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Processo em Curso
	Elaboração e Execução de Estudos e plano de ação para fomentar a produção e comercialização turística de artesanato	500,00	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em execução
	Elaboração ou atualização de projetos executivos de obras de orlas - Orla de Crasto	20,2	Santa Luzia do Itanhi	Contrato terminado
	Revisão da atualização de projetos executivos de obras de orlas - Orla de Crasto	20,2	Santa Luzia do Itanhi	Contrato previsto
	Elaboração de Estudos Preliminares, Projeto Básico e Projeto Executivo para Recuperação, Construção e Requalificação de Atracadouros	215,00	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Processo em curso
	Elaboração de projetos básico e executivo para implantar SAAI Litoral Sul	519,64	Litoral Sul	Contrato em execução
	Revisão de plano de marketing e desenvolvimento de peças publicitárias para os dois polos do Prodetur	298,74	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em execução
	Revisão dos Planos Diretores dos Municípios de São Cristóvão e Estância	350,00	São Cristóvão/ Estância	Processo em curso
	Empresa Gerenciadora de Apoio a UCP + Sistema de gerenciamento integral do programa + Fiscalização e supervisão de obras	7.535,89	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em execução
	Elaboração e implantação do programa de comunicação e prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes decorrentes da atividade turística	408,71	Polo Costa dos Coqueirais	Contrato em execução
	Elaboração do Plano de Uso público para a Monumento Natural Grota do Angico	292,13	Poço Redondo - Polo Velho Chico	Processo em curso
	Elaboração do projeto executivo das obras de recuperação da contenção da Orla da Praia da Caueira – Itaporanga D'Ajuda - SE	247,54	Itaporanga D'Ajuda	Contrato em execução
	Elaboração de projetos executivos dos aterros sanitários	453,53	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em execução
	Projeto executivo para sistema de esgotamento sanitário em pontos turísticos chaves e estudos ambientais - [Povoado Saúde - Santana do São Francisco]	102,33	Santana do São Francisco - Polo Velho Chico	Processo em curso
	Elaboração da Política de Gerenciamento Costeiro do Estado	234,05	Polo Costa dos Coqueirais	Contrato em execução
	Estudo de Avaliação do Impacto do PRODETUR na Economia Local	432,43	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em execução
	Avaliação final do Programa	302,1	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Previsto
TOTAL: US\$ 12.400,49				

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) PRODETUR NACIONAL, novembro/2017

No tocante ao componente Estratégia de Comercialização, o objetivo das ações é “fortalecer a imagem dos destinos turísticos e garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos” (BID, 2008, p. 09). Em Sergipe, as ações foram equacionadas entre o Polo Costa dos Coqueirais e o Polo Velho Chico, como verifica-se na Tabela 4.6.

Tabela 4.6: Componente Estratégia de comercialização - Ações do PRODETUR NACIONAL

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO				
AÇÃO		VALOR INVESTIDO US\$ 1.000 (em mil)	ESPAÇO DE ATUAÇÃO	STATUS
PRODETUR NACIONAL 2013-2018	Organização e execução logística das ações de eventos promocionais	1.250,00	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Previsto
	Serviços especializados de publicidade, produção de material promocional e veiculação de campanhas promocionais	1.250,00	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Previsto
	Implementação do plano de fortalecimento de gestão municipal e estadual - bens (equipamentos de informática para SETUR)	150,27	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Previsto
TOTAL: US\$ 2.650,27				

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) PRODETUR NACIONAL, novembro/2017

Em quarto lugar no percentual de investimentos está o componente Estratégia do Produto Turístico. O BID (2008, p. 09, grifo nosso) esclarece que “as atividades deste componente se concentrarão nos investimentos relacionados com o planejamento, a recuperação e a valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para **promover, consolidar ou melhorar a competitividade** dos destinos em modalidades ou tipos específicos de turismo”. Sem sombra de dúvidas, a estratégia visa dar continuidade a existência do destino turístico, na indissociável articulação materialidade-imaterialidade, ou como reflete Santos (2012), forma-conteúdo, sistema de objetos e sistema de ações.

O componente Estratégia do Produto Turístico integra também “ações destinadas a alinhar os investimentos privados em segmentos ou nichos estratégicos, bem como aquelas destinadas a melhorar a competitividade dos empresários turísticos, por meio do **aprimoramento da organização setorial, da qualidade dos serviços e do acesso a fatores produtivos**” (BID, 2008, p. 09, grifo nosso). Ao recordar que uma das características principais do Produto Turístico é a intangibilidade e que o serviço turístico apresenta-se como um “trabalho emocional”, como analisa Urry (2001), o componente Estratégia do Produto Turístico

toma contornos mais densos e relevantes no processo do Planejamento e Gestão do Destino Turístico.

Em Sergipe, as ações nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico foram as seguintes: (i) Curso de formação e capacitação básica de profissionais ligados à área de turismo; (ii) Cursos de aperfeiçoamento gerencial nos estabelecimentos formais e informais dos empreendimentos turísticos; (iii) Cursos de pós-graduação em gestão de empreendimentos turísticos e em planejamento da atividade turística; (iv) Capacitação de profissionais diretamente ligados ao turismo; e (v) Capacitação da equipe UCP (Unidade de Coordenação de Projetos)/SETUR (Tabela 4.7).

Tabela 4.7: Componente Estratégia do Produto Turístico - Ações do PRODETUR NACIONAL

ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO				
AÇÃO		VALOR INVESTIDO US\$ 1.000 (em mil)	ESPAÇO DE ATUAÇÃO	STATUS
PRODETUR NACIONAL 2013-2018	Curso de formação e capacitação básica de profissionais ligados à área de turismo nos municípios integrantes dos Polos Costa dos Coqueirais e Polo Velho Chico	543,4	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em Execução
	Cursos de aperfeiçoamento gerencial nos estabelecimentos formais e informais dos empreendimentos turísticos localizados nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico	189,46	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em Execução
	Cursos de pós-graduação em gestão de empreendimentos turísticos e em planejamento da atividade turística nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico	260,53	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em Execução
	Capacitação de profissionais diretamente ligados ao turismo	125,65	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato Terminado
	Capacitação da equipe UCP/SETUR	70,00	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Processo em curso
		TOTAL: US\$ 1.189,04		

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) PRODETUR NACIONAL, novembro/2017

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) – Administração Regional no Estado de Sergipe (AR/SE) – foi contratado para ministrar os Cursos de Formação e Capacitação Básica. No Polo Costa dos Coqueirais foram estruturadas 45 turmas, 19 no Litoral Centro, 12 no Litoral Sul e 14 no Litoral Norte. Cada turma com no máximo 25 alunos. No Polo Velho Chico foram organizadas 7 turmas. Os cursos oferecidos foram: (i) cozinheiro(a); (ii) garçom/garçonete; (iii) camareiro(a); (iv) vendedor(a) de artigo para turista;

(v) fabricação de peças artesanais; (vi) informações turísticas; (vii) elaboração de roteiros para condutores de visitantes; e, (viii) eletrônica e manutenção geral para hotéis (SERGIPE, 2016).

Para a gestão dos Cursos de Aperfeiçoamento Gerencial contratou-se o SEBRAE/SE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Os cursos ofertados foram: Gestão Empresarial; Turismo; Informática; Língua Espanhola; Língua Inglesa; e, Marketing. A meta foi qualificar 275 pessoas distribuídas em 11 turmas entre os Polos. No Polo Costa dos Coqueirais foram articuladas sete turmas, com a expectativa de atender a 175 participantes. Das turmas do Polo Costa dos Coqueirais, quatro situaram-se em Aracaju, uma na Barra dos Coqueiros, uma em Pirambu e uma em Estância. Pelas análises aqui realizadas, essa é a primeira ação do PRODETUR Nacional em que o Litoral Norte sobressai-se em relação ao Litoral Sul.

Os cursos de Pós-Graduação foram realizados na modalidade *lato sensu*, no período entre Janeiro/2017 e Dezembro/2018 e foram gerenciados pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os cursos ofertados foram: Planejamento em Turismo no Polo Costa dos Coqueirais, com aulas em Aracaju; e Gestão de Empreendimentos Turísticos, no Polo Costa dos Coqueirais e no Polo Velho Chico. As aulas ocorreram em Estância, em Nossa Senhora da Glória, respectivamente conforme os polos. Ao total, foram ofertadas 105 vagas, 35 para a especialização Planejamento em Turismo e 70 para Gestão de Empreendimentos Turísticos.

A qualificação profissional viabiliza uma nova dinâmica de diferenciação espacial. Sem sombra de dúvidas, e pela lógica do pensamento de Milton Santos (2012), a qualificação profissional mostra-se como recurso no processo de vantagem competitiva do modo de acumulação pós-fordista, o que tende a atrair investimentos nacionais e estrangeiros. Acredita-se que o conhecimento e a qualidade ambiental mostram-se como ‘elementos-chave’ na seletividade espacial e socioeconômica na divisão territorial do trabalho, ou em outras palavras, na expansão geográfica do turismo.

Nesse contexto de financiamentos do PRODETUR Nacional, por último, mas não menos importante, está o investimento no componente Gestão Ambiental (Tabela 4.8). A intenção desse componente é proteger os “recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar” (BID, 2008, p. 10). De modo geral, acredita-se que as ações foram destinadas com maior intensidade para Aracaju e o Litoral Sul, como já vinham acontecendo nos demais componentes. Após a implantação das pontes, verifica-se o crescimento da especulação imobiliária e a construção tanto de casas de veraneio tradicionais quanto do protótipo do imobiliário-turístico em condomínios fechados temáticos e condomínios

fechados híbridos com prédios e lotes nas margens da Rodovia SE-100, em maior volume no município de Estância.

Tabela 4.8: Componente Gestão Ambiental - Ações do PRODETUR NACIONAL

GESTÃO AMBIENTAL				
AÇÃO		VALOR INVESTIDO US\$ 1.000 (em mil)	ESPAÇO DE ATUAÇÃO	STATUS
PRODETUR NACIONAL 2013-2018	Elaboração de estudos ambientais complementares ao projeto – lote 1 (4 municípios)	58,03	Não identificados	Contrato em Execução
	Avaliação dos Planos operacionais anuais do PEMT	26,26	Não identificados	Previsto
	Diagnóstico para o sistema de informações turísticas	35,84	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato Terminado
	Diagnóstico e Plano de Ação para Educação e Sensibilização Ambiental	40,31	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato Terminado
	Avaliação intermediária do programa	20,29	Polo Costa dos Coqueirais/ Polo Velho Chico	Contrato em Execução
				TOTAL: US\$ 180,73

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) PRODETUR NACIONAL, novembro/2017

Os investimentos do PRODETUR/NE I, do PRODETUR Nacional, as conexões rodoviárias litorâneas tanto ao norte quanto ao sul do estado, os incentivos financeiros e fiscais para a implantação de meios de hospedagem e outros equipamentos turísticos, e todos os demais mecanismos do Estado de produção capitalista do espaço e legitimação social, articulados às glebas de terras disponíveis e a qualidade ambiental traz à tona no litoral sergipano um novo tempo para os investimentos privados, notadamente na implantação de imobiliários-turísticos. Nesse contexto, a racionalidade externa do BID aliada ao Estado criou em Sergipe o que Moraes e Costa (1999) entendem como um “território único” formado pela dialética entre a universalidade e a singularidade. Ou em outros termos, o litoral de Sergipe apresenta particularidades que dão valor ao espaço.

Assim, o espaço apresenta possibilidades produtivas que Santos (2012, grifo do autor) analisa como *produtividade espacial* ou produtividade geográfica. “Na medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente conhecidas na escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa” (SANTOS, M., 2012, p. 249). A geografia também se impõe à competitividade na divisão territorial do trabalho, o que Santos (2012) denomina de “guerra dos lugares”. Em tempos de fluidez territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia, cabe questionar: será que Sergipe está preparado para essa “guerra”?

5 A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO CONTEXTO URBANO-REGIONAL

Praia, para que te quero? Há nessa questão um explícito jogo de interesses, ou melhor, de poder, entre as diferentes territorialidades que fazem uso da praia. Se no início do século XX, a valorização do espaço litorâneo brasileiro, em particular, o nordestino, pelas classes mais abastadas impõe uma nova racionalidade às bordas do mar, até o século passado essa situação era diferente. Até então, a zona costeira representava, basicamente, o território do trabalho e da sobrevivência das populações tradicionais, como por exemplo, pescadores e extrativistas. A moda de morar ocasionalmente na praia para aproveitar das benesses do ar, do mar, da areia e do sol, em síntese, veraneiar, territorializa na materialização da segunda residência uma nova lógica de ocupação urbana no litoral do Nordeste. A territorialização da casa de praia implica em primeiro lugar, como menciona Souza (2013), na projeção das relações de poder no espaço. E essas relações de poder são consolidadas na forma-conteúdo da segunda residência através do processo de urbanização. Parafraseando Pereira (2014): “a urbanização vai à praia”.

Para Castells (1983), a urbanização apresenta basicamente dois sentidos: (i) espacial - concentração de uma população em que limites são delineados; e, (ii) cultural – sistema de valores, atitudes e comportamentos que pode ser compreendido como uma “cultura urbana. Nesse contexto, a casa de praia enquanto matéria, forma, e o veraneio como conteúdo, torna evidente a forma-conteúdo espacial e cultural urbana em territorialização no litoral nordestino a partir do século XX. A segunda residência representa a materialização do urbano no litoral, tendo em vista que está associada ao parcelamento do solo, à estruturação das vias rodoviárias e às próprias edificações das casas de praia, dispersas ou aglomeradas, essas formas atendem às necessidades recreativas da população metropolitana (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2010). É válido mencionar que essa forma-conteúdo traz consigo a difusão da cultura urbana da sociedade industrial capitalista europeia no Brasil, embora com os filtros espaço-temporais da “força” do lugar e da flecha do tempo existente no processo de hibridização da racionalidade externa à racionalidade interna de ocupação do espaço, como teoriza Santos (2012) ao refletir sobre *A Natureza do Espaço*.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar, sob o prisma da particularidade, a extensificação territorial urbano-regional da segunda residência no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe, tanto na forma-conteúdo tradicional, a “velha” casa de praia, quanto na “nova” forma-conteúdo: o imobiliário-turístico. Sob a perspectiva da densidade territorial e

da singularidade, compreende-se a territorialização da segunda residência na Praia do Forte (BA) e na Praia do Saco (SE). Entre o universal-particular e o particular-singular, ou seja, na dinâmica da escala global-regional-local, a “velha” e a “nova” forma-conteúdo da segunda residência são elementos-chave na formação da região turística.

5.1 A trajetória territorial da segunda residência no Litoral Norte da Bahia

A territorialização da segunda residência no litoral configura diversos arranjos urbanísticos na costa nordestina. Na Bahia, a urbanização por segunda residência à beira-mar tem como núcleo inicial a capital e espraia-se pelo Litoral Norte e o Litoral Sul. Aqui nos interessa mais de perto, o esgarçamento do tecido urbano-regional aventado pela segunda residência no Litoral Norte. É válido esclarecer que se entende por tecido urbano “o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano” (LEFEBVRE, 1999, p. 15). Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009) em seus estudos sobre *Globalização, turismo e residências secundárias* adequaram o modelo histórico-genético estruturado por Lundgren (1974) à realidade do fenômeno territorial da segunda residência no Litoral Norte da Bahia.

Sabe-se que um modelo implica em uma simplificação. Mas nesse caso, o modelo de Lundgren (1974) além de ser didático com aspectos essenciais na relação espaço-temporal, tem um caráter heurístico para o raciocínio espacial da análise. Lundgren (1974) analisa a difusão da urbanização por segunda residência em três fases. Contudo, diante da densidade geo-histórica da expansão e extensão urbana da segunda residência no Litoral Norte, Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009) tiveram a maturidade científica de complementar o modelo de Lundgren (1974) com a quarta fase.

A primeira fase marca a expansão urbana de Salvador para além do núcleo tradicional e seus arredores. As melhorias nos transportes, notadamente, nas linhas de bonde instaladas no final do século XIX, e, na primeira metade do século XX, das linhas de ônibus, impulsionam a urbanização litorânea na capital baiana. Observa-se a formação de uma região de segunda residência em Amaralina, especificamente na Cidade Balneária de Amaralina e na Fazenda Ubaranas, ambas em Amaralina, pelos idos de 1923. Essas localidades foram transformadas em ruas e até hoje existe a Rua do Balneário e a Rua das Ubaranas, essas rugosidades marcam o período inicial do veraneio em Salvador. Ademais, Rio Vermelho e Itapagipe também tinham segundas residências, embora fossem bairros com menor densidade

territorial que em Amaralina (PEREIRA, 2014; GOMES SOBRINHO, 2011; SANTOS, 2006; MELLO E SILVA, SILVA; CARVALHO, 2009).

Na segunda fase, a região de segunda residência no litoral soteropolitano expande-se: uma parcela das segundas residências começa a ser transformada em primeira residência e forma-se um espaço híbrido entre primeira e segunda residência. Aos anseios de morar ocasionalmente na praia articula-se o *status* de morar permanentemente à beira-mar. No final da década de 1940, a terceira fase se inicia com a formação de uma região “exclusiva” de segunda residência em Itapuã, impulsionada, principalmente, pela conclusão da estrada entre Amaralina e Itapuã em 1949. Nessa terceira fase, evidencia-se a urbanização por segunda residência também nas praias do município de Lauro de Freitas, com destaque para Praia de Ipitanga e Vilas do Atlântico (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009).

Na análise entre a segunda e a terceira fase do modelo de Lundgren (1974), Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009) evidenciam também a territorialização da segunda residência na Ilha de Itaparica, ao sul de Salvador. A Ilha de Itaparica pertence aos municípios de Itaparica e Vera Cruz, localizados na Baía de Todos os Santos. Para Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009), a implantação do *ferry boat* Salvador-Itaparica na década de 1970 fomentou o incremento de segunda residência nas praias da Ilha de Itaparica. Deve-se mencionar ainda outros municípios da Baía de Todos os Santos que se destacam pela presença de casas de praia, são eles: Simões Filho, Salinas da Margarida e Saubara (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009).

Na terceira fase, o tecido urbano da segunda residência impulsiona o encontro e a conexão territorial dos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari e da Baía de Todos os Santos. A territorialização da segunda residência no Litoral Norte baiano começa a formar uma única mancha urbana, o que Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009) analisam como a formação de uma “cidade linear”. Tem-se assim entre a década de 1950 e 1970, o fenômeno da aglomeração urbana com conurbação. Segundo Souza (2010, p. 32), “uma *aglomeração urbana* se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como ‘minissistema urbano’ em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes”. A *aglomeração urbana* articula-se à *conurbação* quando “certos fluxos passam a ‘costurá-las’ muito fortemente e, no fundo, elas passam a existir como se fosse uma só, ao menos sob vários aspectos” (SOUZA, 2010, p. 32). Na década de 1970, a “costura” de interdependência entre o “minissistema urbano” formado entre a capital baiana e alguns dos municípios do entorno, principalmente, com a “linha” dos deslocamentos diários dos trabalhadores, como menciona Souza (2010), foi reconhecida como Região Metropolitana de Salvador (RMS). A partir de 1970, Salvador cresce e destaca-se como

uma cidade grande com uma área de influência econômica nacional. Neste contexto, Salvador torna-se institucionalmente uma metrópole, conforme IBGE (2013).

As idas e vindas da residência principal para a casa de praia “costura” um *continuum* território da segunda residência entre a capital e Camaçari, em outros termos, a urbanização compacta ou concentrada. Nos demais municípios do Litoral Norte, a segunda residência configurava então a urbanização extensiva ou dispersa em relação ao *continuum*. Para Assis (2009), a segunda residência tem como essência a expansão do urbano e a segregação residencial. Desse modo, forma-se um “novo padrão de ocupação das zonas de praia [...] de natureza urbana, predominantemente metropolitano e responsável pelo espalhamento do tecido urbano metropolitano” (DANTAS, 2010, p. 11). O automóvel apresenta-se como um elemento ímpar para a urbanização extensiva ou dispersa por segunda residência.

Spósito (2013, p. 133) reflete que com o automóvel, o tecido urbano passou a estruturar-se descontinuamente. Mas, “o espraiamento do tecido urbano, como expressão inexorável da redefinição das formas de produção do espaço urbano, é apenas uma dimensão de um processo mais amplo” (SPÓSITO; GÓES, 2013, p. 42). Por sua vez, Monte-Mór (1994; 2006) entende por urbanização extensiva, a urbanização “para além das cidades e áreas urbanizadas, **e que carregou com elas as condições urbano-industriais de produção [e reprodução] como também práxis urbana** e o sentido de modernidade e cidadania” (MONTE-MÓR, 2006, s/p., grifo nosso). A urbanização extensiva também é interpretada como urbanização dispersa, correspondente a uma das formas de organização territorial do processo de acumulação flexível vivenciado em contraponto e complementarmente à urbanização concentrada ou cidade compacta do período fordista (LIMONAD, 2007c).

Desse modo, a extensificação da malha urbana confere à urbanização “um papel mais abrangente na estruturação do território, enquanto uma extensificação das relações sociais de produção do caráter urbano no campo. Diluem-se, assim, as diferenças entre o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que persistem e se aprofundam as contradições entre urbanidade e ruralidade” (LIMONAD, 2007c, p. 34). Sob a perspectiva da segunda residência, a forma-conteúdo dessa habitação de lazer é em si dialética: de um lado, a busca é pelos tempos lentos do espaço litorâneo rural, do contato com a natureza; por outro lado, a segunda residência traz consigo os tempos rápidos da urbanidade e atrai os recursos urbanos da vida metropolitana.

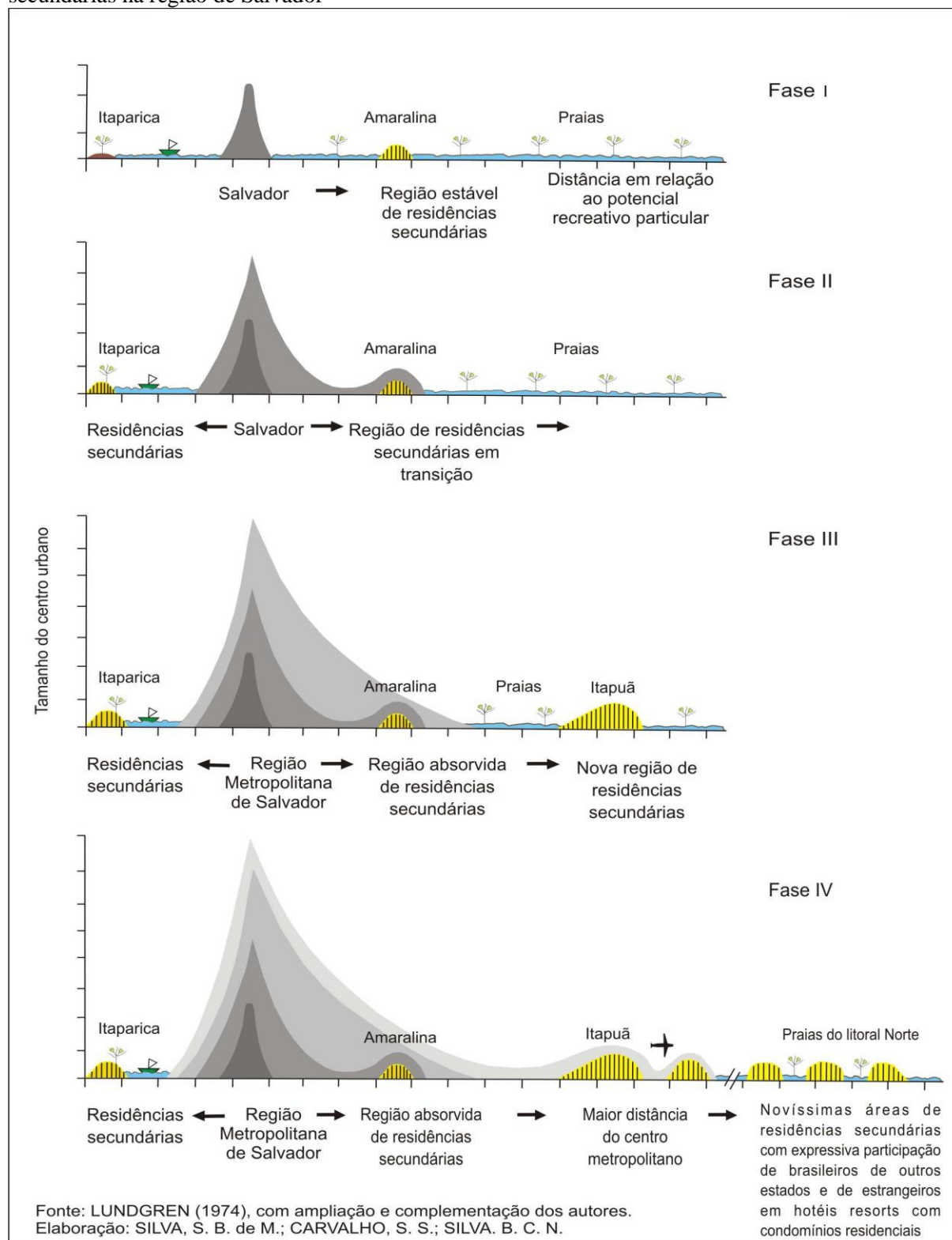
Essa ruptura, descontinuidade, com os limites soteropolitanos conduziram Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009) a complementar o modelo de Lundgren com a quarta fase. A quarta e última fase representa a extensão da segunda residência para as praias do Litoral Norte após a construção da Estrada do Coco (1975) e da Linha Verde (1993). A quarta fase proposta

“incorpora a dimensão externa, fora de Salvador, na expansão das segundas residências, com destaque para o papel de empreendimentos e pessoas do exterior” (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009, p. 12). Além das praias de Lauro de Freitas, a urbanização por segunda residência estende-se para as demais praias do Litoral Norte, com maior densidade em Arembepe, Guarajuba e Itacimirim no município de Camaçari; e, Praia do Forte, Imbassaí e Costa do Sauípe, em Mata de São João. Para Gomes Sobrinho (2011), a expansão urbana de Salvador para o Litoral Norte estimula a urbanização e a especulação imobiliária e fundiária na região e materializa-se, principalmente, em condomínios residenciais de primeira e segunda residência e empreendimentos turísticos (Figura 5.1).

A conexão territorial rodoviária litorânea entre Salvador e o Litoral Norte pela BA-099 forma uma rede geográfica, ou melhor, uma rede urbana regional. Rodrigues (2011), em seus estudos sobre redes urbanas de turismo no Litoral da Bahia, entende que redes urbanas do turismo areais, ou em zonas, são “os núcleos urbanos que integram o cinturão de chácaras de veraneio que estabelecem relações interurbanas com as metrópoles. [...] Este é o caso da rede de cidades que integra a zona de segundas residências da Região Metropolitana de Salvador – RMS” (RODRIGUES, 2013, p. 31). Nas análises de Santos (2012), a rede urbana regional corresponde à polarização de pontos de atração e difusão. Sob a perspectiva do veraneio, o movimento centrífugo do *stress* da cidade representa os pontos de difusão e centrípeto em direção à praia, à natureza, ao rural, ponto de atração. Dialeticamente, carregado de urbanidade.

Essas “ligações” técnicas das redes urbanas possibilitaram o (re)(des)encontro de basicamente duas temporalidades: o tempo rápido, urbano, dos veranistas e o tempo lento, rural, das populações tradicionais. Nesse contexto, duas lógicas de ocupação territorial podem ser evidenciadas: a primeira, a lógica zonal formada pelo *continuum* urbano até o município de Camaçari; e a segunda, a lógica reticular, de fluxos e polos de conexão entre a capital baiana e os demais municípios, com destaque para a força de atração da Praia do Forte no município de Mata de São João. Em outros termos, verifica-se a formação e articulação do território-zona e território-rede da segunda residência a partir da expansão e extensão urbana desse tipo de habitação de lazer. Cabe refletir também, que o fluxo de veranistas e turistas ultrapassa os limites territoriais do Litoral Norte e segue para o Litoral Sul de Sergipe, onde o preço das glebas terra são menores em relação à Bahia e tendem a se valorizar com a vivenciada fluidez territorial entre a BA-099 e a SE-100.

Figura 5.1: Modelo modificado e ampliado de Lundgren para a expansão urbana e para residências secundárias na região de Salvador



Como se vê, a segunda residência no Litoral Norte cria uma “faixa de transição” entre o urbano, intrínseco na materialização do veraneio, e o rural, o espaço litorâneo territorializado. “Essa faixa de transição é chamada, entre os geógrafos anglo-saxões, de *franja rural-urbana*, e, entre os franceses, comumente, de espaço *periurbano*” (SOUZA, 2010, p. 27). Ademais, entende-se esse processo de hibridização entre o urbano e o rural como rurbanização. Nas palavras de Gilberto Freyre (1982, p. 57) significa “um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina como forma e conteúdos de uma só vivência regional, valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos”. Há então, dois movimentos articulados contraditórios e complementares: o rural e o urbano. “A ‘lógica’ rural é a da terra enquanto terra de trabalho para a agricultura e a pecuária; [...] a ‘lógica’ urbana é do solo enquanto um simples suporte para atividades que independem de seus atributos de fertilidade” (SOUZA, 2010, p. 27). Neste contexto, entre as décadas de 1991, 2000 e 2010, analisa-se a expansão e extensão urbana no Litoral Norte com base na densidade demográfica, na relação entre a população urbana e rural e no incremento da segunda residência.

Entre os anos de 1991, 2000 e 2010, observa-se por um lado, o movimento de desconcentração populacional na capital baiana e, por outro lado, o crescimento de habitantes por km² nos municípios do Litoral Norte, sobretudo, em Lauro de Freitas e Camaçari. No município de Mata de São João verifica-se um aumento expressivo da densidade demográfica entre os anos de 2000 e 2010, se comparados ao incremento entre 1991 e 2000. Sem sombra de dúvidas, a implantação de empreendimentos hoteleiros de grande porte em Mata de São João influenciou o aumento populacional (Tabela 5.1).

Tabela 5.1: Salvador e Litoral Norte da Bahia: densidade demográfica entre 1991, 2000 e 2010

Municípios Costeiros	Densidade Demográfica hab./km ² 1991	Densidade Demográfica hab./km ² 2000	Densidade Demográfica hab./km ² 2010
Salvador	6.619,99	7.521,08	3.859,35
Lauro de Freitas	743,84	1.894,12	2.833,43
Camaçari	158,24	212,09	309,65
Mata de São João	43,7	47,81	63,46
Entre Rios	21,21	32,21	32,81
Esplanada	18,56	19,4	24,84
Conde	16,87	21,47	24,48
Jandaíra	12,11	15,57	16,11

Fonte: IBGE, 1991, 2000, 2010

Elaboração: Priscila Pereira Santos, 2018

Pela lógica do modelo de Lundgren (1974), a urbanização dos espaços de lazer tende a impulsionar a busca por novas regiões de segunda residência. Nesse contexto, a articulação da análise entre a segunda residência, a população urbana e a população rural, dos anos 1990 até 2010, conforme os dados do IBGE, permite refletir sobre o esgarçamento do tecido urbano-regional dos municípios do Litoral Norte da Bahia.

Nos anos 1990, Salvador à parte, Camaçari é o município da Região Metropolitana de Salvador que apresenta o maior número absoluto e percentual de população urbana, 95,21%, e no mesmo compasso, o quantitativo mais elevado de segunda residência, 4.915 casas de praia, quando comparado com os demais municípios do Litoral Norte. O município de Lauro de Freitas dispõe do segundo maior quantitativo de população urbana em números absolutos, seguido de modo decrescente dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Observa-se que quanto maior a distância em relação à capital menor a população urbana em termos comparativos com os demais municípios.

Ainda nos anos 1990, o município de Lauro de Freitas apresentava o maior contingente de população rural e o segundo maior quantitativo de casas de praia, ficando atrás apenas de Camaçari. Sem sombra de dúvidas, a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari no final da década de 1970, impulsionou o incremento da população urbana e da segunda residência nesse município. Em Entre Rios e Conde, a 141 km e 187 km da capital, municípios com maior população rural do Litoral Norte, depois de Lauro de Freitas; no que diz respeito ao quantitativo de segunda residência no Litoral Norte, Entre Rios e Conde estão em terceiro e quarto lugar, 649 e 650, respectivamente, seguido de Mata de São João que totalizava no período 623 habitações de lazer e apresentava uma população predominantemente urbana tanto em números absolutos como em termos percentuais (Tabela 5.2).

Tabela 5.2: Distância em relação à capital, população urbana, população rural e segunda residência no Litoral Norte da Bahia em 1991

Municípios Costeiros	Distância em relação à Capital (Km)	Pop. Urb. 1991	Pop. Rural 1991	Pop. Total 1991	% Pop. Urb. 1991	% Pop. Rural 1991	2ª Res. 1991
Lauro de Freitas	28	44.323	24.854	69.177	64,07	35,93	2.380
Camaçari	51	108.170	5.445	113.615	95,21	4,79	4.915
Mata de São João	62	24.113	6.387	30.500	79,06	20,94	623
Entre Rios	141	16.845	10.744	27.589	61,06	38,94	649
Esplanada	155	15.204	7.896	23.100	65,82	34,18	252
Conde	187	5.487	10.640	16.127	34,02	65,98	650
Jandaíra	192	4.467	3.756	8.223	54,32	45,68	215

Fonte: IBGE, 1991**Elaboração:** Priscila Pereira Santos, 2018

Aproximadamente uma década depois, nos anos 2000, a análise quantitativa revela uma intensa urbanização no Litoral Norte. O município de Lauro de Freitas passou a ter 95,46% da população urbana. O que corresponde em termos percentuais ao incremento de 143,95% da população urbana em relação a 1991 e ao decréscimo de -79,29% da população rural. Em contraponto, o crescimento percentual da segunda residência foi de apenas 10%, o menor incremento percentual do Litoral Norte nos anos 2000. Esses dados desvelam, pela lógica do modelo de Lundgren (1974), a transformação da segunda residência em domicílio permanente. E dispersão urbana da segunda para os demais municípios (Tabela 5.3).

A 23 km de Lauro de Freitas e 51 km da capital, Camaçari foi o município com expressivo crescimento de segunda residência nos anos 2000, 4.769 em números absolutos e 97% em termos relativos. Em Camaçari, embora se verifique um crescimento na população urbana e rural nos anos 2000, houve um equacionamento percentual em que prevalece a população urbana, como evidenciado na análise dos anos 1990. Tendo como fio condutor o incremento da segunda residência, observa-se que Mata de São João e Esplanada apresentam o maior crescimento absoluto e relativo, 507 e 196,8%, respectivamente. Evidenciam-se assim, as duas tendências analisadas por Gomes Sobrinho (2011). Por um lado, a tendência relacionada à racionalidade externa do capital nacional e internacional em Mata de São João, uma vez que nesse período vivenciava-se a implantação do Centro de Turismo Integrado Forte-Sauípe com a materialização do *Complexo Costa do Sauípe Resorts* no ano 2000, na localidade de Vila

Sauípe. E por outro lado, a Praia do Forte destaca-se pelo planejamento para a territorialização da lógica global da segunda residência e do turismo de sol e praia.

Tabela 5.3: População urbana, população rural e segunda residência no Litoral Norte da Bahia em 2000

Municípios Costeiros	Pop. Urb. 2000	Pop. Rural 2000	Pop. Total 2000	% Pop. Urb. 2000	% Pop. Rural 2000	2ª Res. 2000	Cresc. Absoluto de 2ª Res. 1991-2000	Cresc. % de 2ª Res. 1991-2000
Lauro de Freitas	108.128	5.147	113.275	95,46	4,54	2.617	237	10,0
Camaçari	153.829	7.322	161.151	95,46	4,54	9.684	4.769	97,0
Mata de São João	24.965	7.587	32.552	76,69	23,31	1.130	507	81,4
Entre Rios	23.020	14.494	37.514	61,36	38,64	1.074	415	63,0
Esplanada	17.520	9.701	27.221	64,36	35,64	748	496	196,8
Conde	10.488	9.923	20.411	51,38	48,62	992	342	52,6
Jandaíra	5.506	4.525	10.031	54,89	45,11	340	125	58,1

Fonte: IBGE, 1991 e 2000

Elaboração: Priscila Pereira Santos, 2018

Entre o global, o regional e o local, o município de Mata de São João e de Esplanada apresentam em consonância com o incremento da segunda residência, o crescimento da população rural. Em Mata de São João a população rural aumentou 18,78% e em Esplanada, 22,85%. Em relação a segunda residência e ao turismo de sol e praia, esse incremento populacional pode ser compreendido em virtude do crescimento de trabalhadores na construção civil e no turismo que começaram a morar permanentemente nos povoados a oeste da BA-099.

Em Mata de São João, no ano de 2003, criou-se o Distrito Turístico e Ecológico da Orla do referido município por meio da Lei Nº 185/2003. Segundo Machado (2008, p. 98), o Distrito Turístico criado em 2003 “definiu um novo zoneamento para as ocupações na orla marítima, este mais permissivo, em face do zoneamento estabelecido pelo Plano de Manejo da APA Litoral Norte, uma vez que, visava atrair novos empreendimentos turísticos para o litoral deste município”. Pelo Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da APA Litoral Norte, aprovado em 1995, a maior parte das praias de Mata de São João pertence a Zona de Proteção Rigorosa (ZPR).

No ano de 2005, o município de Mata de São João tem os limites da área urbana modificados por meio da Lei Nº 229 de 20 de julho de 2005.

Art. 1º Modifica os limites da área urbana do litoral do Município de Mata de São João, que passa a coincidir com as especificações do Distrito Turístico e Ecológico da Orla deste Município criado pela Lei 185/2003, que corresponde à área que começa no ponto situado na margem direita da foz do rio Pojuca e segue por essa margem rio acima até o ponto distante 10.000 (dez mil) metros na perpendicular do Oceano Atlântico sobre essa margem, onde faz ângulo de 90° (noventa graus) e, daí, deflete à direita em linha reta, até o ponto distante 10.000 (dez mil) metros perpendicular ao Oceano Atlântico sobre a margem esquerda do rio Sauípe e, daí, segue por essa margem até a sua foz e desta, segue, ainda, à direita, margeando o Oceano Atlântico até o ponto onde começou a descrição dessa área (MATA DE SÃO JOÃO, 2005, s/p., grifo nosso).

A coincidência territorial entre o Distrito Turístico e Ecológico da Orla de Mata de São João e os limites urbanos, sem sombra de dúvidas, favorecem à territorialização de empreendimentos turísticos-hoteleiros de maior porte. Segundo Gomes Sobrinho (2011, p. 269), um dos fatores de atração dos investidores estrangeiros “para aquisição de terras para a construção de megaempreendimentos turísticos hoteleiros e imobiliários no Litoral Norte da Bahia é o preço das terras adquiridas em forma de grandes glebas medidas em hectares (solo rural) que foram transformadas em solo urbano mediante lei municipal”. É válido recordar que em 2008, Mata de São João começa a integrar a Região Metropolitana de Salvador.

Conforme dados do IBGE, no ano de 2010, Lauro de Freitas passou a ser totalmente urbana e em Camaçari do total de 242.970 pessoas, 95,47% vivem no espaço urbano. Esses municípios entre os anos 2000 e 2010 tiveram crescimento percentual inexpressivo de segunda residência quando comparado com o recente município da Região Metropolitana de Salvador: Mata de São João. Nessa década, a segunda residência em Lauro de Freitas cresceu 17,7%, 59,9% em Camaçari e 154,2% em Mata de São João. Ademais, no município de Mata de São João observa-se o crescimento percentual da população rural e o decréscimo da população urbana, quando comparado com os anos 2000 (Tabela 5.4).

Tabela 5.4: População urbana, população rural e segunda residência no Litoral Norte da Bahia em 2010

Municípios Costeiros	Pop. Urb. 2010	Pop. Rural 2010	Pop. Total 2010	% Pop. Urb. 2010	% Pop. Rural 2010	2ª Res. 2010	Cresc. Absoluto de 2ª Res. 2000-2010	Cresc. % de 2ª Res. 2000-2010
Lauro de Freitas	163.449	0	163.449	100,00	0,00	3.079	462	17,7
Camaçari	231.973	10.997	242.970	95,47	4,53	15.482	5.798	59,9
Mata de São João	29.825	10.358	40.183	74,22	25,78	2.873	1.743	154,2
Entre Rios	23.840	16.032	39.872	59,79	40,21	1.917	843	78,5
Esplanada	20.822	11.980	32.802	63,48	36,52	791	43	5,7
Conde	12.129	11.491	23.620	51,35	48,65	1.590	598	<u>60,3</u>
Jandaíra	6.147	4.184	10.331	59,50	40,50	294	-46	-13,5

Fonte: IBGE, 2000 e 2010

Elaboração: Priscila Pereira Santos, 2018

Em Mata de São João, embora a segunda residência tenha aumentado mais de 100%, a população de veranista é flutuante, portanto, não contabilizada. Nesse sentido, reflete-se que a população rural da zona de praia começou a ser contabilizada como urbana, o que fundamenta o crescimento absoluto da população urbana em 2010, e a pressão imobiliária vivenciada pelos moradores dessas praias motivou a migração, leia-se “expulsão” ou “exclusão”, da população para a “outra” margem da BA-099, ou seja, distante do mar, no nítido processo de segregação socioespacial.

Em síntese, é possível observar que entre 1991 e 2010, o município com maior crescimento relativo da segunda residência foi Mata de São João. Nesse período, a segunda residência cresceu em mais de 360%. É nesse período que os condomínios fechados de segunda residência começam a ser construídos e inaugurados na Praia do Forte. Faz-se imprescindível mencionar que além de Mata de São João, os municípios de Entre Rios, Esplanada e Conde apresentam incremento de segunda residência superior a 100%. Nesse sentido, verifica-se contornos mais densos da urbanização dispersa em municípios mais afastados da Região Metropolitana de Salvador (Tabela 5.5).

Nesse contexto e sob a perspectiva global-regional-local, aqui nos interessa mais de perto a territorialização da segunda residência na Praia do Forte, tendo em vista o planejamento territorial urbano-turístico dessa localidade e a concentração de investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais.

Tabela 5.5: Crescimento da Segunda Residência no Litoral Norte da Bahia entre 1991 e 2010

Municípios Costeiros	Distância em relação à Capital (Km)	2ª Residência 1991	2ª Residência 2000	Cresc. Absol. 2ª Residência 1991-2000	Cresc. % 2ª Residência 1991-2000	2ª Residência 2010	Cresc. Absol. 2ª Residência 2000-2010	Cresc. % 2ª Residência 2000-2010	Cresc. Absol. 2ª Residência 1991-2010	Cresc. % 2ª Residência 1991-2010
Lauro de Freitas	28	2.380	2.617	237	10,0	3.079	462	17,7	699	29,4
Camaçari	51	4.915	9.684	4.769	97,0	15.482	5.798	59,9	10.567	215,0
Mata de São João	62	623	1.130	507	81,4	2.873	1.743	154,2	2.250	361,2
Entre Rios	141	659	1.074	415	63,0	1.917	843	78,5	1.258	190,9
Esplanada	155	252	748	496	196,8	791	43	5,7	539	213,9
Conde	187	650	992	342	52,6	1.590	598	60,3	940	144,6
Jandaíra	192	215	340	125	58,1	294	-46	-13,5	79	36,7

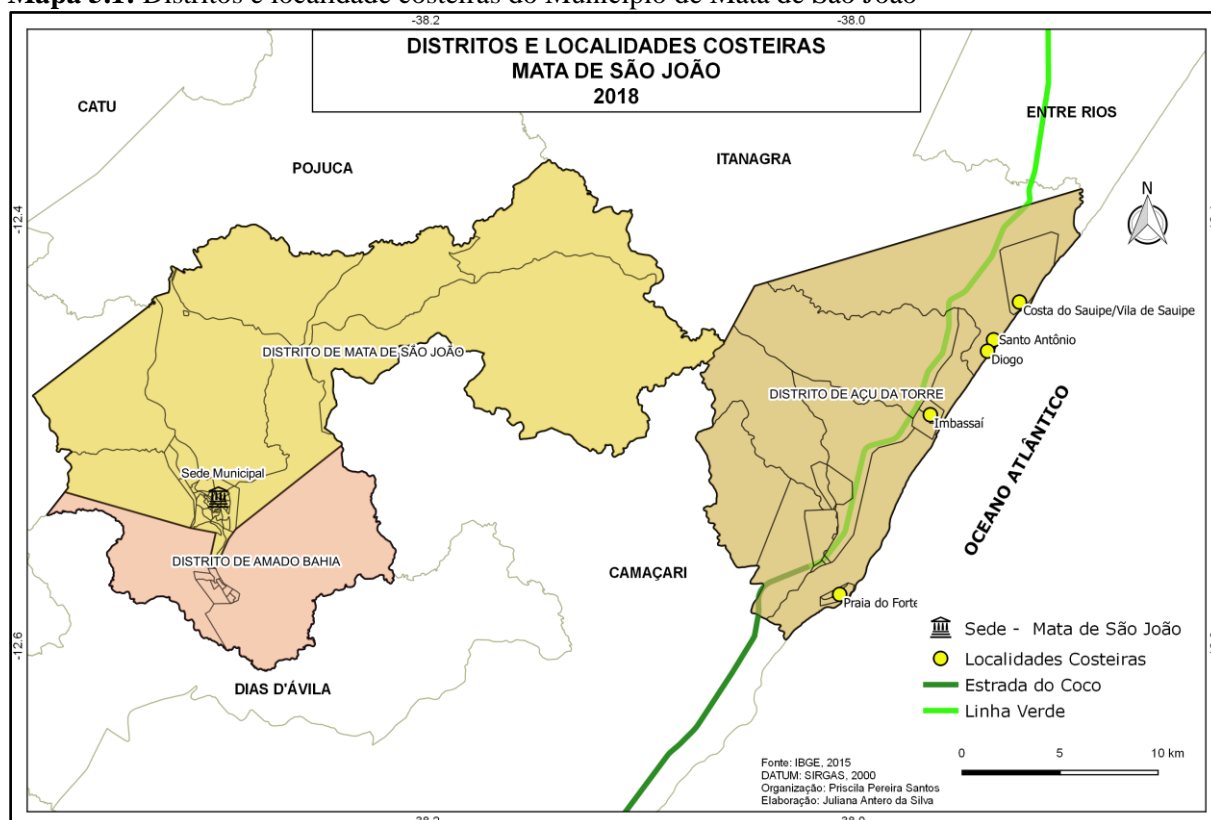
Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010**Elaboração:** Priscila Pereira Santos, 2018

5.2 Praia do Forte: a teia territorial em diferentes escalas

Na teia territorial entre o global-regional-local, a Praia do Forte diferencia-se de todas as demais localidades praianas do litoral da Bahia por ter uma lógica de ocupação territorial da segunda residência diferente da estrutura evidenciada no modelo histórico-genético elaborado por Lundgren (1974). Grosso modo, a diferenciação territorial da Praia do Forte está no planejamento urbano-turístico privado. A Praia do Forte sempre teve dono! Desde a década de 1970, a Praia do Forte foi privativamente capitaneada, planejada, para a transformação territorial da vila de pescadores em um paraíso turístico internacional baseado no marketing territorial de preservação e conservação da natureza com o *slogan* – “usufruir sem destruir”. Planeja-se o turismo nos moldes pós-fordista.

A Praia do Forte localiza no Distrito Açú da Torre, no município de Mata de São João. Ademais, no referido município configura-se por mais dois Distritos, são eles: Mata de São João – homônimo do município - e Amado Bahia. Como se vê no Mapa 5.1, as localidades costeiras estão no Distrito Açú da Torre (Mapa 5.1).

Mapa 5.1: Distritos e localidade costeiras do Município de Mata de São João



“*Barbaridade! O paraíso é aqui*”, disse Wilhelm Hermann Klaus Peters ao visitar pela primeira vez a Fazenda Praia do Forte, na década de 1970. Klaus Peters, como é popularmente conhecido na Praia do Forte, relatou a Achel Tinoco (2014), autor da sua biografia intitulada ‘*O Castelo de Wilhelm Hermann*’, que ao chegar na Fazenda Praia do Forte pela primeira vez, foi ao ponto mais alto e deparou-se com um castelo, estilo medieval, tomado pelo mato. Ele escalou até uma janela frontal do castelo e ficou surpreso com o que viu. E estando o “paraíso” à sua frente, não teve dúvidas: “*Tenho que comprar esta terra e restaurar este castelo. É fantástico! [...] Vou dar a este sítio uma destinação turística*” (TINOCO, 2014, p. 112). Em 1971, esse paulista descendente de alemão e seu sócio compraram por Cr\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil cruzeiros) a porção sul da Fazenda Praia do Forte. Segundo Tinoco (2014), Klaus Peters analisou o desenvolvimento da capital e percebeu que a urbanização estendia-se para o Litoral Norte e com certeza passaria pela Fazenda Praia do Forte, apesar do acesso ainda ser precário.

Klaus Peters e seu sócio ao verificarem as plantas da propriedade “ficaram assustados com o tamanho, abrangia uma área de aproximadamente 15 mil tarefas, entre os rios Pojuca e Imbassaí. Além da Praia do Forte, faziam parte da fazenda as localidades de Covão, Engenho, Camurujipe e Passagem Grande” (TINOCO, 2014, p. 120). A imensidão territorial do “*refúgio dos deuses*” – como se referia o sócio de Peters à Praia do Forte, foi durante três séculos de domínio da Família de Garcia D’Ávila.

Tatuapara. Era assim chamada a localidade de Praia do Forte pelos índios. Segundo Brandão (2013), com base em Pereira (1944), a toponímia Tatuapara refere-se ao nome de um rio, provavelmente o Rio Subaúma. Entre a segunda metade do século XVI e o início do século XVII, Garcia D’Ávila arquitetou uma fortificação, a Casa da Torre, “local estratégico onde se podia observar as embarcações que vinham do norte [...] tinha como função abrigar a residência da família D’Ávila, ser um forte para a defesa dos indígenas e servir de posto de vigilância para ataques de navios inimigos que cobiçavam as terras litorâneas ao norte de Salvador” (SANTOS, 2006, p. 100). A Casa da Torre, ou o Castelo Garcia D’Ávila como ficou conhecido pelas semelhanças com as construções medievais, mostra-se como a materialidade voltada para o controle territorial, a proteção, a defesa e o abrigo residencial.

Até o início do século XIX, a Fazenda Praia do Forte pertenceu a Família D’Ávila. Por falta de herdeiros diretos, os três séculos de dominação política e econômica da família D’Ávila cessou em 1805. O morgado passou para a Família Pires de Carvalho e a Família Albuquerque, e as terras começaram a ser vendidas. Até os anos de 1970, a porção sul da Fazenda Praia do Forte pertenceu a Família do Coronel Otacílio Nunes de Souza (MATTEDI,

2001). Sob o controle territorial do Coronel Otacílio, as territorialidades da vila de pescadores de Tatuapara eram os descendentes de escravos, índios, negros, meeiros, rendeiros e agregados das terras da Família Garcia D'Ávila (SANTOS, 2006).

Essas territorialidades da Praia do Forte viviam da pesca, da agricultura, da extração do coco, do artesanato com piaçava, dos bordados, entre outras atividades socioeconômicas (GOMES SOBRINHO, 2002; SANTOS, 2006). Raffestin (1993, p. 158) analisa que a territorialidade reflete as múltiplas dimensões vividas pelos sujeitos no território. Essa multidimensionalidade do “vivido” versa sobre o processo territorial em um sistema de relações existenciais/produtivistas e o produto territorial desse sistema de relações produtivistas/existenciais. Na Praia do Forte, essas relações existenciais/produtivistas, ou melhor, essas relações de poder entre os sujeitos tinham como base as atividades de subsistência da população voltadas para a agricultura, a pesca e as práticas socioculturais litorâneas desenvolvidas.

A vila de pescadores tinha o desenho urbanístico simples, estruturado entre a Rua da Frente, a Rua do Meio e a Rua de Trás tendo como referência central a Igreja de São Francisco de Assis, construída em 1900 (SANTOS, 2006). Nesse arranjo socioespacial, a maior parte da população concentrava-se na Rua da Frente, beirando o mar, “moravam pescadores, artesãos, pequenos comerciantes, trabalhadores da fazenda, além de abrigar um farol, um pequeno comércio local e alguns serviços públicos” (SANTOS, 2006, p. 115). Sob o controle territorial do Coronel Otacílio Nunes de Souza, a configuração territorial à beira-mar se mantinha como organizada pelo moradores locais. A zona costeira era o território de sobrevivência e trabalho da população tradicional.

Até a década de 1970, a lógica de ocupação territorial de Mata de São João e dos demais municípios do Litoral Norte estava orquestrada pelo petróleo, dava-se “às costas” para o mar, em outros termos, a costa matense estava esvaziada dos interesses hegemônicos e preenchida pelos interesses das territorialidades da comunidade local, que tirava o sustento da terra e do mar. É válido recordar que na década de 1950 inicia-se a exploração de petróleo no Litoral Norte da Bahia. Notadamente, a conexão territorial entre a sede municipal de Mata de São João e outros municípios tendia a ser melhor na hinterlândia.

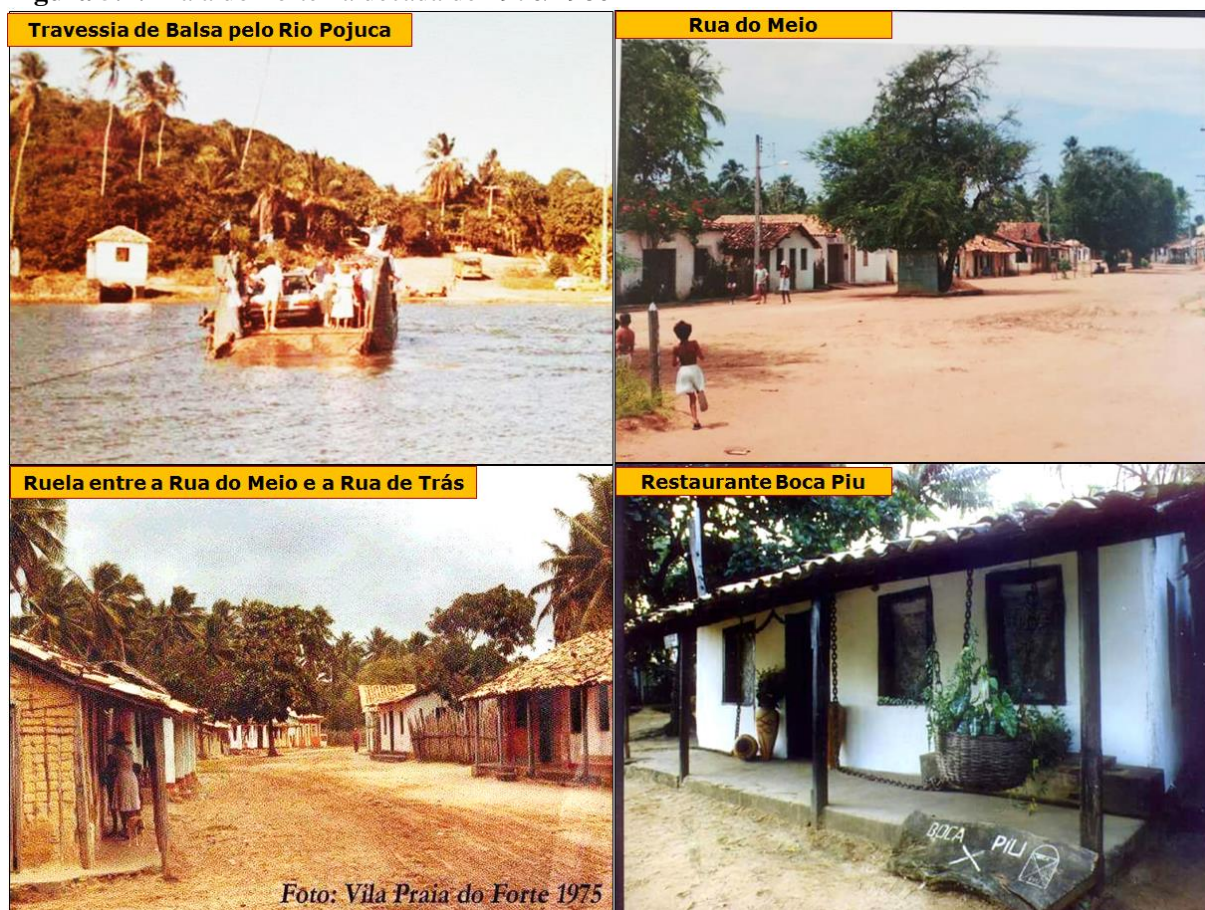
Até a primeira metade do século XX, ir à Praia do Forte era tarefa para aventureiro, ressaltam Santos (2006). Na década de 1950, uma ponte de madeira sobre o rio Pojuca foi construída, o que facilitou o acesso entre Mata de São João, Camaçari e a capital baiana. Além das dificuldades de acesso e comunicação, a infraestrutura, de modo geral, era escassa. Os moradores da Praia do Forte realizavam o abastecimento da água no rio Poções e no rio Açu,

ou, através de cisternas. A iluminação era realizada por um gerador de energia a diesel (GOMES SOBRINHO, 2002; SANTOS, 2006). Ainda nos primeiros anos da compra das terras por Klaus Peters, a luz do gerador era apagada às 10h da noite, “*deixando a rua de barro completamente às escuras*”, recorda o descendente de alemão (TINOCO, 2014, p. 199).

O ir e vir da Praia do Forte sentido Salvador melhorou com a ponte sobre o Rio Pojuca, mas continuou por via fluvial em embarcações conhecidas como saveiro (GOMES SOBRINHO, 2002; SANTOS, 2006). Nos anos 1970, a urbanização extensiva por segunda residência começa a se dispersar em direção as praias do Litoral Norte, notadamente nas praias de Lauro de Freitas e Camaçari. As dificuldades de acesso à Praia do Forte se tornaram um obstáculo a expansão da segunda residência no ritmo que ocorria em Lauro de Freitas e Camaçari. Ainda na década de 1970, as barreiras aumentaram em virtude das intensas chuvas que destruíram a ponte de madeira sobre o rio Pojuca. Desse modo, o acesso passou a ser realizado somente por via fluvial.

Klaus Peters ao assumir o controle territorial da Fazenda Praia do Forte adquiriu uma balsa de ferro. Essa balsa começou a ser usada pelos veranistas e excursionistas para atravessar os carros, pedestres e mantimentos até a Praia do Forte. A aquisição da balsa teve como propósito o transporte de material para a construção do hotel em planejamento por Peters. Além da balsa, Klaus Peters providenciou a construção de uma pista de pouso para aviões de pequeno porte, denominados de “teco-teco” (TINOCO, 2014). Em 1975, o primeiro trecho da BA-099 foi finalizado até a entrada da Praia do Forte, a ponte de madeira foi substituída por uma ponte de concreto.

No início da década de 1970, os veranistas e os excursionistas da Praia do Forte vivenciaram o período que a localidade era configurada por ruas de barro, de “chão batido”. Um dos principais espaços de diversão para adultos era o Bar e Restaurante ‘Boca Piu’, recorda saudosamente um dos entrevistados (Entrevistado 1, Turista/Veranista, Praia do Forte). Atualmente, o espaço do antigo Restaurante ‘Boca Piu’ foi ampliado, mudou de nome, tem nova administração, mas continua sendo o mais referenciado bar e restaurante da Praia do Forte (Figura 5.2).

Figura 5.2: Praia do Forte na década de 1970/1980

Fonte: Santos, 2006, p. 116; Entrevistado 1, Veranista/Turista durante trabalho de campo/2017

Fotos: Adriano Paiva

Com a chegada de Klaus Peters um novo tempo começa na vila de pescadores. A (re)(des)organização territorial imposta por Klaus Peters traz à tona o (re)(des)encontro dos tempos rápidos do “dono” das terras de Praia do Forte e dos tempos lentos, das territorialidades que já percebiam e vivenciavam cultural e simbolicamente o espaço praial, ou seja, o lugar, antes desse novo proprietário. Entre tempos rápidos e tempos lentos, Santos (2012, p. 267) salienta que “a palavra correta [...] seria temporalidade, considerada como uma interpretação particular do tempo social por um grupo”. Assim, as temporalidades e as territorialidades dos moradores da Praia do Forte antes de Klaus Peters tinha no espaço litorâneo significados, sentidos, identidades culturais que foram espacialmente ressignificadas com o planejamento para a territorialização da segunda residência, do turismo e do imobiliário-turístico. Em outros termos, o lugar das populações tradicionais começa a ser (re)(des)construído.

Souza (2013), ao discutir a relação entre os conceitos de território e lugar, analisa que:

no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está no primeiro plano ou que é aquela mais *imediatamente* perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidade vividas e percebidas (SOUZA, 2015, p. 115, grifo do autor).

Mas, alerta o autor, ter a dimensão cultural-simbólica como perceptível em primeiro plano não significa que a dimensão do poder não deva ser levada em conta na compreensão do lugar. Desse modo, “*lugares*, são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre *territórios*. Isso tem a ver com o fato de que às identidades socioespaciais se associam, sempre, relações de poder espacializadas” (SOUZA, 2015, p. 121, grifo do autor). Com o olhar na Praia do Forte, Klaus Peters traz à tona ao lugar dos moradores uma nova realidade, novos significados, uma nova relação com o mundo. Assim, as singularidades da Praia do Forte tende a interagir com as dinâmicas territoriais globais e as particularidades regionais do Litoral Norte no desenho de um território turístico único.

Nas palavras de Santos (2012, p. 314), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo. [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”. No contexto da Praia do Forte, tem-se de um lado, a interação técnica e a racionalidade externa de Klaus Peters, que se conectava com o sistema mundo, com o tempo do relógio universal, e de outro lado, a interação simbólica e comunicacional dos moradores, com o tempo do cotidiano, em (des)encontro com o novo proprietário das terras.

Klaus Peters planejava, ainda no século XX, transformar a Tatuapara do século XVI na Polinésia brasileira do século XXI. Basicamente, pode-se compreender essa transformação territorial em três complexas relações espaço-temporais: (i) a “onda” ecológica e o planejamento territorial da segunda residência em condomínios de luxo; (ii) a invenção do paraíso tropical; e, (iii) os empreendimentos turísticos-hoteleiros e o imobiliário-turístico. Essas intrincadas relações territoriais imbricam-se e hibridizam-se com o tempo que os moradores entendiam a localidade como simplesmente a “nossa” Praia do Forte! Nesse sentido, as análises e discussões que se seguem nesse capítulo se referem à articulação entre a primeira relação espaço-temporal e ao movimento de cooperação/resistência dos moradores às novidades do lugar com o mundo.

5.3 A “onda” ecológica, o planejamento territorial da segunda residência em condomínios de luxo e a implantação do imobiliário-turístico no século XXI

A “onda” ecológica começa em 1975 quando Klaus Peters cria o Parque Florestal e Reserva Ecológica de Garcia D’Ávila, entre os municípios de Camaçari e Mata de São João. Em 1977, Klaus Peters procurou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)⁵¹ para transformar o Parque Florestal em Área de Refúgio Particular de Animais Silvestres, a ser posteriormente conhecida pelos turistas como Reserva Sapiranga (GOMES SOBRINHO, 2002; TINOCO, 2014). As transformações estruturadas por Klaus Peters foi carregada de conflitos territoriais, afinal, como o próprio Klaus Peters disse: os moradores “*não podiam admitir que aquele galego viesse da terra dele – ‘lá dos inferno’ [como diziam os nativos] – para ensinar como deveriam se comportar e agir*” (TINOCO, 2014, p. 194). No primeiro momento, os interesses divergentes entre os moradores e as intencionalidades de Klaus Peters ancoravam-se nas restrições territoriais em relação ao uso dos recursos naturais. Sob a interpretação de Diegues (2001), Klaus Peters começa a reproduzir a ideia de paraíso, com a operacionalização do mito moderno da natureza intocada ou neomito, a existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável como se não houvesse população alguma nesse “mundo”.

A “onda” ecológica se manifesta concomitantemente com o *planejamento territorial da segunda residência em condomínios de luxo*. Nesse contexto, no final dos anos 1970, Wilson Reis Netto, carioca, especialista em arquitetura tropical, integrante da equipe de Oscar Niemeyer até 1968, Professor de Meio Ambiente e Urbanismo no programa de doutorado da Escola Nacional Superior de Belas Artes da Universidade de Paris entre 1969-1975⁵², foi contratado para planejar a urbanização turística da Praia do Forte. Entende-se por urbanização turística “o processo pelo qual as cidades e as pequenas cidades são construídas ou se redeseñvolvem explicitamente para os turistas” (MULLINS, 2003, p. 126).

Mullins (1991) caracteriza a urbanização turística do seguinte modo:

- (1) *Espacialmente* diferente porque é socialmente diferente;
- (2) *Simbolicamente* distintiva, com símbolos urbanos agindo como atrativos para turistas;
- (3) Distinguida pelo *rápido crescimento da população e da força de trabalho*;

⁵¹ Atualmente denominado de Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de acordo com a Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

⁵² <http://www.wilsonreisnetto.com.br/biografia.html>

- (4) Diferenciada por um *sistema flexível de produção* porque é parte do pós-fordismo;
- (5) Caracterizada por uma forma especial de *intervenção do Estado* a qual é ‘empreendedora’ no estilo, como o é a cidade pós-moderna;
- (6) Distinguida por um *consumo do prazer*, costumeiro e de massa;
- (7) Diferenciada por uma *população residente que é socialmente diferente*, porque esta urbanização é socialmente diferente (MULLINS, 1991, p. 331, grifo nosso).

A urbanização turística pode ser analisada como a materialização do hedonismo em contraponto à urbanização impulsionada pela industrialização.

Enquanto a urbanização ocidental emergiu no século XIX com base na produção e no comércio, **as cidades turísticas evoluíram no final do século XX como sítios de consumo.** [...] Este **consumo é para a alegria, o prazer, o relaxamento, a recreação**, etc., e não é um consumo de necessidades básicas sob a forma de habitação, serviços de saúde, educação e assim por diante (MULLINS, 1991, p. 326, grifo nosso).

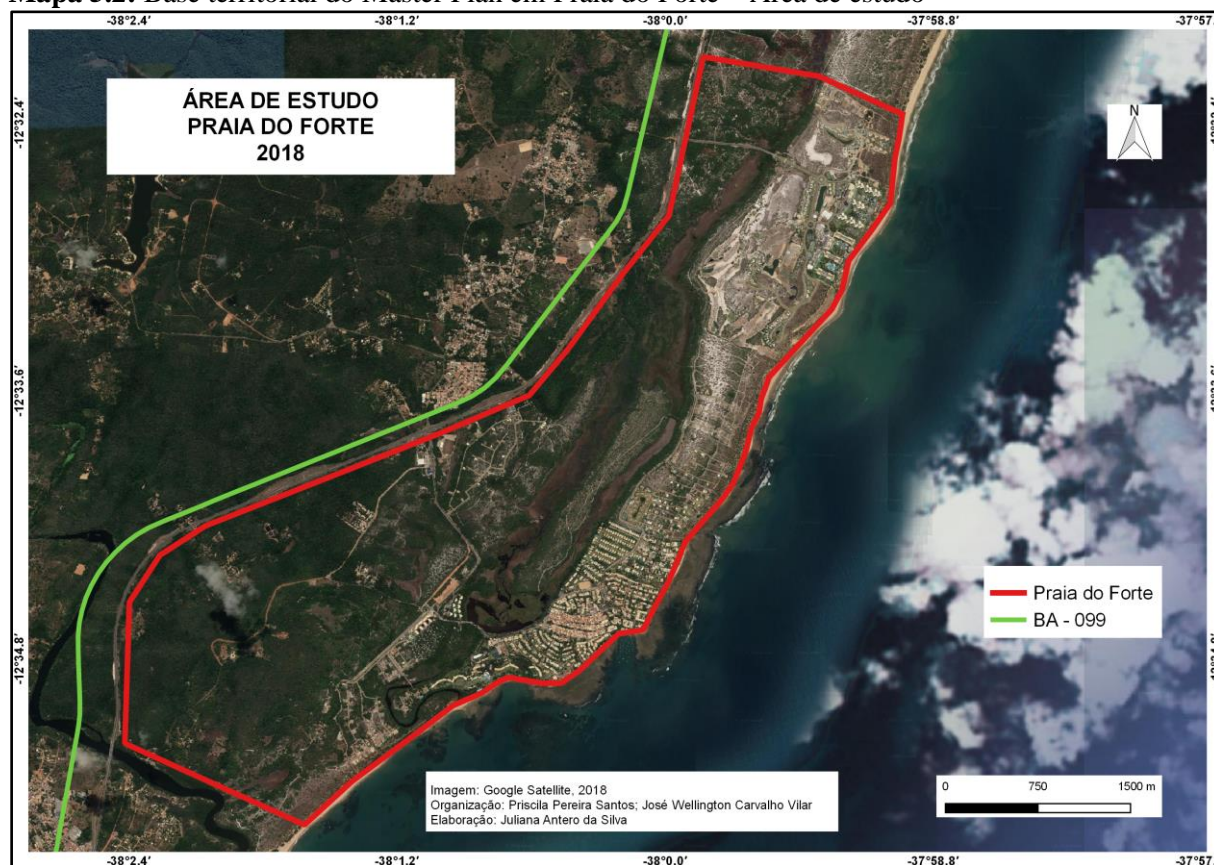
A técnica de planejamento territorial urbano adotada para a urbanização turística na Praia do Forte foi o *Master Plan*. O documento final intitulou-se **Plano de Urbanização e Normas de Arquitetura e Ocupação do Solo** (SANTOS, 2006). Sob a égide da preservação e conservação ambiental, “o *Master Plan* tem como principal objetivo ordenar o território da fazenda Praia do Forte para a implantação de hotéis, resorts, pousadas, grandes condomínios, residências e demais equipamentos turísticos” (SANTOS, 2006, p. 121, grifo da autora). Diferente das demais praias do Litoral Norte, o veraneio na Praia do Forte foi planejado. O território da segunda residência foi desenhado em condomínios fechados de alto luxo, embora observem-se algumas casas de praia *per se*. A vila de pescadores foi transformada para o veraneio, o turismo, enfim, para o lazer.

A partir do núcleo central da vila de pescadores, por toda a extensão da costa no sentido norte-sul, planejou-se a ocupação territorial da Praia do Forte para mega-projetos imobiliários e turístico-hoteleiros, notadamente os condomínios fechados de segunda residência, os *resorts* e o imobiliário-turístico. O **Plano de Urbanização e Normas de Arquitetura e Ocupação do Solo** previa que a urbanização fosse realizada em duas fases: a primeira, nas porções norte e oeste da localidade e a segunda, nas áreas ao sul. O território da segunda residência foi desenhado acoplado ao núcleo antigo da vila de pescadores para “não deixar a localidade crescer desordenadamente, para manter suas características de ‘pequena comunidade de pescadores’”, analisa Santos (2006, p. 123). Esse arranjo urbanístico espacial dos lotes de segunda residência foi uma estratégia para evitar que o núcleo dos moradores locais

se expandisse horizontalmente e desvalorizasse as terras no mercado imobiliário e turístico (SANTOS, 2006).

No final da década de 1970, criou-se o “Loteamento Praia do Forte”. Os limites desse Loteamento se referem à área do planejamento de urbanização turística elaborado pelo arquiteto Wilson Reis Netto e sua equipe (SANTOS, 2006). Assim, a partir da base territorial do *Master Plan*, destacada nos estudos de Santos (2006), delimitou-se uma das áreas centrais de estudo desta pesquisa (Mapa 5.2).

Mapa 5.2: Base territorial do Master Plan em Praia do Forte – Área de estudo



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Conforme o Termo de Compromisso entre a Prefeitura de Mata de São João e Klaus Peters, 48,46% das terras foi destinada à construção residencial, 30% às ruas e áreas verdes, 13,9% ao lazer e turismo (meios de hospedagem), 3,9% para área do Parque Garcia D'Ávila, 2,42% destinadas às áreas institucionais e 1,32%, para área comercial. Grosso modo, o chão da Praia do Forte foi fragmentado em quatro pedaços ou etapas. A primeira etapa ao sul do núcleo central e as demais ao norte (SANTOS, 2006).

A maior parte do parcelamento de uso do solo da Praia do Forte foi destinada ao uso residencial “principalmente para a construção de segundas residências, em condomínios de

luxo de alto padrão construtivo, direcionadas aos veranistas nacionais da classe alta e média alta predominantemente de Salvador” (SANTOS, 2006, p. 130). O arquiteto assistente de Wilson Reis Netto em entrevista a Telma Santos (2006) explica que no processo de elaboração do *Master Plan*, o condomínio Aldeia dos Pescadores e Porto das Baleias foram planejados para serem localizados na 1ª e 2ª etapa do loteamento. Segundo o arquiteto entrevistado, os lotes próximos ao núcleo central de Praia do Forte são menores. Desse modo, no Condomínio Aldeia dos Pescadores, os lotes tem 350m² e no Condomínio Porto das Baleias, 400 m². Mas na 3ª etapa ao norte, mais afastada do núcleo central, os lotes são maiores, como por exemplo, no Condomínio Etapa das Piscinas que variam com lotes entre 800 m² e 1.000 m².

Pari passu ao processo de planejamento urbano foi criada a Fundação Garcia D’Ávila, em 1979. A Fundação Garcia D’Ávila foi criada para gerenciar a região e operacionalizar os projetos e os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários. Um dos desdobramentos gerenciais da Fundação Garcia D’Ávila foi a criação da imobiliária Landco Empreendimentos Imobiliários (GOMES SOBRINHO, 2002; SANTOS, 2006; MATTEDI, 2001). Atualmente, a Fundação Garcia D’Ávila é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com ações direcionadas para a preservação da memória, da cultura e da natureza da Praia do Forte através de programas sociais com a população local. Ademais, a Fundação Garcia D’Ávila também é responsável pela preservação e restauração do Castelo Garcia D’Ávila. A Landco Empreendimentos Imobiliários monitora e implanta novos projetos imobiliários com vistas ao controle do plano urbano-turístico da Praia do Forte (SANTOS, 2006).

Atualmente, observa-se a predominância dos condomínios de segunda residência na Praia do Forte, conforme planejado. A partir da vila de Pescadores, como até hoje é denominado o núcleo central da localidade, ao norte verifica-se o maior quantitativo de casas de praia intramuros e de reserva de terra para a construção de tantas outras amuralhadas. Na segunda etapa, ao sul, os condomínios de segunda residência estão territorializados em espaços menores e mais dispersos. O Mapa 4.3 evidencia essas “geometrias do poder”, para usar a reflexão de Massey (2012).

Mapa 5.3: Praia do Forte – Condomínios de Segunda Residência, 2018



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Como pode ser observado no mapa 5.3, os condomínios de segunda residência passaram a ter o controle territorial da Praia do Forte e os moradores foram institucionalmente “aprisionados” no núcleo central após Klaus Peters firmar com a Prefeitura de Mata de São João o Contrato de Comodato. Uma das primeiras ações para o despedaçar, ou fragmentar, do chão da Praia do Forte foi a assinatura do Contrato Comodato entre Klaus Peters e a Prefeitura em 1977. Por meio desse contrato, os terrenos da vila de Pescadores foram doados à Prefeitura de Mata de São João, ou seja, a gestão dessa área passou a ser do poder público municipal. “Mais uma vez os nativos insurgiram contra ele [Klaus Peters] ao serem comunicados pela Prefeitura que não poderiam vender suas casas. Exceção feita aos filhos e dependentes” (TINOCO, 2014, p. 193). Desse modo, os moradores locais iriam pagar título de aforamento a Prefeitura pelo uso da terra, mas não podiam vender ou alugar suas casas sem o consentimento do poder público municipal (SANTOS, 2006).

Klaus Peters, em sua biografia, recorda esse tempo. Na época, ele acreditava que um dia os moradores iriam entender que o propósito do Contrato de Comodato era preservar e conservar a natureza. Os moradores reagiram: “*Ninguém se importa com essa porcaria de contrato de comodato que este ‘alemão’ maldito fez com a Prefeitura [...] No que é nosso gringo nenhum tasca a mão*” (TINOCO, 2014, p. 193). O Contrato de Comodato ao mesmo tempo em que impedia os moradores de vender ou alugar suas casas sem a permissão da Prefeitura e controlava, “aprisionava”, o uso do solo pelos moradores, também organizava a funcionalidade da vila de pescadores criada no plano de urbanização turística, uma vez que planejava-se o núcleo central como espaço predominantemente comercial.

O Contrato de Comodato representava para Klaus Peters uma das ações da “onda” ecológica iniciada por ele. Anos mais tarde, outra ação ambiental foi apoiada pelo proprietário da Fazenda Praia do Forte. Em 1982, a sede nacional do Projeto Tartaruga Marinha (TAMAR) foi instalada na Praia do Forte. Diante da efervescência da Praia do Forte na década de 1990, a imprensa regional por meio de entrevista com o Coordenador Nacional do Tamar-Ibama na época analisou a importância do TAMAR:

Mais do que a mata atlântica, a aldeia dos pescadores, o Parque Garcia D’Ávila e a Reserva Sapiiranga, foi o projeto TAMAR e seu trabalho de preservação e proteção das tartarugas marinhas que tornaram Praia do Forte conhecida internacionalmente. [...] **Além de sua riqueza natural, valorizada por um bem elaborado planejamento urbanístico, a Praia do Forte criou fama com a ajuda do marketing da tartaruga** [...] tudo aqui, confecções, butiques, bares, restaurantes, hotéis e empreendimentos imobiliários, leva a marca da tartaruga (JORNAL CORREIO DA BAHIA, 1996, p. 6 *apud* GOMES SOBRINHO, 2002, p. 179, grifo da autora, grifo nosso).

Dois anos após a inauguração do Projeto Tamar, em 1984, Passagem Grande, Camurujipe e Sapiranga, áreas pertencentes à Fazenda Praia do Forte, foram consideradas de interesse turístico ecológico. Nesse sentido, essas áreas foram privatizadas e começaram a ter o acesso controlado. Essas áreas ficaram sob a égide do Código Florestal vigente à época, Lei Nº. 4.771 de 1965, e Lei de Proteção à Fauna, Lei nº 5.197 de 1967. Sob o âmbito territorial, essa delimitação de proteção e conservação ambiental significou proibições. Proibiu-se extrair lenha, caçar animais, entre outras ações de uso dos recursos naturais. Para fazer valer as Leis, em 1985, começou a funcionar na Praia do Forte a primeira Delegacia Ecológica da Bahia (GOMES SOBRINHO, 2002).

A sequência de ações preservacionistas e conservacionistas prosseguiram na década de 1980. Em 1987, o rio Açu foi represado e transformado na Reserva Ecológica Lagoa Timeantube. O rio Açu “era a principal fonte de abastecimento d’água e lazer da população”, (GOMES SOBRINHO, 2002, p. 178). De todas restrições territoriais imposta por Klaus Peters até aquele momento, ele tinha consciência de como o represamento do Rio Açu tinha aguçado os conflitos socioambientais entre ele e a população: “*o que mais aporrrinhou toda a gente foi a proibição de lavar e pescar na lagoa Timeantube*” (TINOCO, 2014, p. 194). Essas proibições estruturadas pelo projeto ambiental de Klaus Peters para a Praia do Forte faz-se da simbiose entre o pensamento racional e o pensamento mitológico, como ressalta Diegues (2001) ao analisar o mito da natureza intocada.

Nesse conjunto de representações sobre o mundo natural intocado e intocável **existem elementos claros que reportam ao pensamento empírico-racional, como a existência de funções ecológicas e sociais da natureza selvagem** (o conceito de biodiversidade, por exemplo), **dos processos ecológicos do ecossistema**. De outro lado, **existem nesse neomito elementos míticos claros que reportam à idéia do paraíso perdido**, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, **da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada** (DIEGUES, 2001, p. 59, grifo nosso).

Para a população local na época, a “*onda ecológica*” estava sendo exagerada ou sob a análise de Diegues (2001), mitológica. Na biografia de Klaus Peters há relatos da reação das pessoas da localidade diante das ações preservacionistas e conservacionistas vivenciadas naquele momento. Dentre esses relatos, chama-nos a atenção a ironia da benzedeira Mariazinha sobre as possíveis justificativas proibitivas das suas práticas cotidianas:

daqui a pouco vai dizer que nós num pode tirar as barba do coco prumode não deixar o pé de cara limpa...e num pode bater na mandioca pra fazer os bolinho de puba para não ofender os ouvido dela. Se essa dona [refere-se a Angélica, esposa de Peters] chegar na minha casa morrendo de dor de dente, não mexo uma fôia seca para ajudar lá ela (TINOCO, 2014, p. 194, [sic]).

A ironia da dona Mariazinha, referenciada na biografia de Klaus Peters, desvela que o tempo lento do rural da Praia do Forte é tomado pela lógica da urbanização turística com a ruptura, descontinuidades e transformações dos valores e hábitos rurais vivenciados pelas territorialidades da Praia do Forte. Nessa relação espaço-temporal entre campo e cidade, Bagli (2010, p. 84) analisa que “no rural, as relações cotidianas são construídas sobre um tempo mais ligado a uma lógica territorial que se consolida por meio da intensa relação com a natureza”. Na nova realidade da Praia do Forte, o chão que para os moradores é garantia de sobrevivência sob a lógica do tempo da natureza, passa a ser planejado também como terra de descanso e lazer dos que vivenciam a lógica da rotina mecânica de vida e trabalho, conduzida pelo relógio. É o momento de encontros e desencontros entre as territorialidades e de ressignificação espacial das identidades dos sujeitos.

A esposa de Klaus Peters engajou-se em convencer as matriarcas das famílias da Praia do Forte sobre os motivos e a importância na mudança do comportamento dos moradores diante da urbanização turística.

Angélica fazia reuniões com as mulheres **no intuito de instruí-las sobre o procedimento que deveriam adotar daquele momento em diante**, visto que um hotel estava sendo construído e visitantes do mundo inteiro seriam atraídos para lá. ‘Seria feio se encontrassem uma vila desarrumada, suja, com moradores destratados’, ela dizia (TINOCO, 2014, p. 194, grifo nosso).

Angélica usava o poder do discurso e da sua apresentação física, dos aformoseamento de “mulher da cidade”, para persuadir as matriarcas das famílias. Há um embate entre as mulheres da rural Praia do Forte e da esposa de Klaus Peters na sua biografia que explicita a sobreposição da territorialidade urbana sobre a rural. Segundo Tinoco (2014), durante uma das reuniões, ao observar que as mulheres estavam inquietas e que a líder era a benzedeira, Angélica a perguntou:

- De onde a senhora tira suas ervas, dona Mariazinha, para curar as dores de quem a procura?
- *Antonce* a senhora *num* sabe? Tiro da mata, da beira da lagoa e dos manguezá.

- Por isso eu digo que não se deve lavar roupa na lagoa, não se deve destruir a natureza, sob pena de não termos mais as ervas milagrosas quando precisamos (TINOCO, 2014, p. 194, grifo nosso).

A Dona Mariazinha lavando roupa na lagoa, como sempre fez, estava a destruir a natureza, na visão de Angélica. E continuar com essa prática, poderia vir a extinguir as espécies da flora usadas pela benzedeira para suas curas. É ululante que Klaus Peters planejando a implantação de condomínios de segunda residência, pousadas, resorts, entre outras materialidades, também estava planejando a destruição da natureza em escala superior à lavagem de roupa da Dona Mariazinha. Pela interpretação de Diegues (2001, p. 66), tem-se nesse conflito uma situação implícita: a população tradicional da Praia do Forte deveria “‘sacrificar-se’ para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e ‘contato com a natureza selvagem’. Ou ainda, segundo uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito — proteger a biodiversidade” ameaçada pelos moradores locais. Desse modo, à população tradicional: o fechamento territorial. Mas ao mercado imobiliário e turístico: abertura territorial sob a égide da conservação ambiental. Afinal, como se sabe, o poder do capital possibilita ao mercado imobiliário cumprir as legislações ambientais vigentes e tornar o empreendimento sustentável.

Mesmo com os argumentos de Angélica, as mulheres da Praia do Forte não se convenciam facilmente, diziam elas: “*Os ‘alemão’ quer dominar nós*” (TINOCO, 2014, p. 195). A sobreposição do território turístico criado por Klaus Peters ao território dos moradores estava sendo percebida e sentida pela população local. Para Klaus Peters e Angélica, a comunidade local não entendia que as transformações territoriais “pretendiam unicamente protegê-los para que tivessem uma qualidade de vida condizente com a boniteza do lugar que viviam” (TINOCO, 2014, p. 195). Se em outrora, Angélica foi a inquisidora, em um outro momento, foi a hora das mulheres da Praia do Forte questionar:

- O que ocês tem com isso dona? – disparou lá do fundo da sala uma mulher pequena, magra, aparentando muito mais idade do que a registrada na carteira de identidade.

Angélica a viu do alto da plataforma do seu sapato e retrucou:

- Quantos filhos a senhora têm?

Ela olhou para um lado e para o outro, como quem procurava apoio, e respondeu constrangida:

- Oito.

- Quantos estão na escola? – Insistiu.

- Nenhum. Aqui num tem escola alguma, a senhora deve saber.

- Sei, sim. E é isso que precisamos mudar (TINOCO, 2014, p. 195, grifo nosso).

Para os moradores locais, as transformações territoriais que estavam ocorrendo era uma “moda” inventada pelo descendente de alemão: *“não se fazia preciso tanta modernidade, a vida pacata na pequena vila de mil e poucos habitantes, pescando de anzol e jogando as redes ao mar, era boa e não carecia de intromissão de ‘estrangeiro’ algum [...] O ‘alemão’ quer inventar moda”* (TINOCO, 2014, p. 192, grifo nosso). Para Santos (2006, p. 117), em uma análise ácida, as mudanças ambientais e sociais visavam, sobretudo, “demonstrar ao público em geral, que se pensa antes de tudo na preservação do meio ambiente e nas necessidades da comunidade local, bem como, fortalecer a imagem de lugar ecologicamente correto na perspectiva de atrair mais turistas e visitantes”. Em um movimento dialético, a integração dos moradores da vila de pescadores ao sonho de Klaus Peters foi escudado na rurbanização, exclusão e no confinamento territorial.

É válido esclarecer que as análises sobre os processos territoriais evidenciados não tem a inocente pretensão de julgar entre o bem e o mal, entre o bom e o ruim, nem vitimizar os moradores locais e demonizar Klaus Peters e os veranistas/turistas. Esse pensamento maniqueísta não nos cabe, embora tenhamos consciência dos fundamentos ideológicos da produção científica. Contudo, jamais poderíamos nos abster de analisar os conflitos territoriais dessa reestruturação global-urbano-regional planejada para a Praia do Forte no sentido de entender o atual arranjo socioespacial.

Do início da década de 1970 até hoje, a paisagem da Praia do Forte tem aparência “rural”, tem-se a sensação de interação com a natureza, de vivenciar uma lógica diferente da euforia do espaço urbano, mas as aparências são superficiais para entender um fenômeno territorial de tal proporção. A realidade do cotidiano da Praia do Forte é predominante urbana.

No primeiro plano, essa rurbanização, ou periurbanização, traz à tona o que Haesbaert (2014b) considera como um dos mais relevantes mecanismos de fechamento territorial na atualidade: a exclusão territorial. “[...] não se trata de tentar isolar ou segregar os ‘de baixo’, mas de impedir ou de restringir consideravelmente o uso social do território, em sentido amplo [...] **tratar-se-ia agora de uma espécie de confinamento ou ‘reclusão’** não do homem, mas **da natureza**”, o que pode ser evidenciado na “onda” ecológica imposta por Klaus Peters na Praia do Forte (HAESBAERT, 2014b, p. 199, grifo nosso). Como mencionado, o discurso que as práticas cotidianas dos moradores estariam “ameaçando à natureza” desvelou a exclusão territorial em sentido estrito por meio da (re)(des)territorialização. Os moradores locais, como a benzendeira Mariazinha, deixou de apropriar-se simbolicamente e fisicamente

dos recursos territoriais, seja coletando as ervas e/ou lavando roupa. Ao mesmo tempo em que essas pessoas reterritorializaram suas práticas cotidianas em outros lugares.

Em contraponto, se os moradores “ameaçavam a natureza”, o *marketing verde* ou *ecológico* da Praia do Forte demonstra “que é possível, pelo menos para os grupos hegemônicos e a um alto preço, um ‘sustentável’ convívio sociedade-natureza” (HAESBAERT, 2014b, p. 205). É nesse contexto que os espaços restritos foram transformados em atrativos turísticos que contraditória e complementarmente potencializam as diferenças, as particularidades regionais e as singularidades da Praia do Forte. Sob a perspectiva do planejamento urbano-turístico da Praia do Forte, a exclusão territorial como instrumento de confinamento territorial da natureza, para usar a reflexão de Haesbaert (2014b), articula-se à dinâmica territorial do amurramento dos condomínios de segunda residência, à contenção territorial do homem, como analisa Haesbaert (2014b), à “espaços residenciais fechados”, para Spósito e Góes (2013), ou ainda, enclaves fortificados, nas palavras de Caldeira (1997). Em outros termos, potencializam-se as diferenças e busca-se o padrão de homogeneidade global intramuros.

Nas palavras de Caldeira (1997), esses espaços privatizados, fechados e monitorados para a segunda residência são “enclaves fortificados”. Para a autora, seja qual for o uso do enclave fortificado, moradia permanente ou ocasional, todos apresentam as mesmas características: “propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão” (CALDEIRA, 1997, p. 159). Essa estrutura urbana planejada e em materialização na Praia do Forte até o presente momento, tem em sua essência basicamente os seguintes processos: contenção territorial ou o confinamento territorial (HAESBAERT, 2014b; YÁZIGI, 2003), autosegregação e segregação residencial induzida (SOUZA, 2010) ou ainda, precarização territorial, como reflete Haesbaert (2014b). Assim, face à globalização, estrutura-se, do outro lado da moeda, a fragmentação socioespacial (CALDEIRA, 1997; SPÓSITO; GÓES, 2013; HAESBAERT, 1999).

Sob a perspectiva do confinamento territorial entre muros, Haesbaert (2014b) analisa esse processo como uma forma de contenção territorial, em que as casas e condomínios fechados, murados, fortificados, seguem uma regra semelhante à dos “campos”, mas invertendo o sentido territorial de contenção: “‘conter’ a entrada dos indesejados ou alegados criminosos, ‘contendo-se’ na relativa reclusão dos muros [...] ao mesmo tempo ‘contendo’ a progressão de outros e ‘nos contendo’ em termos da nossa própria progressão/mobilidade” (HAESBAERT,

2014b, p. 220). Eis aí o paradoxo da globalização, a abertura territorial da Praia do Forte às dinâmicas globais, ergue muros visíveis e invisíveis, impulsiona-se o fechamento territorial.

Para Yázigi (2003), por um viés didático, o confinamento territorial apresenta basicamente sete formas, são elas: (i) confinamento em grandes complexos; (ii) confinamento em hotéis; (iii) confinamento em zonas turísticas; (iv) confinamento por segregação social; (v) confinamento pela violência; (vi) confinamento dos acidentes geográficos e, (vii) confinamento provocado pela feiura. Nesse momento, nos interessa mais de perto o confinamento territorial por segregação.

Segundo Yázigi (2003),

O confinamento por segregação social é o mais grave. Sabe-se que até o surgimento da indústria automobilística no Brasil, o turismo era privilégio quase que exclusivo de classes abastadas. Até então, elas podiam eleger como local de turismo ou residência secundária, inúmeros territórios ainda conservados e atraentes. Com a massificação do turismo, nele se verificando formas conflitantes no entendimento da civilidade, surge o nomadismo das classes mais ricas, que vão fugindo das ocupações populares [...] **nem sempre podendo ir mais longe, para fins de residência secundária, recriam-se condomínios fechados – onde são possíveis de serem inventados** (YÁZIGI, 2003, p. 58-59).

Como anteriormente mencionado, o Contrato de Comodato foi o instrumento utilizado por Klaus Peters para conter a população local no núcleo central da Praia do Forte. Compreende-se esse processo territorial como segregação residencial induzida, em que grupos são “forçados a viverem em certas áreas [...] sendo na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade” (SOUZA, 2010, p. 68). O planejamento urbano-turístico da Praia do Forte forçou os moradores locais a ficarem onde já estavam ou se mudarem para a margem oeste da BA-099, ou seja, produzindo (des)(re)territorialização – precarização territorial -- tendo em vista que a valorização imobiliária impossibilitava também que os moradores comprassem os lotes residenciais. Por essa falta de “escolha”, Souza (2010) entende esse processo como segregação residencial induzida. Contudo, a classe mais abastada tem a opção de morar aqui ou ali, veraneiar lá ou cá, intramuros ou sem muros. E por ser opção, em um primeiro momento analisa-se esse processo como autosegregação.

Alguém poderia alegar que, também no caso da autosegregação, tampouco se trata de uma ‘escolha’, pois as pessoas tentam escapar dos problemas. Essa seria, porém, uma interpretação forçada, por duas razões: primeiramente, porque os **que se autosegregam não costumam ver seus antigos espaços**

com olhos nostálgicos, ou seus novos espaços como representando uma perda; em segundo lugar, porque os que se autossegregam, na condição de moradores, são, em grande parte, os mesmo que, na condição de elite dirigente, são, ao menos, co-responsáveis pela deterioração das condições de vida na cidade, inclusive no que se refere à segurança pública, seja por suas ações, seja por sua omissão. **Em suma: há de se manter uma distinção muito forte entre a segregação induzida e a autossegregação** (SOUZA, 2010, p. 71, grifo nosso).

Como se vê, a diferença entre segregação residencial induzida e a autossegregação está na dimensão simbólico-cultural com o espaço geográfico, representada pelas relações de identidade e intersubjetividade. Spósito (2013b, p. 71) chama a atenção para a relação imediata entre áreas residenciais muradas com padrão médio baixo e autossegregação, visto que a “opção pela compra deste produto imobiliário decorre muito mais de ele ser oferecido no mercado” do que uma opção em busca de segurança, exclusividade ou *status*. Embora esteja-se analisando condomínios fechados de segunda residência de alto luxo, a associação imediata dessa forma de habitação de lazer e a autossegregação merece ser revisada, uma vez que o planejamento territorial urbano-turístico da localidade orientou o mercado imobiliário sobre a forma de segunda residência que desejava. Assim, os muros não foram necessariamente procurados ou preferidos. No primeiro momento, os condomínios fechados de alto luxo foram a mercadoria ofertada. Há duas naturezas nesse processo, destaca Spósito (2013b), são elas: os interesses dos que produzem esses espaços e aqueles que consomem esse produto.

Seja como for, segregação residencial induzida e/ou autossegregação integram um só processo: a segregação socioespacial. Segundo Spósito e Góes (2013), o conceito de segregação socioespacial apoia-se em dois pilares: (i) conceito de segregação; (ii) termo “socioespacial”. Assim, a segregação “resulta da radicalização e do aprofundamento de múltiplas formas de distinção, de segmentação, de desigualdade, de diferenciação, sem que a recíproca seja sempre verdadeira” e ao escolher o termo socioespacial opta-se por colocar em relevo a geografia desse conceito, ou seja, “não é possível pensar numa segregação apenas social, visto que ela é sempre expressa e determinada espacialmente” (SPÓSITO; GÓES, 2013, p. 280-281). Nesse contexto, os moradores ficaram concentrados entre a Rua da Frente, a Rua do Meio e a Rua de Trás e os usuários da segunda residência foram territorializados de norte a sul do núcleo central.

O confinamento territorial planejado para os veranistas e turistas da Praia do Forte reflete uma tendência mundial codificado como uma materialidade de proteção em relação à sensação de insegurança que se vivencia em escala global e ao mesmo tempo de *status* pela exclusividade territorial. Para Caldeira (1997, p. 159), “a construção de símbolos de *status* é

um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais”. Nesse sentido, o *marketing* territorial da Praia do Forte como território da segunda residência torna-se um dos principais instrumentos de projeção global da diferenciação socioespacial e de fomento à competitividade territorial, ou na visão de Santos (2012), a “guerra de lugares”.

Caldeira (2000) reflete que as propagandas tem como objetivo seduzir. Os anúncios imobiliários usam imagens e valores para sensibilizar as pessoas e transmitir a elas a ideia que as suas fantasias, desejos e sonhos, podem ser realizados com a compra daquele produto imobiliário, nesse caso, a sonhada casa de veraneio ou casa de praia. Assim, a análise do discurso dos anúncios imobiliários “revela os elementos dos padrões atuais de diferenciação e distinção sociais. Ela mostra **como as classes altas constroem seu lugar na sociedade e a sua visão do tipo de residência onde ‘a vida seria possível’** para elas” (CALDEIRA, 2000, p. 266, grifo nosso).

O *marketing* territorial criou a imagem da Praia do Forte como um paraíso ecológico com os aspectos bucólicos de uma vila de pescadores. Desse modo, Kotler *et al.* (2006) analisa que o marketing territorial integra e projeta o território no contexto global de competitividade a partir promoção e afirmação das particularidades regionais e singularidades do lugar. Atualmente, o Grupo Português Américo Amorim transforma a comercialização do empreendimento “Condomínio de Piscinas Naturais” em uma nova raridade espacial, como refletem Carlos (2001) e Spósito (2001), ao anunciar: “*o último condomínio de frente para o mar em Praia do Forte pode ser o seu*” ou ainda “*garanta uma das últimas unidades desse paraíso*”. O espaço no “paraíso” ouvindo o som das ondas do mar escasseia-se.

Aos incrédulos ou em dúvida sobre a existência do paraíso dos seus sonhos, o *marketing* territorial apresenta-o: *Acredite. O lugar dos seus sonhos existe. Na Praia do Forte, em uma localização privilegiada, margeada por belos coqueiros e cercada por piscinas naturais, existe um verdadeiro paraíso esperando por você.* A exclusividade territorial do condomínio e os aspectos globais da singular vila de pescadores são evidenciados como atrativos de *status* e diferenciação socioespacial (Figura 5.3).

O Condomínio Piscinas Naturais desenvolve-se em uma área de 110 ha, cerca de 1.078.000 m², segmentado em duas etapas. Na Primeira Etapa estão sendo implantados seis subcondomínios, nas palavras do material promocional: “*um paraíso dividido em seis*”. Três condomínios em frações de terrenos: Condomínio das Acácias, Condomínio dos Ipês e Condomínio dos Jacarandás; e três condomínios tipo village (apartamentos): Village das

Acácias, Village dos Ipês e Village dos Jacarandás. Nessa primeira etapa são comercializados 248 lotes e 215 villages.

Figura 5.3: Marketing territorial do Condomínio Piscinas Naturais na Praia do Forte



Fonte: Amorim Imobiliária (s/d.)

Conforme o Plano de Urbanização Turística, os lotes são maiores que os mais próximos ao núcleo central. Especificamente no Condomínio Piscinas Naturais, as frações de terrenos são de 544 m² e 800 m², com área de construção máxima de 326 m² e 480 m², respectivamente. Como pode ser visualizado na figura 5.4, os subcondomínios de lotes ficam à beira-mar e fornecem acesso privativo à praia para todos os usuários dos seis subcondomínios. Na segunda etapa do Condomínio de Piscinas Naturais, estão os subcondomínios de lotes: Condomínio Praia das Jangadas e Condomínio Praia das Tartarugas, que totalizam juntos 243 lotes.

Figura 5.4: Territorialização dos subcondomínios do Condomínio Piscinas Naturais



Fonte: Amorim Imobiliária (s/d.)

Como propagado, esses são os últimos “pedaços de chão” planejados por Klaus Peters para condomínios de segunda residência. Muros invisíveis cercam o mar em uma dominação/apropriação da praia. De norte a sul, os condomínios de segunda residência obstaculizam o acesso de pedestres que não são condôminos à praia, ou seja, privatizam o acesso a esse bem público, como é possível observar na Figura 5.5, Figura 5.6 e no Mapa 5.4. Pelos espaços de acesso livre, verifica-se uma indução na frequência de determinados espaços.

Figura 5.5: Acesso Privativo às praias



Fonte: Trabalhos de campo, 2015-2018

Assim, nas observações de campo e durante as entrevistas com os moradores e os turistas constatou-se que as praias mais frequentadas pelos moradores são: a Praia do Porto e a Praia do Chapéu, ambas na primeira etapa ao norte do núcleo central. Os turistas frequentam

em sua maioria: a Praia do Porto, pela proximidade com o núcleo central, e a Praia do Lord e a Praia das Piscinas Naturais, induzidos principalmente pelo *marketing* territorial desses espaços, tendo em vista que são consideradas as praias mais bonitas da localidade. Ao sul do núcleo central, há apenas duas passagens de acesso livre à Praia do Portinho de Baixo e Praia da Barrinha (Figura 5.6). Essas praias são (quase) exclusivas dos veranistas dos condomínios fechados e dos hóspedes do Tivoli Ecoresort.

Figura 5. 6: Acesso Público às praias



Fonte: Trabalhos de campo, 2015-2018

Mapa 5.4: Praia do Forte – acesso à praia



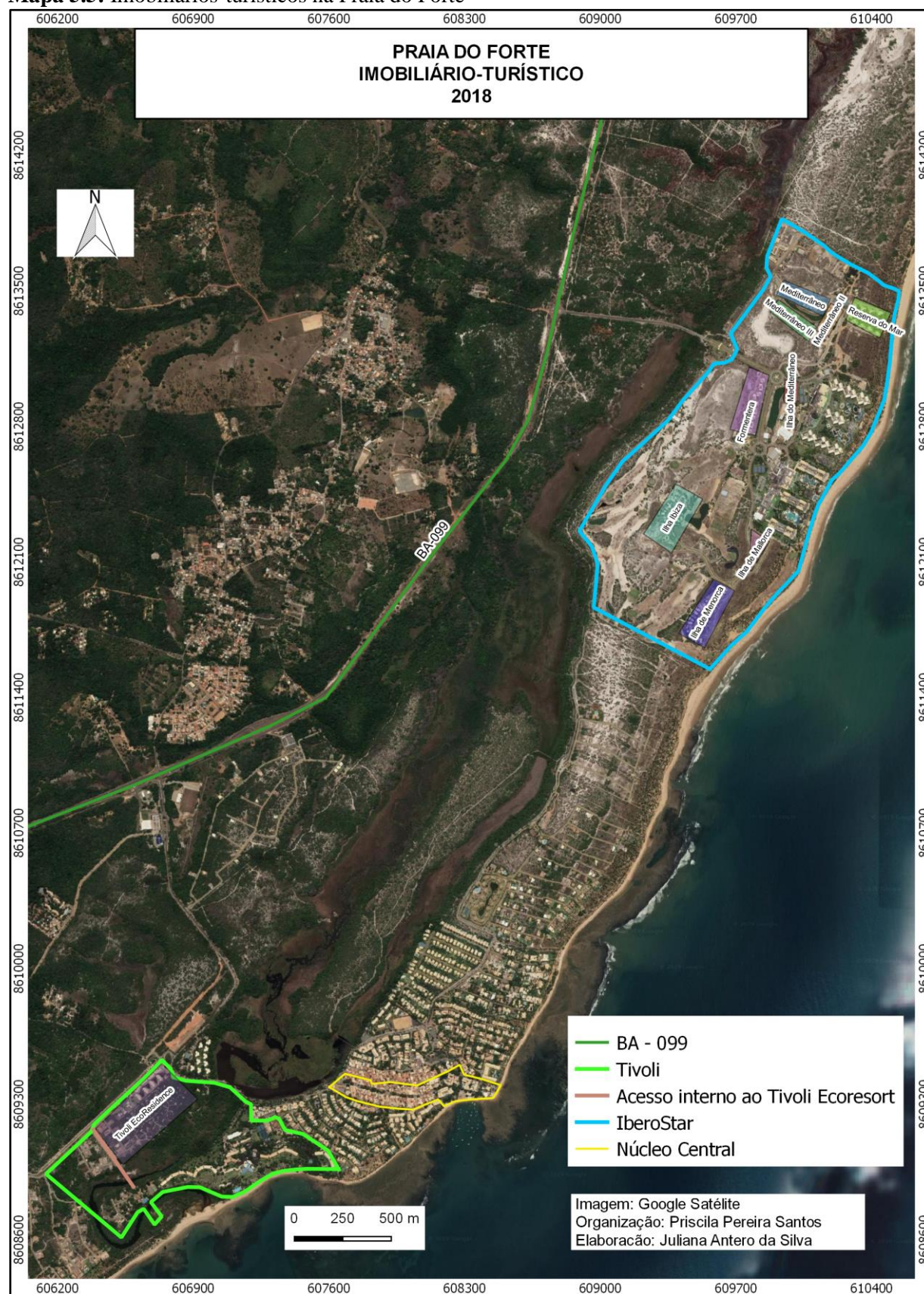
Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Como se vê, a Praia do Forte acolhe os vetores da globalização, e a ordem que instalam, ao mesmo tempo em que se produz uma contra-ordem, porque gera com maior intensidade a precarização territorial, a segregação residencial induzida, enfim, marginaliza-se a população local. Nesse contexto, produz-se na localidade, o que Santos (1999) denomina de esquizofrenia do lugar. Essa esquizofrenia desvela-se a partir da compreensão que cada pessoa, grupo, firma, instituição, realiza o mundo à sua maneira. Assim, as dinâmicas globais no lugar mediadas pela técnica e pela produção, são vividas no aqui e agora, embora nem sempre compreendidas. As estruturas de comando funcionam a partir de uma racionalidade externa, vem de fora do lugar. Nesse contexto, a política intermedia a relação entre o global e o local (SANTOS, 2001). Segundo Santos (2001, p. 56), as estruturas do comando externo “frequentemente exercida de longe e cujos objetivos nem sempre são evidentes, exige uma interpretação mais filosófica”. Assim, o par dialético global-local, segregação-autossegregação, produz na Praia do Forte um mosaico socioespacial.

O planejamento territorial urbano-turístico, iniciado pelo desenho territorial da segunda residência, resulta em um “arco amplo de dinâmicas, envolvendo diferentes formas de uso e apropriação do espaço” que impulsiona a fragmentação socioespacial na Praia do Forte (SPÓSITO, 2013b, p. 84). Em outros termos, a expressão territorial do fenômeno da segunda residência na Praia do Forte traz à tona novas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais dessa localidade que implica na articulação entre diferentes temporalidades e territorialidades, em múltiplas escalas.

Ainda no primeiro decênio do século XXI, a “nova” forma-conteúdo da segunda residência territorializa-se na Praia do Forte. Atualmente, há duas estruturas de imobiliário-turístico na Praia do Forte, a saber: o *Tivoli Ecoresidences Praia do Forte* e o *Iberostate Golf, Villas & Condos* (Mapa 5.5). Segundo Ferreira e Silva (2010), o imobiliário-turístico surge no Brasil, especificamente no litoral nordestino, entre 2001 e 2006, a partir da sinergia entre o circuito de incorporação imobiliária e a valorização turística. Antes disso, o setor imobiliário e o turismo agiam separadamente, cada um com sua própria lógica de atuação. Nesse sentido, Ferreira e Silva (2010) evidenciam que no Brasil até a década de 1990, o que havia de comum entre o turismo e o imobiliário era a disputa territorial pelos terrenos à beira-mar, valorizados tanto para a primeira como para a segunda residência e a hotelaria convencional.

Mapa 5.5: Imobiliários-turísticos na Praia do Forte



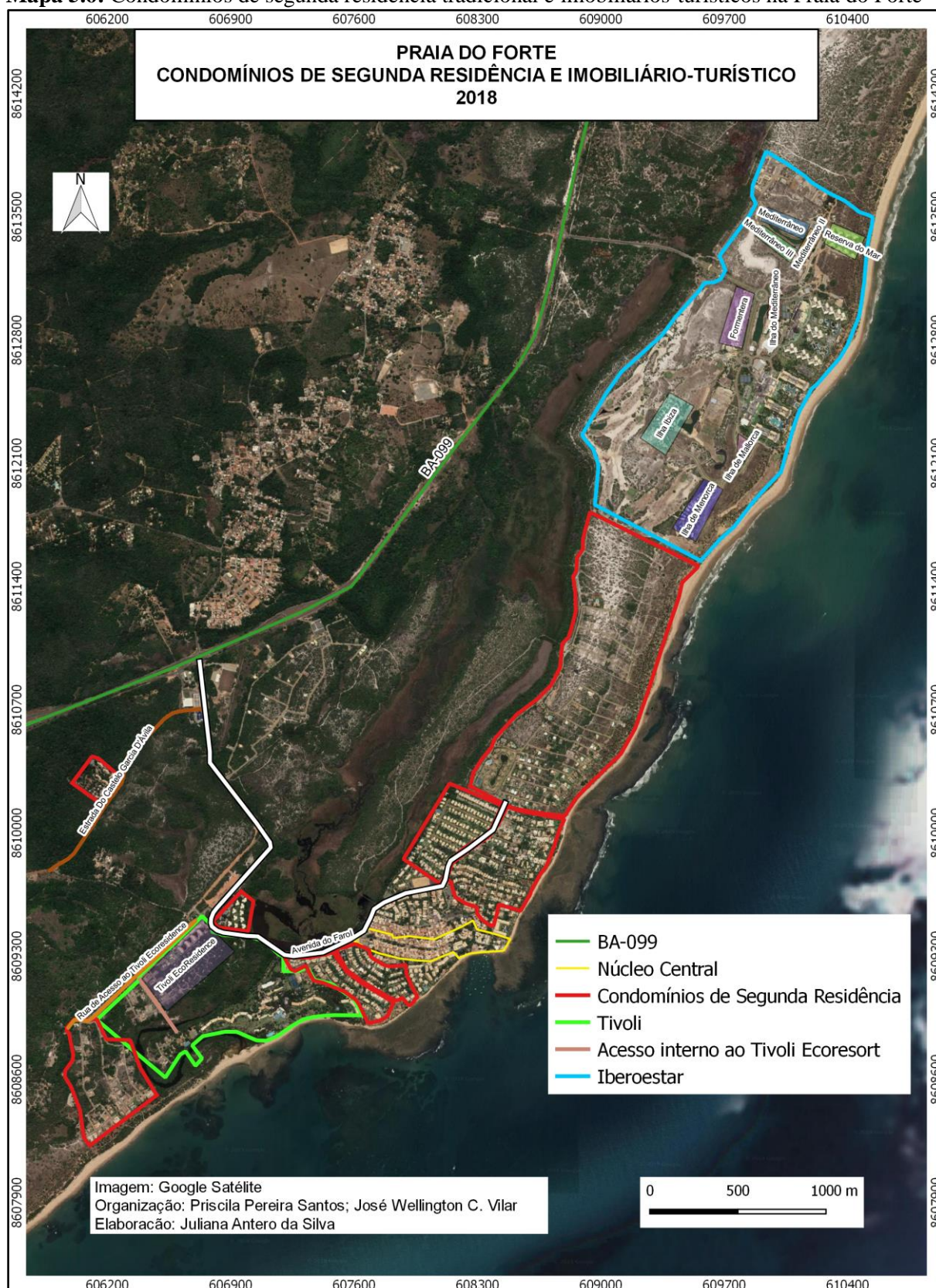
Investidores internacionais, preparando-se para uma possível crise imobiliária nos EUA diante das hipotecas subprimes, intensificam a aplicação de recursos na construção de *resorts* na Europa e na América Latina e inventam um produto imobiliário de alta liquidez, com retorno rápido, facilmente comercializável: o imobiliário-turístico. A casa e o apartamento de segunda residência foram incluídos no espaço do *resort* ou hotel. Mais do que condomínio fechado de alto luxo, o imobiliário-turístico apresenta-se como a posse de uma parcela do *resort* ou do hotel e de todos os serviços e produtos oferecidos. Para os estudiosos da temática, o imobiliário-turístico tem como conteúdo, o turismo imobiliário ou turismo residencial (ASSIS, 2003; ALEDO TUR, 2008; CRUZ, 2009; DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010).

No Litoral Norte da Bahia, segundo Limonad (2007a), aproximadamente 45% dos compradores de imobiliários-turísticos são da Comunidade Europeia, com destaque para os espanhóis e os portugueses. Em linhas gerais, esses novos turistas imobiliários pagam à vista e essa disponibilidade financeira não é de se espantar, visto que “duzentos mil euros, nas praias mediterrâneas da Espanha e Portugal, [...] somente seria possível adquirir um apartamento de pequeno porte de cinquenta metros quadrados. [...] nos condomínios dos resorts do litoral norte baiano, por este mesmo montante, é-lhes facultado adquirir casas de luxo” (LIMONAD, 2007a, p. 79).

Na Praia do Forte, o *Tivoli Ecoresidences* apresenta como estrutura do imobiliário-turístico 42 casas e na estrutura *Iberostate Golf, Villas & Condos* em Praia do Forte há nove condomínios, destes, seis são condomínios de apartamentos e três condomínios de casas. O Mapa 5.6 mostra que as “geometrias do poder” da Praia do Forte estão concentradas no desenho da segunda residência, seja na “velha” ou na “nova” forma-conteúdo. Em síntese, tem-se na Praia do Forte o domínio territorial dos condomínios da segunda residência tradicional e dos imobiliários-turísticos (Mapa 5.6).

Nesse contexto da dominação territorial da segunda residência, observa-se a estruturação da fragmentação socioespacial em contraponto às dinâmicas globais dos investimentos estrangeiros. Essa particularidade da Praia do Forte torna-se mais evidente com a *Invenção do Paraíso* por Klaus Peters, como analisado no capítulo seguinte.

Mapa 5.6: Condomínios de segunda residência tradicional e imobiliários-turísticos na Praia do Forte



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

5.4 A segunda residência no Litoral Sul de Sergipe

A partir da Praia do Forte, a densidade territorial da segunda residência apresenta descontinuidades, “buracos”, ao longo da BA-099, que se reestabelece no Litoral Sul de Sergipe, especificamente na Praia do Saco e na Praia das Dunas, no município de Estância. Sob a perspectiva da teoria de Santos (2012), entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe, a segunda residência dá o tom aos espaços luminosos e opacos. Assim, no sentido de desvelar a reestruturação territorial do Litoral Sul de Sergipe a partir da segunda residência e sob o prisma do modelo de Lundgren (1974), Santos (2015), em seus estudos sobre o litoral sergipano, propôs a análise da expansão urbana da segunda residência em quatro fases coesas à análise de Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009) para o Litoral Norte da Bahia.

Assim como no Litoral Norte da Bahia, o núcleo do veraneio na primeira fase, ou fase embrionária, foi na capital. A zona costeira de Aracaju, particularmente a praia de Atalaia, começa a ser ocupada por casas de praia e ter mais fluxo de pessoas a partir da década de 1940, principalmente, devido as melhorias no acesso com a “construção da nova estrada a partir do Iate Clube de Aracaju e pela edificação da nova ponte, de estrutura bem mais arrojada, o que permitiu o maior fluxo de veículos” (DINIZ, 2009, p. 121). No período entre 1940 e 1970, a segunda residência tinha como núcleo a praia de Atalaia.

O professor José Alexandre Felizola Diniz (1963) faz análises primorosas sobre esse momento inicial do veraneio em Aracaju. O espraiamento urbano-regional da “cidade de veraneio de Aracaju”, como Diniz (1963) denomina a praia de Atalaia, tem velocidade “proporcional ao desenvolvimento de Aracaju, e motivadas, em parte pela construção do aeroporto Santa Maria, em suas proximidades, o que muito valorizou seus terrenos” (DINIZ, 1963, p. 41). A valorização do espaço litorâneo da capital sergipana induziu o crescimento urbano de Aracaju para a costa marítima. Desse modo, a segunda residência tornou-se o elemento regionalizador entre a zona de adensamento urbano de Aracaju e as praias da zona sul desta capital.

Na segunda fase da expansão e extensificação territorial da segunda residência no litoral sergipano, entre 1980-1990, algumas casas de praia transformam-se em moradia permanente. A praia de Atalaia incorpora-se a Aracaju como mais um bairro e novos núcleos de veraneio são estruturados nas praias da Aruana e do Mosqueiro. As melhorias viárias com a implantação da SE-050 (Rodovia dos Náufragos) e da SE-100 (Rodovia José Sarney) impulsionaram a ocupação territorial do espaço rural de Aracaju. A morfologia urbana de

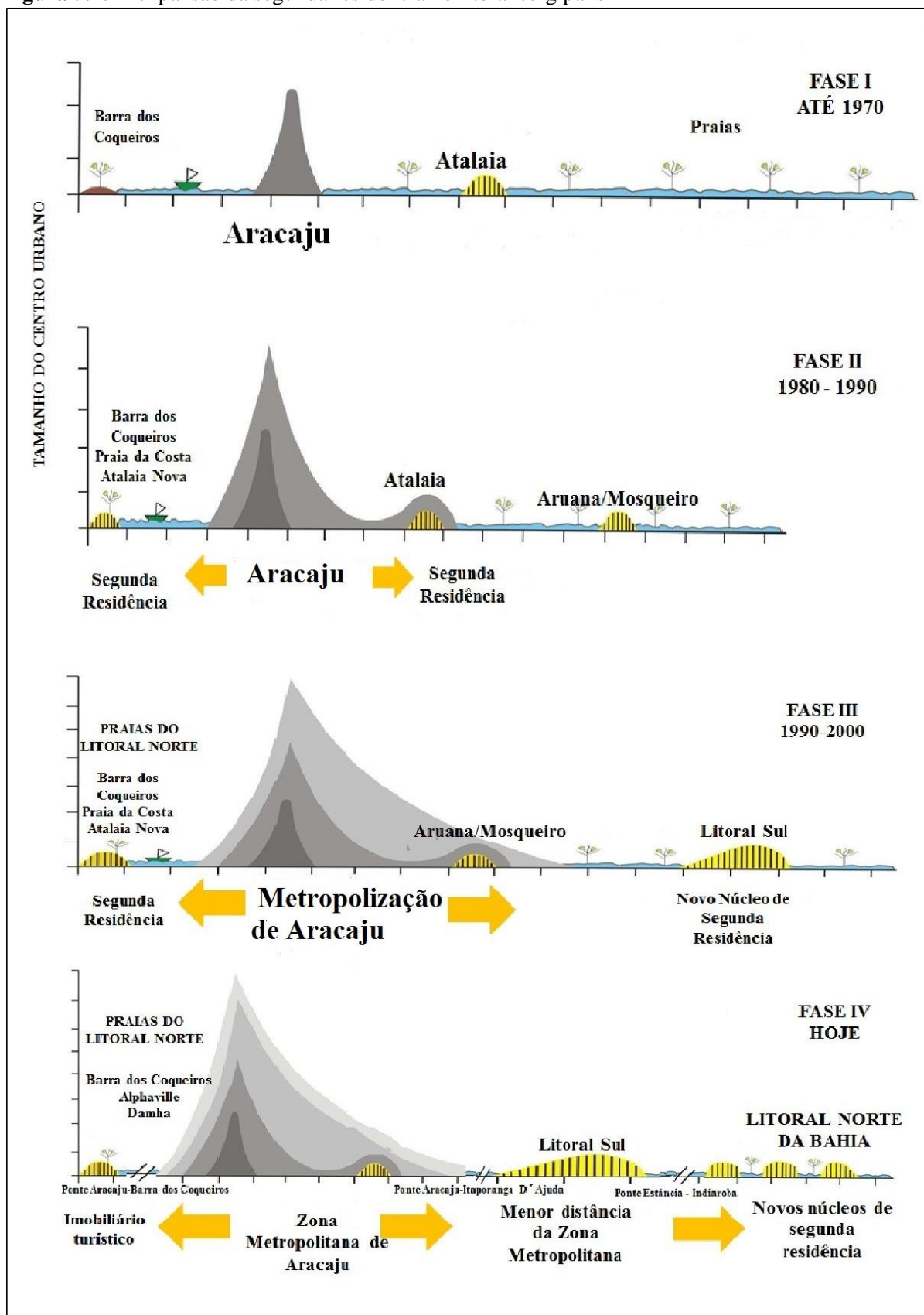
condomínios fechados de segunda residência rompe com o arranjo socioespacial e materializa a rurbanização dessas localidades. Em 1982, por meio da Lei Municipal Nº 873/1982, Aracaju tornou-se totalmente urbana e as localidades das praias da Arauana e Mosqueiros são delimitadas como Zona de Expansão Urbana (ZEU). Bagli (2010, p. 100) chama a atenção para a contradição da expansão urbana: “de um lado, as áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização torna-se fator de expulsão dos proprietários dessas áreas”. Como evidenciado no capítulo anterior, a segregação socioespacial da ZEU de Aracaju foi analisado por França (1988) na década de 1980 e por outros estudiosos, com destaque para as pesquisas de Sarah França (2005; 2016).

Na segunda fase, além das praias da zona sul de Aracaju, o espraiamento do tecido urbano-regional da segunda residência territorializa-se nas seguintes praias do municípios de Barra dos Coqueiros: Praia da Costa e a emblematicamente denominada Atalaia Nova. A Atalaia Nova passou a ser uma nova opção à praia de Atalaia, em Aracaju, que passa a ser conhecida como Atalaia Velha. No final da década de 1990, os condomínios fechados de segunda residência e as casas de veraneio na Aruana e no Mosqueiro começam a ser usados como residência permanente. A primeira e a segunda residência hibridizam-se na zona sul de Aracaju. Novos núcleos de segunda residência começam a ser configurados nas praias do Litoral Sul de Sergipe. Inicia-se assim, a terceira fase do modelo histórico-genético da segunda residência no litoral sergipano.

Vilar e Araújo (2010) chamam a atenção da complexidade territorial do Litoral Sul de Sergipe. Segundo os autores, ao mesmo tempo em que há certa homogeneidade interna entre os cinco municípios do Litoral Sul, verifica-se também um mosaico de situações. Para eles, os municípios podem ser agrupados em dois arranjos socioespaciais: o primeiro formado por São Cristóvão e Itaporanga D’Ajuda; e segundo, pelos municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. O primeiro arranjo socioespacial vivencia com mais intensidade a força macrocéfala de Aracaju. Contudo, Estância, por razões históricas e demográficas, merece atenção especial, ressaltam Vilar e Araújo (2010). Dentre as praias do Litoral Sul, do final da década de 1990 até hoje, a elitização da segunda residência está nas praias de Estância, especificamente na Praia do Saco e na Praia das Dunas, no povoado Saco do Rio Real.

A conexão territorial do litoral sergipano por via rodoviária impulsiona o início de uma nova “Era”, uma perceptível “revolução urbana” alavancada por condomínios fechados de primeira e segunda residência nas margens da SE-100, alguns com características de imobiliário-turístico. É nesse contexto urbano-regional que se estrutura a quarta fase do modelo de Lundgren (1974) adequado para litoral de Sergipe (Figura 5.7).

Figura 5.7: A expansão da segunda residência no litoral sergipano



Adaptação: Priscila Pereira Santos (2015) a partir da imagem disponível em Mello e Silva, Silva e Carvalho (2009).

No Litoral Norte de Sergipe, a ponte entre Aracaju e Barra dos Coqueiros no ano de 2006 impulsionou a metropolização turística por segunda residência na costa da Barra dos Coqueiros com a implantação de imobiliários-turísticos materializados em condomínios de luxo de grande porte, um arranjo socioespacial urbano-turístico sem precedentes no litoral sergipano. No Litoral Sul, o “sistema dorsal rodo-hidroviário”, para usar a expressão de Vilar (2010), integrou-se com a fluidez territorial efetiva materializada pelas duas pontes: a primeira conectando Aracaju e Itaporanga D’Ajuda, inaugurada em 2010, e a segunda, articulando Estância e Indiaroba, finalizada em 2013.

De Aracaju sentido às praias do Litoral Sul, observa-se o crescimento da especulação imobiliária, a implantação de condomínios fechados de segunda residência, em uma espécie de protótipo de imobiliário-turístico, uma tendência ao adensamento demográfico, o incremento de casas de veraneio, problemas e conflitos ambientais. De modo especial, essa dinâmica torna-se mais complexa nas margens da SE-100 e nas praias do Povoado Saco do Rio Real. De Mata de São João (BA) para o Litoral Sul de Sergipe se evidencia o mesmo, um movimento inicial de condomínios fechados de segunda residência em Indiaroba, próximo a ponte, o que aponta para o espraiamento urbano-regional de casas de praia e um adensamento urbano-turístico a partir da praia do Saco.

Santos (2017) ao estudar o que denomina de “efeito borda” e/ou “fundos territoriais”, ou seja, as zonas limítrofes, entre Sergipe e Bahia, nos municípios de Indiaroba, no Litoral Sul de Sergipe, e Jandaíra, Litoral Norte da Bahia, analisa que as dificuldades de comunicação efetiva mantinha esses municípios isolados da dinâmica econômica regional. Contudo, a nova lógica de valorização do espaço litorâneo e a ampliação da fluidez territorial efetiva entre Sergipe e Bahia através das melhorias rodoviárias litorâneas, induz o desenvolvimento do setor imobiliário e turístico e incorpora Indiaroba e Jandaíra as suas respectivas capitais e por conseguinte, à Região Nordeste como um todo.

Ainda sob a perspectiva do modelo de Lundgren (1974), pode-se destacar a formação da região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia também na análise quantitativa da segunda residência e da população rural e urbana nos municípios do sul da costa sergipana entre 1991, 2000 e 2010. Pela estrutura do modelo de Ludgren (1974), há uma tendência a extensificação urbana por segunda residência para o Litoral Sul de Sergipe. No período do Censo Demográfico, em 1991, São Cristóvão e Estância, situados, respectivamente, a 24 km e 67 km da capital, tinham população predominantemente urbana. Estância sobressai-se por apresentar população total superior a São Cristóvão, município mais

próximo da capital. Os maiores quantitativos de casas de praia também estavam nesses municípios: 1.242 em São Cristóvão e 916 em Estância.

Tulik (2001) chama a atenção para a relação tempo-custo-distância na territorialização da segunda residência. Por essa relação, a segunda residência tende a se localizar próximo a moradia permanente. Nesse contexto, Itaporanga D'Ajuda estaria propensa ao maior quantitativo de segunda residência, tendo em vista que se situa a 34km de Aracaju, contudo isso não acontece. Itaporanga D'Ajuda tem 65% da população rural e 513 casas de praia e menos da metade da população total de Estância. Nos municípios de Santa Luzia do Itanhi e em Indiaroba a população rural é preponderante e o quantitativo de segunda residência é inexpressivo quando comparados com os demais municípios (Tabela 5.6).

Tabela 5.6: População urbana, população rural e segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 1991

Municípios Costeiros	Distância em relação à Capital (Km)	Pop. Urb. 1991	Pop. Rural 1991	Pop. Total 1991	% Pop. Urb. 1991	% Pop. Rural 1991	2ª Res. 1991
Aracaju	-	401.676	0	401.676	100,00	-	2.350
São Cristóvão	24	46.172	1.318	47.490	97,22	2,78	1.242
Itaporanga D'Ajuda	34	7.050	13.288	20.338	34,66	65,34	513
Estância	67	44.369	9.490	53.859	82,38	17,62	916
Santa Luzia do Itanhi	96	1.868	8.006	9.874	18,92	81,08	167
Indiaroba	93	3.922	7.750	11.672	33,60	66,40	349

Fonte: IBGE, 1991

Organização: Priscila Pereira Santos, 2018

O predomínio da população urbana em Estância mostra-se como um dos desdobramentos territoriais da industrialização iniciada no século XIX e intensificada na década de 1970 do século XX com a implantação do Distrito Industrial de Estância (DIE). No DIE, funcionam fábricas de concentrado de laranja para exportação para a Europa e os Estados Unidos. A industrialização em Estância afirma-se como parte dos rebatimentos da política de incentivos fiscais e financeiros da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (WANDERLEY, 1998).

Simultaneamente ao incremento urbano-industrial na cidade de Estância, entre as décadas de 1970 e 1990, estão as melhorias viárias nas estradas estaduais de acesso às praias estancianas, notadamente a conexão entre a BR-101 e SE-476, nos anos 1970, e o asfaltamento da SE-100, nos idos de 1990 (WANDERLEY, 1998). Nesse contexto, a geógrafa Lilian

Wanderley (1998) salienta a acelerada rurbanização da costa estanciana, em especial na Praia do Saco, que segundo a estudiosa:

de um apagado e pequeno reduto de veranistas excêntricos dos anos 70, de algum modo aventureiros no confronto com o mar bravio dos rios Piauí/Real, a **Praia do Saco** transformou-se em um **recanto da elite econômica e política**, não só da região mas do próprio Estado de Sergipe. [...] **competindo com o luxo das residências, ali se instalaram moradores que se destacam pelo poder político e econômico** (WANDERLEY, 1998, p. 252, grifo nosso).

Uma década depois, nos anos 2000, Estância passa a ter o maior quantitativo e incremento em números absolutos e relativos de segunda residência do Litoral Sul de Sergipe. Desse modo, tem-se em Estância o total de 1.661 casas de praia, crescimento absoluto em relação a 1991 de 745 dessas habitações de lazer, e incremento percentual de 81,33%. Nesse compasso, São Cristóvão e Estância continuam a ser os municípios com o predomínio de população urbana. Contudo, observa-se a diminuição de casas de veraneio em São Cristóvão. É válido recordar que em 1995 São Cristóvão tornou-se município da Região Metropolitana de Aracaju por meio da Lei Complementar Estadual Nº 25/1995. Sob a perspectiva de Ludgren (1974), a segunda residência é incorporada à malha urbana como moradia permanente. Nesse diapasão, verifica-se que nos demais municípios do Litoral Sul tem-se ascendência da população rural e crescimento da segunda residência superior a 50% em Itaporanga D'Ajuda e Santa Luzia do Itanhi, com 79,53% e 50,30%, respectivamente (Tabela 5.7).

Tabela 5.7: População urbana, população rural e segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 2000

Municípios Costeiros	Pop. Urb. 2000	Pop. Rural 2000	Pop. Total 2000	% Pop. Urb. 2000	% Pop. Rural 2000	2ª Res. 2000	Cresc. Absol. 2ª Res. 1991-2000	Cresc. % 2ª Res. 1991-2000
Aracaju	461.083	0	461.083	100,0	0	4.388	2.038	86,72
São Cristóvão	63.038	1.528	64.566	97,63	2,37	1.143	-99	-7,97
Itaporanga D'Ajuda	9.097	16.295	25.392	35,83	64,17	921	408	79,53
Estância	50.760	8.126	58.886	86,20	13,80	1.661	745	81,33
Santa Luzia do Itanhi	2.563	11.268	13.831	18,53	81,47	251	84	50,30
Indiaroba	4.455	8.426	12.881	34,59	65,41	332	-17	-4,87

Fonte: IBGE, 1991 e 2000

Organização: Priscila Pereira Santos, 2018

No ano de 2010, a população de São Cristóvão e Estância crescem com predomínio do contingente rural enquanto que os municípios de Itaporanga D'Ajuda, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba tem a maior parte da população na zona rural. Nesse ano, as melhorias viárias na SE-100 e a implantação da ponte entre Aracaju e Itaporanga D'Ajuda dão o tom a fluidez territorial que reflete no crescimento da segunda residência em Itaporanga D'Ajuda com total de 1.689 casas de praia, o que corresponde ao incremento de 768 habitações de lazer, ou seja, 83,39%, em relação ao ano 2000. Em Estância, o total de segundas residências contabilizadas pelo IBGE em 2010 foram 2.614. Em números absolutos, o crescimento de casas de praia em Estância foi maior que em Itaporanga D'Ajuda, o incremento foi de 953 casas, 57,38% a mais em termos relativos (Tabela 5.8).

Tabela 5.8: População urbana, população rural e segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 2010

Municípios Costeiros	Pop. Urb. 2010	Pop. Rural 2010	Pop. Total 2010	% Pop. Urb. 2010	% Pop. Rural 2010	2ª Res. 2010	Cresc. Absol. 2ª Res. 2000-2010	Cresc. % 2ª Res. 2000-2010
Aracaju	571.149	0	571.149	100,00	0,00	8.268	3880	88,42
São Cristóvão	66.665	12.199	78.864	84,53	15,47	1.465	322	28,17
Itaporanga D'Ajuda	11.869	18.550	30.419	39,02	60,98	1.689	768	83,39
Estância	54.760	9.649	64.409	85,02	14,98	2.614	953	57,38
Santa Luzia do Itanhi	2.915	10.054	12.969	22,48	77,52	285	34	13,55
Indiaroba	5.585	10.246	15.831	35,28	64,72	714	382	115,06

Fonte: IBGE, 2000 e 2010

Organização: Priscila Pereira Santos, 2018

Mas, como se vê, o quantitativo de segunda residência mais que duplicou em Indiaroba, município limítrofe com Estância e divisa com a Bahia. O crescimento percentual de 115,06% pode ser compreendido como uma das principais mudanças na dinâmica territorial do município com a expectativa da ponte entre Estância e Indiaroba finalizada em 2013, e com a integração rodoviária litorânea entre a SE-100 e a BA-099. Fonseca, Vilar e Santos (2010a, p. 58) ressaltam que “a rodovia SE-100 serve de eixo balizador da ocupação de toda a zona litorânea sergipana, que em ritmo cada vez mais veloz, insere-se neste processo que se apresenta animado por diversos vetores de ocupação do território”, com destaque para a urbanização litorânea por segunda residência. Ainda segundo os referidos autores, o entendimento dos

processos e a compreensão da lógica de instalação e do seu ritmo, permite que se apreenda a reestruturação territorial do litoral de Sergipe.

Em síntese, entre os anos de 1991 e 2010, no Litoral Sul de Sergipe, o crescimento da segunda residência esteve durante cerca de 20 anos concentrado em Estância, especificamente na Praia do Saco e na Praia das Dunas, no Povoado Saco do Rio Real. Cabe mencionar também a ocupação territorial por segunda residência da classe média no Abaís, praia também do litoral estanciano. Entre 1991 e 2010, 1.698 casas de praia foram construídas em Estância, o que equivale em média a pouco mais de 89 por ano. Em Itaporanga D'Ajuda, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba o ritmo de crescimento da segunda residência acelera com a construção das pontes. E na relação tempo-custo-distância entre a primeira e a segunda residência, observa-se a valorização imobiliária do município de Itaporanga D'Ajuda com a implantação da ponte em 2010. Desse modo, o maior crescimento percentual da segunda residência no ano de 2010 influenciou o expressivo incremento percentual de 229,24% entre 1991-2010. Nos demais municípios do Litoral Sul, o crescimento percentual de segunda residência entre 1991 e 2010 ultrapassa 50% tanto em Santa Luzia do Itanhi, 70,66%, quanto em Indiaroba, 104,58% (Tabela 5.9).

Tabela 5.9: Segunda residência em Aracaju e no Litoral Sul de Sergipe - 1991, 2000 e 2010

Municípios Costeiros	2ª Res. 1991	2ª Res. 2000	Cresc. Absol. 2ª Res. 1991-2000	Cresc. % 2ª Res. 1991-2000	2ª Res. 2010	Cresc. Absol. 2ª Res. 2000-2010	Cresc. % 2ª Res. 2000-2010	Cresc. Absol. 2ª Res. 1991-2010	Cresc. % 2ª Res. 1991-2010
Aracaju	2.350	4.388	2.038	86,72	8.268	3880	88,42	5.918	251,83
São Cristóvão	1.242	1.143	-99	-7,97	1.465	322	28,17	223	17,95
Itaporanga D'Ajuda	513	921	408	79,53	1.689	768	83,39	1.176	229,24
Estância	916	1.661	745	81,33	2.614	953	57,38	1.698	185,37
Santa Luzia do Itanhi	167	251	84	50,30	285	34	13,55	118	70,66
Indiaroba	349	332	-17	-4,87	714	382	115,06	365	104,58

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010

Organização: Priscila Pereira Santos, 2018

A dinâmica territorial da expansão e extensificação da segunda residência para o Litoral Sul de Sergipe chama a atenção das particularidades do veraneio e do turismo de sol e

praia em Estância e das singularidades desse processo na Praia do Saco e na Praia das Dunas. Contudo, se a fluidez territorial nos faz entender que a segunda residência continuará a crescer nas praias estancianas, a Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal no ano de 2014, que entre outras ações, requer a retirada/demolição de casas de praia em situação irregular, à beira-mar, apresenta-se como uma barreira jurídica ao incremento desse tipo de habitação de lazer. O cumprimento dessa ACP está impulsionando a diminuição de casas de veraneio nas praias mais elitizadas do litoral sergipano. Nesse contexto, busca-se analisar as particularidades e singularidades da segunda residência na Praia do Saco e na Praia das Dunas.

5.5 Praia do Saco e Praia das Dunas: territórios exclusivos da segunda residência?

Na primeira metade do século XX, principalmente, entre as décadas de 1920 e 1940, o *continuum* que formava a Praia da Boa Viagem, atualmente, conhecida como Praia do Saco e Praia das Dunas, foi “a coqueluche da classe média da Estância [...] para lá iam dezenas de famílias da Estância, gozar de excelente banho das costas do Atlântico” (SOUZA, 2009, p. 119). Além dos sergipanos, a Praia do Saco era a preferida dos baianos de Jandaíra, município vizinho. E foi do lado de lá, em Mangue Seco, no município de Jandaíra, que Jorge Amado, escritor baiano de renome nacional e internacional, descreveu o arranjo socioespacial da Praia do Saco na década de 1930 no Romance *Tieta*: “Do outro lado da barra, **a beleza da praia larga e rasa do Saco**, em mar de águas mansas, no estado de Sergipe, **a ampla aldeia de pescadores, com armazém, capela e escola, um vilarejo**” (AMADO, 2009, grifo nosso, p. 14). Jorge Amado viveu em Estância por duas vezes na década de 1930, especificamente em 1936 e em 1938, ao fugir de perseguições políticas da época. A cidade de Estância e a Praia do Saco marcaram a memória do escritor baiano (MACÊDO, 2017).

Em 1936, quando saí da cadeia fui pra lá [Estância] e comecei a escrever ‘Capitães de Areia’. Primeiro eu fui a São Paulo, mas não havia condições de trabalho. Acabei indo para Sergipe [Estância]. Por isso sou muito ligado à cidade, **uma cidade linda, encantadora, cercada por dois rios piscosos, o Piauí e o Piauitinga, que ali se juntam para formar o Rio Real, que faz o limite da Bahia com Sergipe**. Eu conheço muito toda essa área. Em 36 e em 38 eu andei tudo, em Mangue Seco, na Praia do Saco... (REVISTA PUC-RIO, s/a., s/p., *apud* MACÊDO, 2017, p. 28, grifo nosso).

Nos idos de 1940, a viagem para Praia do Saco “era difícil e demorada. Saía-se daqui [sede municipal] às três ou quatro horas da madrugada, para se chegar entre três e cinco horas da tarde. No largo, entre o Saco e o Mangue Seco, a viagem, muitas vezes, era perigosa,

mais indo-se para aquele do que para este” (COSTA, 2006, p. 383). A aventura de chegar na Praia do Saco já nesse período tinha como motivação principal o divertimento das famílias de classe alta e média em segundas residências. Nessa década, os rebatimentos políticos e econômicos da Segunda Guerra Mundial foram sentidos na Praia do Saco e provocaram a ruptura do cotidiano de recreação.

Em 1942, os alemães atacaram a costa entre Salvador e Aracaju. Cinco navios foram naufragados, três estavam na costa da Praia do Saco, a saber: Baependy, Aníbal Benévolo e Araraquara. Cerca de 500 pessoas foram vítimas desses ataques. Muitos corpos foram encontrados na Praia do Saco (CONCEIÇÃO NETA; FONSÊCA, 2007). As pessoas na Praia do Saco ficaram em estado de alerta e além do cotidiano descontinuado, o abastecimento dos gêneros alimentícios começou a enfrentar dificuldades diante dessa situação. O preço das mercadorias subiu e por conseguinte, o custo de vida aumentou. A pesca, um das principais fontes de renda e sobrevivência dos moradores da Praia do Saco na época, foi interrompida pelo temor.

Segundo os moradores do Saco, no período dos torpedeamentos as pessoas se ajudavam. **A comunidade era bem povoada, moravam mais de duzentas pessoas em casas feitas de palhas e de pau-a-pique.** O meio de sobrevivência destas pessoas era a pesca. Mas outros viviam de pequenos comércios, ou seja, de armazéns. O abastecimento principal vinha de Mangue Seco (CONCEIÇÃO NETA; FONSÊCA, 2007, p. 35-36, grifo nosso).

Os moradores, que vivenciaram esse período em entrevista a Conceição Neta e Fonseca (2007), descreveram na organização territorial da Praia do Saco da década de 1940, a existência de armazéns, campo de futebol, escola, uma Atalaia, um farol, **o posto de telegrafia, Estação de Rádio da Marinha e uma guarnição da Marinha e do Exército** (CONCEIÇÃO NETA; FONSÊCA, 2007, grifo nosso). Como se vê, nesse período, a Praia do Saco da segunda residência, do veraneio e das raízes da moradia permanente mostrava-se também território militar estratégico. Sobre esses múltiplos usos da Praia do Saco, uma das moradoras ilustra esse tempo: *“o porto de Estância era movimentadíssimo, as pessoas de boas condições luxavam bastante. Utilizavam sombrinha francesa, renda francesa. Tudo vinha de barco pelo porto de Estância. A Marinha botou o posto de telegrafia no Saco, justamente para ter um olho de vigia”* (CONCEIÇÃO NETA; FONSÊCA, 2007, p. 40, grifo nosso). Essa imitação por capilaridade da cultura francesa da classe alta e média, materializava-se também na segunda residência para o veranear.

Como era de se esperar, a década de 1950 vivenciou um esvaziamento da Praia do Saco, tanto de moradores permanentes como de veranistas.

Os bons canoieiros foram embora, morreram ou se aposentaram. Por estas e outras razões, **o afluxo turístico já na década seguinte, começou a diminuir e praticamente se extinguiu. O declínio do ‘Saco’ veio em seguida.** Seus moradores, por diversas razões, começaram a abandoná-lo, vindo para a sede do Município, outros para Aracaju, de modo geral. **Alguns conservaram seus sítios e casas, outros tudo vendem e barato. Abandonado por seus moradores e administração pública, quase morreu** (COSTA, 2006, p. 383, grifo nosso).

Se na década de 1950 a Praia do Saco “quase morreu”, como menciona Costa (2006), nos anos 1970, o “paraíso” da elite sergipana renasce! Um dos principais fatores para essa “ressureição” da Praia do Saco foi a construção da SE-476. A referida rodovia interliga-se a BR-101 a Praia do Abaís e diminuiu a distância rodoviária até a Praia do Saco. Segundo Costa (2006, p. 383), “com a melhoria da estrada de Abaís, o Saco começou a reviver, pois a ele se podia chegar pela orla marítima, num percurso cerca de 12 km. Casas começaram a ser construídas. Os seus terrenos passaram a ter mais valor e, hoje [1984], com a estrada até lá, já estão caros demais”. No final da década de 1970, as propriedades cocoicultoras e agropecuárias com a linha de costa, em linhas gerais, desocupada, passou a ser valorizada e valorada para a construção de casas de veraneio.

Wanderley (1998) analisa que a fragmentação das propriedades litorâneas foi realizada de modo informal, ou seja, sem incorporadoras ou capitais imobiliários externos ao Povoado Saco do Rio Real. “Muitos dos atuais loteadores e condutores dos negócios imobiliário surgiram dessa estratégia informal de ocupação, e são em sua maioria naturais da terra, por vezes pessoas de aparência simples e pouco capitalizadas, como o conhecido Zeca de Lóia e Zé do Baião” (WANDERLEY, 1998, p. 250). Segundo moradores do Povoado Saco do Rio Real, os lotes da Fazenda do Senhor Zeca de Lóia desenha nos anos 1980, a Praia das Dunas. Assim, a Praia da Boa Viagem foi fragmentada e transformada em dois trechos de praia no Povoado Saco do Rio Real, a saber: a Praia das Dunas e a Praia do Saco (Mapa 5.7).

A implantação da SE-100, conhecida como Rodovia Ayrton Senna, na década de 1990, modificou a dinâmica territorial da Praia do Saco em virtude do crescimento da segunda residência (WANDERLEY, 1998). Nesse período, esse trecho rodoviário litorâneo foi melhorado, mas ainda estava incompleto. Entre Aracaju e Estância, fazia-se necessário atravessar por balsa até Itaporanga D’Ajuda e de lá seguir pela SE-100. *Pari passu* à

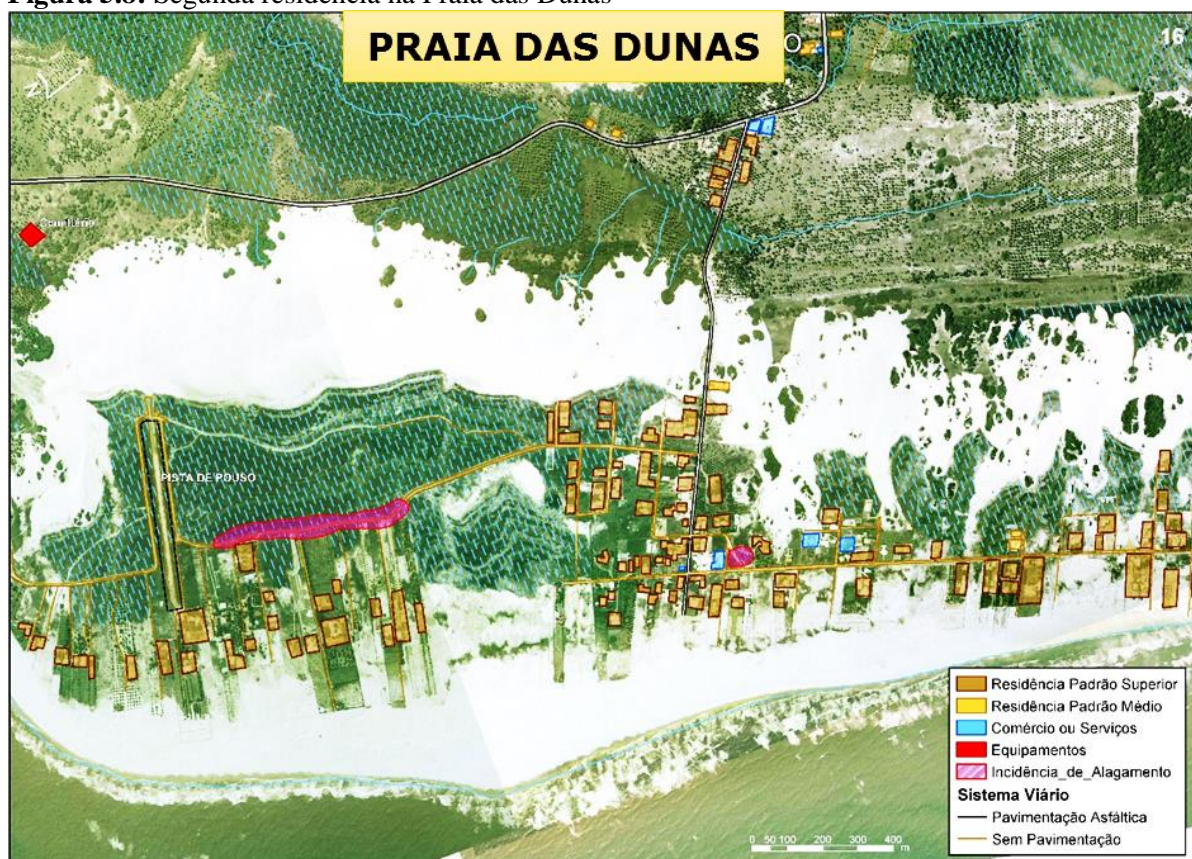
implantação da SE-100 Sul foi instituída, no ano de 1993, a Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul por meio do Decreto-Lei nº 13.468/1993.

Mapa 5.7: Praia do Saco e Praia das Dunas – Área de estudo



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Wanderley (1998) observa o loteamento e cercamento das dunas móveis nas praias do Litoral Sul e enfatiza a tendência urbanizadora por segunda residência no eixo da Rodovia SE-100 na Praia da Caueira em Itaporanga D’Ajuda e nas praias de Estância nas propriedades frontais às praias e na retaguarda da rodovia Ayrton Senna. Seguindo pela SE-100 Sul a partir da capital, a primeira praia do Povoado Saco do Rio Real é a Praia das Dunas. As construções de casas de praia foram realizadas imediatamente após as dunas e antes do mar, na linha de costa. Como é possível observar na imagem abaixo, as casas de praia são circundadas por um coroamento dunar (Figura 5.8).

Figura 5.8: Segunda residência na Praia das Dunas

Fonte: Prefeitura de Estância, 2007 com modificações por Priscila Pereira Santos, 2018

A figura 5.8 faz parte do Plano Diretor de Estância e classifica as residências da **Praia das Dunas** em **padrão superior ou médio**. Como se vê, as residências na Praia das Dunas são de padrão superior e há até mesmo uma pista de pouso em uma dessas casas. A Praia das Dunas é território quase exclusivo de segunda residência. Mas há moradores permanentes nas residências, estes são trabalhadores das casas de praia, em sua grande maioria os caseiros e as suas famílias, além dos proprietários das pousadas, que geralmente moram no empreendimento.

Um dos veranistas entrevistados por Santos (2015) enfatiza o período de estruturação territorial da Praia das Dunas:

Isso aqui surgiu em 1982 quando eu era fiscal do Banco do Brasil e o senhor Zeca de Lóia começou a lotear essa região. Eu me interessei e comprei esse lote de 20 m² x 100 m². Financiado em 20 meses. Em 12 de outubro de 1986 a construtora entregou essa casa pronta. **Zeca de Lóia era um nativo e tinha uma vasta extensão de terra.** Entre 1979 e 1980 ele resolveu lotear. Energia elétrica fomos nós [veranistas] quem trouxemos para cá. Quem comprou, comprou para lazer, para veraneio. Em breve pretendo vir morar aqui (VERANISTA 1 – PRAIA DAS DUNAS. In: SANTOS, 2015, p. 168, grifo nosso).

A Praia das Dunas é contígua à Praia do Saco. Tendo como referência o único cemitério do Povoado, é possível observar esse *continuum* (Figura 5.9). Deve-se ainda mencionar um trecho da Praia do Saco não explicitado na figura 5.9, que é a ‘Ponta do Saco’, como é popularmente conhecido a formação arenosa semelhante a uma ponta em que a paisagem é formada pelo manguezal, pelo Rio Real, pelo mar e por casas de praia derrubadas pela força das ondas no período de intensificação da erosão marinha.

A Prefeitura de Estância classificou as residências na **Praia do Saco** em **padrão superior ou popular**, sem meio termo. Desse modo, há duas classes sociais bem definidas pelo padrão urbano, são elas: a classe alta e a classe baixa. Em outros termos, os ricos com o mar como complemento da varanda e os pobres às margens da rua principal, tendo o manguezal como extensão do quintal.

Figura 5.9: Segunda residência na Praia do Saco



Fonte: Prefeitura de Estância, 2007 com modificações por Priscila Pereira Santos, 2018

Wanderley (1998) em seus estudos sobre o Litoral Sul ressaltou que a elite que passou a ocupar a Praia das Dunas e a Praia do Saco entre as décadas de 1980 e 1990 articularam-se “com as forças políticas municipais no sentido de impedir a instalação de hotéis,

bares e restaurantes. Desse maneira, o turismo pode ser uma atividade descartada desse reduto” (WANDERLEY, 1998, p. 258, grifo nosso). Nesse contexto, ainda segundo Wanderley (1998), a diferenciação socioespacial nas praias de Estância define-se pela valorização imobiliária, ou melhor, pela seletividade espacial, como a Praia do Saco e a Praia das Dunas para a elite sergipana, e a Praia do Abaís para a classe média e os turistas. Como se vê, sob efeito de conspiração ou não, a Praia do Saco transformou-se em um território (quase) exclusivo da segunda residência.

No início do século XXI, a tranquilidade do veraneio e do morar na Praia do Saco e na Praia das Dunas é tomada por momentos de tensão e conflito territorial. Um pedido de usucapião⁵³, na Praia do Saco ou na Praia das Dunas, provocou o Ministério Público Federal a instaurar, no ano de 2009, o Inquérito Civil Público Nº 1.35.000.001498/2009-01. O referido Inquérito “noticiava a ocorrência de **dano ambiental em área localizada na Praia da Boa Viagem**, no Povoado Saco, no município de Estância/SE” (SERGIPE, 2014, s/p., grifo nosso)⁵⁴. É válido esclarecer que para o Ministério Público, “a Praia da Boa Viagem fica entre a Praia das Dunas e a Praia do Saco” (SERGIPE, 2014, s/p.)⁵⁵.

Entre 2009 e 2013, inúmeros estudos técnicos e ações administrativas foram realizados na Praia do Saco e na Praia das Dunas. Em janeiro de 2014, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela em desfavor da União Federal, do Município de Estância, da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/SE). O Estado de Sergipe foi acrescentado na Decisão judicial.

Na Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal fez a apresentação das características da área a partir dos seguintes instrumentos técnicos: em 2009, Parecer Técnico Nº 07/2009/DICOF/SUPES/SE elaborado pelo IBAMA e o Relatório de Ocorrência Ambiental apresentado pelo Pelotão de Polícia Militar de Sergipe; em 2010, Informação Técnica Nº 099/2010/GEFIS/ADEMA e Relatório de Fiscalização Nº 0542/2010, ambos promovidos pela ADEMA; em 2011, Relatório de Fiscalização Nº 036/2011 elaborado pela ADEMA (SERGIPE, 2014).

Nos estudos técnicos elaborados e apresentados na Ação Civil Pública (ACP), a Praia do Saco e a Praia das Dunas são caracterizadas como ambiente típico de litoral com cordões dunares, com dunas móveis (migratórias) e dunas fixas (estacionárias), vegetação de

⁵³ Autos Nº 200585020009576

⁵⁴ Ação Civil Pública. Processo Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

⁵⁵ Ação Civil Pública. Processo Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

restinga e de mangue, ecossistema de manguezal e lençol freático superficial com afloramento e formação de lagoas naturais temporárias. Em suma, os ambientes são formados por ecossistemas integrantes do bioma Mata Atlântica. Segundo o Parecer Técnico Nº 07/2009/DICOF/SUPES/SE, citados na ACP, nas praias analisadas a maior parte das residências é de veraneio (SERGIPE, 2014). O referido Parecer destaca que:

As casas são de alto padrão, geralmente, tendo como ‘proprietário’ pessoas residentes em Aracaju. **Para que fossem construídas, os terrenos ocupados foram aterrados, alterando as características naturais e prejudicando o ciclo das águas do subsolo [...]** Estas edificações apresentam instalação de energia elétrica, telefônica e captação de água. Os dejetos e águas servidas são diretamente lançados ao solo através de sumidouros, contaminando o lençol freático, visto que o solo apresenta coeficiente de percolação bastante elevado (SERGIPE, 2014, s/p., grifo no original)⁵⁶.

A ADEMA em seus estudos enfatizou que o espaço entre a Praia do Saco e a Praia das Dunas está inteiramente inserida numa Área de Preservação Permanente (APP) e faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul. Para a ADEMA, os fatores que comprometem a qualidade ambiental da região são: (i) abastecimento de água por poços artesianos; (ii) poluição visual; (iii) ausência de rede de drenagem pluvial adequada; (iv) presença de veículos na areia da praia; (v) intensa especulação imobiliária; (vi) ausência de rede coletora de esgoto; (vii) avanços de alguns estabelecimentos em direção a linha de preamar, não respeitando a faixa mínima de domínio de área *non edificandi*; e, (viii) loteamentos localizados em área de planície costeira, o que pode vir a constituir barreiras físicas para a dinâmica das dunas móveis (SERGIPE, 2014).

A ADEMA aventa a possibilidade de “eventuais projetos compatíveis com as condições ambientais locais” (SERGIPE, 2014, s/p.), se for considerada as seguintes recomendações: (i) proibição de novas construções na área sem anuência dos Órgãos competentes; (ii) não introdução de barreiras físicas que impeçam o acesso franco à praia; (iii) proibição de tráfego e acesso de veículos à praia e às dunas, bem como da sua vegetação remanescente; (iv) manutenção do remanescente da vegetação nativa; (v) não loteamento das APP’s; e, (vi) destinação adequada do esgotamento sanitário de forma a não contaminar o lençol freático (SERGIPE, 2014).

Diante do contexto, o Juiz Federal da 7ª Vara da Justiça Federal de Sergipe analisa que: os réus “estariam ‘fechando os olhos’ para a ocupação de valiosa faixa territorial federal

⁵⁶ Ação Civil Pública. Processo Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

por parte de casas e empreendimentos privados de elevado padrão [...] uma espécie de ‘privatização’ do patrimônio público, com danos ao público de acesso às praias, à tutela do patrimônio público e meio-ambiente”⁵⁷. A decisão sobre a Ação Civil Pública é sumariada do seguinte modo⁵⁸:

- a Praia da Boa Viagem está sendo irregularmente invadida, aterrada e loteada por particulares, que estão construindo imóveis de alto padrão, pista para aeronaves até mesmo na faixa de areia, sobre dunas, etc.;
- **tratam-se de casas de veraneio e não de residências de moradia de pessoas carentes ou algo equivalente** [grifo nosso];
- as construções avançam na linha de praia, **a uma dezena de metros do mar**. Algumas já até foram destruídas/danificadas pela variação da maré;
- não há rede de esgoto;
- o livre acesso à praia é obstaculizado por barreiras artificiais, como cercas, estacas, etc, colocadas pelos ‘proprietários’ das casas, fato grave, ante a vocação turística do sul de Sergipe;
- o Município de Estância cobra IPTU dos ‘proprietários’
- a SULGIPE fornece energia elétrica
- há forte pressão imobiliária, para a venda de mais e mais lotes na área litigiosa, cujos preços estão em franca valorização;
- a situação está se agravando irremediavelmente e pode se tornar irreversível.

Sob o prisma jurídico, a Ação Civil Pública enfatiza as seguintes de leis em que a Praia do Saco e a Praia das Dunas enquadram-se: Zona Costeira – patrimônio nacional, conforme o Art. 225 da Constituição Federal; Área de Proteção Ambiental Estadual – APA Litoral Sul, Decreto-Lei Nº 13.468/1993; Área de Preservação Permanente – APP, Lei Nº 12.651/2012; e, Patrimônio da União – praias e terrenos de marinha, Lei Federal Nº 7.661/1988. Diante desse quadro jurídico, o Juiz Federal da 7ª Vara da Justiça Federal de Sergipe parece indignar-se com a omissão da Administração Pública e ressalta:

[...] é impossível que nenhum dos agentes públicos não tenha percebido ao longo de todos esses anos que construir uma casa de luxo na faixa de areia da praia – *rectius*, ‘dentro da praia’ -, **não tenha reunido meios para uma mísera notificação extrajudicial, um embargo, nada.**

Causa espécie que em outros casos, a conduta dos réus é bem mais tenaz, como na tentativa de regularização/derruba de humildes barracas de praia e quiosques ao longo da Praia de Aruana, ou invasões por movimentos ditos ‘sociais’, sem-teto, em áreas de mangue, também em Aracaju e adjacências. Então, trago o derradeiro argumento: há de se promover o exercício do poder de polícia e controle do patrimônio público federal dentro de padrões mínimos uniformes, seja para praias dias de ‘alto padrão’ [o caso], seja para os demais. No mínimo, por uma questão de **isonomia**⁵⁹.

⁵⁷ Decisão da Ação Civil Pública Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

⁵⁸ Decisão da Ação Civil Pública Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

⁵⁹ Decisão da Ação Civil Pública Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

Como conclusão da Ação Civil Pública de antecipação de tutela, o Juiz determina em maio de 2014 as seguintes ações: (i) vedação à novas construções e paralisação das que estão em curso; (ii) liberação do acesso à praia e retirada de veículos automotores; (iii) levantamento de dados sobre as áreas de propriedade da União e as áreas de preservação permanente; (iv) regularização das construções, no que for possível; **(v) retirada de construções irregulares, com acompanhamento dos órgãos ambientais;** e, (vi) colocação de placas para sinalização das restrições ao direito de construir. Ademais, destaca-se também que fica determinado aos réus que observem a situação concreta de cada um dos **ocupantes/invasores**⁶⁰, devendo cada caso ser discutido na via e foro adequados; o descumprimento das determinações ora mencionadas implica em multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por réu, por cada dia de atraso, comunica-se a União e ao IBAMA que podem requisitar força militar federal para auxiliar os trabalhos e requisita-se inquérito policial.

A respeito da vedação à novas construções e paralisação das que estão em curso, o Juiz analisa que nem a União, nem o Estado de Sergipe, menos ainda os órgãos ambientais, concordaram com qualquer empreendimento na Praia do Saco e/ou na Praia das Dunas, desse modo, “jamais o Município de Estância poderia conceder unilateralmente alvarás de construção e assemelhados e, **o que é mais grave, exigir cobranças de IPTU, dando ares de legitimidades a uma invasão**”⁶¹ [grifo nosso]. Mas há casos e casos. Assim, sobre o direito de terceiros e proporcionalidade da ordem judicial e sua reversibilidade, o magistrado alerta: “cada caso concreto será analisado individualmente, pela Administração. [...] Repita-se: este processo cuida da situação geral da Praia da Boa Viagem, da omissão dos réus e não de casos específicos, cuja situação, caso a caso, deverá ser discutida no foro e modo adequados” (SERGIPE, 2014, s/p.).

Além disso, deve-se mencionar que se requereu inquérito policial, pois os fatos apresentados tem repercussão penal:

- **invasão**, com intenção de permanência, de terrenos públicos, no caso, da União, correspondente ao tipo do art. 20 da Lei Nº 4.947/66;
- **loteamento**, anúncio junto ao comércio local dos imóveis pode configurar os tipos do Capítulo IX da Lei Nº 6.766/79
- **crimes ambientais em geral** e, mesmo, **estelionato**, quanto aos compradores que tenham agido de boa-fé;
- eventuais **crimes funcionais**, face a ‘cegueira’ e omissão quanto ao que se passavam, inclusive, com cobrança de IPTU, etc (SERGIPE, 2014, s/p., grifo do autor).

⁶⁰ Termo usado pelo Magistrado na Decisão da Ação Civil Pública Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

⁶¹ Decisão da Ação Civil Pública Nº 0800002-72.2014.4.05.8502.

Entre 2014 e 2017, vários recursos foram interpostos (Quadro 5.1). Mas em nenhuma decisão dos agravos de instrumento interpostos no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, houve qualquer posição contrária à decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela⁶². Em outros termos, mantem-se a decisão em 1ª instância de proteção ao meio ambiente. Nesse contexto, a população da Praia do Saco e da Praia das Dunas começam a viver territorialmente a decisão judicial, principalmente no ano de 2017. No segundo semestre de 2017, o Juiz Federal em 1ª instância **determinou o corte no fornecimento de energia elétrica** como mecanismo de poder para cumprimento da seguinte decisão: “(a) parasse imediatamente o despejo diretamente do esgoto no solo [...]; (b) se abstivesse qualquer ato relacionado à construção, melhoria, manutenção ou ampliação de suas construções”⁶³.

Diante da determinação do Juiz em 1ª instância, um Agravo de Instrumento foi interposto no Tribunal Regional Federal da 5ª Região. O Desembargador convocado analisa que, por um lado, “é inegável que a inexistência de rede pública de esgoto na área objeto do litígio e o consequente despejo sanitário irregular diretamente no solo detêm caráter eminentemente poluidor, a gerar degradação ambiental, além de riscos à saúde”⁶⁴. Mas, por outro lado, o Desembargador entendeu a determinação em 1ª instância como desproporcional:

[...] a ordem liminar de ‘interdição’ do imóvel da parte recorrente, com o corte do fornecimento de energia elétrica, embora, numa análise mais apressada possa ser vista como adequada aos fins a que se propôs, **se mostra visivelmente desproporcional**, porquanto a defesa do meio ambiente, com a preservação do lençol freático, poderia ser atingida com a adoção de medida menos gravosa que a desocupação compulsória (TRF – 5ª Região, Dezembro, 2017, [grifo nosso])⁶⁵.

⁶² Processo: 08002030720134058500

⁶³ TRF-5. AG: 08079626920174050000 SE. Disponível em:

< <https://trf-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/532307396/agravo-de-instrumento-ag-8079626920174050000-se>>

⁶⁴ TRF-5 - AG: 08079626920174050000 SE.

Disponível em: < <https://trf-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/532307396/agravo-de-instrumento-ag-8079626920174050000-se>>

⁶⁵ TRF-5 - AG: 08079626920174050000 SE.

Disponível em: < <https://trf-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/532307396/agravo-de-instrumento-ag-8079626920174050000-se>>

Quadro 5.1: Histórico judicial dos principais acontecimentos do conflito ambiental na Praia do Saco/Praia das Dunas

Histórico Judicial do Conflito Ambiental – Praia do Saco e Praia das Dunas 2014 a jan./2019	
Ano	Situação
2014	Ajuizamento da Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal (Nº 0800002-72.2014.4.05.8502)
	Decisão da 7ª Vara da Justiça Federal de Sergipe , que concedeu Tutela de Urgência
	Interposição de Agravo de Instrumento pelo Município de Estância
	Decisão da interposição: “parcial provimento ao agravo de instrumento, para suspender a decisão agravada no que concerne ao comando da demolição de imóveis e para determinar que o MPF promova a citação dos proprietários dos imóveis que se pretende a demolição, tendo por prejudicado o agravo regimental” (PJE 0802215-46.2014.4.05.0000)
	Interposição de Agravo de Instrumento pelo Estado de Sergipe (PJE 0802225-90.2014.4.05.0000).
	Decisão da interposição: Agravo de instrumento parcialmente provido. (PJE 0802225-90.2014.4.05.0000)
2015	Sentença Extinguiu Processo Sem Julgamento de Mérito quanto ao pedido de demolição dos imóveis na área litigiosa. Processo 08002030720134058500
2016	Acórdão Regional – Tribunal Regional Federal da 5ª Região
2017	Emenda da inicial da Ministério Público Federal
	Interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão que, [...], deverá dar cumprimento às obrigações de fazer determinadas nos autos principais [...]
	Decisão da interposição: Agravo de Instrumento desprovido. Negado por unanimidade.
	MPF promove citação dos litisconsortes passivos necessários – proprietários dos imóveis
	Determinação Judicial do Magistrado em 1ª Instância da 7ª Vara da Justiça Federal de Sergipe: [...] à parte ré/agravante, ocupante/possuidor(a) de imóvel situado no Povoado Praia do Saco/Praia de Boa Viagem, Estância/SE, que: (a) parasse imediatamente o despejo diretamente do esgoto no solo [...]; (b) se abstivesse qualquer ato relacionado à construção, melhoria, manutenção ou ampliação de suas construções. O juiz de primeiro grau determinou, ainda, como forma de conferir efetividade à decisão, o corte do fornecimento da energia elétrica do imóvel [...]
	Interposição de Agravo de Instrumento contra a Determinação Judicial
	Decisão da interposição: Agravo de instrumento parcialmente provido. Assim, é porque a decisão combatida deve ser parcialmente reformada, para tão somente suspender a ordem de corte do fornecimento de energia do imóvel em questão , mantendo-se a decisão agravada na parte em que determina que a parte ré (agravante) cesse o despejo de esgoto diretamente no solo e se abstenha de qualquer espécie de construção no respectivo imóvel. TRF-5 - AG: 08079626920174050000 SE
	[...] suspensão de liminar protocolado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE/SE), através do procurador Pedro Dias, obteve a suspensão da liminar deferida pela 7ª Vara Federal, situada em Estância, que previa a interdição de cerca de 250 casas na Praia do Saco. Esta decisão, segundo o procurador, atinge todas as 97 ações ajuizadas até o presente momento, não sendo aplicável apenas àquelas em que já houve decisão proferida em sede de recurso de agravo de instrumento pelo próprio TRF. http://www.pge.se.gov.br/estado-de-sergipe-obtem-liminar-no-trf-impedindo-a-interdicao-da-praia-do-saco/
2018	119 audiências de Ações Cíveis Públicas referentes à construção das casas
2019	120 Perícias de juízo nas casas

Organização: Priscila Pereira Santos, 2019**Elaboração:** Priscila Pereira Santos, 2019

Em 2017, o Ministério Público Federal já havia promovido Ações Cíveis Públicas citando os proprietários dos imóveis. Nesse sentido, alguns proprietários de imóveis uniram-se como mecanismo de autodefesa e poder, e criaram a Associação das Populações Tradicionais da Praia do Saco (APTS) (Figura 5.10). A advogada representante da APTS orientou aos proprietários dos imóveis a construção de fossa séptica, também denominada de fossa selada, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para atender a determinação judicial.

Figura 5.10: Logotipo da Associação das Populações Tradicionais da Praia do Saco (APTS)



Fonte: Trabalho de Campo/2017

É digno de registro que a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Praia do Saco faz parte das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), através do Ministério das Cidades. O valor do investimento até 2018 foi de R\$ 16.893.520, com início do contrato em dezembro de 2010 e previsão de término em 2018. Contudo, até março de 2019, ainda não se tem notícias da conclusão do SES (BRASIL, 2018). As obras foram complementadas pelo governo do estado através da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) (SERGIPE, 2016)⁶⁶. Na figura 5.11 é possível observar as instalações das obras do SES, uma delas foi implantada no Povoado Porto do Mato, mais próximo à Praia do Saco.

⁶⁶ <https://www.deso-se.com.br/v2/licitacao/licitacoes.php?consulta=&pagina=30>

Figura 5.11: Complementação das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)

Fonte: Trabalho de campo/2018

A decisão judicial chamou a atenção de toda a sociedade sergipana. O governo do estado, diante da decisão judicial, criou uma comissão especial direcionada a questão na Praia do Saco⁶⁷. Os moradores começaram a buscar apoios institucionais, como por exemplo, na Prefeitura e na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Ademais, a Praia do Saco passou a ser analisada em vários eventos.

Em julho de 2017, o governador do estado criou uma comissão especial com o objetivo de “acompanhar e buscar solução para os problemas os moradores, comerciantes e veranistas da Praia do Saco, situada na região Sul do estado e distante 60 km de Aracaju, estão enfrentando”⁶⁸. Em entrevista à Agência Sergipe de Notícias (ASN), o Procurador do estado de Sergipe, esclareceu que, “para solucionar o problema da região, o Estado tem que **fazer o licenciamento ambiental e promover a regularização fundiária** dos imóveis”⁶⁹. O

⁶⁷ <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/governo-cria-comissao-para-debater-ocupacao-da-praia-do-saco>

⁶⁸ <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/governo-cria-comissao-para-debater-ocupacao-da-praia-do-saco>

⁶⁹ <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/governo-cria-comissao-para-debater-ocupacao-da-praia-do-saco>

Procurador destaca também que a desocupação das casas e demais construções na Praia do Saco pode gerar problemas de segurança pública com a transformação da localidade em um “cidade deserta”, além de violar a economia local. “São bares, restaurantes, pequenos comércios, pousadas e hotéis que se utilizam da mão de obra dos moradores do Saco, além das casas de veranistas [...] e que deixarão de empregá-las caso a decisão seja mantida. [...] de um lado tira a economia e, do outro, cria uma cidade deserta”⁷⁰, analisa o procurador em entrevista à ASN em 2017.

Aventa-se como possibilidade para regularização fundiária da Praia do Saco, por meio da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, conhecida como REURB – Regularização Fundiária Urbana, e como se vê, posterior a decisão judicial em questão. Araújo Júnior (2018) esclarece que antes dessa Lei, os problemas individuais ou coletivos eram resolvidos por meio de usucapião, mas as questões ambientais e os passivos urbanísticos não eram resolvidos. Ou seja, resolvia-se a parte sem estruturar o todo, como no caso da Praia do Saco. O inquérito que fomentou a Ação Civil Pública foi iniciado a partir de um pedido de usucapião. Na análise da Praia do Saco como um todo, verificou-se a impossibilidade da parte requerente do usucapião e de todos os demais imóveis. Todavia, a Lei 13.465/2017 pode vir a modificar a decisão judicial, tendo em vista que funciona como um mecanismo de mediação na relação sociedade-natureza e vem à atender todos os imóveis na mesma condição. Segundo Araújo Júnior (2018), a REURB estrutura-se na metajunção constitucional dos interesses individuais, coletivos, do meio ambiente e da *polis*.

O entrevistado 2 nos ajuda a entender o clima de desconfiança ao revelar: “*a gente fica tentando entender onde está o inimigo!*”. Nesse sentido, o entrevistado 1 emociona-se ao dizer: “*eu fui perguntar ao juiz porquê ele quer acabar com a minha história! [...] Ele me respondeu que é por isso que os processos foram separados*”. O entrevistado 2 analisa: “*o juiz deveria levar em conta o quanto de mangue temos preservado, mas ele não olha isso*”. O entrevistado 2 menciona ainda que os moradores sentem-se desassistidos pela Prefeitura municipal e associam esse abandono do poder público municipal à pequena quantidade de voto na localidade: “*aqui não tem voto! Eles acham que todo mundo vota em Aracaju*”.

As desconfianças e certezas dos entrevistados, sem sombra de dúvidas, tem como um dos fundamentos o anúncio do planejamento urbano-turístico da Praia do Saco no ano de 2015. No ano de 2014, ao entrevistar um dos representantes do poder público municipal da época, o gestor público afirmou que a Prefeitura de Estância tinha contratado uma empresa de

⁷⁰ <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/governo-cria-comissao-para-debater-ocupacao-da-praia-do-saco>

arquitetura e urbanismo para planejar a Praia do Saco e transformá-la em uma “mini Praia do Forte”. É válido ressaltar, conforme o entrevistado, o instrumento de planejamento territorial que orientou o desenho do Projeto da Praia do Saco foi o *Master Plan*, o mesmo usado na Praia do Forte ainda na década de 1980. Esse discurso da transformação da Praia do Saco em uma “mini Praia do Forte” já tem efeitos no imaginário dos moradores. O entrevistado 2 analisa: *“vejo isso aqui como a Praia do Forte com o seu povoado, sua igreja preservada, com os seus condomínios ao redor. Nós aceitamos ser como na Praia do Forte, com tanto que nos deixe ficar”*.

Na oportunidade, algumas imagens do Projeto foram disponibilizadas somente para visualização. O Projeto foi iniciado no ano de 2013 e os recursos do investimentos, cerca de 22 milhões de reais, conforme o gestor entrevistado, seriam do PRODETUR Sergipe. No ano de 2015, o oficialmente denominado de Projeto de Revitalização e Urbanização do Povoado Saco foi apresentado ao governador⁷¹. O gestor municipal entrevistado ressaltou que sob a perspectiva do Projeto, a administração municipal, na pasta que então representava, tinha duas preocupações: os investimentos privados e a questão ambiental.

“Nossa preocupação, só frisando para você: é captar investidor, captar investimento, criar o sistema de infraestrutura completa”, esclareceu o entrevistado. Diante dessa preocupação, o gestor público destaca o interesse de investidores estrangeiros na Praia do Saco:

eu recebi semana passada quatro investidores. Os quatro juntos representam investidores europeus e asiáticos com o montante de dois bilhões de dólares para investir no Nordeste. Mas não é apenas chegar e dizer: me dê a área que eu vou comprar e fazer. Eles tem que está dentro das normas que nós exigimos (GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL ENTREVISTADO EM 2014, grifo nosso).

O gestor menciona ainda que os investidores tem que cumprir exigências legais para serem aceitos, com destaque para a legislação ambiental. Essas exigências, menciona ele, é *“para que se evite matérias como saiu nas últimas semanas. É: ‘Juiz Federal determina demolição das casas que invadiram a Praia das Dunas’”* e questiona: *“baseado em que? Baseado em um levantamento lá atrás e que chegaram para ele sem nenhum dado técnico e disseram, esse aqui está errado, esse aqui está errado, esse aqui está errado”* (Gestor Público Municipal entrevistado em 2014). Ao “apontar os erros”, os cálculos do poder (i)material não

⁷¹ <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/estancia-apresenta-projeto-de-urbanizacao-da-praia-do-saco-ao-governo-do-estado>

foram feitos, analisa o gestor ao afirmar: *“quando for descobrir quem é o dono de cada uma, eu duvido que essas casas vão para o chão. Por que na região da Praia das Dunas, e você sabe disso, está o maior PIB do estado de Sergipe. Quem é que vai bater de frente com esse pessoal? A Prefeitura de Estância? De jeito nenhum!”* (Gestor Público Municipal entrevistado em 2014). Reflete-se: conflito ambiental ou conflito fundiário escudado em questões ambientais?

A Decisão Judicial determina a retirada das construções irregulares em áreas *non aedificandi*, o que incluem além das casas, alguns bares e restaurantes e outros empreendimentos. O gestor municipal entrevistado ao apresentar a estrutura do Projeto da Praia do Saco aponta para o espaço onde estão os bares e restaurantes irregulares e explica a estrutura planejada para ficar no território desses empreendimentos. Mas, frisa o entrevistado: *“essa questão da demolição, que fique claro: não tem nada a ver com nosso projeto. Nós estamos fazendo um complemento. Eles iriam derrubar e inevitavelmente com o tempo iria ser repovoado novamente”* (Gestor Público Municipal entrevistado em 2014). A estrutura precária dos bares e restaurantes, segundo o gestor, estariam *“enfeando, sujando e degradando a região”* (Gestor Público Municipal entrevistado em 2014).

O entrevistado 2, ao refletir sobre os interesses dos investidores turísticos públicos e privados na Praia do Saco e a influência desses agentes no conflito territorial vivenciado, analisa que o Projeto de Revitalização e Urbanização da Prefeitura *“não existe. Mas existe sim um projeto maior”*. Seja como for, em meio a esse conflito territorial, a atividade turística na Praia do Saco começou a declinar no primeiro semestre de 2018. Em janeiro de 2018, alguns bares e restaurantes foram notificados e em março do mesmo ano foram interditados. No mês seguinte, o buggy, um dos principais atrativos turísticos foram proibidos de circular pelas dunas: seria o fim dos passeios de buggys? E a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída no século XVI, quase é levada pelas ondas, diante do processo de erosão marinha. Como anteriormente mencionado, a decisão judicial proibia qualquer construção, melhoria, manutenção ou ampliação de construções já existentes. Desse modo, estavam proibidas obras de contenção à beira-mar. No final do ano de 2018, as audiências das Ações Cíveis Públicas foram realizadas. Para o ano de 2019, agendou-se perícia judicial nas casas da Praia do Saco e na Praia das Dunas.

Mesmo diante desses conflitos territoriais, condomínios fechados de segunda residência, o que aqui se considera protótipos dos imobiliários-turísticos, são territorializados nas margens da SE-100, na zona rural do município de Estância. Essas segundas residências amuralhadas, com o *marketing* territorial voltado para o “paraíso” do veraneio e condomínio temático, começam a ser implantadas após a inauguração da ponte entre Aracaju e Itaporanga

D'Ajuda em 2010. A partir de Aracaju pela SE-100, tem-se três condomínios dessa nova “era” da articulação entre imobiliário e turismo: Fazenda Real Residence; Meridiem Praia Mar e Condomínio Villa das Águas. Nos dois últimos, o *marketing* territorial destaca a proximidade com a Praia do Saco e proximidade com a capital sergipana (Figura 5.12; Mapa 5.8).

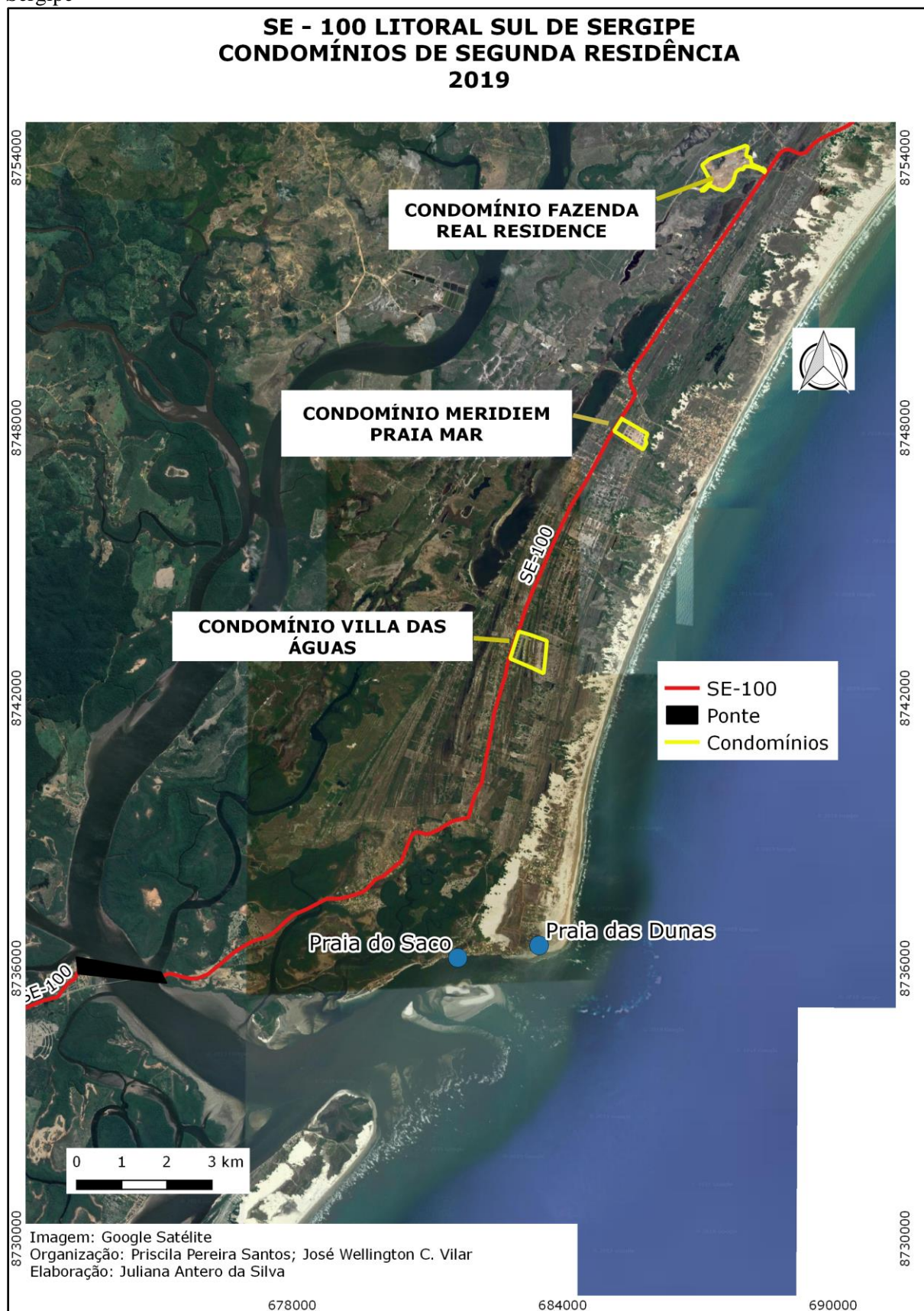
Figura 5.12: Marketing territorial de protótipos de imobiliários-turísticos nas margens da SE-100 em Estância

The figure displays three real estate advertisements for properties along the SE-100 highway in Estância. Each advertisement is a colorful flyer with text and images of the properties and surrounding area.

- Fazenda Real:** The top-left flyer features a horse logo and the text "Um condomínio fechado onde você compra um lote e leva uma Fazenda!". It includes a map of the property and contact information for Ciermário Silva.
- Meridiem Praia Mar:** The top-right flyer shows a person relaxing on a beach chair with the text "Se permita Viver!". It highlights the "Área de Lazer Completa" and its proximity to Praia do Saco and Aracaju. A callout box on the right says "Área de Lazer Completa! Localizado entre a formosa praia do Abais e a bela Praia do Saco, a poucos minutos de Aracaju."
- Villa das Águas:** The bottom-left flyer shows a woman in a swimsuit with the text "VIVER BEM É TER O PRAZER DE ESTAR PRÓXIMO A LIMA DAS MAIS BELAS PRAIAS DO BRASIL, A PRAIA DO SACO. FAZER PARTE DESTA CARTÃO POSTAL É SEU MAIS NOVO PRIVILÉGIO." A callout box on the right repeats this text.

Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Mapa 5.8: Condomínios de segunda residência nas margens da SE-100 em Estância, Litoral Sul de Sergipe



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Além desses protótipos de imobiliários-turísticos, outra emulação territorial que chama a atenção nas margens da SE-100 em Estância é o crescimento de restaurantes de comida baiana após a implantação das pontes. Evidencia-se a competitividade territorial com a Bahia e a tentativa de atrair os turistas por mais tempo em Sergipe (Figura 5.13).

Figura 5.13: Restaurantes e Bar de comida baiana nas margens da SE-100 em Estância



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Contudo, deve-se ressaltar que há resistência a essa “baianização” de Estância. Nas margens da SE-100, defronte ao Condomínio Villa das Águas, no povoado Ribuleirinha, localiza-se a Unidade Produtiva das Catadoras de Mangaba, comunidade tradicional do litoral sergipano. Como se vê, a “guerra” de lugares entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia, vai além da qualidade ambiental e do preço das terras sergipanas para a implantação da “velha” e da “nova” forma-conteúdo da segunda residência, os valores “simbólicos-culturais” dos sabores também funcionam como atrativos territoriais em jogo na dinâmica turística.

6 A DINÂMICA TERRITORIAL DO TURISMO NA PRAIA DO FORTE E NA PRAIA DO SACO

A dinâmica turística forma território-zona e territórios-rede entre a Praia do Forte e a Praia do Saco. Contudo, essas localidades apresentam singularidades político-econômicas e simbólico-culturais na estruturação do turismo. Na Praia do Forte, a territorialização do turismo foi arquitetada desde o final da década de 1980. Na Praia do Saco, a estruturação do turismo, principalmente, na criação de atrativos territoriais e serviços turísticos, mostra-se com maior intensidade no início do século XXI. Planeja-se na Praia do Saco, uma “mini” Praia do Forte ao mesmo tempo em que os conflitos territoriais entre o Poder Judiciário e os veranistas e moradores locais apontam para a (des)(re)territorialização desses sujeitos sociais.

Nesse contexto, objetiva-se nesse último capítulo analisar a territorialização do turismo na Praia do Forte e na Praia do Saco em suas singularidades diante das particularidades dos investimentos públicos, com destaque para o PRODETUR. Desse modo, refletiu-se sobre os marcos simbólicos e materiais de distinção territorial, os investimentos privados em meios de hospedagem, e as convergências e divergências entre as territorialidades dos sujeitos sociais entre si ou entre os agentes.

6.1 A invenção do paraíso: o mosaico urbano da Praia do Forte

Os fragmentos da Praia do Forte foram social e espacialmente planejados. Sob a perspectiva urbanística e arquitetônica, o *Master Plan* foi o instrumento de planejamento territorial. “Master Plan pode ter muitos significados. Para os **profissionais** estritamente **urbanistas**, pode representar o planejamento urbano de uma cidade considerando-a como um organismo vivo. Para os **arquitetos**, o termo pode fazer alusão ao **planejamento de uma cidade, ou parte dela**, como se fosse um grande projeto de arquitetura”⁷², analisa Fischer (s/d., grifo nosso). Por esse planejamento, as ruas da antiga vila de pescadores foram arquitetadas como o núcleo central do paraíso, mas com diferentes funcionalidades. Assim, a antiga Rua da Frente passa a ser a Rua Aurora; a Rua do Meio, corresponde atualmente a Alameda do Sol e a Rua de Trás, denomina-se então, Alameda da Lua. Como “espinha dorsal” dos acessos, estrutura-se a Avenida do Farol (Mapa 6.1 e Figura 6.1).

⁷² Disponível em < <http://comoprojetar.com.br/como-projetar-um-masterplan-big/> >

Mapa 6.1: Núcleo Central da Vila de Pescadores – Praia do Forte

Fonte: Google Maps, Trabalhos de Campo, 2015-2018; Priscila Pereira Santos, 2019

Organização: Priscila Pereira Santos, 2018

Elaboração: Juliana Antero da Silva, 2018

Na década de 1990, as obras de urbanização e recuperação paisagística do núcleo central foram iniciadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), em articulação com a gestão da Fundação Garcia D'Ávila, e em consonância com as orientações do **Plano de Urbanização e Normas de Arquitetura e Ocupação do Solo** da Praia do Forte (SANTOS, 2006). As obras de urbanização turística do núcleo central executada pela CONDER, entre 1998 e 2001, foram financiadas com os recursos do PRODETUR – BA. Santos (2006) ressalta que os materiais usados na obra, como por exemplo, telha cerâmica e artefatos de madeira, visavam conservar os elementos da arquitetura regional e evidenciam as normas de arquitetura do *Master Plan*, o que revela a influência política de Klaus Peters junto ao governo do estado, que na época estava sob a gestão de Antônio Carlos Magalhães (ACM).

Figura 6.1: Avenida do Farol, Rua da Aurora, Alameda do Sol e Alameda da Lua – Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018. * Anna Carolina Fernandes. Disponível em: <<http://viagemcomgosto.blogspot.com/2011/08/ecologica-praia-do-forte.html>>

Para compreender a estruturação do núcleo central, faz-se imprescindível a análise da relação entre os espaços luminosos e espaços opacos. Aurora, Sol, Lua e Farol são os nomes escolhidos para os acessos principais da Praia do Forte. Por esses signos, significantes e significados, conclui-se que a Alameda Sol é o principal acesso dos turistas e visitantes da planejada “Polinésia brasileira” de Klaus Peters. A Alameda do Sol, estrela central do sistema urbano-turístico, teve sua infraestrutura diferenciada. Segundo Santos (2006), os fios de energia elétrica e telefonia foram implantados em rede subterrânea, as barracas de alimentos e bebidas que serviam de apoio aos moradores, veranistas e turistas na antiga Rua do Meio, foram reformadas e padronizadas, e um calçadão foi construído.

Os equipamentos e os serviços turísticos concentram-se no núcleo central, no espaço com maior luminosidade: a Alameda do Sol, que é referenciada pelos turistas como vila dos pescadores. Na Alameda do Sol estão bares, restaurantes, hotéis, pousadas, serviços bancários e de câmbio, informações turísticas, imobiliárias, lojas de *souvenirs*, agências de viagens, joalherias, mercados, entre outros empreendimentos. Esses diversos empreendimentos turísticos são de capital nacional e internacional. Sob a perspectiva do pensamento de Yázigi (2003), a concentração do fluxo de turistas e veranistas na Alameda do Sol pode ser analisada como uma das formas territoriais de confinamento do turismo, a saber: o confinamento em zonas turísticas. No confinamento em zonas turísticas, a vida é compartimentada, inventada, pouco envolvida com o cotidiano das pessoas. Desse modo, “uma zona turística costuma ser uma extensão territorial com atrativos das mais diferentes naturezas: paisagem natural e construída, monumentos, residências, curiosidades, equipamentos em geral, animação em estabelecimentos de alimentação, jogos, bebidas, danças etc” (YÁZIGI, 2003, p. 57).

Ainda sob o prisma da organização socioespacial, o circuito superior, a partir do olhar tenaz de Santos (2004), territorializa-se na Alameda do Sol. Santos (2004) salienta que há dois circuitos econômicos responsáveis pela organização do espaço, são eles: o circuito superior e o circuito inferior. Em linhas gerais, dois elementos-chave definem esses circuitos: (i) as atividades que são realizadas em seu conjunto e o contexto em que são desenvolvidas; e, (ii) a classe social que se associa ao circuito pela atividade e pelo consumo (SANTOS, 2004). Nesse contexto, Santos (2004) analisa que o circuito superior resulta diretamente dos avanços tecnológicos. Desse modo, o essencial das relações do circuito superior manifesta-se fora do país e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. Nesse sentido, na Alameda do Sol estrutura-se o circuito superior a partir do conjunto de atividades comandadas pela racionalidade externa à localidade, e é consumido, principalmente, por sujeitos exógenos.

Na Alameda do Sol estão localizados três dos principais atrativos turísticos da Praia do Forte, ou em termos geográficos, elementos socioespaciais da diversidade territorial, que configuram o lugar, são eles: a Igreja São Francisco de Assis de São Francisco, a Praia do Portinho e o Projeto TAMAR. Ademais, nessa Alameda concentram-se os ambulantes. O comércio informal, concentrado próximo à Igreja São Francisco de Assis São Francisco, por orientação da Prefeitura, tem horários estabelecidos para funcionamento. Sob a perspectiva do tempo cotidiano, na Alameda do Sol ainda resistem alguns moradores permanentes, encontra-se também a única Escola pública da localidade, a Associação de Moradores e a Colônia de Pescadores.

É digno de registro que, após a finalização das obras de urbanização em 2001, a Alameda do Sol foi oficialmente renomeada de Avenida Antônio Carlos Magalhães. Mas o mapa turístico oficial da Praia do Forte, em sua 8ª edição (2014?), reconhece a referida via como Alameda do Sol. De igual modo, os moradores também a reconhecem como Alameda do Sol. Klaus Peters deixa mais explícita a relação entre Estado e Mercado, ao homenagear o político Antônio Carlos Magalhães colocando seu nome no principal acesso da localidade. Tinoco (2014) enfatiza a relação entre Klaus Peters e Antônio Carlos Magalhães:

Klaus observava tudo em volta, **como um pai zeloso**, com orgulho e admiração de sua **‘Polinésia brasileira’**, e sorria ao lembrar-se da canoa de madeira com a qual atravessou o rio Pojuca pela primeira vez para chegar à vila. Não se cansava de olhar a **vila dos pescadores**: charmosa, moderna, intacta. **Não foi descaracterizada. Preservava o clima rústico, era simples, requintada, como diria Wilson Reis Netto. O chão não era mais de terra batida, nem a avenida principal chamava-se Alameda do Sol, deu lugar à avenida ACM – homenagem ao lendário político baiano, por melhorias que ele teria levado àquela vila.** Não havia criminalidade na Praia do Forte, desemprego, fadiga. **Um exemplo visível de crescimento sustentável. A vila evoluía** (TINOCO, 2014, p. 237, grifo nosso).

O “pai zeloso” da Praia do Forte era um visionário, enxergava a organização territorial e o crescimento sustentável na vila dos pescadores, em consonância com o turismo pós-fordista em estruturação à época. Pela análise da sua biografia, o *Master Plan* teve a função de colocar “as coisas” no seu devido lugar, sem descaracterizar a vila de pescadores. E como se pode ver, pelo olhar de Klaus Peters, a segregação socioespacial fazia parte da “arrumação” da sua “Polinésia brasileira”. A vila de pescadores estava sendo transformada em um paraíso. As mazelas sociais, na visão de Klaus Peters, não se aproximavam. Assim, criminalidade e desemprego eram problemas externos. Mas o olhar dos moradores, a realidade do tempo do cotidiano é menos romântica, como desvela-se nas análises das entrevistas a seguir.

Na Alameda do Sol está a força dos serviços turísticos, é o espaço-âncora da Praia do Forte. Mas os primeiros raios luminosos partem da Rua Aurora – “nascer do dia”, afinal, a densidade territorial de condomínios fechados de segunda residência ao sul do núcleo central está na Rua Aurora, como planejado. Da Avenida do Farol e dos becos da Alameda do Sol se tem acesso à Rua Aurora. Esses caminhos geográficos e o olhar atento conduzem a análise da diferenciação socioespacial da Rua. A leste, o mar e o domínio territorial dos condomínios fechados de segunda residência, ora aqui, ora ali, hotéis. A oeste, múltiplos territórios: agências de viagens, caixa 24 horas, estacionamento, pousadas, hotéis, bares, restaurantes, casas de praia para alugar e estabelecimentos comerciais com artigos de praia. E, intercalada a esses equipamentos e serviços turísticos, algumas residências de moradia permanente. Observa-se, sob o prisma econômico, que há também na Rua Aurora um híbrido entre o circuito superior e o circuito inferior. E nos becos, “espremidos” entre a Alameda do Sol e a Rua Aurora, entre empreendimentos turísticos, as residências da população local.

Nesse “*entra em beco, sai em beco*”, parafraseando Gilberto Gil (1972)⁷³, da Rua Aurora chega-se a Alameda do Sol e por sua vez, acessa-se a Alameda da Lua. Nesse compasso, à Rua Aurora faz-se analogia ao nascer do sol; a Alameda do Sol representa o espaço mais iluminado, a zênite solar; e a Alameda da Lua, o espaço que não tem luz própria, dependente do sol para ser iluminado, nas palavras de Santos (2012), o espaço opaco. É na Alameda da Lua que estão concentrados os moradores permanentes da vila de pescadores, esse foi o “lugar” desenhado para eles no planejamento urbano-turístico. Na Alameda da Lua, assim como na Alameda do Sol, também foi construído um calçadão.

O acontecer cotidiano e o circuito inferior da economia estão na Alameda da Lua. Segundo Santos (2004), o circuito inferior é formado por atividades de pequena dimensão e interessa, principalmente, às populações pobres, e, ao contrário do circuito superior, é enraizado e mantém relações densas com a região. Desse modo, o circuito inferior constitui-se, essencialmente, por “formas de fabricação não – ‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2004, p. 40). Na Alameda da Lua, o circuito inferior materializa-se no espaço através de restaurantes populares, nas lanchonetes, no espeto de churrasco improvisado, enfim, nos estabelecimentos comerciais possíveis de serem frequentados pelos menos abastados.

Nos finais de semana e feriados prolongados, durante os trabalhos de campo nos anos de 2017 e 2018, observou-se na Alameda da Lua diferentes territórios e territorialidades.

⁷³ Música Madalena, Gilberto Gil.

Pela manhã, verificou-se que a dinâmica da Alameda da Lua está no deslocamento dos moradores que trabalham no turismo, nos turistas que alugam casas de veraneio e saem para vivenciar o lazer e na organização dos restaurantes populares que oferecem seus serviços, em linhas gerais, aos trabalhadores do turismo. Alguns restaurantes são mesmo a extensão da residência.

No final da tarde, as crianças brincam de bola, correm, apropriam-se do espaço que parece de todos: o calçadão. Nesse mesmo espaço-tempo, os adultos bebem, jogam baralho, dominó, conversam na porta, entretêm-se do dia de trabalho. No decorrer da tarde, a dinâmica do comércio local muda. Os restaurantes fecham e outros espaços de alimentos e bebidas são abertos. A moradora coloca o tradicional carrinho de cachorro-quente na porta de casa, há “espetinho” na esquina, lanchonetes, pizzaria, e nos becos, há música. Seja em aparelho sonoro ou ao vivo, a música é vibrante nos becos. Na Alameda da Lua, materializa-se a imagem estereotipada do baiano alegre e festeiro, com menos requinte que na Alameda do Sol, mas com a mesma lógica externa de ordenamento territorial, ou melhor, de controle territorial. A vida cotidiana pulsa na Alameda da Lua.

Para além da Avenida do Farol, da Rua Aurora, da Alameda do Sol e da Alameda da Lua, as territorialidades e os territórios da Praia do Forte se entrelaçam na Alameda das Estrelas e nas demais ruas e becos. Paralela a Alameda da Lua fica a Alameda das Estrelas. Diferente da Lua, as estrelas possuem luz própria. Em toda a extensão da Alameda das Estrelas estão residências permanentes, pousadas, mercados, posto de saúde, quadra de esporte e estacionamentos públicos e privados. Vez por outra, observam-se nas ruas que se conectam às alamedas principais, à casa de moradores permanentes com pequenos comércios, como é possível verificar na Rua da Corvina, que continua na Alameda das Estrelas.

Nesse contexto, corrobora-se com Carlos (2001) quando assevera que no uso da rua produz-se visibilidade e identidades, que impulsiona a sensação de pertencer. Desse modo,

o uso guarda a dimensão da vida. Contraditoriamente, a rua une e separa, é o universo da impessoalidade e do anonimato, revela formas sociais através dos cheios e vazios. E assim, **os usos da rua, marcados pelas formas de apropriação diferenciadas, são momentos privilegiados para o entendimento de como se organiza a sociedade através de seus hábitos e costumes**, pois a rua é a construção de ‘caminhos’, que junto com a moradia criam o quadro onde se desenrola a vida (CARLOS, 2001, p. 66).

Como se vê, o Farol, a Aurora, o Sol, a Lua e as Estrelas revelam com criatividade espaços luminosos e opacos na Praia do Forte. Além de referenciar o sistema solar, as ruas ao

Você já foi à Bahia? Nesse filme, Pato Donald, ao lado de Zé Carioca, encanta-se pelas diferenças culturais da capital baiana. Na primeira metade do século XX, já se propagava, leia-se comercializava-se, à Bahia para o mundo. Na segunda metade do século XX e no século XXI, os estímulos de busca pelo desconhecido intensifica-se diante da fluidez territorial. Assim, o turista que se desloca do conhecido rumo ao desconhecido, imagina o paraíso que encontrará na Bahia, “e é este imaginário que dá sentido à circulação turística e a diferença das outras formas de mobilidades. Por isso, **a geografia do turista** é mais imaginária que real” (ALMEIDA, 2009, p. 2, grifo nosso). O *marketing* territorial desenvolve essa imaginação nos moldes pós-fordistas e apresenta um paraíso ecológico chamado Praia do Forte.

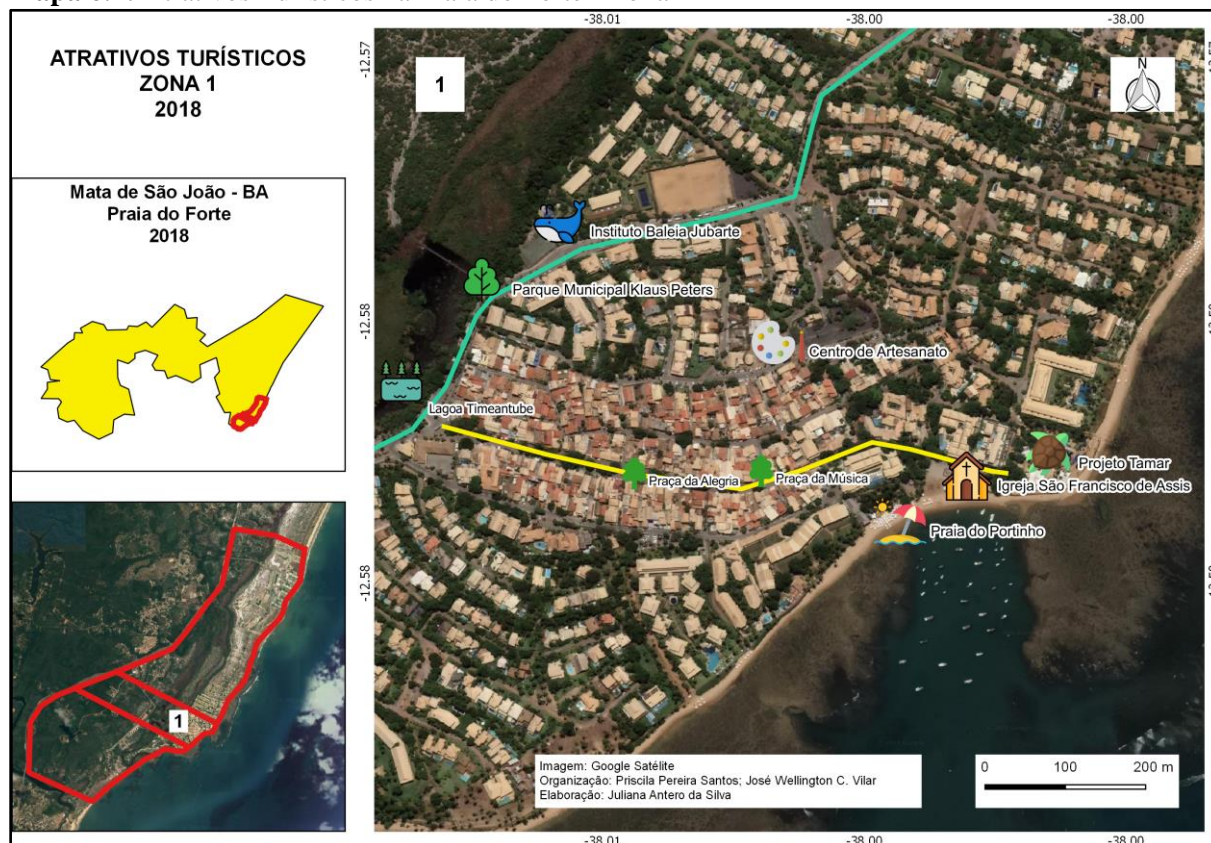
Haesbaert (1999) em seus estudos sobre Região, Diversidade Territorial e Globalização afirma que “sem dúvida uma das áreas que mais tem estimulado a diversidade territorial, através da **valorização e/ou da re-criação da diferença** (quando não do exótico) é o turismo” (HAESBAERT, 1999, p. 17, grifo nosso). Por sua vez, Almeida (2009) ressalta que os lugares turísticos são inventados. Invenção, analisa a autora, visto que os lugares banais ao serem recriados e imaginados para e pelo turismo são ressignificados socioespacialmente. Desse modo, o uso turístico dos lugares revoluciona o território e as relações socioespaciais. Nesse contexto, Carlos (2001) salienta que o turismo é uma atividade que se articula à tendência da transformação do espaço em mercadoria. Assim, ainda segundo Carlos (2001, p. 65), o espaço geográfico pode vir a vivenciar profundas mudanças, posto que o turismo “redefine singularidades espaciais e reorienta o uso com novos modos de acesso”.

A Praia do Forte começou a ser inventada para o turismo desde a década de 1970. Pode-se dizer que esta invenção foi concretizada no início do século XXI com a finalização das obras de pavimentação e drenagem das alamedas e ruas da localidade, embora as inovações sejam constantes. Assim, para compreender a estruturação socioespacial dos atrativos turísticos, didaticamente, a localidade foi espacialmente segmentada em três zonas: Zona 1 - núcleo central; Zona 2 - ao norte e, Zona 3 - ao sul. Esses recortes espaciais coadunam-se com o preenchimento espacial proposto no planejamento urbano-turístico, as observações do fluxo de turistas e as respostas dos turistas entrevistados.

Os atrativos turísticos do núcleo central (Zona 1) são: a Vila de Pescadores - Alameda do Sol -, a Praia do Portinho, a Igreja São Francisco de Assis, o Projeto TAMAR, o Parque Municipal Klaus Peters, o Instituto Baleia Jubarte e o Centro de Artesanato (Mapa 6.2). Na zona ao norte (Zona 2), território predominante dos condomínios fechados de segunda residência, o que atraem os turistas são as seguintes praias: Praia do Chapéu, Aquário, Praia do Lord, Piscinas Naturais e Papa Gente. Na zona ao sul do núcleo central destacam-se

as praias do Portinho de Baixo e a Praia da Barrinha, além do Castelo Garcia D'Ávila e a Reserva Sapiranga.

Mapa 6.2: Atrativos Turísticos na Praia do Forte - Zona 1



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

✓ *A sofisticada Vila de Pescadores: o simulacro na Alameda do Sol*

A Alameda do Sol é publicizada como a pacata e simples, mas sofisticada, Vila de Pescadores. Nas entrevistas, a maior parte dos turistas menciona a Vila, como um dos principais atrativos da Praia do Forte. Questionou-se: o que lhe atrai à Praia do Forte? “*A vila! Esse calçadão maravilhoso!*”, respondeu enfaticamente o Entrevistado 5. A Rua do Meio foi reapropriada para o turismo e transformou-se na Alameda do Sol. Nessa reapropriação recriou-se e resumiu-se no espaço da alameda, a Vila de Pescadores, agora com as iniciais em maiúsculo diante da sua importância (Figura 6.4).

Figura 6.4: Vila dos Pescadores – Alameda do Sol - Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015 - 2018

Assim, refuncionaliza-se a Rua do Meio da antiga vila dos pescadores, transformando-a em um simulacro engendrado para atender a estruturação homogeneizante do turismo. Baudrillard (1991, p. 9) define que “simulacro é o espaço cuja curvatura já não é a do real, nem a verdade”. Copia-se alguma estrutura que já existiu ou representa-se algo que nunca existiu. “Simulacro – não irreal, mas simulacro, isto é, nunca mais passível de ser trocado por real” (BAUDRILLARD, 1991, p. 13).

A era da simulação inicia-se, pois, com a liquidação de todos os referenciais – pior: **com a sua ressurreição artificial nos sistemas de signos**, material mais dúctil que o sentido, na medida em que se oferece a todos, os sistemas de equivalência. [...] Trata-se de uma substituição no real dos signos do real, isto é, de **uma operação de dissuasão de todo o processo real [...] O real nunca mais terá oportunidade de se produzir** – tal é a função vital do modelo num sistema de morte, ou antes de ressurreição antecipada [...] (BAUDRILLARD, 1991, p. 9, grifo nosso).

Carlos (2001) analisa que a construção do simulacro faz-se a partir das rugosidades, para usar o conceito de Santos (2012), que estão no espaço, seja na paisagem, na cultura ou no imaginário da sociedade. “Em muitos casos, antigas particularidades se afirmam, ganhando força de realidade” (CARLOS, 2001, p. 71). Nas palavras de Baudrillard (1991), o simulacro funciona como uma “máquina de dissuasão”. Nesse contexto, observa-se que a imagem da Praia do Forte muda o imaginário dos brasileiros sobre o Nordeste e por conseguinte, dos estrangeiros sobre o Brasil. Redesenha-se a geografia do turista e o discurso do *marketing* territorial desempenha um papel importante ao direcionar e criar comportamentos e desejos (CARLOS, 2001).

O processo de urbanização turística tornou a Alameda do Sol o palco de um espetáculo para o turista, ressalta Santos (2006): “este processo a transformou em um centro do espetáculo, **onde o que importa é tornar tudo belo e sedutor para atrair novos visitantes**” (SANTOS, 2006, p. 167, grifo nosso). Debord (1997), no livro *A sociedade do espetáculo*, esclarece que o espetáculo “não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). O espetáculo sob o prisma do planejamento do espaço estrutura-se na criação de um cenário. Assim, “o urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço com o *seu próprio cenário*” (DEBORD, 1997, p. 112, grifo do autor).

Simulacro e/ou espetáculo, seja como for, organizam-se na Vila de Pescadores diversos empreendimentos turísticos do circuito superior e do circuito inferior. No circuito

inferior, o capital simbólico coletivo, para usar a expressão de Harvey (2005), reforça as singularidades locais e as particularidades regionais, e manifesta-se principalmente, nos seguintes objetos geográficos e ações sociais: a casa de farinha, as baianas do acarajé, o comércio de ambulantes, e os serviços de traslado em “bici-táxis” e “tuc-tuc’s”. Ademais, deve-se mencionar o espaço da Alameda do Sol como território das festas tradicionais e manifestações culturais transformadas em atrativos turísticos, com destaque para a singularidade do desfile dos caretas durante o carnaval, e a capoeira.

A Casa de Farinha é um projeto social da Prefeitura de Mata de São João criado em 2006 (Figura 6.5).

Figura 6.5: Casa de Farinha na Alameda do Sol – Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Conforme informações da Prefeitura, há um revezamento entre cinco comunidades do município para a produção e comercialização de tapioca durante a semana. A casa de farinha, construção do período colonial, localizada nas fazendas e nos engenhos, foi territorializada no centro da Vila de Pescadores, para ser vista “como se fosse” algo que não é. Como analisa

Baudrillard (1991), não é verdadeiro nem falso, é simulacro e realidade enquanto atrativo turístico. Nesse passo, a produção e comercialização da tapioca dá o tom à espetacularização.

O que é que a baiana tem? Questiona o compositor baiano Dorival Caymmi na letra da música homônimo. A resposta para essa questão é a apresentação da indumentária das mulheres, negras e, em sua maioria, com religiões de matriz africana, que tradicionalmente vendem iguarias da culinária baiana, com destaque para o acarajé⁷⁴. Essa canção fez parte do filme musical “Banana da Terra”, estreado em 1939, na qual Carmem Miranda foi projetada na carreira hollywoodiana (BOSCO, 2006). Dorival Caymmi, com essa canção, coloca dessa vez, a baiana em destaque:

*O que é que a baiana tem?
Que é que a baiana tem?
Tem torço de seda, tem! Tem brincos de ouro, tem!
Corrente de ouro, tem! Tem pano-da-Costa, tem!
Tem bata rendada, tem! Pulseira de ouro, tem!
Tem saia engomada, tem! Sandália enfeitada, tem!
Tem graça como ninguém
(DORIVAL CAYMMI, Música: O que é que a baiana tem?).*

A baiana e as iguarias culinárias que comercializa trazem à tona a identidade territorial do estado como um todo e da Praia do Forte em particular. Há presente no imaginário do turista que visita à Bahia, experienciar os sabores da culinária baiana ofertados no tabuleiro da ‘baiana’ e simbolizados, de modo geral, pelo acarajé, abará, vatapá, caruru, camarão defumado, bolinho de estudante, passarinha frita e cocada de diversos sabores. No tabuleiro da baiana também tem o tradicional molho de pimenta malagueta.

No ano de 2005, a identidade territorial da Bahia foi fortalecida com a patrimonialização do ofício de baiana de acarajé pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O ofício de baiana do acarajé é patrimonializado como bem cultural de natureza imaterial. A baiana do acarajé foi reconhecida também em 2012 como Patrimônio Imaterial da Bahia, que incluiu essa atividade no Registro Especial de Saberes e Modos de Fazer⁷⁵. Em dezembro de 2018, o IPHAN lançou um projeto piloto de valorização dessas profissionais em que evidencia: “A Bahia sem o acarajé, não é a Bahia”⁷⁶ (Figura 6.6). Assim, as territorialidades da baiana do acarajé fazem parte do território do turismo e da paisagem da Bahia e, como não seria diferente, da Vila de Pescadores da Praia do Forte. Na

⁷⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Baiana_do_acaraj%C3%A9

⁷⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Baiana_do_acaraj%C3%A9

⁷⁶ <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/iphan-lanca-campanha-de-valorizacao-das-baianas-de-acaraje-em-salvador/>

Alameda do Sol, as baianas territorializam-se na Praça da Alegria, na Praça da Música e nos quiosques padronizados do calçadão da Praia do Portinho.

Figura 6.6: Publicidade campanha do IPHAN de valorização das baianas do acarajé



Fonte: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/iphan-lanca-campanha-de-valorizacao-das-baianas-de-acaraje-em-salvador>>.

Outra territorialidade do circuito inferior que compõe o território do turismo é a dos ambulantes. Mas, como toda atividade na Praia do Forte, o ambulante deve ter prévia autorização da Prefeitura Municipal e circular somente nos espaços autorizados. Na Alameda

do Sol, os ambulantes são autorizados a se territorializar no trecho final da Alameda próximo ao largo da Igreja São Francisco de Assis. Ademais, os ambulantes circulam também nas praias. Os ambulantes vendem lembranças, tapetes personalizados com o símbolo oficial da Praia do Forte: a tartaruga, e também comidas diversas, como por exemplo cocada e caldo, além de adereços (Figura 6.7).

Figura 6.7: Ambulantes - Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

No largo da Igreja São Francisco de Assis, observa-se também a oferta de serviço de traslado nas diferenciadas “bici-táxis”. Seja para realizar um *tour* pela localidade ou para

deslocar-se até as praias mais distantes, os “bici-táxis” circulam no calçadão e podem ser encontrados ao longo da Alameda do Sol. Outro veículo de traslado que merece relevo são os abaianados “tuc-tuc’s”, ideia importada do tuk-tuk asiático. Os tuc-tuc’s localizam-se na entrada principal da Alameda do Sol, tendo em vista que não podem circular no calçadão (Figura 6.8).

Figura 6.8: “Bici-táxi” e “tuc-tuc’s” na Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Na Alameda do Sol também territorializam-se festas e manifestações culturais, quando o poder público municipal autoriza essas expressões culturais nesse espaço. Brandão (2013) ressalta que a autorização da Prefeitura está relacionada à intencionalidade de transformar determinadas festividades e manifestações culturais em atrativos turísticos. Na Praia do Forte, a festa de São Francisco de Assis, a de Iemanjá, o carnaval e outras comemorações tradicionais fazem parte do calendário de eventos da localidade. Essas comemorações são da mesma forma encontradas na capital baiana e em outros municípios, como particularidades regionais. Contudo, no carnaval, a Praia do Forte apresenta a singularidade da manifestação cultural do grupo Caretas.

Silva (2017) chama a atenção ao afirmar que os caretas estão muito além de um simples bloco de carnaval, por constituir a manifestação da “cultura local da vila, que permeia o cotidiano das pessoas. **Herança, legado dos escravizados** que viveram na região, e que merece ser considerada como preservação da **memória coletiva e do patrimônio imaterial**” (SILVA, 2017, p. 104). Aos despreparados, as caretas revelam-se assustadoras. Adultos e crianças, do sexo masculino, saem as ruas vestidos com máscaras feitas artesanalmente, com o corpo envolvido com uma vestimenta preta e folhagem e sinos nos pés. As máscaras mais assustadoras são consideradas as melhores.

Os moradores contam que os caretas surgiram durante a escravidão no período da colonização. “Em certa época do ano, mais precisamente durante o Carnaval, os senhores permitiam aos escravos se expressarem culturalmente. Era a oportunidade que tinham de cultuar seus deuses e divindades, e também de assustar os filhos dos senhores de engenho, que residiam na Casa da Torre (Fundação Garcia D’Ávila)” (TAMAR, 2012)⁷⁷. Segundo o TAMAR (2012), os caretas representam uma das manifestações do poder dos moradores locais, ápice do imaginário popular. A tradição continua viva e é passada de pai para filho. É possível observar também a transfiguração dos caretas com o uso de máscaras de borracha. Mas, alerta o TAMAR (2012), “careta de verdade faz sua própria máscara” (Figura 6.9).

⁷⁷ <http://www.tamar.org.br/noticia1.php?cod=338>

Figura 6.9: Manifestação cultural dos Caretas no Carnaval - Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Durante o Carnaval, a Prefeitura, o Projeto TAMAR e a iniciativa privada organizam o concurso dos caretas em que as máscaras mais assustadoras são premiadas. Nesse período, a Prefeitura distribui panfletos informando sobre a manifestação cultural e alerta para que os turistas não deem dinheiro aos caretas, caso sejam abordados com essa solicitação por algum integrante do grupo (Figura 6.10).

Figura 6.10: Folheto informativo sobre os Caretas – Praia do Forte



Fonte: Prefeitura Mata de São João, Carnaval/2018

Além dos caretas, a capoeira também é uma manifestação cultural que chama a atenção dos turistas. No final da tarde, em frente à Casa de Farinha, na Praça da Alegria, há roda de capoeira. *"A capoeira é arte. É cultura sim senhor. A capoeira é uma dança, que veio do negro sofredor"*⁷⁸, diz a música intitulada *Foi Mestre Bimba* sobre essa herança cultural africana. Nesse contexto, cabe refletir: a capoeira jogada na Praça da Alegria na Alameda do Sol exalta a cultura local aos olhos dos turistas, no sentido da espetacularização da cultura, ou esses finais de tarde na Alameda do Sol manifestam-se espontaneamente?

⁷⁸ Canção Foi Mestre Bimba. Disponível em: <<https://www.ouvirmusica.com.br/abada-capoeira/72918/>>

Essa indagação foi realizada aos moradores locais do seguinte modo: joga-se capoeira na Alameda do Sol por amor ou para turista vê? “*Um [grupo] é por amor! Tem outro [grupo] que é para mostrar ao turista, pedem colaboração*”, diz o entrevistado 1, morador da Praia do Forte. “*Eu conheço os professores e sei que eles fazem por amor. Mas não deixa de atrair os turistas, né?*”, analisa o entrevistado 5, morador Praia do Forte. Se na roda de capoeira, os ancestrais são lembrados, como diz a música *Foi Mestre Bimba*, essa recordação torna-se espetáculo quando a capoeira é jogada como chamariz para os turistas. Seja como for, a capoeira faz parte da imagem cultural do paraíso inventado chamado Praia do Forte.

✓ *Praia do Portinho*

A praia dá conteúdo às práticas socioespaciais da Praia do Forte. E a Vila de Pescadores sem a praia e sem os pescadores, perde o sentido. Desse modo, no final da Alameda do Sol e coroando a Vila de Pescadores, está a Praia do Portinho e a Colônia de Pescadores. Pelas observações *in loco* e as entrevistas, a Praia do Portinho é a mais frequentada pelos moradores e os turistas da classe média. Os quiosques e bares que comercializam alimentos e bebidas aos usuários da praia estão localizados no calçadão em arquiteturas padronizadas e estruturadas para essa finalidade, em espaço próximo as baianas de acarajé. Na areia, somente os guarda-sóis e no mar ainda é possível observar embarcações de pesca e pescadores.

Sob a perspectiva do turismo, nem sempre foi assim, porque antes dessa aparente “harmonia” de funcionamento proporcionado pelas obras de urbanização da Alameda do Sol, os conflitos na praia foram intensos. Gomes Sobrinho (2002), com base em Lorenzo (1996), ressalta que os conflitos entre a população local e Klaus Peters se iniciaram ainda na década de 1970, com a reestruturação territorial da localidade. Os moradores locais enfrentaram uma série de restrições territoriais, como anteriormente analisados, entre elas, a proibição do comércio de alimentos ou barracas na praia. A imprensa local denunciou uma das ações do poder público que ultrapassou o conflito e transformou-se em um confronto, em que a população local não teve oportunidade de reação ou defesa, tendo em vista o uso da violência.

Os veranistas e a população de Praia do Forte ficaram chocados com a barbaria praticada por **cerca de cinquenta homens armados com escopetas – a maioria policiais à paisana. Eles destruíram dezesseis barracas padronizadas, utilizando motosserras, alavancas e pés-de-cabra.** Além disso espancaram crianças e adolescentes, atearam fogo em quatro barracas fazendo com que seus proprietários perdessem geladeiras, *freezers*, fogões e todos os demais equipamentos. **Os homens cumpriram ordens da então**

prefeita de Mata de São João, que queria, a qualquer custo, retirar os barraqueiros da área próxima à residência do proprietário do Hotel Resort Praia do Forte (A Tarde, 2/5/1997) (GOMES SOBRINHO, 2002, p. 176, grifo nosso).

Atualmente, pelas observações e entrevistas, o poder público colocou em prática instrumentos de ordenamento territorial em que faz uso do poder da gestão e do planejamento, em detrimento à violência física. Todas as barracas da Praia do Portinho estão situadas no calçadão e os ambulantes, como mencionado, são cadastrados e vestem coletes com diferentes cores que identificam a autorização (Figura 6.11). Nas outras praias, como se analisa nas demais Zonas, não há barracas fixas.

Figura 6.11: Praia do Portinho – Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de campo, 2015-2018

✓ *Igreja São Francisco de Assis*

A Igreja São Francisco de Assis compõe o território e a paisagem turística da Praia do Forte e simboliza uma das matrizes religiosas dos moradores da localidade. Estima-se que esse bem cultural foi construído por pescadores no final do século XIX (SANTOS, 2006). Pelas observações durante os trabalhos de campo, verifica-se que a Igreja foi reformada há pouco tempo.

A Igreja, a Praia do Portinho e o largo da igreja, ou praça central da Alameda do Sol, como é popularmente conhecido, formam um dos principais cenários do turismo na Praia do Forte (Figura 6.12).

Figura 6.12: Igreja São Francisco de Assis – Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

✓ *Projeto TAMAR*

O Projeto TAMAR institucionaliza no início da década de 1980 o “paraíso ecológico” criado por Klaus Peters. Assim, a projeção nacional e internacional da Praia do Forte em termos de preservação e conservação da natureza tem nas tartarugas marinhas o símbolo mais representativo. Para alguns dos turistas entrevistados, o TAMAR representa o principal atrativo da localidade.

Nos idos de 1982, foi localizada na Praia do Forte a maior concentração de desova de tartarugas ameaçadas de extinção. Antes da sensibilização ambiental do TAMAR, os ovos de tartaruga e a carne desse animal faziam parte dos hábitos alimentares dos moradores da localidade. Klaus Peters realizou várias ações para a instalação da base do TAMAR no “paraíso ecológico” em criação. Klaus Peters emprestou cavalo de montaria aos biólogos para que monitorassem a desova das tartarugas, ajudou os profissionais do TAMAR no trabalho de campo e usou sua influência política para que a Marinha concedesse 10 mil metros quadrados em torno do farol Garcia D’Ávila para a estruturação da base do TAMAR (GOMES SOBRINHO, 2011; SANTOS, 2006).

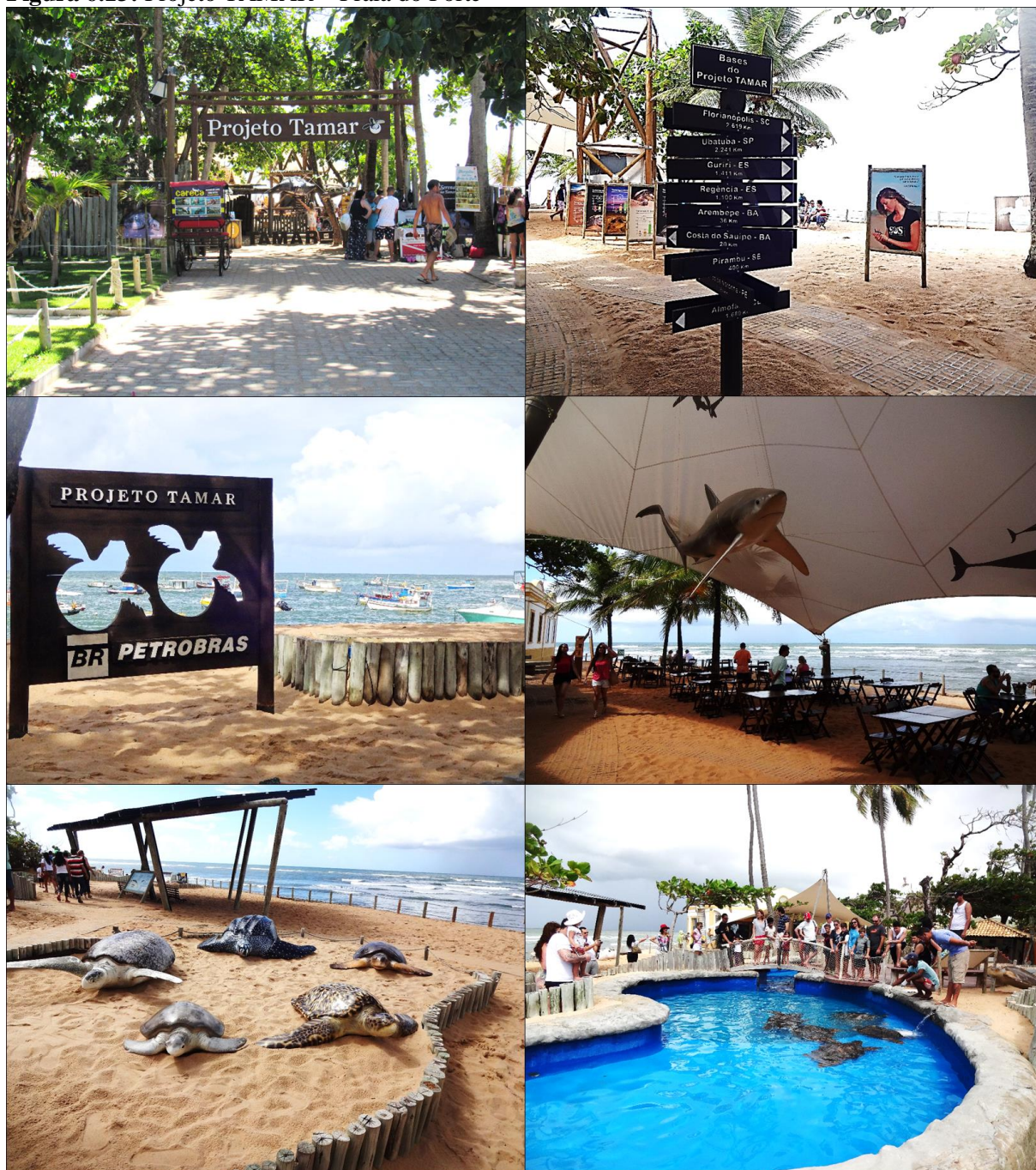
Desde 1982, o TAMAR recebe o patrocínio da Petróleo Brasileiro S/A. (PETROBRAS) através do Programa Petrobras Socioambiental. E a partir de 1988, o TAMAR passou a ser executado pela Fundação Pró-Tamar. Atualmente, a estrutura do TAMAR Praia do Forte tem distribuídos nos seus 10 mil metros quadrados além de tanques e aquários, restaurantes, sala multimídia, cinema, exposição fotográfica permanente, loja, restaurantes e espaço cultural (Figura 6.13) (SANTOS, 2006). Artistas locais, nacionais e internacionais são recebidos no espaço cultural todos os sábados no Projeto Serenata no Tamar⁷⁹.

Em janeiro de 2019, o valor da taxa para a visita aos tanques e aquários é R\$ 26,00 (vinte e seis reais). O Projeto Tamar fica restrito aos que podem pagar esse valor. Santos (2006, p. 150) analisa que o valor para entrar no TAMAR evidencia o processo de privatização do espaço público “na medida em que somente pode ser acesso à área do TAMAR (área pública concedida pela marinha para suas instalações) para observar as tartarugas, aqueles que podem pagar, neste caso um preço relativamente alto para a maioria dos moradores da região”. Contudo, ainda segundo Santos (2006), o TAMAR esclarece que o valor cobrado e as verbas dos produtos e serviços oferecidos sustentam as ações sociais e ambientais desenvolvidas pela

⁷⁹ http://www.tamar.org.br/centros_visitantes.php?cod=1. Acesso em: 29/01/2019.

instituição para a localidade. No mínimo, a privatização, a restrição territorial e a um só tempo, a compensação com ações socioambientais, geram uma ambiguidade espacial.

Figura 6.13: Projeto TAMAR – Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

✓ *Parque Municipal Klaus Peters*

Conhecido como Parque Municipal Klaus Peters, em homenagem ao proprietário da Fazenda Praia do Forte, o Parque Natural Municipal da Restinga de Praia do Forte foi criado no ano de 2008 através da Lei Municipal Nº 367/2008. De acordo com o Plano de Manejo do Parque, em conformidade com o Sistema de Unidades de Conservação - Lei Nº 9.985/2000 - Parque é uma Unidade de Proteção Integral, ou seja, com uso indireto. O Plano de Manejo evidencia que o Parque está inserido na categoria de Parque Nacional e tem como objetivo primordial “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000, s/p.).

A área do Parque Municipal corresponde a 264,94 hectares, cerca de 10% da Fazenda Klaus Peters, menciona o Plano de Manejo, que também enfatiza o empenho dos gestores da Praia do Forte na preservação e conservação ambiental. Desse modo, as atividades planejadas para serem realizadas no Parque são: educação ambiental, ecoturismo e pesquisa científica (MATA SÃO JOÃO, 2013). O Parque possui entrada gratuita e dispõe de trilha com 3,6 km de extensão em que se encontra placas em português e inglês com informações sobre a fauna e flora existentes na localidade.

A Lagoa Timeantube, espaço transformado em Reserva Ecológica Particular na década de 1980, passa a integrar o Parque Municipal Klaus Peters. O represado rio Açú, até a década de 1980 usado pela população para abastecimento de água e lazer, ao tornar-se Lagoa Timeantube tem nova função: atrativo turístico. Além de ser contemplado e transformado em paisagem para as fotografias, os turistas também podem comprar passeios de canoa pela Lagoa (Figura 6.14). Magalhães (2015) ressalta que das lutas vivenciadas na Praia do Forte entre os moradores e as forças restritivas do Estado e do Mercado, o discurso da sustentabilidade ambiental apresentou-se como um obstáculo insuperável.

Nesse contexto, Santana (2001) faz uma crítica coerente ao ecoturismo ou turismo ecológico. Para o autor, essas adjetivações ecológicas do turismo carrega em si a própria contradição: “de um lado, deriva de um discurso ecológico apresentado como crítica à modernidade ao se opor ao mundo urbano-industrial. Por outro, é uma prática turística inserida na lógica dos mercados” (SANTANA, 2001, p. 178). Mas ao mesmo tempo em que há restrição territorial para a população local, o Parque mostra-se aberto para os veranistas do imobiliário-

turístico e turistas do *Resort Iberostar*, uma vez que há uma entrada exclusiva pelo empreendimento. Essa é uma das opções de quem se hospeda no empreendimento para ter acesso à Vila de Pescadores de bicicleta.

Figura 6.14: Parque Municipal Klaus Peters - Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

✓ *Projeto Baleia Jubarte*

A reocupação da Baleia Jubarte no Litoral Norte da Bahia impulsionou a criação da segunda base Projeto Baleia Jubarte na Praia do Forte, no ano de 2001. O Instituto Baleia Jubarte, executor do Projeto, incentiva o turismo de observação da baleia como uma forma de sensibilizar a todos contra a caça. Além da observação das baleias ser transformada em atrativo turístico, o Centro de Pesquisa e Educação Ambiental, localizado na Avenida do Farol, também atrai visitantes de todas as parte do mundo. Nesse contexto, cria-se no ano de 2003 a Área de Proteção Ambiental (APA) da Plataforma Continental do Litoral Norte através do Decreto Nº 8.553, de 05 de junho de 2003.

O Projeto Baleia Jubarte obteve o apoio da Fundação Garcia D'Ávila através da parceria com o Instituto por meio de um termo de cooperação técnica que, entre outros acordos, cedia por comodato o espaço para a instalação do Centro de Pesquisa e Educação Ambiental (Figura 6.15) (MATA DE SÃO JOÃO, 2013). A entrada no Espaço Baleia Jubarte é gratuita. Os passeios de observação funcionam em parceria com as agências de viagens e turismo.

Figura 6.15: Espaço Baleia Jubarte - Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

✓ *Centro de Artesanato de Praia do Forte*

Diante das dinâmicas globalizantes, os *souvenirs* materializam a memória da viagem, fazem parte da identidade territorial do lugar em virtude da singularidade e autenticidade dos produtos. Na Praia do Forte, os artesanatos locais, além de comercializados pelos ambulantes, são vendidos nas várias lojas do Centro de Artesanato (Figura 6.16). No final do ano de 2015, o Centro de Artesanato foi inaugurado e os 54 boxes foram disponibilizados para os comerciantes por meio de sorteio. O Centro de Artesanato fica localizado na Alameda das Estrelas e tem nas suas instalações externas espaço de estacionamento para embarque e desembarque de turistas.

Figura 6.16: Centro de Artesanato da Praia do Forte

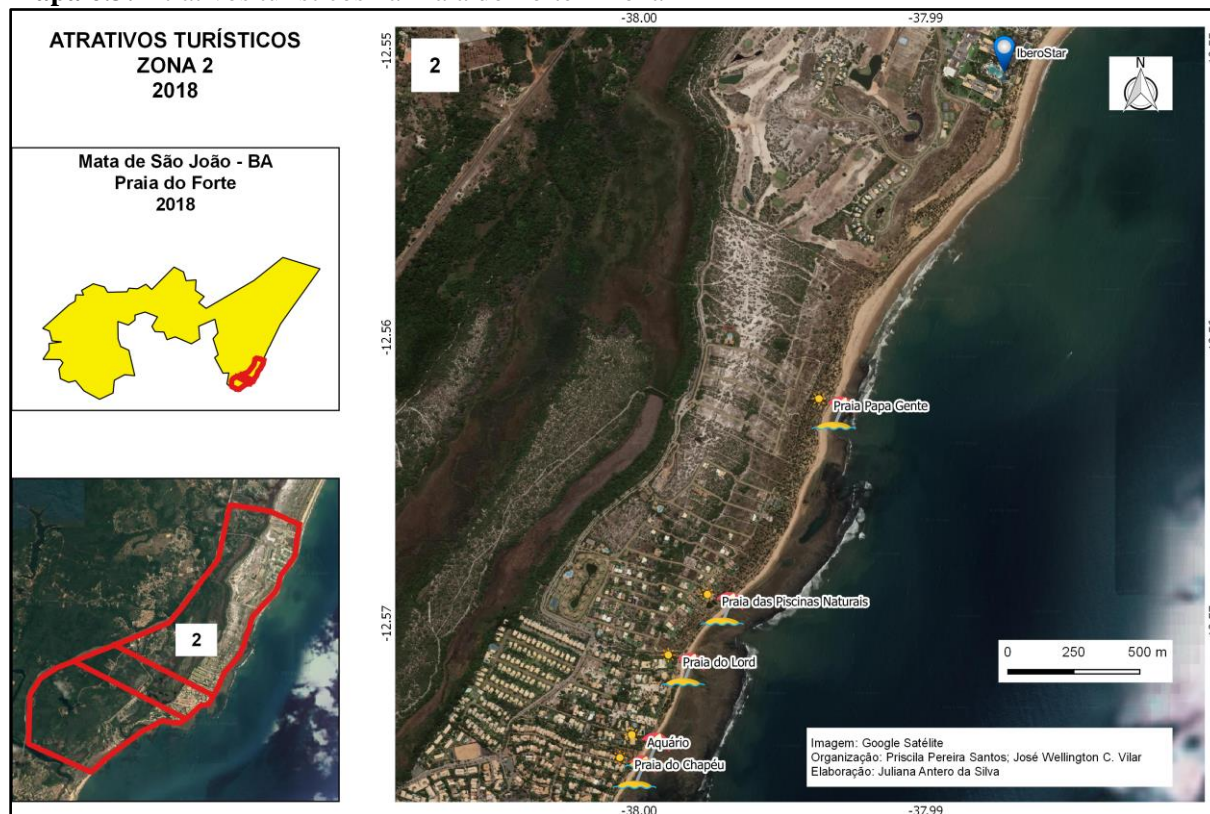


Fonte: Tripadvisor.com.br. Acessado em: 11 de fevereiro de 2019.

✓ *Zona ao norte do núcleo central: praias*

No jogo de poder simbólico e coletivo entre o Estado, o Mercado, os veranistas, os turistas e os moradores locais, o espaço praial ao norte do núcleo central apresenta-se como uma centralidade na atração dos fluxos das diferentes territorialidades. Entre as praias do Chapéu, Aquários, Lord, Piscinas Naturais e Papa Gente dispersam-se os veranistas, os turistas, os moradores locais e os trabalhadores que prestam serviços turísticos (Mapa 6.3). Há uma nítida diferenciação socioespacial das territorialidades nas praias mencionadas. A Praia do Chapéu é a mais frequentada pelos moradores locais, que em articulação com a Praia Aquários, forma a maior extensão de aberturas territoriais de acesso à praia. Em contraponto, o fluxo de turistas abastados é direcionado, principalmente, para a Praia do Lord e das Piscinas Naturais. E basicamente, só há duas maneiras de ter acesso a essas praias: ou a pé, ou trasladado em “bici-táxis” ou “tuc-tuc’s”, uma vez que é proibido estacionar no trecho da Avenida do Farol em que estão as entradas dos condomínios fechados de segunda residência (Figura 6.17).

Mapa 6.3: Atrativos turísticos na Praia do Forte – Zona 2



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

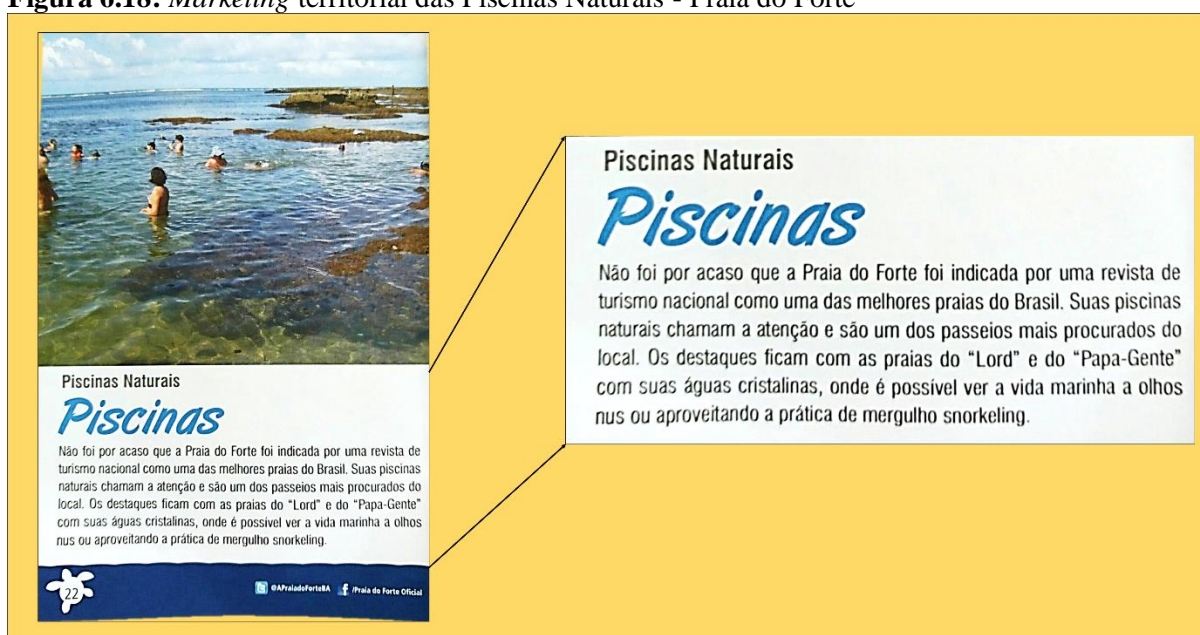
Figura 6.17: Praias da Zona 2 – Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Com base no pensamento de Carlos (2001, p. 68), analisa-se que essas praias direcionadas aos “turistas” são espaços sob a dominação do *marketing* territorial e que são propagados como a imagem do paraíso, do bem-estar, da diversão e da felicidade “que apaga sua configuração de mercadoria, mas é reduto da realidade que pretende representar. Lugares cada vez mais visuais, que invadem a vida das pessoas através do marketing, tornando lugares de desejo”. Desse modo, a imagem das piscinas naturais e dos coqueiros são símbolos recorrentes no material promocional e configuram a imagem do paraíso para os turistas (Figura 6.18).

Figura 6.18: Marketing territorial das Piscinas Naturais - Praia do Forte



Fonte: Guia Turístico Praia do Forte, Mata de São João, 2014?, p. 22

Faz-se imprescindível mencionar que a praia que funciona como uma extensão do Iberostar não tem nomenclatura oficial, nem no mapa turístico da localidade, nem nas ferramentas geotecnológicas de localização. Ao que tudo indica, a praia é a “praia do Iberostar” com acesso exclusivo para os frequentadores do *resort* ou, a pé por mais de aproximadamente 6 km a partir da Praia do Portinho (Figura 6.19). Fazem esse trajeto a pé, os trabalhadores do turismo, com destaque para os ambulantes, e, os aventureiros, os curiosos, e cabe acrescentar, os pesquisadores. Todavia, os turistas do *resort* que desejam conhecer a propagada Praia do Lord ou das Piscinas Naturais, o acesso pode ser realizado a pé, tendo em vista a proximidade do *resort* dessas praias ou em vans disponibilizadas para trasladar os turistas.

Figura 6.19: “Praia do Iberostar” - Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

No paraíso inventado por Klaus Peters, mais especificamente na zona ao norte do núcleo central, não há construções com barracas de praia, como acontece no calçadão da Alameda do Sol. Essa restrição territorial evita “enfear” as praias e os conflitos com as territorialidades dos condomínios fechados de segunda residência. Mas quem for nessas praias irá observar mesas, cadeiras e guarda-sóis na areia e estruturas provisórias com oferta de alimentos e bebidas. Esses equipamentos são guardados na areia em arquiteturas “subterrâneas” nos terraços marinhos e diariamente os alimentos e bebidas são levados em isopores (Figura 6.20). Nas praias na zona ao sul do núcleo central, a territorialização do comércio local é diferente.

Figura 6.20: Estruturas “subterrâneas” que abrigam mesas, cadeiras e guarda-sóis – Praia do Forte

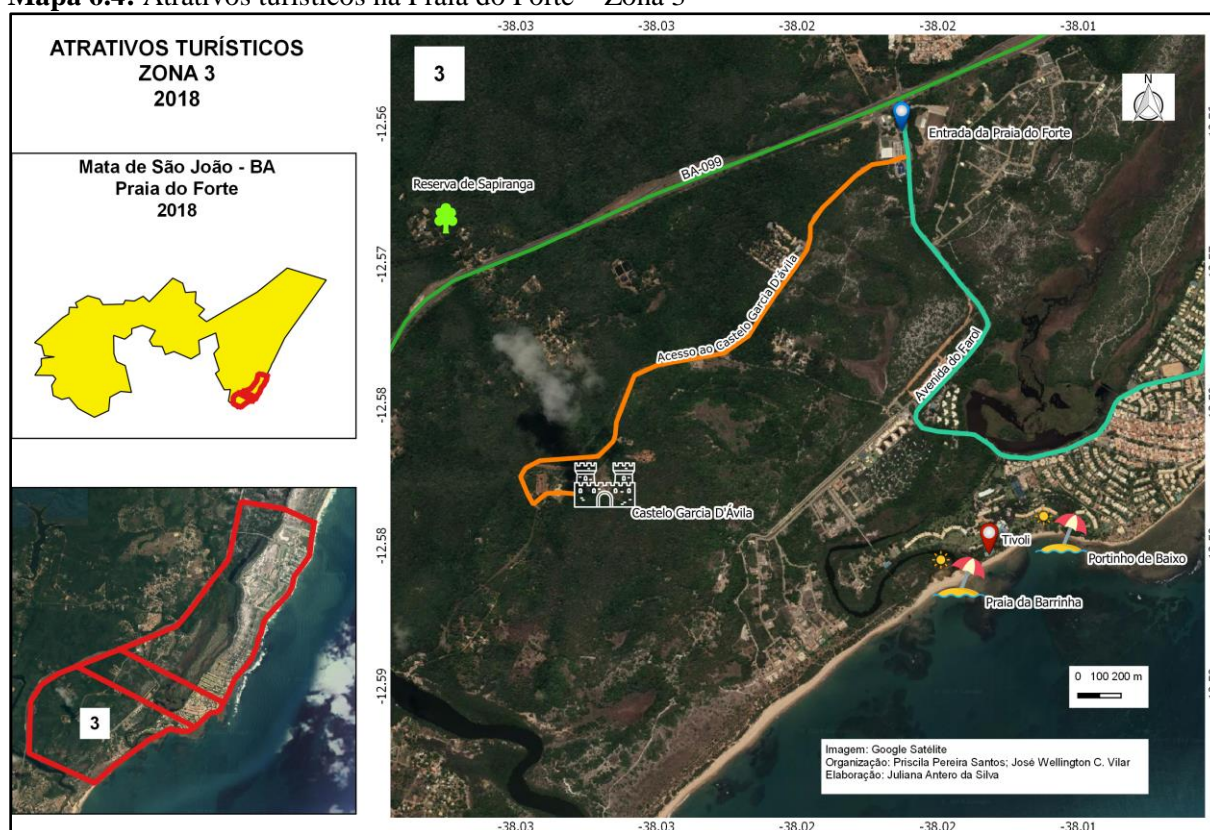


Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

- ✓ Zona ao sul do núcleo central: praias, o Castelo Garcia D'Ávila e a Reserva Sapiroanga

Diferente das praias ao norte do núcleo central, as praias do Portinho de Baixo e da Barrinha tem menor fluxo de pessoas, são pouco frequentadas por turistas e moradores. Na zona ao sul do núcleo central, os atrativos turísticos com maior demanda de público são o Castelo Garcia D'Ávila e a Reserva Sapiroanga (Mapa 6.4). Inquestionavelmente, esses são os bens patrimoniais com *marketing* territorial mais intenso.

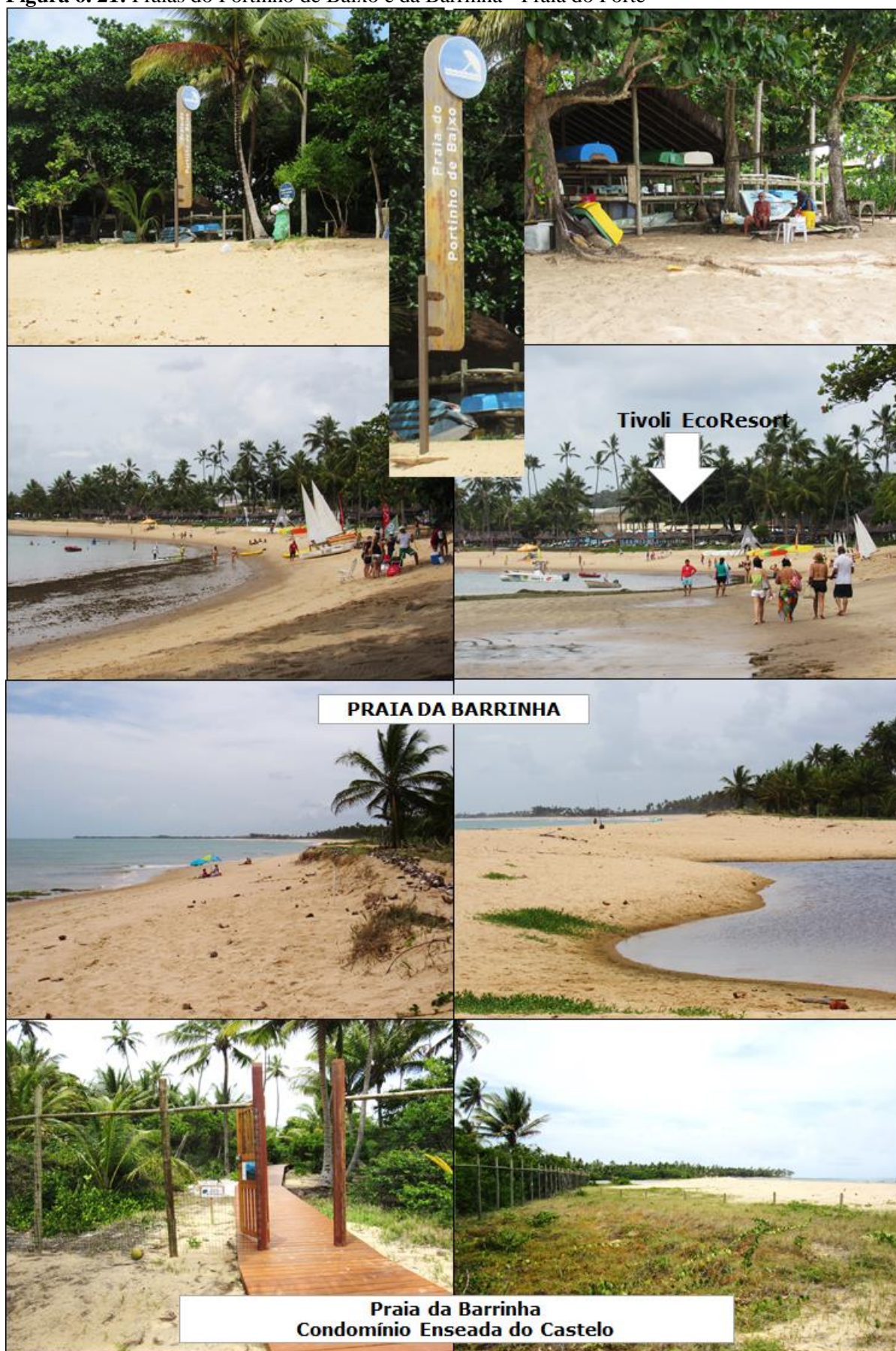
Mapa 6.4: Atrativos turísticos na Praia do Forte – Zona 3



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

A Praia do Portinho de Baixo e a Praia da Barrinha são acesso imediatos do Tivoli EcoResort e do Tivoli Ecoresidences (Figura 6.21). Essas praias são quase exclusivas dos usuários da rede Tivoli. Na Praia do Portinho de Baixo há uma única estrutura provisória para ofertar os serviços de alimentos e bebidas aos turistas que se encaminham a essa praia. A partir dessa única “barraca”, a praia é ocupada por toda a infraestrutura do Tivoli até a Praia da Barrinha. Da Praia da Barrinha até o Rio Pojuca, limite municipal com Camaçari, inicia-se o que os moradores denominam de “nova” Praia do Forte pela construção dos novos condomínios fechados de segunda residência.

Figura 6. 21: Praias do Portinho de Baixo e da Barrinha - Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

✓ *Castelo Garcia D'Ávila*

“Tenho que comprar esta terra e restaurar este castelo. É fantástico”, disse Klaus Peters na primeira vez que foi visitar as terras da Fazenda Praia do Forte. O interesse de Klaus Peters o fez pesquisar sobre as ruínas do Castelo, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 30 de abril de 1938. O Castelo da Torre de Garcia D'Ávila ou Castelo Garcia D'Ávila ou ainda, Casa da Torre, é a única construção em estilo medieval na América Latina⁸⁰. Segundo as pesquisas de Klaus Peters, o Castelo foi construído com a estrutura das ruínas de um castelo do norte de Portugal. A construção de Garcia D'Ávila apresentava basicamente três funções: 1) Casa-grande e residencial; 2) Casa forte para resistência aos índios; e, 3) Posto de vigilância da costa (TINOCO, 2014).

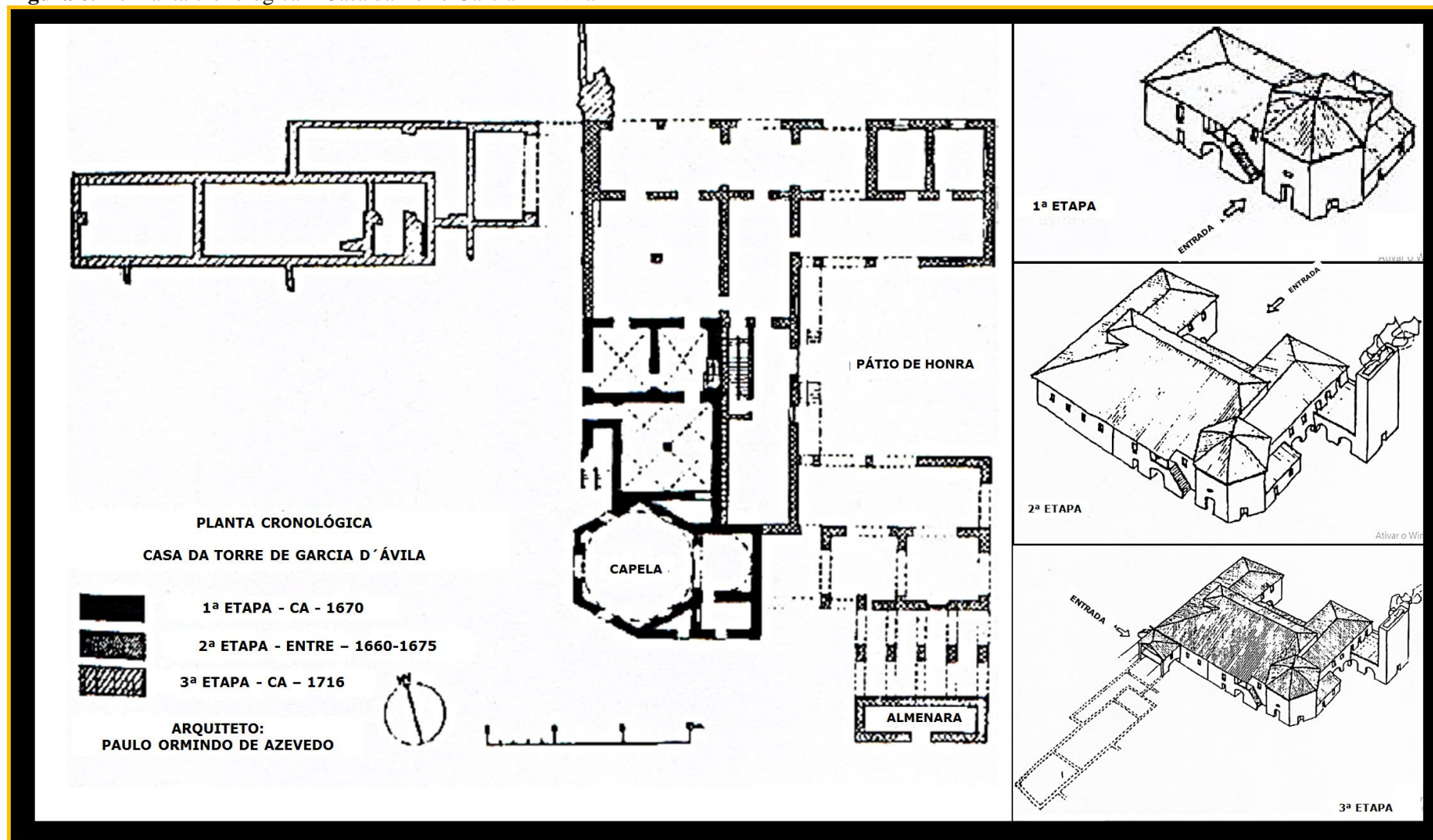
A construção do Castelo foi realizada em três etapas e durou cerca de meio século para ser finalizada (Figura 6.22):

A primeira etapa da construção do Castelo tem suas paredes de tijolos e é composta de uma Capela sextavada e abobadada, em estilo medieval canônico, e salas contíguas recobertas por cúpula e abóbada de aresta com arcos diagonais, iguais às do Paço de Sintra, em Portugal. O Castelo, **na segunda etapa** da construção, foi construído em alvenaria de pedra e se desenvolve simetricamente em torno de um pátio de honra, em estilo renascentista, onde uma escadaria dupla conduzia ao primeiro pavimento. **Uma terceira fase** da construção, datada do início do século XVIII, também em pedra, amplia o Castelo
(Fonte: <http://www.casadatorre.org.br/monumento.htm##1>).

O arquiteto responsável pelo Plano de urbanização turística de Praia do Forte elaborou também o Projeto de Revitalização do Castelo. “O projeto de revitalização também foi elaborado pelo arquiteto Wilson Reis Netto e tinha em seu bojo a proposta de restauração da capela, a consolidação das ruínas da Casa da Torre, a construção do centro de apoio turístico e do museu arqueológico” (SANTOS, 2006, p. 140). Com o patrocínio do Ministério da Cultura, PETROBRAS, ELETROBRAS, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo da Bahia, em 2002, a restauração foi finalizada e o Castelo foi aberto à visitação turística (Figura 6.23). Atualmente, a administração do Castelo é realizada pela Fundação Garcia D'Ávila.

⁸⁰ <http://www.casadatorre.org.br/monumento.htm##1>

Figura 6.22: Planta cronológica – Casa da Torre Garcia D'Ávila



Fonte: Pessoa, 2003, Anexo III, s/p.

Figura 6.23: Centro de visitante e ruínas do Castelo Garcia D'Ávila – Praia do Forte



Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2018

✓ *Reserva Sapiranga*

A Reserva Sapiranga consiste em uma área de aproximadamente 600 hectares de Mata Atlântica utilizada como atrativo turístico (MARTINEZ; MODESTO, 2013)⁸¹ (Figura 6.24). Essa delimitação territorial foi umas das primeiras ações da *onda ecológica* de Klaus Peters ainda na década de 1970. Em 1975, a atual Reserva Sapiranga integrava o Parque Florestal Garcia D'Ávila, e posteriormente, em 1977, passou a fazer parte da categoria de proteção ambiental Área de Refúgio Particular de Animais Silvestres. A gestão da Reserva Sapiranga desde a década de 1970 é realizada pela Fundação Garcia D'Ávila.

Segundo Martinez e Modesto (2013), a Reserva Sapiranga recebe cerca de 15 mil turistas por ano. O acesso à Reserva é feito através do pagamento de uma taxa de R\$ 10,00, em valores atuais. Faz parte da infraestrutura para atender aos turistas, “o centro de educação ambiental, mini-museu, biblioteca, cine-floresta, salas de aulas, banheiros, oficina e loja de artesanatos produzidos pelos próprios moradores” (MARTINEZ; MODESTO, 2013, s/p.)⁸². Aos turistas que vão à Reserva são ofertadas a possibilidade de realização de trilhas, tirolesa, passeios de canoa motorizada e/ou caiaque nos rios que integram essa Unidade de Conservação. É válido mencionar que integram a Reserva o Rio Pojuca, o Rio Terebu e o Rio Sapiranga. É necessário esclarecer também que os passeios realizados pelos turistas demandam a contratação de guias ou empresas de turismo (MARTINEZ; MODESTO, 2013). Como se vê, essa oportunidade de contato com a natureza atende à necessidade da população urbano-industrial que dispõe de recursos financeiros para usufruir.

Antes da institucionalização ambiental desse espaço remanescente de Mata Atlântica, as comunidades quilombolas Tapera/Sapiranga, Barreiro, Pau Grande e Campinas já estavam territorializadas. Atualmente, essas comunidades lutam pelo seu direito de continuar a existir (MAGALHÃES, 2015). A comunidade Tapera/Sapiranga localiza-se na parte interna da Reserva e as demais no entorno. Segundo Santos (2006, p. 145, grifo nosso), a Fundação Garcia D'Ávila tenta “há muito tempo **comprar os terrenos da comunidade, para retirá-los da área com a proposta de realocá-los em Açuzinho**, uma área reservada como moradia para a mão-de-obra de Praia do Forte, no entanto, estes se recusam a vender suas terras”. Essa separação entre a natureza e a cultura tradicional, ou, sob a perspectiva geográfica, essa segregação socioespacial, representa o que Diegues (2001) analisa como um neomito, o mito moderno da

⁸¹<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/um-passeio-pela-reserva-ecologica-da-sapiranga/>

⁸²<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/um-passeio-pela-reserva-ecologica-da-sapiranga/>

natureza intocada e intocável, endossado no turismo ecológico ou ecoturismo. Nesse contexto, Santos (1996, p. 53) analisa que “a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor”.

Figura 6. 24: Reserva Sapiiranga



Fonte: <http://www.gostoepronto.com/2014/02/castelo-garcia-davila-reserva-sapiiranga/>

Como se vê, os atrativos turísticos que se apresentam como marcos simbólicos e culturais da Praia do Forte dão o tom a diversidade territorial nos tempos da propalada homogeneização espacial pela globalização. Assim, a organização territorial turística da localidade ao mesmo tempo em que (re)(des)territorializa a população local para a territorialização do capital, ou melhor, a estruturação das dinâmicas globais, estimula as trocas culturais através do processo de hibridização cultural, negativa e/ou positiva, entre as territorialidades.

A identidade territorial contemporânea constrói-se a partir de uma combinação desigual de forças, ou seja, do hibridismo cultural das territorialidades em suas diferentes formas, a saber: positiva, “que propomos denominar de ‘antropofágica’, movimento consciente assumido pelo grupos subalternos, a seu favor”; e negativa, “por beneficiar sobretudo os interesses dos grupos hegemônicos”, ressalta Haesbaert (2012b, p. 29). Desse modo, observa-se na Praia do Forte territorialidades com diferentes identidades: a dos turistas e a dos moradores. O hibridismo, nesse contexto, manifesta-se territorialmente com os turistas conhecendo conscientemente os alicerces identitários dos moradores da localidade, em linhas gerais, ofertados aos turistas como atrativos turísticos, e o contato dos moradores com a cultura dos turistas através do vivenciar do cotidiano.

O diálogo entre o turista e o interesse em conhecer a identidade territorial do lugar que visita é analisado por Haesbaert (2012b) como multiterritorialidade. A identidade do turista envolve-se com a identidade da população local, há uma mescla cultural. Da segurança e proteção do que conhece, o turista destina-se ao desconhecido e então, se reconhece e reconstrói-se enquanto ser cultural em busca constante pela diferença. Esse transitar e vivenciar do espaço de origem e do espaço de destino, faz Haesbaert (2012b, p. 37, grifo do autor) refletir que se produz multiterritorialidade, mas o termo mais adequado é transterritorialidade, pois implica, “mais do que a articulação de territórios diferentes, o *trânsito* entre eles, a sua imbricação pela frequente mobilidade”. O autor chama a atenção que o transitar entre escalas não significa *transterritorialidade*, a questão não é a diferença de nível ou “de grau”, mas a vivência do Outro, a diferenciação qualitativa, “diferença de natureza”.

Nesse contexto, a população local mesmo tendo o empobrecimento das culturas pretéritas, ou até mesmo a destruição, “pode rejuvenescê-las e impeli-las para o novo” (HAESBAERT, 2012b, p. 31). Esse movimento do hibridismo cultural positivo, analisado por Haesbaert (2012b) como antropofagia identitária, traz à tona a resistência/reterritorialização cultural dos grupos subalternos e simultaneamente, esses grupos reconstroem-se com a cultura do Outro.

Haesbaert (2012b) adverte que o sujeito ao ignorar a diversidade cultural e invisibilizar o Outro, sem estabelecer diálogo, em um contato meramente funcional, em que a cultura local funciona somente como valor de troca e espécie de disfarce ideológico da reterritorialização capitalista, ou seja, a mercantilização das manifestações culturais para atender a demanda da globalização por diversidade territorial, vivencia múltiplos tipos de territórios, sem construir multiterritorialidades. Em outros termos, fluidez territorial ou compressão espaço-temporal pode nos tornar espacialmente mais próximos e ao mesmo tempo mais distantes. Sob o prisma da globalização, esse hibridismo cultural nega a essência da diversidade territorial e fundamenta-se na estrutura econômica. Assim, no hibridismo cultural negativo, os marcos simbólicos funcionam como mercadorias.

O hibridismo cultural positivo e negativo são observados na Praia do Forte. Os turistas foram questionados sobre o que já haviam vivenciado da cultura local. Dos dezessete entrevistados, somente três (17,6%) disseram que já tinham vivenciado a cultura local. Esses três fizeram referência aos caretas e aos blocos de carnaval. A perspectiva teórica de Haesbaert (2012b) conduz a reflexão para o hibridismo cultural positivo entre esses três turistas e os moradores locais, uma vez que há territorialidades vivenciando a cultura local. Do total de entrevistados, um chama a atenção pela resposta. Ao ser questionado sobre o vivenciar da cultura local retrucou o entrevistado 10: *“somos evangélicos!”*. Seria a cultura local profana? E se consideram, o que fazem em território incondizente com o que acreditam?

A maior parte dos turistas entrevistados, treze sujeitos, disseram que não haviam vivenciado da cultura local. Contudo, esses sujeitos responderam que o que mais gostavam na Praia do Forte era a Vila de Pescadores, a gastronomia, o Projeto TAMAR, as praias, enfim, o que consideram atrativos turísticos. Como se vê, esses turistas não entendem a Vila de Pescadores como arquitetura cultural local nem mesmo a gastronomia ou o TAMAR, esses marcos simbólicos-culturais são compreendidos como valor de troca, é o espaço-mercadoria. Esse processo configura o hibridismo cultural negativo analisado por Haesbaert (2012b). Na Praia do Forte, esses turistas apresentam a territorialidade funcional.

Sob o prisma dos moradores locais, por um lado, manifesta-se territorialmente a resistência/reterritorialização cultural. Se a Casa de Farinha é um simulacro e a elaboração da tapioca uma espetacularização, a tapioca é real e faz parte da cultura local, há resistência nessa existência. As baianas do acarajé na sofisticada Vila dos Pescadores também resistem. De igual modo, há resistência na existência dos caretas e na roda de capoeira. As manifestações culturais dos moradores locais são movimentos antropofágicos, ao mesmo tempo que são usados pelo capital como atrativo turístico, usam o turismo para resistência e empoderamento político. Mas

ao lado da resistência, há novas experiências, há mesclas culturais. Os moradores locais ao observarem as diferenças culturais em relação aos turistas tentam imitá-los e modificam o comportamento.

Dos dezessete moradores locais entrevistados, todos trazem consigo o desejo de frequentar os bares e restaurantes da Alameda do Sol. “*Tenho vontade de frequentar restaurantes na Alameda do Sol. Eu tenho vontade de sentar no Tango [Tango Café]. Mas um dia eu vou!*” (Entrevistado 4, Morador, Praia do Forte). Os entrevistados revelam outras imitações ou desejos derivados do que observam dos turistas.

*Os moradores imitam [os turistas] em muita coisa. Turistas vem de lá para cá para passar o final de semana, aí o povo sai daqui para ir para não sei aonde. Se ele pode vir para cá, porque eu não posso ir na cidade dele? A mulher vem aqui com o cabelo lilás. Ah, eu vou pintar o meu! Se ela pode porque eu não posso? **Tem aquela coisa assim, eu [morador] posso porque ele [turista] pode** (ENTREVISTADO 1, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).*

A possibilidade dos turistas de vivenciarem múltiplos territórios e territorialidades desperta o jogo de poder explícito entre os moradores locais, como menciona o entrevistado 1: se ele pode, por que eu não posso? Territorialidade nômade em movimento turístico, cabelo lilás e chimarrão no tórrido calor do Nordeste, porque não? Afinal, o turista não faz, por que o morador não pode fazer? Em meio a gargalhadas, o entrevistado 1 exemplifica outro caso de imitação: “*Tem muitos aqui também que tomam **um tal de um chimarrão**. [Risos] Nunca vá me dizer que Praia do Forte tomam chimarrão. [Risos] Meu irmão mesmo queimou a boca. [risos] Negócio ruim do cão [disse ele], queimou minha boca [risos]. E para que você foi tomar? **Eu vi todo mundo bebendo ali** [risos] (Entrevistado 1, Morador, Praia do Forte, grifo nosso).*

O entrevistado 5 ressalta o que entende como aprendizagens com o comportamento dos turistas. “*Muda um pouco assim o comportamento. Você vai ali tomar um sorvete. **Aí você vai tentar se educar né?! Você vai ser educado. Você conversa mesmo. Você vê um turista falar, você fica observando. Se uma pessoa lhe pede informação, você já tenta se comunicar**” (Entrevistado 5, Morador, Praia do Forte, grifo nosso). O entrevistado 2 também ressalta a aprendizagem de idiomas no dia a dia da convivência com os turistas. Nesse sentido, discute-se a territorialização de investimentos globais em meios de hospedagens na Praia do Forte.*

6.3 Investimentos globais em meios de hospedagem na Praia do Forte

A articulação global-local e local-global na Praia do Forte complementa-se e completa-se com a territorialização dos meios de hospedagem – hotéis, pousadas e *resorts*. Nos idos de 1982, Klaus Peters inaugura o primeiro empreendimento turístico-hoteleiro projetado por Wilson Reis Netto, a saber: a Pousada Praia do Forte, onde atualmente está situada a Porto da Lua – Boutique Hotel. “A pousada localizada próximo a praia ‘foi especialmente projetada em estilo rústico-sofisticado, com coluna de madeira e teto de palha, uma novidade arquitetônica no Litoral Norte da Bahia’ (Arquiteto do Master Plan, fevereiro 2006)” e contava com apenas 15 cabanas de palha (SANTOS, 2006, p. 118). Wilson Reis Netto projetava concomitantemente o Hotel, posteriormente transformado em *resort*, de propriedade também de Klaus Peters, inaugurado em 1985.

Klaus Peters durante o processo de construção da Pousada e do Hotel “mandou fazer um levantamento para saber como andava a escolaridade dos nativos e quantos deles poderiam ser aproveitados na obra. O resultado foi assustador: todos analfabetos” (TINOCO, 2014, p. 192). Como transformar os moradores locais de Praia do Forte em funcionários do turismo sem instrução? Klaus Peters buscou investidores para implantar a escola de alfabetização na localidade; aos que achavam o investimento alto, ele dizia: “*Para se ter uma mão de obra qualificada é preciso investir em educação. Os custos são ínfimos*” (TINOCO, 2014, p. 192). Um passo à frente, talvez dois, do tempo vivenciado na Praia do Forte, a lógica comercial do investimento em educação para Klaus Peters era a seguinte: “*Todo investimento nessa área voltará em prestação de serviços. Bons serviços prestados por funcionários alegres e satisfeitos resultarão no sucesso do empreendimento. Motivação é a palavra mágica. Funcionários motivados produzem mais e melhor. Portanto, eles precisam estudar*” (TINOCO, 2014, p. 192). Assim, estrutura-se o Programa de Ensino Supletivo (PROES).

No ano de 1985, o Hotel Robinson Crusoe é inaugurado na Praia do Forte. Wilson Reis Netto denominava a arquitetura do hotel de “orgânica”, pois usava elementos naturais da região. “*As obras de Wilson Reis Netto fazem parte da natureza. Dão a impressão de que saíram da terra, respiram e se movem. São obras de arte*”, dizia Klaus Peters (TINOCO, 2014, p. 230). O símbolo escolhido para representar o Hotel foi a tartaruga, que até os dias de hoje simboliza a Praia do Forte. Esse empreendimento turístico-hoteleiro foi financiado pela SUDENE, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da Bahia (DESENBANCO) (GOMES SOBRINHO, 2002). A gestão do hotel

ficou sob a responsabilidade da empresa *Steigenberg*, rede de hotelaria e *resorts* da Alemanha, vinculada à empresa de viagens e turismo anglo-alemã TUI – *Tourism Union Internacional* (GOMES SOBRINHO, 2002; SANTOS, 2006; TINOCO, 2014).

A empresa alemã *Steigenberg* firmou parceria com Varig, empresa aérea da época, para a oferta de voos *charters*, voos diretos da Alemanha para o Brasil. No ano de 1986, a “**Varig fechava um contrato para voos semanais diretos de Frankfurt a Salvador** com uma empresa alemã, ligada ao empreendimento Robinson Crusóé” (A Tarde, 25/5/1986 *apud* GOMES SOBRINHO, 2002, p. 174, grifo nosso). Mas o contrato entre Klaus Peters e a *Steigenberg* durou menos de dois anos. Segundo Tinoco (2014), a recusa de Klaus Peters em vender o Hotel, foi o motivo da rescisão do contrato de gestão. Em 1987, a empresa também alemã Maritim começa a administrar o Hotel, que a partir desse momento tem o novo nome: **Maritim Club Hotel Praia do Forte** (TINOCO, 2014). Nesse contexto, os primeiros hóspedes foram alemães.

Após cinco anos, o contrato com a empresa Maritim também é rescindido e Klaus Peters passa a administrar o Hotel. No início da década de 1990, o Hotel de Klaus Peters é ampliado, reformado e transformado em *resort*. A partir de então, o empreendimento estrutura-se em 304 apartamentos, oito piscinas, três restaurantes, quadras esportivas, campo de futebol, sala de jogos, clube infantil, brinquedoteca, *business center*, departamento ambiental, náutica, passeio ecológico e *thalasso spa*, entre outras estruturas. Assim, territorializou-se o primeiro *resort* do Litoral Norte: o Praia do Forte *Ecoresort & Thalasso Spa* (CRUZ, 2000; SANTOS, 2006; GOMES SOBRINHO, 2011; TINOCO, 2014).

Os investimentos públicos na Praia do Forte, com destaque para o PRODETUR-BA e o PRODETUR-NE, na década de 1990, e o planejamento privado urbano-turístico da localidade, provoca catálise no capital nacional e estrangeiro para investimentos na hotelaria e no imobiliário-turístico. Especificamente na hotelaria, entre 1991 e 1999, foram inaugurados 53 Meios de Hospedagem (MH's) no município de Mata de São João, o que corresponde a 892 Unidades Habitacionais (UH's) com total 2.322 leitos. Conforme os dados disponibilizados pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (2018a), a maior parte desses empreendimentos está concentrado na Praia do Forte.

Sob a perspectiva regional, na Costa dos Coqueiros entre 1991 e 1999 foram inaugurados 160 empreendimentos hoteleiros, destes 33,1% localizaram-se na Mata de São João, 22,5% em Camaçari, 18,8% em Conde, 10% em Entre Rios, 6,3% em Lauro de Freitas, 5,6% em Jandaíra, e 3,8% em Esplanada (BAHIA, 2018a). Em outros termos, Mata de São João foi o espaço selecionado para investimentos em empreendimentos turísticos hoteleiros.

A dinâmica globalizante das redes hoteleiras nacionais e internacionais seleciona a Praia do Forte para reorganizar a estrutura geográfica da localidade com novos dinamismos, e com essa nova forma de comando e dominação, redesenha-se a geografia do turismo. Essa nova racionalidade externa é alavancada em sua maioria por empresas espanholas e portuguesas, e em menor grau, por empresas italianas e francesas, segundo Gomes Sobrinho (2011). Araújo (2011) analisa que a expansão das redes hoteleiras no Brasil e a aquisição de segunda residência por estrangeiros foram fomentadas pelo crescimento dos investimentos estrangeiro direto (IED's), a influência político-econômica dos grupos empresariais multinacionais enquanto produtores na economia global e a formação de redes internacionais de produção alicerçados na liberalização financeira.

Assim, a seletividade espacial em Mata de São João, especificamente na Praia do Forte, combina em um só tempo os princípios geográficos da localização e da distribuição (MOREIRA, 2011). “Por meio da localização, o homem elege a melhor possibilidade de fixação espacial de suas ações. A distribuição compõe o sistema das localizações e transforma a seletividade numa configuração de pontos e o todo numa extensão”, em outros termos, formam-se territórios-rede e territórios-zona (MOREIRA, 2011, p. 82-83). Nessa conexão global-local, novas redes geográficas são articuladas e novas zonas são configuradas sob a perspectiva das verticalidades e das horizontalidades.

Essas empresas hoteleiras são territorializadas principalmente na Praia do Forte e tem na rede geográfica a estrutura de emissão de comandos externos. “É a partir, sobretudo, do funcionamento das redes, que podemos falar de verticalidades, esse ‘espaço’ de fluxos formado por pontos, dotado de um papel regulador em todas as escalas geográficas, enquanto se renovam ou se recriam horizontalidades, isto é, os espaços da contiguidade” (SANTOS, 2012, p. 26). As verticalidades configuram territórios-redes entre as empresas e a Praia do Forte, sob o prisma da produção, distribuição e consumo, e as horizontalidades formam territórios-zona entre as empresas e a sociedade local.

Sob a lógica globalizante do mercado turístico nacional e internacional, os investimentos se tornam cada vez mais denso e o espaço mais cheio. Entre 2000 e 2006, foram acrescidos mais 181 meios de hospedagem em Mata de São João. Nesse período, na Costa dos Coqueiros, os municípios com maior quantitativo de meios de hospedagem em ordem decrescente foram: Mata de São João, Camaçari, Entre Rios, Conde, Lauro de Freitas, Jandaíra e Esplanada. Mata de São João apresenta maior densidade territorial em unidades habitacionais e números de leitos, principalmente em virtude da implantação de dois *resorts*, são eles: Complexo Turístico Costa do Sauípe e Iberostar Resort.

Como projetado pela Política de Megaprojetos Turísticos, os empreendimentos em Mata de São João concentraram-se no CTI Forte-Sauípe, com destaque para a Praia do Forte. No ano 2000, o Complexo Turístico Costa do Sauípe, na localidade de Vila Sauípe, foi inaugurado com 1.650 unidade habitacionais. Em Praia do Forte, no ano de 2005, o Praia do Forte *Ecoresort & Thalasso Spa* foi ampliado e mais 54 unidades habitacionais foram estruturadas e no ano de 2006, a 1ª etapa do empreendimento de capital espanhol Iberostar Resort foi inaugurada (Mapa 6.5). A partir do ano de 2006, o empreendimento Praia do Forte *Ecoresort & Thalasso Spa* foi comprado pelo Grupo português Espírito Santo. Assim, o *resort* do “Peters” começa a fazer parte da rede hoteleira Tivoli Hotels and Resorts. O Praia do Forte *Ecoresort & Thalasso Spa* foi transformado no Tivoli *Ecoresort* Praia do Forte (SANTOS, 2006).

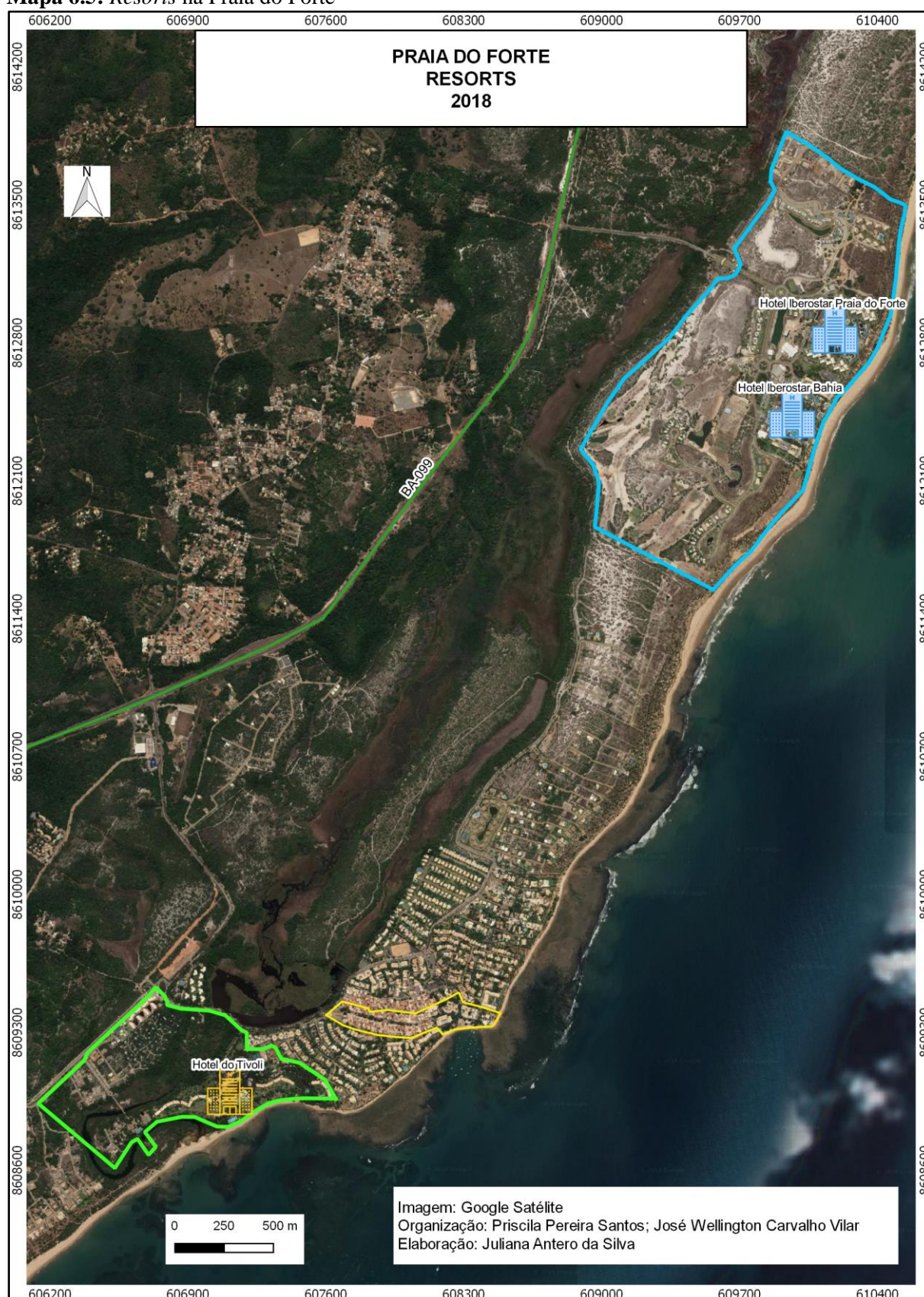
O Iberostar Resort foi planejado em três etapas. A 1ª etapa corresponde ao Iberostar Bahia com pouco mais de 400 unidade habitacionais. A 2ª etapa inaugurada em 2008 com 540 unidades habitacionais refere-se ao Iberostar Praia do Forte. E na 3ª etapa, ainda em implantação, estão os imobiliários-turísticos em formato de casas e apartamentos de segunda residência. É digno de registro que o marketing territorial do *resort*, principalmente relacionado ao imobiliário-turístico, enfatiza o campo de golfe com 18 buracos. Segundo Santos (2006), há quatro voos *charters* da Europa para Salvador, e vice-versa, mantido em parceria entre o Grupo Iberostar e companhias aéreas.

O Grupo Iberostar origina-se nas Ilhas Baleares, no Mediterrâneo espanhol, a região mais turística do mundo, que está sendo convertida ícone da turistificação do Planeta. As Ilhas Baleares exportam paraísos, analisa Buades (2006).

[...] faz poucos anos que as principais empresas turística do arquipélago tem dirigido sua atenção ao resto do mundo. Assim, frequentemente levam a cabo o abandono progressivo de suas propriedades nas próprias Baleares, grupos como Sol Meliá, Barceló, Riu, **Iberostar** ou Fiesta, **tem se convertido em poderosas transnacionais** com uma crescente implantação no resto do Mediterrâneo, em Canárias, na América, em Magrebe e inclusive na China (BUADES, 2006, p. 18-19, [Tradução Livre], grifo nosso)⁸³.

⁸³ [...] desde hace pocos años las principales empresas turísticas del archipiélago han dirigido su atención al resto del mundo. Así, mientras llevan a cabo un abandono progresivo de sus propiedades en las propias Baleares, se han convertido en poderosas transnacionales con una creciente implantación en el resto del Mediterráneo, en Canarias, en América, en el Magreb e incluso en China. Es así cómo la industria turística balear exporta paraíso sin fronteras y, a menudo, reproduce los mismos errores y apuestas que en casa (BUADES, 2006, p. 18-19).

Mapa 6.5: Resorts na Praia do Forte



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Nesse contexto, verifica-se que entre 1991 e 2006 as maiores somas de capital investidas em meios de hospedagem foram destinadas ao município de Mata de São João. Ao todo, entre 1991 e 2006, dos US\$ 398.669.191 (milhões de dólares) investidos em Meios de Hospedagem, 76,56% concentraram-se entre a Praia do Forte e o Complexo Costa do Sauípe, com destaque para a primeira localidade em virtude da presença de dois *resorts* de capital internacional. Essa seletividade espacial tem atualmente um sentido restritivo por ser transformada “numa prática de **ocupação cada vez mais especializada e fragmentária do espaço**, orientando-se pela e em função de uma divisão territorial do trabalho que baixe os custos e aumente a produtividade no sentido mercantil do termo” (MOREIRA, 2011, p. 84, grifo nosso). Ou seja, a tendência é que as redes hoteleiras internacionais sejam territorializadas em localidades que possuam infraestrutura para recebê-las e/ou já estejam sendo “preenchidas” por hotelaria regional e nacional, formando assim uma ocupação especializada, ou melhor, o território dos meios de hospedagem internacionais.

Nesse contexto, Limonad (2007a) estabelece o zoneamento das localidades costeiras do Litoral Norte conforme o porte dos empreendimentos turísticos-hoteleiros, identificado pela autora como tipos de exploração turística, a saber: grande porte, pequeno e médio porte, mercado turístico regional e local, e baixo impacto. Limonad (2007a) analisa que em Mata de São João, especificamente no CTI Praia do Forte-Sauípe, o foco do mercado turístico é internacional e a atividade turística baseia-se empreendimentos turísticos-hoteleiros de grande porte, são eles: na Praia do Forte, Tivoli EcoResort Praia do Forte, administrado pelo grupo português Espírito Santo, e o Iberostar Resort, pertencente ao grupo espanhol Iberostar; em Imbassaí, Grand Palladium Imbassaí Resort & Spa, do grupo espanhol Fiesta; e, na Vila Sauípe, o Complexo Costa do Sauípe, estruturado pela Construtora Norberto Odebrecht e administrado pelo Fundo de Pensão do Banco do Brasil (PREVI).

Mas, além da hotelaria internacional, ainda segundo Limonad (2007a), Imbassaí e Praia do Forte são localidades que apresentam empreendimentos de pequeno e médio porte voltados para atender os turistas nacionais, com destaque para o público das regiões Sul e Sudeste. Ademais, a autora acrescenta as localidades de Sítio do Conde e Barra do Itariri, em Conde, com o desenvolvimento da atividade turística de pequeno e médio porte direcionado aos turistas nacionais. Para os turistas locais e regionais, o mercado territorializa-se nos povoados Diogo e Santo Antônio, no município de Mata de São João; Porto Sauípe, no município de Entre Rios; Sítio do Conde, em Conde, e Mangue Seco, em Jandaíra. Há ainda que mencionar os empreendimentos turístico-hoteleiros considerados por Limonad (2007a) de baixo impacto e consumo especializado na localidade de Massarandupió, única praia de

nudismo (naturismo) da Bahia, no município de Entre Rios; Baixios de Palame, em Esplanada; e Barra de Itariri, no Conde.

Em uma prática fragmentária do espaço, a atividade de grande porte do CTI Forte-Sauípe continua a ser intensificada entre 2008 e 2014. Nesse período, a Zona Costa dos Coqueiros recebeu o total de US\$ 202.940.000 (milhões de dólares). Desse total, **92,15%** foram destinados ao Município de Mata de São João, correspondente a US\$ 187.000.00. Desses, 49,28% foram territorializados na Praia do Forte com a construção da 2ª etapa do Iberostar, e 39,42% em Imbassaí na implantação do *Grand Palladium Imbassai Resort & Spa*, ambos de capital espanhol, e 3,45% investidos na instalação da Arena Sauípe – espaço multiuso de eventos.

Sob a perspectiva teórica de Santos e Silveira (2001), observa-se em Mata de São João a criação de uma especialização produtiva, ou melhor, um território turístico com agregação de atividades complementares. Graças à globalização, no que diz respeito a cognoscibilidade do planeta, a região formada pelo Litoral Norte da Bahia passa a ser reconhecida como um espaço apto para a produção e o consumo do turismo. Nesse contexto, Santos e Silveira (2001, p. 299, grifo nosso) ressaltam que “as condições nelas [regiões] presentes, **ou que podem ser adrede introduzidas**, recomendando a instalação das respectivas empresas mais exigentes de produtividade”. Em outros termos, pode-se afirmar que as políticas territoriais, com destaque para o PRODETUR/BA e o PRODETUR/NE I e II, foram intencionalmente introduzidas para atrair as empresas hoteleiras internacionais para o Centro Integrado Forte-Sauípe.

Sob a perspectiva da (re)(des)organização territorial, observa-se na Praia do Forte uma dominação ibérica, um fechamento territorial com muros invisíveis, tendo em vista a localização de empreendimentos turísticos-hoteleiros de grande porte de uma ponta a outra. Tem assim, o Tivoli *Ecoresort* no “início” e o Iberostar *Resort* no “fim” das delimitações territoriais da localidade e no “meio” a concentração de pousadas, hotéis e outros equipamentos e serviços turísticos entre a Rua Aurora e a Alameda das Estrelas, além dos condomínios fechados de segunda residência.

Gomes Sobrinho (2011), em sua pesquisa de doutoramento sobre a implantação de empresas hoteleiras portuguesas e espanholas no Litoral Norte da Bahia, concluiu que os fatores que atraíram esses empreendimentos estruturam-se em três escalas: nacional, regional e local. No que diz respeito ao Brasil, os fatores foram: a taxa cambial e a estabilidade econômica do país no primeiro decênio do século XXI. No Litoral Norte, os elementos motivadores foram: o valor da terra, o crescimento do fluxo turístico internacional, a localização do aeroporto

internacional e os investimentos públicos. Especificamente no município de Mata de São João, Gomes Sobrinho (2011) ressalta os incentivos fiscais aos empreendimentos hoteleiros, como por exemplo, a redução do Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a isenção do Imposto sobre Serviço (ISS) durante dez anos. Sem sombra de dúvidas, a criação dessa silhueta territorial, para usar a expressão de Cataia (2001), alinhada aos interesses das empresas hoteleiras teve e tem como principal objetivo a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED's).

Araújo (2011) salienta que os IED's são indicadores importantes na avaliação da abertura da economia de determinados países, a exemplo do Brasil, “frente ao ideário da globalização respaldado pelo processo de internacionalização da produção, da distribuição e administração de bens e serviços” (ARAÚJO, 2011, p. 75). Ainda segundo Araújo (2011), as formas de ingresso do IED no Brasil são: fusões e aquisições de empresas, fundos de *private equity*, fundos de investimento imobiliário e participação em oferta pública inicial de ações (IPO's). Nesse diapasão, Limonad (2007a) ressalta que o turismo internacional expande-se no Brasil para além dos destinos convencionais do Sudeste e os fatores internacionais que contribuem para isso são:

- i) o aumento da tensão política, nos países da África do Norte, do Oriente Médio; ii) os problemas internos na Turquia; iii) a tensão entre os países que compunham a Iugoslávia, aos quais se somam as catástrofes naturais, com destaque para as monções, enchentes, *tsunamis* na Ásia, além dos furacões e eventuais terremotos no México e na América Central (LIMONAD, 2007a, p. 64)

No Litoral Norte da Bahia, entre 2015 e 2020, os IED's continuaram e continuarão, a crescer. A Secretaria de Turismo da Bahia estima a entrada de cerca de US\$ 3.409.900.000 de investimentos privados entre 2015 e 2020. Desse total, **0,88%** deve ser aplicado em Lauro de Freitas, **34,49%** em Camaçari, **36,61%** em Mata de São João, **5,72%** em Entre Rios, **11,67%** em Esplanada, e **10,6%** em Jandaíra. Dos dezessete empreendimentos turísticos hoteleiros planejados para esse período, somente quatro tem o capital com origem nacional e os demais tem capital internacional. Destes, nove tem capital espanhol, três são de origem portuguesa e um dos empreendimentos tem capital francês. A maior intensidade de investimentos de capital internacional está em Mata de São João, especificamente na Praia do Forte.

Os investimentos estrangeiros em turismo começam a se dispersar para além de Mata de São João, com destaque para os investimentos espanhóis nos municípios de Entre Rios,

Esplanada e Jandaíra e também de capital português em Jandaíra. Pelas características dos empreendimentos, verifica-se que a partir de 2015, registram-se hotéis e/ou *resorts* híbridos, ou seja, com a implantação de condomínios de segunda residência, o que aqui entende-se como imobiliários-turísticos, nesse caso, *condohotéis* e/ou *condoresorts*. É digno de registro que embora alguns desses empreendimentos tivessem previsão de abertura em 2017 ou 2018, nenhum deles foi inaugurado nesse período.

Na medida em que o Litoral Norte atende aos reclamos do mercado global do turismo, cria-se uma nova forma de diferenciação territorial. Segundo Santos e Silveira (2001), a compartimentação territorial sob a égide da globalização mostra-se capaz de impor distorções no comportamento do espaço: são as novas caras da fragmentação territorial. Essa extravasão e fragmentação territorial criada pelas relações entre o global e o local produz um “efeito de entropia das empresas globais e das grandes empresas sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, criam ordem para si mesmas e desordem para o resto” (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Assim, estrutura-se uma dinâmica de alienação territorial, ou seja, sem correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional.

Do ponto de vista espacial, essa estratégia de expansão internacional das redes hoteleiras implica em alienação territorial, ou seja, o uso da marca rede hoteleira internacional reconhecida mundialmente adotada pelo complexo turístico-hoteleiro não importa em que região do planeta ele se instala **passa a se constituir no próprio ‘destino turístico’ gerando enclaves, fragmentação territorial e não estabelecendo, portanto, conexões com o entorno** (GOMES SOBRINHO, 2011, p. 50, grifo nosso).

Os moradores revelam essa alienação territorial ao expressar que: “*a estrutura dos resorts está tirando os turistas, desviando o fluxo. Agora irão colocar um cassino⁸⁴ no Tivoli*” (Entrevistado 16, Morador, Praia do Forte, grifo nosso). Os *resorts* transformam-se assim no “destino” Praia do Forte, principalmente em virtude da concentração de serviços de recreação e entretenimento e também da capacidade de pessoas que conseguem alojar, um número superior a qualquer outro meio de hospedagem da localidade. Aos turistas do *resort* que desejam conhecer a “Vila”, há passeios com horário de saída e retorno e o acompanhamento de guias de turismo. Contudo, os turistas, novamente, são direcionados a concentrar-se na Alameda do Sol. Observa-se assim, duas modalidades de confinamento territorial teorizado por Yázigi

⁸⁴ O Projeto de Lei 530/2019 prevê a legalização de ‘Cassinos Resorts’ no Brasil. Ver em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/232618-bahia-podera-ter-ate-dois-cassinos-caso-projeto-de-lei-de-azi-seja-aprovado-na-camara.html>>

(2003): a primeira, o confinamento territorial do turismo em *resorts* ou bolha e o confinamento territorial em zona turística, leia-se Alameda do Sol.

Limonad (2007a) salienta que os mega-*resorts* apresentam como bolhas de consumo turístico global que recriam “a cor e o clima local” de modo pitoresco e controlado.

Tudo isso de modo a garantir uma experiência tropical única em um **ambiente seguro e ‘inviolável’, sem pedintes, sem odores estranhos, sem batedores de carteira, e com um ‘povo’ limpo, educado e selecionado** dentre a população da região metropolitana de Salvador. O ‘encontro’, a ‘festa’, marcas características do urbano (LEFEBVRE, 1969), são recriados de forma controlada e asséptica, transmutam-se em espetáculo monitorado e programado, em que os participantes convertem-se em atores e espectadores, que assistem e aplaudem (LIMONAD, 2007a, p. 78, grifo nosso).

Para a população local, os empregos, em linhas gerais, são na linha de base, em virtude da pouca qualificação profissional. Como recorda-nos Santos (2012) e Santos e Silveira (2001), sob a perspectiva da reflexão de Marx, embora haja uma expansão geográfica da área de realização da produção, observa-se uma redução da arena de produção. Ou seja, a rede hoteleira possibilita o alargamento dos contextos, todavia, “os insumos intelectuais, financeiros, técnicos e políticos que asseguram o alto nível de produção local” tem origem externa (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 300).

Limonad (2007a), em pesquisa no Litoral Norte da Bahia, verificou que os serviços turísticos dos *resorts* que exigem maior qualificação profissional, “requerem domínio de idiomas e capacidade de administração, em todos os empreendimentos de porte internacional visitados, foram preenchidos com trabalhadores residentes na região metropolitana de Salvador, que se deslocam diariamente em transportes contratados pelas administrações dos empreendimentos” (LIMONAD, 2007a, p. 82). Em observação simples e entrevistas informais com os trabalhadores do Iberostar *Resort* registrou-se que essa realidade continua vigente nesses mega empreendimentos turísticos-hoteleiros. Como reflete Limonad (2007a), são enclaves de riqueza e tecnologia com entorno regional empobrecido e deficiente em infraestruturas e serviços.

Ainda nesse contexto, a expansão geográfica dos *resorts* para realização da produção traz à tona permissividades para a degradação ambiental, ou seja, evidencia que a degradação ambiental não é “democrática”, diante das restrições territoriais vivenciada pela população local. Nesse sentido, Buades (2006, p. 18-19, Tradução Livre) ressalta que “[...] é assim que a indústria turística balear exporta paraíso sem fronteiras e, frequentemente, reproduz

os mesmos erros e apostas que em casa”⁸⁵. Limonad (2007a) destaca que sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, da geração de empregos e da inserção regional-local nos fluxos produtivos globais, as “soluções” encontradas para a implantação desses mega *resorts*, “coloca em risco a diversidade de um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas costeiros tropicais do mundo” (LIMONAD, 2007a, p. 65). Nesse sentido, Santos (2006) analisa a implantação do Iberostar em espaço impróprio desrespeitando o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Litoral Norte.

O Iberostar foi implantado, ainda segundo Santos (2006), em Zona de Proteção Rigorosa “com uso permitido apenas para a contemplação, pesquisa científica e trilhas ecológicas controladas, ficando expressamente proibidas as atividades antrópicas que importem em alterações da flora e fauna, ou dos atributos que lhe conferem especificidade” (SANTOS, 2006, p. 125). Essa Zona é ambientalmente frágil devido as suas formações, observam-se dunas, lagoas, brejos, manguezais e cordões dunares.

Mas as restrições ambientais legais, válidas para a população local, não obstaculizaram a construção do empreendimento. Os órgãos ambientais competentes da Bahia liberaram o alvará de construção e à época o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o TAMAR acompanharam a construção e até hoje acompanham o funcionamento, já que há próximo ao *resort* um bolsão de desova de tartaruga. Na época da construção, em 2005, o IBAMA e o TAMAR requereram que a construção se afastasse em cerca de 1 km, devido ao espaço de desova da tartaruga e fosse usada iluminação específica para não afugentar as fêmeas (SANTOS, 2006). Atualmente, há no Iberostar a instalação de uma base do Projeto TAMAR.

Como se vê, os meios de hospedagem dão densidade ao território do turismo. Assim, entre o território do turismo, o território dos moradores e as territorialidades existentes entre esses caminhos há encontro e desencontros que tornam as relações socioespaciais na Praia do Forte complexas. Nesse sentido, discute-se a seguir a Praia do Forte pelos “olhares” dos moradores e dos turistas.

⁸⁵ “[...] Es así como la industria turística balear exporta paraíso sin fronteras y, a menudo, reproduce los mismos errores y apuestas que en casa” (BUADES, 2006, p. 18-19)

6.4 A Praia do Forte: encontros e desencontros no lugar

Entre o ir, o vir e o *devir*, convergências e divergências territoriais manifestam-se entre os turistas, os moradores, o poder público e a iniciativa privada. A imagem da Praia do Forte para os turistas e moradores entrevistados é unânime: “*Aqui é o paraíso!*”. Mas esse “paraíso” que está para todos, não é de todos, nem tem a mesma funcionalidade para todos, como analisam Gomes Sobrinho (2002), Santos (2006), Brandão (2013), Faria (2013), Magalhães (2015), entre outros. Nesse contexto, os turistas associam a imagem do “paraíso” Praia do Forte à diversão, ao lazer, ao descanso, e para os moradores, o “paraíso” significa trabalho no turismo. Desse modo, os moradores são enfáticos ao afirmar que sem turistas, o “paraíso” deixa de existir.

Indaga-se: e se não tivessem turistas na Praia do Forte? “*A Praia do Forte seria esquecida!*”, diz o entrevistado 2. “*Morria!*”, acredita o entrevistado 3. “*Seria um ó, um breu!*”, menciona o entrevistado 8. Para o entrevistado 4, “*se não houvesse turismo, a Praia do Forte não iria progredir, continuaria a vila de pescadores. Praia do Forte cresceu mais por causa dos turistas. Sem os turistas não sei se iria progredir. Continuaría aquela vilinha dos pescadores*” (Entrevistado 4, Morador, Praia do Forte, grifo nosso). Para os moradores entrevistados, o turismo e os turistas representam o progresso e o crescimento da Praia do Forte. Mas se atualmente a Praia do Forte representa algo além daquela “vilinha de pescadores”, como menciona o entrevistado 4, os discursos dos entrevistados revelam que sentem menos pertencentes ao que lhe pertencem.

O entrevistado 1 analisa dialeticamente a Praia do Forte sem turistas:

olha, seria bom em um ponto e seria ruim em outro. Seria bom porque a gente teria nosso momento, aquele paraíso que era antigamente aqui, porque aqui era um paraíso. Não tinha muita gente, todo mundo dormia de porta aberta. O ponto ruim daí pelo fato deles não estarem aqui a gente não teria dinheiro né?! Aí não teria toda essa infraestrutura (ENTREVISTADO 1, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).

Santos (2000) ao refletir sobre o *Espaço do Cidadão* analisa que “esse aprisionamento do indivíduo pelas coisas que ele cria é que **conduz à alienação**” (Ibidem, p. 37, grifo nosso). No caso em análise, as “coisas” criadas pelos moradores, ou melhor, os sujeitos sociais, é o espaço geográfico e a si mesmos, tendo em vista a história, a cultura, a ecologia, a política, a economia, enfim, a produção de diferenciação socioespacial.

Nesse sentido cabe questionar: “em que medida a organização do espaço é mais uma dessas organizações que conduzem a um processo de alienação?” (SANTOS, 2000, p. 60). O espaço ao ser “utilizado como instrumento de política cognitiva, através da **manipulação do significado**, um *marketing* territorial que também é **criador de anomia**” (SANTOS, 2000, p. 60, grifo nosso). Assim, o espaço é que se socializa com os sujeitos e tem o Mercado do Turismo, como par indissociável, pois ambos são criadores de raridade.

Desse modo, a ideologia imagética do “paraíso” turístico criada pela articulação entre o espaço e o mercado conduz ao que Santos (2000) entende como uma socialização invertida e cabe acrescentar, alienante. Nesse sentido, “*turismo significa dinheiro e os turistas significam dinheiro também!*” ressalta o entrevistado 1, morador da Praia do Forte. Todos os moradores entrevistados corroboram da opinião do entrevistado 1. Questiona-se: o que significa turismo e qual o sentimento que você tem pelo turista? “*Turismo significa trabalho. Sinto alegria! Vem dinheiro para minha terra!!!*” (Entrevistado 3, Morador, Praia do Forte). Nesse diapasão, o entrevistado 5 reflete:

[..] o turismo significa trabalho. Se não fosse o turista não tinha trabalho, a gente aqui é feliz de trabalho, graças a Deus! Aqui você só não trabalha se você não quiser. Aqui eu não passo aperto [...] Os turistas são importantes porque consomem. Sinto prazer por ele está na minha Praia do Forte, visitando, dando lucro (ENTREVISTADO 5, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).

Como era de se esperar, nesse território quase exclusivo do turismo, do inventado paraíso de Klaus Peters, os integrantes das famílias de Praia do Forte trabalham na prestação de serviços turísticos, tanto formal como informalmente.

A minha família toda trabalha com turismo. É a única forma que a gente tem para sobrevivência aqui. Aqui a gente é ousado. Sabe aquele ditado, preto ousado? Somos nós!!! [Risos]. Por que viver em Praia do Forte, é como diz o povo, é um luxo! É um luxo que se você não tiver jogo de cintura não consegue viver (ENTREVISTADO 1, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).

Além dos moradores locais que trabalham com turismo, observa-se a empregabilidade de trabalhadores na construção civil de outros lugares, principalmente com a implantação dos condomínios de segunda residência tanto no início do século XXI como atualmente com as novas construções de casas de praia entre a Praia da Barrinha e o rio Pojuca, no espaço que está sendo chamado de nova Praia do Forte. Segundo o entrevistado 1: “a

maioria desse povo que veio de fora, veio mais para fazer construções. Como agora tem o índice de construções lá em cima” (Entrevistado 1, Morador, Praia do Forte). Esses “estranhos” vivenciam no espaço uma vigorosa alienação. Santos (2000, p. 61, grifo nosso) analisa que “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, **esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação**”.

Certamente, essa vigorosa alienação – como fábrica de enganos, para usar a expressão de Santos (2000) – impulsiona nos trabalhadores externos comportamentos diferentes do que teriam no lugar em que conhecessem e fossem conhecidos. Essa mudança alienada de comportamento possivelmente projetou um dos desdobramentos mais marcantes do crescimento de trabalhadores externos: o aumento de gravidez na adolescência e por conseguinte, filhos e filhas sem reconhecimento de paternidade.

O entrevistado 1 relata: “*eu já vi muitas aqui que hoje são mães e que os filhos não sabem nem quem são os pais. O período maior foi de 2002 para cá. Mas isso está acontecendo novamente por causa das novas construções. Se você perguntar quem é o pai, você recebe uma resposta daquelas bem ‘cabulosas’*”. O entrevistado 5 ratifica essa situação:

Várias jovens já engravidaram desses trabalhadores. Eles foram embora e elas criam o filho só. Oh um exemplo aqui [aponta para uma criança]. A mãe dela engravidou jovem de um peão de obra e hoje ela cria a filha só. No registro não tem o nome do pai, só o nome da mãe. Tem muitas delas que foi a vó quem foi registrar, porque a maioria é de menor (ENTREVISTADO 5, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).

Como se vê, a invenção mercadológica do “paraíso” conduz a alienação dos trabalhadores internos e externos, com diferenças de natureza nesse processo, como analisa Santos (2000). Essa produção capitalista do espaço para e pelo turismo engendra mecanismos de seleção socioespacial de moradores e turistas, com destaque para o custo de vida. O morador entrevistado 7 analisa: “*na Alameda do Sol o preço dos produtos é 3 vezes maior. Esse é um modelo [calçadão - simulacro] que foi desenhado para pessoas com dinheiro. Desenhado para a exploração*”. Nesse passo, o entrevistado 6 ressalta: “*o custo de vida aqui é alto. Aqui não parece Brasil. Qualquer coisa é um preço absurdo*” (Entrevistado 6, Morador, Praia do Forte). Os moradores sentem-se explorados pelo comércio e os turistas sentem-se explorados pelos comerciantes da Praia do Forte.

“*Aqui é muito bom, mas tudo muito caro*” reflete o turista entrevistado 17 (Entrevistado 17, Turista, Praia do Forte). Segundo o turista entrevistado 10, “*o preço da pousada aumenta muito no verão. O estacionamento é muito caro*”. Além da hospedagem, o

turista entrevistado 7 menciona que “*estacionamento, cabana de praia, tudo muito caro*”. O turista entrevistado 11 conclui: “*aqui é exploração. Tem que ter muito dinheiro para vir para cá*”. Há uma nítida seletividade e segregação socioespacial.

Os preços funcionam como um mecanismo de seleção socioespacial. Nesse contexto, o morador entrevistado 1 acredita que daqui a 20 anos, Praia do Forte não terá

mais nenhum nativo. Eles [poder público] não querem nenhum nativo. Eles já tiraram boa parte dos nativos daqui. As pessoas foram para o povoado do outro lado. Compram a casa da pessoa para fazer pousada, restaurante. Aumentam as coisas. O custo de vida aqui aumentou. Por isso que eu digo que a gente aqui é ousado (ENTREVISTADO 1, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).

Nas palavras do entrevistado 4, daqui a 20 anos, na Praia do Forte “*não vai ter esses povinhos. O prefeito vai botar todo mundo lá para os Olhos D’Água e transformar tudo em um condomínio fechado. Já pensou?! O prefeito de uma hora para outra dizer assim: ‘oh, aqui vai ser um condomínio fechado’. A conversa aqui sempre foi essa*” (Entrevistado 4, Morador, Praia do Forte, grifo nosso). Mas, mesmo incertos do futuro, alguns moradores resistem: “*Já tentaram comprar minha casa, mas eu não vendo. Nós somos pobres, mas não somos burros não*” (Entrevistado 3, Morador, Praia do Forte).

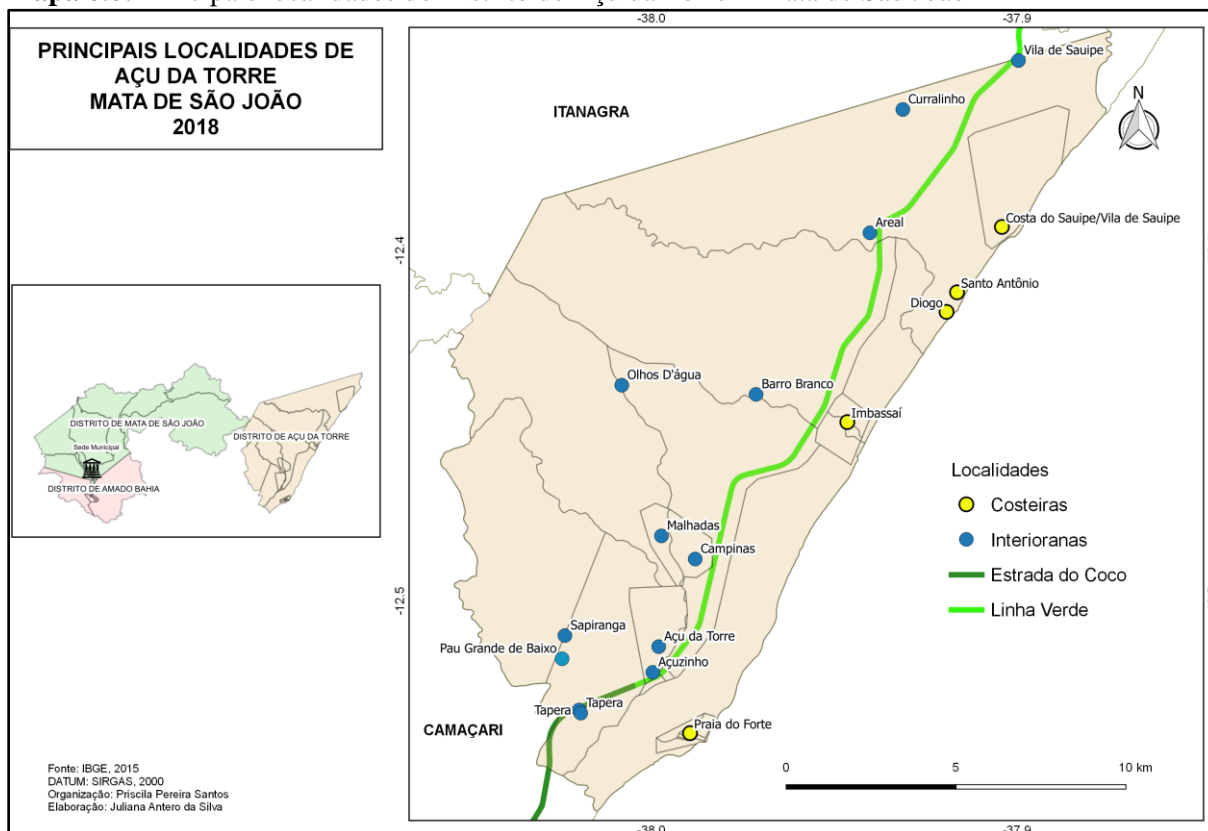
Seletividade e segregação socioespacial comandam o planejamento territorial urbano-turístico e nesse sentido, “*você praticamente não vê um nativo na Rua da Frente. Praticamente todo mundo alugou suas casas. Se não tivesse o turismo, isso não estaria acontecendo. É renda para alugar a casa. E é caro um aluguel aí para colocar uma loja e um restaurante*” (Entrevistado 5, Morador, Praia do Forte). Alguns moradores que alugaram à frente das suas casas ficaram morando no fundo, ou melhor, entre a Rua Aurora e a Alameda do Sol ou entre a Alameda do Sol e a Alameda da Lua, ou ainda, entre a Alameda da Lua e a Alameda das Estrelas. Santos (2000, p. 59) analisa que “cada vez mais as pessoas se reúnem em áreas mais reduzidas, como se o *habitat* minguasse. [...] A capacidade de utilizar o território não apenas divide, como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos”. Assim, a diferença no padrão urbanístico revela na paisagem a residência dos moradores locais e simultaneamente, desvela a segregação socioespacial (Figura 6.25).

Figura 6.25: Padrão urbanístico das residências de moradores locais – Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Os entrevistados mencionam também que alguns moradores locais foram residir às margens oeste da BA-099. É válido esclarecer que as principais localidades interioranas do Distrito Açu da Torre próximas a Praia do Forte são: Açu da Torre, Açuzinho, Campinas, Malhadas, Pau Grande de Baixo, Sapiranga e Tapera (Mapa 6.6).

Mapa 6.6: Principais localidades do Distrito de Açú da Torre – Mata de São João

Santos (2006) salienta que a Fundação Garcia D'Ávila criou os loteamentos de Açuzinho e Malhadas para realocar os moradores da Praia do Forte impossibilitados de continuar a residir na vila pelo altos preços do aluguel, leia-se expulsos, e também, os trabalhadores dos complexos hoteleiros e a população quilombola da Reserva Sapiroanga e do entorno, a fim de evitar divergências territoriais com o loteamento de luxo Quintas do Castelo. Desse modo, compreende-se que “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo” (SANTOS, 2007, p. 112). Nesse contexto, cria-se o território dos trabalhadores do turismo.

Sobre essas migrações forçadas, um dos moradores ressalta: “[...] *uns moram no fundo, porque tinha um quintal grande, mas não tem sua privacidade na principal. Ou então, foram morar aqui no Açuzinho, é aqui próximo. Digo assim, para localidades próximas. Açú [da Torre], Malhadas, Açuzinho*” (Entrevistado 5, Morador, Praia do Forte). O professor Milton Santos analisa: “as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são também, desculturização” (SANTOS, 2000, p. 61). Assim, se instala uma nova lógica territorial

segregadora entre as margens da BA-099 (MACHADO, 2008; FARIA, 2013; MAGALHÃES, 2015).

Do lado de lá, à beira-mar, os territórios do turismo, da segunda residência e do imobiliário-turístico, e do lado de cá, a oeste, o território dos trabalhadores do turismo. Essa divisão socioeconômica, produz “um complexo mosaico espacial de ‘ilhas de riqueza’ *versus* ‘pobreza’, territórios ‘modernos’ e territórios ‘atrasados’” (GOMES SOBRINHO, 2011, p. 123). Mas no primeiro decênio do século XXI, essa divisão entre “os de lá” e “os de cá” vem sendo interrompida com a sobreposição do território da Reserva Sapiiranga, como Unidade de Conservação, e da territorialização dos condomínios de segunda residência nos arredores da Reserva Sapiiranga ao território dos moradores das comunidades quilombolas da área da Reserva e do entorno. Nesse conflito, a Fundação Garcia D’Ávila é o principal agente envolvido e os quilombolas são os sujeitos dessa ação.

No ano de 2005, a Fundação Palmares certificou as comunidades de Tapera e adjacências e Pau Grande de Baixo como remanescentes de quilombos. Essa certificação apresenta-se como requisito fundamental para que o direito de titulação territorial dessas comunidades seja garantido. Contudo, até agosto de 2018 o processo de regularização fundiária dessas comunidades, iniciado em 2006, ainda não tinha sido finalizado. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pelo processo de regularização, informou ao Ministério Público Federal (MPF) “que os trabalhos de identificação das comunidades haviam sido **temporariamente interrompidos face às interferências municipais, às constantes ameaças à ‘integridade física e moral’ dos técnicos em campo e dos líderes quilombolas [...]**” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018, Inquérito Civil nº 1.14.000.003311/2016-55, p. 3, grifo nosso).

Esses conflitos, segundo INCRA, “têm como pano de fundo o processo histórico de **transformação da região de Praia do Forte, onde se encontram as comunidades citadas, em um dos pontos mais disputados por turistas no Litoral Norte baiano**” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018, Inquérito Civil nº 1.14.000.003311/2016-55, p. 3, grifo nosso). As comunidades comunicaram ao MPF que estão sendo impedidas de plantar e colher. Ademais, ainda segundo representantes dessas comunidades, casas foram destruídas e as terras estavam sendo objeto de especulação imobiliária para a implantação de condomínios fechados de segunda residência.

É nesse contexto que se dá o conflito entre as famílias de Pau Grande de Baixo e Tapera e suas adjacências com a **Fundação Garcia D'Ávila**, gestora da Reserva Sapiranga, esta se trata de uma **reserva particular que se sobrepõe com as áreas ocupadas pelas famílias das comunidades aqui citadas**. Os relatos expostos em reuniões e nas assembleias citam **impedimento às famílias de extraírem sua subsistência** a partir do uso de terras que historicamente foram de seus ancestrais, destruição de plantios, cercas e casas, **todos estes, conforme depoimentos, atos perpetrados pela ação da Fundação Garcia D'Ávila, alguns pela noite, muitas vezes sem nenhuma ordem judicial, e com participação de efetivos da Polícia Militar**. (...) É necessário que seja dada atenção à possibilidade de que **a questão ambiental esteja sendo usada como instrumento de inibição e proibições às famílias ao uso de terras tradicionalmente ocupadas**, assim, **o que é, na realidade, conflito fundiário, pode estar sendo dado um 'roupante' de conflito ambiental com intuito de deslegitimar o pleito territorial pelas famílias locais** (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018, Inquérito Civil nº 1.14.000.003311/2016-55, p. 7-8, grifo nosso).

Esse conflito fundiário, escudado no conflito ambiental na Praia do Forte e na Reserva Sapiranga, ascende a discussão sobre justiça ambiental, sob a perspectiva das análises de Acselrad, Mello e Bezerra (2009).

Por tratamento justo entenda-se que **nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências negativas resultantes da operação de empreendimentos** industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (Movimento de Justiça Ambiental dos EUA *apud* ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009, p. 16, grifo nosso).

No conflito em questão, os agentes envolvidos, Estado e Mercado, estão tentando alijar as comunidades quilombolas dos seus territórios para intensificar a mercantilização do espaço da Reserva Sapiranga, espaço-mercadoria – nas palavras de Carlos (2001), com a territorialização de condomínios fechados de segunda residência. Santos (2000, p. 67) analisa que “cada vez mais, e a cada dia que passa, as empresas ditam normas, que são frequentemente ainda mais rígidas que as do poder público e às quais o cidadão não pode resistir, sob pena de ser paralisado ou tolhido em seu cotidiano”. Nesse contexto, os quilombolas da Reserva Sapiranga vivenciam a injustiça ambiental, os pobres são segregados socioespacialmente e territórios precários são “reservados”, no processo de (re)(des) territorialização; enquanto que para os ricos, espaços na área da Reserva são mercantilizados.

Nesse conflito ambiental “com intuito de deslegitimar o pleito territorial pelas famílias locais”, como menciona o MPF, “se não forem adotadas providências urgentes a fim

de promover a regularização fundiária *incontinenti* das comunidades, corre-se o risco de as populações quilombolas não mais existirem num futuro próximo, tendo em vista a expansão turística e imobiliária realizada atualmente na Praia do Forte” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018, Inquérito Civil nº 1.14.000.003311/2016-55, p. 9, grifo do autor). Nessa perspectiva, o MPF ajuizou em agosto de 2018 uma Ação Civil Pública de Urgência para promover a tutela dos direitos territoriais das comunidades em questão. No mesmo mês, a Justiça determinou que o INCRA iniciasse no prazo de 120 dias a constituição de uma equipe multidisciplinar para iniciar à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), primeira etapa do processo regulatório para a concessão do título de propriedade coletiva à comunidade. As demais etapas são: (i) a recepção, análise e julgamento de eventuais contestações; (ii) aprovação definitiva do relatório e publicação da portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola; (iii) desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território; e (iv) concessão do título de propriedade coletiva à comunidade (MPF, 2018).

De volta à beira-mar, os moradores da Praia do Forte sentem-se desassistidos pelo poder público. Segundo o entrevistado 16, o poder público age só para os turistas: *“valorizam mais quem é de fora do que quem mora aqui”* (Entrevistado 16, Morador, Praia do Forte). As áreas de saúde, educação e lazer foram analisadas pelos moradores como as que precisam de atenção dos poderes públicos. O entrevistado 1 salienta: *“aqui tem o posto médico e o pronto atendimento que funciona 24 horas. Mas para fazer exames tem que ir para Mata de São João ou para a Cidade Vizinha, Monte Gordo ou Arembepe. Parir só em Mata de São João”* (Entrevistado 1, Morador, Praia do Forte). O entrevistado 2 ratifica: *“aqui não tem maternidade”*. Os moradores entrevistados são unânimes em afirmar que necessitam de melhorias na saúde.

Além dessas dificuldades na saúde, os moradores chamam a atenção para as restrições na educação. Na localidade, oferta-se somente o Ensino Fundamental na Escola Municipal São Francisco, localizada na Alameda do Sol. Ou seja, não há nem Ensino Infantil nem Ensino Médio na localidade. *“Aqui na localidade não tem uma creche pública. O que tem aqui é uma creche escola que a pessoa paga R\$ 170,00. Mas creche pública não tem. Aqui precisava também de um Conselho Tutelar para conduzir as crianças que às vezes ficam muito à toa”* (Entrevistado 4, Morador, Praia do Forte). O Ensino Médio é oferecido na localidade de Açu da Torre e a Prefeitura disponibiliza o transporte escolar.

Faz-se imprescindível mencionar que embora atualmente não haja oferta do Ensino Médio, Klaus Peters, em reconhecimento a importância da educação para o trabalho no setor

de turismo, criou em 1996, o Programa de Ensino Supletivo (PROES), administrado pela Fundação Garcia D'Ávila. O PROES visava à formação no Ensino Fundamental em três anos e o Ensino Médio em um ano e meio (SANTOS, 2006). Inicialmente, o PROES foi direcionado para os funcionários do empreendimento hoteleiro de Klaus Peters, à época o Eco Resort Praia do Forte. Posteriormente, o PROES foi estendido à comunidade. A faixa etária para participação no PROES era dos 16 aos 70 anos (COUTO, 2003).

O entrevistado 1 lamenta:

O PROES não existe mais, tirou! Era ótimo aqui isso! Aqui mesmo não tem mais supletivo, quem quiser tem que ir para Salvador. O Tivoli [antigo Eco Resort Praia do Forte] incentivava que os funcionários concluíssem o Ensino Médio com o PROES. O PROES funcionava onde hoje é o Enseada [Condomínio de segunda residência] (ENTREVISTADO 1, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).

Para os moradores, cursar o Supletivo e/ou o Ensino Superior é um desafio. O entrevistado 4 chama a atenção da Prefeitura sobre as dificuldade dos moradores de cursar o Ensino Superior:

*Aqui uma coisa que eu acho que a prefeitura deveria correr atrás, para os jovens que tenha vontade de fazer faculdade. Como minha sobrinha mesmo, terminou a dela [referência ao curso superior] esse ano, ela teve o maior transtorno. Eles colocaram um ônibus para levar eles até a paralela [Av. Luís Viana, popularmente conhecida como Av. Paralela, em Salvador]. E eles tiraram e fizeram eles pagarem essa despesa para poder ter o carro [ônibus]. Eu acho um absurdo. E a prefeitura diz: **‘Para frente é que se anda’.** Dessa forma? Os jovens querendo crescer, querendo buscar o melhor e não tem. É uma dificuldade quem quer fazer um curso melhor, uma faculdade, para ir para Salvador tem que arcar (ENTREVISTADO 4, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso, com acréscimos).*

Além de educação formal, as crianças precisam também de espaços de lazer, salienta o entrevistado 4: “[...] precisa de esporte para as crianças. As crianças usam as ruas para correr à vontade, mas lazer mesmo não tem” (Entrevistado 4, Morador, Praia do Forte). Os espaços de lazer identificados foram escorregadeiras e balanços no canteiro central Alameda do Sol e uma quadra de esportes na Alameda das Estrelas. Pela localização dos equipamentos destinado às crianças, acredita-se que esses são para “todos”, mas a Alameda do Sol não é de “todos”. Segundo Santos (2006), as crianças da localidade que brincam na Alameda do Sol recebem reclamações dos comerciantes. Diante da (re)(des)organização territorial para e pelo turismo e desses reclamos sociais, uma questão fica no ar: os direitos territoriais da população local onde estão? E o direito ao entorno? Sustentabilidade para quem? Embora a Praia do Forte

possua Associação de Moradores para o reclamo coletivo desses direitos sociais, os entrevistados disseram não ser associados nem participar das reuniões quando há convocação.

Em linhas gerais, os moradores salientam que o poder público, principalmente municipal, tem agido para atrair turistas. *“O prefeito tem colocado fiscais para orientar o trânsito, as ruas estão limpas, revitalizou os caretas, tem o festival de gastronomia, e tudo isso gera mais empregos, né?! É difícil faltar água. Coleta de lixo é maravilhosa, isso aí a Prefeitura está de parabéns!”* (Entrevistado 4, Morador, Praia do Forte). Se por esse ângulo, o Estado age para o desenvolvimento turístico da localidade, por outro prisma, há problemas territoriais ainda não superados, com destaque para vagas de estacionamento e segurança pública.

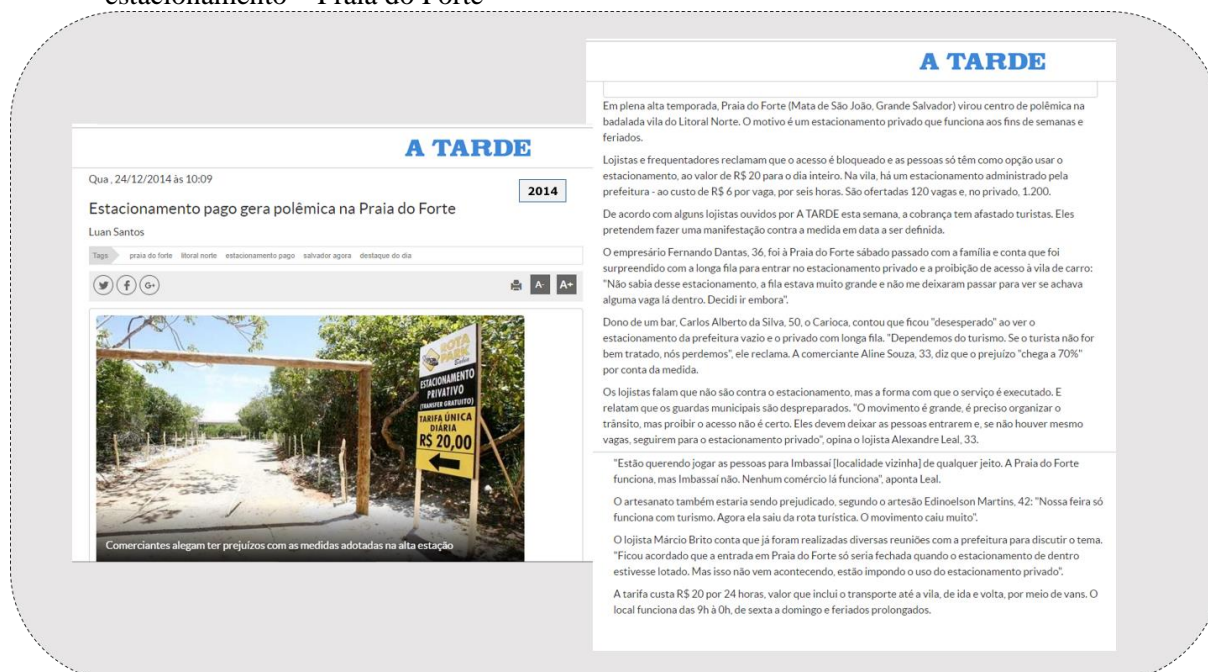
O discurso do entrevistado 1 contraria a visão do turismo fácil e abundante: *“turismo aqui é muito raro!”*. Os olhos que veem o intenso fluxo de pessoas, assusta-se com essa clareza espacial em que enxerga o entrevistado 1. Questiona-se com espanto: *o turismo aqui é raro?* *“Muito raro pelo fato...você viu a moça, perguntou aqui agora se poderia estacionar [...]. Caso, você vem com seu carro de longe para passar uma semana aqui, você passa dois dias a pulso. Seu carro é rebocado”* (Entrevistado 1, Morador, Praia do Forte). Desse modo, corrobora-se com o entrevistado 1, o metro quadrado na Praia do Forte foi transformada pelo Estado e o Mercado em uma raridade espacial, segregadora e seletiva.

Por isso, porque não está tendo turismo do jeito que era antigamente. Antes o povo vinha, estacionava seu carro aqui, ia na beira da praia, sentava, comia, bebia, fazia e acontecia, hoje tem que ter tudo limitado. Antigamente, não tinha estacionamento pago, era sempre gratuito, hoje todos os lugares tem que pagar um valor [...] Isso acaba diminuindo muito a renda. Aqui o pessoal passa [vindo da Alameda do Sol], vai direto para os carros [aponta o estacionamento] para ir para os hotéis. Não para aqui, não vai no centro de artesanato, não para em um restaurante [fora da Alameda do Sol] (ENTREVISTADO 1, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso, com acréscimos).

Até o ano de 2014, como noticia o Jornal A Tarde, só havia um estacionamento privado com 120 vagas e a administração era da Prefeitura. O valor cobrado era de R\$ 6,00 por seis horas na vaga. Ademais, havia vagas de estacionamento público nas ruas, nas alamedas e na Avenida do Farol. No final do ano de 2014, nos dias com intenso movimento, o acesso à estrutura central da Praia do Forte começou a ser selecionado no primeiro trecho da Avenida do Farol a partir das 9 horas. Somente os moradores, os lojistas, os veranistas, e os turistas que comprovassem está hospedado nos meios de hospedagem poderiam seguir para as demais ruas e alamedas da localidade. Os “outros”, os sem estacionamento comprovado, deveriam guardar

seus carros no novo estacionamento privado localizado nesse trecho da entrada principal. O valor cobrado era e continua a ser de R\$ 20,00 para ficar durante todo o dia e capacidade máxima do estacionamento é de 1.200 vagas. Em virtude disso, uma longa fila é formada na entrada da Praia do Forte. E nem sempre as pessoas tem a paciência de aguardar entre 40 e 60 minutos, alguns turistas vão embora, como destaca a matéria do Jornal A Tarde (Figura 6.26).

Figura 6.26: Matéria jornalística sobre conflitos territoriais por vaga de estacionamento – Praia do Forte



Fonte: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1648475-estacionamento-pago-gera-polemica-na-praia-do-forte>>.

Como destaca-se na reportagem, nessa imposição do uso desse estacionamento específico, os turistas guardam seus veículos e entram em uma outra fila para aguardar vans, disponibilizadas pelo estacionamento, para que sejam levados até o núcleo central, especificamente na Alameda do Sol. Para que possam retornar ao estacionamento, outras filas são formadas na entrada principal da Alameda do Sol para aguardar as vans (Figura 6.27). A Prefeitura distribuiu em 2016, folhetos informativo sobre a medida (Figura 6.28). Conforme a Prefeitura, um adesivo foi criado para facilitar a identificação das pessoas que tem livre acesso. Enfatiza-se que as pessoas sem adesivo com permissão para entrar na localidade são as seguintes: pessoas portadoras de deficiência, gestantes, idosos, pessoas acompanhadas de criança de colo e turistas com meio de hospedagem comprovado.

Em 2014, como evidencia a reportagem, os lojistas reclamavam de prejuízos para os comerciantes. E em 2017 e 2018, as reclamações continuam. O controle e as restrições

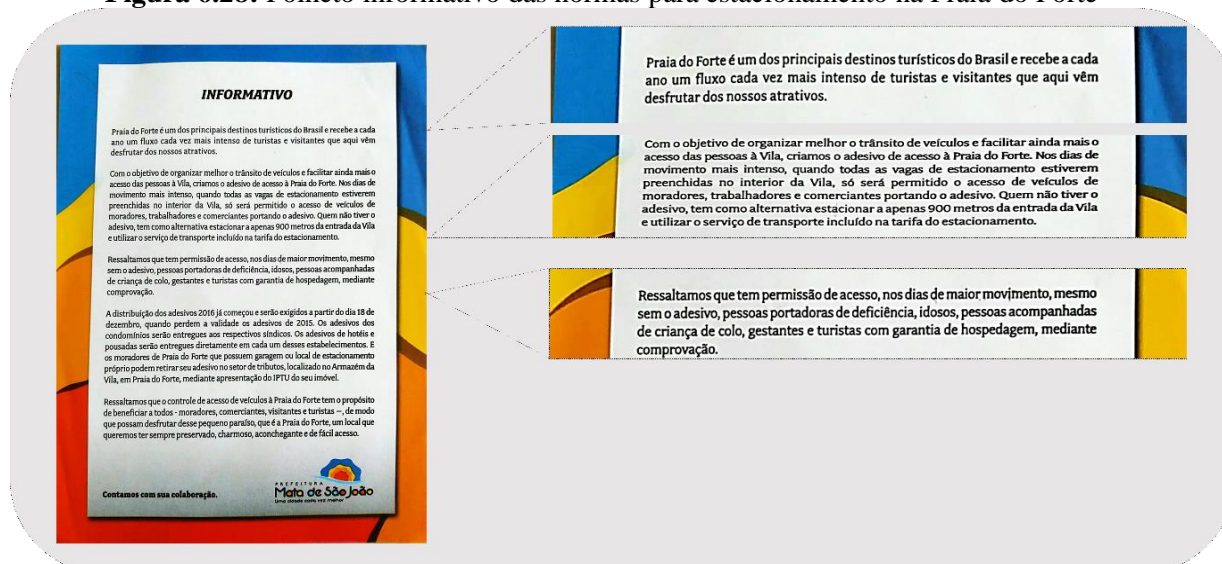
territoriais relacionadas às vagas de estacionamento confinam os turistas nos hotéis e na Alameda do Sol. Evidencia-se assim uma indução da gestão pública municipal ao confinamento territorial em meios de hospedagem e em zona turística, com destaque para a Vila de Pescadores.

Figura 6.27: Estacionamento privado na entrada da Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

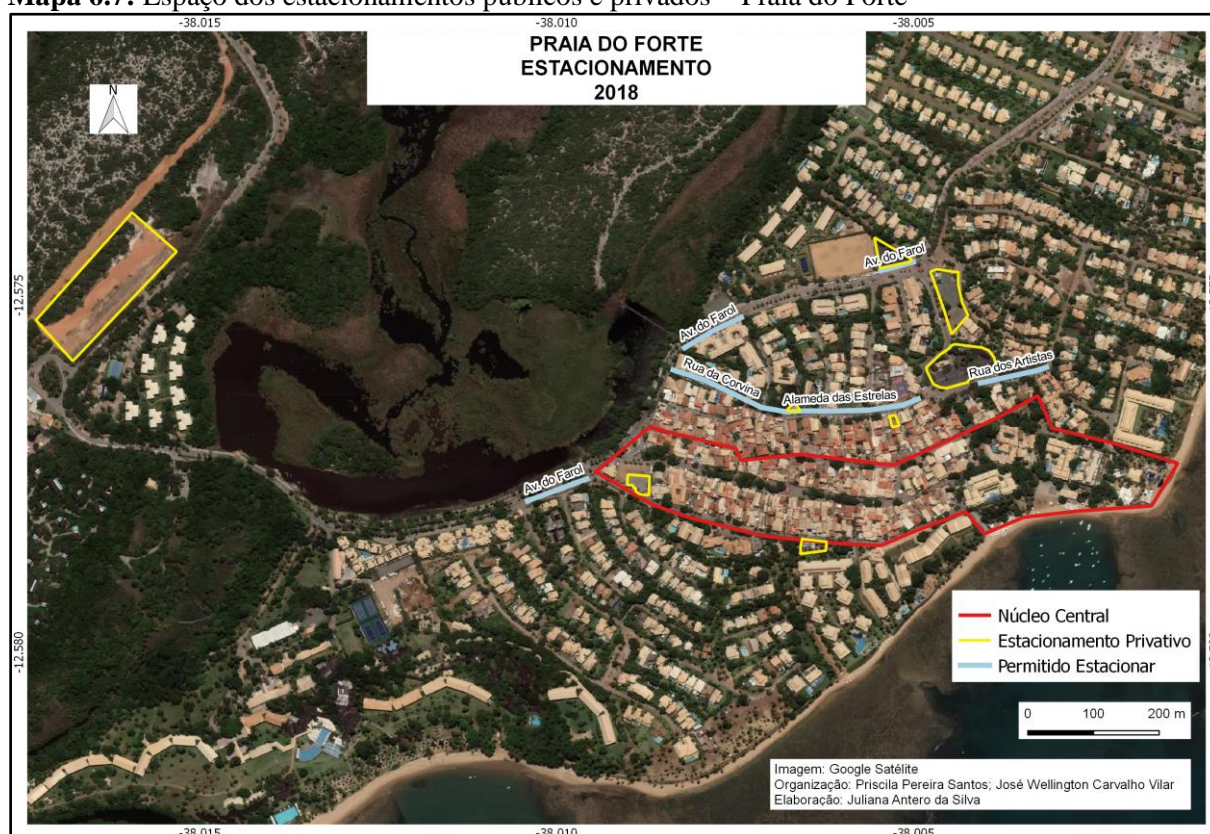
Figura 6.28: Folheto informativo das normas para estacionamento na Praia do Forte



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Os estacionamentos gratuitos são disputados, às vezes com ameaças e/ou agressões verbais, de acordo com os moradores entrevistados. *“Você bota ali dentro, **recebe meio mundo de xingamentos e ainda ameaças e tudo mais**. Se botar cá fora, a mesma coisa. Ali dentro, no caso onde eles rebocam, para você tirar você tem que pagar uma multa de R\$ 300 e pouco, aí tem a multa do reboque [...]”* (Entrevistado 1, Morador, Praia do Forte, grifo nosso). Atualmente, vaga de estacionamento tornou-se um dos motivos mais explícitos de conflito entre turistas e representantes do poder público municipal ou entre turistas e moradores. Como pode ser observado no mapa a seguir, os estacionamentos públicos e privados no arranjo socioespacial principal são espaços raros quando comparados com os estacionamentos privados localizados na entrada (Mapa 6.7).

Mapa 6.7: Espaço dos estacionamentos públicos e privados – Praia do Forte



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

O morador 6 entrevistado revela estratégias para não perder a vaga no estacionamento: *“Deixamos de sair para não tirar o carro. **4 horas manhã a gente já corre para reservar a vaga quando vem alguém para nos visitar**”* (Entrevistado 6, Morador, Praia do Forte, grifo nosso). Essa “corrida” para reservar a vaga é realizada por meio de correntes entre o espaço que ocupará o carro. Essa privatização do espaço público gera conflito entre os

próprios moradores, principalmente na Rua da Corvina e na Alameda das Estrelas, trechos com maior vaga de estacionamentos públicos (Figura 6.29).

Figura 6.29: Estacionamento público privatizado por correntes na Alameda das Estrelas – Praia do Forte



Fonte: Trabalho de campo/2018

Além de vaga de estacionamento, os moradores indicam que no “paraíso” também falta segurança. “Digo mais segurança, por que na Praia do Forte inteira tem muita gente de fora e volta e meia tem assaltos. Então, tem que ter um policiamento melhor” (Entrevistado 5, Morador, Praia do Forte). No olhar do entrevistado 1, a Praia do Forte é

[...] um caos! Não parece, mas é. Aqui acontecem muitos assaltos! [Assaltos? – questiona-se] Assaltos! E não são poucos. E ninguém conta. Só quem é assaltado. Todo mundo pensa que Praia do Forte é uma maravilha. Eu mesma digo logo, oh, segura tua máquina aí, tem um bandido ali. [Como ninguém fica sabendo? – questiona-se] Encobrem para manter aquela imagem de cidade maravilhosa. Em Salvador, você vê o bandido. Aqui o bandido é encubado. Basta dá um vacilo. Aqui de vez em quando aparece umas senhoras chorando porque roubaram a máquina ou roubaram celular. A delegacia daqui de dentro não funciona. Só a de lá de fora, em frente ao Hiper Ideal. A delegacia daqui não serve para nada. Só para os PM's virem descansar (ENTREVISTADO 1, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso, com acréscimos).

Na Praia do Forte há três estruturas da polícia na Avenida do Farol. A Delegacia de Proteção Ambiental de responsabilidade da Polícia Civil, que existe desde a década de 1980, a 53ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) do Comando de Policiamento Metropolitano, e em dezembro de 2016, foi inaugurado o Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP) ao lado do Hiper Mercado Ideal.

Outro problema de polícia mencionado pelos moradores da Praia do Forte é o uso de drogas pelos jovens. Segundo o entrevistado 1, “*esse negócio mesmo de droga, Ave Maria! Não era daqui. Veio do nada*” (Entrevistado 1, Morador, Praia do Forte). Com saudosismo o entrevistado 3 revela: “*Antigamente a vida aqui era boa. Agora só tem droga e vagabundagem. A gente aqui não tem sossego! Antigamente a gente podia dormir com a janela aberta. Agora com essa adolescência usando droga, tá difícil aqui*”. Ao refletir sobre o turismo, o entrevistado 3 acredita que “*o problema dos turistas é quando se envolvem com o negócio da droga. Eles se envolvem e daqui a pouco começa a briga*” (Entrevistado 3, Morador, Praia do Forte).

Essa realidade vivenciada no “paraíso” turístico do Klaus Peters é noticiada em vários veículos de comunicação. Pelos recortes do Jornal Correio da Bahia versão *on line* e a divulgação escrita do Programa de TV Balanço Geral BA mostram a ocorrência de assaltos aos moradores, os lojistas e aos turistas e a prisão de traficante na Praia do Forte (Figura 6.30).

Figura 6.30: Recortes jornalísticos com relatos de assaltos e tráfico de drogas na Praia do Forte

The figure displays three newspaper clippings arranged in a grid, illustrating drug-related incidents in Praia do Forte. The top-left clipping, dated 10/05/2018, reports on the assault of a group of American tourists. The top-right clipping, dated 22/10/2018, reports on the arrest of a drug trafficker. The bottom-left clipping, dated 29/05/2015, reports on a series of robberies in the area. Each clipping includes a headline, a brief summary, and a link to the full article.

Clipping 1 (Top Left): **Vídeo: grupo de turistas americanos é assaltado em Praia do Forte (BA)**. **BALANÇO GERAL BA**. 10/05/2018 - 14h22 (Atualizado em 10/05/2018 - 14h23). Um grupo de turistas norte-americanos foi assaltado por dois homens armados enquanto faziam um passeio de quadriciclo em Praia do Forte, município de Mata de São João, Região Metropolitana de Salvador. Um vídeo registrou toda a ação dos criminosos.

Clipping 2 (Top Right): **Traficante é preso com drogas, R\$ 5 mil e 8 celulares em Praia do Forte**. **Correio 24 Horas**. 22/10/2018, 22:06:00. Um traficante que não teve o nome divulgado foi preso com cocaína, oito celulares, dinheiro e munições, durante o policiamento ostensivo da Festa de São Francisco, padroeiro de Praia do Forte, em Mata de São João, no Litoral Norte do estado.

Clipping 3 (Bottom Left): **Antes paradisíaca, Praia do Forte sofre com série de arrombamentos**. **BALANÇO GERAL BA**. 29/05/2015 - 12h22 (Atualizado em 15/10/2015 - 18h01). Em duas semanas, são seis casos, somente na rua principal. Arrombador foi flagrado por câmeras. Quando a chef Naiva Oliveira, 45 anos, trocou Salvador pela Praia do Forte, em Mata de São João, há 18 anos, o objetivo era fugir da violência. O balneário, que começava a ser um dos principais redutos turísticos do estado, parecia ser um paraíso de tranquilidade. Hoje, não é bem assim. Depois que seu restaurante italiano, o Taverna Paradiso, foi assaltado na semana passada, ela vive com medo. "Ontem (anteontem), fui para casa acompanhada de dois garçons. Tem cinco dias que não durmo".

Clipping 4 (Bottom Right): **Moradores reclamam de assaltos constantes em Praia do Forte**. **BALANÇO GERAL BA**. 29/05/2015 - 12h22 (Atualizado em 15/10/2015 - 18h01). Insegurança em Praia do Forte. Tags: balanço geral ba; bôcio; insegurança em praia do forte; josé eduardo; moradores reclamam; raimundo varela; varela; varela; assaltos constantes; em praia do forte.

Fonte: www.correio24horas.com.br/www.noticias.r7.com/bahia/balanco-geral-ba

Nesse contexto, questiona-se aos moradores: se você pudesse escolher, como preferiria a Praia do Forte, com mais turista, com menos turistas ou do jeito que está? Essa pergunta divide a opinião dos entrevistados entre manter e aumentar a quantidade de turistas. Há morador que pensa que a Praia do Forte está no limite da capacidade de carga: *“prefiro à Praia do Forte do jeito que está, porque a praia não tem mais capacidade de receber os turistas”* (Entrevistado 12, Morador, Praia do Forte). O entrevistado 4 revela os dois lados da questão na sua visão:

Com mais turistas, porque é mais trabalho, só pelo foco do trabalho né?! De entrar dinheiro na praia. Mas ao mesmo tempo fica mais bagunça, muita gente diferente. Esse verão agora está começando e a gente já sente bastante. É muita gente, muita gente mesmo. Uma das coisas que eu observo é o mercado. A gente vai ali no mercado, pega o que for vai no caixa e paga. Daqui para frente na semana que vem, você pega uma fila daqui até lá. Aí você fica, tem que esperar porque precisa comprar. Aí a gente sente muito. É muita gente, muita gente (ENTREVISTADO 4, MORADOR, PRAIA DO FORTE, grifo nosso).

O cotidiano dos moradores locais é modificado com a presença dos turistas, principalmente no verão. E para o entrevistado 1, a presença de mais turistas aumenta o custo de vida dos moradores, por isso prefere a *“Praia do Forte com a quantidade de turista do jeito que está. Se aumentar os turistas, eles [comerciantes, Prefeitura] vão ver que a renda está entrando e vai aumentar tudo aqui. O custo de vida. O custo de vida já aumentou muito nos últimos tempos”* (Entrevistado 1, Morador, Praia do Forte). Embora desejem manter o quantitativo de turistas, os moradores tem como perspectiva de futuro um cenário diferente do que querem.

Os moradores, de modo geral, imaginam que daqui a 20 anos, a Praia do Forte terá mais turistas e mais condomínios fechados, para alguns, isso significa o progresso, para outros, é a formação de um território exclusivo de turistas. Para o entrevistado 7, daqui a 20 anos a Praia do Forte terá *“um montão de casas. E a gente com dificuldade de ver o céu. Formações babilônicas são inevitáveis”* (Entrevistado 7, Morador, Praia do Forte). No olhar do entrevistado 8, nesse período, a Praia do Forte estará *“emancipada. Só para turistas”* (Entrevistado 8, Morador, Praia do Forte). Nesse compasso, o entrevistado 10 imagina que estará *“tudo caro, sem ninguém da comunidade”* (Entrevistado 10, Morador, Praia do Forte). O entrevistado 12 acredita que em 20 anos a Praia do Forte estará *“bem defasada. Menos verde, mais condomínio, mais urbano. Espero que os poderes públicos tentem preservar!”* (Entrevistado 12, Morador, Praia do Forte).

Entre a estrutura global implantada na Praia do Forte e a fragmentação socioespacial formada pela diferenciação territorial da localidade observa-se dois movimentos concomitantes: o crescimento das desigualdades socioespaciais diante da seletividade do capitalismo global e o reforço das diferenças alavancado pela identidade territorial dos moradores locais. Nesse contexto entre o global-local e local-global, há no discurso estrutural da Praia do Forte como “paraíso” de todos, mas não para todos, dois sentidos da fragmentação socioespacial: integrador e desintegrador, como teoriza Haesbaert (2013).

A fragmentação socioespacial no sentido lato, ou melhor, inclusivo e integrador, desvela-se no discurso dos moradores locais através da lógica territorial competitiva que os faz entender que a funcionalidade da Praia do Forte está no turismo e que esta atividade produtiva significa emprego e renda para os moradores locais tanto no circuito superior quanto no circuito inferior. Desse modo, a visão dos moradores locais sobre os turistas mostra-se meramente economicista, turista significa primeiramente dinheiro. A fragmentação socioespacial integradora apresenta nesse sentido sua face heterogeneizadora ao valorizar a cultura e a identidade territorial, é a diversidade territorial que estrutura as particularidades da totalidade.

A fragmentação socioespacial excludente e desintegradora, teorizada por Haesbaert (2013) e observada na Praia do Forte, está na globalização como perversidade (SANTOS, 2001), ao impor mecanismos estruturais de segregação socioespacial, como por exemplo, o aumento do custo de vista, a pressão imobiliária e a precariedade de direitos sociais. Desse modo, o território dos moradores são re-criados do outro lado da margem da BA-099 e o território dos turistas são configurados a partir da seleção socioeconômica e para os que não podem pagar o uso do território na Praia do Forte, frequentam Imbassaí, localidade aparentemente reservada para a classe média desde o planejamento do CTI Forte-Sauípe.

Nesse movimento includente-excludente, uma outra globalização é possível, como menciona Santos (2001), afinal, se os moradores e os trabalhadores dependem do turismo, a atividade turística também é dependente das diferenças culturais estimuladas pelos moradores locais. Ou seja, é nesse contexto que o despertar para essa dependência mútua pode transformar a exclusão e reverter a perversidade da globalização. Assim, o local impõe ao global condições para existência.

Mas, por enquanto, o paraíso é dominado pelo capital global. A hotelaria e o imobiliário-turístico alargaram o contexto das configurações econômicas da Praia do Forte com a territorialização de investimentos espanhóis, portugueses, franceses, entre outros. Assim, a região turística é redesenhada formando um mosaico de territórios-rede conectando o mundo à Praia do Forte e vice-versa.

6.5 A territorialização turística na Praia do Saco e na Praia das Dunas

Com a densificação territorial da segunda residência na Praia do Saco e na Praia das Dunas no final da década de 1980, além dos veranistas, essas localidades despertam a atenção de turistas. Nesse contexto da “geografia do turista”, a partir da década de 1990 o fluxo de pessoas nas Praias do Saco e das Dunas impulsionou a estruturação de equipamentos e serviços turísticos. No ano de 2004, o *marketing* territorial da Praia do Saco foi além da publicização local, regional e nacional. Propagou-se a Praia do Saco para o mundo, isso porque a Revista francesa *Grands Voyageurs* elegeu a Praia uma das cem praias mais bonitas do mundo⁸⁶. Contudo, mesmo com a valorização turística, a localidade não foi contemplada com investimentos do PRODETUR/NE I.

Com a construção das pontes, principalmente, entre Estância e Indiaroba no ano de 2013, o fluxo de turistas aumentou em números sem precedentes, de acordo com os veranistas entrevistados na época. Por conseguinte, as atividades do circuito inferior foram diversificadas com a venda de diversas iguarias e a comercialização de serviços turísticos, com destaque para os passeios de buggys. A partir de 2014, o anúncio da urbanização turística da Praia do Saco através do Projeto de Revitalização e Urbanização da localidade financiado pelo PRODETUR Sergipe criou expectativa positiva nos moradores e proprietários de empreendimentos que começavam a vivenciar os desdobramentos territoriais da Ação Civil Pública. Embora anunciado, o Projeto na Praia do Saco não faz parte das ações do PRODETUR Sergipe, previstas para finalização o ano de 2019. E, no início do ano 2018, com a proibição dos passeios de buggys e a interdição de alguns bares e restaurantes na Praia do Saco, o fluxo de turistas entra em declínio.

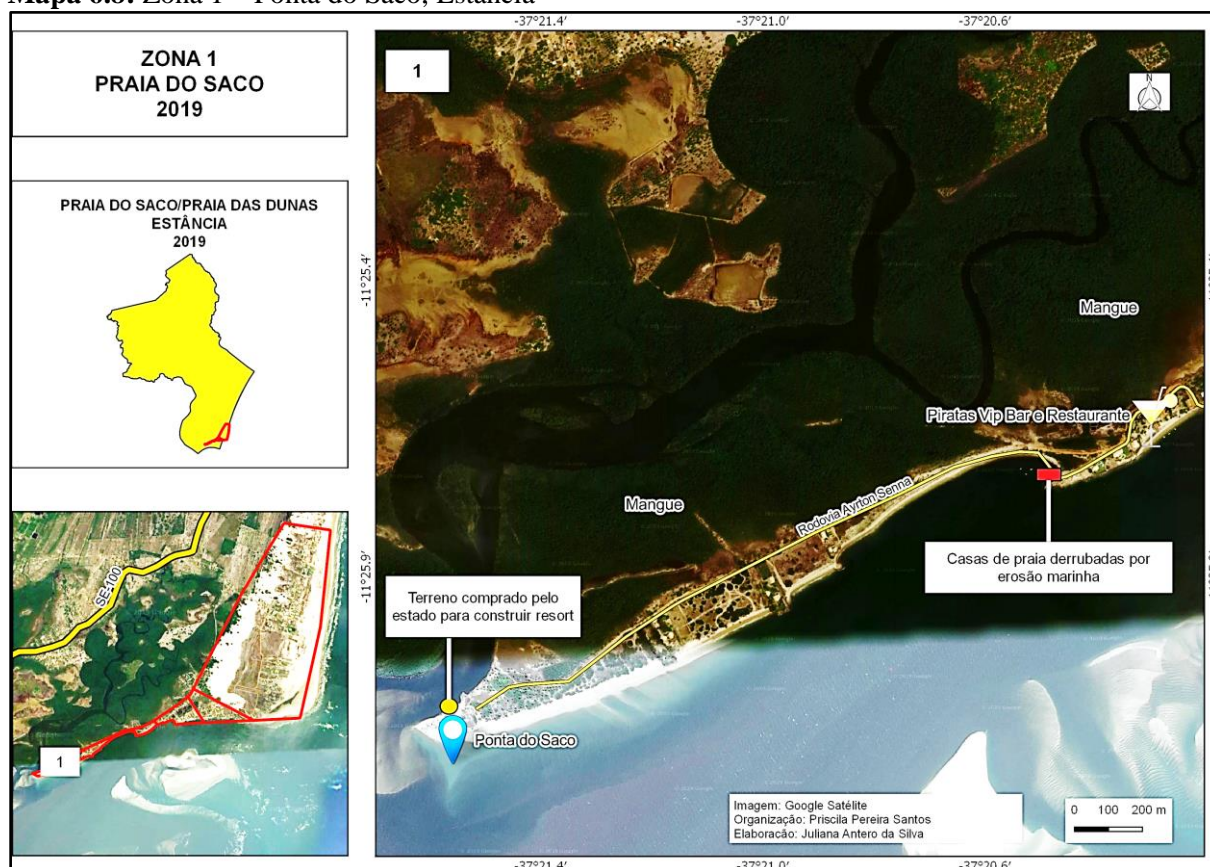
Desse modo, para analisar a territorialização do turismo nas localidades estudadas elaborou-se, para fins didáticos, um zoneamento da Praia do Saco. Assim, sob a perspectiva geo-histórica, tem-se as seguintes zonas: Zona 1 - Ponta do Saco; Zona 2 – Núcleo central; e, Zona 3 – Território (quase) exclusivo de segunda residência. Por último, analisa-se a funcionalização turística da Praia das Dunas – Zona 4.

⁸⁶ <https://poraicomigo.com.br/praiado-saco-e-mangue-seco-turismo-em-sergipe/>

✓ *Zona 1 – Ponta do Saco*

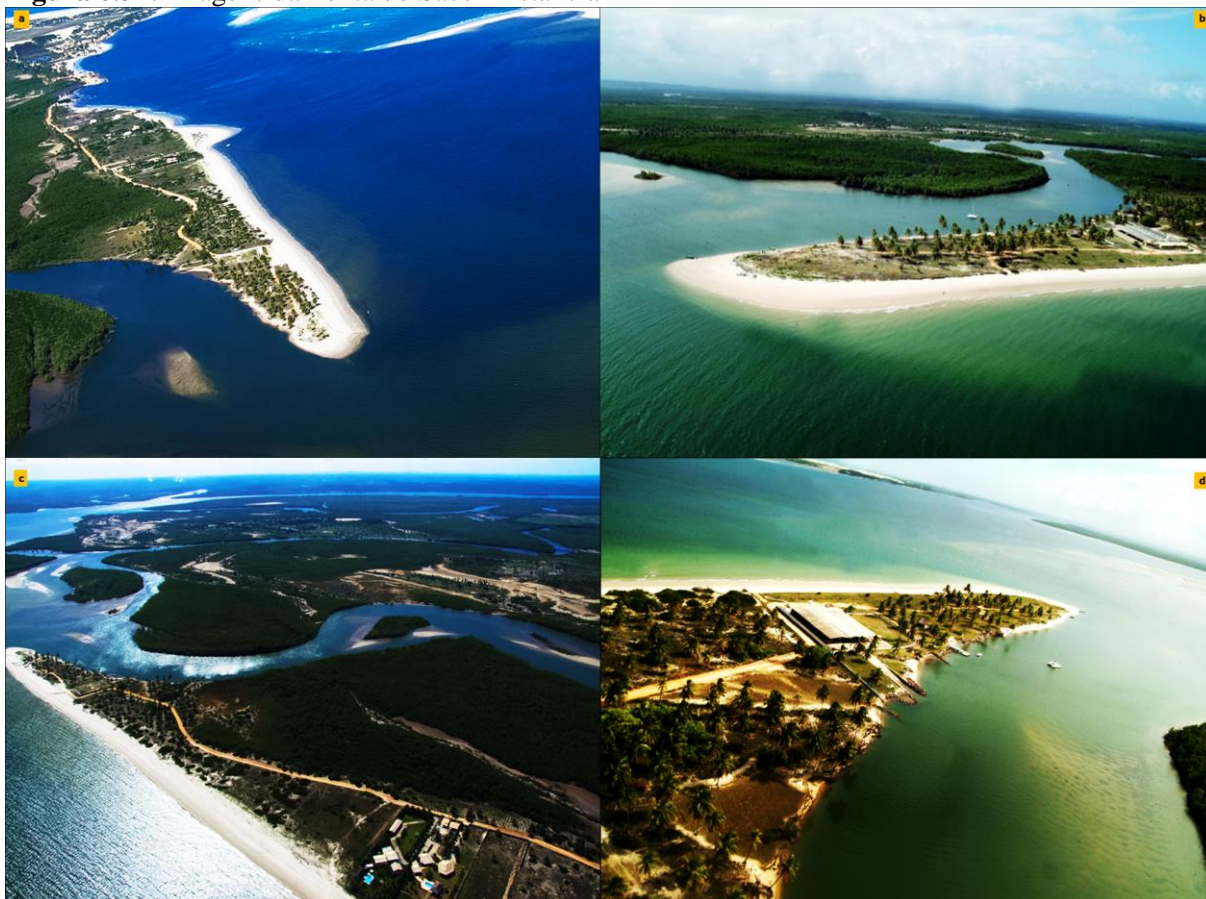
A Ponta do Saco é a denominação popular ao extenso banco de areia entre o rio Piauí e o mar que pela forma de uma ponta dá luz a nomenclatura adotada (Mapa 6.8; Figura 6.31).

Mapa 6.8: Zona 1 – Ponta do Saco, Estância



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Esse espaço frágil e vulnerável, configurado geomorfologicamente pelo acúmulo de areia, o rio, a vegetação de mangue e o mar, nos idos dos anos 1980, começa a ser territorializado pela segunda residência. Um dos turistas da época em conversa informal recorda que, no período em que frequentava a Praia do Saco, entre as décadas de 1980 e 1990, havia na Ponta do Saco um *camping* e um atracadouro. É nesse período que o fluxo de turistas começa a aumentar diante das melhorias nas rodovias e a Praia do Saco passa ser também funcionalizada para o turismo da classe mais abastada. No início do século XXI, o estado de Sergipe, por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE), adquiriu por R\$ 2 milhões um terreno na Ponta do Saco para a implantação de um *resort*.

Figura 6.31: Imagens da Ponta do Saco - Estância

Fonte: (a) <<https://poraicomigo.com.br/praiado-saco-e-mangue-seco-turismo-em-sergipe/>>. Foto: Divulgação Estado de Sergipe

(b) <<http://www.clicksergipe.com.br/entretenimento/78/93/a-praiado-saco-ou-da-boa-viagem---estancia---sergipe.html>>. Foto: Divulgação Estado de Sergipe

(c) <<https://poraicomigo.com.br/praiado-saco-e-mangue-seco-turismo-em-sergipe/>> Foto: Divulgação Estado de Sergipe

(d) <<https://www.visiteobrasil.com.br/norte/sergipe/atrativos/estancia>>. Foto: Cezar Oliveira.

O gestor público municipal entrevistado em 2014 esclarece que o *resort* não foi construído porque não houve aprovação dos órgãos ambientais.

[...] para o resort existir precisaria de infraestrutura, precisaria de saneamento básico, de estar pari passu em comum acordo com o meio ambiente. E ele [o resort] não estava. Ele [o estado] criou um projeto cheio de concreto e apresentou depois de pronto ao meio ambiente [órgãos ambientais]. O meio ambiente obviamente analisou e disse não, não é possível que isso seja construído em uma área tão sensível como é a Ponta do Saco. E foi, e negou categoricamente. Então, o dinheiro que a CODISE investiu comprando aquela área ficou parado. Hoje, por incrível que pareça, o mesmo R\$ 2 milhões de 15 anos atrás, se você colocar aí juros e correção valeria pelo menos 7 ou 8 milhões, está avaliado em 500 mil (GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL, 2014).

Durante trabalhos de campo no ano de 2013, verificou-se que a Ponta do Saco transformou-se em um espaço de rugosidades. A área adquirida pela CODISE está amuralhada, mas inutilizada. Algumas casas de praia construídas no final do século XX foram derrubadas com o aumento da maré, provocado pelo processo de cíclico de erosão. Do atracadouro há em ruínas uma parte da estrutura e do *camping*, resta apenas as reminiscências dos sujeitos que vivenciaram esse período.

Além das rugosidades, observou-se também o pulsar da vida em um bar com barracas de palhoça improvisadas e um “banheiro” com arranjo de lonas plásticas e um balde. Havia também um bar flutuante na margem do afluente do rio Piauí. O gestor público entrevistado analisa: *“na verdade aquilo ali [barracas de palhoça e bar flutuante] é uma área de escape para as pessoas que querem fugir da cidade, vão para ali e levam suas caminhonetes, seus carros traçados, param ali, ligam o som, botam comida, bebida, comem, bebem, jogam todo o lixo ali e vão embora”* (Gestor público municipal entrevistado, 2014). No ano de 2014, essa estrutura foi desmontada e transformada em uma nova rugosidade da Ponta do Saco.

Segundo informações do entrevistado em questão, a Prefeitura de Estância entrou em negociação com o Governo do Estado de Sergipe para que a área da CODISE tivesse a administração transferida para o município. Ao mesmo tempo em que a gestão municipal buscava investidor para administrar o empreendimento turístico a ser instalado. *“Então, enquanto nós estávamos na negociação para que esse terreno viesse, nós estávamos também capturando, tentando capturar um investidor [...] a única coisa que nós exigíamos desse investidor é que ele tivesse muita preocupação com o meio ambiente”* (GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL ENTREVISTADO, 2014).

O investidor foi capturado ainda em 2013. A gestão municipal 2012-2016 tinha o projeto de “abrir” o território para investimentos de capital regional, nacional e estrangeiro, transformando a Ponta do Saco para o turismo de padrão internacional.

*Nós encontramos esse investidor, que é o mesmo que construiu a usina eólica que tem lá na Barra dos Coqueiros, chamado **Dunas Empreendimentos**. A Dunas Empreendimentos foi, visitou a área, e apresentou um pré-projeto que nós [Prefeitura] levamos nove meses para assinar, de **concessão de vinte anos naquela área**. Sendo que para esses vinte anos sejam homologados, ele [o investidor] tem um ano e meio, a partir de setembro de 2013, em diante, ele [o investidor] tem um ano e meio para esse pré-projeto ser finalizado e ter as licenças ambientais. Então, ele [o investidor] tem 18 meses para que seja feito todo esse trabalho. Após os 18 meses com todas as licenças OK, ele [o investidor] inicia a construção, **já com o documento assinado de concessão mínima de 20 anos**. Esse é um passo que nós [a Prefeitura] tomamos em relação à Ponta do Saco devido a todo o problema que aconteceu* (GESTOR MUNICIPAL ENTREVISTADO, 2014, grifo nosso).

O entrevistado afirma que o contrato de concessão de vinte anos da área na Ponta do Saco para a construção do *resort* foi assinado, mas para ser homologado necessita das licenças ambientais. A degradação ambiental, como nos recorda Acelrad, Mello e Bezerra (2009), não é “democrática”. Certamente, a repercussão midiática da Ação Civil Pública (ACP) iniciada no ano de 2014 está sendo uma barreira social para a continuidade do projeto iniciado na Ponta do Saco, o que geraria uma incoerência territorial e críticas da população local. O que não significa inviabilidade. Provavelmente, no próximo decênio ter-se-á notícias da implantação do *resort* na Ponta do Saco depois de pouco mais de duas décadas de negociações.

A certeza do gestor público municipal da implantação do *resort* é tamanha que ele reafirma a preocupação ambiental e produz um paradoxo ao ser “bem sincero”:

Nossa preocupação com o meio ambiente nesse projeto é muito forte. Por que? Porque nós sabemos que aquela área ali é dividida em APA, APP e RESEX. A RESEX então é bem vizinha a isso aí [Ponta do Saco]. Na verdade, para ser bem sincero a você a Ponta do Saco é uma RESEX. Mas houve um recorte na época que foi estabelecido para ser construído o resort. Então, ela [RESEX] acabou, de certa forma, saindo de lá (GESTOR MUNICIPAL ENTREVISTADO, 2014, grifo nosso).

A “sinceridade” do gestor público municipal, personificação do Estado, revela manobras políticas em favor da construção do empreendimento turístico-hoteleiro de interesse da Prefeitura. Mas

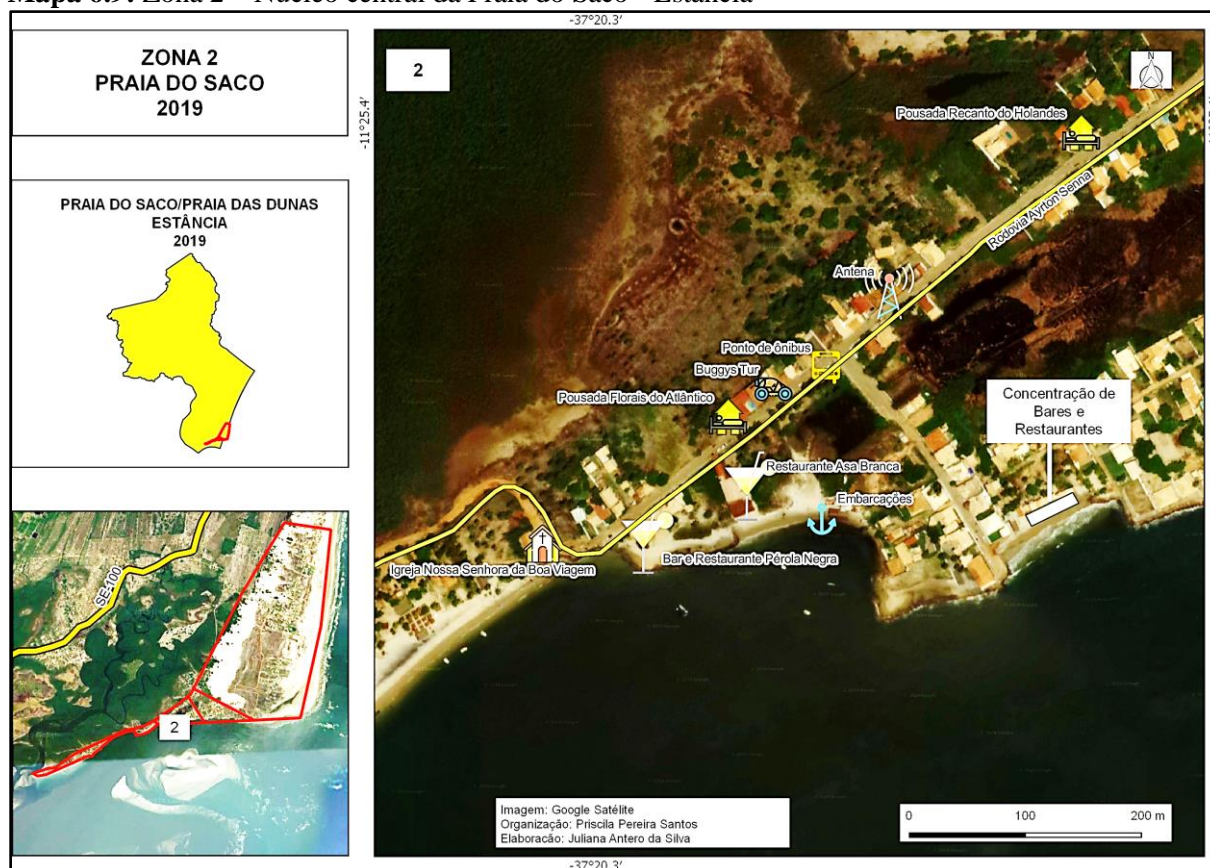
a população de veranista da Praia do Saco é completamente contra o investidor da Ponta do Saco. Sabe por quê? Porque ele irá fechar a área, vai ter um ‘bolsão’ de estacionamento, e aquele que já está acostumado a levar seu isopor, sua bebida, sua comida, e deixar suja a área no final do dia, não vai poder mais entrar. Ele vai poder sim, mas andando. Ele não vai poder mais entrar com o carro, não vai poder mais fazer cavalo de pau, não vai poder mais ligar o som dele alto e muito menos deixar sujeira. Esse tipo de conflito eu já estou enfrentando (GESTOR MUNICIPAL ENTREVISTADO, 2014, grifo nosso).

É ululante que os moradores locais não tenham ciência dessa parceria entre o Estado e o Mercado na re-funcionalização da Ponta do Saco. Mas, enquanto o *resort* não é construído, a Ponta do Saco continua a ser um atrativo turístico contemplativo. Os turistas visitam o local por meio de embarcações e até a primeira quinzena de 2018, em passeios de buggys.

✓ *Zona 2 – Núcleo central da Praia do Saco*

No núcleo central da Praia do Saco estão localizados equipamentos e serviços turísticos, como por exemplo, bares, restaurantes, meios de hospedagens e lanchonetes (Mapa 6.9). Ademais, deve-se mencionar a concentração de bugueiros e de embarcações oferecendo passeios. Nesse trecho central da localidade estão também as ambulantes, visto que, em linhas gerais, são mulheres, vendendo uma das formas de materialização das singularidades da Praia do Saco: as iguarias sergipanas. É ainda no núcleo central que estão os espaços improvisados como estacionamento privativo. Mas, sem sombra de dúvidas, o marco simbólico de identidade territorial de maior envergadura da Praia do Saco, no núcleo central, é a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída no século XVI.

Mapa 6.9: Zona 2 – Núcleo central da Praia do Saco - Estância



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Com a inauguração da ponte entre Estância e Indiaroba no ano de 2013, a Praia do Saco começa a ser refuncionalizada para o turismo. Dessa vez, o turismo da classe média. As agências de viagens começam a estabelecer outra relação com os empreendimentos turísticos

da localidade. A Praia do Saco passa a ter uma nova hierarquia espacial. De espaço de passagem para Mangue Seco, a Praia do Saco tornou-se parada para almoço e passeios de buggys. O pacote turístico Litoral Sul torna-se efetivamente sergipano. Antes, as praias do Litoral Sul, eram somente um caminho para a Bahia, especificamente Mangue Seco. Pelas observações e as entrevistas com os turistas na Praia do Saco, o elemento-chave da competitividade territorial turística entre a Praia do Saco e Mangue Seco, ou melhor, entre Sergipe e Bahia, eram os passeios de buggys.

Observou-se que ao mesmo tempo em que os passeios de buggys tornaram mais densa a competitividade territorial entre a Praia do Saco e Mangue Seco, a identidade territorial dos moradores locais foi reforçada. Os elogios dos turistas diante da paisagem da Praia do Saco traz aos moradores locais o orgulho do pertencimento. O morador 1 entrevistado diz com satisfação: *“os turistas dizem que o passeio de buggys aqui é mais bonito que em Mangue Seco”*. Com a fluidez territorial e a organização dos passeios turísticos de buggys, a Praia do Saco deixa de ser um caminho para Mangue Seco e passa a atrair turistas da classe média, redesenhando assim, o território do turismo na localidade.

A relação das agências de viagens com os serviços de buggys é estabelecida, principalmente, após a organização dos serviços através da criação da Associação dos Prestadores de Serviços de Turismo em Buggys e Similares do Litoral de Estância, Buggy Tur, em 2013. A formação da Associação estabeleceu nas empresas turísticas e no turista, a sensação de segurança no passeio. Antes da Associação, cada bugueiro fazia uma rota e havia diferentes preços. Com a Associação, os bugueiros propuseram a rota e os preços em comum acordo e estruturaram também uma identidade turística para a Praia do Saco. Até janeiro de 2018, a Associação tinha pouco mais de 40 associados, a maior parte do sexo masculino e com ensino fundamental completo. É válido mencionar que nem todos os bugueiros da Praia do Saco são associados.

Antes da primeira quinzena de janeiro de 2018, os passeios turísticos de buggys pela Buggy Tur tinha basicamente três pontos principais na rota: as dunas, a piscina natural na Praia das Dunas e a Ponta do Saco (Figura 6.32).

Figura 6.32: (a) (b) Marketing da Buggy Tur; (c)(d)(e)(f)(g) Paradas do passeio de buggy



Fonte: (a)(b) Trabalho de Campo, 2015-2018; (c)(d)(f)(g) Disponível em: <<http://dicadeturista.com.br/praiado-saco/>>; (e) Foto: Raimundo Oliveira Filho. Disponível em: <[flickr.com/photos/raimundoofilho/](https://www.flickr.com/photos/raimundoofilho/)>.

O início do ano de 2018 é marcado por mudanças territoriais. Dias após a Praia do Saco ser escolhida como uma das 7 maravilhas de Estância, a Decisão Judicial referente a Ação Civil Pública Processo Nº 0800042-20.2015.4.05.8502, em resumo, coibiu a circulação de veículos na faixa de areia e também a poluição sonora oriunda do uso de equipamentos sonoros de alta potência, os “paredões”, na Praia do Saco. Em outros termos, os passeios turísticos de buggys foram proibidos, tendo em vista que constituem veículos automotores.

A petição inicial referente a circulação de veículos na Praia do Saco começa em junho de 2015 pelo Ministério Público Federal (MPF). O MPF esclarece que, ainda em 2012, foi noticiado “o descaso com a região da Praia do Saco, consistente na verificação de circulação irregular de veículos em área de praia, equipamentos com sons de alta potência, e que realizam manobras perigosas” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015, p. 2). Diante dessa informação, o MPF estabeleceu contato com a Prefeitura de Estância para saber as providências que estavam sendo adotadas para dirimir as irregularidades. O município de Estância respondeu ao MPF afirmando que estava elaborando placas informativas sobre a proibição de tráfego de veículos nas areias e estariam adquirindo equipamentos (decibelímetros) para aferir o volume do som em operações surpresas. Em sequência, o MPF solicitou informações sobre a instalação das placas informativas e o fornecimento de relatórios das operações surpresas. A Prefeitura de Estância informou as datas de instalação das placas informativas e relatou a impossibilidade do combate à poluição sonora devido à ausência do decibelímetros na Prefeitura. Diante dessas informações, o MPF realizou diligência na localidade e “registrou a ausência de placas indicativas de proibição de circulação de veículos, a presença de veículos estacionados nas areias da praia do Saco e na Ponta do Saco e, durante o horário de permanência do servidor do MPF no local, ausência de poluição sonora” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015, p. 2).

Em outubro de 2015, o Juiz Federal da 7ª Vara, analisa o perigo socioambiental na demora das ações (*Periculum in mora*):

A permanência do trânsito de veículos na faixa de areia, com ou sem sistemas de som de alta potência é flagrantemente ilegal, criando lesão a uma série de bens jurídicos: (a) **dano ambiental tendo em conta que a Praia do Saco é local de desova de tartarugas, é área de frágil restinga, área de preservação permanente, cujo trânsito automotor é expressamente vedado e de difícil e caríssima reparação;** (b) sistemas de som automotivo além de perturbar a tranquilidade, tornam impossível que a coletividade usufrua do bem de uso comum que é a praia, posto ser insuportável permanecer sequer próximo a um equipamento dessa natureza; (c) **o atual estado de coisas emporcalha a praia, ‘privatiza’ o espaço público, gerando uma péssima imagem para o turismo;** (d) com a proximidade do

fim do ano e Verão, é apenas questão de tempo para o aprofundamento dos problemas ora examinados.

Em uma equação simples, o Juiz conclui: “praia + veículos automotores sem fiscalização + banhistas de todas as idades + consumo corriqueiro de bebidas alcoólicas = **potencial tragédia**”. Desse modo, a antecipação de tutela é deferida para o MPF “para que o Município de Estância coíba e reprima, dentro de sua competência, a permanência e trânsito de veículos automotores (motocicletas, caminhões, caminhonetes, automóveis de todo o tipo, ‘buggys’, quadriciclos, etc.) na Praia do Saco [...]”⁸⁷. Nesse sentido, a Prefeitura deveria tomar as seguintes providências: (i) efetivo exercício de seu poder de polícia administrativo e ambiental; (ii) instalação de placas proibitivas, advertindo que está proibido o tráfego de veículo nos locais de possível acesso à areia da praia; e, (iii) colocação de barreiras físicas, fixas ou móveis [...] impedindo o acesso de veículos à praia. Essas e outras medidas cabíveis deveriam ser cumpridas e provadas nos autos no prazo de 30 dias.

Entre os anos de 2016 e 2017, o MPF realizou vistorias na Praia do Saco e verificou que a decisão judicial de 2015 não estava sendo cumprida em sua integralidade. Em 2017, intimou-se o Prefeito Municipal para apresentação dos “relatórios referentes à autuação de infratores e à **fiscalização das atividades exercidas pelas cooperativas de buggys**”⁸⁸. O município apresentou relatório de fiscalização e autos de infração. É nesse contexto que a Buggy Tur solicitou fazer parte do Processo “[...] na qualidade de assistente litisconsorcial do MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA e a parcial revogação da tutela de urgência [...]”. Diante do interesse jurídico da Associação na Ação Civil Pública em questão, Buggy Tur ingressou no Processo. Mas o pedido de revogação parcial da decisão judicial de tutela de urgência não foi acatado.

A defesa da Buggy Tur pediu a parcial revogação “para possibilitar o retorno do tráfego dos buggys associados a BUGGYSTUR para fins de ecoturismo, e determinar a regularização/licenciamento ambiental da rota dos buggys”. O Magistrado da 7ª Vara Federal cita os diplomas legislativos que fundamentam a Ação do MPF, com destaque para a proteção e manejo das tartarugas marinhas. Contudo, a defesa da Buggy Tur enfatiza o direito à continuidade das atividades dos associados fundamentando-se no Art. 18 do Decreto Nº 5.300/2004:

⁸⁷ Ação Civil Pública Processo Nº 0800042-20.2015.4.05.8502.

⁸⁸ Ação Civil Pública Processo Nº 0800042-20.2015.4.05.8502.

A instalação de equipamentos e o uso de veículos automotores, em duas móveis, ficarão sujeitos ao **prévio licenciamento ambiental**, que deverá considerar os efeitos dessas obras ou atividades sobre a dinâmica do sistema dunar, bem como à **autorização de Secretaria do Patrimônio da União** do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à utilização da área de bem de uso comum do povo.

Como se vê, o Decreto exige o **licenciamento ambiental**, nesse caso, de competência do órgão ambiental em âmbito municipal, e autorização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Contudo, a Associação em questão não obtinha à época nem o licenciamento ambiental nem autorização. Desse modo, o Juiz analisa que “mostra-se impossível conceder-lhe, judicialmente, uma autorização para que seus associados permaneçam exercendo a atividade de ‘ecoturismo transportando os turistas pelas dunas móveis’ da Praia do Saco”. Assim, a partir do dia 16 de janeiro de 2018, os buggys pararam suas atividades na Praia do Saco. É válido enfatizar que a decisão abrange a circulação de todos os veículos automotores na praia.

Pouco mais de 40 associados da Buggy Tur ficaram sem a renda do trabalho como bugueiro. A presidenta da Associação esclarece que alguns associados voltaram para pesca e outros estavam buscando trabalho como caseiros. A Buggy Tur procurou apoio da Prefeitura, do Governo do Estado, da ADEMA, da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), da Associação Brasileira das Agências de Viagens em Sergipe (ABAV - SE), das Associações de bugueiros de outros estados, da Universidade Federal de Sergipe, do Projeto TAMAR, entre outras instituições, para encontrar soluções em conjunto. Além disso, a Associação com o intuito de solicitar o licenciamento ambiental na Prefeitura e autorização na SPU contratou uma consultoria para elaborar estudo de impacto ambiental e criar uma rota em consonância com os diplomas legais.

Nos trabalhos de campo em fevereiro de 2018, verificou-se a situação de tensão na Praia do Saco diante da presença constante de diferentes órgãos fiscalizadores. Os turistas entrevistados, que não sabiam da proibição, sentiam-se frustrados pela expectativa criada para o passeio de buggy. Sem sombra de dúvidas, o carnaval de 2018 foi diferente na Praia do Saco. Foi perceptível a diminuição de turistas e de veranistas. No final de semana seguinte ao carnaval, a Praia do Saco estava esvaziada. Diante desse contexto, o morador 2 entrevistado afirma: “*A Praia do Saco virou estacionamento de Mangue Seco*”. A Buggy Tur provocou a reflexão sobre a importância da Praia do Saco para o turismo sergipano e a Presidenta da Associação analisa: “*com essa proibição todos saem perdendo, os pais de família que trabalham nos buggys e o turismo do estado*”. A Praia do Saco é um dos destinos turísticos

mais visitados do litoral sergipano e o passeio turístico de buggy, o marco simbólico de identidade territorial da localidade. No final do ano de 2018, a Buggy Tur voltou a ofertar o passeio de buggys após a criação de nova rota. A competitividade territorial com Mangue Seco continua.

No núcleo central da Praia do Saco além dos buggys localizam-se também os pontos das embarcações, como pequenas lanchas e balsas com capacidade máxima de 30 pessoas. Os condutores das embarcações oferecem passeios pela Ilha da Sogra, Ponta do Saco e Ilha do Sossego e o serviço de travessia dos turistas para Mangue Seco, e vice-versa (Figura 6.33).

Figura 6.33: Ponto das Embarcações - Praia do Saco (SE), Ilha da Sogra e Mangue Seco (BA)



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

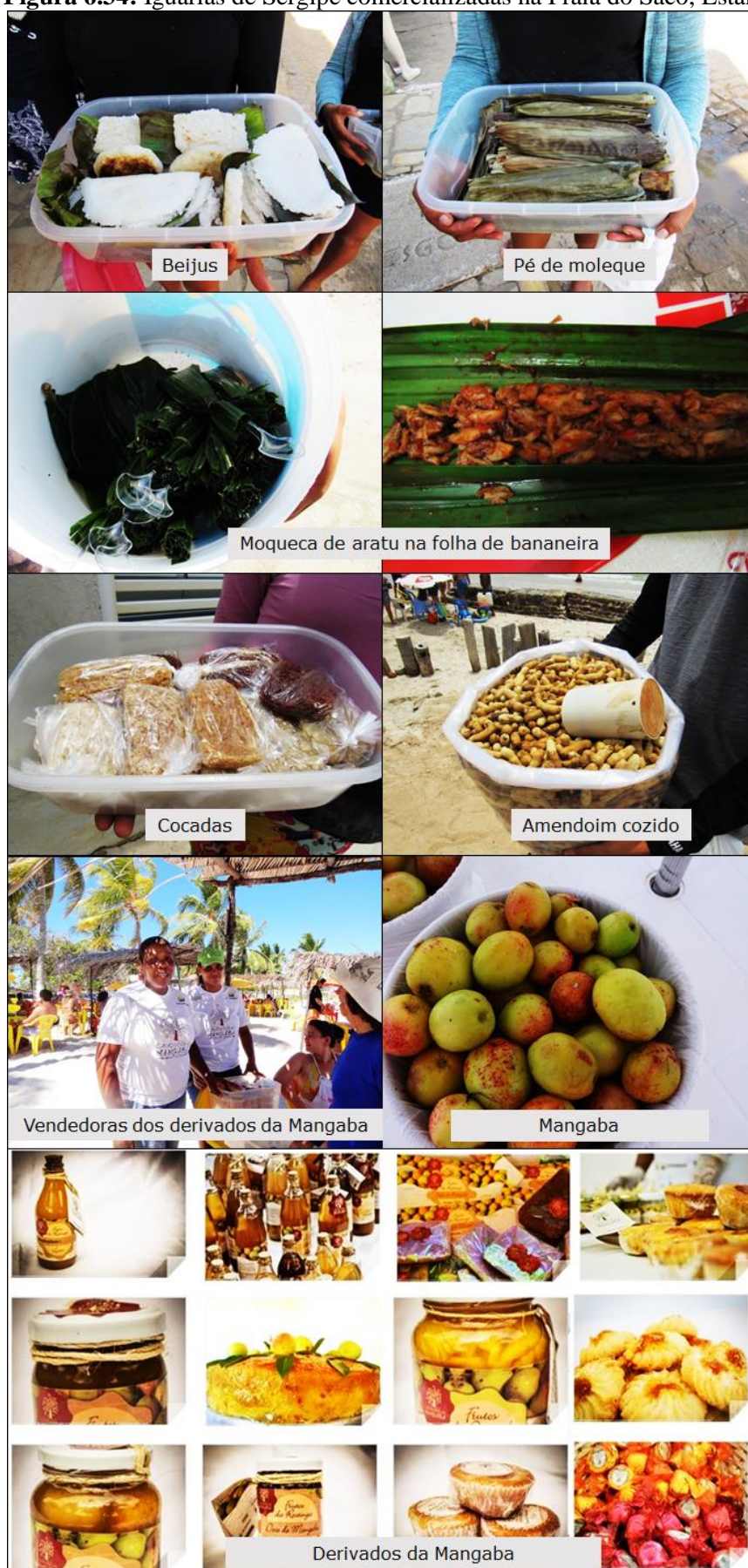
O território do turismo da Praia do Saco integra-se com as ambulantes. Essas mulheres ao comercializarem as iguarias sergipanas impulsionam a memória sensorial da Praia do Saco. O “sabor” e a diferenciação espacial da Praia do Saco está no amendoim cozido, na moqueca de aratu na folha de bananeira, no beiju, no saroio, no pé de moleque, nas cocadas e nos derivados da mangaba (Figura 6.34). Dentre esses alimentos, destacam-se os derivados da mangaba pela inovação dos produtos.

A identidade territorial de Sergipe como um todo e do litoral em particular, sem sombra de dúvidas, foi, e continua a ser, fortalecida com o reconhecimento da mangaba e dos seus derivados como singularidade do estado. Em 1992, o Decreto Nº 12.723 tornou a Mangabeira árvore símbolo do estado de Sergipe. A mangaba é um fruto que faz parte do cotidiano alimentar dos sergipanos, em sucos, picolés e doces. Mas a partir de 2011, os derivados da mangaba tornam-se produtos sofisticados, são geleias, balas, bombons, licores, biscoitos, bolinhos, entre outros.

Essa sofisticação dos derivados da mangaba mostra-se como o resultado da união das mulheres extrativistas desse fruto. Em 2009, essas mulheres criaram o Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) e associações nos municípios do litoral sergipano. Em Estância, as “senhoras da mangaba”, para usar a expressão de Mota *et al.* (2011), criaram a Associação das Catadoras de Mangaba, no Povoado Ribuleirinha, nas margens da SE-100. Essas mulheres começaram a fazer parte do Projeto “Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe” patrocinado pela PETROBRAS, através do Programa Petrobras de Desenvolvimento e Cidadania em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Em contraponto à valorização da mangaba e dos seus derivados, as catadoras de Estância vivenciaram a proibição da extração da mangaba nas terras “do lado de lá” das margens da SE-100. O Condomínio Villas das Águas começa a ser construído *pari passu* a ascensão das Catadoras de Mangaba no município. E se “do lado de lá” são muros, do “lado de cá”, há resistência. As “senhoras da mangaba”, que também trabalham como diaristas nas casas de veraneio, continuam a produzir os derivados desse fruto carregado de sergipanidade e comercializam na Praia do Saco nos dias de maior movimento. Atualmente, com o funcionamento do Condomínio, as catadoras de mangaba, em entrevista informal, menciona que a clientela aumentou com os veranistas defrontantes. Por outro lado, como ressalta Santos (2015), a implantação desse protótipo de imobiliário-turístico impulsiona diversos conflitos ambientais.

Figura 6.34: Iguarias de Sergipe comercializadas na Praia do Saco, Estância



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015-2018

Nesse trecho da Praia do Saco concentram-se bares e restaurantes, com destaque para o Bar e Restaurante da Zefa, Bar do Nil, Bar e Restaurante da Bel e o Bar e Restaurante do Louro (Figura 6.35). Deve ainda mencionar os bares e restaurantes Asa Branca e Perola Negra ao sul dos equipamentos turísticos mencionados. No final do mês de fevereiro de 2018, o risco de destruição da concentração de bares e restaurantes em questão diante do avanço do mar fundamentaram a decisão judicial de interdição desses estabelecimentos, que ocorreu na primeira semana de março do mesmo ano.

Figura 6.35: Concentração de bares e restaurantes da Praia do Saco - Estância



Fonte: Trabalho de Campo/2018

As marés altas no mês de março de 2018 quase provocam também a erosão da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. A Ação Civil Pública Nº 0800002.72.20144058502 que deferiu a antecipação de tutela ao Ministério Público Federal em 12 de maio de 2014, vedou reformas, alterações ou qualquer outro tipo de intervenção na Praia do Saco e na Praia das Dunas. Em virtude disso, a erosão costeira nas casas, nos empreendimentos e na Igreja da Praia do Saco avança nessas materialidades desde 2014. Contudo, desde 2017, o Município de Estância e a Diocese de Estância protocolaram pedidos para realizar obras de contenção na área da Igreja para diminuir os impactos da erosão costeira, que poderia vir a derrubar a construção. Os pedidos foram rejeitados, uma das razões para a negativa do pedido foi imprescindibilidade do licenciamento ambiental. É digno de registro que em novembro de 2017, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem foi declarada, por força da Lei 1.937/2017, patrimônio histórico, cultural e religioso do município de Estância.

No início de 2018, o município de Estância protocolou o mesmo pedido outrora rejeitado. Nesse ano, o Ministério Público Federal (MPF) fez pedido convergente ao do município de Estância e desse modo, os processos foram unidos em uma única Ação. O Juiz

fundamenta a imprescindibilidade do licenciamento ambiental aos projetos de obras de contenção e esclarece que:

E se praias em geral já são protegidas, as do litoral sergipano o são ainda mais, já que servem de local para desovas de tartarugas marinhas [...]. Por força disso, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA além de exigir o licenciamento ambiental determina que o IBAMA e TAMAR sejam previamente ouvidos (DECISÃO JUDICIAL, PROCESSO Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de fevereiro 2018).

O pedido de dispensa de Licenciamento Ambiental diante da possibilidade de urgência foi negada pelo Juiz. Segundo o Magistrado: “[...] Em abril de 2017, [...] todos os réus foram cientificados da imprescindibilidade do licenciamento [...]; no começo de 2018, o Município repete os mesmos pedidos e sem providências para o licenciamento”⁸⁹. Nesse contexto, o Juiz analisa que: “*Isto é, deixou-se passar quase um ano sem ação alguma* e, como esperado, a erosão marítima se aprofundou e agora se pleiteia um milagre, como se fosse dado a Judiciário legitimar intervenções ilimitadas no meio ambiente - autêntico *periculum in mora* provocado”⁹⁰. Ademais, o Juiz avaliou que o Art. 8º, § 3º do Código Florestal não se aplicava ao caso e decidiu rejeitar o pedido do Município de Estância: “o pedido do Município de Estância, **pela falta de licenciamento ambiental, bem como ausência de detalhamento e demonstração da eficácia e compatibilidade com as normas ambientais deve ser indeferido**”⁹¹.

Ao avaliar o pedido, o magistrado autoriza que “o Município de Estância, de comum acordo com a Diocese de Estância, retire do edifício os bens que pretenda proteger”⁹². Sem avaliar em sua totalidade a natureza geográfica da Igreja de Nossa Senhora da Viagem, o Juiz expressa-se:

Sendo bem realista, *não importa a contenção ou quebra-mar que se construa, o avanço marítimo é imparável e o mar consumirá o local*. É o que se repete nos últimos dez anos na Praia. *Um caminho mais simples para resolver toda essa controvérsia seria a retirada da Capela em si e sua remontagem em local mais recuado ou, quando menos, recolhimento do que for julgado valioso ou relevante*; já se fez operação parecida em estruturas maiores e mais complexas. Em sendo tal caminho o escolhido, bastará simples petição nos autos, ao que será emitida ordem nesse sentido, evitando algum desentendimento ou confusão com os órgãos fiscalizatórios (DECISÃO JUDICIAL, PROCESSO Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de fevereiro 2018, grifo nosso, grifo do autor).

⁸⁹ Decisão Judicial, Processo Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de Fevereiro 2018.

⁹⁰ Decisão Judicial, Processo Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de Fevereiro 2018, Grifo no Original.

⁹¹ Decisão Judicial, Processo Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de Fevereiro 2018, Grifo Nosso.

⁹² Decisão Judicial, Processo Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de Fevereiro 2018.

O pedido do MPF foi parcialmente **deferido com a interdição da Igreja**, mas a União foi afastada enquanto ré do Processo. Desse modo, fica deferido o pedido do MPF dos réus, no prazo de até 02/04/2018, nos seguintes termos:

Defiro parcialmente o pedido de antecipação de tutela do Ministério Público Federal para determinar que o Município de Estância, Estado de Sergipe e Diocese de Estância, após o devido licenciamento ambiental, com aprovação/oitiva das instâncias administrativas envolvidas, isto é, IBAMA, ADEMA e TAMAR, além da concordância da titular do terreno União, apresentem uma saída ecologicamente viável e compatível com o ecossistema local, para proteção da *Capela Nossa Senhora da Boa Viagem*, o que deverá ser apresentado em juízo para manifestação das partes e do magistrado. A obrigação do ‘caput’ deve ser cumprida até 02/04/2018. Fixo multa diária de R\$ 500 a incidir após o esgotamento do prazo (DECISÃO JUDICIAL, PROCESSO Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de fevereiro 2018, grifo do autor).

Diante da repercussão midiática das Decisões Judiciais pretérita e dos possíveis “julgamentos” da Decisão em questão, o magistrado manifesta-se: “o assunto está na mídia sergipana quase diariamente, em um clima de ‘tudo pode’ para salvar a Capela, com muito atropelo e informações desencontradas, como se o assunto fosse novo ou se a intenção deste magistrado fosse simplesmente deixar a edificação ruir. Não é!”⁹³. O Juiz salienta a necessidade de considerar a legislação ambiental:

Porém, **acima da vontade da maioria e da pressão [legítima], há a Constituição, leis e várias normas que estabelecem métodos e procedimentos obrigatórios para preservação ambiental**, inclusive, específicos para a área litigiosa. A busca de um meio-termo, que compatibilize proteção com convivência humana é um dos objetivos do licenciamento; o meio ambiente deve ser preservado em benefício não deste juiz, dos advogados do caso ou políticos da situação, mas para esta e futuras gerações (DECISÃO JUDICIAL, PROCESSO Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de fevereiro 2018).

A população flutuante e permanente, os trabalhadores do turismo da Praia do Saco, entre outras pessoas que entendem e sentem a importância da representatividade da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, uniram-se e protestaram contra a Decisão Judicial. A memória, a história, a geografia, a cultura, a totalidade que compõe o ambiente em seu todo, deram força para que as pessoas buscassem a resolução da questão. Criou-se o hino da Praia do Saco que unidos clamaram de mãos dadas em volta da Igreja:

⁹³ Decisão Judicial, Processo Nº: 0800031-83.2018.4.05.8502, s/p., 23 de Fevereiro 2018.

HINO DA PRAIA DO SACO

Não, Não! Não nos moverão!

Não, Não! Não nos moverão!

(Porque) a Praia do Saco é a nossa Vida!

Não nos moverão!

As casas que construímos - não destruirão!

A igreja que estimamos – não demolirão!

(Porque) a Praia do Saco é a nossa Vida!

Não nos moverão!

Gerações de moradores – Aqui ficarão!

Tradição na região - Aqui ficarão!

(Porque) a Praia do Saco é a nossa Vida!

Não nos moverão!

Não, Não! Não nos moverão!

Não, Não! Não nos moverão!

(Porque) a Praia do Saco é a nossa Vida!

Não nos moverão!

Fortes e unidos com amor e muita fé

Povo resistindo, como a força da maré.

Mas a Praia do Saco é a nossa Vida!

E Não nos moverão!

Não, Não! Não nos moverão!

Não, Não! Não nos moverão!

(Porque) a Praia do Saco é a nossa Vida!

Não nos moverão!

(Fonte: Desconhecida. Enviada por morador local por meio de aplicativo de mensagem durante trabalho de campo em março de 2018).

O município de Estância, a Diocese de Estância, a Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE), o assessor jurídico do TCE, o pároco da região da Praia do Saco e um Deputado Estadual formaram uma comissão e foram pessoalmente ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região no dia 28 de fevereiro de 2018 em busca de solução, ao mesmo tempo em que se interpôs Agravo de Instrumento⁹⁴.

O Desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região convocado para o processo diante do Agravo de Instrumento compreendeu a questão de modo diferente do Juiz em 1ª instância e em decisão, no dia 01 de março de 2018, dispensou o licenciamento ambiental. Para o Magistrado: “embora em um plano ideal a medida determinada pelo juízo se mostre a mais correta, **no caso concreto entendo que ao tempo que salvaguarda totalmente o meio ambiente natural, relega o patrimônio cultural à própria sorte**” (Tribunal de Contas de Sergipe, 2018, s/p., grifo nosso)⁹⁵. No dia seguinte, dia 02 de março de 2018, as obras de contenção da Igreja foram iniciadas (Figura 6.36).

⁹⁴ <http://fanfl.com.br/comitiva-vai-a-recife-buscar-solucao-para-preservar-capela-da-praia-do-saco/>

⁹⁵ <https://www.imprensa1.com/conselheira-susana-azevedo-comenta-inicio-de-obra-de-contencao-em-igreja-de-estancia-il.html>

Figura 6.36: Processo de erosão marinha e obras de contenção na Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, Praia do Saco - Estância

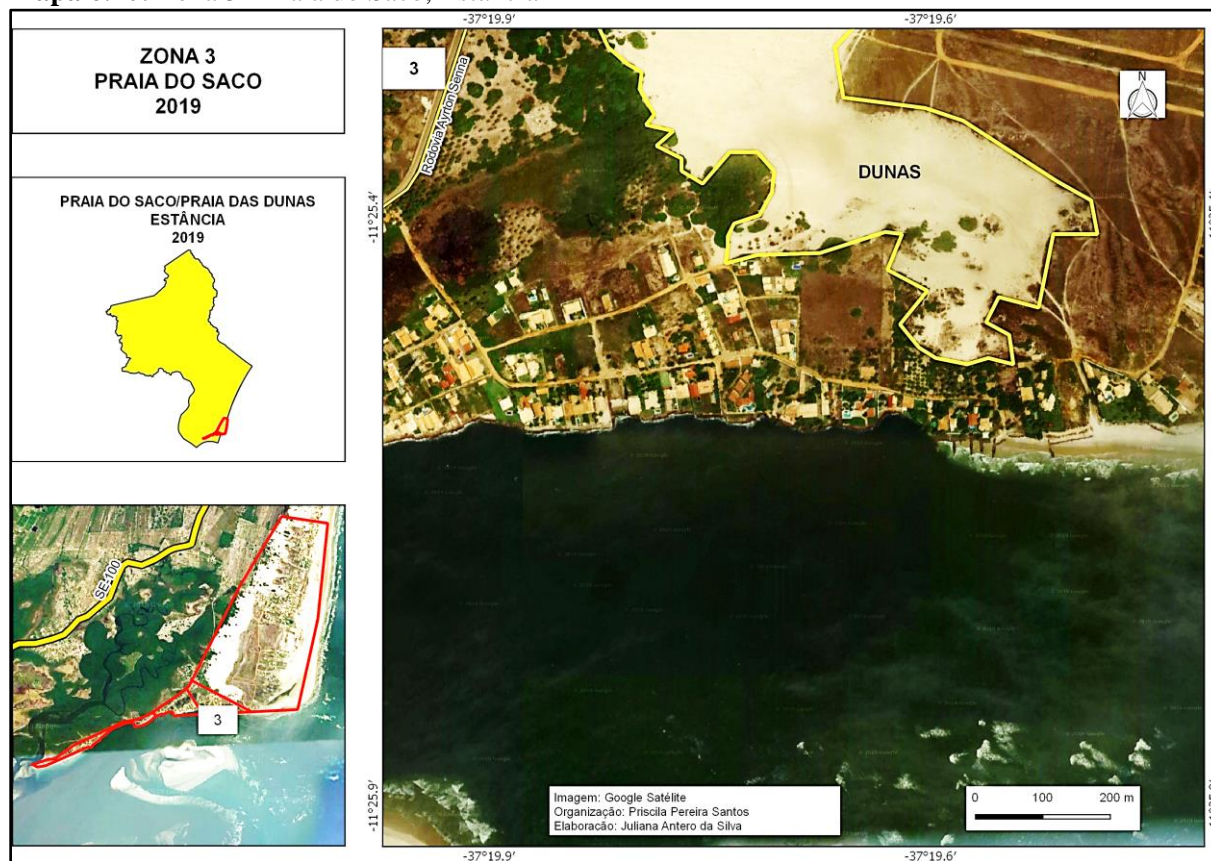


Fonte: Desconhecida. Enviada por morador local por meio de aplicativo de mensagem durante trabalho de campo em março de 2018.

✓ *Zona 3 – Território exclusivo de segunda residência*

A configuração territorial da Zona 3 estrutura-se exclusivamente para a segunda residência, em diferentes formas e conteúdos (Mapa 6.10).

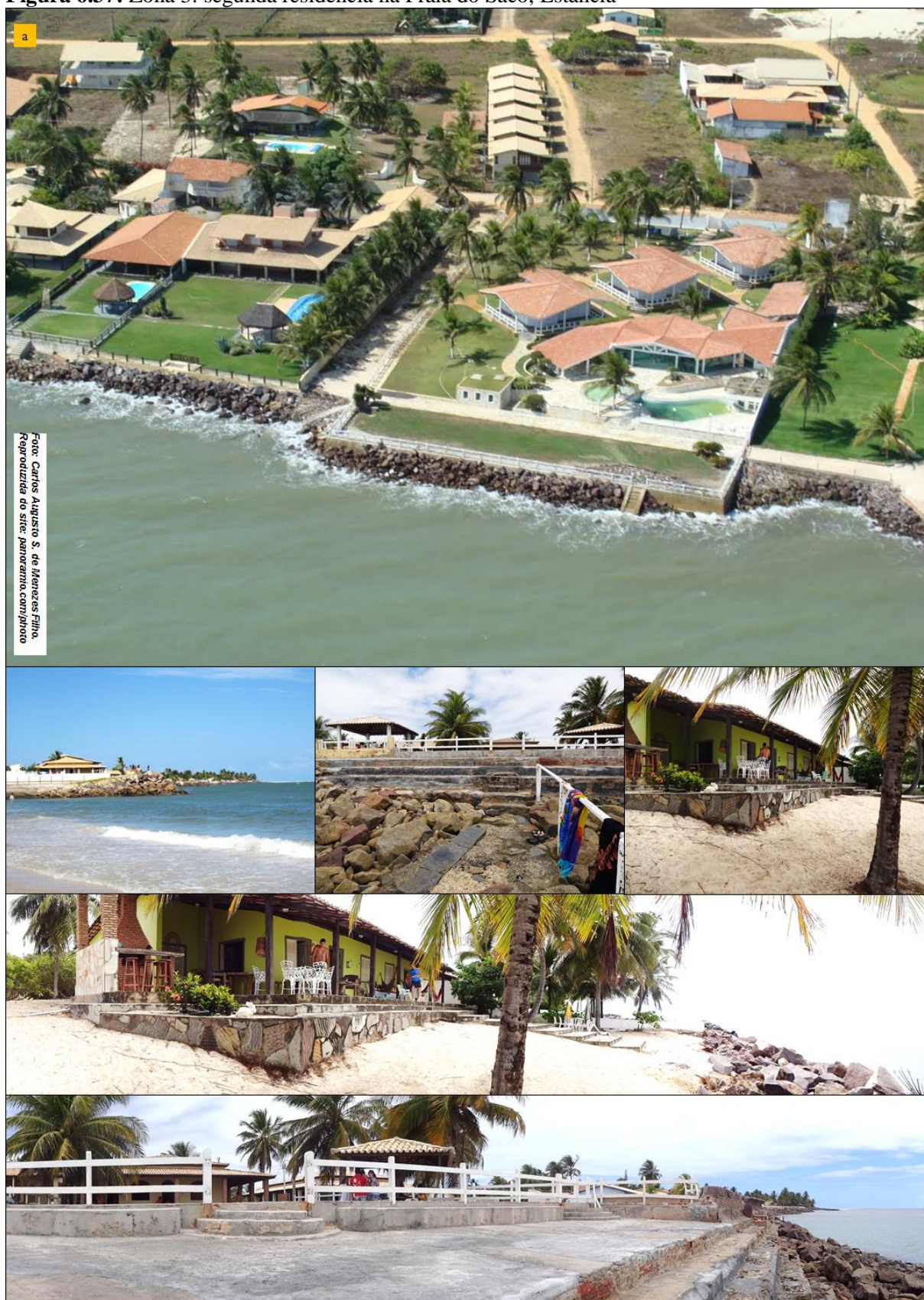
Mapa 6.10: Zona 3 - Praia do Saco, Estância



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

Em linhas gerais, a segunda residência apresenta-se em casas *per si* e chalés padronizados. Não há muros altos, grosso modo, a vizinhança é geracional. O relativo isolamento territorial da Praia do Saco até o primeiro decênio do século XXI propiciava aos veranistas, a sensação de segurança. Com o crescimento do fluxo de pessoas, as casas de praia passam a ser alugadas com maior intensidade. Deste modo, os conteúdos da casa de praia mostram-se mais variáveis. Em outros termos, as territorialidades dos veranistas e dos turistas que usam a casa de praia como alojamento turístico começam a compartilhar com maior proximidade, divergências e convergências, o território da segunda residência. Como é possível visualizar na Figura 6.37, na Zona 3 observa-se o maior quantitativo de casas de praia na linha de costa e por conseguinte, que essa zona vivencia com maior densidade à erosão costeira.

Figura 6.37: Zona 3: segunda residência na Praia do Saco, Estância

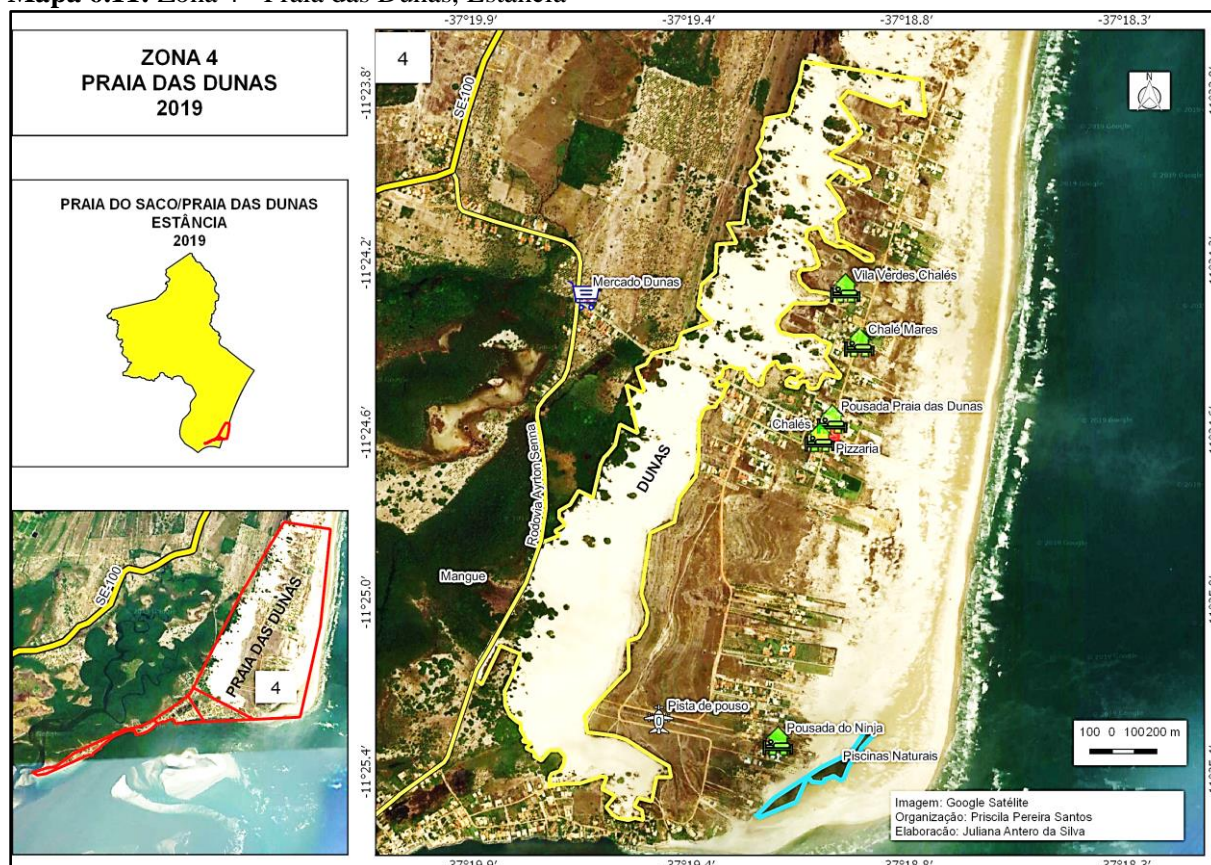


Fonte: (a) panoramio.com/photo; Demais imagens: Trabalhos de Campo, 2013-2018

✓ Zona 4 - Praia das Dunas

Entre a Zona 3 na Praia do Saco e a Zona 4 que configura a Praia das Dunas há um limite operacional tácito que tem o coroamento dunar como marco (Mapa 6.11).

Mapa 6.11: Zona 4 - Praia das Dunas, Estância



Fonte: Priscila Pereira Santos, 2019

De igual modo a Praia do Saco como um todo, a dinâmica territorial do turismo na Praia das Dunas estrutura-se, de modo geral, na segunda residência tanto para o veraneio como para o turismo. Contudo, verifica-se maior quantitativa de meios de hospedagem na Praia das Dunas quando comparada com a Praia do Saco. Outro diferencial das casas de veraneio na Praia das Dunas em relação à Praia do Saco é a suntuosidade das segundas residências, em que foi possível verificar até mesmo uma pista de pouso em uma delas, e a ausência de moradores permanentes, além dos caseiros e das suas famílias que habitam em casas a parte à residência principal. Ademais, deve-se mencionar a transformação de uma piscina natural existente na Praia das Dunas em atrativo para os turistas que realizavam passeios de buggys até a primeira quinzena de janeiro de 2018 (Figura 6.38).

Figura 6.38: Zona 4: Praia das Dunas, Estância



Fonte: flickr.com/photos/raimundoofilho; **Foto:** Raimundo Oliveira Filho.

6.6 Master Plan: a proposta de urbanização turística na Praia do Saco

“Esse é o maior projeto da gestão do Prefeito com relação ao litoral de Estância” conclui o gestor público municipal durante entrevista em 2014, após apresentar o Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco. *“Você conhece a Praia do Forte? A Praia do Forte é um sucesso mundial. E o que a gente fez? Trouxemos a ideia da Praia do Forte para dentro da Praia do Saco”* (Gestor Municipal de Estância, 2014). Em analogia a Alameda do Sol e a Vila de Pescadores na Praia do Forte, o entrevistado apresenta o projeto. *“Ao lado da Igreja dos Jesuítas [Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem] tem uma área de mais ou menos 5 mil m² onde nós queremos desenvolver essa vila comercial [...] e uma pousada também, e quem vai construir isso? O investidor. Quem vai construir é o investidor. Nós não vamos dá um centavo para construir”*. Mas, salienta o entrevistado, há uma exigência: *“A única coisa que nós vamos exigir é o que o projeto seja feito por nós. Que é esse projeto aqui [aponta para o projeto]”*. A mesma lógica de investimento privado usado por Klaus Peters na invenção do “paraíso” Praia do Forte é pensada para a Praia do Saco. A principal diferença está no financiamento do planejamento territorial. Para a Praia do Saco, o planejamento urbano-turístico é do Estado e na Praia do Forte foi privado.

O projeto, esclarece o entrevistado, envolve infraestrutura e estrutura. No que tange à infraestrutura, o gestor apresenta a Praia do Saco à la Praia do Forte. *“Então, você chega na Praia do Saco, você tem a primeira lagoa que é a maior, essa lagoa vai ter uma palafita em cima com quatro casebres. Essas casebres vai ser posto de atendimento ao turista e os outros voltados para Museu do Mangue”*. Na figura 6.39 é possível verificar a infraestrutura do Projeto. Planeja-se ainda no espaço da primeira lagoa, um deck para pedalinhos e canoas, e a formação de uma ilha formada por uma tenda para atender as garças. O gestor público ressalta:

E por que a tenda das garças? Nós estamos no meio de um pit stop de aves migratórias [...]. Elas fazem paradas nessa região aí, e muitas aves chegam cansadas ou machucadas e acabam ficando, morrem ou acabam se perdendo do grupo. Então, qual a nossa intenção? Levar elas para essa tenda, cuidar e quando o grupo retornar, ou na ida ou na volta, elas se juntam ao grupo e vão embora. **Isso será a atração turística, sedução do meio ambiente e embelezamento da região** (GESTOR MUNICIPAL ENTREVISTADO, 2014, grifo nosso).

Ademais, projeta-se a abertura de duas ruas a partir da segunda lagoa, em virtude do problema de mobilidade vivenciado na localidade em períodos de maior frequência.

Figura 6.39: Master Plan Praia do Saco - Estância



Fonte: CAPA Consultoria e Projetos LTDA, 2015

Adaptações: Priscila Pereira Santos, 2018

No Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco, o gestor municipal entrevistado chama a atenção para os detalhes. Projetou-se o pórtico de entrada da segunda lagoa em formato de espinha de peixe e as fontes de esguichamento de água da segunda lagoa farão formas que lembram caranguejos, *“proposital justamente para ter esse formato baseado no que a gente quer fazer lá atrás com relação ao Museu do Mangue. O restante é tudo grama e coqueiro que já existe, e alguns outros que vão ser replantados”* (Gestor Municipal, 2014) (Figura 6.40; Figura 6.41). Deve-se mencionar ainda a implantação de uma praça de música com concha acústica (Figura 6.42).

Figura 6.40: Master Plan Praia do Saco: pórtico de entrada da segunda lagoa



Fonte: CAPA Consultoria e Projetos LTDA, 2015

Figura 6.41: Master Plan Praia do Saco: segunda lagoa e Museu do Mangue



Fonte: CAPA Consultoria e Projetos LTDA, 2015

Figura 6. 42: Master Plan Praia do Saco: espaço para shows



Fonte: CAPA Consultoria e Projetos LTDA, 2015

Além disso, destacam-se no Projeto:

espaço de eventos, piso compartilhado (espaço que pode ser usado como via pública livre normalmente, mas que em datas especiais ou fins de semana pode ser fechado e virar um grande calçadão só para pedestres), academia de ginástica ao ar livre, centro receptivo turístico feito de madeira sobre lagoa de água doce já existente - que não sofre influência das marés, banheiros públicos, bosque de coqueiros, posto de saúde, delegacia do turista, mirante suspenso e atracadouro (AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS, 2015, s/p.)⁹⁶.

Segundo o Gestor Público Municipal entrevistado, há um nítida seleção socioespacial do público, leia-se segregação: *“não quero segregar, não quero fazer apartheid, nada disso, mas a gente tem que ser sincero. Praia do Saco é uma praia que a gente quer investir, para quem tem poder aquisitivo de chegar e poder gastar. Praia do Abaís, nós vamos transformar para a população de massa”* (Gestor Municipal, 2014).

O Presidente da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) em entrevista à Agência Sergipe Notícias (ASN), durante a apresentação do Projeto ao Governador do Estado de Sergipe em 2015, analisou a importância do Projeto para o turismo do estado:

A ideia é que a urbanização da Praia do Saco seja o componente ligado à melhoria do produto turístico de Sergipe. A gente acredita que a **Praia do Saco**, além de ser uma das praias mais bonitas do litoral sergipano, tem **uma importância estratégica para todo litoral sul de Sergipe**, que começa ali. **A Praia do Saco, como primeira praia do litoral sergipano [sentido Bahia-Sergipe], precisa de uma intervenção de urbanização adequada à importância que ela tem para a população de Sergipe e para os turistas. Hoje o litoral Sul de Sergipe é o grande portão de entrada para o turismo sergipano.** O PRODETUR serve para apoiar essa estratégia turística, pensa em intervenções na localidade e outras intervenções no Litoral Sul, como o governador já sugeriu, para adequar a região a realidade de turismo de Sergipe, que com as obras das pontes Gilberto Amado e Joel Silveira se tornou nosso **principal corredor de entrada** (AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS, 2015, s/p., grifo nosso, com acréscimos).

A expectativa para a execução do Projeto, orçado em R\$ 22 milhões, foi que o financiamento fizesse parte dos contratos do PRODETUR Sergipe, inicialmente com contrato de US\$ 100 milhões ao total em empréstimo. É válido mencionar que, segundo o Gestor Municipal entrevistado, o Projeto foi apresentado à Coordenação de Projetos do PRODETUR Sergipe em 2013 e ao Governo do Estado em Março de 2015. Em Maio de 2015, uma visita técnica de Missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi realizada na Praia

⁹⁶ <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/estancia-apresenta-projeto-de-urbanizacao-da-praia-do-saco-ao-governo-do-estado>

do Saco. O objetivo dos técnicos do BID nessa visita técnica denominada de Missão de Arranque foi definir ações prioritárias de investimento para o período de 18 meses a partir daquele momento.

Em entrevista à Agência Sergipe de Notícias, o Secretário do Turismo e Comunicação Social de Estância, que acompanhou a Missão do BID, salientou a importância do Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco: ***“vai ser uma revolução para o desenvolvimento econômico e social de todo o litoral sul do estado”*** (Agência Sergipe de Notícias, 2015, s/p., grifo nosso)⁹⁷. Essa “revolução turística” certamente está articulada aos investidores de imobiliários-turísticos que se refere o Secretário ao esclarecer: ***“hoje o município já tem quatro grandes áreas compradas por empreendedores de outros estados do país que estão aguardando o término das obras para dar início à construção de hotéis e de condomínios de casas de alto padrão, com serviço de hotelaria”***⁹⁸ (Agência Sergipe de Notícias, 2015, s/p., grifo nosso). Para os gestores públicos municipais e estaduais, a execução do Projeto da Praia do Saco visava consolidar o destino turístico Sergipe para os turistas nacionais e estrangeiros, assim como na Praia do Forte.

Como se vê, em um aparente paradoxo territorial, ao mesmo tempo em que o Estado de Sergipe e o Município de Estância eram réus na Ação Civil Pública ajuizada em 2014, esses agentes públicos planejavam a urbanização turística da Praia do Saco. A Decisão Judicial também datada de 2014 tem como uma medidas urgentes a vedação à novas construções e paralisação das obras em curso, além da retirada das construções irregulares. Mesmo assim, o Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco foi apresentado ao Governador e os técnicos do BID fizeram visita técnica. Em nenhum momento, a Agência de Notícias oficial do Estado de Sergipe mencionou a Decisão Judicial e/ou os conflitos territoriais vivenciados na Praia do Saco, nas matérias vinculadas em 2015. Seja como for, como analisado no capítulo anterior, o Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco não está entre os objetos dos contratos do PRODETUR Sergipe, programado para finalizar em 2019.

Em entrevista com representante do BID em 2018 sobre o Projeto de Revitalização e Urbanização Turística da Praia do Saco, obteve-se a informação que esse Projeto não foi mencionado em nenhum dos documentos que envolvem o PRODETUR Sergipe. Em busca por palavras-chave, a Praia do Saco não consta em nenhum dos documentos entre o BID e o PRODETUR Sergipe. A Coordenadora da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) afirma que os investimentos tem os conflitos ambientais na Praia do Saco como obstáculo.

⁹⁷ <http://agencia.se.gov.br/noticias/turismo/missao-do-bid-visita-sergipe-para-acertos-finais-do-prodetur>

⁹⁸ <http://agencia.se.gov.br/noticias/turismo/missao-do-bid-visita-sergipe-para-acertos-finais-do-prodetur>

Para os turistas que foram visitar a Praia do Saco em fevereiro de 2018 e teve as expectativas do passeio de buggys frustradas ou que constrangidos responderam que naquele momento o olhar não havia ainda encontrado a praia propagada como uma das 100 praias mais bonitas do mundo, a perspectiva de transformar a Praia do Saco em uma “mini” Praia do Forte pareceu animadora. As imagens do Master Plan Praia do Saco foram entregues para os turistas entrevistados para que refletissem sobre a revitalização e urbanização turística da localidade.

O turista entrevistado 4 analisa: *“legal, a ideia. Vai aumentar o atendimento. Refazer a estrutura. Vai ficar perfeito!”*. O turista 6 entrevistado acredita que *“vai ser muito bom para o turismo”*. Para o turista entrevistado 2, o *Master Plan* é um sonho irrealizável, *“nunca vai ser colocado em prática, aqui não pode fazer mais nada. Não pode construir nem uma parede”*. O turista entrevistado 8 reflete sobre fragmentação socioespacial: *“ficará legal, mas custará muito para as pessoas que estão morando aqui. O governo vai indenizar as pessoas?”*.

Para o turista entrevistado que vivenciou a transformação da Praia do Forte na “Polinésia brasileira”, as imagens do *Master Plan* na Praia do Saco revelou-se assustadora. O turista entrevistado 9 conta que vivenciou o veraneio na Praia do Forte no início desde o final da década de 1990 e sentiu-se “expulso”, leia-se segregado socioespacialmente, da localidade diante da elitização. O entrevistado 9 residente em Lauro de Freitas, na Bahia, “fugindo” do movimento das praias da Região Metropolitana de Salvador, comprou a segunda residência na sede de Estância e veraneia com a família na Praia do Saco. *“Em Salvador é uma disputa por espaço na areia, uma poluição; e aqui não, é uma beleza só. Casa de praia aqui é caro. Então, nos unimos e compramos uma casa na sede. Viemos para cá veraneiar. De Lauro de Freitas para cá é rápido e aqui é tudo conservado”*, analisa o entrevistado 9.

Ao olhar as imagens do Master Plan, o entrevistado 9 assustou-se e esbravejou: *“Não vai prestar! Vai expulsar os moradores. Vai tirar a sobrevivência da própria comunidade. Vai ter emprego, vai. Mas vai escravizar, explorar a mão-de-obra local. Vai monopolizar”*. A visão crítica do entrevistado 9 alerta para um futuro menos romantizado do que o propagado no anúncio político do Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco, e ao mesmo tempo consolida a tese da formação da região turística entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe. Como sabiamente nos alerta a Prof^a Maria Geralda de Almeida (2009), a geografia do turista, que é mais imaginária que real, traz à tona o desvelar sobre a refuncionalização do lugares para e pelo turismo. Em síntese, a regionalização turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta tese foram analisados os sistemas simbólico-culturais e político-econômicos que estruturam uma região turística em territórios-zona entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia e em territórios-rede entre a Praia do Saco (SE) e a Praia do Forte (BA), sob a égide do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário. De modo que o desenvolvimento dos capítulos respondeu ao problema de pesquisa e confirmou a tese proposta.

A integração rodoviária entre a SE-100 e a BA-099 articulou o Litoral Sul de Sergipe ao Litoral Norte da Bahia, conectou as capitais desses estados e despertou o seguinte problema de pesquisa: esta conexão forma uma região turística entre o litoral sergipano e o litoral baiano? Diante deste problema de pesquisa, defendeu-se a tese que a partir da articulação rodoviária litorânea entre Aracaju (SE) e Salvador (BA), a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre os municípios de Estância e Mata de São João tendiam a configurar em territórios-zona, entre estes litorais, e território-rede, entre a Praia do Saco (SE) e a Praia do Forte (BA), uma região turística sob a égide do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário.

Assim, para iniciar a reflexão, no Capítulo 1, o tripé analítico desta pesquisa foi compreendido sob a perspectiva simbólico-cultural, em relação as práticas marítimas modernas, com destaque para o veraneio e a segunda residência no litoral; e, político-econômica, em que o turismo se configura como atividade econômica estrutural durante o pós-fordismo e dá o tom à articulação do veraneio com o turismo na formação de um produto do “turismo pós-fordista”: o imobiliário-turístico. Neste contexto, o veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico apresentam-se como elementos regionalizadores, vetores na ocupação territorial de novos destinos, nas palavras de Buades (2014), ímãs para a globalização. Mas, não se deve olvidar das particularidades regionais e das singularidades locais na territorialização desses elementos regionalizadores. Assim, *pari passu* à globalização, analisou-se teoricamente no primeiro capítulo, a fragmentação socioespacial.

Ao analisar a geo-história dos elementos regionalizadores estudados tanto na dimensão simbólico-cultural quanto na político-econômica, outra questão veio à tona: como conceituar região turística litorânea no século XXI? Essa indagação, dá o tom as discussões do Capítulo 2. A discussão do conceito e da categoria analítica de região ao longo do pensamento geográfico estruturou a compreensão que a região turística litorânea apresenta-se como a coesão dinâmica de parcelas do espaço litorâneo em rede e em zonas alavancadas pelo veraneio, pelo

turismo e pelo imobiliário-turístico, que integrados configuram uma identidade simbólico-cultural e possuem representatividade política e econômica nos espaços articulados. Diante da confusão epistemológica sobre região turística, elaborou-se esse conceito de região turística litorânea para tornar nítido o problema de pesquisa, a tese e o objetivo em desenvolvimento.

Ao entender as dimensões estruturais do objeto de pesquisa, buscou-se no capítulo 3 e no capítulo 4, compreender a atuação do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário na formação de uma região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia através do processo histórico de ocupação territorial turística do litoral nordestino como um todo e dos litorais sergipano e baiano, em particular. Neste sentido, compreendeu-se a formação imagética do Nordeste, “da seca ao paraíso tropical turístico”, e a estruturação de políticas públicas direcionadas à turistificação do litoral nordestino, como forma de atenuar as desigualdades regionais, com destaque para o PRODETUR/NE. A partir dessa análise verifica-se um esforço da parceria público-privada para fazer de todo o litoral do Nordeste uma região turística.

O Estado planeja desde o final de 1980, a formação de uma região turística no Litoral do Nordeste brasileiro. Inicialmente, por meio da Política de Megaprojetos Turísticos com verba dos Governos federal e estadual à época. Em seguida, no início dos anos 1990, seguindo o “Modelo Cancún”, com financiamento do BID, o PRODETUR/NE. O BID, essa agência multilateral de financiamentos para a América Latina administrada pelo EUA, comanda a turistificação do Nordeste brasileiro. Essa racionalidade externa, elaborou a ordenamento territorial turístico do Nordeste brasileiro, em regiões, denominada de polos, em consonância com a teoria do economista francês Perroux (1967 [1966]). Tem-se então, a conexão territorial, do Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe, com o Polo Salvador e Entorno, na Bahia. Contudo, como analisou-se, o Polo Salvador e Entorno é segmentado em zonas. E o Litoral Norte da Bahia foi zoneado como Zona Costa dos Coqueiros. Em outros termos, o Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe, conecta-se à Zona Costa dos Coqueiros, no Litoral Norte da Bahia.

No Capítulo 4, analisou-se o ordenamento territorial turístico na Bahia e em Sergipe. O processo de ocupação territorial turística mostra a independência da Bahia em relação a racionalidade externa. Desde 1950, como analisou Mello e Silva (1996), planeja-se o turismo na Bahia. Assim, verifica-se que antes de existir o PRODETUR/NE, a Bahia já havia criado o PRODETUR/BA, integrado ao planejado territorial Governo Federal à época na criação dos polos. No Litoral Norte da Bahia, os investimentos do PRODETUR/NE I e II foram concentrados no CTI Forte-Sauípe.

Em Sergipe, observam-se similitudes ao planejamento territorial turístico da Bahia, mas sem operacionalização administrativa factível. Em Sergipe, é o PRODETUR/NE, ou, de modo mais claro, o financiamento do BID, que faz a turistificação existir. No PRODETUR/NE I, em todos os municípios do Litoral Sul de Sergipe houve investimentos, exceto em Estância. Mas nenhum município do Litoral Sul tem tamanha densidade territorial, no que diz respeito às segundas residências e ao *marketing* territorial, como em Estância. O estado de Sergipe comercializa turisticamente a Praia do Saco, em Estância, mas durante o PRODETUR/NE I não há sequer uma única ação. As ações existentes em Estância entre 2008-2012, complementares ao PRODETUR/NE I, segundo Silva (2012), tem como fonte de recurso, o Governo Federal. Nas ações do PRODETUR Nacional em Sergipe, não há nenhuma ação direcionada diretamente para o município de Estância. Embora tenha havido notícias que o Projeto de Revitalização e Urbanização da Praia do Saco seria financiado pelo BID em parceria com o Governo do Estado, a entrevistada do BID afirma não haver nenhum registro sobre o Projeto. Para a UCP em Sergipe, o Projeto não pode acontecer em virtude dos conflitos territoriais.

Essa situação confusamente percebida, conduz a conclusão inicial que ao longo da história, há de um lado, entraves político-econômicos, e, de outro lado, demandas simbólico-culturais que direciona o fluxo turístico dos turistas para a Praia do Saco. Neste ínterim, a população local e das comunidades adjacentes de modo embrionário, busca fazer (re)viver a Praia do Saco para o turismo como fonte de renda. Mas, se o olhar do poder público sergipano sobre a Praia do Saco parece ainda sem brilho, diante dos problemas territoriais, ou quem sabe silenciosamente mostra-se como “reserva de valor”, a extensificação urbano-regional da segunda residência da Praia do Saco em direção ao Litoral Norte da Bahia e vice-versa, não deixam dúvidas sobre a formação de territórios-zona e territórios-rede.

O Capítulo 5 analisa a territorialização urbano-regional da segunda residência. A partir do modelo histórico-genético de Lundgren, compreende-se a expansão e extensificação da segunda residência desde o final do século XIX no litoral soteropolitano até o primeiro decênio do século XXI, nas praias do Litoral Norte. A urbanização extensiva ou dispersa em relação à urbanização compacta da Região Metropolitana de Salvador traz à tona, sob a perspectiva da segunda residência, a extensificação das relações sociais urbanas na zona rural, o tempo rápido da urbanidade em detrimento ao tempo lento do espaço litorâneo rural. Em síntese, a rurbanização marca a territorialização da segunda residência. Observa-se assim, no primeiro decênio do século XXI, a formação de um *continuum* território da segunda residência até o município de Mata de São João, com destaque para densidade territorial e o planejamento turístico da Praia do Forte.

O planejamento territorial turístico da segunda residência na Praia do Forte inicia-se ainda no final da década de 1970. O desenho do veraneio, do turismo e do imobiliário-turístico aberto ao capital nacional e internacional dá o tom da universalidade e da singularidade dessa localidade. Sob o prisma do mito moderno da natureza intocada, o planejamento turístico da Praia do Forte estruturou um “onda” ecológica territorialmente excludente em que a segunda residência, os *resorts*, os hotéis e demais meios de hospedagem foram contidos entre muros. A exclusão e contenção territorial provocou diferentes processos, como por exemplo, segregação socioespacial e precarização territorial, que ao acolher os vetores da globalização instalaram uma ordem externa e impulsionaram a configuração de uma contra-ordem, pelas temporalidades e territorialidades locais. Assim, o global-regional-local na Praia do Forte articula diferentes temporalidades, territorialidades, múltiplas escalas e dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que estruturam o processo de fragmentação socioespacial da localidade.

A estrutura histórico-genética da expansão e extensificação territorial da segunda residência no Litoral Sul de Sergipe apresenta similitudes com o Litoral Norte da Bahia. As melhorias viárias na primeira metade do século XX, impulsionaram a aglomeração e conurbação urbana na formação da Região Metropolitana de Aracaju e assim, os núcleos de segunda residência tendem a se afastar das praias da capital. Nesse contexto, as praias do Litoral Sul, em especial a Praia do Saco, começam a ser territorializadas pela segunda residência da elite sergipana. E nesse primeiro decênio do século XXI, verifica-se a expansão da segunda residência em protótipos dos imobiliários-turísticos ao longo das margens da SE-100. Essa extensificação urbano-regional da “nova” forma-conteúdo da segunda residência conecta-se em territórios-zona SE-100 com a BA-099.

No Litoral Sul de Sergipe, a Praia do Saco e sua extensão, a Praia das Dunas, vivenciavam até o primeiro decênio do século XXI, um relativo isolamento territorial, tendo em vista as dificuldades rodoviárias de acesso. A fluidez territorial entre Aracaju, as praias do Litoral Sul e, por conseguinte, ao Litoral Norte da Bahia, e a capital baiana, deu visibilidade especificamente as praias com maior densidade territorial de segunda residência no setor sul do litoral, a Praia do Saco e a Praia das Dunas. A visibilidade foi tamanha que em um só tempo o fluxo de veranistas e turistas em casas de praia aumentou, arquitetou-se um Projeto de Revitalização e Urbanização em que a Praia do Saco transformar-se-á em um “mini” Praia do Forte, e o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP), em que requereu, entre outras demandas, a retirada de construções irregulares, o que diz respeito à algumas casas de praia e estabelecimentos comerciais na linha de costa.

Os veranistas e turistas são atraídos para a Praia do Saco diante da abertura e o *marketing* territorial. Pelos mesmos motivos, acrescido do valor e da disponibilidade da terra e da qualidade ambiental das áreas, os condomínios de segunda residência são implantados nas margens da SE-100. A Prefeitura de Estância entende esse momento como uma oportunidade de transformar a Praia do Saco em um “mini” Praia do Forte, ou seja, em transitar do estágio embrionário do turismo de sol e praia para o turismo consolidado e quem sabe de padrão internacional. A Justiça, por uma solicitação de usucapião, instaura um Inquérito Civil Público, “descobre” a impossibilidade territorial jurídica da existência da Praia do Saco e da Praia das Dunas nos moldes atuais. Mas isso não significa a proibição definitiva de construção nessas localidades.

Construir na Praia do Saco e/ou na Praia das Dunas? Pode sim! Contanto que as leis ambientais sejam cumpridas. Ao que tudo indica, a população local não tem recursos suficientes para construir em consonância com a legislação ambiental vigente e talvez, poucos veranistas tenham essa possibilidade. O que, em um primeiro instante, aponta para a entrada do capital nacional e estrangeiro na dinâmica turística das localidades. Contudo, a ordem jurídica provocou uma contra-ordem das temporalidades e territorialidades da Praia do Saco e da Praia das Dunas que reivindicam pelos seus direitos a pertencer territorialmente a história que lhe pertence.

Esse conflito ambiental, territorial e até mesmo fundiário, confusamente percebido, em que os moradores locais e o veranista entrevistados dizem aceitar ser uma “mini” Praia do Forte contanto que continuem a estar em suas casas, conduz a reflexão para a configuração de uma reserva de valor e a manifestação do capital nacional e/ou internacional no planejamento territorial turístico privado da Praia do Saco e na Praia das Dunas na próxima década. Investidores já foram captados, contratos já foram assinados. Essa situação não mediatizada foi esclarecida durante a entrevista com um dos gestores da época.

Desse modo, a territorialização urbano-regional da segunda residência no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe ilumina a estrutura da configuração dos territórios-zona e da relação escalar global-regional, nas categorias filosóficas universal-particular. Concomitantemente, a conexão territorial entre esses litorais, articula, nas particularidades, a Praia do Forte e a Praia do Saco. Ambas destacam-se pela densidade territorial da segunda residência e planeja-se na Praia do Saco, uma “mini” Praia do Forte. Como se vê, os contextos são alargados pelas particularidades estruturais, ou, em outras palavras, pelas continuidades históricas. Mas ao conectar-se em territórios-rede pelas suas particularidades, a Praia do Forte e a Praia do Saco desconectam-se diante das singularidades, ou, melhor, pelas descontinuidades

das diferentes temporalidades e territorialidades na articulação escalar global-regional-local, é a diversidade territorial (re)(des)construindo as estruturas do jogo de poder da globalização.

Assim, no Capítulo 6, a diversidade territorial da Praia das Dunas e da Praia do Saco são analisadas para entender a valorização e re-criação das diferenças pela dinâmica do turismo diante da dimensão simbólica-cultural dessas localidades. Se há por um lado, uma estrutura político-econômica global que comanda os elementos regionalizadores, existe por outro lado, a dimensão simbólica, cultural, ambiental e social singular que re-des-constroem as estruturas de comando pelas vozes dos sujeitos.

Como se vê, ao se conectarem pelas semelhanças e desconectarem pelas diferenças, esses litorais e as suas localidades reconectam-se na configuração de uma identidade simbólico-cultural, diante das práticas marítimas, e possuem representatividade política e econômica nos espaços articulados, tendo em vista a estruturação da competitividade territorial e de uma “guerra de lugares” ainda velada, mas já territorializada. Nesse contexto, com base teórico-metodológica em Haesbaert (2014a), observa-se a formação da região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia como produto-produtora de processos de diferenciação espacial – veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico, como produto-produtora de dinâmicas globalizantes e de fragmentação socioespacial na articulação entre o Estado e o Mercado, ao mesmo tempo em que também é construída através da ação de diferentes sujeitos sociais, em território-zona e territórios-rede.

Assim, o desenvolvimento desta tese, sem sombra de dúvidas, acrescentou à ciência geográfica diversas contribuições. Inicialmente, pelo ineditismo da temática. Além disto, cooperou-se com a análise conceitual e territorial dos processos diferenciação espacial dos elementos regionalizadores centrais desse estudo com a dissolução de binarismo, ou melhor, sob a perspectiva da unidade das dimensões simbólico-cultural e político-econômica no veraneio, no turismo de sol e praia e no imobiliário-turístico. Outra contribuição que merece destaque é a elaboração do conceito de região turística litorânea. Colaborou-se também com reflexões mais densas sobre a espacialização teórico-metodológica e operacional do PRODETUR como um importante força política da racionalidade externa na estruturação de uma região turística no Nordeste brasileiro como um todo e entre o Litoral Sul de Sergipe e Litoral Norte da Bahia, em particular.

Os últimos capítulos trazem ainda contribuições decisivas na análise sobre a extensificação da segunda residência e do turismo no contexto urbano-regional nos litorais estudados, configurando assim, a unidade sintética, a particularidade, a representatividade político-econômica da região turística em territórios-zona; e a diversidade territorial na Praia

do Forte e na Praia do Saco estruturando as singularidades dos territórios-rede, as partes de um todo da identidade regional. Ademais, deve-se destacar a cartografia desenvolvida na tese como relevante contribuição científica.

Mas a complexidade da reflexão sobre região, veraneio, turismo e imobiliário-turístico não permite conclusões definitivas, porque o espaço-tempo está em constante movimento de totalização, afinal, se o tempo não para, o espaço geográfico não é passivo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, H. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUILAR, M; GONÇALVES, J. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo - RS, Ano 9, v. 1, p. 36-44, jan./jun. 2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ALEDO TUR, A. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el nuevo turismo residencial. **Revista ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, Ano CLXXXIV, n. 729, p. 99-113, enero-febrero 2008.

ALMEIDA, M. G. de. A geografia imaginária dos lugares turísticos. In: XIII SEMINÁRIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 2009, Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa. Comunicação Coordenada. **Anais geografia física aplicada e as dinâmicas de apropriação da natureza**. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa. 2009. p. 1-10. Disponível: <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/comunicacao_coordenada/008.pdf> Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

AMADO, J. **Tieta do Agreste**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, M. C. de O. **Espaço, polarização e desenvolvimento. A teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ANDRADE, M. C. de O. Brasil: globalização e regionalização. **Revista GEOgraphia**, v. 3, n. 5, p. 7-14, 2001.

ANDRADE, M. C. de O. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARACAJU. **Lei Nº 873, de 01 outubro de 1982. Estabelece nova delimitação dos bairros de Aracaju e dá outras providências correlatas**. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1982. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/emurb/2011/08/Diversas_Lei0873_1982_DelimitacaoBairrosAracaju.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

ARAÚJO JÚNIOR, P. D. A REURB como metajunção dos interesses individuais, coletivos, urbanísticos e meio ambiente – a nova *polis*. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI. Salvador – BA, 2018. **Anais Direito urbanístico, cidade e alteridade**. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/114893598-Xxvii-encontro-nacional-do-conpedi-salvador-ba.html>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2019.

ARAÚJO, C. P. de. Da EMBRATUR à Política Nacional de Turismo. **Revista Pós**, São Paulo, v. 19, n. 31, p. 146-163, jun. 2012.

ARAÚJO, C. P. de. **Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

ARAÚJO, C. P.; VARGAS, H. Sorria: você está na Bahia. A urbanização e a turistificação do litoral baiano. **Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território - Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 1, p. 23 - 41, jun. 2013.

ARAÚJO, T. B. de. Dossiê Nordeste I. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo - SP, Ano 11, n. 29, p. 7-36, 1997.

ARENDT, H. **Da violência**. Tradução Maria Claudia Drummond. 2004. Disponível em: <<http://pavio.net/download/textos/ARENDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>> Acesso em: 31 de maio de 2017.

ASSIS, L. F. de. Do território usado à multiterritorialidade: reflexões sobre o lazer e o turismo em segundas residências no nordeste brasileiro. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 26, p. 45-58, 2009.

ASSIS, L. F. de. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, J. B. da. *et al.* (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 289-305.

ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 11, p. 107-122, 12, 13-set. 2003.

AZEVEDO, D. S. **Turismo, Patrimônio Cultural e Identidades Consumo: construindo sergipanidades**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Cristóvão – SE, 2014.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradição entre o urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 81-109.

BAHIA, PDITS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Salvador e Entorno**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo – SCT/ Superintendência de Investimentos Turísticos –SUINVEST/Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa, 2003? Disponível em: < <http://www.setur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

BAHIA. **Bahia. A socio-economic profile**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1982.

BAHIA. **Decreto Estadual Nº 1046/1992. Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia e dá outras providências**. 1992. Bahia: Governo do Estado. Disponível em: < <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/83859/decreto-1046-92>>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

BAHIA. **Decreto Nº 8.553, de 05 de junho de 2003. Área de Proteção Ambiental da Plataforma Continental do Litoral Norte.** 2003. Bahia: Governo do Estado. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/arquivos/Round7/arquivos_r7/guias_oemas/Bahia_SEMARH/Legislacao/Decreto_8553_03.pdf>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

BAHIA. **Gerenciamento costeiro litoral norte – Bahia. Plano de desenvolvimento e ordenamento territorial das povoações litorâneas da APA do litoral norte do estado da Bahia.** Salvador: Governo do estado da Bahia, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Centro de Recursos Ambientais (CRA), 2005.

BAHIA. **Meios de Hospedagem na Bahia.** Salvador: SUINVEST, 2018a.

BAHIA. **Relatório de investimento 1991-2006.** Salvador: SUINVEST, 2018b.

BAHIA. PDITS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Costa dos Coqueiros. Relatório final.** Salvador: Secretaria de Turismo, 2015a.

BAHIA. **Investimentos Privados Inaugurados 2007 – 2014.** Salvador: SUINVEST, 2015b.

BAHIA. **Listagem de Investimentos Privados Previstos.** Salvador: SUINVEST, 2015c.

BARBOSA, J. D.; TEIXEIRA, R. M. A avaliação do produto turístico em Sergipe: formulação estratégias para o setor. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, n. 10, v. 1, p. 28-46, maio 1999.

BAUDRILLARD, J. **Simulacro e simulação.** Tradução Maria João da Costa Pereira. Lisboa – Portugal: Relógio D´Água, 1991.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** Tradução Antônio Pádua Danesi. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território. Globalização e fragmentação.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 51-71.

BERGER, J.; OFFE, C. Crescimento e racionalização do setor de serviços. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”.** Tradução Gustavo Bayer e Margit Martincic. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.** Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

BID. BRASIL. **Programa de Desenvolvimento Turístico do Sergipe (PRODETUR SERGIPE). (BR-L1256). Relatório de Gestão Ambiental e Social (RGAS).** Washington – EUA: BID, 2013.

BID. BRASIL. **Relatório de Término de Projeto. Project Completion Report – PCR. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II).** Washington – EUA: BID, 2012.

BID. BRASIL. **Contrato de empréstimo n. 2229/OC-BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL).** Washington – EUA: BID, 2010.

BID. BRASIL. **Apoyo al Programa Nacional de Desarrollo del Turismo (Prodetur Nacional) (BR-L1195). Propuesta de Préstamo.** Washington – EUA: BID, 2009a.

BID. BRASIL. **Programa de Cesión de Profesionales. Especialista en Turismo. (BR-X1015).** Washington – EUA: BID, 2009b.

BID. BRASIL. **Programa de Desarrollo del Turismo en El Estado de Sergipe (Prodetur Nacional/SE). (BR-L1256). Propuesta de Préstamo.** Washington – EUA: BID, 2008a?.

BID. BRASIL. **Programa de Desarrollo del Turismo en El Estado de Sergipe (Prodetur Nacional/SE). (BR-L1256). Perfil de Proyecto (PP).** Washington – EUA: BID, 2008b?.

BID. BRASIL. **Relatório Final de Projeto. Project Completion Report – PCR. Memorando do Banco. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Prodetur/NE I. Contrato de Empréstimo Nº 841/OC-BR. Projeto BR-0204.** Washington – EUA: BID, 2006.

BNB. **Relatório Final de Projeto. Project Completion Report – PCR. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Primeira Fase. Empréstimo 841/OC-BR.** Fortaleza: BNB, 2005a.

BNB. **A atividade turística no nordeste.** Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), 2005b.

BOSCO, F. **Dorival Caymmi.** São Paulo: Publifolha, 2006.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002.

BOYER, M. **História do turismo de massa.** Tradução Viviane Ribeiro. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.

BOYER, M. **Le tourisme.** Paris: Éditions Du Seuil, 1972.

BRANDÃO, P. R. B. De Tatuapara à Polinésia brasileira: territorialidades e temporalidades do turismo em Praia do Forte (BA). **Revista Entre-Lugar**, Dourados, Mato Grosso do Sul, ano 6, n. 11, p. 9-29, 1º semestre, 2015.

BRANDÃO, P. R. B. **Territórios do turismo, territórios de todos?** um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios turísticos em balneários turísticos do Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2013.

BRASIL. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). **6º Balanço do PAC 2015-2018**. 2018. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/11f9b2f7cbe3ec5c1f9f67b5f3be.pdf>>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Audiência Pública. Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros. Programas de Desenvolvimento do Turismo - Ministério do Turismo**. Brasília: MTur, 2014. Disponível em: <legis.senado.leg.br/sdleg-getter/.../80868b60-b034-4738-83c5-82a42a4c6b1d>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes**. Brasília: MTur, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico de Sergipe**, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse preliminar do censo**, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Relatório Brasil**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mercado de turistas estrangeiros de segunda residência no Brasil. Relatório Executivo**. Brasília: Ministério do Turismo; FGV; Empresa Brasileira de Turismo, 2008. Disponível em: <http://200.143.12.93/export/sites/default/dadosfatos/demanda_turistica/segunda_residencia/downloads_segunda_residencia/segunda_residencia_relatorio_setembro_de_2008.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2018. Collection of Tourism expenditure statistic. WTO. MADRID, SPAIN.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 31 de agosto de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico de Sergipe**, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse preliminar do censo**, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse preliminar do censo**, 1991.

BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm>

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 31 de agosto 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse preliminar do censo**, 1980.

BRASIL. **Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.** 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm>.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 55, de 1966. Define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências.** 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

BUADES, J. **Exportando paraísos. La colonización turística del planeta.** Barcelona: Editora Alba Sud Editorial, 2014.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Tradução Heloísa Buarque de Almeida. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, março 1997.

CAMARGO, H. L. **Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazers burgueses (1808-1850).** São Paulo: Aleph, 2007.

CARAVACA, I.; GONZÁLEZ, M.; SILVA, R. Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial. **Revista Eure**, vol. XXXI, nº 94, p. 5-24, Santiago de Chile, Diciembre, 2005.

CARLOS, A. F. A. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 62-75.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço urbano no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de.; SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 53-73.

CARLOS, A. F. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

CARVALHO, S. S. de; MELLO E SILVA, S. B. de. Transporte, acessibilidade e interação no Litoral Norte da Bahia: uma contribuição à política territorial. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Sergipe, ano XXI, n. 2, p. 51-74, 2010.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. Volume I. Tradução Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Tradução Arlene Caetano. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade. Discurso e prático do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, I. E. de. **Problemas conceituais e metodológicos na visibilidade da região e regionalismo. A escala brasileira em questão**. 1994. Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Teoriaymetodo/Metodologicos/09.pdf> >. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

CATAIA, M. **Território Nacional e Fronteiras Internas. A fragmentação do território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo – USP, 2001.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

COHN, A. **Crise regional e planejamento. O processo de criação da SUDENE**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

CONCEIÇÃO NETA, P. F. da; FONSÊCA, R. de J. **Ecos da segunda Guerra Mundial em Sergipe: o caso dos torpedamentos de navios na Praia do Saco em Estância (1942-1945)**. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História) - Universidade Tiradentes, Departamento de História, Campus Estância, 2007.

CORBIN, A. **O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

CORRÊA, R. L. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ, n. 14, p. 7-17, 2003.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 251-256.

COSTA, D. de C. **Fatos e coisas**. Estância, 2006.

COUTO, R. C. **Os impactos causados pela hotelaria nas comunidades locais – estudo de caso: Complexo Costa do Sauípe**. Monografia (MBA em Turismo, Hotelaria e Entretenimento) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

CRUZ, R. de C. A. da. Los nuevos escenarios del turismo residencial en Brasil: un análisis crítico. In: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. (Eds.). **Turismo, urbanización y estilos de vida. Las nuevas formas de movilidad residencial**. Barcelona: Icaria, 2009. p. 66-77.

CRUZ, R. de C. A. da. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, R. de C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

CRUZ, R. de C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R. de C. A. da. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. do L. M [Coord.]. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 71-83.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZZA, A. A urbanização litorânea dss metrópoles nordestinas brasileiras. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. do L. M [Coord.]. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 85-113.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 141-162.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec 2001.

DINIZ, D. N. L. **Aracaju**: a construção da imagem da cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

DINIZ, J. A. F. **Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste meridional**. Recife: SUDENE, 1981.

DINIZ, J. A. F. Aracaju: síntese de sua geografia urbana. **Tese de Cátedra do Colégio Atheneu Sergipense**. Aracaju, 1963.

DINIZ, M. T. M. A importância histórica das zonas costeiras e dos terrenos de marinha no Brasil colonial e imperial. **Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 106, 1 de marzo de 2008.

DUDA, J. I. de M.; ARAÚJO, L. M. Polos de turismo no Nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez conhecimento. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 204-218, dez. 2014.

ESTÂNCIA. **Plano Diretor de Estância**. Estância: Prefeitura Municipal de Estância, 2007.

FARIAS, G. A. de. **Natureza, apropriação e resistência**: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João – Bahia. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2013.

FAYOS-SOLA, E. Competitividad y calidad en la nueva era del turismo. **Revista Estudios Turísticos**, n. 123, p. 5-10, 1994.

FERRARA, L. D´A. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 45-71.

FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. da. A estruturação do turismo e do imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. do L. M. [Coord.]. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 117-129.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Tradução Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.A., 1977.

FONSECA, M. A. P. da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2005.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010a. p. 40-61.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Abertura territorial e alterações socioambientais em Barra dos Coqueiros (SE). In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010b. p. 81-97.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 17-27, 1 semestre, jan. 2008.

FRANÇA, S. L. A. **Estado e Mercado na produção contemporânea de habitação em Aracaju-SE**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2016.

FRANÇA, S. L. A.; REZENDE, V. F. A zona de expansão urbana de Aracaju: dispersão urbana e condomínios fechados. In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

FRANÇA, S. Os condomínios horizontais na zona urbana de Aracaju: uma nova modalidade de segregação. In: FALCÓN, M. L. de O.; FRANÇA, V. L. A. **Aracaju: 150 anos de vida urbana**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

FRANÇA, V. L. A. **A cultura do coco-da-baía e as transformações no litoral sergipano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-graduação em Geografia, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 1988.

FRANÇA, V. L. A. **Aracaju: estado e metropolização**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Tradução Antônio Gonçalves. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 1980.

FREYRE, G. **Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, G. **Rurbanização: que é?** Recife: Editora Massangana, 1982.

FRIEDMANN, G. **O trabalho em migalhas**. Especialização e lazeres. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GAJA i DÍAZ, F. El “tsunami urbanizador” en el litoral mediterráneo. El ciclo de hiperproducción inmobiliaria 1996-2006. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad De Barcelona, v. XII, n. 270, 2008.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES SOBRINHO, L. **Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia: os efeitos territoriais, socioambientais e econômicos da implantação das redes hoteleiras espanholas e portuguesas**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

GOMES SOBRINHO, L. Praia do Forte, BA: o paraíso e suas contradições. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo. Modernidade. Globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 172-184.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 49-76.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo**. Volume 4. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a.

HAESBAERT, R. **Viver no limite. Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014b.

HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a.

HAESBAERT, R. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., Orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia [online]**. Salvador: EDUFBA; Edições L’Harmattan, 2012b. p. 27-46.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**, Ano 1, nº 1, p. 16-39, 1999.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. Tradução Thomaz Newlands Neto. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, 1978 [1966].

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3. ed. Tradução Adail Ubiraja Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HIERNAUX NICOLÁS, H. Geografia de los tiempos y de los espacios efímeros y fugaces. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. **Las otras geografías**. 2. ed. Valencia: Tirant Humanidades, 2012. p. 269-284.

HIERNAUX NICOLÁS, D. La Promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Barcelona, vol. IX, nº 194, 2005.

HIERNAUX NICOLÁS, D. Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

HIERNAUX NICOLÁS, D. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 85-101.

HIERNAUX NICOLÁS, D. Mitos y realidades del milagro turístico: “Cancún”. In: HIERNAUX NICOLÁS, D. (Org.) **Teoría y praxis del espacio turístico**. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochomilco, 1989. p. 109-120.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JAUREGUI ACUÑA, C.; GARZA, M. DE LA. La dimensión territorial del proyecto Cancún, Estado de Quintana Roo. In: HIERNAUX NICOLÁS, D. (Org.) **Teoría y praxis del espacio turístico**. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochomilco, 1989. p. 121-134.

KLINK, J. J. **A cidade-região: regionalismo e estruturação no Grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 39-54.

KON, A. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, P.; GERTNER, D.; RAIN, I. J.; HAIDER, D. **Marketing de lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEFÉBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONE, S. **Região e geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LIMA, L. B. B. de M. **O turismo de sol e praia no Litoral Sul de Sergipe**: uma análise sob a perspectiva dos modelos SISTUR e TALC. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

LIMONAD, E. Na trilha do sol: urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. de M (Orgs.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

LIMONAD, E. “Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...”. Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XII, núm. 270 (55). 1 de agosto de 2008.

LIMONAD, E. “Yes, nós temos bananas!” Praias, Condomínios Fechados, Resorts e Problemas Sócio-Ambientais. **Revista Geographia**, Ano IX, n. 17, p. 63-88, 2007a.

LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (40), 1 de agosto de 2007b.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, n. 14, v. 1, p. 31-45, 2007c.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e o seu espaço. Tradução de Regina Silva Pacheco. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, nº 25, p. 12-29, 1988.

LISBOA, J. B. de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

LÓPEZ COLÁS, J. La residencia secundaria en España: estudio territorial de uso y tenencia. **Tese de Doutorado em Geografia**. Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2003.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

LUNDGREN, J. O. J. On access to recreational lands in dynamic metropolitan hinterlands. **Tourist Review**, n. 29, v. 4, p. 124-131, 1974.

MACÊDO, M. G. **Intervenção Inovadora**: roteiro turístico “Caminhos de Jorge Amado” em Sergipe a partir de Estância. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Empreendedora) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Empreendedora, 2017.

MACHADO, A. B. **Grande Aracaju**: processo de uma metropolização emergente. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 1990.

MACHADO, C. N. **Turismo, direito ambiental e conflitos na produção do espaço**: o caso da Reserva Imbassaí e seu entorno, na APA Litoral Norte da Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008.

MACHADO, E. V. **Aracaju**: “paisagens & fetiches”, abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

MAGALHÃES, D. S. **Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do Litoral Nordeste da Bahia**: os dois lados da Rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2015.

MARX, K.; ENGLS, F. **Manifesto comunista**. Editora eletrônica: Editora Ridendo Castigat Moraes, 1999 [1848]. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>.

MASSEY, D. B. **Un sentido global del lugar**. Barcelona: Icaria Editorial, 2012.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATA SÃO JOÃO. **Decreto nº 59 de 18 de janeiro de 2013. Aprova o plano de manejo do “Parque Natural Municipal da restinga de Praia do forte” e dá outras Providências**. 2013. Disponível em: <matadesaojoao.ba.io.org.br/diarioOficial/download/505/1401/0>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

MATA DE SÃO JOÃO. **Lei nº 229 de 20 de julho de 2005. Modifica os limites da área urbana do litoral do Município de Mata de São João e dá outras providências**. 2005. Disponível em: <<http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/matadesaojoao>> Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

MATA DE SÃO JOÃO. **Lei nº 185/2003. Cria o Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João**. 2003. Disponível em: <<http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/matadesaojoao>> Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

MATTEDI, M. R. M. Pesquisa e planejamento ambiental no Litoral Norte da Bahia. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, UNFACS, v. 1, n. 3, p. 1-11, 2001.

MELLO E SILVA, S. B. de. Turismo e urbanização. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo. Modernidade. Globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 161-171.

MELLO E SILVA, S. B. de. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 122-143.

MELLO E SILVA, S. B. de.; CARVALHO, S. S. de. Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do Litoral Norte da Bahia. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Setembro, 2010.

MELLO E SILVA, S. B. de.; SILVA, B. -C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA, Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.

MELLO E SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. de. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**, V. IV, n. 3, p. 1-15, set. 2009.

MELLO E SILVA, S. B. de; SILVA, B. N.; CARVALHO, S. de S. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Orgs.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 189-211.

MELO, I. F. de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, Ano 05, n. 11, p. 1-18, 2º Semestre de 2009.

MENDÉZ, R. Crisis económica y reconfiguraciones territoriales. In: V JORNADAS DE GEOGRAFÍA ECONÓMICA AGE UNIVERSIDAD DE GIRONA, 2012. Disponível em: <http://www3.udg.edu/publicacions/vell/electroniques/Crisis_economica_e_impactos_territoriales/1/1_0_MENDEZ.pdf>.

MENDONÇA, L. O desempenho do turismo baiano nos anos 90. In: SUPERINTÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dez anos de economia baiana**. Salvador: SEI, 2002.

MEURER, J. L.; DELLAGNELO, A. K. **Análise do discurso**. Santa Catarina: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/analiseDoDiscurso/assets/495/Texto_base_AnalisedoDiscurso.pdf>.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 169-182.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2007.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, R. Nossos clássicos. Alfred Hettner (1859-1941). **Revista GEOgraphia**, Ano II, n. 3, 2000.

MOTA, D. M. da *et al.*. **A mangabeira. As catadoras. O extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2011.

MULLINS, P. The evolution of australian tourism urbanization. In: HOFFMAN, L. M.; FAINSTEIN, S. S.; JUDD, D. R. **Cities and visitors: Regulating people, markets, and city space**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 126-142

MULLINS, P. Tourism urbanization. **International Journal of Urban Regional Research**, v. 15, n. 3, p. 326-342, 1991.

NÓBREGA, P. R. da. C. Reflexões didáticas sobre o conceito de região na geografia. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 1, p. 107-130, jan/jun. 2015.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA FILHO, J. J. Patologia e regras metodológicas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 262-268, 1995.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ORTEGA VALCÁRCEL, J. **Los horizontes de la geografía**. Teoría de la Geografía. Barcelona: Editora Ariel, 2000.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PEARCE, D. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens**. Tradução Saulo Kriegerl. São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, A. Q. Das cidades às metrópoles litorâneas: o papel da vilegiatura marítima moderna no Nordeste do Brasil. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 31, p. 05-15, 2012a.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia:** contribuição da vilegiatura e metropolização no Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciência, Departamento de Geografia, Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012b.

PEREIRA, A. Q. Por uma teoria da condição urbana da vilegiatura (marítima). In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

PEREIRA, S. de A. Enobrecimento litorâneo: a orla de Atalaia. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, n. 32, p. 269-306, jan./jun. 2018.

PERROUX, F. **A economia do século XX.** Tradução José Lebre de Freitas. Lisboa, Portugal: Herder, 1967 [1966].

PESSOA, Â. E. da S. **As ruínas da tradição:** 'A Casa da Torre' de Garcia D' Ávila - família e propriedade no Nordeste colonial. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.** Tradução Thomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

PINHO, O. S. de A. A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 36, Fevereiro 1998.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO, F. **A cidade do Aracaju 1855/1865.** Ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das artes, 2006.

RIBEIRO, L. C. de S.; ANDRADE, J. R. de L.; PEREIRA, R. M. Estimação dos benefícios econômicos do Prodetur Nacional em Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n.4, p. 975-1000, out./dez. 2013.

ROBERTSON, R. **Globalização. Teoria social e cultura global.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ROBOCK, S. H. **Desenvolvimento econômico regional. O Nordeste do Brasil.** Tradução José C. M. Cavalcante e Fernando B. da Silveira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

RODRIGUES, É. R. **As interações urbanas pelo turismo:** uma análise da evolução espacial da rede urbana do turismo no litoral da Bahia entre 1970 a 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.

SANTANA, P. V. A Mercadoria Verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 177-189.

SANTOS, C. N. C. dos. **Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2008d.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista TERRITÓRIO**, Ano IV, n. 6, jan./jun., 1999.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun., 1977.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe (Brasil). **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 6, p. 360-374, 2016.

SANTOS, P. P. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. As repercussões territoriais do imobiliário-turístico na produção de derivados da mangaba no litoral sergipano. **Revista GeoNordeste**, v. 1, p. 107-123, 2014a.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. A segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil): entre “velhos” e “novos” territórios. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), v. 1, p. 1717-1739, 2014b.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. A segunda residência no litoral sergipano: conflitos territoriais e ambientais. In: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju-SE: EDITORA IFS, 2014c, v. 1, p. 53-81.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. Ordenamento territorial turístico del litoral sergipano. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 22, p. 84-101, 2013a.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. Território e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral Sul de Sergipe (SE). **Ateliê Geográfico (UFG)**, v. 7, p. 44-70, 2013b.

SANTOS, R. H. dos. Os suaflis sergipanos: apropriação e formação de territórios pelas comunidades litorâneas. In: VARGAS, M. A. M. *et al.*. **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju: EDISE, 2015. p. 236-257.

SANTOS, T. M. S. dos. **Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer: um estudo sobre Praia do Forte – Bahia**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, W. dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidade e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SEABRA, O. C. de L. A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano. **Dissertação de Mestrado em Geografia**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1979.

SENE, E. de. **Globalização e espaço geográfico**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo. Empresa Sergipana de Turismo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014**. Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2014 (Convênio Ministério do Turismo/Sociedade do Cangaço nº 963/2007).

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo. Empresa Sergipana de Turismo. **Regionalização do turismo: roteiros do Brasil no**

Estado de Sergipe. Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2014 (Convênio Ministério do Turismo/Sociedade do Cangaço nº 963/2007).

SERGIPE. PDITS. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS. **Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Aracaju: EMSETUR/PRODETUR SERGIPE/PRODETUR NACIONAL/ MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013.

SERGIPE. **Decreto nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993. Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe**. Disponível em: <www.semarh.se.gov.br>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

SERGIPE. **Decreto nº 12.723, de 20 de janeiro de 1992. Institui a Mangabeira, como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas**. Disponível em: <www.semarh.se.gov.br>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

SESSA, A. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre, RS: UNIONTUR, 1983.

SILVA, A. F. C. da. Estratégias dos investimentos estrangeiros no Nordeste. In: DANTAS, E. W C.; FERREIRA, A.; LIVRAMENTO, M. C. do (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010a. p. 131-169.

SILVA, A. F. C.; Estratégias do mercado e investimento privado imobiliário turístico no Nordeste brasileiro. In: DANTAS, E. W C.; FERREIRA, A.; LIVRAMENTO, M. C. do (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010b. p. 171-190.

SILVA, A. F. C. da; FERREIRA, A. L. Imobiliário-turístico no litoral nordestino: investimentos estrangeiros e impactos locais nas praias potiguares. In: FONSECA, M. A. (Org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012. p. 127-155.

SILVA, A. F. C. da; FERREIRA, A. L. de A. Dinâmica imobiliária e turismo: novas relações, novos riscos. **Cadernos Metrôpole**, nº 18, p. 109-133, 2007.

SILVA, J. A. **Turismo e organização do espaço no Polo Costa dos Coqueirais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.

SILVA, L. F. G. da. Criação e tradição: um diálogo mediado pela arte contemporânea. **Revista Matéria-Prima**, vol. 5, nº 3, p. 101-111, 2017.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand, 1984.

SOUZA, M. A. A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 21-28.

SOUZA, M. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de *et al.* (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 77-113.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÍNOLA, C. A. O PRODETUR e a descentralização do turismo baiano. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, UNIFACS, Salvador, Ano II, n. 3, p. 36-47, 2000.

SPÓSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de.; SPÓSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013a. p. 123-145.

SPÓSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea. Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013b. p. 60-93.

SPÓSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 83-99.

SPÓSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: UNESP, 2013.

TINOCO, A. **O castelo de Wilhelm Hermann**. Lisboa – Portugal: Chiado Editora, 2014.

TULIK, O. **Turismo e meio de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

TURNER, L.; ASH, J. **La horda dorada. El turismo internacional y la periferia del placer**. Tradução: Miguel Martínez-Lage Alvarez. Madrid: Endymion, 1991.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VERA REBOLLO, J. F. *et al.*. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel Geografía, 1997.

VILAR, J. W. C. *et al.* Atlas digital do litoral sergipano: contribuição ao planejamento ambiental e gerenciamento costeiro. In: SERGIPE. FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE. **Políticas Públicas no Estado de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016. p. 295-309.

VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Org.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014.

VILAR, J. W. C. A Zona de Expansão de Aracaju: contribuição ao estudo da urbanização litorânea de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 62-79.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010, p. 21-39.

VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. A dinâmica sócio-demográfica e os conflitos territoriais no Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 98-118.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas - SP, Ano 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WANDERLEY, L. de L. **Litoral Sul de Sergipe**: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 1998.

YÁZIGI, E. **Turismo**: uma esperança condicional. 3. ed. São Paulo: Global, 2003.